

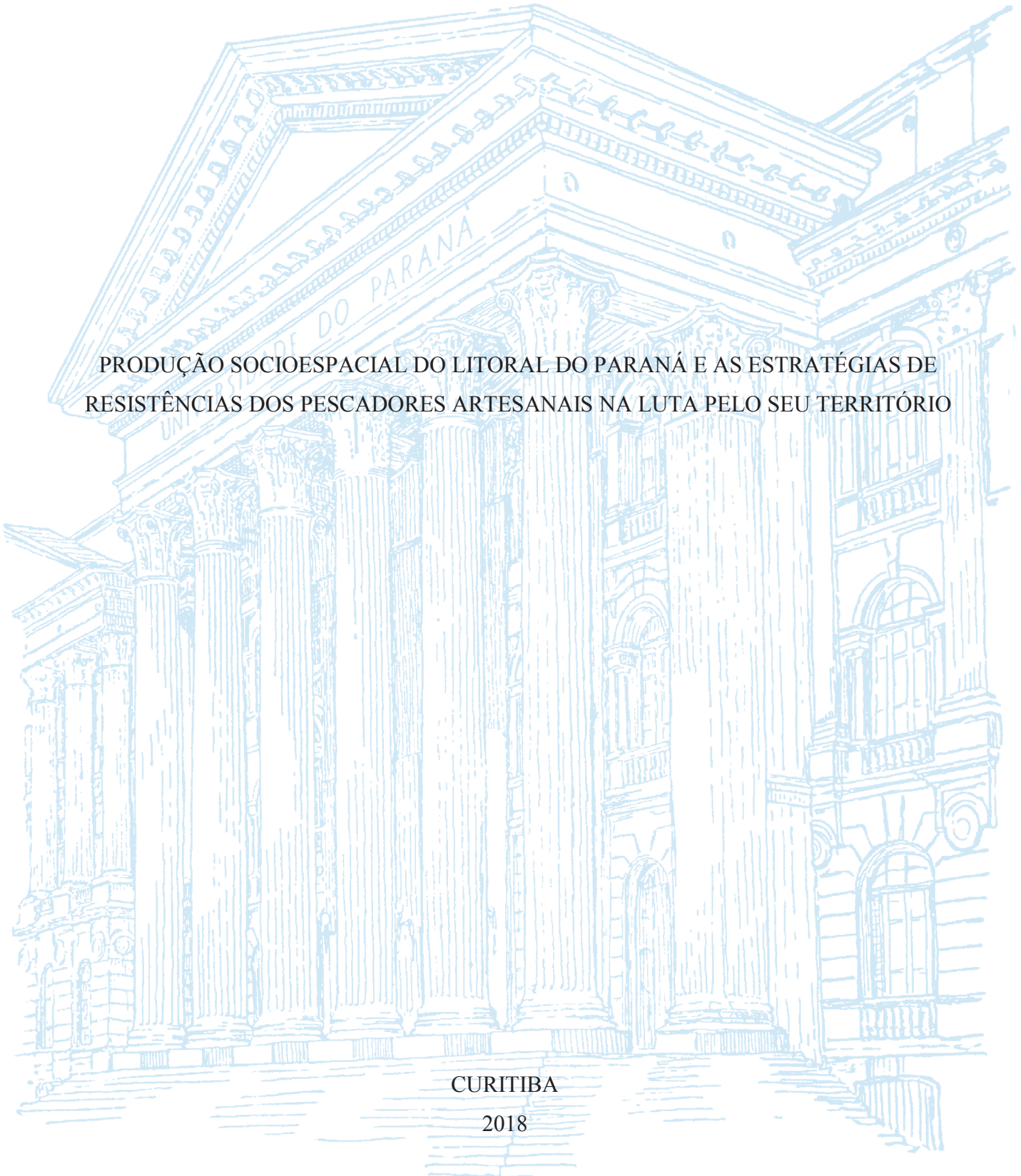
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TIAGO VERNIZE MAFRA

PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO LITORAL DO PARANÁ E AS ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO

CURITIBA

2018



TIAGO VERNIZE MAFRA

PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO LITORAL DO PARANÁ E AS ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Natália Tavares de Azevedo

Coorientadores: Prof^ª. Dr^ª. Náina Pierri Estades

Prof. Dr. Thiago Zagonel Serafini

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR -
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, MARCIA CRISTINA FUCHS CRB 9/1321
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

M187p Mafra, Tiago Vernize
Produção socioespacial do Litoral do Paraná e as estratégias
de resistências dos pescadores artesanais na luta pelo seu
território / Tiago Vernize Mafra. - Curitiba, 2018.
355 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-
Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.
Orientadora: Natália Tavares de Azevedo
Coorientadora: Náina Pierri Estados
Coorientador: Thiago Zagonel Serafini

1. Pesca artesanal – Aspectos ambientais. 2. Movimentos
sociais. 3. Territórios. I. Azevedo, Natália Tavares de. II. Estados,
Náina Pierri. III. Serafini, Thiago Zagonel. IV. Título. V.
Universidade Federal do Paraná.

CDU 639.2:502.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **TIAGO VERNIZE MAFRA** intitulada: **PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO LITORAL DO PARANÁ E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 04 de Maio de 2018.

NATALIA TAVARES DE AZEVEDO
Presidente da Banca Examinadora

CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA FILHO
Avaliador Externo

JOSÉ MILTON ANDRIGUETTO FILHO
Avaliador Externo

ROBERTO ADRIAN RIBARIC
Avaliador Externo

ÂNGELA MASSUMI KATUTA
Avaliador Externo

Dedico este trabalho aos meus pequenos, meus grandes, meus eternos “companheirinhos” de missão (Maria Flor e Bernardo).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Natália Tavares de Azevedo, amiga que aceitou o desafio da orientação, e contribuiu de maneira significativa para a qualidade desse trabalho. Grato pelas dicas, sugestões de leitura, atenção e dedicação nesta jornada.

Aos demais professores do comitê orientador, Thiago Zagonel Serafini e Naína Pierri Estados. Principalmente a segunda, por sempre estar presente na minha caminhada acadêmica, e pela boa influência no meu pensamento e visão de mundo, fatores que foram significativos para a realização dessa pesquisa.

Ao amigo e colega de doutorado Guilherme Caldeira, pelas conversas, sugestões e demais contribuições na pesquisa e parcerias ao longo do doutorado.

Aos diversos pesquisadores atuantes junto aos grupos de pescadores artesanais e movimentos sociais locais que se propuseram a auxiliar na descrição das suas experiências. Larissa Mellinger, Eduardo Harder, Márcia Regina Ferreira, Roberto Martins, Letícia A. Duarte e pesquisadores da ONG Terra de Direitos, meu muito obrigado!

Às diversas lideranças e pessoas mais experientes da pesca que contribuíram com os relatos das situações vivenciadas e disponibilização de documentos importantes. Cleonice (Pontal do Paraná), Seu Jair (Barrancos), Seu Brás (Paranaguá), Felipe Antonio (Paranaguá), Mario (Matinhos), Hélio (Antonina), Ariadne (Guapê), Murita (Almeida e Valadares), Edemir (Paranaguá), Álvaro (Guaratuba), Juliano (Barra do Saí), Zé Preto (Mirim e Piçarras) e Seu Pedro “Barba” (Ipanema), meu muito obrigado pela atenção e dedicação do tempo de vocês. O mesmo externo aos demais pescadores de todo o litoral, em especial àqueles que se dispuseram para as conversas e posicionamentos pontuais. Espero ter contribuído de alguma maneira com a realidade de vocês.

Aos integrantes do MOPEAR pelas conversas informais e posicionamentos em relação à luta do grupo.

Aos diversos analistas ambientais do ICMBio e IBAMA (Monia, Fátima, Aroldo, Guadalupe, Faraco, Fábio, Iara Vasco, Linus e, *in memoriam* ao Marcelo Bresolim), que auxiliaram para o levantamento de dados da pesquisa, seja dando uma entrevista, num bate-papo mais descontraído, numa troca de emails ou no fornecimento de materiais de consulta. Grato.

Aos demais servidores públicos de órgãos vinculados aos órgãos públicos que auxiliaram no trabalho. Astrogildo, Éder e Ruth da EMATER, Wisley da Defensoria Pública

do Estado do Paraná, e Juliana Funico da Prefeitura de Paranaguá. Grato pela atenção e disponibilidade no fornecimento dos relatos.

Às bibliotecárias e funcionárias da biblioteca do IPARDES pelo fornecimento das bibliografias sem a necessidade de burocracias.

Aos colaboradores do Instituto Histórico Geográfico de Paranaguá, representados pela figura da sua presidenta Guadalupe Vivekananda, no auxílio de busca de referências e documentos históricos.

Ao amigo Marcelo Müller, pelo auxílio com o mapa principal do trabalho e dicas valorosas para a apresentação gráfica das imagens e demais mapas. Valeu mano velho!

Ao Marco Sanchotene para o sempre preciso auxílio com a tradução para o inglês. Grato brou!

Aos diversos amigos de caminhada e União, em especial Rosa e Nilton, padrinhos de coração, que tanto ouviram os murmúrios, lamentos, alegrias e vitórias dessa caminhada. Vocês também têm uma parte nisso!

Aos meus pais, que sempre me auxiliaram e se esforçaram pela minha formação. Meu agradecimento eterno.

E por fim, e em especial, agradeço à minha família, Isabel, Maria Flor e Bernardo. Eu sem vocês nada seria, nem este trabalho sairia. Amo vocês! Uma luz superior que me guia.

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Fernando Pessoa (Mar Português)

RESUMO

As populações tradicionais são um conjunto de povos de cultura historicamente construída em dependência do seu território. Esses grupos vêm sendo ameaçados pelas frentes de expansão e acumulação capitalista. Assim, a territorialização desses povos e a produção socioespacial da região que ocupam são constituídas por uma disputa de forças entre os atores ligados a eles e demais agentes de operacionalização das formas hegemônicas de produção do espaço. No litoral do Paraná isso não é diferente, sendo os pescadores artesanais uma das populações tradicionais mais afetadas. Esse trabalho analisou a ligação entre as resistências dos pescadores artesanais na luta pelo território e as formas hegemônicas de produção do espaço ou apropriação dos recursos do litoral do Paraná, identificando como as resistências influenciam na territorialização desses grupos e na produção socioespacial local. Para isso, foi feito um levantamento em fontes documentais históricas e entrevistas com informantes-chave da realidade estudada. Se identificaram seis grandes formas hegemônicas locais de influência na pesca artesanal. Para todas se observou conflitos ambientais envolvendo a pesca artesanal, sendo que para grande parte dos usos se observaram os conflitos de ordem territorial. Nesses conflitos também foram identificadas injustiças ambientais para com grupos de pescadores, algumas dessas vinculadas a ações desterritorializadoras. Porém, a pesca artesanal local não se mostrou um grupo inerte às pressões sofridas, diversas ações de resistência foram observadas. Essas foram potencializadas a partir dos anos 2000, quando foram identificadas diversas ações judiciais, manifestações e a criação dos primeiros movimentos sociais ligados à pesca da região. A conservação ambiental foi diagnosticada como a forma hegemônica de produção do espaço mais enfrentada, considera-se que isso por estar ligada à órgãos enfraquecidos do Estado e por representar limitações às práticas laborais dos pescadores. A partir disso, foi possível categorizar as estratégias de resistência observadas em oito categorias de vias e ações. Em relação aos ganhos territoriais (territorialização) derivados dessas resistências, eles ainda são poucos. Há um caso mais antigo, onde na década de 1990 houve o ganho de uma grande extensão de terra, através de uma ação judicial, por uma comunidade em uma área hoje urbanizada, o que deu autonomia para a comunidade decidir sobre os usos futuros desse espaço. Outro caso onde a comunidade conquistou terrenos de perímetro urbano para a construção de suas casas. E um terceiro caso, de comunidades do litoral norte do estado que passaram por uma reavaliação do seu território, reconquistando-o simbolicamente após a constituição de movimentos sociais. Já quanto à produção socioespacial, o que a vem definindo na realidade estudada são as formas hegemônicas de produção do espaço, mas a pesca artesanal, mesmo pressionada, ainda vem contribuindo para a configuração espacial, resistindo na paisagem local. Constatou-se pela dinâmica de territorialização que a pesca artesanal já perdeu muito território, e as pressões devem aumentar ao longo dos anos. Mas o aumento das resistências apresenta perspectivas ao pescador artesanal local do ponto de vista da sua luta, que está ativa e pode possibilitar ganhos territoriais à pesca artesanal local num futuro próximo.

Palavras-chave: pesca artesanal; povos tradicionais; desterritorialização; movimentos sociais; MOPEAR.

ABSTRACT

Traditional populations are set of peoples of historically built culture depending on their territory. These groups have been threatened by the capitalist expansion and accumulation fronts. Thus, the territorialization of these people and the socio-producing region they occupy consist of a strength contest between the actors attached to them and other operational agents of the hegemonic forms of space production. In the coast of Parana this is not different, being the artisanal fishermen the most affected traditional population. This study examined the connection between the resistance of artisanal fishermen in the struggle for the territory and the hegemonic forms of production in that area or resources appropriation in the coast of Parana, identifying how resistance influence the territorialization of these groups and the local socio-spatial production. For this, a survey was made on historical documentary sources and interviews with key informants of the reality studied. Six major local hegemonic influence forms in artisanal fisheries were identified. In all, environmental conflicts involving artisanal fishing were observed while in most of the uses conflicts of territorial order were observed. In these conflicts, environmental injustices were also identified for groups of fishermen, some of them linked to deterritorializing actions. However, local artisanal fishing wasn't an inert group to pressure suffered. Several resistance actions were observed. These were strengthened from year 2000, when various legal actions, demonstrations and the creation of the first social movements linked to fishing in the region were identified. Environmental conservation has been diagnosed as the most confronted hegemonic form of space production. The belief is this happens because it is linked to weakened departments of the State and represents limitations on work practices of fishermen. From this it was possible to categorize the resistance strategies observed in eight categories of pathways and actions. In relation to the territorial gains (territorialization) derived from these resistances, they are still few. There is an older case where, in the 1990s, a large extension of land was won with a legal action by a community in an urbanized area, which gave the community autonomy to decide on the future uses of this space. Another case where the community gained urban perimeter land for the construction of their houses. And a third case from communities of the state northern coast that have undergone a revaluation of their territory, reclaiming it symbolically after the establishment of social movements. As far as socio-spatial production is concerned, what has been defining this in the studied reality are the hegemonic forms of space production, but artisanal fishing, even under pressure, is still contributing to the spatial configuration, being part of the local landscape. It has been verified by the dynamics of territorialization that artisanal fishing has already lost a lot in terms of territory, and the pressures should increase over the years. But the increase in resistance presents prospects to the local artisanal fisherman from the point of view of their struggle, which is active and can provide territorial gains for local artisanal fishing in the near future.

Keywords: artisanal fishing; traditional peoples; deterritorialization; social movements; MOPEAR.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO DE A ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS E OS ELEMENTOS CHAVE DA PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL LOCAL.	68
FIGURA 2 – BANDEIRA DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS (MPP).....	83
FIGURA 3 – LITORAL DO PARANÁ: MUNICÍPIOS, PONTOS DE REFERÊNCIA E COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	93
FIGURA 4 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA POR SETOR CENSITÁRIO DO LITORAL DO PARANÁ.	96
FIGURA 5 – CLASSIFICAÇÃO DE ANDRIGUETTO-FILHO (1999) DAS VILAS SEGUNDO OS SEUS SISTEMAS PESQUEIROS.	109
FIGURA 6 – IMAGENS DE 1984 E 2016, COM EFEITO COMPARATIVO DO AUMENTO DA URBANIZAÇÃO E MODIFICAÇÃO ESPACIAL, DOS MUNICÍPIOS VOLTADOS PARA O USO BALNEÁRIO E TURÍSTICO DO LITORAL DO PARANÁ.	128
FIGURA 7 – MUTIRÃO DE LIMPEZA DA ÁREA DA COOPESPAR REALIZADO EM 2017 PELOS PESCADORES DE PONTAL 2, PONTAL DO PARANÁ.	138
FIGURA 8 – FAIXA SIMBOLIZANDO O CONTROLE DO ESPAÇO COLOCADA PELOS PESCADORES DE PONTAL 2 NA CONSTRUÇÃO DA ANTIGA COOPESPAR.	138
FIGURA 9 – PLACA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA FEIRA DA PESCA ARTESANAL NO BAIRRO DE PIÇARRAS, EM GUARATUBA.	139
FIGURA 10 – FUTUROS EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO SETOR PORTUÁRIO E O NÍVEL DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DOS SETORES CENSITÁRIOS NA PORÇÃO CENTRAL DO LITORAL PARANAENSE.	143
FIGURA 11 – ÁREA DO PORTO DE PARANAGUÁ COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA O ÚNICO PÍER PÚBLICO VOLTADO PARA A BAÍA, NO BAIRRO DO ROCIO.....	146
FIGURA 12 – REGIÃO DA PONTA DO POÇO E PONTAL II, EM PONTAL DO PARANÁ, COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA A ÁREA ANTIGA E ATUAL DE REALOCAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA LOCAL.	148
FIGURA 13 – ZONAS DO CEP AFETADAS PELA CONTAMINAÇÃO DE ÓLEO NO CASO DE EXPLOSÃO DO NAVIO VICUÑA EM 2004.	150
FIGURA 14 – EXEMPLO DE PROPAGANDA DA CHEGADA DO NOVO PORTO EM JORNAL LOCAL DE PONTAL DO PARANÁ.	151

FIGURA 15 – FOTOGRAFIAS DE 1930 (A) E 2002 (B) ILUSTRANDO O ASSOREAMENTO DA BAÍA DE ANTONINA (BANCOS DE SEDIMENTOS NO CENTRO DA BAÍA).....	157
FIGURA 16 – VISÃO PERIFÉRICA DE DISPOSIÇÃO DE CADA UM DOS RAMAIS DA OBRA FAIXA DE INFRAESTRUTURA EM PONTAL DO PARANÁ.	159
FIGURA 17 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO POR CATEGORIA NO LITORAL DO PARANÁ E A DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS LOCAIS.....	172
FIGURA 18 – NORMAS DE PESCA EM MAR ABERTO E DESEMBOCADURAS DE BAÍA COM RESTRIÇÃO ESPACIAL NO LITORAL DO PARANÁ.	176
FIGURA 19 – LEGISLAÇÃO PESQUEIRA COM RESTRIÇÃO ESPACIAL DO COMPLEXO ESTUARINO DE PARANAGUÁ.....	177
FIGURA 20 – LEGISLAÇÃO PESQUEIRA COM RESTRIÇÃO ESPACIAL DA BAÍA DE GUARATUBA.	177
FIGURA 21 – ÁREA CONQUISTADA ATRAVÉS DE PROCESSO JUDICIAL DE USUCAPIÃO PELA COMUNIDADE DE BARRANCOS, EM PONTAL DO PARANÁ, DESTACADA PELO POLÍGONO EM VERMELHO QUE APRESENTA O PERÍMETRO APROXIMADO DO ESPAÇO.	211
FIGURA 22 – ORIGEM E ANO DE MIGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE FORMAM A COMUNIDADE DE GUAPÊ, EM PONTAL DO PARANÁ.	215
FIGURA 23 – IMAGENS DE 2001 E 2016 DE MATINHOS COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA A ÁREA OCUPADA PELA COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS.	216
FIGURA 24 – IMAGENS DA AÇÃO DE DEMOLIÇÃO DAS CASAS DE PESCADORES ARTESANAIS DE MATINHOS, EM JUNHO DE 2002.....	220
FIGURA 25 – ANTES E DEPOIS DE IMÓVEIS DE PESCADORES ARTESANAIS DEMOLIDOS EM MATINHOS, EM JULHO DE 2002.....	220
FIGURA 26 – IMAGEM DAS CASAS PESCADORES DEMOLIDAS EM MATINHOS NO ANO DE 2002, COM DESTAQUE PARA UMA CASA DE VERANISTA AO FUNDO QUE NÃO FOI DEMOLIDA.	221
FIGURA 27 – SEQUÊNCIA DE IMAGENS DOS ANOS DE 2002, 2014 E 2016 DA COMUNIDADE DE GUAPÊ, EM PONTAL DO PARANÁ, DESTACANDO EM VERMELHO A ANTIGA ÁREA OCUPADA E EM VERDE A ÁREA DE OCUPAÇÃO CEDIDA PELA SPU.	223
FIGURA 28 – SÍMBOLO DA REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	235

FIGURA 29 – PASSEATA DE INTEGRANTES DE GRUPOS PARTICIPANTES DO 1º ACAMPAMENTO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ, EM CURITIBA (2010).....	238
FIGURA 30 – MAPA DA CARTOGRAFIA SOCIAL REALIZADA POR PESCADORES DA VILA DE SUPERAGÜI, GUARAQUEÇABA.....	241
FIGURA 31 – FAIXA EXPOSTA PELOS PESCADORES DE TIBICANGA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2013 NA VILA DA BARRA DO SUPERAGÜI.....	248
FIGURA 32 – MANIFESTAÇÃO ORGANIZADA PELO MOPEAR NO DIA 28/08/2015 EM FRENTE AO PRÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PARANAGUÁ.....	249
FIGURA 33 – SEQUÊNCIAS DE IMAGENS DESTACANDO AS FAIXAS, CARTAZES E BANDEIRAS UTILIZADAS NA MOBILIZAÇÃO DE 28/08/2015 ORGANIZADA PELO MOPEAR.....	250
FIGURA 34 – IMAGENS DA TÉCNICA DE ARPILLERA FEITAS PELAS PESCADORAS INTEGRANTES DO PEART.....	256
FIGURA 35 – REUNIÃO REALIZADA PELO MOPEAR NAS COMUNIDADES DE GUARAQUEÇABA, AO FUNDO AS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO E DE COSTAS DOIS ANALISTAS DO ICMBIO.....	259
FIGURA 36 – BANDEIRA DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO PARANÁ (MOPEAR).....	260
FIGURA 37 – LINHA DO TEMPO COM OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DE DA CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOPEAR.....	261
FIGURA 38 – VISTA AÉREA DA EMPRESA FOSPAR S.A., LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA O CANAL DA ANHAIA, NA VILA BECKER.....	263
FIGURA 39 – IMAGEM AÉREA DE PARANAGUÁ, COM DESTAQUE PARA AS REGIÕES DA VILA BECKER E CANAL DA ANHAIA, E DO BAIRRO DO PORTO SEGURO.....	263
FIGURA 40 – CHAMINÉ DA FÁBRICA DA FOSPAR S.A. EM PARANAGUÁ E A ELIMINAÇÃO CONTÍNUA DE RESÍDUOS ATMOSFÉRICOS.....	264
FIGURA 41 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA VIII FESTA DO FANDANGO CAIÇARA DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM 2017.....	294
FIGURA 42 – FESTA DO DIVINO PROMOVIDA PELO GRUPO MANDICUERA NA VILA DA BARRA DO SUPERAGÜI.....	294
FIGURA 43 – CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DE VIAS E AÇÕES DE RESISTÊNCIAS IDENTIFICADAS EM UMA LINHA DE AÇÕES OFENSIVAS E DEFENSIVAS.....	300

FIGURA 44 – IMAGENS DA PRESENÇA DA PESCA ARTESANAL NA PAISAGEM DO LITORAL PARANAENSE (A – GUARATUBA; B – PONTAL O PARANÁ; C/D – GUARAQUEÇABA).	317
--	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – AGRUPAMENTOS DE VILAS PROPOSTOS NA FASE INICIAL DA PESQUISA VISANDO REALIZAR AS ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO DE CAMPO.....	59
QUADRO 2 – LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A PESQUISA COM DATA, DURAÇÃO E AGRUPAMENTO DE VILAS SOBRE QUAL O ENTREVISTADO APRESENTOU SEU RELATO.	62
QUADRO 3 – PRINCIPAIS SITES UTILIZADOS PARA A BUSCA DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA.	64
QUADRO 4 – LISTA DE DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES À PESQUISA.	65
QUADRO 5 – AUDIOVISUAIS UTILIZADOS COMO FONTE DE DADOS E QUE RELATAM EVENTOS OU REALIDADES IMPORTANTES À PESQUISA.	66
QUADRO 6 – PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISE E VARIÁVEIS/INDICADORES LEVANTADAS NA PRESENTE PESQUISA.	70
QUADRO 7 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CATEGORIAS DE PESCADORES DESCRITAS PARA TODO O MUNDO POR BERKES ET AL. (2006).	72
QUADRO 8 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CATEGORIAS DE PESCADORES DESCRITAS PARA O LITORAL SUL DE SÃO PAULO POR DIEGUES (1983).	72
QUADRO 9 – CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS PESQUEIRAS REALIZADAS NO LITORAL PARANAENSE E SEUS RECURSOS ALVO.	105
QUADRO 10 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE, SUAS RESPECTIVAS CATEGORIAS, DATAS DE CRIAÇÃO E ÁREA.....	171
QUADRO 11 – QUANTIDADE DE NORMAS DE PESCA VIGENTES PARA O LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2009, DE ACORDO COM O TIPO DE RESTRIÇÃO.....	175
QUADRO 12 – ALGUMAS NORMAS PESQUEIRAS COM DELIMITAÇÃO ESPACIAL E OS CONFLITOS DESENCADEADOS PARA A PESCA ARTESANAL DEVIDO OS ATOS RESTRITIVOS.....	184
QUADRO 13 – FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO OU DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NO LITORAL DO PARANÁ: CONSEQUÊNCIAS E REFLEXOS PARA A PESCA ARTESANAL.	196
QUADRO 14 – PRINCIPAIS ATORES LIGADOS AO MOPEAR E AS PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DESSES ATORES PARA O MOVIMENTO NAS QUESTÕES TERRITORIAIS.....	252
QUADRO 15 – ASSOCIAÇÕES DO LITORAL DO PARANÁ LIGADAS À PESCA ARTESANAL E QUE DESENVOLVEM ALGUMA AÇÃO CORRELACIONADA À GARANTIA DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS TRADICIONAIS.	274

QUADRO 16 – AÇÕES DE RESISTÊNCIA ORGANIZADAS PELAS COLÔNIAS ENTREVISTADAS PARA A PESQUISA E SEUS PARCEIROS DE LUTA.	277
QUADRO 17 – PRINCIPAIS PROCESSOS JUDICIALIZADOS ENVOLVENDO QUESTÕES TERRITORIAIS PERTINENTES À PESCA ARTESANAL NO LITORAL DO PARANÁ.....	283
QUADRO 18 – RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS JUDICIAIS PARA A CONSIDERAÇÃO DE DIREITOS DE COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ.	285
QUADRO 19 – REUNIÕES, AUDIÊNCIAS E RELATOS DE ACORDOS FEITOS COM ATORES COM ATUAÇÃO LOCAL BUSCANDO OS DIREITOS AO USO DO TERRITÓRIO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.	291
QUADRO 20 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DE VIAS E AÇÕES DE RESISTÊNCIAS POR CADA FORMA HEGEMÔNICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS OBSERVADAS NO LITORAL DO PARANÁ.	298

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS E DADOS DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ.....	94
TABELA 2 – NÚMERO DE PESCADORES ARTESANAIS POR CADA MUNICÍPIO DO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2015.	106
TABELA 3 – CRESCIMENTO POPULACIONAL E DE DOMICÍLIOS DE 1980 A 2010 NOS MUNICÍPIOS VOLTADOS PARA O USO BALNEÁRIO E TURÍSTICO NO LITORAL DO PARANÁ.	127
TABELA 4 – PROCEDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS E ARRENDATÁRIOS DIVIDIDAS ENTRE OS TIPOS DE COMÉRCIOS DA ILHA DO MEL EM 2004.....	133
TABELA 5 – FORMAÇÃO DOS ANALISTAS AMBIENTAIS DO ICMBIO LOTADOS NO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2017.	180
TABELA 6 - NÚMERO DE OBRAS POR CADA CATEGORIA, COM LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ANDAMENTO PELO IBAMA E IAP NO ANO DE 2015.....	204
TABELA 7 - NÚMERO DE OBRAS EM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ANO DE 2015, POR ÓRGÃO RESPONSÁVEL, QUE IRÃO AFETAR CADA MUNICÍPIO DO LITORAL DO PARANÁ.....	204
TABELA 8 – NÚMERO DE LIDERANÇAS DO MOPEAR POR COMUNIDADE IDENTIFICADOS DURANTE A PESQUISA.	242
TABELA 9 – NÚMERO DE AÇÕES DE RESISTÊNCIA POR CATEGORIA E POR FORMA HEGEMÔNICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS DESDE A DÉCADA DE 1970 NO LITORAL DO PARANÁ.	305

LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

AEN – Agência Estadual de Notícias do Paraná

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná

ANIME – Associação de Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Bacia de Paranaguá

ANP – Articulação Nacional das Pescadoras

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Áreas de Preservação Permanente

APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

APAPSUL – Associação Comunitária de Pescadores e Aquicultores de Pontal do Sul

BPAmb-FV – Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde

CAOPJDH – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

CAPELA – Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná S.A.

CEM – Centro de Estudos do Mar

Cempo – Centro de Apoio ao Campesinato Antônio Tavares

CEP – Complexo Estuarino de Paranaguá

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COLIT – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONFREM – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas

COOPERHAF – Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares

COOPESPAR – Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Litoral Paranaense

COPEDE – Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná

Copel – Companhia Paranaense de Energia

CPC – Coordenadora do Patrimônio Cultural

CPICT/PR – Conselho dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

DPE – Defensoria Pública do Estado

DPU – Defensoria Pública da União

EJOLT – Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENCONTTRA – Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra

EPAGRI – Empresa Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica de Santa Catarina

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FLONA – Floresta Nacional

GIA – Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais

HP – Horse power

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares

IFPR – Instituto Federal do Paraná

IN – Instrução Normativa

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geografia

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MICI – Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros

MIDC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MOPEAR – Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPE-PR – Ministério Público do Estado do Paraná

MPF – Ministério Público Federal

MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NESPAMP – Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas

NMS – Novos movimentos sociais

NRE – Núcleo Regional de Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PARNA – Parque Nacional

PEART – Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento

PEATER – Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCS – Projeto Nova Cartografia Social

PNDP – Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca

PREPS – Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite

PROLITORAL – Programa de Apoio à População Carente do Litoral do Paraná

PT – Partido dos Trabalhadores

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIMAR – Recuperação da Biodiversidade Marinha

RESEX – Reserva Extrativista

RGP – Registro Geral da Pesca

RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

RIP – Registro de Imóvel Patrimonial

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná

SEAG – Secretaria de Estado de Agricultura

SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

SEEC – Secretaria de Estado da Cultura

SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SIAPA – Sistema Integrado de Administração Patrimonial

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPIG – Sistema Participativo de Informação Geográfica

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SPVS – Sociedade de Proteção à Vida Selvagem
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
TAB – Tonelagem de Arqueação Bruta
TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável
TC – Termo de Compromisso
TDR – Territorialização/desterritorialização/reterritorialização
TPPF – Terminais Portuários da Ponta do Félix
UC – Unidade de Conservação
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFPR – Universidade Federal do Paraná
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	25
PARTE I – DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA E DE SEUS ANTECEDENTES.....	26
1. INTRODUÇÃO.....	26
1.1. Problematização.....	26
1.2. Objetivos e Questões de Trabalho.....	33
2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	34
2.1. Categorias para o Entendimento da Produção Socioespacial.....	35
2.2. O Conceito de Território.....	39
2.3. Conflitos e Injustiças Ambientais.....	42
2.4. A Tríade TDR: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.....	45
2.5. Resistência como Categoria de Análise: Ações Coletivas e Demais Formas de Resistência.....	47
2.6. Operacionalização da Pesquisa.....	56
2.6.1. <i>A Fase Exploratória Inicial.....</i>	<i>56</i>
2.6.2. <i>O Levantamento de Dados e as Características Gerais da Pesquisa.....</i>	<i>57</i>
2.6.3. <i>A Análise dos Dados e das Informações.....</i>	<i>67</i>
3. ANTECEDENTES DA PESQUISA.....	70
3.1. A Pesca Artesanal como Atividade Produtiva e Modo de Vida.....	70
3.2. Formas de Resistência das Populações Tradicionais e do Campesinato.....	78
3.3. Os Movimentos Sociais da Pesca e as Formas de Resistência dos Pescadores Artesanais pela Manutenção dos seus Territórios.....	81
3.4. O Litoral do Paraná: o Cenário Geral e a Pesca Artesanal Local.....	92
3.4.1. <i>Características Gerais da Área de Estudo.....</i>	<i>92</i>
3.4.2. <i>O Histórico das Primeiras Ocupações Humanas, da Colonização da Região e dos Ciclos Produtivos Iniciais do Litoral do Paraná: a Formação da Pesca Artesanal Local.....</i>	<i>97</i>
3.4.3. <i>As Características Atuais da Pesca Artesanal no Litoral do Paraná e de Alguns Aspectos Importantes para a Atividade.....</i>	<i>104</i>
PARTE II – FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS E AS RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO.....	112
4. DESCRIÇÃO GERAL DAS FORMAS HEGEMÔNICAS, CONFLITOS, INJUSTIÇAS E RESISTÊNCIAS.....	114
4.1. O Uso do Espaço Local para Atividades Agropastoris.....	114
4.1.1. <i>O Histórico e os Aspectos Gerais das Atividades Agropastoris no Litoral Paranaense.....</i>	<i>114</i>
4.1.2. <i>Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e Vias de Resistências dos Pescadores Artesanais.....</i>	<i>117</i>
4.2. O Espaço Local para o Uso Balneário e Turístico.....	122
4.2.1. <i>O Histórico e os Aspectos Gerais da Ocupação do Litoral para o Uso Balneário e Turístico.....</i>	<i>122</i>
4.2.2. <i>Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e as Ações e Vias de Resistências dos Pescadores Artesanais.....</i>	<i>129</i>
4.3. O Espaço Local para o Uso Portuário-Industrial.....	140

4.3.1. <i>O Histórico e os Aspectos Gerais do Uso Portuário-Industrial do Litoral do Paraná</i>	140
4.3.2. <i>Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e as Ações e Vias de Resistências dos Pescadores Artesanais</i>	144
4.4. <i>O Uso do Espaço Local para a Construção de Obras de Infraestrutura Pública: o Histórico das Obras Analisadas, os Conflitos e Injustiças Ambientais Envolvendo a Pesca Artesanal e as Resistências dos Pescadores Artesanais</i>	155
4.5. <i>A Pesca Industrial e a Competição Desigual pelos Recursos</i>	161
4.5.1. <i>O Histórico e os Aspectos Gerais da Pesca Industrial Realizada no Litoral do Paraná</i>	161
4.5.2. <i>Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e as Resistências dos Pescadores Artesanais</i>	164
4.6. <i>A Conservação dos Recursos e dos Ecossistemas</i>	167
4.6.1. <i>O Histórico e os Aspectos Gerais da Implantação da Ideologia Conservacionista no Litoral Paranaense</i>	167
4.6.2. <i>Os Conflitos e as Injustiças Ambientais Envolvendo a Pesca Artesanal e a Conservação Ambiental</i>	180
4.6.3. <i>Ações e Vias de Resistência dos Pescadores Artesanais Frente às Estratégias de Conservação Ambiental</i>	188
5. REFLEXÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL LOCAL	195
5.1. <i>Uma Síntese das Formas Hegemônicas de Produção do Espaço ou de Apropriação dos Recursos Locais e Seus Reflexos para a Pesca Artesanal</i>	195
5.2. <i>Perspectivas Futuras dos Processos de Produção Socioespacial e a Relação com os Pescadores Artesanais do Litoral Paranaense</i>	203

PARTE III – CASOS DA DINÂMICA TDR ENVOLVENDO A PESCA ARTESANAL NO LITORAL DO PARANÁ E OS EFEITOS DAS RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES NESSES PROCESSOS.....209

6. OS CASOS DE TDR ANALISADOS NO LITORAL DO PARANÁ	209
6.1. <i>O Caso da Comunidade de Barrancos e a sua Luta Contra a Especulação Imobiliária para o Uso Balneário</i>	209
6.2. <i>A Constituição da Comunidade de Guapê, em Pontal do Paraná: da Desterritorialização em Matinhos Até a Conquista da Nova Área de Ocupação pela Negociação com a SPU</i>	214
6.3. <i>O Nascimento dos Primeiros Movimentos Sociais Ligados à Pesca Artesanal do Litoral do Paraná: as Estratégias de Enfrentamento de uma Reterritorialização Simbólica no Território Pesqueiro</i>	231
6.3.1. <i>O Histórico da Conflitualidade do Litoral Norte do Paraná e as Bases de Criação do MOPEAR e da Rede Puxirão</i>	231
6.3.2. <i>A Consolidação das Resistências Através de Movimentos Sociais no Litoral Norte do Paraná</i>	242
6.4. <i>O Retorno às Origens de Pescadores do Canal da Anhaia, em Paranaguá</i>	262

PARTE IV – SÍNTESES E APRENDIZADOS SOBRE A RELAÇÃO DA PESCA ARTESANAL E AS FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS, SUAS AÇÕES E VIAS DE RESISTÊNCIA, E A LÓGICA TDR OBSERVADA PARA ESSA POPULAÇÃO TRADICIONAL.....269

7.	CATEGORIZAÇÃO DOS TIPOS DAS AÇÕES E DE VIAS DE RESISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO.....	269
7.1.	Movimentos Sociais e Demais Organizações Coletivas.....	270
7.2.	Reconhecimento do Território por Meio de Cartografias Sociais, Mapeamentos Participativos e Demais Formas de Levantamento de Informações Relevantes dos Usos e Costumes Locais.....	278
7.3.	Ocupação de Espaços Públicos e de Áreas Comuns de Uso ou Apenas Permanecer no seu Território.....	279
7.4.	Ações Judicializadas, Recomendações dos Atores da Justiça e Acesso às Demais Instâncias Judiciais.....	280
7.5.	Manifestações ou Demais Formas de Mobilizações Públicas.....	286
7.6.	Outras Ações Cotidianas de Resistência e Enfrentamento.....	288
7.7.	Acordos para Uso do Espaço e dos Recursos e Demais Formas de Negociação para Melhoras nas Condições dos Pescadores Artesanais.....	290
7.8.	Manutenção, Valoração e Adaptação da Tradição Cultural como Forma de Resistência.....	293
8.	RELAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO E COM AS FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO OU DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS.....	297
9.	ATORES LIGADOS AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E ÀS AÇÕES DE RESISTÊNCIA DA PESCA ARTESANAL NO LITORAL PARANAENSE.....	310
10.	A TERRITORIALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DO LITORAL DO PARANÁ E OS EFEITOS DAS RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL LOCAL.....	316
	REFERÊNCIAS	326
	APÊNDICE 1.....	353
	ANEXO 1.....	354
	ANEXO 2.....	355

APRESENTAÇÃO

Este trabalho versa sobre a produção socioespacial do litoral do Paraná e a condição de territorialização dos pescadores artesanais nessa realidade. O trabalho destaca como as resistências da pesca artesanal, frente aos processos desterritorializadores, vêm garantindo sua territorialização no litoral paranaense, assim como, interferindo na produção socioespacial da região.

O trabalho é dividido em quatro partes. A primeira é uma descrição geral da pesquisa, seu método e antecedentes do cenário estudado. A segunda parte apresenta uma composição geral dos resultados alcançados pela pesquisa, descrevendo as principais formas de produção do espaço e apropriação dos recursos no litoral do Paraná; os conflitos e injustiças ambientais gerados por essas formas de uso do ambiente e seus impactos na pesca artesanal local, principalmente aqueles correlacionados à questão territorial; e, por fim, as ações e vias de resistência dos pescadores artesanais frente aos conflitos e injustiças ambientais. Essa segunda parte do trabalho é dividida em capítulos que abordam as grandes formas de produção do espaço e apropriação dos recursos no litoral do Paraná.

Na terceira parte do trabalho são apresentados alguns casos da luta dos pescadores por seus territórios, em sua dinâmica de territorialização-desterritorialização-reterritorialização ocorridos na região. Por último, na quarta parte do trabalho, são feitas sínteses gerais e de categorização da pesquisa, no sentido de facilitar a compreensão dos grandes ensinamentos sobre o cenário estudado. Nessa última parte também se traça a discussão geral do trabalho, articulando a leitura do cenário empírico levantado com a base teórica utilizada.

PARTE I – DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA E DE SEUS ANTECEDENTES

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problematização

Da segunda metade do século XX até os dias atuais vem se observando uma rápida expansão e intensificação do modelo capitalista globalizado. Esse modelo tem gerado recorrentes situações de degradação ambiental, elevando os “custos sociais” ou os danos causados por atividades de maior rentabilidade econômica a terceiros. (ACSELRAD, 2004). Essas ações de grande impacto negativo constituem importantes elementos deflagradores de conflitos ambientais, seja pela subtração e competição direta por espaços e/ou por recursos naturais, seja pelo comprometimento de condições ecossistêmicas necessárias para a reprodução material e simbólica de determinados grupos sociais. (MARTÍNEZ-ALIER, 2004; 2007; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; NUNES; GARCIA, 2012). Os conflitos são aqui entendidos, conforme a visão Acselrads (2004, p. 18), como “[...] expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento”, caracterizadas por serem lutas materiais e simbólicas, que incluem, de um lado, as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital material, e, do outro, disputas entre as distintas percepções que legitimam a distribuição de poder sobre os recursos do território.

As tensões conflituosas do campo socioambiental têm condicionado diversos grupos sociais, de distintas partes do mundo, a situações de injustiça ambiental, entendidas aqui como a distribuição desigual dos custos ambientais e de uso do território pelas atividades econômicas, de decisões de políticas e da ausência ou omissão de tais políticas. (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; RIBEIRO, 2017). Na maioria dos casos os grupos mais afetados por essas situações são aqueles já marginalizados, de classes subalternas, em situação de maior vulnerabilidade e piores condições de vida. A essa questão soma-se ainda a falta de oportunidades para as populações injustiçadas de influenciar na construção de ações a seu favor, o que compromete ainda mais sua reprodução social.

No Brasil a lógica das injustiças ambientais e espaciais não é diferente, e dentre os grupos constantemente afetados por essas situações estão diversas populações reconhecidas como tradicionais. (PORTO; MILANEZ, 2009). Essas populações são grupos de cultura diferenciada, que se autorreconhecem como tal, e que utilizam de recursos naturais e do seu território para a sua própria reprodução social (BRASIL, 2007), como os quilombolas, os

ribeirinhos, os faxinalenses, e demais comunidades que vivem do extrativismo de recursos naturais, como os pescadores artesanais, sujeitos centrais desta pesquisa. Em muitas situações as populações tradicionais enfrentam disputas pelo uso de recursos e/ou espaço com setores econômicos e sociais mais capitalizados e de maior força política (MARTINEZ-ALIER, 2004), gerando diversos conflitos onde geralmente os mais prejudicados são esses povos. Segundo Pádua (2004), no Brasil a natureza e as populações tradicionais são constantemente agredidas por atividades econômicas de conteúdo homogeneizador.

Os conflitos podem levar à processos que afetem diretamente a permanência das populações em seus territórios tradicionais¹, que aqui são entendidos como os espaços necessários para a sua reprodução social. (BRASIL, 2007). Esse tipo de processo, denominado por desterritorialização, pode expor ainda mais as populações tradicionais a uma situação de marginalização e vulnerabilidade social. (HAESBAERT, 2004). Todo processo de desterritorialização vem acompanhado por uma reterritorialização, o que muitas vezes descaracteriza a cultura do grupo atingido. (HAESBAERT, 2004; DELEUZE; GUATTARI, 2012). Assim, entende-se que os processos de desterritorialização sejam uma das principais consequências das injustiças ambientais e espaciais a que estão sujeitos grande parte dos povos tradicionais do Brasil.

Com a ampliação a partir da década de 1990 do modelo capitalista neoliberal desenvolvimentista no Brasil e dos seus processos de acumulação associados, acumulação extensiva, intensiva e espoliativa (FILGUEIRAS, 2006; BRANDÃO, 2010; HARVEY, 2004a), responsável respectivamente pela abertura de novas frentes territoriais de expansão do capital, pela intensificação das frentes existentes e pela apropriação indevida e muitas vezes violenta de novos espaços, diversas populações tradicionais vêm perdendo direito de uso e da manutenção de seus territórios tradicionais. O processo de expansão histórico do modelo capitalista no cenário nacional data desde meados do século XIX, mas vem se intensificando com a onda “neodesenvolvimentista” nos anos 2000 (BRANDÃO, 2010), o que consequentemente aumenta situações de desterritorialização de povos tradicionais.

As frentes de expansão vêm cada vez mais adentrando em ambientes isolados do modelo desenvolvimentista convencional da sociedade urbana, e até pouco tempo atrás de baixo interesse para a exploração capitalista. Em muitos casos esses ambientes são territórios ocupados por populações tradicionais, que desenvolvem aí historicamente sua cultura e meios

¹ O conceito de território será melhor trabalhado e discutido nas seções seguintes.

de produção, sendo locais relativamente bem conservados e com ótimos níveis de qualidade ambiental.

Por outro lado, muitas dessas áreas de populações tradicionais são hoje tidas como ambientes prioritários para a conservação da natureza e manutenção da biodiversidade. (DIEGUES, 2001). Assim, esses espaços relativamente conservados, geralmente inseridos em territórios de populações tradicionais, vêm sendo destinados em inúmeros casos para a criação de Unidades de Conservação (UCs)². Em alguns casos, as características restritivas e preservacionistas da UC, impedem a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais, sendo um empecilho para o seu desenvolvimento e dificultando a manutenção em seu território. (DIEGUES, 2001). Somado a isso também há um leque de normas ambientais preservacionistas, que paralelamente restringem o uso de recursos e do espaço por parte dessas populações, não sendo adequadas à sua reprodução social. Muitas dessas normas podem garantir a qualidade ambiental tão necessária às populações que dependem diretamente da apropriação dos recursos naturais, entretanto, a falta de diálogo com os povos tradicionais nas fases de articulação das normas, assim como, a desconsideração da existência desses grupos e de suas práticas em diversos casos, criam situações conflituosas e injustas para com os grupos em questão. Esses processos podem resultar na desterritorialização desses grupos, à medida que restringe a autonomia nos usos de seus territórios tradicionais, quando não resulta em sua própria expulsão.

Assim, de ambos os lados as populações tradicionais são cada vez mais limitadas ao livre uso e ocupação, bem como da autonomia sobre seus territórios por formas de dominação/exploração, seja ela pela expulsão de suas áreas tradicionalmente ocupadas devido um processo espoliativo do capitalismo (HARVEY, 2004a), ou pela limitação de uso do espaço e dos recursos fruto de uma política conservacionista. Essas condicionantes externas passam a ser fatores essenciais para a produção e diferenciação socioespacial nessas regiões, gerando o que Carlos (2007) trata como um desenvolvimento geograficamente desigual, que não considera essas populações e sua qualidade de vida. Para esses grupos resta a migração para áreas mais distantes conservadas e que ainda não são de interesse do capital, ou se reterritorializar às áreas urbanas, muitas vezes indo morar em áreas de submoradias, com baixa qualidade de vida, perdendo sua cultura e os laços tradicionais de solidariedade.

Contudo, mesmo sendo cada vez mais corriqueiras situações conflituosas e de graves injustiças ambientais e espaciais às populações tradicionais, e em específico os grupos de

² Áreas com características naturais relevantes delimitadas pelo Poder Público com objetivo de garantir a proteção ambiental (BRASIL, 2000).

pescadores artesanais, essas situações podem, por outro lado, apresentar possibilidades de geração de ações coletivas e/ou demais formas de resistência por parte dos grupos injustiçados. (ALMEIDA, 2004; PORTO; MILANEZ, 2009). Considera-se que as ações coletivas e demais formas de resistência são hoje o principal caminho para se estabelecer estruturas de enfrentamento às injustiças e aos processos que levam à desterritorialização das populações tradicionais, garantindo assim a permanência desses grupos em seus territórios tradicionais e sua reprodução sociocultural. (ALMEIDA, 2004).

A resistência é aqui entendida como qualquer esforço organizado por um grupo de ideal comum contra uma autoridade, uma forma de pressão ou dominação/exploração constituída, que seja em prol de seus direitos básicos de vida. Já as ações coletivas são entendidas neste trabalho como atos de resistência, reivindicação ou protesto organizados por um grupo de interesse comum. (SCHERER-WARREN, 2006). Ações coletivas podem ser desenvolvidas através da estruturação de movimentos sociais organizados a partir de um objetivo comum, assim como por demais formas de organização populares que viabilizem estratégias de resistência frente ao cenário degradador e gerador de injustiças instaurado. Ações de resistência também podem ser desenvolvidas de outra maneira, como por exemplo, cotidianamente, através de ações individuais ou de pequenas parcelas de uma população oprimida. Conforme Scott (1986; 2011) as formas cotidianas de resistência podem ser muitas vezes a única saída das classes subalternas e oprimidas em reivindicar os seus direitos. Dentre essas formas de resistência são consideradas a sabotagem, a ignorância fingida, a calúnia, a evasão, dentre outras ações diárias individuais que, na soma das partes, pode gerar mudanças de situações imediatas em prol das populações afetadas. Processos de ordem cultural também podem ser vistos como ações de resistência, sejam eles de adaptação da cultura para se adequar ao novo cenário vigente ou de valoração de uma tradição existente. (SILVA, 1993; VIEGAS; BURIOL, 2014).

Dessa maneira, considera-se que o processo de territorialização das classes subalternas e a própria produção socioespacial que envolvem esses grupos – no caso desta pesquisa, os pescadores artesanais – se dá por uma dinâmica de forças (SCOTT, 2011), que distribuem de um lado as formas de dominação/exploração – muito mais intensas e com capacidade de modificação da paisagem – e, do outro, as formas de resistência empregadas pelas populações subordinadas, que tentam se sustentar frente ao cenário não isonômico. Neste trabalho, entende-se por produção socioespacial o processo de transformação do espaço condicionado pelas relações sociais de produção e pelas relações de forças entre classes. (CARLOS, 2007; SANTOS, 2008). Já a territorialização é um processo complexo, que

envolve dimensões políticas e econômicas, além da fixação das culturas em um território reconhecido por estas, tendo como característica ser uma relação de poder sobre um dado espaço. (SOUZA, M. L. 2009). Assim, para se compreender as formas de resistência existentes numa região, bem como a produção socioespacial e a territorialização dos grupos sociais existentes, é necessário se conhecer as formas de dominação/exploração e a relação das resistências empregadas pelas populações subalternas, pois a segunda é condicionada à primeira. Nesta pesquisa, entende-se que há uma convergência e simultaneidade entre as formas de dominação/exploração e as formas hegemônicas de produção do espaço e de apropriação dos recursos, que se expressam não apenas nos vetores dominantes do desenvolvimento capitalista local, mas também nas formas de conservação da natureza que excluem e desterritorializam as comunidades tradicionais.

A partir disso, concentra-se a análise na pesca artesanal, grupo considerado como população tradicional que passa por grande parte dos problemas descritos anteriormente. Se comparado com o setor pesqueiro industrial, a pesca artesanal encontra-se num contexto extremamente desigual: possui menor grau de capitalização, de influência política, de capacidade individual de captura e de comercialização dos recursos; é constantemente prejudicada e subjugada frente a outros grupos com maior poder político e econômico; mesmo sendo uma atividade laboral e um componente cultural importante para diversas populações do mundo todo. (BERKES, et al. 2006). Conforme a FAO (2014), a pesca artesanal ou de pequena escala emprega diretamente mais de 90% dos 35 milhões de pescadores estimados no mundo, e mantém outras 84 milhões de pessoas em trabalhos indiretos associados ao processamento, distribuição e comercialização dos recursos pesqueiros, além de ser responsável por mais da metade das capturas mundiais. Esses dados mostram a importância social, econômica e produtiva da pesca artesanal no cenário global. Pesquisas que visem analisar os conflitos e injustiças que envolvem as populações de pescadores artesanais, assim como as estratégias de superação que essas populações vêm desenvolvendo em relação aos problemas enfrentados, podem contribuir para manutenção dessa atividade tão importante para diversas famílias ao redor do planeta.

No caso da pesca artesanal, a regularização dos seus territórios, garantindo o direito de uso e ocupação por parte das populações ligadas à pesca, se apresenta como uma possível solução para as adversidades enfrentadas por estes grupos. Além de garantir o uso do espaço e dos recursos pelos pescadores artesanais, a regularização dos territórios pode servir como estrutura de empoderamento para os movimentos locais ligados à atividade, consolidando articulações mais robustas entre as ações coletivas e as demais formas de resistência

realizadas cotidianamente, auxiliando assim na superação dos problemas, na construção de novas relações de produção para as populações de pescadores, gerando alternativas locais de desenvolvimento, aumentando a possibilidade de participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão em escalas maiores e até dando mais condições efetivas para uma verdadeira conservação ambiental. Contudo, aceita-se que a única via de conquista da garantia de uso de seus territórios pelos pescadores é a partir de ações de resistência.

No litoral do Paraná, o cenário da pesca artesanal é repleto de conflitos deflagrados historicamente pela disputa por espaço e recursos, envolvendo de um lado os pescadores artesanais e, do outro lado, formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos³. (PIERRI, 2003; PIERRI et al., 2006). Mas há também fortes indicativos da existência histórica de ações coletivas de resistência e de demais formas de resistências empregadas em distintos níveis contra as injustiças direcionadas aos pescadores artesanais em toda a região litorânea do Paraná. (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; SILVA, 2006; BAZZO, 2011; MELLINGER, 2013; SILVA, 2016). Porém, essas ações de resistência ainda não foram detalhadamente analisadas, o que se apresenta como uma possibilidade de pesquisa, principalmente para geração de um conhecimento que dê base para futuras estratégias de resistência no cenário local.

Dessa maneira, esta pesquisa pretende identificar as ações coletivas e demais formas de resistência realizadas historicamente pelos pescadores artesanais do litoral paranaense, frente aos principais vetores de sua dominação/exploração e que delimitam a produção socioespacial local. A análise será direcionada às questões territoriais que envolvem as comunidades pesqueiras artesanais, dando ênfase às situações diretamente ligadas ao comprometimento do uso do território tradicional⁴.

Considerou-se como período histórico inicial de recuperação das informações a década de 1950, quando se inicia a intensificação de ocupação do litoral paranaense, principalmente para o uso balneário e recreativo do espaço. (SAMPAIO, 2006). Localmente esse período é tido como o início de uma fase mais intensa de privatização e intensificação da apropriação das áreas comuns na região, comprometendo a reprodução social e cultura da pesca artesanal local. Diversos trabalhos tratam esse período como o começo da penetração

³ Entende-se aqui como formas hegemônicas de produção do espaço e de apropriação dos recursos aqueles usos viabilizados com mais intensidade pelo sistema capitalista, que tendem a desconsiderar a qualidade do sistema natural e social, e em grande parte desconsideram a existência de outras formas de uso do espaço e dos recursos menos vinculadas ao mercado.

⁴ Acredita-se que todos os efeitos deletérios às comunidades pesqueiras locais, mesmo não sendo de âmbito territorial, podem gerar a sua desterritorialização. Entretanto, não caberia em uma só pesquisa o levantamento e sistematização de todas essas informações, por isso a justificativa de escolha dos processos mais contundentes de impacto ao território tradicional.

intensa e avassaladora das relações capitalistas na pesca artesanal brasileira, sendo os principais motivos nessa fase inicial as ocupações das regiões costeiras para uso turístico e a modernização técnica da pesca artesanal. (DIEGUES, 1983; 1995; 2004; SILVA, 1993; MORAES, 2007). A atividade portuária local também inicia uma fase de intensificação nesse período, principalmente pela expansão dos mercados globais e os consequentes investimentos na infraestrutura local (para a região a principal obra é a BR 277, inaugurada em 1969, e que liga Foz do Iguaçu à Paranaguá, passando por Curitiba). (SOARES, 2009). Essa análise baseada num registro histórico se mostra necessária para compreensão do cenário atual, pois como aponta Santos (2008) a divisão territorial atual depende das formas geográficas herdadas e das divisões territoriais do passado. Assim, a proposta de detalhar os períodos anteriores se dá no sentido de fazer um registro das configurações socioespaciais e insurgências de resistência do presente, onde a perspectiva histórica pode ampliar nossa compreensão das práticas de resistência atuais dos pescadores artesanais do litoral.

Este trabalho examina como se deram os processos de dominação/exploração sobre as comunidades pesqueiras do litoral e as práticas de resistência empregadas por esses atores frente às formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos, assim como os resultados alcançados pelos pescadores, em relação à constituição do espaço local, à manutenção do seu território, e as dificuldades e os desafios enfrentados por esses sujeitos dentro do contexto do trabalho. O trabalho destaca uma nova leitura do espaço e das relações socioterritoriais da pesca artesanal do litoral do Paraná, a partir da ótica da produção socioespacial, de conflitos e injustiças ambientais, e da discussão sobre territórios tradicionais.

Os desdobramentos da tese apresentam um valor político para a realidade local. O trabalho compila, e dessa maneira dá luz, aos casos de conflitos e injustiças ambientais que envolvem pescadores artesanais do litoral do Paraná, assim como também traz a público as ações e vias de resistência desses grupos frente aos problemas descritos, ações essas de garantia de direitos. A análise e o levantamento desses casos podem servir para integrar e fortalecer as resistências por garantia aos territórios pesqueiros desenvolvidas pelos pescadores artesanais locais, contribuindo assim na expansão da luta dos movimentos sociais e das demais ações coletivas existentes. Esse tipo de pesquisa, além de levantar informações ainda não sistematizadas e contribuir nas análises acadêmicas das ações coletivas de resistência, tende a contribuir ao fortalecimento da luta das populações estudadas para permanência nos seus territórios. (SILVA, 2007), se aproximando assim de uma ciência

cidadã com propósito de atendimento das demandas e necessidades das populações presentes no cenário pesquisado. (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; PORTO, 2011).

1.2. Objetivos e Questões de Trabalho

A partir da problematização e do marco teórico inicial apresentado, levanta-se a seguinte questão central de trabalho: como as práticas de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná na luta pelo território, frente às formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos (formas de dominação/exploração), se relacionam com a sua própria territorialização e com a produção socioespacial da região?

A partir disso são lançadas algumas questões subsidiárias no sentido auxiliar a busca de informações, sendo estas:

- 1) Como as formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos empregadas no espaço local geram conflitos e injustiças ambientais e demais consequências aos pescadores artesanais do litoral do Paraná, e como atuam cada um dos atores locais envolvidos nesses casos?
- 2) Como as resistências adotadas pelos pescadores artesanais na luta pelos seus territórios, frente situações conflituosas com as formas hegemônicas, vêm atuando nas questões territoriais que envolvem os pescadores locais?
- 3) Em que condições os pescadores artesanais locais vêm se reterritorializando ou resistindo após ações desterritorializadoras?

Das questões estabeleceu-se o objetivo geral dessa pesquisa, que é:

Analisar de que maneira as práticas de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná, frente às formas hegemônicas de produção do espaço ou apropriação dos recursos locais (formas de dominação/exploração), se relacionam com sua territorialização atual e a produção socioespacial da região.

Para atingir o objetivo geral, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever as formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos do litoral do Paraná a partir da década de 1950, período reconhecido como de ocupação mais intensa da região, e os seus reflexos para a configuração socioespacial atual;
- Caracterizar os principais conflitos e injustiças ambientais que envolveram e envolvem disputa territorial entre as formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos locais e os pescadores artesanais do litoral paranaense;
- Categorizar as ações de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná perante as formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos locais identificadas;
- Analisar casos de desterritorialização de comunidades pesqueiras do litoral paranaense devido às formas hegemônicas de produção do espaço ou apropriação dos recursos locais e as condições em que essas comunidades se reterritorializaram ou resistiram;
- Verificar a relação entre as práticas de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná com cada uma das formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos locais;
- Identificar o papel dos atores locais ligados ao processo de territorialização e nas ações de resistência dos pescadores artesanais do litoral paranaense.

2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

O referencial teórico e conceitual desta pesquisa terá contribuições de diversas vertentes que analisam as questões socioambientais a partir de um enfoque histórico-crítico, incluindo elementos da Geografia Crítica, da Ecologia Política e da Economia Política Marxista e sua interpretação das ações coletivas de resistências e movimentos sociais. As categorias de análise relevantes para a pesquisa são: produção socioespacial, território, conflitos ambientais, injustiças ambientais, territorialização/desterritorialização/reterritorialização, resistência, ações coletivas e movimentos sociais.

Outros aportes teóricos são utilizados de maneira secundária ao longo da pesquisa, servindo de suporte à estruturação da análise. Como exemplo pode-se destacar a Teoria

Decolonial, abordagens interpretativas da apropriação dos recursos comuns e aportes conceituais ligados às ciências pesqueiras e ciências ambientais em geral.

2.1. Categorias para o Entendimento da Produção Socioespacial

Uma análise de componentes territoriais deve prioritariamente partir da compreensão do que é o espaço. Em primeira instância, o espaço geográfico pode ser considerado como a “epiderme da Terra”, ou seja, a superfície terrestre e toda a biosfera, e o espaço que possibilita a ocupação humana é reconhecido como espaço habitável. (DOLFUS, 1991).

Porém, o espaço não é apenas um palco, no qual se desenvolvem as atividades humanas. Como coloca Carlos (2011), a sociedade, ao reproduzir-se, o faz em um espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas. Ou seja, a reprodução da sociedade, em sua totalidade, realiza-se através da produção/reprodução do espaço.

Dessa forma, o espaço, produto do processo social, também reproduz as relações sociais que o produziram. Não se trata de dois termos separados que entram “em relação”, mas de uma relação dialética em que um termo se realiza no outro e através do outro. (CARLOS, 2007). Destaca-se, porém, que na sociedade capitalista, caracterizada por classes sociais antagônicas e pelo conflito de classes, o espaço produzido só pode ser desigual, estratificado e segregado. O resultado desse processo é a constituição conflituosa de espaços “unifuncionais” de caráter mercantil estruturados pela lógica capitalista hegemônica e seus atores, enquanto do outro lado uma série de “grupos e atores hegemonzados” luta pelo uso do território para sua sobrevivência, geralmente empregando uma lógica mais diversa de uso do espaço. (HAESBAERT, 2008).

A partir da categoria espaço é possível distinguir suas categorias constitutivas internas, conforme aponta Santos (2006, p. 13):

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho (...)

Paisagem e espaço são categorias diferentes. A paisagem é a materialização das formas em um instante, como uma fotografia da realidade fixando a ação humana. É a uma

parte da configuração do territorial possível de ser englobada pelo campo de visão, e que apresentam as relações subsequentes entre homem e natureza traçadas num determinado espaço. (SANTOS, 1988; 2008).

Já o contexto da “diferenciação espacial” é um tema chave em qualquer discussão territorial, sendo apresentada numa vasta literatura. (CARLOS, 2007). Mesmo tendo uma base conceitual de origem similar, a terminologia usada para expressar tal processo é vasta. Milton Santos (1988) usa a expressão “configuração territorial”, mas o mesmo autor posteriormente utilizou a expressão “formação socioespacial”. (SANTOS, 2006). Já Carlos (2007) utiliza a expressão “diferenciação socioespacial”, o que segundo a autora “introduz uma ‘qualidade’ ao tema da diferenciação, obrigando-nos a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social”. (CARLOS, 2007, p. 45).

Considerando então o componente social para uma análise de configuração espacial é imprescindível o entendimento da técnica, que é a mediadora da relação entre o Homem e a natureza. “As técnicas são o conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2006, p. 29). O fato é que as técnicas não são similares, há técnicas de maior capacidade de interferência no meio e há as que se sobrepõem sobre outras, sendo representadas por grupos sociais distintos. As técnicas também são condicionadas ao meio, sendo derivadas das configurações geográficas naturais.

Sendo assim, a produção socioespacial é condicionada por distintos grupos sociais, de diferentes classes sociais. Assim, considera-se que no contexto da produção socioespacial há uma relação de classes em constante conflitualidade, que se apresenta por uma disputa de modelos de desenvolvimento e de constituição da sociedade, e que produzem diferentes territórios e espaços. (FERNANDES, 2009). As contradições inerentes das relações sociais criam espaços e território heterogêneos, gerando mais conflitualidades entre as classes. (FERNANDES, 2009). Essa diferenciação socioespacial, oriunda da diversidade de técnicas apropriadas por distintas classes, vai gerar o que se chama de “divisão territorial do trabalho”. Conforme Santos (2006, p. 88) “a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia de lugares com distintos níveis de exploração do meio, e a partir dessa distribuição é definida a forma de agir de pessoas ou grupos econômicos”.

Carlos (2007), baseando-se nas reflexões elaboradas por David Harvey e Edward Soja, centraliza a noção de “desenvolvimento geograficamente desigual” como propulsor das diferenciações socioespaciais, afirmando que

(...) no centro do processo constitutivo da diferenciação, iluminam a noção de ‘desigualdade’ que esclarece a existência de uma sociedade de classe que diferencia os seus membros a partir do lugar que ocupam tanto na produção quanto na distribuição da riqueza gerada. (CARLOS, 2007, p. 47).

Dessa maneira, transfere-se a análise da mera observação das atividades realizadas no espaço, para uma a “análise de conteúdo da prática socioespacial, enquanto movimento de produção, apropriação e reprodução”. (CARLOS, 2007, p. 59). E essa lógica está pautada nos processos históricos de acumulação de capital, que materializam a segregação entre os atores hegemônicos responsáveis pela rentabilização capitalista, e que acabam concentrando grande parte das riquezas, e os atores hegemônizados, subalternizados no processo de apropriação espacial, a quem muitas vezes são negados o próprio direito de sobrevivência.

Dentro desse contexto, da diferenciação e produção socioespacial, diversos autores sinalizam para a importância da contextualização histórica na compreensão desse processo. (SANTOS, 1979; 2006; DOLFUS, 1991; REBORATTI, 2001; HAESBAERT, 2004; CARLOS, 2007). Esse contexto deve ser visto como um fato histórico, já que a história não é deslocada do espaço e não existem sociedades que sejam a-espaciais e/ou a-histórica. (SANTOS, 1979; DOLFUS, 1991). Santos (2006) destaca ainda que a divisão territorial do trabalho atual depende das formas geográficas herdadas e das divisões territoriais do trabalho anteriores, o que em resumo aponta que a diferenciação socioespacial presente está totalmente atrelada as configurações do passado.

Sob a influência desses fatores gera-se a configuração de um lugar, que para os sujeitos pertencentes é uma totalidade. Para Santos (2006) existem três totalidades, onde a primeira é o mundo, a segunda é o país ou um estado⁵, é a terceira totalidade é o lugar, “onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo”. (SANTOS, 2006, p. 182).

O lugar está sob influência de elementos denominados por Santos (2006) de fixos e fluxos. Para o autor

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 2006, p. 38).

⁵ Santos (2006) chama essa segunda totalidade de território, sendo este conceito para o autor a delimitação das configurações do Estado. Neste trabalho, é destacado nas seções seguintes, o conceito de território que é interpretado por outro viés.

Fixos e fluxos interagindo formam a realidade geográfica. É assim historicamente, mas hoje em dia os fixos são mais artificializados e presos ao solo e os fluxos são mais diversos, amplos, numerosos e rápidos. (SANTOS, 2006). O contexto da globalização no lugar expressa isso, mudanças pontuais em determinadas regiões derivadas de um mercado global representados por pessoas que não se encontram no lugar. Assim, esta afirmativa corrobora com Boron (2004, p. 200), em interpretação da obra de Milton Santos, onde afirma que

(...) a ditadura do capital exige total liberdade para os movimentos do capital e a mais completa autorização para atravessar as fronteiras dos Estados nacionais sem incômodo algum. Mas também exige, para perpetrar a desigualdade radical que caracteriza estruturalmente o capitalismo, a inamovibilidade da mão-de-obra. Ou que, quando esta tiver a ousadia de se mover e abandonar uma sociedade que a explora e dessangra, deve enfrentar as consequências de tal escolha com suas próprias precariedade e ilegalidade. Territórios fixos e rigidamente demarcados para os segundos, fronteiras porosas e permeáveis para o capital. Milton Santos o advertira claramente quando nos dizia que o território era o resultado das relações sociais e das lutas de classes.

A partir do contexto apresentado, considera-se que as diversas formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos, que muitas vezes se traduzem nas formas de dominação/exploração de grupos subalternos, como os pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais, influenciam contundentemente o processo de produção, apropriação e reprodução socioespacial dessas populações, muitas vezes desterritorializando-os de seus territórios historicamente ocupados. Por outro lado, esse processo também pode ser conduzido por ações de resistência desses grupos frente às ações desterritorializadoras que, suportando e/ou vencendo as pressões externas, podem garantir a sua permanência em seus territórios, e constituir a produção socioespacial local.

Assim, aceita-se nesta pesquisa que a produção, a apropriação e a reprodução socioespacial se dá principalmente por uma relação de forças entre dois fatores: as formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos; e as formas de resistência de grupos subalternos frente às formas de dominação/exploração. A primeira, geralmente mais forte, permeia por diversas linhas espoliando as formas alternativas e/ou comunitárias de uso do espaço, enquanto a segunda se apresenta como uma barreira ao desenvolvimentismo descontrolado, sendo uma das únicas possibilidades de sustentação das culturas e das populações comumente invisibilizadas na sociedade contemporânea. Analisando o processo dessa perspectiva “desloca-se o enfoque da localização das atividades,

no espaço, para a análise do conteúdo da prática socioespacial, enquanto movimento de produção, apropriação e reprodução.” (CARLOS, 2007, p. 59).

2.2. O Conceito de Território

Segundo Haesbaert (2004), território é um conceito chave em diversas áreas da ciência, Ciências Políticas, Antropologia, Psicologia, etc., o que o faz ter distintas definições, muitas vezes dentro de uma mesma área do conhecimento. (HAESBAERT, 2004). Steinberger (2006, p. 58) também reconhece as várias definições de território, mas destaca que o “importante é saber que território não é espaço”. Conforme interpretação de Saquet & Silva (2008), à luz da teoria de Milton Santos, encontrar uma definição única para espaço e território não é uma tarefa fácil, já que ambas as categorias são empregadas de distintas maneiras, e recebem continuamente elementos na sua construção, de forma que a definição não é imutável, fixa e eterna, ela possibilita mudanças no transcurso da evolução do pensamento.

Porém, a necessidade analítica da pesquisa exige um recorte entre as duas categorias. Assim, neste trabalho aceita-se a posição de Raffestin (2009, p. 26), onde

Espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos (...) É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade.

Assim o território é a porção espacial onde se desenvolvem as práticas produtivas, culturais e onde se reproduzem os modos de vida, e sendo o território formado a partir do espaço, este é uma correlação de fatores materiais e imateriais. (STEINBERGER, 2006). Dessa maneira o território apresenta conotação dupla, uma de ordem material e outra simbólica. (HAESBAERT, 2005). Assim, a lógica da apropriação da ordem material se dá pelos valores simbólicos atribuídos por uma sociedade ao seu espaço. Dessa maneira, os recursos naturais e os espaços utilizados pelo ser humano

(...) só adquirem valor em função de uma sociedade, de uma época e de técnicas de produção determinadas; estão na dependência de uma modalidade de produção e da

conjuntura de uma época (...) De acordo com as épocas e com as técnicas, um mesmo recurso oferece possibilidades diferentes de utilização (...) É, portanto, possível haver pluralidade de utilizações de um mesmo recurso ou concorrência para seu uso (...) A melhor utilização possível de um elemento do espaço, em função das necessidades da sociedade, constitui um dos problemas da organização do território. (DOLFUS, 1991, p. 37-38).

Os valores simbólicos atribuídos por uma sociedade ao seu espaço e ao território, as formas com que as pessoas utilizam a terra e como elas se organizam são compreendidos como a territorialidade. (HAESBAERT, 2004). Dessa maneira, a territorialidade são todas as propriedades necessárias para a construção territorial, sendo um componente “abstrato” que incorpora dimensões políticas, econômicas e culturais na sua estrutura base. (HAESBAERT, 2005).

Os valores impostos pelo modelo capitalista de desenvolvimento impõem novas relações de territorialidade, na maioria das vezes se impondo sobre culturas e simbolismos diferenciados ao espaço. Lefebvre (2006) destaca a diferença de “apropriação” e “propriedade” do espaço. Cada um apresenta tempos, ritmos, símbolos e práticas atribuídas ao espaço. Quanto mais o espaço é funcionalizado ao atendimento dos agentes do capital mercantilizado, ele passa a ser uno em sua função, se tornando cada vez mais propriedade de poucos, e deixando de ser apropriado possivelmente por uma coletividade. E dessa maneira, conforme Haesbaert (2005, p. 6775) “enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica.” Assim, ainda seguindo a ideia de Haesbaert (2005), enquanto os agentes dominantes privilegiam o lado funcional e mercantil do território, os atores dominados das relações conflituosas tendem a valorizar o território como elemento chave para sobrevivência cotidiana da população. Nesse sentido, para alguns grupos étnicos, de histórica relação com um espaço ocupado, a perda ou comprometimento de uso da base territorial está ligado ao desaparecimento da população ou da própria cultura. É o caso dos povos e comunidades tradicionais e suas “terras tradicionalmente ocupadas”, fonte de sustentação dessas sociedades pela relação que mantém nesses espaços. (ALMEIDA, 2004).

A partir disso compreende-se que o ponto crucial que deve ser destacado na análise territorial e que delimita o território é aquele das relações sociais enquanto relações de poder, ou seja, a dimensão política do território (HAESBAERT, 2005; SOUZA, M. L. 2009), ou como um grupo social manifesta uma imposição sobre outro grupo tido subalterno.

Haesbaert (2004, p. 78) aponta que o território é antes de tudo as relações sociais e o contexto histórico em que os grupos humanos estão inseridos, assim “é imprescindível,

portanto, que contextualizemos historicamente o 'território' com o qual estamos trabalhando”. E os territórios se transformam conforme a entrada e o ritmo de técnicas ao espaço, sendo essa lógica presente tanto na cidade como para o campo. (RAFESTIN, 2009).

Analicamente Haesbaert (2005, p. 6776) destaca que

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhadas na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Conforme Haesbaert (2004) o conceito de território pode ser analisado por distintas vertentes e/ou formações, e dependendo da concepção utilizada para a sua definição, também se modificará a compreensão dos processos que afetam a estrutura do território e das consequências geradas. Haesbaert (2004) apresenta uma síntese de diferentes formas de se abordar e tratar a categoria território, destacando as seguintes concepções: naturalista, cultural, econômica e política.

A concepção naturalista atribui às relações sociais que originam o território a um comportamento natural, muitas vezes “estabelecendo uma correspondência quase irrestrita entre o mundo animal e o humano”. (HAESBAERT, 2004, p. 50). Nessa definição, toda a relação social humana é vista por um componente biológico-natural. Essa concepção pode ser atribuída à ideia de “biologização” da vida humana, quando atributos naturais são relacionados a qualquer esfera sócio-histórica, desconsiderando as complexas relações da sociedade humana. (FOLADORI, 2000).

A análise territorial a partir de sua dimensão simbólica-cultural apresenta as compreensões que o ser humano constrói acerca da natureza e do seu espaço, que o fazem se relacionar com o seu entorno, evidenciando assim valores históricos diferenciados para cada grupo social. (HAESBAERT, 2004; CUNHA, 2009). Esse tipo de abordagem tende a visualizar o território através de seus componentes imateriais, não se atendo à delimitação espaço-territorial numa perspectiva de zonas.

A concepção econômica enfatiza o conceito de território como fonte de recursos que é incorporado nas disputas cotidianas entre classes sociais e na relação capital-trabalho, podendo ser interpretado como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho. (HAESBAERT,

2004). Isso supõe a existência de conflitos, gerados pelas formas de uso, apropriação e distribuição do espaço e dos recursos. (SANTOS, 2008).

Já a concepção política, tende a uma percepção do delineamento e controle do espaço por um determinado grupo ou agente social – muitas vezes sendo esse o Estado – que exerce o poder sobre o território. (HAESBAERT, 2004). Essa é a visão analítica mais difundida do conceito, isso pelas diversas disputas e interesses existentes no uso do espaço e dos recursos contidos nestes. (HAESBAERT, 2004).

Contudo, conforme o próprio Haesbaert (2004), entende-se que abordagens segmentadas da questão territorial tendem a ser limitadas. Abordagens holísticas do conceito, que levem em conta o território numa perspectiva integradora dentre as suas vertentes, incorporando mais de uma das concepções apresentadas, parecem estar mais próximas da realidade complexa do pensar o território e toda a necessidade de ordenamento territorial hoje existente.

Assim neste trabalho priorizou uma perspectiva materialista histórica/dialética do território, trazendo para a discussão principalmente elementos relacionados às concepções econômicas e políticas sobre o tema. Isso não quer dizer que se negligenciará as demais formas de abordagem, principalmente a de cunho culturalista, que indiretamente pode ser utilizada para correlações específicas.

2.3. Conflitos e Injustiças Ambientais

Uma categoria essencial para análises de ordem territorial é a de conflito. O conflito é aqui compreendido como a falta de entendimento entre objetivos diversos e incompatíveis de duas ou mais partes envolvidas em uma relação social. Para Galvão (2012, p. 239):

Os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais. Os conflitos se expressam de diferentes formas, em diferentes intensidades e exprimem conteúdos distintos, a depender do perfil político-ideológico das organizações que assumem o papel de mediação da ação dos dominados.

Sendo o espaço o cenário de estruturação de distintas formas de uso e apropriação do meio e dos recursos, segundo Santos (2008) a afloração dos conflitos é inevitável nesse campo, já que um mesmo espaço pode apresentar distintos interesses de uso, e muitas vezes usos completamente antagônicos.

No contexto da presente pesquisa, ligada ao viés territorial da pesca artesanal, a categoria de conflito ambiental apresenta correlação direta com o objeto de estudo. Conflito ambiental é aqui entendido como a “disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc.” (ACSELRAD, 2004, p. 26). Segundo este autor a categoria de conflito ambiental é comumente tratada somente sob a ótica da escassez dos recursos, o que tende a esvaziar o debate político em torno do tema. Contudo, as relações assimétricas entre as diferentes lógicas de apropriação do meio, assim como as consequências descompensadas desses processos, podem ser analisadas nessas perspectivas.

No campo socioambiental interdisciplinar Ferreira (2005) observa uma clivagem entre duas grandes abordagens utilizadas para a análise de conflitos: abordagem histórica e evolutiva; e abordagem sistêmica e situacional. Conforme a autora, a primeira privilegia mudanças ambientais produzidas pela ação humana historicamente, já a segunda privilegia, por sua vez, a integridade dos sistemas ecológicos em um determinado momento. No presente trabalho a categoria conflito é abordada em uma perspectiva histórica vista como em processo constante de transformação que envolve diferentes atores, de distintas classes sociais.

A origem dos conflitos ambientais são as contradições dos modelos de desenvolvimento presentes num mesmo espaço. Modelos esses que apresentam práticas de apropriação do mundo material distintas, no interior das quais os protagonistas desenvolvem diferentes estratégias técnicas, sociais e culturais de apropriação e aproveitamento do mundo material, de uso e significação do território, definidas por processos históricos, e estruturadas por inescapáveis relações de poder. (ACSELRAD, 2004). Os conflitos ambientais expressam as distintas concepções sobre o que se entende pela “natureza”, e seu papel, e por “desenvolvimento”. (SVAMPA, 2016). Assim, o conflito ambiental surge “quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Muitos autores nomeiam esses conflitos ambientais como conflitos distributivos, no sentido de resultarem de uma má distribuição no acesso aos recursos e dos danos ambientais gerados pelo sistema. (MARTINEZ-ALIER, 2007). Entretanto, é possível reconhecer tipos ou categorias de conflitos. Adota-se neste trabalho a classificação de Zhouri & Laschefski (2010), que reconhecem três modalidades de conflitos ambientais:

(a) os **distributivos**, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os **espaciais**, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os **territoriais**, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 15-16).⁶

Esses podem coexistir simultaneamente numa mesma realidade. Entretanto, a subdivisão em categoria auxilia a compreender os reflexos desses conflitos e as possíveis resistências. Tais conflitos, geralmente marcados por situações de fortes desigualdades sociais, tendem a se radicalizar em situações de injustiça. (PORTO; MILANEZ, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Dentro desse contexto surgem as injustiças ambientais. A injustiça ambiental é definida pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA (2001) como o mecanismo no qual sociedades social e economicamente desiguais, destinam a maior parte dos danos ambientais às populações mais vulneráveis e de baixa renda, como grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários e demais populações marginalizadas. Sabe-se da existência de outras categorias de mesma base conceitual à apresentada, como a de injustiça espacial, que envolve a falta de distribuição justa e equitativa dos recursos socialmente valorizados e as oportunidades de usá-los no espaço. (SOJA, 2009). Entretanto, para essa pesquisa aceita-se que os impactos de ordem espacial e territorial são também injustiças ambientais.

Essas injustiças podem manifestar-se de várias maneiras. Podem surgir pela aplicação das políticas, que elaboradas e/ou implantadas de forma não democrática, resultam em formas discriminatórias de uso do espaço, sem contemplar prioridades de grupos menos providos de bens e recursos. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; SOJA, 2009). Na esfera da produção, ocorre a continua destruição de formas não capitalistas de apropriação do espaço e da natureza, sendo seus protagonistas atingidos pelos impactos gerados pelas formas capitalistas de produção (e.g. monoculturas, barragens, atividades mineradoras, etc.). Na esfera do consumo, por sua vez, o acesso desigual se expressa na extrema concentração de espaço e de recursos em poucas mãos, ao passo que uma grande parcela da população fica abaixo dos patamares necessários à sua sobrevivência. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Por fim, considera-se que as injustiças ambientais podem resultar no comprometimento da permanência de determinados grupos sociais no seu território, processo esse que chamaremos de desterritorialização e será melhor definido nas seções seguintes deste trabalho.

⁶ Destaques no texto feitos para este trabalho.

Em contrapartida ao cenário gerador de injustiças ambientais, vem surgindo cada vez mais movimentos e demais organizações sociais que lutam por justiça ambiental, visando combater tais processos conflituosos que levam a relações deletérias das populações afetadas. A justiça ambiental nasce da grande demanda por justiça social existente na sociedade contemporânea. (MARTINEZ-ALIER, 2007). Conforme Soja (2009), procurar lutar contra as injustiças, seja ela da ordem que for, é um objetivo fundamental em todas as sociedades, sendo um princípio essencial para sustentar a dignidade das sociedades humanas.

A maioria das concepções comumente atribuídas para a análise e solução dos problemas socioambientais, traz consigo muitas vezes a negação das injustiças, tentando afirmar que essas ocorrem apenas entre indivíduos, e não entre classes ou grupos sociais; que algumas pessoas aceitariam voluntariamente a injustiça em troca de vantagens; que a injustiça seria resultado inevitável da operação dos mecanismos de mercado; e que seria apenas uma máscara para a ânsia por poder das comunidades. Em contraposição a esse discurso, segundo Acselrad, Mello & Bezerra (2009) a promoção da justiça social é fundamental para se enfrentar as crises existentes, já que a desigualdade social e de poder está na raiz da degradação socioambiental.

2.4. A Tríade TDR: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

A territorialização é considerada aqui como o processo de fixação de um grupo ou sociedade, detentores de formas culturais específicas, em um território. Ele compõem e é fator essencial para a sustentação de culturas e modos de vida no longo prazo. Para as culturas subalternas ao modelo capitalista isso é um desafio, pois as pressões externas tendem a comprometer o seu processo de territorialização. Muitos desses processos podem levar a ações de “*desterritorialização*” que, segundo Deleuze & Guattari (2012) é o movimento pelo qual se abandona o território, seja por iniciativa própria e fatores internos, ou por processos exógenos.

Haesbaert (2004, p. 130) aponta que há uma *desterritorialização relativa*, que seria “o abandono de territórios criados nas sociedades”, e a *desterritorialização absoluta*, que “remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível”, ou seja, a ruptura do simbólico e cultural. Segundo o autor, os dois processos se inter-relacionam.

No contexto da ideia-força da desterritorialização, a questão conflituosa de classe se apresenta como o caráter fundamental na análise. Souza, M. L. (2009, p. 60) aponta que esse

Processo [desterritorialização] pode ter a ver com o desenraizamento (menos ou mais traumático culturalmente) de indivíduos e grupos; e pode implicar a privação do acesso a recursos e riquezas; mas é, sempre, e em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço.

A partir da perspectiva adotada neste trabalho, entende-se como os primeiros processos desterritorializadores se originam da própria constituição do Estado e dos processos de acumulação do capital. Conforme Deleuze & Guattari (2012), criando subdivisões administrativas, o Estado realiza uma ação de desterritorialização das comunidades originárias. Já em relação ao Capital, o processo se inicia na chamada acumulação primitiva do capital, quando se separa o produtor dos meios de produção, dando melhores condições de uso do espaço e dos recursos a uns, e subordinando outros aos mais capitalizados, processo que é consolidado posteriormente por uma acumulação extensiva, intensiva e muitas vezes espoliativa das populações menos favorecidas. (HAESBAERT, 2004; HARVEY, 2004a). A contextualização histórica e a construção teórica desses processos de colonialidade do poder sobre as culturas marginais não só recuperam os fatos, mas encorajam e reproduzem o aprendizado das formas de resistências empregadas pelos grupos oprimidos. (QUIJANO, 2014).

Além disso, conforme Haesbaert (2004, p. 174) “o modo de produção capitalista ‘desterritorializa’ os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica”. Vale destacar que na economia capitalista o desenvolvimento não é orientado pelo atendimento de prioridades sociais – como a manutenção ou regularização de territórios de comunidades tradicionais e de seus modos de vida – mas por uma lógica de maximização do lucro, principalmente ligado a setores economicamente vantajosos para o capital. (FOLADORI; MELAZZI, 2009).

Para todo processo de desterritorialização, há um processo de *reterritorialização* que, em determinados casos, pode ser visto como positivo, mas em sua maioria tende a apresentar efeitos negativos para a cultura ou sociedade envolvida. (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Em se tratando de grupos mais vulneráveis da sociedade, como grande parte das comunidades e povos tradicionais, considera-se que os processos de desterritorialização geram em sua maioria consequências deletérias para os envolvidos, já que a sua consequente reterritorialização pode estar atrelada a uma perda cultural e simbólica ligadas a uma dificuldade de manutenção das técnicas historicamente desenvolvidas, a um processo de

aumento da vulnerabilização, e a uma desvinculação definitiva das suas “terras tradicionalmente ocupadas”. (ALMEIDA, 2004).

Assim, as relações da tríade territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), como descreve Chelotti (2010), são consideradas aqui como o principal propulsor da forma de produção e diferenciação socioespacial. E como aponta Heidrich (2009, p. 288) “o tempo presente é de sobreposição de territorialidades, de coexistências e de conflitos”. Situações essas geralmente descompensadas e que acabam comprometendo classes sociais subalternizadas. Porém, acredita-se que as resistências sejam um mecanismo possível de regular essas relações em favor das parcelas da sociedade injustiçadas.

2.5. Resistência como Categoria de Análise: Ações Coletivas e Demais Formas de Resistência

Frente aos conflitos e injustiças deflagrados, em muitas situações, os sujeitos não respondem como atores passivos às pressões sofridas, esses se organizam em movimentos, associações, redes, grupos de identidade coesa, estruturando diversas formas de se manifestar e reivindicar seus direitos. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Um processo que passa por ser um desafio difícil, frente à dinâmica capitalista de expansão, e sua penetração em todas as instâncias sociais, e também à estruturação da sociedade em multiterritórios, de complexas relações, como explica Haesbaert (2005). Sobre essa reflexão, Haesbaert (2005, p. 6785) também questiona como é possível “organizar movimentos políticos de resistência através de um espaço tão fragmentado e, em tese, multi-escalar e... desarticulado?”

Dentro do paradigma teórico adotado na pesquisa a categoria de resistência se apresenta como chave para compreensão na luta por direitos sociais. Segundo Gohn (2002) resistência é uma categoria predominante nos movimentos de caráter popular. A categoria de resistência pode ser vinculada à de *luta social*, que seria a defesa dos interesses de uma parcela marginalizada da população, que busca por conquistas ou formas de resistência às mudanças impostas por estratégias homogeneizadoras e/ou degradadoras do capital. (GOHN, 2002). Dessa maneira, os movimentos se articulam como frentes de resistência à lógica hegemônica homogeneizadora desenvolvimentista⁷, chegando em algumas situações a criar

⁷ Assim como aponta Sant’ana (2012, p.32) em sua leitura crítica sobre as ações de resistência, acredita-se que outros fatores, além da estrutura de dominação imposta aos grupos subalternos, também podem influenciar nas estratégias de resistência. Como por exemplo, as mudanças no nível de repressão dos grupos de elite e as

uma “*cultura da resistência*”, como aponta Fernandes (2010) para o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Esses movimentos de resistência apoiam-se em certos valores intrínsecos que destacam seu papel de luta social de caráter popular. Sader (1988, p. 312) – analisando movimentos populares urbanos dos anos de 1970 e 1980 em São Paulo – destaca alguns desses valores presentes nos movimentos populares:

(...) valores de justiça contra as desigualdades imperantes da sociedade; da solidariedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor; (...) [que fazem] da afirmação da própria identidade um valor que antecede cálculos racionais para a obtenção de objetivos concretos. (SADER, 1988, p. 312).

Ribeiro (2017), fazendo uma análise comparativa das similaridades entre correntes da justiça ambiental e justiça espacial, destaca que o aspecto importante de ambas é a

(...) ideia de justiça, de igualdade entre os seres humanos, de avaliação do acesso ao exterior da corporeidade, de garantir o bem-comum. Mais um aspecto comum a elas é a possibilidade de apontarem, com clareza, como o modo de produção hegemônico afeta à exterioridade humana, seja na forma de espaço produzido, seja na forma de natureza. Elas ajudam a entender como uma comunidade, e até um indivíduo, pode ser afetada pelas desigualdades inerentes ao sistema hegemônico de produção econômica. (RIBEIRO, 2017, p. 161).

Teoricamente a categoria de resistência e seus elementos-chave têm uma boa sustentação na temática do *direito de resistência*. O direito de resistência nasce do senso de justiça. Esta ideia força tem sua base no pensamento da Grécia e Roma Antiga, tendo como perspectiva o sentido do direito da população se rebelar contra a tirania de um governante, podendo até cometer o tiranicídio. (ARAÚJO, 2001). A proposta inicial deste não é violar a ordem jurídica, mas restabelecer aquela violada pela opressão e tirania. Contudo, ao longo do século XVII e XVIII ele ganha o caráter de liberdade, imprimindo-lhe um viés reformador da ordem instituída pelo Estado e por toda uma sociedade desigual, violenta e opressora, passando a ser considerado como um direito do cidadão. (ARAÚJO, 2001). Assim, na sociedade moderna

Nenhuma Constituição é democrática se ela não pressupõe a resistência. Reconhecer constitucionalmente o direito de resistência hoje como direito fundamental não corresponde à constitucionalização do uso da violência do cidadão contra o Estado.

variações na organização social dos grupos subalternos. Contudo, esses fatores não serão foco da presente pesquisa, sendo tratado aqui prioritariamente a relação das resistências com as formas de uso hegemônicas do espaço, e o resultado dessa relação na produção socioespacial local.

A resistência à opressão não é contra o Estado [*fim do Estado explicitamente*], mas contra o abuso do exercício do poder estatal. Seu objetivo é restabelecer a ordem constitucional violada. Resiste-se contra o arbítrio e não contra o poder estatal. Quem se vale do direito de resistência para resistir contra a opressão, ao contrário, quer ver restabelecida a ordem constitucional violada e os princípios de justiça por ela resguardados. (ARAÚJO, 2001, p. 124).

Dentro disso, as estratégias de resistência podem ser categorizadas de distintas formas. Elas podem ser de ordem mais defensivas, partindo para níveis de articulação e negociação com a ordem dominante, conseguindo conquistas a partir disso, ou ofensivas, contradizendo o *status quo*. (RIBEIRO, 1999).

A categoria de solidariedade também se apresenta como papel essencial para consolidação dos movimentos populares de resistência. Essa é aqui definida como a relação social que constrói interesses comuns, voltados para um mesmo objetivo, seja ele a emancipação dos trabalhadores ou a luta por um território de uso comum. A solidariedade é tida como o eixo articulador dos atores e sujeitos presentes ligados ao movimento (GOHN, 2002), também sendo considerado como um dos elementos presentes no interior da sociedade capaz de modificar o sistema capitalista como o conhecemos atualmente. (ALTVATER, 2010).

No caso do presente estudo a categoria de resistência exerce um papel intrínseco na construção e manutenção dos territórios. Entende-se dentro desse contexto que a resistência se dá para a manutenção do território, pela territorialização, pela não desterritorialização ou por uma reterritorialização mais condizente com os direitos humanos das populações envolvidas.

A partir disso, as ações coletivas são definidas neste trabalho como atos de resistência, reivindicação ou protesto organizadas por grupos de interesse comum, que envolve obrigatoriamente a necessidade de “relações sociais, circuitos de interação e influência, e escolhas entre formas alternativas de comportamento”. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

Já em relação aos movimentos sociais há várias definições e distintas correntes para interpretação desses. (GOHN, 2002). Os movimentos sociais são como ações coletivas de grupos sociais historicamente marginalizados que lutam por seus interesses, e que dessa maneira se constituem como focos de resistência aos processos injustos e geradores de desigualdade. (SCHERER-WARREN, 2006). Para Sader (1988) os movimentos sociais são os lugares de resistência, onde se elabora um projeto autônomo das classes subalternas. Assim a definição de movimento social aceita na pesquisa é a proposta por Galvão (2012, p. 256), que os define como:

Modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo, mas, justamente por emergir no capitalismo, a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para a análise marxista dos movimentos sociais.

Conforme Guimarães & Guerra (2013), podem ser destacadas três vertentes teóricas de maior influência na produção sobre movimentos sociais e ações coletivas na atualidade: a abordagem culturalista-acionalista, o pensamento pós-moderno e o paradigma marxista. A primeira vertente foca nos indivíduos e não na classe social, negando em grande parte o paradigma marxista clássico por este não considerar abertura para análises de cunho cultural; a segunda nega qualquer contraponto entre os interesses do capital e da emancipação do trabalho; e a terceira, de paradigma marxista, apresenta uma perspectiva de totalidade, descrevendo a realidade em suas múltiplas determinações a partir de uma relação dialética. (GOHN, 2002; GUIMARÃES; GUERRA, 2013).

As abordagens culturalista-acionalista e o pensamento pós-moderno vêm sendo amplamente difundidas nos últimos anos no campo de análise dos movimentos sociais, principalmente apresentada no que é chamado da “Teoria dos Novos Movimento Sociais” (NMS). (GOHN, 2002, 2010a, 2010b; SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2015). Essa se destaca como um campo amplo em discussão, sendo uma fonte considerável de relatos históricos e de elementos conceituais importantes para a discussão sobre o tema, sendo muito difundida no meio acadêmico voltado para a área. (GOHN, 2002).

Contudo, essa tendência teórica visa compreender a “realidade social como um campo de fragmentos e os movimentos contemporâneos como espaços de interesses difusos e não classistas”. (GUIMARÃES; GUERRA, 2013, p. 65). Dessa maneira, a abordagem tende a desconsiderar a história em sua constituição, não abrangendo os fatores objetivos e subjetivos da construção dos processos sociais. Para a própria Gohn (2010b) – autora com base na linha dos NMS – os movimentos sociais não podem ser pensados fora de seu contexto histórico e conjuntural de formação.

Dentro disso, entende-se que abordagens de vertente histórico-materialista, que analisem esses movimentos no contexto de tempo e espaço, baseadas principalmente no paradigma marxista, sejam mais completas para dar conta de todo processo que envolve a construção e a consolidação da luta de um movimento social. Por outro lado, como sugere Gohn (2002), e considerando o contexto da presente pesquisa, são utilizados alguns elementos da teoria dos NMS, no sentido de recuperar reflexões fecundas de obras inseridas nesse contexto teórico.

Em se tratando dos povos tradicionais a função do viés cultural é essencial para compreensão da formulação das ações de resistência desses grupos, pois muitas dessas estão baseadas em lutas identitárias, de sentido descolonizador. (SVAMPA, 2016). Svampa (2016) destaca a principal linha de atuação desses grupos, onde

(...) as organizações e movimentos sociais [ligados aos povos tradicionais] envolvidos constroem conhecimento alternativo, mas isso não se traduz necessariamente em projetos alternativos ao modelo de desenvolvimento imperante. Os movimentos sociais defendem abrir a agenda pública e política, bem como contribuem para a geração de um novo marco normativo ou para a modificação de leis vigentes, que têm um caráter defensivo: estamos nos referindo a leis que reconheçam o direito de consulta dos povos originários, com caráter vinculante; ou leis que proíbam determinadas atividades extrativistas. (SVAMPA, 2016, p. 163).

Dentro do contexto populações tradicionais também emerge o conceito de *movimentos socioterritoriais* ou *socioespaciais*. Conforme Fernandes (2005) esses são aqueles movimentos sociais que produzem ou constroem espaços, e podem ter condição de transformar esses espaços em territórios. Esse conceito emerge da interpretação geográfica de alguns movimentos sociais e de suas relações com a produção socioespacial. Para o caso das populações tradicionais ele emerge como um elemento exemplificador da luta dessas comunidades. Para a realidade desses sujeitos Fernandes (2009, p. 209) aponta que esses

(...) produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos. O desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais e classes sociais (...) E aí está o ponto forte da luta territorial, da disputa territorial. Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. Este é o sentido supremo da luta pelos territórios dos povos camponeses e indígenas. O capitalismo sempre apropriou e/ou subalternizou outras relações sociais e seus territórios. O desapossamento significa a intensificação da destruição dos territórios não subalternos e é exatamente neste ponto que destaco as formas de resistências que emergem dos campos, dos territórios rurais, muito mais que nas cidades.

Contudo, a noção de movimento social pela teoria marxista está pautada em sua estrutura base nas análises dos movimentos operários, o que condiciona “a noção de movimento à classe operária e à luta entre capital e trabalho”. (GALVÃO, 2012, p. 232). Nessa linha, a perspectiva marxista de interpretação dos movimentos sociais mostrou-se não suficiente pelo surgimento de novas lógicas de movimentos sociais, principalmente nos anos 1960, assim como pelas teorias de interpretação desses novos movimentos (GALVÃO, 2012), o que se aplica para análise das populações tradicionais, suas ações de resistência e ações coletivas, onde o viés identitário-cultural é muito forte. A partir disso, como afirma Galvão, é necessário que se avance em análises dos movimentos sociais baseadas nas concepções da teoria marxista, dando estrutura para consolidação de uma interpretação mais concreta deste

campo teórico sobre os movimentos. Para se alcançar tal fim, conforme Galvão (2012) é importante discutir a relação entre classes e movimentos sociais. A autora, interpretando Poulanzas (1978)⁸ e Bensaïd (1999)⁹, considera classe social o agrupamento de agentes sociais determinado com base no nível *econômico, político e ideológico* desses. Assim, segundo Galvão (2012, p. 236)

O conceito de classe, concebido a partir dessas balizas, permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que esses expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalista.

Nesse sentido, se considera que os conflitos sociais não se traduzem apenas numa relação dúbia de capital e trabalho, mas em uma estrutura complexa de diversas classes trabalhadoras. Nesse modelo as classes podem se diferenciar quanto ao trabalho desenvolvido, em relação à forma como a força de trabalho é vendida e no vínculo desenvolvido com a propriedade, principalmente no caso do produtor rural. Dessa maneira, são formados quatro grupos principais de classes sociais trabalhadoras: a operária, a pequena burguesia, as classes médias e a campesina. (GALVÃO, 2012). Nesta pesquisa, o campesinato é o que mais se aproxima dos sujeitos ligados a este trabalho, os povos e comunidades tradicionais, no caso os pescadores artesanais, isso principalmente pela sua relação com a terra, ou seu território, pelo trabalho braçal primário desenvolvido, muitas vezes pela forma como é vendido o seu trabalho, sem direitos sociais e pagamento por partilha, e pela estrutura de organização social. Essa esfera de classe se apresenta como uma das principais forças atuais de contestação da política de modernização neoliberal, o que destaca que a classe campesina, e aceita-se aqui as demais populações que constituem movimentos socioterritoriais, não são grupos inertes frente às injustiças sociais e incapacitados de luta por mudanças na sociedade. (LÖWY, 2010).

O surgimento dos movimentos emerge da posição de classe dos seus integrantes (mesmo que esses elementos classicistas não surjam claramente no discurso do movimento, que pode priorizar elementos culturais e identitários), muitos são pluriclassistas, já que se consideram a existência de distintas classes trabalhadoras, o que os torna movimentos heterogêneos em sua organização e demanda. (GALVÃO, 2012). Assim, as ações coletivas

⁸ POULANTZAS, N. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁹ Bensaïd, D. As classes ou o sujeito perdido, in *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 141-174. 1999.

podem apresentar distintos objetivos, como diferentes níveis de ação política, podendo ser orientados da seguinte maneira:

1. Demandas pontuais ao estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”);
2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal);
3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual;
4. Luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido.

Assim, diferente do que acreditam alguns teóricos brasileiros da linha dos NMS (GOHN, 2010a,b; SCHERER-WARREN, 2006; SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2015), neste trabalho não se aceita toda forma de organização social como um movimento social. Aceita-se que a sociedade está pautada em antagonismos implantados por classes opressoras sob classes oprimidas (MARX; ENGELS, 2007), e os movimentos sociais ou demais formas de ações coletivas são modos de articulação das classes oprimidas visando a superação desses antagonismos. Além disso, aceita-se que em grande parte essas ações coletivas de resistências estão pautadas em práticas espaciais, sendo assim ações de territorialização. (SOUZA, M. L. 2009, p. 67).

Contudo, em muitas situações, pela falta de organização coletiva ou pela alta opressão sofrida, a única alternativa para os grupos oprimidos são as formas de resistência cotidianas. Essas são definidas como a resistência silenciosa e passiva dos grupos subalternos, realizadas individualmente ou por poucas pessoas com quase nenhuma organização, com intuito de garantir direitos mínimos desse conjunto. (SCOTT, 1986; 2011).

As vias de resistência cotidiana se manifestam em ações de descumprimento passivo de normas ou mandados, da sutil sabotagem para com os agentes de dominação e exploração, atos de insubordinação, da falsa submissão, de calúnias, dentre outras estratégias. (SCOTT, 1986; 2011). Essas formas de resistência exigem pouco ou nenhum planejamento e coordenação, representam muitas vezes formas de autoajuda individual, evitando normalmente confrontos simbólicos diretos com as autoridades ou condições de ruptura das normas de elite, o que poderia levar a formas de opressão muito desgastante para as classes subalternas. (SCOTT, 1986).

Muitas ações de afronta e ruptura coletivas e organizadas podem gerar ameaças e retaliações. Já a resistência cotidiana é difícil de ser avaliada, ficando ocultada a ação e

dificultando sanções legais ou opressivas (SCOTT, 2011). Scott (1986, 2011), relata diversas situações que grupos de camponeses conseguiram desfazer mandatos governamentais e/ou tiveram demais conquistas a partir de uma resistência silenciosa e passiva.

Conforme Scott (2011) a primeira forma de resistência de um grupo social frente a uma ação de dominação/exploração é a “cotidiana”; já num segundo momento se articula um processo aberto de discussão e contestação política, e de estruturação da classe trabalhadora. O autor exemplifica esses dois momentos com o seguinte fato:

Em uma esfera encontra-se, por exemplo, o processo silencioso e gradativo através do qual intrusos camponeses muitas vezes penetraram e se estabeleceram em terras de grandes propriedades rurais e terras de floresta de propriedade estatal. Em outra, uma notória invasão de terras contestando abertamente as relações de propriedade. (SCOTT, 2011, p. 222).

Essas formas de ações podem desarticular estratégias políticas propostas pelas classes hegemônicas. Assim, relatos históricos ou construções teóricas da política estruturada por movimentos sociais precisam lidar com as formas cotidianas de resistência. Por isso é importante documentar, assim como trazer alguma ordem conceitual a essa aparente confusão que são as resistências cotidianas. (SCOTT, 2011).

Dentro do contexto exposto, a pesca artesanal e a sua condição de luta pelos territórios pesqueiros também pode ser vista pela ótica da condição camponesa. Ploeg (2008) define essa condição em dez elementos-chave, sendo eles:

(1) a luta por autonomia que se realiza (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) integram com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia, e dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLOEG, 2008, p. 40).

Conforme Ploeg (2008) a coprodução é um dos elementos mais importantes na definição do campesinato, e diz respeito a interação e transformação constante da relação entre os grupos humanos e a natureza. Assim, conforme o autor, a emancipação do campesinato, no caso a pesca artesanal, está pautada no desenvolvimento da sua atividade produtiva e na base de recursos na qual que ele se apoia. Sob essa ótica o trabalho do campesinato implica numa criação contínua de recursos, relações e símbolos da lógica

homem-trabalho-natureza. Dessa maneira, Ploeg diferencia o processo de luta campesina de outras formas de reivindicação da sociedade:

(...) o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta social para o campesinato. A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores. A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro. Nesse aspecto, a cooperação é, frequentemente, um mecanismo-chave. (PLOEG, 2008, p. 43).

Ainda de acordo com Ploeg (2008)

A resistência camponesa (tal como a testemunhamos no começo do século XXI) não é apenas, ou primeiramente, articulada através de lutas abertas (manifestações, marchas, ocupações, bloqueios de estradas), embora essas expressões nunca estejam ausentes. Ela também não se limita aos atos cotidianos de desafio (...) acredito que precisamos reconhecer que existe um campo de ação muito mais vasto e, provavelmente, muito mais importante, através do qual a resistência se materializa. A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente (...). Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré. (PLOEG, 2008, p. 289).

Outra forma de tratar as ações de resistência, muito próxima das ações de resistência cotidiana, é a valoração de práticas culturais tradicionais, ou seja, a resistência através da tradição. (VIEGAS; BURRIOL, 2014). Antes de parecer meramente como um relato antropológico ou histórico, o “tradicional” aparece, para os povos e comunidades que se identificam como tal, como uma forma de reivindicação atual dos seus direitos pautada no autorreconhecimento da coletividade. (ALMEIDA, 2014). Ligado a essa categoria de resistência Ramalho (2010, p. 100) aponta a estética pesqueira – o sentido de belo pelo pescador na sua prática pesqueira – como uma forma de resistência, “de insurgência cotidiana frente à vida aprisionada ao utilitarismo do capital”, como destaca o autor.

Silva (1993) trabalha a resistência realizada cotidianamente por grupos de pescadores a partir das práticas festivas e religiosas tradicionais realizadas. O autor também apresenta a relação de manutenção de práticas tradicionalmente realizadas por comunidades pesqueiras artesanais, frente à implantação de restrições ambientais. Conforme o autor a perduração de certas práticas pesqueiras, perante as proibições ambientais impostas, é desenvolvida pelos pescadores como uma estratégia de resistência para a sua manutenção.

2.6. Operacionalização da Pesquisa

2.6.1. *A Fase Exploratória Inicial*

A presente pesquisa apresenta um caráter fortemente exploratório, tendo em vista o pouco conhecimento prévio e sistematizado sobre as resistências dos pescadores artesanais locais na luta pelo seu território no litoral paranaense. Os dados levantados para responder as questões de trabalho são estritamente qualitativos, base para a descrição dos conflitos e injustiças, do papel dos atores no cenário local e das estratégias de resistência empregadas pelos pescadores artesanais.

A primeira fase da pesquisa consistiu na recuperação bibliográfica teórica e de antecedentes da realidade local. A definição do marco teórico principal e o levantamento das referências condutoras do trabalho se deram basicamente ao longo de todo o ano de 2015. Já o levantamento mais sistemático dos antecedentes bibliográficos da realidade local ocorreu ao longo dos anos de 2016 e 2017. Nesse processo foram consultadas teses, dissertações, monografias, livros, artigos, sites e jornais que expunham a realidade de ocupação do espaço local, ou que trouxessem indicativos sobre os conflitos e injustiças ambientais e espaciais, e sobre as estratégias de resistência dos pescadores artesanais, mesmo que estes elementos não estivessem explicitamente expostos nos textos levantados. A bibliografia utilizada nesse contexto aparece referenciada ao final deste trabalho.

Assim, a recuperação das fontes de reconhecimento histórico se iniciou já na primeira fase da pesquisa. Esse resgate permitiu a descrição das formas de uso, que posteriormente foram confrontadas com as pesquisas de campo para possibilitar o reconhecimento dos conflitos e injustiças ambientais. Em algumas poucas situações foram encontradas informações históricas desse período sobre práticas de resistências dos pescadores artesanais na luta pelo seu território.

A etapa inicial também foi marcada pela realização de conversas informais com informantes de comunidades pesqueiras, em geral lideranças da atividade e pessoas que vivem há mais tempo nas comunidades, com pesquisadores e gestores da região, que possuem certa vivência para relatar fatos correlatos ao presente tema de pesquisa. As conversas ocorreram ao longo do segundo semestre de 2016, totalizando aproximadamente dez saídas de campo de um dia cada, distribuídas entre os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba e Paranaguá. Os dados levantados nessas saídas foram anotados num caderno de registros de campo. Esse período serviu para identificação de alguns informantes que poderiam relatar

com mais detalhes a manifestação dos conflitos e das injustiças ambientais e espaciais, e descrever as experiências de luta dos pescadores pelos seus territórios.

Importante destacar que a fase inicial do trabalho foi guiada principalmente pela experiência de atuação do pesquisador, que atua há mais de 10 anos com projetos de pesquisa e extensão ligados à pesca artesanal na área de estudo, além da experiência de seus pares na área de estudo e na temática abordada, fatos que facilitaram o início da pesquisa.

2.6.2. O Levantamento de Dados e as Características Gerais da Pesquisa

A partir dessa averiguação inicial das principais formas de uso do espaço do litoral do Paraná, assim como dos principais conflitos e injustiças ambientais gerados pelas formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos relacionados à pesca artesanal, e dos indícios de resistência desses grupos, os dados foram organizados e formados cenários de realidades semelhantes das vilas pesqueiras. Para a sistematização dessas informações foi produzida uma planilha de atributos em que todas as localidades do litoral foram agrupadas conforme a sua localização geográfica (costa ou estuário e município de localização), a sua realidade pesqueira (áreas de uso, práticas desenvolvidas e escala de pesca) – baseando-se em parte no trabalho de Andriguetto-Filho (1999) –, as principais formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos existentes na região onde se localiza a vila e indícios de ações de resistências dos pescadores artesanais na luta pelo seu território na região. A partir disso se ordenou 16 agrupamentos de vilas que apresentavam casos específicos de questões territoriais conflituosas e/ou de resistência frente às pressões sofridas (QUADRO 1). Esses agrupamentos se deram basicamente pela posição geográfica das vilas. Algumas vilas permaneceram sozinhas por apresentar casos particulares de pressão ou luta, os quais foram averiguados posteriormente em detalhes nas entrevistas. Esses agrupamentos auxiliaram na busca de informações em campo, permitindo uma cobertura de todas as realidades de formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos, e suas relações com a questão territorial dos pescadores artesanais do litoral. Importante destacar que os agrupamentos destacados não apresentam nenhuma intenção inicial de classificação ou tipificação dessas vilas pesqueiras, mas sim, serviram como um instrumento para facilitar a operacionalização das investigações de campo, e assim facilitar o levantamento de dados de toda a amplitude de território do litoral paranaense.

Após o momento inicial, se investiu nas entrevistas direcionadas aos informantes-chave, reconhecidos na etapa anterior da pesquisa. Nessa fase foram entrevistados pescadores mais experientes e de mais idade, lideranças políticas ligadas ao setor pesqueiro, pessoas ligadas aos movimentos sociais da pesca, pesquisadores com participação em projetos ou pesquisas correlacionadas ao contexto da atual pesquisa, gestores ambientais da região, e demais informantes que apresentaram potencial de fornecer relatos históricos e atuais sobre os processos de disputa e luta dos pescadores pelos territórios pesqueiros no litoral do Paraná. A busca por outros informantes continuou nessa etapa da pesquisa, sendo realizada no sistema “bola de neve”. Ao término de cada entrevista se perguntava por outras pessoas que poderiam responder perguntas semelhantes para a mesma realidade de agrupamento de vilas, ou para os outros agrupamentos, como destacado no QUADRO 1.

As entrevistas possibilitaram o registro de informações do início da década de 1990, até 2017, permitindo uma descrição mais detalhada por parte dos entrevistados das pressões sofridas pelas formas hegemônicas de produção do espaço ou apropriação dos recursos, e das resistências empregadas pelos pescadores. Em apenas uma situação foi possível registrar uma ação de resistência pretérita à década de 1990, já que o sujeito entrevistado, um pescador com mais de 70 anos, havia acompanhado o processo de luta desde o seu início.

QUADRO 1 – AGRUPAMENTOS DE VILAS PROPOSTOS NA FASE INICIAL DA PESQUISA VISANDO REALIZAR AS ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO DE CAMPO.

Nº	AGRUPAMENTO DE VILAS	MUNICÍPIO	TÉCNICA DE LEVANTAMENTO DE DADOS*
1	Barra do Sai	Guaratuba	Entrevista Conversas informais
2	Brejatuba e Caieiras		Entrevistas Conversas informais
3	Mirim e Piçarras		Entrevistas Conversas informais
4	Comunidades do interior da Baía de Guaratuba (Riozinho, Descoberto, São Joãozinho, Cabaraquara, Parati, entre outras)	Matinhos	Entrevistas Conversas informais
5	Matinhos		Entrevistas Conversas informais
6	Ipanema e outras comunidades do entorno (Carmery e Praia de Leste)	Pontal do Paraná	Entrevista
7	Guapê		Entrevista Conversas informais
8	Barrancos		Entrevistas Conversas informais
9	Pontal do Sul, Pontal 2, Ponta do Poço e Maciel		Conversas informais
10	Ponta Oeste	Paranaguá	Entrevista Conversas informais
11	Demais comunidades da Ilha do Mel (Brasília e Encantadas)		Fontes secundárias
12	Amparo, Piassagüera e outras comunidades localizadas Baía de Paranaguá e Antonina (Europinha, Nácar, etc.)		Fontes secundárias
13	Bairros urbanos de Paranaguá (Vila Guarani, Vila Becker, Vila Portuária e Valadares)		Entrevistas Conversas informais
14	Bairros urbanos de Antonina (Ponta da Pita, Portinho, Vila dos Polacos, Tucunduva)	Antonina	Entrevista
15	Comunidades de entorno do Parque Nacional do Superagüi (Barra do Superagüi, Barbados, Canudal, Vila Fátima, Sebui, Barra da Arapira, Vila das Peças, Guapicum, Tibicanga e Bertoga)	Guaraqueçaba	Entrevistas Conversas informais
16	Comunidades da Baía de Laranjeiras e regiões adjacentes (comunidades de Medeiros, comunidades da Ilha Rasa e entorno, Tromomô, Engenho Velho, comunidades do centro de Guaraqueçaba)		Entrevistas Conversas informais
	Informações para todo o Litoral (informantes que relatam experiências para o contexto de toda a região)		Entrevistas Conversas informais

FONTE: O autor (2018).

*Para todos os agrupamentos propostos também foram encontradas fontes secundárias de dados (trabalhos acadêmicos, reportagens, documentos oficiais, etc.), já para alguns agrupamentos o levantamento de dados foi possível apenas por essa abordagem.

As entrevistas foram semiestruturadas, orientadas por roteiros de assuntos que foram tratados com os entrevistados (APÊNDICE 1). Os roteiros eram padrões para cada um dos perfis de atores entrevistados (lideranças da pesca artesanal, gestores ambientais, pesquisadores¹⁰ e demais agentes de apoio da pesca artesanal), mas a conversa em si era conduzida a respeito dos casos observados nas fases preliminares. Assim, a partir de um relato da situação geral por parte do entrevistado, o pesquisador ia inserindo na conversa os elementos destacados nos roteiros (APÊNDICE 1). Dependendo dos rumos da conversa foi “dado voz” ao entrevistado, deixando-o livre para sua explanação sobre o tema, no sentido de extrair com maior fidelidade a opinião do mesmo sobre determinados assuntos relevantes para a pesquisa. As entrevistas duraram de 24 minutos a duas horas, totalizando aproximadamente 28 horas de gravação, sendo o conteúdo posteriormente transcrito. No total foram entrevistados 13 lideranças da pesca artesanal ou pescadores mais experientes, oito pesquisadores ou extensionistas com atuação correlacionada ao contexto estudado, cinco analistas ambientais, uma servidora pública municipal, e um defensor público estadual (QUADRO 2).

Ao longo da fase de entrevistas também foram realizadas diversas conversas informais com atores chaves para a pesquisa. Essas conversas informais são caracterizadas por não terem sido gravadas, por vezes realizadas de maneira não premeditada, mas sempre em torno dos assuntos presentes nos roteiros de entrevista. Quando previamente agendada uma conversa, se aproveitavam os momentos anteriores e posteriores para ir conversando com outras pessoas. Muitas visitas às comunidades também ocorreram sem prévio aviso, fato que não dificultou o diálogo com os atores e a obtenção de informações importantes para o entendimento das situações observadas. Nesses casos se optou por não gravar as conversas, já que como não se havia agendado o encontro previamente, evitou-se um constrangimento ao informante, sendo realizado apenas o registro em um caderno de campo. Mesmo assim, nessas conversas informais, sempre eram introduzidos os assuntos chave da pesquisa, presentes nos roteiros estabelecidos (APÊNDICE 1).

A lista de todas as entrevistas realizadas na pesquisa é apresentada no QUADRO 2. Nessas entrevistas foram levantados os relatos históricos das experiências de luta pelos territórios; os processos de conflito e injustiça ambiental instaurados em cada uma das

¹⁰ Os pesquisadores entrevistados foram aqueles que tinham atuação no contexto de meio ambiente e desenvolvimento, atuando com os conflitos ambientais locais que envolvem a pesca artesanal. Sendo uma pesquisa de cunho exploratório, essa foi uma das estratégias utilizadas para o reconhecimento das questões analisadas na área de estudo. Após as entrevistas procurou-se validar a posição dos pesquisadores sobre a realidade local, isso na forma de conversas informais com pescadores ou demais atores da realidade.

situações na perspectiva do ator entrevistado; as estratégias de resistência adotadas pelos pescadores para superar tais adversidades; aspectos de coesão e união das comunidades na luta por seus direitos; e os ganhos e perdas que se deram no processo de luta pelo território. Dos 16 agrupamentos de vilas levantados, em 13 se conseguiu entrevistar pelo menos um sujeito importante do contexto local, em um agrupamento foi realizado apenas conversas informais, e em apenas dois agrupamentos o levantamento se deu somente por fontes secundárias (QUADRO 1).

Ao término de cada entrevista era solicitado aos entrevistados documentos ou demais registros impressos ou digitais que reforçassem a compreensão dos casos examinados, sendo tiradas fotocópias quando necessário. Quando o entrevistado não tinha indicativos de onde encontrar documentos que corroborassem ou complementassem as informações fornecidas, mas ao longo da conversa havia indícios da existência de tais fontes documentais, o pesquisador fazia na sequência uma busca por tais informações. Dessa maneira, documentos oficiais, processos e/ou decisões judiciais e reportagens que somaram na compreensão da relação de conflitos/injustiças e resistências pelo território pesqueiro foram obtidos através de buscas na internet, em sites institucionais oficiais, blogs, sites dos movimentos sociais, dentre outros, assim como em bibliotecas ou com pesquisadores e gestores da região. A lista de sites visitados que auxiliaram na busca de informações para a pesquisa é apresentada no QUADRO 3. A lista de documentos e processos utilizados no trabalho é destacada no QUADRO 4.

QUADRO 2 – LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A PESQUISA COM DATA, DURAÇÃO E AGRUPAMENTO DE VILAS SOBRE QUAL O ENTREVISTADO APRESENTOU SEU RELATO.

(continua)

Nº	ATOR ENTREVISTADO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO	AGRUPAMENTO DE VILAS	DATA DA ENTREVISTA	TEMPO DA ENTREVISTA
1	Pesquisadora com atuação em Guaratuba	Realizou pesquisa de doutorado em comunidades do interior da baía de Guaratuba. Formada em Biologia.	Comunidades do interior da Baía de Guaratuba	05/12/2016	49 min.
2	Integrante da ONG Terra de Direitos	Atuou na Rede Puxirão na fase de aproximação inicial da rede com os pescadores da Barra do Superagüi. Formado em Direito.	Comunidades de entorno do PARNA do Superagüi (ligadas ao MOPEAR)	24/01/2017	32 min.
3	Vereadora de Pontal do Paraná e liderança do MPP no estado	Participou das primeiras Conferências Nacionais da Pesca Artesanal, estando envolvida na criação do MPP, se tornando uma das lideranças locais do movimento.	Litoral do Paraná	31/01/2017	35 min.
4	Liderança de Barrancos	Liderança da pesca, com aproximadamente 80 anos, considerado a principal liderança na luta da comunidade contra a especulação imobiliária na vila.	Barrancos, Pontal do Paraná.	07/02/2017	79 min.
5	Liderança de Paranaguá (Vila Guarani)	Senhor com aproximadamente 80 anos, considerado um das principais lideranças da pesca artesanal na Vila Guarani e demais bairros de Paranaguá.	Paranaguá	08/03/2017	92 min.
5b	Liderança de Paranaguá (Vila Becker)	Senhor com aproximadamente 70 anos, pescador profissional com origem na Vila de Almeida na Ilha Rasa, e ex-presidente da Associação de Moradores da Vila Becker.	Paranaguá	08/03/2017	--
6	Presidente da colônia de Matinhos	Liderança da pesca e presidente da colônia desde 2006.	Matinhos	14/03/2017	72 min.
7	Professor da UFPR Litoral	Pesquisador da UFPR Litoral com experiência de pesquisa sobre conflitos ambientais no litoral e com tese defendida em 2014 sobre o conflito ambiental na Ponta Oeste, Ilha do Mel. Formado em Direito.	Ponta Oeste e Matinhos	14/03/2017	103 min.
8	Analista do ICMBio (Chefe da APA de Guaraqueçaba)	Chefe da APA de Guaraqueçaba desde 2014. Formada em Biologia.	Demais comunidades internas do CEP	29/03/2017	80 min.
9	Integrante da colônia de Antonina	Ex-presidente da Colônia de Antonina e atualmente funcionário da prefeitura cedido à colônia.	Antonina	30/03/2017	24 min.
10	Servidor da Emater de Paranaguá	Servidor da Emater com atuação no litoral do Paraná desde 1975. Foi presidente da cooperativa de pesca durante 10 anos. Formado em Engenharia de Pesca.	Litoral do Paraná	30/03/2017	110 min.
11	Liderança de Guapê	Liderança da pesca, com aproximadamente 30 anos, e que é uma das principais responsáveis na mobilização da comunidade na luta pela permanência da comunidade de Guapê em seu território.	Guapê, Pontal do Paraná.	31/03/2017	108 min.
12	Liderança de Valadares	Liderança da pesca, com aproximadamente 40 anos, já foi integrante de conselhos UCs locais, possui casa na Vila de Almeida, Guaraqueçaba, e no bairro de Valadares, Paranaguá, onde integra a diretoria de uma associação local.	Valadares e comunidades internas do CEP	25/04/2017	33 min.
13	Presidente da colônia de Paranaguá	Presidente da Colônia de Paranaguá e da Federação de Pescadores de Paranaguá há alguns mandatos.	Paranaguá	02/05/2017	31 min.
14	Analista do ICMBio (PARNA Marinho das Ilhas de Currais)	Analista responsável desde 2014 pelo PARNA Marinho de Currais. Formado em Oceanografia.	Matinhos	03/05/2017	74 min.
15	Analista aposentada do ICMBio (ex-chefe do PARNA de Superagüi)	Ex-servidora da SUDEPE, sendo transferida para ser a primeira chefe do PARNA de Superagüi na década de 1990. Formada em Biologia.	Comunidades de entorno do PARNA do Superagüi	03/05/2017	50 min.

QUADRO 2 – LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A PESQUISA COM DATA, DURAÇÃO E AGRUPAMENTO DE VILAS SOBRE QUAL O ENTREVISTADO APRESENTOU SEU RELATO.

Nº	ATOR ENTREVISTADO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO	AGRUPAMENTO DE VILAS	DATA DA ENTREVISTA	(conclusão) TEMPO DA ENTREVISTA
16	Professora da UFPR	Pesquisadora da UFPR com experiência de pesquisa sobre conflitos ambientais no litoral e com tese defendida em 2010 com pesquisa em comunidades do interior da Baía de Guaratuba. Formada em Administração.	Comunidades do interior da Baía de Guaratuba	05/05/2017	51 min.
17	Defensor Público (Paranaguá)	Defensor lotado na Segunda Defensoria Pública Itinerante do Litoral, desde 2014. Formado em Direito.	Comunidades de entorno do PARNA do Superagui	10/05/2017	40 min.
18	Analista do ICMBio (Ex-chefe do PARNA do Superagui)	Ex-chefe do PARNA de Superagui. Atuou na função de 2007 a 2017. Formado em Biologia.	Comunidades de entorno do PARNA do Superagui	11/05/2017	83 min.
19	Presidente da colônia de Guaratuba	Presidente da colônia de Guaratuba.	Guaratuba (Brejatuba, Caieiras, Mirim e Piçarras)	11/05/2017	28 min.
20	Liderança da Barra do Sai	Liderança da pesca, com aproximadamente 35 anos, na vila da Barra do Sai. Está organizando uma associação local, da qual deve ser o presidente.	Barra do Sai, Guaratuba	12/05/2017	Não gravada
21	Professor do IFPR	Professor do IFPR campus Paranaguá desde 2010. Atuou como parceiro na criação da Rede Puxirão e do MOPEAR. Formado em Engenharia Florestal.	Comunidades de entorno do PARNA do Superagui (ligadas ao MOPEAR)	24/08/2017	109 min.
22	Pesquisadora da UFPR	Pesquisadora da UFPR parceria do MOPEAR*. Realizou pesquisa de mestrado na vila de Barbados, na Ilha do Superagui. Atua junto do MOPEAR desde 2014. Formada em Turismo.		27/08/2017	75 min.
23	Pescador antigo do Bairro do Mirim	Pescador com aproximadamente 70 anos, tido por outros pescadores como um dos primeiros moradores do bairro do Mirim, chegando na década de 1970.	Bairros do Mirim e Piçarras	27/08/2017	74 min.
24	Analista do ICMBio (chefe da ESEC de Guaraqueçaba)	Analista do ICMBio, atualmente chefe da ESEC de Guaraqueçaba. Formado em Química.	Demais comunidades internas do CEP e Comunidades de entorno do PARNA do Superagui (ligadas ao MOPEAR)	09/09/2017	125 min.
25	Servidora da EMATER de Morretes	Servidora da Emater com atuação no litoral desde 1978. Atua até 1984 em Guaratuba. Formada em Técnica de Economia Doméstica.	Mirim, Piçarras, Brejatuba e Caieiras	14/09/2017	44 min.
26	Servidora da Prefeitura de Paranaguá	Servidora da Prefeitura de Paranaguá envolvida na realocação de comunidades com presença de pescadores em Paranaguá. Formada em Serviço Social.	Vila Portuária, Vila Beck e Canal da Anhaia, Paranaguá.	30/10/2017	Não gravada
27	Liderança de Ipanema	Liderança da pesca, de aproximadamente 70 anos, do Balneário de Ipanema, Pontal do Paraná. Atravessador e dono de peixaria local.	Ipanema, Pontal do Paraná.	08/11/2017	55 min.

FONTE: O autor (2018).

QUADRO 3 – PRINCIPAIS SITES UTILIZADOS PARA A BUSCA DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA.

GRUPO OU INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TIPO DE INF. CONSEGUIDA
Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)	http://mpppeloterritorio.blogspot.com.br/	Histórico do movimento e ações locais
Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais	http://redepuxirao.blogspot.com.br/	Histórico do movimento e ações locais
Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)	http://www.cppnac.org.br/	Histórico da organização e de outros movimentos
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	https://www.cptnacional.org.br/	Histórico da organização e de outros movimentos
Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos	http://www.fundodireitoshumanos.org.br/	Ações locais do MOPEAR
EMATER/PR – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	http://www.emater.pr.gov.br/	Histórico do órgão e ações ligadas ao contexto da pesquisa
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	http://www.icmbio.gov.br/portal/	Histórico do órgão e ações ligadas ao contexto da pesquisa
Jornal Folha Pontal do Paraná	https://folhapontaldoparana.wordpress.com/	Reportagens ligadas ao contexto da pesquisa
Jornal Folha do Litoral	https://folhadolitoral.com.br/	Reportagens ligadas ao contexto da pesquisa
Jornal Gazeta do Povo	http://www.gazetadopovo.com.br/	Reportagens ligadas ao contexto da pesquisa
Agência de Notícias do Paraná	http://www.aen.pr.gov.br	Reportagens ligadas ao contexto da pesquisa
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	http://www2.trf4.jus.br/trf4/	Inf. sobre ações judiciais
Ministério Público do Estadual do Paraná	http://www.direito.mppr.mp.br	Inf. sobre ações judiciais
Portal JusBrasil	https://www.jusbrasil.com.br/	Inf. sobre ações judiciais
Associação de Cultura Popular Mandicuera	http://www.mandicuera.com	Histórico do grupo e ações locais

FONTE: O autor (2018).

QUADRO 4 – LISTA DE DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES À PESQUISA.

DOCUMENTO UTILIZADO	ANO	Nº DE PAGs. DO DOC.
Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca 1980/1985	1979	--
Sentença do processo de usucapião da comunidade de Barrancos	1995	7
Mapas do terreno da comunidade de Barrancos	1999	4
Relatório do Projeto Rede ATER pesqueira da costa Sul-Sudeste: subsídios ao fortalecimento de territórios sustentáveis na pesca artesanal	2012	34
Parecer Técnico da Secretaria de Estado da Cultura sobre a Ponta Oeste		50
Resumo da ação Civil Pública da Colônia de Antonina contra a Copel	2013	2
Parecer técnico sobre os estudos preliminares encomendados para a elaboração do Plano de Manejo do PARNA do Superagüi		26
Ação Civil Pública da Associação Caiçara e demais grupos contra o IAP, IBAMA e APPA no caso da dragagem		40
Estudos preliminares para o Plano de Manejo do PARNA do Superagüi		302
Relatório da CPI de Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná	2015	151
Ação Civil Pública da DPU contra o ICMBio no caso do Plano de Manejo do PARNA do Superagüi e decisão judicial		66
Documentos correlacionados ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) da Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná	2016	77
Ação Civil Pública do MP contra o Prefeitura de Pontal do Paraná, estado do Paraná e Ass. Comer. Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná, em relação ao Plano Diretor de Pontal do Paraná		50
Parecer jurídico da situação de regularização fundiária de comunidade tradicional de pescadores artesanais localizada no Município de Pontal do Paraná		74
Termo de Compromisso entre ICMBio e Colônias de Matinhos e Pontal do Paraná	2017	14
Análise do Plano Diretor do Município de Guaratuba no tocante ao componente “povos e comunidades tradicionais”		30
Relato da reunião para discutir estratégias para o registro da pesca artesanal do arrastão de praia como patrimônio imaterial		3
Compilação documentos sobre a questão da extração de caranguejo por lacinho na ESEC de Guaraqueçaba	2012 a 2017	105
Compilação de ofícios e demais documentos sobre a questão da pesca de cerco-fixo	2015 a 2017	57
Apresentação com o histórico do MPP	???	41

FONTE: O autor (2018).

Outra fonte de informações para o trabalho consistiu de audiovisuais, profissionais e amadores, que retratam a realidade estudada. Os mesmos foram passados pelos entrevistados ou encontrados na internet. Os audiovisuais foram elementos essenciais para possibilitar uma visualização das ações injustas, mudanças espaciais relacionadas às comunidades pesqueiras e as estratégias de resistência adotadas pelos pescadores artesanais, principalmente em situações onde não foi possível contato direto com atores envolvidos. A lista de audiovisuais assistidos é apresentada no QUADRO 5.

QUADRO 5 – AUDIOVISUAIS UTILIZADOS COMO FONTE DE DADOS E QUE RELATAM EVENTOS OU REALIDADES IMPORTANTES À PESQUISA.

FILME E SITE DE BUSCA		ANO	DURAÇÃO	SINOPSE
Audiovisual amador sobre a retirada das famílias de Matinhos		2002	60:00	Sequência de gravações amadoras que apresentam cenas do processo de retirada de famílias da orla do município de Matinhos no ano de 2002.
Resistir em Puxirão pelo direito de repartir o pão: 1º encontro de povos de faxinais (https://www.youtube.com/watch?v=L_St1nCdYUs)		2005	14:17	Apresenta um relato do 1º encontro de povos de faxinais, realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 2005, em Irati/PR, destacando as demandas e resultados do encontro.
Pescadores e pescadoras artesanais: resistência, vida e cultura (cedido por um entrevistado)		2010	31:09	O documentário apresenta um relato do 1º Encontro de Pescadores Artesanais do Sul do Brasil, realizado em Guaqueçaba, nos dias 13 e 14 de novembro de 2010. O filme também destaca algumas entrevistas com moradores de Guaqueçaba falando sobre seus modos de vida e problemas enfrentados.
Um dia de pesca, outro de pescador (https://www.youtube.com/watch?v=Ds4CLrWBic)		2012	19:05	O documentário relata o cotidiano dos moradores da Barra de Superagüi, apresentando suas práticas, cultura e modos de vida.
Na Terra e no Mar, nós vamos lutar! (https://www.youtube.com/watch?v=XHHN0e6SHCI)		2013	34:06	O documentário apresenta cenas da audiência pública realizada no dia 06 de dezembro de 2013 para apresentar questões ligadas ao conflito da gestão ambiental realizada localmente pelo ICMBio e dos direitos dos pescadores artesanais locais, em especial as comunidade pesqueiras atingidas pelo PARNA do Superagüi.
Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais – Sul (https://www.youtube.com/watch?v=EwpZM05YoIE) (https://www.youtube.com/watch?v=Ca66r9IfQYs)		2014	15:33 18:33	Destaca momentos importantes e depoimentos de participantes do encontro, que foi realizado entre os dias 25 e 28/08/2014, em Curitiba, e que contou com a participação de representantes de diversos grupos de povos tradicionais (faxinalenses, indígenas, ciganos, quilombolas, pescadores artesanais e outros) e órgãos governamentais.
Entre o Mar e o Tempo (https://www.youtube.com/watch?v=a-LADn-2-3o)		2017	22:57	Road Movie, produzido através de uma ciclovagem, que faz menção às condições atuais de vida das comunidades tradicionais de pescadores artesanais, do litoral do estado do Paraná (principalmente vila do Maciel) e de Santa Catarina, que se apresentam ameaçada por um conjunto de fatores.
Canal do Varadouro: história, cultura e natureza (DVD)		???	52:50	O documentário relata o histórico de construção do Canal de Varadouro, ponto de ligação por navegação interna entre os estados do Paraná e São Paulo, na década de 1950.
Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento – PEART (https://www.facebook.com/pescadorasartesanaisdolitoralparana/)		???	12:39	Vídeo de uma entrevista de integrantes do PEART falando quem são e como formaram o movimento.
Fandango: tradição que virou cultura (https://www.facebook.com/PrefeituradeParanagua/videos/1565129000216057/)		???	05:29	Relata o fandango de Paranaguá e o valor cultura para a população local.
O divino, o popular e o erudito (https://www.youtube.com/watch?v=G115Kaenzhs)		??	29:30	Relata a técnica e história do fandango caicara e da tradição da Bandeira do Divino Espírito Santo.

FONTE: O autor (2018).

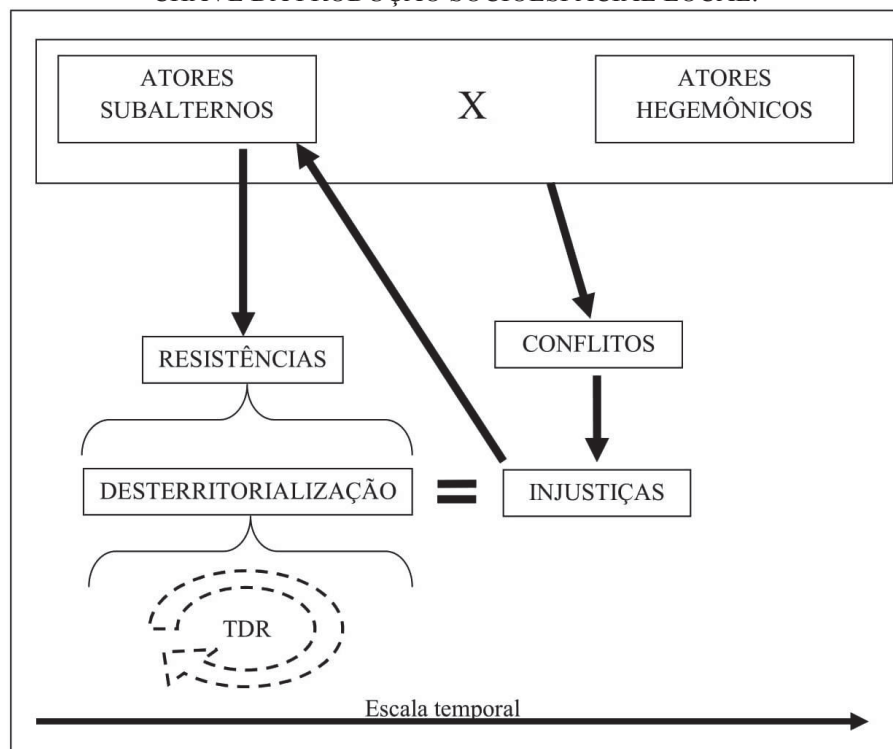
Por fim, utilizou-se também de mapas, fotografias e demais registros visuais para o trabalho. Esses tiveram um papel fundamental na representação da produção socioespacial local, principalmente na função de destacar como se dá a configuração espacial das formas hegemônicas de produção do espaço e dos resultados das ações de resistência na luta pelo território pesqueiro. Para esse fim foram utilizadas imagens de satélite, principalmente as disponíveis no software Google Earth Pro, fotografias aéreas, principalmente as disponíveis pelo ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geografia, e por *shape files* disponíveis em diversas bases de dados digitais. As imagens aéreas não tiveram a função de quantificar o uso do espaço, mas apenas de apresentar a evolução da ocupação espacial e a diferenciação regional. Já as fotografias utilizadas na pesquisa são de origem das próprias saídas de campo e de bases de dados disponíveis na internet, e tiveram um papel fundamental no reconhecimento da paisagem estudada.

2.6.3. *A Análise dos Dados e das Informações*

Os dados levantados através das ferramentas descritas na seção anterior foram ordenados pelos conjuntos de vilas descritos na matriz, buscando-se uma construção histórica e descritiva dos fatos observados, a descrição e compreensão do papel dos atores na realidade local, a categorização das formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos, das ações e vias de resistência adotadas. A proposta de classificação das formas hegemônicas de produção do espaço e apropriação dos recursos se deu com base principalmente nos textos de Pierri (2003) e Pierri et al. (2006). Essas foram revisadas e detalhadas com base em outras referências e na pesquisa de campo, além de se realçar a descrição dos principais conflitos e injustiças ambientais que cada uma apresenta em relação à pesca artesanal local.

Para melhor condução da análise sobre como as resistências se correlacionam com produção socioespacial local, se estruturou um modelo descritivo dos principais elementos da análise, facilitando assim a correlação das principais categorias compreendidas na pesquisa. O modelo é um resumo de como a relação dos atores atuantes no cenário local conduz o processo de produção socioespacial da região, e como se dão os conflitos e injustiças ambientais, e as consequentes resistências dos pescadores artesanais frente a essas situações. (FIGURA 1).

FIGURA 1 – MODELO DE A ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS E OS ELEMENTOS CHAVE DA PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL LOCAL.



FONTE: O autor (2018).

Inicialmente se fez um diagnóstico das formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos existentes na realidade estudada, assim como das relações dos atores ligados a essas formas hegemônicas (Atores Hegemônicos) e dos atores ligados aos pescadores artesanais (Atores Subalternos) (FIGURA 1). Nessa etapa inicial foi levantado o papel de cada um dos atores envolvidos no processo de implantação dessas formas de uso, assim como a maneira como estes se relacionavam com a questão da territorialização dos pescadores. Derivados dessas relações dos atores de diferentes posições sociais ocorrem os conflitos ambientais, que são aqui categorizados. Derivados dos conflitos ambientais ocorrem as injustiças ambientais, que são os processos sofridos pelos atores subalternos. Para o caso do levantamento das injustiças ambientais, se priorizou aquelas que são mais intensas no processo de desterritorialização, que também é interpretada nesta pesquisa como um processo derivado da injustiça ambiental.

Num segundo momento se avaliou as ações e vias de resistência dos pescadores artesanais frente às formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos existentes, sendo as resistências uma resultante das injustiças desenvolvidas para com os atores injustiçados. Para isso, foram identificadas as várias vias e ações de resistência na área de estudo (QUADRO 6). Identificaram-se as características gerais de cada uma das

ações e vias de resistência e o papel dos principais atores locais envolvidos no processo de territorialização dos pescadores. Importante destacar que as estratégias de resistência podem atuar tanto na manutenção da territorialização, como para que numa inevitável reterritorialização as perdas não sejam tão grandes para os atores afetados. As categorias de vias e ações de resistências também foram classificadas em ofensivas e defensivas, conforme classificação baseada em Ribeiro (1999). O primeiro ocorre quando há uma intenção de afrontar o adversário, já na segunda estratégia há uma forma mais branda de se posicionar ou até de negociar com agentes contrários.

A terceira etapa da análise foi da condição de territorialização dos pescadores artesanais e da relação tríade TDR (territorialização/desterritorialização/reterritorialização). Assim, como destacado anteriormente, aceita-se que a relação TDR é orientada por uma disputa de forças travadas entre as formas hegemônicas e as resistências das populações subalternas, e que se trata de um processo cíclico, de constante transformação (FIGURA 1). A proposta nessa etapa da análise não era detalhar todo o histórico de territorialização e da relação TDR da pesca artesanal do litoral do Paraná, mas utilizar casos mais recentes para representar como esses processos vêm sendo tratados pelos pescadores artesanais no litoral do Paraná quando se fala das suas resistências na luta pelos territórios da pesca artesanal local. Para isso, foram analisados quatro casos de como se deram as condições TDR ligadas às principais formas hegemônicas de produção do espaço e de apropriação dos recursos do litoral do Paraná, no caso o uso balneário-turístico, o uso portuário-industrial e a conservação dos recursos e ecossistemas. Nesses casos, foram analisados em que condições esses pescadores conseguiam se reterritorializar, e se conseguiram manter seus direitos ao território por meio de quais ações e vias de resistência. Todas as variáveis levantadas na pesquisa são apresentadas no QUADRO 6.

QUADRO 6 – PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISE E VARIÁVEIS/INDICADORES LEVANTADAS NA PRESENTE PESQUISA.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	VARIÁVEIS E INDICADORES
Formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos locais	<p><i>Caracterização histórica das formas hegemônicas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Papel dos principais atores locais na implantação das formas hegemônicas. - Perspectivas futuras de cada uma das formas hegemônicas. <p><i>Conflitos e injustiças ambientais envolvendo os atores estruturantes das formas hegemônicas e grupos de pescadores artesanais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Descrição dos principais conflitos. - Eventos caracterizados como injustiças para com os pescadores. - Consequências para o processo de territorialização dos pescadores.
Estratégias e ações de resistência	<p><i>Ações e vias de resistência na luta pelo território</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença de processos judiciais individuais ou coletivos pelo controle do território (dados dos processos, grupos envolvidos, tipos de ação, datas principais, quem ajuizou a causa, histórico do processo, ganhos e perdas). - Automapeamentos e demais ações de valoração e reconhecimento de identidade (características gerais, resultados, grupos envolvidos). - Negociações com atores contrários (grupos envolvidos, resultados, origem da negociação). - Presença de mobilizações, ocupações, abaixo-assinados, denúncias na imprensa, atos públicos e demais atividades coletivas (grupos envolvidos, principais motivos, resultados alcançados). - Presença de resistência cotidiana e resistência através da tradição e valoração da cultura (grupos envolvidos, principais motivos, resultados alcançados). <p><i>Descrição do papel dos atores locais nas ações de resistência</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Movimentos sociais, colônias, associações de moradores e pescadores, instituições de pesquisa e extensão, instituições ligadas à justiça local, instituições ambientais locais e demais atores ligados à territorialização dos pescadores (ligação de cada ator com as ações de resistência na luta pelo território pesqueiro, grau de influência e importância na luta).
Processo TDR	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico de realocação ou expulsão de pescadores pelas formas hegemônicas (desterritorialização). - Condições da reterritorialização (onde se realocaram; pontos positivos e negativos; mudanças no território pesqueiro; mudanças nas práticas pesqueiras e modos de vida; perda cultural). - Presença de manutenção no território por ações de resistência realizadas.

FONTE: O autor (2018).

3. ANTECEDENTES DA PESQUISA

3.1 A Pesca Artesanal como Atividade Produtiva e Modo de Vida

A pesca destaca-se em nível mundial pela sua importância na produção de proteína animal para o consumo humano. Em 2012, segundo a FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations, a atividade foi responsável pela produção de mais de 91,3 milhões de toneladas de pescado, sendo a principal fonte de proteína de mais de um bilhão de pessoas, especialmente nos países mais pobres. (FAO, 2014). Ainda de acordo com a FAO,

considerando apenas o processo de captura, a pesca ocupa, em tempo parcial ou integral, cerca de 39 milhões de pessoas. Levando-se em conta outros trabalhos ligados à atividade pesqueira (produção de equipamentos e/ou beneficiamento do pescado), o número de trabalhadores ligados ao setor pode ser superior a 140 milhões. Assumindo que cada um desses trabalhadores provê o sustento de uma família com, em média, três membros, estima-se que a pesca seja responsável pelo sustento de cerca de 420 milhões de pessoas em todo o mundo.

A exploração pesqueira pode ser caracterizada em distintos setores produtivos, alguns de menor escala e outros de maior escala, que exploram e se apropriam dos recursos contidos no meio com disparidade, apresentam condições econômicas e estruturais desiguais, e muitas vezes com capacidade de interferência política distinta. Alguns autores propõem classificações para ordenar a escala produtiva desses pescadores. Berkes et al. (2006) classificam três categorias de pescadores em esfera global: os de grande escala, os de pequena escala e os de subsistência (QUADRO 7). Essas classes aparecem dentro de uma linha de duas grandes divisões, a pesca artesanal e a pesca industrial. Segundo Berkes et al. (2006), todas as pescarias apresentam viés comercial, exceto os pescadores de subsistência, que pescam na maioria das situações apenas para a própria alimentação (QUADRO 7). Já Diegues (1983) em uma proposta de classificação de pescadores do litoral sul de São Paulo também diferencia três categorias: pequenos pescadores-lavradores; pescadores artesanais; e armadores e profissionais embarcados (QUADRO 8). Essas classes também aparecem em uma escala que apresenta dois polos, no caso da classificação do autor: produção mercantil simples e produção capitalista (QUADRO 8).

QUADRO 7 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CATEGORIAS DE PESCADORES DESCRITAS PARA TODO O MUNDO POR BERKES ET AL. (2006).

VARIÁVEIS	CATEGORIAS		
	INDUSTRIAIS		ARTESANAIS
	De grande escala	De pequena escala	De subsistência
Unidade pesqueira	Estável, com divisão de mão de obra e perspectiva de carreira.	Estável, pequena e especializada, com certa divisão da mão de obra.	Operadores individuais ou família ou grupo comunitário.
Propriedade	Concentrada em poucas mãos, muitas vezes não operadores.	Normalmente pertence a um operador sênior ou operadores em conjunto.	Operado pelo proprietário.
Embarcação	Motorizada e bem equipada.	Pequena, com motor interno ou pequeno motor externo.	Nenhum ou pequeno, normalmente não motorizado.
Tipos de arte de pesca	Industrializada, montada por outros.	Materiais parcialmente ou totalmente industrializados, normalmente montados pelo operador.	Normalmente materiais artesanais, montados pelo operador.
Sofisticação da arte	Eletrônica e com automação.	Mecanizada e manual.	Principalmente manual, não mecanizada.
Rendimento (por unidade de pesca)	Alto.	Médio a baixo.	Baixo a muito baixo.
Destino do pescado e comercialização	Exportação para todo o mundo, boa parte destinada para ração e consumo não humano, vendidos em mercados organizados.	Normalmente venda local, principalmente para consumo humano; venda local organizada e consumo significativo por operadores.	A maior parte para o autoconsumo; vendas ocasionais.
Distribuição dos pescadores por categoria	500 mil pessoas.	50 milhões de pessoas.	-

FONTE: adaptado de Berkes et al. (2006).

QUADRO 8 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CATEGORIAS DE PESCADORES DESCRITAS PARA O LITORAL SUL DE SÃO PAULO POR DIEGUES (1983).

VARIÁVEIS	CATEGORIAS		
	PRODUÇÃO CAPITALISTA		PRODUÇÃO MERCANTIL SIMPLES
	Armadores e embarcados	Pescadores artesanais	Pescadores-lavradores
Relações de produção	Armador (não participa da pesca) mestres, e tripulantes (cozinheiros, geladores, homens de convés, etc.).	Dono do barco e camaradas participam da captura.	Donos de rede e camaradas participam da captura.
Divisão do trabalho	Tarefas determinadas.	Reduzida (condutor e não condutor da embarcação).	Mínima, podendo haver em relação ao sexo ou idade.
Embarcação	Traineeiras de 61 a 300 HP.	Baleeiras e botes com motor de 6 a 60 HP.	Embarcações a remo.
Tipos de arte de pesca	Grandes redes de arrasto e redes para cação.	Rede de arrasto e redes para cação.	Tresmalho, pequena rede de arrasto e linha.
Rendimento (por unidade de pesca)	Alto.	Médio.	Baixo.
Destino do pescado e comercialização	Produção destinada para a venda em empresas de beneficiamento.	Quase 90% da produção destinada para a venda e 10% para o autoconsumo.	Quase metade para venda e metade para consumo
Distribuição dos pescadores por categoria*	24,5% do total de pescadores.	13,5% do total de pescadores.	62% do total de pescadores.

FONTE: adaptado de Diegues (1983).

* Dados relacionados ao município de Ubatuba, que na ocasião contava com um total de 600 pescadores.

Em resumo, existem diversas classificações com mais subdivisões para o tipo de atividade pesqueira, entretanto, a divisão dual entre pesca artesanal e industrial é destacada em diversas classificações e bastante utilizada para representações nas esferas econômicas, políticas, sociais e de gestão da atividade. Neste trabalho assume-se a existência de distintas escalas produtivas no setor pesqueiro, mas aceita-se uma grande divisão entre pesca artesanal e pesca industrial, como aponta Berkes et al. (2006). A **pesca artesanal**, é integrada por pescadores menos capitalizados e tecnificados; explora estoques pesqueiros menores e geralmente mais próximos às áreas continentais; em geral não possui autonomia pesqueira para ficar mais que um dia em alto-mar; emprega diretamente mais de 90% dos pescadores no mundo e indiretamente outras 84 milhões de pessoas; e, no geral, tem menor capacidade de intervenção política. (BERKES, et al. 2006; CARVALHO; EDWARDS-JONES; ISIDRO, 2011). Já **pesca industrial**, se caracteriza por ser composta por empresas tecnificadas e capitalizadas; ser responsável pela captura de grandes estoques próximos às zonas costeiras e em alto-mar; possuir autonomia de captura de semanas e até meses; empregar uma minoria das pessoas que sobrevivem da pesca; e ter maior representatividade política nas esferas de tomada de decisão. (BERKES, et al. 2006; CARVALHO; EDWARDS-JONES; ISIDRO, 2011). A pesca industrial visa maximização dos resultados e a transformação de capital em mais capital, enquanto a pesca artesanal está ligada principalmente a reprodução social. (MELLO, 1989). Dessa maneira, conforme a classificação proposta por Diegues (1983), a pesca industrial realizada ao redor do mundo seria a de grande produção capitalista, enquanto a pesca artesanal – como aponta também o autor – a de produção mercantil simples.

A situação atual de todo o setor pesqueiro é de uma crise em nível mundial, onde os pontos cruciais são a sobre-exploração dos estoques pesqueiros e a degradação dos ecossistemas associados. Segundo FAO (2014), estima-se que 61,3% dos estoques pesqueiros mundiais se encontram em sua capacidade máxima de exploração, enquanto apenas 9,9% ainda apresenta capacidade de aumentar sua produção. Mesmo havendo muitas incertezas em torno dos dados apresentados, podemos afirmar que nos últimos 30 anos houve um aumento da porcentagem de estoques sobreexplorados e uma diminuição de estoques infraexplorados em todo o mundo, fatores preocupantes para todo o setor pesqueiro. Para Vitouseck et al. (1997), em uma análise comparativa de diversos sistemas naturais impactados pelo ser humano, os recursos pesqueiros são considerados como um dos componentes naturais em estado mais crítico. Esses problemas ocorrem em grande parte pela condição incontrolável de exploração desses recursos e por práticas muitas vezes predatórias (PAULY; WATSON;

ALDER, 2005), em parte ocasionados pela pesca industrial de grande produção capitalista. Os problemas descritos são a base do que podemos chamar de crise pesqueira mundial.

Além dos problemas gerados internamente do setor pesqueiro, outras atividades afetam a pesca. Para o caso brasileiro, Haimovici et al. (2014, p. 185) apontam quatro processos principais responsáveis pela interferência na evolução dos sistemas pesqueiros: a urbanização e expansão do turismo; a evolução do mercado consumidor; alterações na abundância dos estoques pesqueiros, às vezes como consequência da própria pesca; e alterações ambientais naturais e antrópicas.

Esses fatores podem levar os trabalhadores da área à precarização, principalmente os pescadores artesanais, podendo até condicionar o abandono da atividade por determinadas famílias ou até mesmo comunidades inteiras, que estão sujeitos a não ter mais retorno de captura e consequente sucesso financeiro em sua atividade laboral.

Os recursos pesqueiros, assim como os espaços em mar e em terra utilizados pelos pescadores, podem ser enquadrados na categoria de *recursos de uso comum*, ou *recursos comuns*, ou *bens comuns*. Essa categoria possui duas características essenciais: a exclusão e o controle dos usuários é sempre um problema para a atividade (problema da *exclusão*) e o fato de cada usuário destes recursos poderem subtrair o que está disponível para todos (a situação da *subtração* ou da *rivalidade de uso*). (OSTROM, 2000; VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005). Dentro desse aporte a questão chave para ser discutida na presente pesquisa é a lógica de apropriação dos recursos de uso comum, principalmente sobre os resultados de cada uma das formas de apropriação sobre o ambiente.

Na concepção da racionalidade hegemônica, quando a superexploração dos recursos naturais e degradação ambiental constitui uma vantagem econômica, essas se realizam, independentemente do local ou condição. (FOLADORI, 2001). Além disso, em muitos casos esse processo de expansão capitalista vem sendo motivo da geração de conflitos socioambientais, que muitas vezes resultam em situações de exclusão, agressão ou demais ações caracterizadas como injustas às populações já vulnerabilizadas que dependem diretamente da exploração de recursos disponíveis no ambiente, como os pescadores artesanais. (PORTO; MILANEZ, 2009; ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Assim, o nível e a intensidade de exploração dos bens comuns pelas escalas produtivas são fatores importantes a serem considerados. Outras atividades simultâneas, como a própria pesca industrial ou outras formas de uso do espaço que geram consequências para o meio físico (p.e. atividades portuárias, ocupação intensa da orla marítima, etc.), apresentam um impacto muito mais significativo ao ambiente do que a pesca artesanal, que desempenha

um papel social ao redor do mundo, fazendo parte da cultura e sendo fonte de renda para milhões de pessoas. A questão crucial é que a pesca artesanal, por ser formada em sua grande maioria por famílias com menor poder aquisitivo, arca de maneira mais intensa com o ônus desse processo, enfrentando a redução drástica dos recursos pesqueiros, a contaminação do ambiente derivada de outros setores produtivos – o que também compromete os recursos pesqueiros – e com as restrições ambientais legais, que visam melhorar as condições do meio ambiente dos estoques pesqueiros, mas que muitas vezes apresentam restrições mais drásticas sobre a pesca artesanal.

Os pescadores artesanais podem ser classificados conforme a legislação brasileira (Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) e por instrumentos internacionais (Convenção nº 169 Sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho – OIT) como uma **população tradicional**. Presentes ao longo das zonas costeiras e regiões ribeirinhas do Brasil, os pescadores artesanais são um grupo muito diverso, expressando diferentes formas de cultura e modos de vida. Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 2007), as populações tradicionais são:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Os povos ou comunidades tradicionais são grupos com culturas diferenciadas, que possuem construção social, estratégias econômicas e de produção, e manifestações culturais particulares, mantendo relações específicas com o seu território e com o meio ambiente que os cerca. Em seus territórios reproduzem seu modo de vida, geralmente com inúmeras diferenças da sociedade ocidental urbana. (CIMOS/MPMG, 2012). Almeida (2004) destaca o papel das “terras tradicionalmente ocupadas” como expressão da diversidade cultural de povos e grupos sociais que mantém uma relação estreita com seu espaço e com os recursos contidos nesse. Em se tratando de populações tradicionais o fator de ligação com o território é crucial para a manutenção dos modos de vida desses grupos.

Dentre os instrumentos legais que garantem o direito das populações tradicionais a Convenção nº 169 da OIT de 1989 é o principal. A Convenção foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, tornando-a um instrumento do arcabouço legal

nacional, e que deveria ser assumido como prioritário nos casos que envolvem populações tradicionais. Esta convenção é um instrumento internacional vinculante que garante direitos para populações com aspectos culturais históricos próprios, destacando que “(...) nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça”. (OIT, 2011, p. 8).

O fator chave da Convenção nº 169 da OIT é o autorreconhecimento de um grupo como população tradicional, que é tratado no seu Artigo 1 como “(...) um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições (...)”. Dessa maneira, o autorreconhecimento é a via legal para categorização de uma população como tradicional, devendo aos Estados signatários garantir os direitos das populações com essas características. Conforme alguns artigos da convenção, o Estado signatário apresenta um papel fundamental na implantação das medidas que prezem pela manutenção e desenvolvimento dos povos tradicionais, como apontado na sequência:

Artigo 2º

1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

2. Essa ação deverá incluir medidas:

a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;

b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;

c) que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças socioeconômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida.

[...]

Artigo 4º

1. Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados.

2. Tais medidas especiais não deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados.

[...]

Artigo 13

Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

A Constituição Brasileira de 1988 também estabelece como um direito fundamental os direitos às diversas manifestações culturais, como dos povos e comunidades tradicionais, assim como enfatiza o papel do Estado em dar garantias à manutenção dos modos de vida

dessas populações, considerando-as como patrimônio cultural brasileiro. Segundo os artigos 215 e 216 da Constituição:

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional

[...]

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, também é um dos mecanismos do arcabouço legal brasileiro que dá suporte legal para a sobrevivência desses grupos. Conforme o MPF (2014) a lei é construída sobre o tripé cultura/identidade/territorialidade, condições básicas para a sustentação de grande maioria das populações tradicionais brasileiras, como os pescadores artesanais.

Fator importante enfatizado nos mecanismos apresentados é a condição do território como peça chave para a manutenção da cultura de povos e comunidades tradicionais. Assim, da mesma maneira entende-se que o autorreconhecimento de um espaço em uso por uma população tradicional como seu território também deve ser considerado nas ações públicas. Como já apresentado previamente, a pesca artesanal – e demais culturas tradicionais – vem sofrendo diversas pressões externas que comprometem uso dos recursos e dos seus territórios, assim como a sua própria reprodução social. Frente a esse cenário, uma possibilidade concreta de superação das adversidades, e a consequente manutenção da cultura, da tradição e da atividade laboral dos pescadores artesanais, é o reconhecimento dos territórios pesqueiros para uso das populações de pescadores, a fim de que tais sujeitos sejam considerados nas estratégias de desenvolvimento territorial implantadas pelo Estado. Assim, a territorialização da pesca artesanal tem de ser fator primordial das políticas públicas que visem atender essas populações, das pesquisas acadêmicas que deem suporte aos direitos sociais desses grupos, e dos movimentos sociais e demais ações coletivas de luta pelos direitos dos pescadores artesanais.

3.2 Formas de Resistência das Populações Tradicionais e do Campesinato

Historicamente pode-se apontar uma evolução da estrutura organizacional das ações coletivas estruturadas em movimentos sociais no Brasil. Conforme Gohn (2002) os movimentos sociais ganham força no cenário nacional durante os anos de 1970, sendo esse período um marco no surgimento de muitos movimentos, que tinham naquele período o Estado conduzido por um governo de ditadura militar, como o principal alvo de luta.

Nos anos de 1980, muitos movimentos estruturados anteriormente perderam a força, contudo, outros ciclos de luta começam a se constituir nessa fase. Esse período é caracterizado pela estruturação de novas formas de luta e expressão de novos valores relacionados à crítica aos efeitos da modernização desenfreada. (MEDEIROS, 2010). Os movimentos começam a ser organizados em torno de outros conflitos, gerados principalmente pelas questões de ordem de disputa territorial, como a construção de barragens, avanço da fronteira agrícola e outras ações desenvolvimentistas principalmente nas áreas rurais, além da própria luta dos operários-metalúrgicos, principalmente do ABC paulista. (GOHN, 2002).

Dentre a enorme diversidade de movimentos sociais no Brasil, como destacam Gohn (2010b) e Medeiros (2010) alguns tem maior relação com o tema da pesquisa. Dentre esses se evidenciam os movimentos socioterritoriais de luta no campo¹¹, movimentos indígenas, os dos seringueiros, dos atingidos por barragens e demais movimentos de populações tradicionais subalternas ao processo de desenvolvimento vigente. Essa diversidade de ações coletivas de luta por direitos mostra a gama de processos de resistência que envolve populações comumente marginalizadas no cenário nacional. O que por um lado indica a enorme desigualdade social e os inúmeros conflitos socioterritoriais e processos de desterritorialização instaurados no Brasil; mas que por outro lado conduz a aceitação da existência de uma multiplicidade de estratégias contra-hegemônicas elaboradas pelas populações afetadas.

Esses segmentos destacados mostram brevemente a diversidade dos movimentos sociais existentes no cenário nacional, o que vem acompanhado também de uma diversidade de matrizes ideológicas de luta por seus direitos, pautada na lógica dos movimentos populares

¹¹ Em se tratando do Brasil, um país que tem sua economia fortemente voltada para o agronegócio, os movimentos sociais mais articulados e de maior destaque são aqueles vinculados às questões do campo, onde o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra encabeça como o movimento mais articulado e representativo. Criado oficialmente em 1984, o MST tem como objetivo principal a luta pela terra no campo, estando sempre presente nas discussões e lutas pela reforma agrária, sendo hoje o movimento social brasileiro mais reconhecido – negativamente ou positivamente – pela sociedade. Estima-se que hoje o movimento tenha vinculado mais 1,14 milhão de membros, 2.000 assentamentos, 1.800 escolas fundamentais, uma instituição de ensino superior, vários meios de comunicação, 161 cooperativas e 140 agroindústrias. (CARTER, 2010).

e de luta, assim com aponta Sader (1988). Por outro lado, mesmo tendo uma construção social significativa com seus projetos, e estando a frente de propósitos de luta tão importantes para redução da desigualdade social fortemente instaurada no Brasil, esses e outros movimentos sociais presentes no cenário nacional ainda são expostos nos meios midiáticos como atores ligados à desordem e a ações criminosas, como apontam autores que trabalham com o tema. (GOHN, 2002; 2010b; CARTER, 2010; RAMOS-FILHO, 2013). Essa forma de exposição tende a criminalizar os movimentos sociais de uma maneira geral, fazendo com que esses sejam vistos pelo senso-comum de forma negativa, dificultando ainda mais ações vinculadas à transformação da sua realidade social.

Em relação ao campo acadêmico sobre movimentos sociais no Brasil, segundo Brigel & Teixeira (2015), as pesquisas ganharam centralidade nas agendas no fim dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, principalmente reforçando o debate de luta contra a ditadura e demais forças opressoras. Nos anos de 1990 muitos trabalhos se voltaram para a análise da sociedade civil organizada, mas ao que tudo indica o tema está voltando a ter centralidade nos dias atuais. (BRIGEL; TEIXEIRA, 2015).

Para Gohn (2002) há uma ausência de trabalhos teóricos de ordem comparativa de realidades dos movimentos sociais e ações coletivas. Isso só reforça a necessidade de avaliações com um embasamento teórico consolidado dentro desse tema, principalmente que tracem correlações históricas e análises teóricas robustas sobre os casos estudados.

Atualmente, e principalmente no que se correlaciona a este trabalho, vem tendo destaque em alguns grupos acadêmicos análises ligadas ao que vem sendo chamado de *movimentos por justiça ambiental* (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; PORTO; MILANEZ, 2009; ACSELRAD, 2010), que tem uma ligação direta com a luta pelos territórios de populações tradicionais, como os pescadores artesanais.

Os movimentos por justiça ambiental surgem inicialmente nos EUA, nos anos 1980, com origem nos debates sobre as condições inadequadas de saneamento e a disposição indevida de lixo tóxico em regiões de moradia, bem como as condições inadequadas de trabalho, especialmente referindo-se às comunidades de afrodescendentes e de baixa renda. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Num primeiro momento os movimentos surgem a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. O termo implica o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, que é considerado em sua totalidade, incluindo as dimensões ecológicas, físicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

As lutas contra conflitos e injustiças ambientais no Brasil são diversas. Conforme reportagem de 2014 do Jornal *O Globo*, baseada no levantamento realizado pelo ONG Ejolt (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade) e pela Universidade Autônoma de Barcelona, o Brasil é o terceiro país do mundo com mais conflitos ambientais. Em 2015, o número de registrados para o Brasil era de 65 casos.

Entretanto, quando a averiguação por conflitos no território nacional ocorre por um sistema local de busca, como o *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, apresentado em portal de mesmo nome criado em 2010 pela Fiocruz e demais parceiros, o número de casos é ainda maior. Só em 2010, ano de lançamento da plataforma, eram contabilizadas 343 situações conflituosas ligadas à questão ambiental no território nacional. Desses casos, cerca de 31% ocorreram em espaços urbanos, enquanto 61% em espaços rurais. Aproximadamente 32% dos casos registrados envolviam agricultores familiares e cerca de 34% envolviam povos indígenas. Os principais impactos e riscos ambientais registrados nos casos foram alteração do regime tradicional de uso e ocupação do solo, poluição de cursos hídricos, solo e/ou atmosfera, danos a áreas protegidas, alteração no ciclo reprodutivo de fauna e desmatamento, e falta de demarcação do território tradicional. Esse último item destaca a ligação entre a categoria espacial e territorial ao tema da justiça ambiental, sendo essa correlação principalmente um recorte analítico. Acima de tudo o foco é que essas situações desencadeiam diversos danos às populações associadas, dos quais o principal é a perda da qualidade de vida de maneira geral, o que ressalta o vínculo da justiça social com a justiça ambiental e espacial.

Porto & Milanez (2009) apresentam uma tipologia dos conflitos socioambientais no Brasil, destacando seus respectivos impactos ao meio natural e à saúde humana. Os autores identificam quatro categorias de conflito, sendo que três delas estão relacionadas à inserção do país no mercado global através da produção de *commodities*. Os autores destacam que os conflitos podem aparecer em qualquer fase do sistema produtivo (extração de recursos, produção de energia ou produção de mercadorias) e em qualquer parte do mundo, entretanto estes tendem a se intensificar nos países produtores das *commodities*, como o Brasil. Martínez-Alier (2007) destaca que esses sistemas produtivos apontam para novas fronteiras expansão, avançando na direção de novos territórios.

Assim, para Porto & Milanez (2009, p. 1992) esse modelo de desenvolvimento, pautado principalmente nas commodities para o mercado globalizado, pode ser considerado ambientalmente insustentável e socialmente injusto, por desconsiderar os limites naturais e qualidade de vida das populações locais. Por outro lado, os autores destacam que “a

intensificação dos conflitos socioambientais decorrentes desse modelo, ao mesmo tempo em que inevitável, apresenta possibilidades de criação de movimentos sociais e espaços públicos de discussão”. (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1992).

Dessa forma, esse cenário que é injusto e degradador, pode possibilitar alternativas e estruturas de resistência ao modelo hegemônico homogeneizador e destrutivo presente no Brasil. Essas alternativas podem se consolidar em movimentos sociais por justiça – ambiental, espacial ou qualquer outra especificação – podendo ser enquadrada dentro desses a luta pela garantia dos territórios de populações que dependem diretamente do uso dos recursos dos comuns para manutenção dos seus modos de vida. Assim, a luta dos pescadores pelo seu território tradicional pode ser examinada pela ótica da justiça ambiental, já que a perda e impactos aos seus territórios podem ser vistos como uma injustiça a partir desse ângulo.

3.3 Os Movimentos Sociais da Pesca e as Formas de Resistência dos Pescadores Artesanais pela Manutenção dos seus Territórios

Uma das maneiras de se estabelecer estruturas de enfrentamento às adversidades enfrentadas pelos pescadores artesanais é esses tomarem parte dos processos políticos, sociais e culturais, através do desenvolvimento de ações coletivas. Assim, parte-se da premissa que tanto os problemas inerentes da atividade pesqueira, além da superação dos próprios conflitos gerados pelas diferentes escalas produtivas do setor pesqueiro e com demais formas de uso do espaço, podem ser enfrentadas pela organização formal dos grupos de usuários dos recursos, de maneira que esses possam reivindicar seus direitos primários, como a manutenção e regularização dos seus territórios tradicionais. Essas ações coletivas podem ser desenvolvidas de diversas maneiras, como por exemplo, por meio de mobilizações, ocupações, articulações com demais grupos, dentre outras ações de reivindicação.

Outra forma de se alcançar tal objetivo e desenvolver ações coletivas de reivindicação no universo pesqueiro é através da estruturação de movimentos sociais da pesca artesanal. Fox & Callou (2014, p. 119) definem o que são os movimentos sociais de pescadores artesanais e como esses acontecem no cenário nacional:

(...) os movimentos sociais de pescadores são processos político-sociais construídos como expressões coletivas de luta, resistência e poder de pescadores, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas desenvolvem uma identidade coletiva,

que luta pela manutenção de seus bens materiais e simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção alternativos. Esses movimentos acontecem em relações de conflito e poder, entre pescadores (...) e o poder instituído do modo de produção capitalista, do ponto de vista político (Estado), contra o grande capital (empresas) ou mesmo contra a própria cultura política vigente (Estado e capital).

Em relação ao universo da pesquisa, poucas são as bibliografias que tratam do tema de movimentos sociais da pesca no território brasileiro. De maneira geral, mesmo quando se verifica trabalhos que recuperam comparações generalistas sobre diversos estudos de casos ligados exclusivamente aos movimentos sociais, não há citações sobre o tema para a pesca artesanal. (GOHN, 2002; 2010b; SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2015). Uma das poucas exceções é o trabalho de Callou (2014), que trata prioritariamente sobre movimentos sociais da pesca. Neste trabalho são apresentados alguns dos movimentos ligados ao setor pesqueiro brasileiro, em âmbito nacional e local, que historicamente auxiliaram a organizar grupos de pescadores artesanais. Fox & Callou (2014) destacam as primeiras pesquisas desenvolvidas sobre o tema no Brasil, dentre elas a dissertação de Angelo Brás Callou, de 1986, intitulada “*Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)*”, que faz uma caracterização dos movimentos sociais da pesca artesanal no estado pernambucano; e o trabalho de Luiz Geraldo da Silva, de 1988, “*Os pescadores na história do Brasil*”, onde o autor resgata a participação de pescadores em movimentos sociais do período colonial ao Brasil Império.

Historicamente, um dos movimentos mais representativos da pesca em cenário nacional é o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), que teve uma atuação mais ativa de 1990 até 2009. (FOX; CALLOU, 2014). O MONAPE surge com o objetivo de “organizar a categoria para ocupar espaços de representação nas colônias, federações e confederação, além de dar continuidade ao Movimento da Constituinte da Pesca”. (MONAPE, 1989¹² apud FOX; CALLOU, 2014, p. 124). Esse movimento lutou pela autonomia sindical e política da pesca artesanal, incentivando a elaboração da Constituição de 1988. A liberdade organizativa e autonomia da pesca artesanal foram sua grande conquista. (FOX; CALLOU, 2014).

Com desarticulação do MONAPE no início do século XXI, foi formada a Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, que surge da insatisfação dos pescadores com a desorganização do MONAPE e do descontentamento das ações da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). (FOX;

¹² MONAPE. Relatório da reunião de 14 e 15 de abril de 1989. Olinda, Pernambuco. Abr. 1989.

CALLOU, 2014). Já em 2009, derivado de algumas lideranças dissidentes do MONAPE, é formado outro movimento nacional para a defesa dos direitos dos pescadores artesanais, o Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras (MPP) (FOX; CALLOU, 2014), movimento social nacional mais eminente da pesca artesanal brasileira na atualidade.

O MPP surge no âmbito da organização da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca pelo MPA, realizada em outubro de 2009 em Brasília. Grupos ligados à pesca artesanal se estruturaram e organizaram paralelamente a 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal, com o objetivo de ter um evento onde o foco principal fosse a atividade pesqueira artesanal, não perdendo espaço de discussão para as atividades de aquicultura de grande escala e da pesca industrial. No evento organizado pelas lideranças da pesca artesanal a questão territorial já apareceu como problema central da maioria das comunidades pesqueiras artesanais. Já em maio de 2010 foi organizada a 1ª Assembleia do MPP, realizada na cidade de Santo Amaro da Purificação, na Bahia. A bandeira do movimento é apresentada na FIGURA 2.

FIGURA 2 – BANDEIRA DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS (MPP).



FONTE: Blog do MPP (2017).

A atuação em nível nacional do MPP se dá em diferentes frentes. O movimento serve como uma vitrine para socializar ao público em geral os casos de conflitos e de injustiças envolvendo os pescadores artesanais, além das próprias vitórias conquistadas por esse segmento. Muitos desses casos podem ser acompanhados pelo blog do movimento¹³, alimentado periodicamente com novas informações. (MPP, 2017). O movimento também vem

¹³ Endereço do Blog do MPP: mpppeloterritorio.blogspot.com.br/

atuando na pressão ao poder público para a reivindicação de políticas públicas mais condizentes à pesca artesanal. Dentro dessa última linha de ação, a principal frente é a realização da “*Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*”, que visa a apresentação de uma lei de iniciativa popular¹⁴ no congresso para regulamentar os direitos territoriais das comunidades pesqueiras artesanais, criando assim uma forma de regulamentação do território para esses grupos, condizente com seus modos de vida e práticas realizadas. A ideia da campanha surge do “*Seminário Nacional sobre Território Pesqueiro*”, realizado em outubro de 2010, em Olinda-PE. (MPP, 2017).

Outra instância que vem sendo foco de luta pelos direitos territoriais da pesca artesanal é a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM). A comissão foi criada em 2014 e tem como missão atuar em prol dos territórios extrativistas tradicionais do ambiente costeiro e marinho, garantindo assim os meios de vida das populações tradicionais envolvidas.

No que tange as formas de resistência cotidiana, também podem ser um meio pelo qual a pesca artesanal brasileira busca seus direitos. Santana (2012) destaca a prática de mutirões para plantio, feitos por uma comunidade tradicional pesqueira do litoral sul do Paraná, como uma forma de resistência frente à forma de dominação/exploração condicionada pelas monoculturas de pinus implantadas na região.

A questão de resistência através da manutenção da tradição e da cultura pesqueira também pode ser observada na análise de diversos autores. Silva (1993) aborda especificamente essa correlação da resistência pela cultura tradicional da pesca artesanal no Ceará. Ramalho (2010) destaca o papel do belo e da estética na pesca como uma forma de resistência para a manutenção da pesca artesanal. Essa reflexão também pode ser observada na vasta obra de Antonio Carlos Diegues, que trata em diversas publicações sobre a valoração da cultura caiçara, relatando até exemplos onde grupos da cultura caiçara conseguiram resistir ao avanço das formas de degradação e exploração as quais são submetidos, tendo como alternativa a valoração cultural. (DIEGUES, 1988; 1995; 2004). Ainda assim, pouca coisa é sistematizada na forma de observar diretamente o papel das resistências pela tradição na consolidação dos territórios pesqueiros.

Essa ausência de pesquisas reforça a necessidade de trabalhos que enfoquem na recuperação e sistematização das formas de resistência históricas dos pescadores artesanais

¹⁴ Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988 “a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.” (BRASIL, 1988).

brasileiros frente a processos injustos que lhes assolam, no sentido de levantar estratégias mais concretas de luta para possíveis condições adversas futuras. Nesse contexto, elementos de outras realidades podem ser utilizados para compor uma discussão sobre as ações resistência no processo de territorialização da pesca artesanal. Dentre esses, elementos da discussão de povos tradicionais, alguns são mais conhecidos e trabalhados do que o grupo estudado, como a causa indígena e, também, o contexto da luta camponesa.

Dentro desse contexto, vale o destaque feito por Porto & Milanez (2009) que listam algumas frentes desenvolvimentistas que são consideradas geradoras de conflitos e injustiças ambientais no Brasil, são elas: uso da terra para a produção agrícola e animal; mineração e produção industrial, em especial indústrias químicas e petroquímicas; produção de energia e grandes obras de infraestrutura; e conflitos urbanos associados à moradia e infraestrutura. Essas frentes também podem ser consideradas como os polos desterritorializadores das comunidades tradicionais e ou camponesas, que vem sofrendo com a perda de seus territórios tradicionais para expansão dessas atividades de grande rentabilidade para o modelo capitalista. No caso da pesca artesanal, em algumas situações essa desterritorialização é condicionada por uma realocação para áreas distantes de onde são realizadas suas práticas tradicionais, o que dificulta a própria continuidade da atividade pesqueira. Além disso, do ponto de vista cultural, esses processos tendem a ser homogeneizadores, padronizando a diversidade cultural, desconsiderando formas alternativas de desenvolvimento e, dessa forma desmantelando culturas e práticas tradicionalmente realizadas por esses povos tidos como tradicionais, desterritorializando-os de suas “terras tradicionalmente ocupadas”. (ALMEIDA, 2004).

Populações tradicionais também vêm sofrendo com ações conservacionistas, que os limitam ao uso de seus territórios em troca da conservação do espaço natural e da biodiversidade, muitas vezes desterritorializando essas populações em troca de um preservacionismo irrestrito. Essas ações são concretizadas através de legislações ambientais que restringem o uso de determinados recursos e do espaço, assim como pela criação de Unidades de Conservação (UC), principalmente as de Proteção Integral, que transformam áreas comuns de determinadas populações em refúgios da vida silvestre. (FERREIRA, 2004; BRASIL; MPF; CCR, 2014).

Assim, as populações tradicionais vêm sofrendo constantemente com ações externas a sua cultura, o que vem comprometendo a sua reprodução social. Dessa maneira, essas populações perdem suas bases materiais e simbólicas, estruturas chave para a sua

socialização, comprometendo o processo de reprodução social e perduração da própria cultura. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Um fator determinante para a sobrevivência no longo prazo das comunidades tradicionais, incluindo as comunidades pesqueiras artesanais, é a asseguarção da garantia de uso de seus territórios tradicionais. Contra as ações de desterritorialização e a perda de espaços comuns, muitas populações tradicionais vêm se articulando em movimentos sociais e mobilizações pelo direito aos seus territórios tradicionais. Assim, é importante que haja o apoio às ações que visem à consolidação da territorialização dessas comunidades em seus territórios tradicionais, garantindo a permanência dessas populações nas suas áreas historicamente ocupadas.

Em relação à pesca artesanal, uma forma de organização é proposta pelo MPP, que desenvolve a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. A campanha visa à regularização legal desses espaços pesqueiros – através de uma lei de iniciativa popular – como áreas exclusivas de uso dos pescadores artesanais, e onde eles tenham voz ativa no processo de gestão. Para o caso da pesca artesanal o seu território é usado para múltiplas ações, envolvendo tanto espaços em terra como em água. Esses espaços são usados para a prática pesqueira, para a navegação de acesso aos pesqueiros, para a ocupação e moradia, para a construção de ranchos utilizados para guardar materiais, entre outras formas de uso do espaço. (BEGOSSI, 2004).

Conforme a definição de território proposta pelo MPP, retirada de Pierri, Azevedo & Mesquita (2012, p. 9), territórios de pesca são:

Zonas terrestres e aquáticas utilizadas pelas comunidades pesqueiras tradicionais para habitação, atividades produtivas, assim como para a conservação, refúgio e reprodução das espécies e de outros recursos necessários para assegurar seu sustento, além de sua reprodução física, social, econômica e cultural, incluídos aqueles espaços com valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico.

Tal definição se correlaciona diretamente à abordagem de território utilizada na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que define territórios tradicionais como “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”. (BRASIL, 2007). Ambas as definições apresentam uma abordagem integradora de território, como destaca Haesbaert (2004), pois englobam as necessidades de se considerar elementos socioeconômicos, culturais e físico-naturais para a sua análise.

A regularização dos territórios da pesca artesanal se apresenta como um passo importante para a solução das adversidades enfrentadas por esses grupos. Além de garantir o controle no gerenciamento do espaço pelos pescadores artesanais, o projeto pode servir como estrutura de empoderamento para pequenos movimentos locais ligados à pesca artesanal, auxiliar na superação das adversidades enfrentadas por este grupo, fomentar a construção de novas relações de produção para o setor e possibilitar um aumento da participação dos sujeitos nos processos de gestão de seus territórios.

Importante frisar que a regularização dos territórios pesqueiros não se enquadra nos moldes de uma reforma agrária, principalmente da “contrarreforma agrária de mercado” que compra terras de latifundiários para repassar aos assentados. (RAMOS-FILHO, 2013). A regularização dos territórios pesqueiros se apresenta em grande parte como uma proposta coletiva, feita através de associações ou demais organizações sociais ligadas à pesca artesanal, garantindo o direito de uso de áreas comuns, sendo esses os espaços marinhos-costeiros, até então de pouco interesse para a apropriação capitalista, mas de cada vez mais potencial para o desenvolvimento de atividades aquícolas em grande escala; e de espaços em terra, muitas vezes áreas defronte para faixa aquática, e que possuem grande interesse comercial para indústrias e portos, e para a expansão imobiliária voltada para a atividade turística. Lima (2007) destaca que a posse coletiva pode ser a forma de ocupação mais ordenada para povos tradicionais, pois tem raízes na base de construção social da maioria desses povos, onde o principal exemplo são os indígenas.

Nesse ponto vale um destaque para diferença entre posse e propriedade. A posse é a existência de uma relação real com algo concreto, possuindo ela utiliza verdadeiramente dessa base material. Já a propriedade é uma relação de domínio legal, o que pode acontecer apenas de maneira especulativa, sem o real uso da base material. Dessa maneira, posse e propriedade não são sinônimos, e não necessariamente há uma simultaneidade na relação dessas duas categorias. O que acontece com relação aos povos tradicionais é que em grande parte eles têm a direito a posse de seu território, já que utilizam historicamente o espaço, mas não possuem a propriedade desse, sendo assim muitas vezes confrontados pela existência de proprietários que requerem o direito sobre o seu espaço territorial, gerando conflitos e ações de injustiças aos grupos tradicionais. (RBJA, 2011).

A campanha da regularização do território pesqueiro opera para garantir a posse e os direitos ligados aos pescadores artesanais. Entretanto, em 2017 a campanha ainda se encontrava em estágio de coleta de assinaturas da população para posteriormente ser entregue na câmara de deputados federais como um projeto de lei de iniciativa popular. Enquanto essa

forma de regularização do território pesqueiro ainda não é oficializada, outras vias podem ser utilizadas para a garantia dos direitos territoriais da pesca artesanal.

Em muitas regiões os territórios da pesca artesanal estão sob jurisdição federal, como áreas públicas da União. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) disciplina a ocupação e uso de recursos contidos nas áreas da União. A principal função deste órgão é “administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação”. (BRASIL, 2017). Tendo em vista que muitas comunidades pesqueiras ocupam áreas da União, a secretaria exerce um papel fundamental no contexto da realidade estudada. A secretaria possui a Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010, que permite o uso desses espaços em favor das comunidades tradicionais por meio do estabelecimento de um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). O TAUS é viabilizado coletivamente para comunidades que utilizam áreas federais de várzeas, manguezais, mar territorial, praias marítimas e fluviais, acrescidos de marinhas e marginais de rios. Imóveis da União presentes em alguns desses ambientes, utilizados ou ocupados por comunidades tradicionais, podem ser cadastrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) para criação de um Registro de Imóvel Patrimonial (RIP), podendo ser declarado como de interesse social para regularização fundiária das comunidades. Segundo o artigo 11 da portaria, o TAUS pode iniciar o processo de regularização fundiária da área ocupada pela comunidade tradicional, podendo eventualmente ser convertido em uma Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), que é o contrato administrativo que transfere direitos reais da propriedade da União para os ocupantes.

Já em outras situações¹⁵, a regularização dos territórios das comunidades pesqueiras pode estar atrelada às áreas particulares, constituídas como posse sobre as áreas historicamente utilizadas pelos pescadores. Nessa condição dois caminhos podem ser tomados, a desapropriação de uma determinada área pelo poder público por interesse social ou ação de usucapião coletiva, ambas permitindo a ocupação das famílias envolvidas. No primeiro caso é necessário que o governo municipal, estadual ou federal decrete a desapropriação da área ocupada, fato que, considerando a estrutura de poder instaurada no Estado, só ocorre com a pressão popular. Essa condição é legitimada pela própria Constituição Federal de 1988, quando decreta a função social da propriedade (art. 5º, XXIII, e art. 170, III) e pelo Código Civil (Lei 10.406/2002), no parágrafo 1º e 3º, do artigo 1.228:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

¹⁵ Para a consulta das vias de regularização fundiária e de garantia das áreas de território da pesca artesanal foi utilizada a “Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro”. (MPP, s/n).

§ 1o O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

[...]

§ 3o O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

Já na ação de usucapião coletiva a comunidade que tiver posse da área há mais de cinco anos, pode requerer judicialmente o título de propriedade da área. A ação coletiva deve ser ingressada em nome de um ente de representação coletivo, como uma associação local, cabendo a esta cadastrar as famílias e os lotes, e reunir a documentação necessária para o processo. Essa ação é garantida na seção I – sobre o Usucapião – do Capítulo II, do Código Civil, e pela seção V do Estatuto da Cidade, voltada para regulação de usucapião especial de imóvel urbano. Nesse caso a comunidade deve contratar um advogado ou buscar apoio da Defensoria Pública para ajuizar a ação de usucapião.

Outra maneira de garantia dos direitos territoriais das comunidades tradicionais é a criação de UCs de uso sustentável, que possibilitem o uso dos espaços e dos recursos naturais pela comunidade. As unidades que dão essa garantia às comunidades são as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Para a criação da unidade é necessária uma reivindicação das comunidades envolvidas junto ao órgão ambiental competente, no caso federal o ICMBio. Criada a UC esta é gerida por um conselho deliberativo, composto por atores importantes para a gestão da realidade da área criada, sendo a maioria por representantes dos extrativistas. Nesses casos, a propriedade continua sendo da União, mas com objetivo de manter as práticas e os modos de vida das comunidades tradicionais. No caso dessas UCs, após o processo de criação o caminho é a concessão CDRU. O processo de criação de UCs de uso sustentável é regulado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000). Depois de criada a UC de uso sustentável, podem ser traçados Acordos de Gestão que contenham regras definidas pela população beneficiária da UC e pelo ICMBio. Os acordos também podem ser definidos para demais UCs de uso sustentável, como a Área de Proteção Ambiental (APA), a Floresta Nacional (FLONA), entre outras. (ICMBio, 2012).

Em se tratando dos territórios pesqueiros, instrumentos legais para a garantia de uso dos recursos pesqueiros também são considerados como ferramentas que caminham no sentido da regularização do território pesqueiro. Nesses casos, termos de compromisso (TC), acordo de gestão ou acordos de pesca são instrumentos administrativos que podem subsidiar

as práticas realizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras. O TC vem sendo aplicado principalmente para o caso de sobreposição de UCs de proteção integral aos territórios pesqueiros. O termo é previsto pelo art. 39 do Decreto 4.340 de 22 de agosto 2002 – que regulamenta a lei do SNUC – e pela IN do ICMBio nº 26 de 2012, e visa a normatizar provisoriamente, e até que se encontre uma solução definitiva, atividades de comunidades tradicionais residentes ou usuárias de recursos presentes no interior de UCs de proteção integral. (LINDOSO; PARENTE, 2014). Já o acordo de gestão, regulamentado pela IN 29 do ICMBio de 2012, regulamenta a realização de acordos dentro de UCs de uso sustentável.

Os acordos de pesca atuam de maneira semelhante aos TCs, sendo um ponto articulador entre os usuários dos recursos e os órgãos gestores ambientais. Segundo a IN da SEMA/MT nº005 de 26 de março de 2008, acordo de pesca é “o conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma área definida geograficamente”. O IBAMA e algumas secretarias de meio ambiente estaduais utilizam o instrumento para proporcionar um uso sustentável de determinados recursos não compreendidos em áreas de UCs. Os acordos são construídos pelas comunidades e órgãos gestores, e geralmente partem de uma demanda dos usuários.

Importante destacar que para as articulações apresentadas são necessários em todos os casos a ação de sujeitos integrados aos grupos pesqueiros, sendo também fundamental o apoio do poder público e demais agentes externos nessas iniciativas. Assim, em se tratando do papel do Estado como balizador do desenvolvimento, acredita-se que, da mesma maneira como para os meios de vida rurais, não basta só distribuir terras (RAMOS-FILHO, 2013), tem de se investir em formas endógenas de desenvolvimento e em extensão pesqueira, para que dessa maneira se consiga consolidar participação sociopolítica e econômica, de reconstrução da história e da tomada de consciência dos pescadores artesanais. (CALLOU; SANTOS, 2014).

Algumas vias de mobilização dos grupos desconsiderados dos processos de desenvolvimento também são indicadas como relevantes nesse cenário de consolidação das ações coletivas de resistência. Dentro do contexto estudado, se destaca a metodologia conhecida como Sistema Participativo de Informação Geográfica (SPIG), que é o tipo de mapeamento que reconhece “o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento”, geralmente de fácil entendimento dessas populações. (HERLIHY; KNAPP, 2003¹⁶ apud ACSELRAD; COLI, 2008). Segundo

¹⁶ HERLIHY, P. H.; KNAPP, G. Maps of, by and for the Peoples of Latin America. Human Organization. *Journal of the Society for Applied Anthropology*. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

Acsehrad & Coli (2008), um mapa pode apresentar várias funções para a população conforme seu uso, intimidar ou gerar mobilização e resistência. Um exemplo dessa metodologia é o Projeto da Nova Cartografia Social. Com origem na região amazônica ele tem como objetivo a auto-identificação das comunidades tradicionais e a sua saída da invisibilidade perante a sociedade e o Estado. (OLIVEIRA; RIBEIRO-JUNIOR, 2010). O projeto consiste na produção de um mapeamento geral do território, proposto por integrantes das comunidades, com os principais usos e restrições externas atribuídas ao território tradicional. A partir disso são coletados depoimentos de integrantes dos grupos cartografados sobre os principais usos dos recursos e do espaço local e dos problemas presentes no território. Dessa metodologia é produzido um material, com mapas de usos e conflitos e com depoimentos dos entrevistados, o que pode servir para estratégia de autoafirmação social e de superação das injustiças, fortalecendo a luta dos povos tradicionais. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2015). Assim, considerando o contexto da pesquisa, tais iniciativas são vistas como esforços de resistência às dinâmicas da globalização. (ACSELRAD, 2008).

Outra técnica que se vincula à ideia de formação de base de luta social é a realização da técnica de *arpillera*. Segundo o site Arpilleras da Resistência Política Chilena (2012, n/p), a *arpillera*

(...) é uma técnica têxtil chilena que possui raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras de Isla Negra, localizada no litoral central chileno (...) Como forma de registrar a vida cotidiana das comunidades e de afirmar sua identidade, as oficinas de arpilleras não somente representaram a expressão dessa realidade como também se transformaram em fonte de sobrevivência em tempos adversos. Muitas arpilleras fazem referência aos valores consolidados da comunidade e aos problemas políticos e sociais que enfrenta. Tornaram-se uma forma de comunicar ao mundo exterior, no país e fora dele, o que estava acontecendo, e ao mesmo tempo, uma forma de atividade cooperativa e fonte de renda. Graças as arpilleras muitas mulheres chilenas puderam denunciar e enfrentar a ditadura [no Chile] desde fins de 1973.

Ligado ao contexto de fortalecimento das resistências dos povos tradicionais e da consolidação da luta pelos seus territórios, está a realização de ações de educação popular que consideram a construção da educação pelo conhecimento do povo e com o povo, assim como destaca Freire (1987). Atrelado a esse viés emancipador das populações subalternas se apresenta a necessidade de extensão rural na perspectiva do desenvolvimento local, que funcione como um instrumento para resolver os problemas de exclusão social gerados historicamente pela lógica contraditória de apropriação imposta pelo capital. (CALLOU; SANTOS, 2014).

Por fim, importante destacar o papel de agentes externos no apoio das comunidades tradicionais para o desenvolvimento dessas vias de resistência, e de outros que podem servir como ferramenta de mobilização social. Para todas as vias de resistências apresentadas, em grande maioria das bibliografias referenciadas, os autores destacam o papel de agentes externos de apoio na aplicação dessas vias. Esse ponto mostra que as resistências também precisam de apoio para ocorrer, principalmente para se consolidarem como ações de contraposição política.

3.4 O Litoral do Paraná: o Cenário Geral e a Pesca Artesanal Local

3.4.1 *Características Gerais da Área de Estudo*

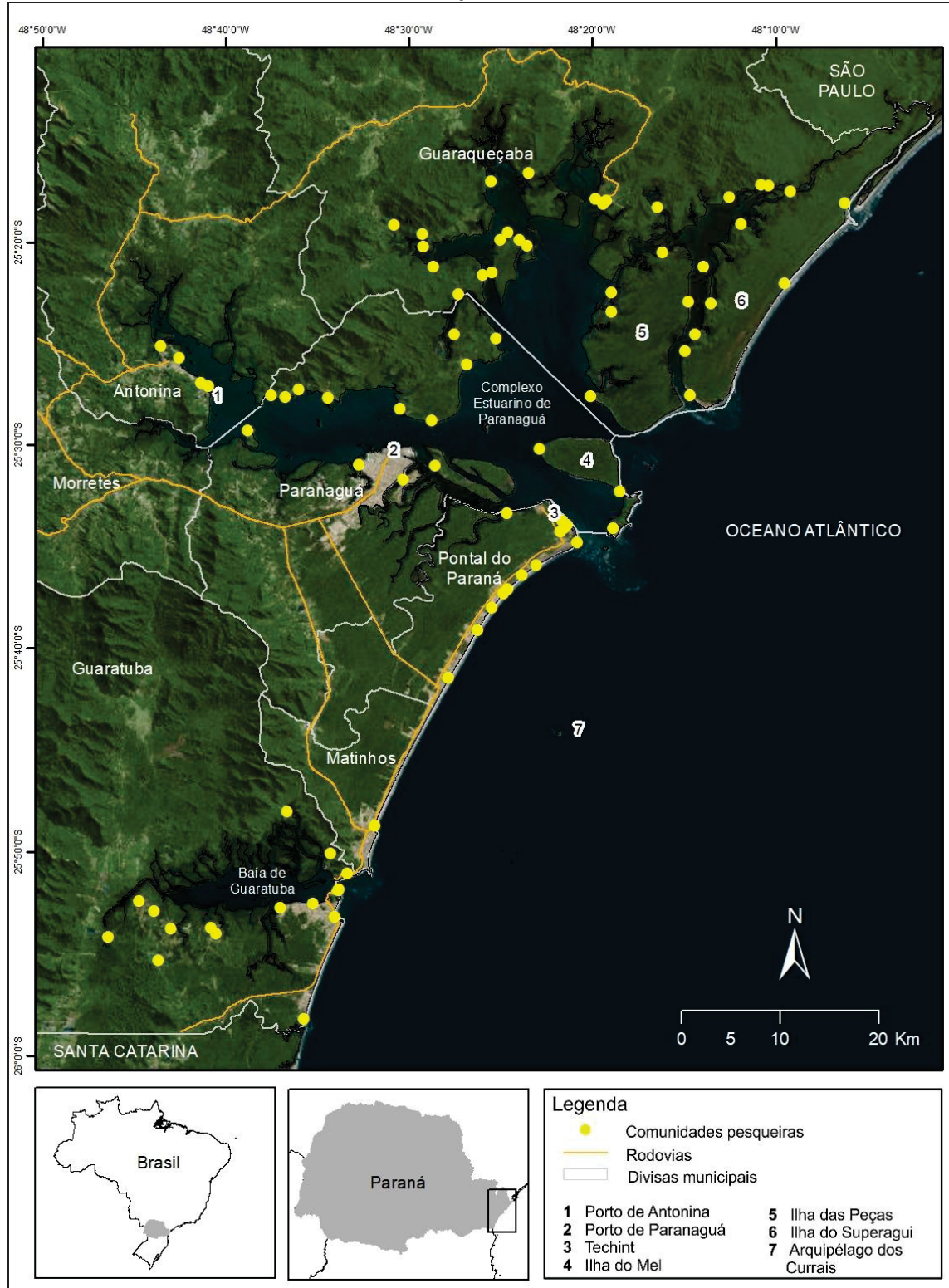
Em termos de geomorfologia, o litoral paranaense é formado por um conjunto de montanhas que compõem a Serra do Mar, por morros isolados (de planície ou insulares), por extensas planícies, pela plataforma continental, por estuários (a baía de Guaratuba, ao sul, e o Complexo Estuarino de Paranaguá – CEP, ao norte) e por ilhas costeiras e estuarinas (FIGURA 3). A região abriga uma ampla variedade de habitats naturais, incluindo manguezais, costões rochosos, marismas, planícies de maré, baixios, restingas, praias arenosas, além de grande parte dos últimos remanescentes da Mata Atlântica no Brasil. (IPARDES, 1989a; ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; LANA et al., 2001; NOERNBERG et al., 2006; 2008).

Diversos trabalhos apontam a importância dos dois grandes estuários existentes no litoral paranaense para a produção biológica. As pesquisas realizadas nas áreas estuarinas da Baía de Guaratuba e principalmente do CEP foram sistematizadas em uma revisão bibliográfica por Noernberg et al. (2008), revelando a importância ecológica da região, bem como sua significativa biodiversidade. Estes autores destacam a grande quantidade de espécies de peixes, aves e invertebrados, e concluem que o complexo estuarino é uma importante área de reprodução diversas espécies, inclusive algumas de importância comercial para a região.

O litoral é composto por sete municípios, sendo eles: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná (FIGURA 3). O município mais antigo é Paranaguá, fundado em 1648 (TABELA 1), fruto de uma colonização pioneira na região para exploração do ouro. (MIGUEL, 1997). Já o maior município em extensão é

Guaraqueçaba, com 2.159,3 km² (TABELA 1), sendo que mais de 90% de sua área é constituída por unidades de conservação.

FIGURA 3 – LITORAL DO PARANÁ: MUNICÍPIOS, PONTOS DE REFERÊNCIA E COMUNIDADES PESQUEIRAS.



FONTE: O autor (2018), elaborado por Marcelo Müller. Adaptado da base de dados do PLDM (2010).

TABELA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS E DADOS DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ.

MUNICÍPIOS	DATA DE EMANCIPAÇÃO	ÁREA (km²)	POP. CENSO 2000	POP. CENSO 2010	% DA POP. DO LIT. 2010	TAXA CRESCIMENTO ANUAL 2001/2010
Paranaguá	1648	665,8	127339	140469	52,93	1,03
Morretes	1841	686,5	15275	15718	5,92	0,29
Antonina	1857	968,8	19174	18891	7,12	-0,15
Guaraqueçaba	1947	2.159,3	8288	7871	2,97	-0,50
Guaratuba	1947	1.326,8	27257	32095	12,09	1,77
Matinhos	1968	111,5	24184	29428	11,09	2,17
Pontal do Paraná	1995	216,2	14323	20920	7,88	4,61
TOTAL	--	6.134,4	235.840	265.392	100,00	1,25

FONTE: IBGE (2010); PIERRI et al. (2006).

As formas de uso e ocupação do solo, e praticamente todas as atividades econômicas mais relevantes que se desenvolveram nesses municípios, apoiaram-se fortemente nas características do sistema natural local. Os usos mais relevantes classificados por Pierri (2003) e Pierri et al. (2006) são o uso portuário, rural, pesqueiro, balneário e a conservação de ecossistemas, podendo incluir-se também, algumas atividades agrícolas, e além da própria ocupação urbana relacionada a essas diferentes formas de uso.

De acordo com os dados do Censo 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o litoral do Paraná conta com 265.392 habitantes (TABELA 1). A média de crescimento populacional dos sete municípios entre os anos 2001 e 2010 foi de 1,25%, estando a taxa de crescimento média da região um pouco acima da média nacional para o período que foi de 1,17%. Porém, há diferenças expressivas das taxas de crescimento entre os municípios. Pontal do Paraná, por exemplo, apresentou crescimento populacional de 46% em 10 anos, aumento gerado pela ocupação balneária, que provocou um processo acelerado de investimentos, construções e instalação de comércios e serviços. (PIERI, 2003). Já os municípios de Guaraqueçaba e Antonina apresentaram decréscimo populacional neste período, evidenciando também processos de migração para outras regiões. Paranaguá ainda concentra a maior parte da população do litoral, com 52,9% do total (TABELA 1).

A maioria dos municípios da região encontra-se altamente urbanizada, sendo a maior taxa de urbanização naqueles de característica praiano-turística (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná). De acordo com IBGE (2010), Matinhos tem uma taxa de urbanização de 99,49%, seguido de Pontal do Paraná com 99,15% e Guaratuba com 89,75%. As menores taxas são as dos municípios de Guaraqueçaba (34,09%) e Morretes (45,67%). Por outro lado, ainda há parcelas significativas da população vivendo em zonas rurais, principalmente nos municípios

de Guaraqueçaba, Morretes e Antonina. Outros municípios que tem atividades econômicas predominantes atreladas ao uso balneário, como Guaratuba, e à atividade portuária, como Paranaguá, também tem uma parcela significativa da população vivendo no meio rural e dependente das atividades agrícolas.

Em relação às atividades econômicas, a maior representatividade continua sendo do setor de comércio e serviços. Nos municípios praiano-turísticos o setor terciário é predominante, com atividades próprias das funções de balneário e/ou turismo. (DESCHAMPS et al., 2000). De maneira geral, as atividades agropecuárias são pouco significativas como empregadoras. Já o setor industrial apresenta maior representatividade em Paranaguá, onde empregava 5.224 pessoas em 2014. (MTE, 2015). Importante destacar a quantidade de empregos gerados pela administração pública em todos os municípios. Em Guaraqueçaba, 61% de todos os empregos são provenientes da administração pública, e nos demais municípios essa porcentagem é entorno de 28% a 13%.

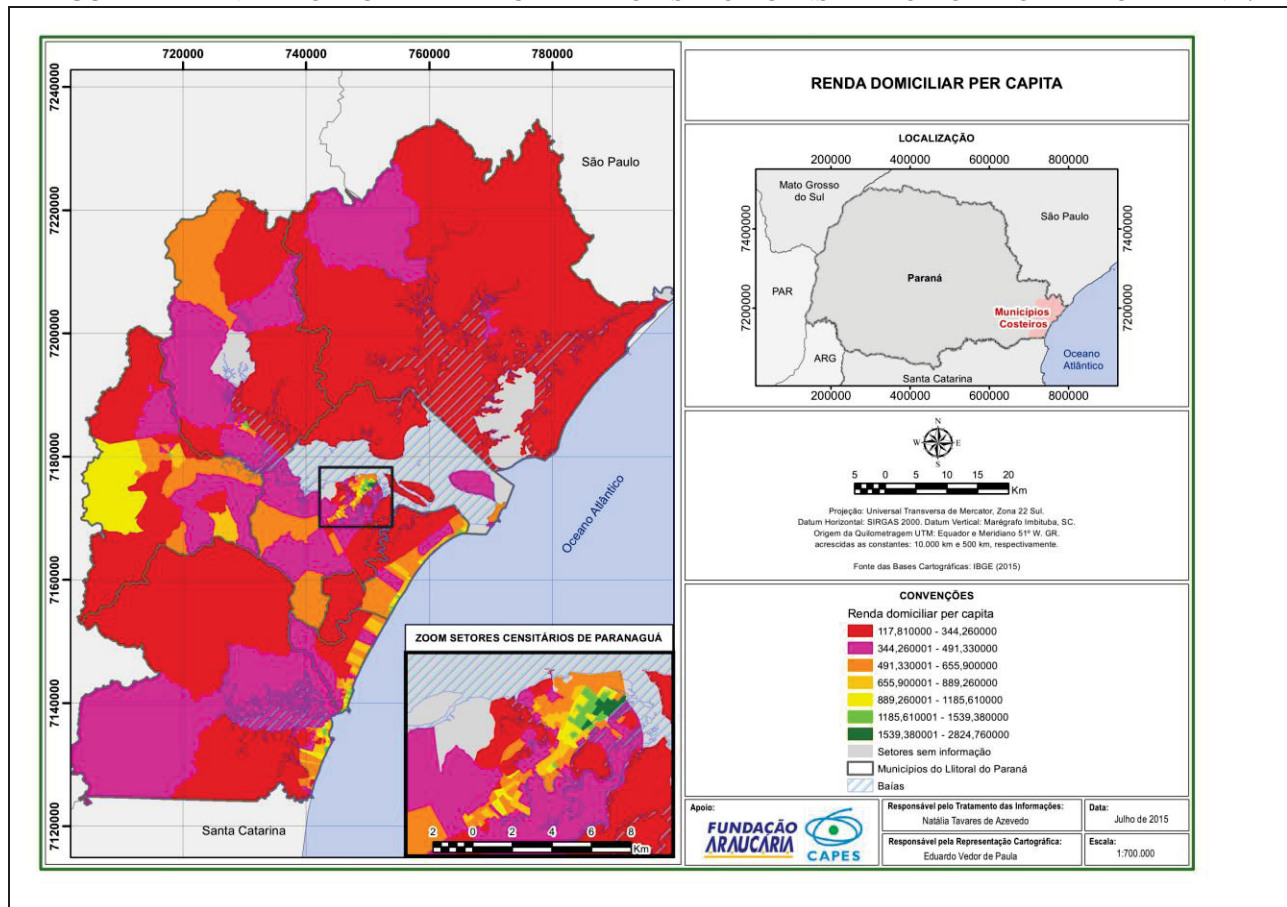
Em relação à renda, diversos setores do litoral apresentam uma renda domiciliar per capita de R\$ 231,03 (FIGURA 4), o que para um domicílio com três moradores dá um valor abaixo de um salário mínimo¹⁷. Azevedo (2016a) aponta que no município de Guaraqueçaba cerca de 58% dos domicílios possuem renda média per capita de meio salário mínimo, o que os deixa em alto estágio de vulnerabilidade social. Cenário oposto dos centros urbanizados, como Paranaguá e os municípios praianos-turísticos, que apresentam diversos setores com renda média per capita no mínimo duas vezes maior do que no município de Guaraqueçaba (FIGURA 4). Essa distinção aponta para o que Carlos (2007), baseada na contribuição teórica de David Harvey e Edward Soja, chama de um “desenvolvimento geograficamente desigual”. Pierri (2003) já destaca a grande desigualdade social como um fator marcante no litoral paranaense. As rendas médias per capita de todos os setores censitários do litoral são apresentadas na FIGURA 4.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do litoral se encontra muito perto da média estadual (0,787), que pode ser classificado como médio-superior. Mesmo assim alguns municípios apresentam valores abaixo da média regional, como Guaraqueçaba, onde o IDH é de 0,659 e cerca 49% dos domicílios se encontram em situação de pobreza. (IPARDES, 2003). Conforme aponta Pierri (2003), grande parte da população dos municípios praiano-turísticos também se encontra em situação de pobreza relativa, com níveis de escolaridade e de renda baixos, e ocupando espaços ambientalmente inadequados. Isso

¹⁷ O salário mínimo nacional em novembro de 2017 era de R\$ 937,00.

acontece também em Paranaguá, onde o grande volume de riqueza que passa pelo porto não reverte significativamente para elevar a qualidade de vida da população local. De maneira geral são observados diversos bolsões de pobreza espalhados pelos demais municípios do litoral, confrontando com índices de renda e IDH relativamente elevados, o que caracteriza um cenário desigual na questão da distribuição da riqueza. (MOURA; WERNECK, 2000; PIERRI, 2003; POLIDORO; DESCHAMPS, 2013).

FIGURA 4 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA POR SETOR CENSITÁRIO DO LITORAL DO PARANÁ.



FONTE: Azevedo (2016b).

A posição geográfica estratégica do litoral do Paraná, somada às características geomorfológicas e hidrográficas do CEP (abrigo de ondas, canais de navegação e atracadouros de profundidade adequada) favorecem a navegação de grandes embarcações, sendo fundamentais para configurar a vocação portuária e propiciar que a região assuma um papel importante no escoamento de mercadorias. Ao mesmo tempo a beleza cênica do espaço, a disponibilidade de praias para atividades recreativas e a facilidade de acesso, principalmente pelas rodovias que ligam Curitiba ao litoral, possibilitaram a ocupação de parte da região litorânea para segundas residências, caracterizando o que se denomina de “uso balneário”.

(MOURA; WERNECK, 2000; SAMPAIO, 2006). Além disso, a variedade de habitats e os níveis elevados de produtividade biológica, favorecidos pela drenagem continental e pelas intrusões de nutrientes da plataforma continental, favorecem a existência de uma grande diversidade de organismos marinhos, proporcionando as bases ecológicas para o desenvolvimento da atividade pesqueira. (LANA et al., 2001; NOERNBERG et al., 2008, BRANDINI et al., 2006; 2007).

Embora não existam estudos sistemáticos para suportar avaliações conclusivas do grau de conservação e integridade dos ecossistemas do litoral paranaense, é essencial reter que o desenvolvimento urbano, agrícola e industrial paranaense tem se concentrado na região do primeiro planalto, a oeste da Serra do Mar. Dessa maneira, os ecossistemas litorâneos encontram-se relativamente bem preservados, o que tem levado ao reconhecimento crescente da região pelo seu valor como patrimônio natural e à implementação de um amplo e restritivo arcabouço legal na tentativa de preservá-lo. (ANDRIGUETTO- FILHO, 1999; LANA et al., 2001). Mesmo assim, o litoral tem sofrido impactos antrópicos importantes especialmente a partir das últimas quatro décadas, oriundos de uma intensa atividade industrial-portuária, de uma ocupação maciça do litoral Sul do estado pelos balneários, da atividade pesqueira industrial predatória e de uma agricultura com grande carga de insumos químicos. Aceita-se que os impactos originados por essas atividades, e os reflexos de uma conservação irrestrita e integral das áreas naturais, postos principalmente de uma maneira que desconsidera a existência da vida humana, são as principais fontes de geração de injustiças ambientais e espaciais, e de origem dos processos de desterritorialização no cenário local, principalmente quando se considera os efeitos direcionados sobre parcelas mais vulneráveis da população local, como os pescadores artesanais.

3.4.2 *O Histórico das Primeiras Ocupações Humanas, da Colonização da Região e dos Ciclos Produtivos Iniciais do Litoral do Paraná: a Formação da Pesca Artesanal Local*¹⁸

Conforme registros existentes, a ocupação da região que hoje compreende o litoral paranaense se iniciou 6.000 anos atrás, pelos homens do sambaqui (MARTIN et al., 1988¹⁹;

¹⁸ O conteúdo histórico apresentado nessa seção é baseado no trabalho de Miguel (1997), qualquer citação diferente ou mais enfática do texto mencionado será destacada. O trabalho citado é especificamente sobre o litoral norte do Paraná, contudo em diversos momentos o autor lança de informações relacionadas a todo o litoral.

PARELLADA; GOTTARDI NETO, 1994²⁰ apud PIERRI, 2006). Antes da ocupação portuguesa em meados de 1500, a região era ocupada por populações de grupos indígenas tupi-guarani. O tronco tupi, que ocupava quase todo o litoral brasileiro, desenvolvia cultivo de diversas plantas comestíveis, além de praticar a caça e a pesca, adensando sua ocupação em áreas mais produtivas para essas práticas. (RIBEIRO, 2006).

Já no final do século XVI, a região do litoral paranaense passou a ser rota de passagem para grupos de “bandeirantes”, de origem do litoral de São Paulo (São Vicente), que tinham como missão a captura de indígenas para a escravidão. Isso gerou uma diminuição drástica das populações indígenas da região. Esse processo é interpretado neste trabalho como uma primeira ação desterritorializadora de populações tradicionais na região estudada.

Nas primeiras décadas do século XVII, devido à descoberta de ouro na região, principalmente na parcela norte do litoral, se dá o início a um verdadeiro processo de colonização deste espaço. Para atender a demanda de trabalho na exploração do minério os exploradores usaram mão de obra escrava indígena. Os colonos atraídos pela prática de mineração se estabelecem em vários pontos da porção norte do litoral, povoando mais densamente as margens do Rio Itiberê, o que daria origem à cidade de Paranaguá, em 1648. (BIGARELLA, 1999).

Contudo, já no início do século XVIII a maioria dos depósitos de ouro se encontrava esgotada, gerando uma desaceleração da atividade econômica na região litorânea e a partida de parte da população que vivia em dependência da mineração. Por outro lado, a fase da exploração de ouro permitiu o estabelecimento de bases materiais e econômicas para uma ocupação mais moderna permanente da região. A atividade permitiu a consolidação de uma estrutura política e administrativa; as primeiras concentrações humanas, em vilas ou ocupações já mais adensadas, tirando os grupos indígenas; o desenvolvimento de atividades comerciais com áreas externas e de um mercado local; e a construção das primeiras estradas e vias de acesso entre as partes internas da bacia litorânea e os portos marítimos da costa.

O declínio da atividade mineira no litoral no início do século XVIII também consolidou a formação de uma sociedade agrária na região. As pessoas que permaneceram ocupando esse espaço se voltaram para a agricultura, a exploração de recursos florestais, a pesca e para algumas atividades artesanais, aproveitando da vasta diversidade de ambientes e recursos da região. As práticas eram desenvolvidas com o uso de instrumentos rústicos e de

¹⁹ MARTIN, L. et al. **Mapa geológico do Quaternário costeiro dos estados do Paraná e Santa Catarina**. Brasília: DNPM, 28/18, 40 p. (Série Geologia). 1988.

²⁰ PARELLADA, C. I.; GOTTARDI NETO, A. Inventário de sambaquis do litoral do Paraná. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, n. 42, p.121-152, 1994.

baixa tecnologia, e a agricultura era no sistema de corte e queima. A produção realizada com essas práticas era voltada principalmente ao autoconsumo e o excedente era comercializado no mercado regional, principalmente os centros urbanos portuários (Antonina, Morretes e Paranaguá) e as porções sul e central do litoral, comercialização que garantia a compra de outros produtos não produzidos pelos agricultores, como sal, tecidos, ferramentas de ferro, etc. Conforme Miguel (1997), esta sociedade agrária formada a partir do ciclo do ouro foi caracterizada pela sua autonomia (econômica, social e política) em relação ao seu mundo exterior. Especificamente sobre a pesca, Miguel (1997, p. 30) afirma que

(...) era uma atividade complementar (...) cuja produção destinava-se ao autoconsumo e, em menor medida, à venda. No entanto, era mais importante nas localidades perto de estuários e baías. O peixe foi preservado em sal e seco ao sol. A captura era feita com redes ou armadilhas de fibras feitas localmente fixo (o "cerco") ou móvel (o "covo").²¹

Conforme Diegues (2004), esse processo dá origem na região à cultura hoje conhecida como **caiçara**²², modo de vida que veio a se consolidar entre os séculos XIX e XX. A cultura caiçara se estabeleceu no espaço litorâneo do sul do Rio de Janeiro até o Paraná, o que Diegues (2004) considera como o território caiçara. Nesse espaço desenvolveu a pequena agricultura com algumas plantas típicas, a pesca e a exploração de recursos florestais, além de elementos culturais comuns, como linguajar, as festas, em grande parte de origem católica, a música e dança (fandango), e um modo específico de ver o mundo. Outros fatores marcantes dessa sociedade são os laços de reciprocidade e solidariedade entre os integrantes das comunidades caiçaras, o que pode ser demonstrado pelas práticas pesqueiras coletivas e pelos mutirões rurais. (ADAMS, 2000).

Pode-se dizer que os caiçaras compunham uma das três grandes categorias socioeconômicas de produtores rurais do litoral norte do Paraná²³ no começo do século XIX. O campesinato local, como afirma Miguel (1997) – acredita-se que já eram em grande parte caiçaras – eram os mais numerosos, mas também os mais pobres em relação aos meios de produção. O segundo grupo era de pequenos agricultores escravagistas, menos numerosos que os anteriores, mas que tinham os meios para produção e empregavam o trabalho escravo. Finalmente, os grandes agricultores escravagistas, muito poucos, mas cujo papel foi

²¹ Tradução feita para este trabalho.

²² “O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe”. (ADAMS, 2000, p.146).

²³ O litoral norte do Paraná é considerado como a região do Complexo Estuarino de Paranaguá e suas adjacências, o que compreende o município de Guaraqueçaba, e parte dos municípios de Paranaguá e Antonina. Importante destacar isso, pois essa expressão é corriqueiramente usada ao longo do trabalho.

considerável na organização socioeconômica regional, se tornaram na maioria dos casos intermediadores comerciais dos demais agricultores menos capitalizados. Esses dois últimos grupos tinham como principais atividades produtivas o arroz irrigado, a cana-de-açúcar e café. Neste cenário é importante destacar que grande parte das ocupações no período mencionado, tanto na região norte do litoral, assim como na sua porção central, eram realizadas sem a existência de títulos das terras, sendo derivadas das ocupações existentes do ciclo de mineração dos séculos anteriores. Em geral, poucos eram os títulos cedidos pela Colônia para a ocupação da região. Aqueles agricultores mais capitalizados, detentores de meios de produção, conseguiram, em alguns casos, a regularização de suas posses perante a Colônia, contudo, a grande maioria dos pequenos produtores manteve suas ocupações sem a menor garantia legal de posse.

Já a região central e sul do litoral passou ao longo século XVIII por um ciclo produtivo do mate, particularmente do processamento da erva, o que potencializa a ocupação desses espaços. Entretanto, já em meados do XIX esse sistema é transferido para as regiões do primeiro planalto do interior do estado do Paraná, reduzindo as porções sul e central do litoral a uma zona de trânsito do sistema produtivo do mate, que chegava aos portos do litoral já industrializado. Este deslocamento da atividade produtiva gera um encolhimento do mercado regional, afetando consideravelmente a pequena economia agrária do litoral norte, principalmente os agricultores escravagistas. Estes últimos também passam por mudanças devido a proibição do trabalho escravo legal no Brasil a partir da segunda metade século XIX, alguns até abandonando a região e indo morar nos centros urbanos da região sul e sudeste. Por outro lado, esse processo pouco afetou o pequeno agricultor camponês, que continuou desenvolvendo suas diversas atividades. Em relação a esse último grupo, o que ocorreu foi uma dispersão maior dos camponeses por áreas ainda não ocupadas dos vales para interior do continente e das regiões estuarinas.

A crise do sistema escravagista possibilitou o surgimento de um novo grupo representado por pequenos comerciantes locais que, em grande maioria, era formada pelos ex-agricultores escravagistas. Aliado a isso há um avanço na tecnologia de navegação de cabotagem devido às embarcações a vapor. Viagens dos portos do Paraná para Montevideu, que duravam antes 18 dias, passaram a ser realizadas em poucos dias já no final do século XIX. Essa facilidade tecnológica, aliada a abertura dos mercados do Rio do Prata para frutas tropicais, gerou um ciclo produtivo de banana na região norte do litoral. Esse ciclo gerou um processo de migração que em 20 anos duplicou a população do litoral. (PIERRI, 2003). O ciclo econômico da banana também aumentou a concentração de terras por poucos

proprietários. A maioria dos pequenos agricultores foi obrigada a ocupar regiões menos produtivas, fazendo pequenas lavouras de subsistência ou servindo de mão de obra barata para os produtores de banana. (RAYNAUT et al., 2002; RODRIGUEZ; TOMMASINO, 2005). A expansão do cultivo rapidamente ocupou as áreas agrícolas disponíveis levando à intensificação do uso do solo.

A partir desse histórico, Miguel (1997) apresenta uma classificação dos agricultores caiaçaros no litoral norte do Paraná no início do século XX. O primeiro grupo é dos pequenos agricultores, cerca de 80% dos produtores da região no início do século. Esta categoria social deriva dos pequenos agricultores locais, que já ocupavam a região desde o ciclo do ouro, ou recém-chegados atraídos pelo desenvolvimento da cultura da banana. Estes ocupavam as áreas menos desejadas, geralmente nas encostas e longe dos rios, que facilitavam o escoamento fluvial da produção. Já a segunda categoria é a dos agricultores "médios", composta por ex-agricultores escravagistas e, em menor quantidade, por camponeses recém-chegados das regiões vizinhas para colonizar os vales a montante dos principais vales aluviais. Esses fazendeiros representavam cerca de 20% das fazendas na costa norte do Paraná. E o terceiro grupo era de comerciantes, em parte ex-agricultores escravagistas ou às vezes pequenos comerciantes de outros países que se instalaram na área após o desenvolvimento da produção de banana.

A partir de 1930 o sistema agrícola do litoral norte entra em crise. Primeiramente, pela perda de rendimento produtivo do sistema de queimadas, e segundo, pela competição desigual desenvolvida por outras regiões produtoras de banana, no caso o litoral do São Paulo e das regiões sul e central do litoral paranaense. Para os pequenos agricultores camponeses, este período foi caracterizado pela crescente pauperização, falta dos meios para produção e de capital suficiente para lidar com a nova situação agrária regional, mudando seu sistema produtivo. Esse cenário gera um forte movimento de expulsão das zonas rurais agrícolas do interior da região litorânea para localidades mais próximas ao ambiente estuarino e aos centros urbanos portuários, muitos desses se transformando em pescadores artesanais. Essa prática também foi estimulada pela presença de embarcações equipadas de São Paulo, que vinham para a região de Guaraqueçaba e Paranaguá comprar a produção dos pescadores. Essa sucessão de fatos deu um impulso à atividade pesqueira na região norte do litoral. Essa constatação fica clara nos dados fornecidos por Miguel (1997), de que entre 1930 e 1950 o número de casas no bairro de Costão, em Guaraqueçaba, triplicou devido a instalação de ex-camponeses que migraram das porções mais próximas da serra do litoral para ficar mais próximo às áreas de pesca.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, diversas políticas governamentais incentivam a produção agrícola de larga escala no litoral, sendo as principais culturas a madeireira (pinus e eucalipto), a de palmito, a de café e a criação de búfalos. (MIGUEL, 1997; MELLINGER, 2013). Essas políticas incentivavam sistemas produtivos em grandes extensões de terra, gerando enormes áreas desmatadas, negligenciando o desenvolvimento local dos produtores menos capitalizados, e expulsando pequenos agricultores que ainda se fixavam em áreas de posse. Assim, essas populações mais pobres que também viviam em dependência da exploração dos recursos naturais florestais, passaram a ser impedidos de entrar nas fazendas e perderam em muitos casos suas posses, tendo alguns se mudado para as vilas estuarinas e costeiras. Cunha, Rougeulle & Behr (2004, p. 29) descrevem o processo de abandono da prática de roçado pelas comunidades tradicionais locais:

O início do desaparecimento da lavoura como parte da vida das comunidades litorâneas, se dá por volta dos anos 50-60, em função de um conjunto de fatores de ordem física, econômica e social. Além da baixa fertilidade natural do solo e a falta de apoio à atividade, através da orientação técnica adequada, as restrições impostas pela legislação do uso do solo, a intensificação da pesca comercial – que passa a exigir maior dedicação de tempo – são fatores que contribuíram para o abandono da prática agrícola em muitas comunidades litorâneas (...).

Contudo, importante ressaltar aqui, que isso não significa que as práticas agrícolas de pequeno impacto não sejam mais realizadas pelas comunidades locais. Elas ainda ocorrem, mesmo que de uma maneira resignificada. Isso é apontado por Duarte (2013) para a comunidade Barbados, na Ilha do Superagüi.

Diegues (2004, p. 24) relata que a desapropriação de terras caiçaras no litoral de São Paulo, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, para a realização de atividades agropastoris, se deu de forma violenta, por “intermédio de jagunços, que ameaçavam e expulsavam os moradores, mas, na maioria das vezes, estes foram ludibriados, com o uso de artifícios legais”. Acredita-se que essas estratégias também tenham sido implantadas no litoral do Paraná para expulsão das famílias tradicionais de suas ocupações e territórios originais.

A partir de meados da década de 1980, a região litorânea passa a ser área de interesse de políticas conservacionistas estaduais e federais. Essas políticas resultam numa série de proibições e limitações das atividades agrícolas e florestais complementares (caça e pesca), principalmente das populações mais pobres. A falta de alternativas na exploração da floresta, devido às pressões dos latifundiários de um lado e das restrições conservacionistas de outro, intensifica o processo migratório da “terra para o mar”, fazendo com que estes passem a se

dedicar exclusivamente à pesca artesanal, convertendo-se a “pescadores exclusivos”, como afirma Silva (2004, p. 68).

Somado a isso há a chegada das embarcações a motor nas décadas de 1950 e 1960, fato que descrito por Adams (2000, p. 155) como crucial para a modificação da realidade caiçara

(...) o surgimento do barco a motor promoveu toda uma mudança no modo de vida caiçara, inclusive na importância da roça para sua subsistência. Em alguns casos, o caiçara passou a dedicar um tempo maior às atividades da pesca, em outros houve um abandono completo das atividades agrícolas. A chegada do barco a motor é descrita por diversos autores em diferentes comunidades caiçaras.

No litoral do Paraná a chegada das embarcações a motor se dá no mesmo período de uma forte migração de pescadores de Santa Catarina para o estado. Na década de 1960 há um fluxo quase contínuo de pescadores catarinenses para comunidades da orla oceânica do Paraná, as principais localizações a receber novos moradores foram Caieiras, Piçarras, Matinhos, Pontal do Sul e Barra do Superagüí. (ANDRIGUETTO-FILHO, 2003).

Um aumento do mercado regional de pescados a partir da década de 1970 também passa a tornar a atividade pesqueira mais atrativa economicamente. Há também um forte aporte de financiamentos do poder público, o que subsidia a aquisição de embarcações motorizadas, equipamentos de pesca mais modernos e que condicionavam melhores rendimentos. (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014). Silva (2004) relata processo semelhante para o litoral do São Paulo, afirmando que tal ação gerou uma profunda diferenciação social no interior das comunidades do litoral paulista. Tal processo é identificado no litoral do Paraná por Cunha, Rougeulle & Behr (2004, p. 33):

Assim, a tendência progressiva ao empobrecimento das populações litorâneas se deve à sua crescente inserção na economia de mercado e, conforme observado, da total dependência dos “bens” e meios de produção de origem industrial. O desaparecimento da lavoura e das demais atividades econômicas praticadas no passado – permitindo certo grau de auto-suficiência – são fatores que concorrem para essa tendência à pauperização, à medida que a população local passa a depender predominantemente de uma única atividade produtiva – a pesca – e das condições e regras da economia dominante, que escapam quase que totalmente do seu controle.

Esse histórico, relatado em boa parte por Miguel (1997), apresenta a formação da configuração das primeiras populações a ocupar o litoral do Paraná, onde os pescadores artesanais são um grupo com papel crucial nesse cenário. Uma formação cultural em grande

parte constituída por pressões externas e pela falta de alternativas de desenvolvimento para as populações locais.

3.4.3 As Características Atuais da Pesca Artesanal no Litoral do Paraná e de Alguns Aspectos Importantes para a Atividade

A pesca profissional do litoral do Paraná abrange desde uma atividade artesanal ou mesmo de subsistência, realizada pelos donos dos instrumentos de produção com embarcações de pequeno porte ou de forma desembarcada, a empreendimentos empresariais, que produzem com força de trabalho contratada e utilizam embarcações com capacidade de várias toneladas e autonomia para operar durante duas semanas sem a necessidade de porto ou desembarque (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Uma pequena parte da frota estadual é considerada industrial, estando essa localizada em Guaratuba e algumas poucas unidades produtivas em Pontal do Sul, sendo no geral a atividade considerada artesanal.

As comunidades pesqueiras artesanais podem ser definidas como comunidades tradicionais. Primeiramente, por uma questão de autorreconhecimento como pescador artesanal e comunidade tradicional, o que se acredita ser um fator ainda presente nas comunidades pesqueiras locais. Segundo pelo fato de isso poder ser reconhecido na questão de oposição do que é “moderno”, e também pela história de seus ancestrais na ocupação do território. (BRANDÃO; LEAL, 2012). As principais práticas de pesca desenvolvidas na região litorânea pela pesca artesanal são apresentadas no QUADRO 9. Algumas das técnicas apresentadas, particularmente o cerco-fixo de taquaras, figuram entre as mais antigas da região, com registros desde pelo menos o século XVIII (MIGUEL, 1997), porém, atualmente proibido desde 2003 (Portaria IBAMA nº 12/2003).

QUADRO 9 – CARACTERÍSTICAS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS PESQUEIRAS REALIZADAS NO LITORAL PARANAENSE E SEUS RECURSOS ALVO.

PRÁTICAS DE PESCA	APETRECHOS UTILIZADOS	DESCRIÇÃO	PRÁTICA ATIVA OU PASSIVA	PRINCIPAIS RECURSOS CAPTURADOS
Cerco fixo	Cerco feito de taquaras	É estaqueado no mangue, funcionando como armadilha ou curral de peixes. Atualmente está proibido no litoral do Paraná.	Passiva	Tainha, paratis, robalos e sardinha-charuto.
Tarrafa	Tarrafas de diversas malhas.	Bastante difundida no interior das baías, sendo lançada de canoas ou das praias para a água.	Ativa	Tainha, garoupas, manjuba, pescadas, robalos, sardinhas e camarões.
Gerival, Arrastãozinho ou Tarrafinha	Adaptação da tarrafa de arremesso, com cerca de 3 a 5 metros, e malhas de 1,5 e 2,5 entre nós opostos.	É utilizada como de rede de arrasto de travessão. Equipamento de fácil confecção e uso, amplamente difundido nas baías.	Ativa	Camarão-branco, camarão-ferrinho ou camarão-preto.
Caceio	Redes de emalhar retangulares de diversas malhas.	Deixa-se à deriva uma rede, a qual pode ou não permanecer fixada à embarcação. As redes podem derivar pela superfície (caceio boiado) ou pelo fundo (caceio de fundo). O caceio também pode ser ativo unindo as pontas da rede fechando o cerco.	Ativa ou passiva	Camarão-branco, pescadas, cações, tainhas, cavalas, salteiras, corvinas, iriko, etc..
Fundeio	Redes de emalhar retangulares de diversas malhas.	Pescaria em que a rede permanece relativamente imóvel, rente ao fundo do mar. Os pescadores fundeiam a rede e, normalmente no dia seguinte, retornam para realizar a despesca.	Passiva	Linguado, corvinas, salteiras, betaras, cações, bagres, robalos e pescadas
Espinhel	Um cabo longo de onde saem cabos mais curtos com os anzóis, podendo ser de diferentes tamanhos.	Nas extremidades do cabo principal podem haver boias e/ou poitas que fixam o espinhel no local. É dirigido para espécies de fundo do interior das baías.	Passiva	Badejo, garoupa, caranha, bagres, miragaia, salteiras, cações, corvina e pescada
Arrasto de fundo	Rede em forma de funil e pranchas, tangones e guinchos para o arrasto duplo.	A rede é arrastada pela embarcação no fundo marinho, capturando o que entra na rede. A prática é restrita ao mar aberto, sendo proibida dentro das baías.	Ativa	Camarão-sete-barbas, camarão-branco e camarão-rosa.
Gaiola ou puçá	Gaiolas ou puçás de arame retorcido com redes de malhas com 3 a 5,5 cm entre nós opostos.	O apetrecho é jogado no fundo com uma isca, no caso da gaiola o recurso entra na estrutura e não consegue sair, já com o puçá o pescador é obrigado a puxar o apetrecho para capturar o recurso.	Ativa ou passiva	Siri e baiacu.
Extração de recursos do mangue	As próprias mãos e alguns utensílios (inchada, “chuncho”, lacinho, raspador, etc.)	A prática de extração manual dos recursos varia conforme o recurso explorado.	Ativa	Caranguejo, ostra, berbigão, bacucú e demais moluscos

FONTE: adaptado de Gabriel et al. (2005); Andriguetto-Filho et al. (2006); Mafra (2012).

Quando comparada à pesca realizada em outras regiões do Brasil e do mundo (DIEGUES, 1983; BERKES et al., 2006; ISAAC et al., 2006), a atividade pesqueira local apresenta relevância regional, sendo pouco expressiva no contexto nacional. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Por outro lado, a atividade é o principal meio de vida de uma parcela significativa da população do litoral, que depende diretamente ou por atividades paralelas à extração dos recursos. A região possui mais de 70 vilas ou comunidades pesqueiras (NOERNBERG et al., 2008) e, atualmente, conforme informações das colônias de pescadores da região, existem cerca de 5.343 pescadores artesanais na ativa (TABELA 2). O município com o maior número de pescadores artesanais é Guaraqueçaba, onde um em cada três habitantes é pescador. Paranaguá é onde número de pescadores apresenta a menor proporção em relação à população total do município, sendo um pescador para cada 187 habitantes. O município com o menor número de pescadores artesanais é Matinhos, que possuía 200 pescadores em 2015 (TABELA 2). Comparado com os dados de Andriguetto-Filho et al. (2006) o número de pescadores no litoral aumentou em aproximadamente 1000 pessoas (TABELA 2), o que pode estar ligado ao registro de pescadores que não possuíam cadastro, como apontam os autores citados.

TABELA 2 – NÚMERO DE PESCADORES ARTESANAIS POR CADA MUNICÍPIO DO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2015.

MUNICÍPIO	PESCADORES NA ATIVA EM 2006 (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006)	PESCADORES NA ATIVA EM 2015	PROPORÇÃO DE 1 PESCADOR DE 2015 POR X HABITANTES DO MUNICÍPIO (CENSO DE 2010)
Paranaguá	1.001	750	187
Antonina	700	724	26
Guaraqueçaba	1.096	2.419	3
Guaratuba	900	800	40
Matinhos	215	200	147
Pontal do Paraná	365	450	46
TOTAL	4.277	5.343	50

FONTE: adaptado de Caldeira, Mafra & Malheiros (2016).

O litoral do Paraná possui seis colônias de pescadores: Paranaguá (Z-1); Guaraqueçaba (Z-2); Matinhos (Z-4); Pontal do Paraná (Z-5); Guaratuba (Z-7); e Antonina (Z-8). Segundo artigos da Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores:

Art. 1º as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias,

obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal (...)

Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição.

Conforme se observa nos artigos da lei, as colônias deveriam ser as instâncias máximas de representação dos pescadores artesanais, lutando por direitos políticos, sociais e territoriais. Entretanto, na realidade do litoral do Paraná não é bem isso que se observa. O que se vê na região é que as colônias são prioritariamente instâncias de solução de questões de ordem burocrática dos pescadores, como a confecção de carteiras de pesca, a liberação do seguro-defeso e a abertura de aposentadorias. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Dessa maneira, a articulação política e a mobilização dos pescadores acabam ficando em segundo plano, isso quando ocorrem. Andriguetto-Filho et al. (2006) também destacam que no início dos anos 1990 houve um esvaziamento das colônias por parte dos associados. Mas a partir de 1996, quando se inicia o pagamento do seguro-defeso no Paraná, e se atrela esse benefício às colônias, a vinculação dos pescadores a esses órgãos volta a ocorrer, e as colônias recuperam a função de intermediárias entre o pescador e seus direitos, e isso faz com que se diminua a inadimplência e evasão dos associados.

Andriguetto-Filho (1999) classifica a pesca do litoral do Paraná em seis sistemas de produção pesqueiros (FIGURA 5), que teriam evoluído a partir de um modelo produtivo agro-pesqueiro comum, e seriam como um contínuo de categorização da atividade pesqueira local. Os sistemas descritos pelo autor, e as respectivas vilas analisadas para cada categoria, são os seguintes:

Sistema I) Vilas de Descoberto (11)²⁴ e Riozinho (10), em Guaratuba, e Nacar/Europinha (9), em Paranaguá. São pequenas vilas rurais, de origem agro-pesqueira antiga, com população estabilizada ou diminuindo, onde o número de pescadores é pequeno em relação à população total. Realizam a pesca de camarão com gerival, e apenas Nacar a pesca com redes e espinhel. O grupo é considerado como de baixa a média variabilidade de pescarias. As embarcações são principalmente canoas a remo e algumas voadeiras com motor. Quanto à comercialização, apresentam vendas para atravessadores externos e efetuam a venda direta do camarão vivo para pescadores amadores.

Sistema II) Vilas de Almeida (19), Tibicanga (22), Costão (21) e Cerquinho (20), em Guaraqueçaba, e Vila Guarani (18), Amparo (15) e Piassagüera (16), em Paranaguá. São vilas rurais e urbanas que, com exceção da Vila Guarani, possuem origem agro-pesqueira antiga.

²⁴ As numerações ao lado do nome das vilas destacam a localização das vilas na FIGURA 5.

Todas as vilas pescam apenas no interior do CEP e caracterizam-se pela grande diversidade de pescarias realizadas. Pescam camarão com gerival e com caceio em menor escala. Também desenvolvem a captura de moluscos e demais crustáceos, assim como a pesca de lanço, fundeio espinhel, cerco de taquara e do iriko. É nítido algumas relações entre a realização de algumas pescarias, como por exemplo: as vilas que realizam a pesca de espinhel não realizarem a pesca do iriko e vice-versa, e os locais que realizam a pesca do iriko também pescarem com cercos de taquara. A maioria das embarcações são canoas a remo, mas há uma grande quantidade de canoas a motor. Todas as vilas, com exceção do Costão, possuem atravessadores locais, embora também haja a venda direta ao consumidor.

Sistema III) Vilas de Maciel (2), em Pontal do Paraná, e Vila das Peças (8) e Barra do Superagüi (12), em Guaraqueçaba. São vilas rurais que apresentam uma condição intermediária entre o grupo II e os grupos V e VI, descritos na sequência. Essas vilas pescam tanto dentro do estuário como na plataforma continental. Realizam a pesca de camarão com gerival dentro do estuário e com arrasto na plataforma. Também realizam as pescas de espinhel, fundeio, lanço e caceio, porém, não há uma homogeneidade na realização dessas práticas em todas as vilas. A captura de moluscos e demais crustáceos não é comum. As embarcações são semelhantes ao do grupo II. A comercialização é realizada por atravessadores externos e internos e, eventualmente, direta ao consumidor.

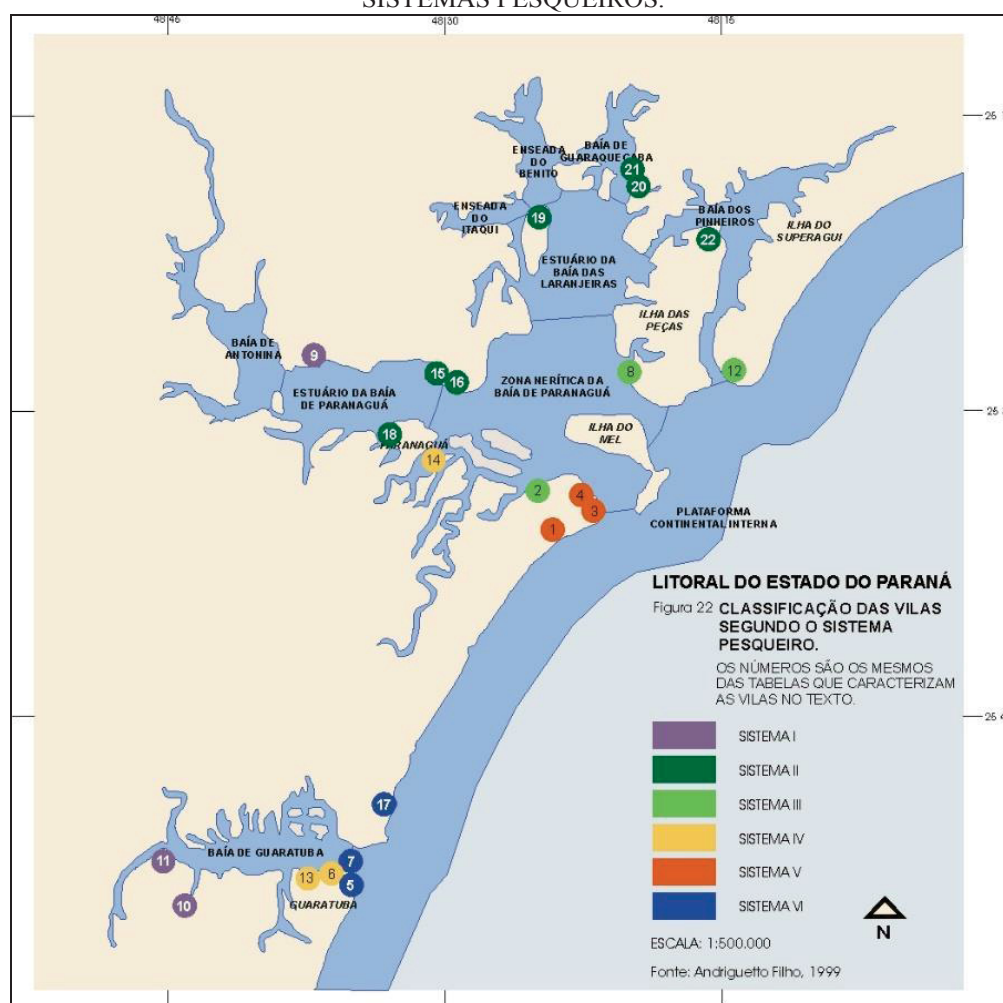
Sistema IV) Vilas de Piçarras (6) e Mirim (13), em Guaratuba, e Valadares (14), em Paranaguá. São bairros urbanos que recebem um fluxo migratório de vilas pesqueiras menores da região, coexistindo diferentes sistemas técnicos. Essas vilas pescam em maior parte na plataforma continental, e em menor quantidade nos estuários. Desenvolvem a pesca de arrasto de camarão com grandes embarcações, e também a pesca de gerival. Também se observa todas as outras formas de pesca de peixes, com exceção do iriko e cerco de taquara. É um grupo de alta diversidade de pescarias, onde são encontrados botes, bateiras, canoas a motor e a remo.

Sistema V) Vilas de Barrancos (1), Pontal do Sul (3) e Pontal II (4), em Pontal do Paraná. São pequenas vilas de origem local que sofreram uma forte pressão fundiária em relação à expansão turística no litoral. Em todas se praticava agricultura de renda, mas isso não ocorre mais. As vilas pescam apenas na plataforma, realizando o arrasto para camarão e o caceio, fundeio, lanço e espinhel para peixes. As embarcações são em maioria canoas a motor, havendo poucas canoas a remo. A comercialização é através de atravessadores e direto ao consumidor.

Sistemas VI) Vilas de Brejatuba (6) e Caieiras (7), em Guaratuba, e Matinhos (17), no município de Matinhos. São vilas urbanas de origem catarinense que, como o grupo V, também sofreu forte pressão fundiária em relação ao turismo no litoral. O sistema técnico é muito semelhante ao anterior, pois estes também pescam unicamente na plataforma continental. A pesca de camarão é feita por caceio e arrasto, e a de peixes por fundeio e caceio. Não é realizada captura de moluscos e demais crustáceos. As embarcações são canoas a motor e bote, não havendo canoas a remo. A maioria da comercialização é feita em mercados cooperativos, ou em menor quantidade para os consumidores e atravessadores locais.

A FIGURA 5 apresenta a classificação espacializada das vilas de acordo com os seus sistemas pesqueiros.

FIGURA 5 – CLASSIFICAÇÃO DE ANDRIGUETTO-FILHO (1999) DAS VILAS SEGUNDO OS SEUS SISTEMAS PESQUEIROS.



FONTE: Andriguetto-Filho (1999).

Em resumo, a pesca artesanal no litoral se apresenta em dois universos distintos. Um com uma pesca mais tecnificada, realizada principalmente na região da plataforma continental, onde se desenvolve o arrasto de camarão e a pesca de peixes com redes de emalhe, empregando redes de maior extensão e tamanho de malha, além de embarcações mais potentes e maiores, podendo ser canoas de borda larga com motor de centro, embarcações de tábua ou barcos tangoneiros; e um segundo universo com pesca estritamente estuarina, menos tecnificada, mais diversificada, que explora os recursos do manguezal, principalmente ostra e caranguejo, e que utiliza embarcações menores e menos potentes, geralmente canoas monóxilas ou bateiras, a remo ou com motores menos potentes, redes menores e de menor malha, além de apetrechos diversificados, como o gerival e a tarrafa. (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; ANDRIGUETTO-FILHO et al. 2006).

Conforme a classificação de Andriguetto-Filho (1999), tirando algumas unidades produtivas do Sistema IV, todas as outras unidades se enquadram como pesca artesanal. Assim, o que se observa é uma grande diversidade de escala produtiva dentro da própria categoria artesanal, o que em algumas situações poderá se traduzir em uma composição técnica diferente, intensidades de captura distintas e interesses divergentes nas formas de uso do espaço e no processo de gestão. Contudo, mesmo com a divergência de fatores dentro da pesca artesanal, aceita-se que há vários pontos comuns para unificar a pesca artesanal local, como por exemplo: pesca que atende o mercado local; embarcações menores de 10 TAB e, quando motorizadas, com potência menor que 60HP; quando há auxílios de equipamentos de suporte esses são simples (guinchos adaptados e GPS); tripulação formada por parentes ou parceiros; e pesca de “sol a sol”, sai de manhã e retorna no mesmo dia.

Segundo Andriguetto-Filho et al. (2006), a pesca paranaense também é caracterizada por um grande número de pescadores subapetrechados ou que não possuem apetrecho algum, e que trabalham para os donos dos apetrechos em troca de uma parte da captura ou quinhão. Segundo os autores, no interior da baía, os quinhoeiros – como são conhecidos os que trabalham em troca do quinhão – frequentemente possuem um conjunto de apetrechos simples para complementação de renda. Caldeira & Pierri (2014), em estudo realizado no município de Pontal do Paraná, apontam a fragilidade dos quinhoeiros em conseguir uma renda para a sua manutenção, principalmente em períodos de menores rendimentos com a pesca, o que dificulta ainda mais a busca pela aquisição de apetrechos e demais equipamentos, e aumenta as condições para abandono da atividade pelo pescador.

Assim como em diversas partes do Brasil e do mundo (FAO, 1999; ISAAC et al., 2006; ABDALLAH; SUMAILA, 2007; VASCONCELLOS; DIEGUES; SALLES, 2007), a

atividade pesqueira do litoral paranaense experimenta uma crise no processo de gestão dos recursos, que se manifesta no declínio dos rendimentos das capturas, na escassez de recursos e na existência de uma série de conflitos no processo de uso. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006; CALDEIRA; PIERRI, 2014).

Andriguetto-Filho et al. (2006) destacam duas grandes categorias de conflitos envolvendo a pesca na região. Uma interna ao setor, entre as modalidades de pesca, mas principalmente entre as escalas, e outra externa, como os conflitos fundiários, ou com órgãos do governo e ONGs. Contudo, os mesmos autores apontam que esses conflitos são muito mais complexos e diversos. As demais formas de uso do litoral, principalmente as mais destacadas na literatura (uso portuário, uso balneário, atividades agropastoris e a conservação) apresentam relações conflituosas históricas com os pescadores artesanais do litoral. Os conflitos relacionados ao uso e apropriação dos recursos e dos espaços utilizados pelos pescadores da região apontam para situações de injustiça ambiental e vulnerabilização dessas populações, processos que se configuram a partir da interação entre mecanismos ecológicos, econômicos, político-institucionais e culturais locais.

Frente ao cenário exposto, admite-se que os pescadores artesanais do litoral vêm sofrendo nas últimas décadas com um desmantelamento de sua cultura, dos seus modos de existência e com a mercantilização de seus territórios, sendo desde a década de 1950 atingidos por fortes transformações econômicas, sociais e culturais, com origem em várias fontes de uso do espaço local. Como consequência há um acentuado e sistemático processo de desagregação das relações econômicas e produtivas, sócio-organizacionais, de parentesco, de compadrio e vizinhança, e culturais dos pescadores artesanais do litoral, expressas pelo folclore e artesanato. Karam & Toledo (1996) destacam essa análise para o município de Guaraqueçaba, mas aceita-se essa avaliação como resumo das consequências do processo desenvolvimentista para a pesca artesanal de todo o litoral paranaense. Aceita-se que alguns dos processos descritos são inevitáveis da evolução cultural, e dos processos globais de multiculturalização, principalmente de influência da cultura moderna. Entretanto, muitas dessas mudanças vêm acompanhadas de ações muitas vezes injustas com as populações locais, negligenciando-as na gestão do espaço, desconsiderando sua história no território, negando ações de desenvolvimento local e marginalizando-as. As formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos que condicionam tais processos para o litoral do Paraná são descritas no capítulo seguinte.

PARTE II – FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS E AS RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES ARTESANAIS NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO

Nesta parte do trabalho são apresentadas separadamente as formas hegemônicas de produção do espaço e de apropriação dos recursos presentes no litoral do Paraná. Para isso é feito um breve histórico e descrição de cada uma delas, apontando a sua influência com a produção socioespacial do litoral paranaense. Ao longo da descrição são destacadas as relações dessas formas hegemônicas com as populações pesqueiras artesanais da região, para posteriormente apontar os principais conflitos ambientais resultantes dessas relações e as injustiças ambientais derivadas das formas hegemônicas apresentadas, que sofrem as populações pesqueiras artesanais. Importante frisar que as descrições das formas hegemônicas não visam aprofundar e exaurir o registro histórico dessas, mas apenas subsidiar o debate sobre o levantamento dos conflitos e injustiças ambientais envolvendo os pescadores, dando suporte para a compreensão das resistências na luta pelo território pesqueiro.

Por fim, são expostas as ações e vias de resistência adotadas pelos pescadores artesanais na luta por direitos ligados ao uso do seu território. A lógica da apresentação segue a máxima apontada por Scott (2011), de que para compreensão das formas de resistência realizadas por grupos sociais é necessário se conhecer as formas de dominação/exploração a que são condicionados esses grupos.

As principais formas hegemônicas de produção do espaço e de apropriação dos recursos presentes no litoral do Paraná, responsáveis por grande parte da diferenciação socioespacial da região até o ano de 2017, são as seguintes:

- atividades agropastoris de maior escala, uma das primeiras grandes formas de uso do e produção do espaço local, como destacado por Miguel (1997), e que geraram, e ainda geram, conflitos ambientais ao longo da história a certos grupos de pescadores artesanais do litoral paranaense, principalmente nas regiões estuarinas, limitando o acesso aos territórios tradicionalmente ocupados e sendo uma fonte de poluição por agrotóxicos das águas estuarinas locais. (BAZZO, 2011; MELLINGER, 2013; MELLINGER; FLORIANI, 2015);
- a ocupação intensa do espaço para uso balneário e turístico, que historicamente vem ocupando os espaços de uso comum utilizados pela pesca através da especulação imobiliária e de um turismo desordenado, muitas vezes expulsando os pescadores de

seus territórios e/ou comprometendo seus modos de vida. (POLINARI, 1998; ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; SAMPAIO, 2006; POLIDORO; DESCHAMPS, 2013);

- a instalação e a ampliação de atividades portuárias e industriais que competem de maneira desproporcional pelo uso do espaço terrestre e aquático, além de aumentar os níveis de poluição prejudicando a qualidade ambiental, fator importante para atividade pesqueira, e que tem uma grande tendência de aumento para os próximos anos na região litorânea paranaense. (SOARES, 2009);
- a instalação de obras de infraestrutura pública, como por exemplo, estações de abastecimento ou tratamento de água, usinas produtoras de energia e rodovias, que visam atender prioritariamente a população atraída pelos dois usos anteriores, mas que desconsidera a existência de grupos locais que podem sofrer com os impactos dessas obras;
- a existência de uma atividade pesqueira profissional mais tecnificada ou industrial principalmente de outras regiões, mais capitalizada e de maior poder de captura, industrial, que compete de maneira desigual no processo de apropriação dos recursos, comprometendo a base de estoques pesqueiros importantes para a pesca artesanal, e dessa maneira desestimulando muitos pescadores ao exercício da sua atividade laboral pelo baixos rendimentos obtido, o que conseqüentemente pode comprometer a permanência no território tradicional, assim como gera uma disputa pelos espaços aquáticos utilizados pelos pescadores. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006; CALDEIRA; PIERRI, 2014);
- e a própria conservação dos ambientes naturais, principalmente pela criação de UCs restritivas, que reduzem as áreas de ocupação e uso da pesca artesanal, e pela criação de regras pesqueiras e ambientais de cunho unicamente preservacionista, que desconsideram a existência de populações dependentes diretamente dos recursos no cenário local (DIEGUES, 2004), lógica essa que se acredita aqui opera como uma contrapartida ao desenvolvimentismo extremo, mas que desconsidera a existência de culturas locais totalmente dependentes do meio natural.

4. DESCRIÇÃO GERAL DAS FORMAS HEGEMÔNICAS, CONFLITOS, INJUSTIÇAS E RESISTÊNCIAS

4.1. O Uso do Espaço Local para Atividades Agropastoris

4.1.1. *O Histórico e os Aspectos Gerais das Atividades Agropastoris no Litoral Paranaense*

A literatura mostra que existe uma grande heterogeneidade nas formas de usos do ambiente rural dos municípios litorâneos paranaenses. São encontrados desde pequenos proprietários de terra, com características da agricultura familiar ou de subsistência, vilas unidas por relações de parentesco que dividem uma área comum de plantio e complementam a renda com recursos do extrativismo de produtos florestais, até grandes latifúndios e áreas de monoculturas. (PIERRI, 2003; SAMPAIO, 2004; SANT'ANA, 2012; MELLINGER, 2013). Atualmente os produtos agrícolas de maior produção no litoral são banana, mandioca, arroz, palmito, maracujá e algumas outras leguminosas. (IPARDES, 2018). Apesar de esses produtos serem os mais expressivos em quantidade, uma diversidade de outros produtos é produzida pela agricultura familiar e não estão contabilizadas, como apontado por Marchioro (2002) e Alano (2008) para agricultores de Morretes.

Como em outras regiões do Brasil, o processo de ocupação do litoral em grande parte esteve ligado aos ciclos econômicos produtivos do setor agrícola, como os da erva-mate, café e banana, nos séculos XIX e XX, como destacado em seções anteriores com base em Miguel (1997). No litoral do Paraná a atividade agropastoril assumiu um papel significativo na história de consolidação de algumas comunidades pesqueiras artesanais atuais – certamente as da porção norte do litoral – já que essas foram formadas pela migração forçada de núcleos familiares das porções continentais para áreas costeiras e estuarinas. (MIGUEL, 1997). Além dos conflitos fundiários nos ambientes terrestres, a queda dos rendimentos agrícolas, assim como a modernização da pesca e o aumento da demanda pelos recursos pesqueiros ao longo do século XX, também fizeram com que muitos agricultores se voltassem para as vilas mais próximas aos ambientes marinhos e passassem a desenvolver unicamente a pesca artesanal, deixando a agricultura como secundária, ou até abandonando-a. (IPARDES, 1989b; MIGUEL, 1997). Assim, as atividades agropastoris são um elemento chave do passado para a atual produção socioespacial do litoral do Paraná, já que moldou a atual representação da paisagem do litoral na questão de distribuição de parte das comunidades pesqueiras artesanais.

Além disso, aqui vale o adendo para destacar que nos séculos passados as comunidades desenvolviam mais intensamente a pesca e as atividades agrícolas de maneira simultânea, sendo a primeira mais voltada para o autoconsumo. (MIGUEL, 1997).

De acordo com Borsatto et al. (2007) transformações significativas na realidade agrária do litoral paranaense começaram a ocorrer a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970. Contribuíram para estas mudanças uma série de intervenções dos poderes públicos, tais como: políticas de incentivos fiscais para estabelecimentos de atividades agroflorestais, políticas públicas de incentivo à pecuária, abertura da BR-277, e da PR-405, entre Antonina e Guaraqueçaba. Este processo estimulou o estabelecimento de grandes latifúndios no litoral paranaense, por meio da apropriação de terras devolutas ou cuja posse era dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais locais, onde foram desenvolvidas novas atividades econômicas, como a extração de madeira e palmito, plantação de pinus, criação de búfalos e produção de café. (RAYNAUT et. al., 2002; PIERRI, 2003; RODRIGUEZ; TOMMASINO, 2005; SANT'ANA, 2012). Alvar & Alvar (1979) relatam já na década de 1970 a presença de várias empresas madeireiras no município de Guaraqueçaba. Cenário que destaca o papel do Estado como um condutor da modificação do espaço na realidade e determinando as técnicas empregadas em cada realidade, seja intervindo diretamente ou subsidiando a entrada de setores privados em áreas antes de uso comum.

De acordo com Rodriguez (2002), neste período modificou-se ao mesmo tempo diversos padrões da região: a estrutura agrária apresentou uma forte concentração fundiária; os sistemas agrícolas tiveram a introdução do búfalo; e a dinâmica do extrativismo acelerou a coleta de palmito e xaxim. Raynaut et al. (2002, p. 241), ao sintetizarem a complexidade destes processos que ocorreram entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1980 e influenciaram determinantemente a realidade agrária e socioespacial da região, evidenciando três grandes tendências:

- a) a aparição de novos atores externos cuja maioria seguia estratégias de acumulação de capital vinculadas a “captação de renda fundiária” (subsídios públicos, valorização futura da terra) em detrimento das atividades produtivas;
- b) predomínio do extrativismo de madeira e palmito no litoral norte, e o desenvolvimento de uma agricultura tecnificada e intensiva no litoral sul;
- c) um forte processo de marginalização econômica e social da maioria dos pequenos agricultores e pescadores locais, acompanhados de conflitos entre os novos latifundiários e os pequenos agricultores expulsos das áreas que exploravam há muito tempo.

O efeito negativo deste processo, principalmente para os pequenos agricultores, se torna mais evidente quando se considera que o objetivo dos latifundiários que se instalaram na região a partir da década de 1960 não era intensificar o processo produtivo, mas obter a posse da terra. Estudos como os de Machioro (1999) e Tommasino (2002) evidenciaram a lógica da especulação imobiliária das fazendas de búfalos da região, que tinham como objetivo ocupar o espaço com os rebanhos para garantir propriedade de terras. Esse processo afetou também comunidades de pescadores artesanais, como as da Ilha do Superagüi. (VIVEKANANDA, 2001; BAZZO, 2011). Outra consequência das transformações ocorridas naquele período foi a forte degradação dos ecossistemas locais, ocasionada pela exploração excessiva dos palmitais nativos, desmatamento de grandes áreas florestais para implantação de pastos e pelo fomento de uma agricultura poluidora dependente de agrotóxicos. (RODRIGUEZ et al., 2002).

Atualmente, no litoral sul, mais especificamente no município de Guaratuba, grandes propriedades e empresas dedicam-se à produção de banana e pinus, altamente tecnificada e dependente de insumos. Esses cultivos demandam aplicação de grandes quantidades de agrotóxicos, inclusive por pulverização aérea, gerando a contaminação das bacias de drenagem que deságuam na baía de Guaratuba. Vários estudos apontam a presença de compostos como metais pesados e outros compostos xenobióticos na água, sedimentos e organismos da baía de Guaratuba, que muito provavelmente estão relacionados com a atividade agrícola nas bacias de drenagem. (FERREIRA, 2006; FARIAS, 2008; CASTELLO, 2010; SANTOS, 2013). Esse impacto causado pelo uso agrícola pode comprometer os ecossistemas estuarinos e oceânicos e inviabilizar atividades como a pesca e a maricultura. Nos cultivos de moluscos já existentes na Baía de Guaratuba, amostras realizadas em ostras já indicam contaminação por metais pesados. (CASTELO, 2010). Além disso, as plantações de pinus da região vêm gerando inúmeros impactos e restrições de uso do espaço desde a década de 1970 para comunidades tradicionais locais, que em geral também são pescadores artesanais, e que vivem da dependência do seu território. (FERREIRA, 2010; SANT'ANA, 2012; MELLINGER, 2013).

Por fim, é importante ressaltar que as características naturais dos solos no litoral do Paraná, onde poucas regiões possuem boa fertilidade (BIGARELLA et al., 1978), não favoreceram uma ocupação agrícola intensa, de grande produtividade, e certamente determinaram em grande medida as demais formas de usos do meio rural da região. Com isso as atividades agrícolas deslocaram-se para as terras férteis descobertas no oeste e norte do Paraná, que rapidamente suplantaram economicamente a região do litoral paranaense.

(PIERRI, 2003). Fato que condicionou a região a abrigar outras formas de uso do espaço, como as UCs e o uso balneário e turístico.

4.1.2. Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e Vias de Resistências dos Pescadores Artesanais

Os conflitos envolvendo pescadores artesanais e o uso do espaço para atividades agropastoris não são os mais comuns na atualidade no litoral do Paraná, ocorrendo ao longo do século XXI em apenas algumas situações isoladas em determinadas regiões. Já no passado, mais especificamente no início do século XX até os anos 1980, há registros na literatura que retratam tais situações conflituosas, além da própria constituição histórica das comunidades pesqueiras nas regiões estuarinas e marinhas através de ações desterritorializadoras, processo que veio a formar parte das comunidades pesqueiras artesanais atuais do litoral. (MIGUEL, 1997).

Um processo conflituoso, envolvendo o território de pescadores artesanais e atividades agropastoris, se deu na Ilha do Superagüi, afetando principalmente as comunidades da Vila do Superagüi e Vila da Barra da Ararapira. A partir de 1954 a Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná S.A. (CAPELA) começou a desenvolver a criação de búfalos pela ilha. (IPARDES, 1989b; BAZZO, 2011). Assim como apontado por Machioro (1999) e Tommasino (2002), a intenção da realização da criação de búfalos vislumbrava a ocupação das áreas para futura especulação imobiliária. Várias foram as intimidações sofridas pelos moradores locais, como por exemplo: a falsificação de documentos de posse das terras, a chamada “grilagem”; a presença de funcionários da empresa armados na região; a convivência com os búfalos, que invadiam as comunidades; e a colocação de cercas que limitavam o acesso dos moradores às áreas tradicionalmente utilizadas. (IPARDES, 1989, p. 72). Além de ocupar o território tradicional dos pescadores, a criação dos búfalos gerava medo nas populações locais, que se sentiam coagidas ao acessar determinados espaços pela agressividade dos animais.

Contudo, a resistência frente à situação veio à recíproca pela comunidade. A partir da indignação dos moradores em relação ao caso, alguns começaram a matar os búfalos de maneira escondida, num processo de enfrentamento que minou as intenções da empresa em ocupar a área. O ato não se transformou numa revolta coletiva, mas em pequenos atos individuais e de pequenos grupos ao longo de um tempo. O integrante da ONG Terra de

Direitos entrevistado para esta pesquisa, e que possui um histórico de atuação na comunidade da Barra do Superagüi, relata esse processo a partir do que ouviu de pescadores locais:

Um processo de resistência histórico que ouvi falar é quando tinha a Agropastoril, que criava búfalo na região, isso gerou um conflito bastante intenso (...) então, eles expulsaram os búfalos de lá, mataram búfalos (...) isso gero lendas (...) apareceu em letras de fandangó. (Entrevista nº 2).

Este conflito foi sanado ao longo dos anos pela saída da empresa da ilha, isso primeiramente pela resistência da comunidade, que conforme Vivekananda (2001) abateu boa parte dos búfalos. Fernandes (2009) cita que as resistências de movimentos socioterritoriais frente a ações desterritorializadoras vêm promovendo ao redor do mundo a desterritorialização de transnacionais. O caso da Ilha do Superagüi seria um exemplo semelhante nesse sentido, com uma empresa.

Porém, outros fatores voltados para a conservação ambiental também contribuíram para a saída da empresa do cenário local. Em 1970, a região do Superagüi foi inscrita no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, o que deu garantias da conservação do espaço. O processo de tombamento foi posteriormente contestado pela Companhia Agropastoril, em 1984, mas sem sucesso. (VIVEKANANDA, 2001). Já na sequência, mais especificamente em 1989, através do Decreto nº 97.688 de 25 de abril, as ilhas do Superagüi e das Peças, foram transformadas em parque nacional, fato que resolveu a situação, mas intensificou outro conflito na região, a limitação do uso dos espaços e recursos pelas estratégias de conservação, como será melhor apresentado nas seções seguintes deste trabalho.

Já na atualidade, os conflitos envolvendo pescadores e atividades agropastoris estão presentes no litoral sul do estado, mais especificamente em algumas comunidades do interior da Baía de Guaratuba (Riozinho, Descoberto, São Joãozinho e outras). Importante destacar que essas comunidades do interior da Baía de Guaratuba desenvolvem a pesca, mas não mantêm exclusivamente foco nessa atividade, realizando conjuntamente a agricultura e a extração de recursos florestais. (FERREIRA, 2010; SANT'ANA, 2012; MELLINGER, 2013). Essas comunidades seriam o que Andriguetto-Filho (1999) chama de um “ancestral comum agropesqueiro”, ou vilas que mantêm o mesmo modelo produtivo-econômico ligado à pesca desenvolvido pelas populações do litoral no início do século XX e antes, preteritamente à tecnificação pesqueira e à urbanização do litoral. Essas vilas mantêm atualmente o padrão técnico-produtivo mais semelhante às comunidades caiçaras mais antigas. É claro que hoje já mais inseridos no mercado, com uma agricultura um pouco mais tecnificada e com insumos, e

com outras atividades paralelas, como os trabalhos voltados para turistas, que no caso estão ligados à pesca esportiva. Assim, as atividades laborais fixas dos pescadores acabam tendo modificações devido à penetração dos fluxos do capital no lugar através das monoculturas de pinus. Fluxos que recriam as relações sociais, redefinem as relações socioecológicas no lugar e também se instalam nos fixos. (SANTOS, 2006).

Os conflitos no interior da Baía de Guaratuba envolvem grandes empresas externas à realidade e proprietárias de terra, em sua grande maioria fazendas produtoras de madeira, que se instalaram na região na década de 1970, e populações que ocupam historicamente o espaço local. (SANT'ANA, 2012; MELLINGER, 2013). As principais consequências para as comunidades locais são a perda de moradia e expulsão de famílias de seus territórios tradicionalmente ocupados; perda de áreas para roçado e de áreas de exploração dos recursos da floresta; intimidação; e rearranjo e ressignificação das principais atividades de subsistência e econômicas das famílias. (MELLINGER; FLORIANI, 2015). Esses processos vêm agravando a situação de vulnerabilidade socioambiental das famílias locais. (SANT'ANA, 2012). Para Ferreira (2010) no espaço de apenas duas ou três gerações, as famílias rurais da região sofreram um profundo processo de desterritorialização, já que perderam acesso a áreas historicamente utilizadas para a roça e extração de recursos florestais, levando quase a uma ruína da cultura vinculada aos trabalhos da terra. Sant'ana, (2012) aponta também que essa desterritorialização das comunidades comprometeu a realização de práticas comunitárias históricas, como os *guajús*, que são mutirões locais para plantio ou demais atividades produtivas. Segundo a autora, os mutirões passaram por reconfigurações após a chegada das empresas, o que a autora chama de “desterritorialização da prática”, que se reterritorializou com novas configurações, principalmente no que diz respeito ao uso do espaço e na relação com as normas da empresa madeireira local.

Essa reconfiguração do uso do espaço pelas comunidades locais foi realizada na base de ameaças, repressão e pela perseguição de “pistoleiros” ou “capangas”. (ANTUNES; SOUZA, 2014). Segundo os autores, o acesso a determinadas áreas da floresta, restringidas devido à presença das empresas madeireiras, é condicionada ao pagamento de parte dos recursos florestais coletados aos capangas das empresas que, em alguns casos, exercem a função de atravessadores dos produtos. (ANTUNES; SOUZA, 2014).

Mas ainda assim há sinais de resistências dos moradores locais. Algumas comunidades enfrentaram os problemas em relação ao cercamento de terras comuns pelas madeireiras. Conforme pesquisadora com atuação no local entrevistada (Entrevista nº 16) houve ações pontuais de enfrentamento às madeireiras, principalmente em relação ao corte de

cercas para o acesso aos seus territórios fechados pelas empresas. A entrevistada destaca a adaptação das comunidades em relação às suas práticas laborais, se voltando mais para atividades turísticas, como o serviço de pousadas e de guia para a pesca esportiva, estratégias que modificam a relação das comunidades com seu território, já que se aceita, em parte, a reconfiguração territorial imposta pela instalação das monoculturas. Mas por outro lado faz com que as famílias se mantenham fixadas em seus territórios, mesmo que esse seja reconfigurado. Seria como uma desterritorialização relativa, mas não absoluta da população. (HAESBAERT, 2004).

Sant'Ana (2012) aponta também como um ato de resistência o fato de algumas comunidades da região adotarem o plantio em clareiras clandestinas no meio dos plantios de pinus. Já nesse caso combatendo a desterritorialização e não aceitando as restrições territoriais impostas pelas empresas madeireiras.

Outra ação de resistência frente a tal situação é a constituição do Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros (MICI). Este é um movimento com atuação em Santa Catarina e Paraná, mais propriamente na parcela sul do litoral paranaense e norte catarinense. No caso do litoral do Paraná, as comunidades mais próximas deste movimento são basicamente as do interior da Baía de Guaratuba apresentadas anteriormente. O foco do movimento é representar as famílias da região que vivem da exploração de fibras naturais, mais especificamente o cipó-imbé (*Philodendro corcovadense*)²⁵, utilizadas para a confecção artesanal de cestarias. As principais reivindicações do movimento estão pautadas no livre acesso ao seu território, direito de extração do cipó e demais recursos florestais e a melhoria da renda das famílias envolvidas.

O movimento foi articulado em 2008 e é fruto do Projeto Cipó Imbé, uma parceria da Empresa Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica de Santa Catarina (EPAGRI) e o Departamento de Design da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Entre os anos de 2006 e 2008 foram realizadas oficinas de mapeamento participativo nas comunidades, no sentido de realizar a cartografia social do grupo. Em 2007 é publicada a edição do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil sobre os Cipozeiros da região. A publicação da cartografia dos cipozeiros trouxe mais visibilidade para o grupo, fazendo com que eles se vinculassem em 2008 à Rede Puxirão. E em agosto de 2010 foi realizado em Garuva (SC) o 1º Encontro Interestadual dos Cipozeiros e Cipozeiras. Conforme mapeamento de Antunes & Souza (2014, p. 132) existem de 534 famílias de cipozeiros na

²⁵ O cipó-imbé é a principal espécie extraída pela comunidade cipozeira, contudo outros recursos também fazem parte do leque de opções de extração desse grupo, dentre eles pode-se citar o palmito, o veludo e o xaxim.

região, sendo 149 em Guaratuba, 281 em Garuva, 56 em Joinville, 20 em Itapoá e 28 em Araquari, os quatro últimos em Santa Catarina. Aparentemente, os de Guaratuba em grande parte também desenvolvem a pesca artesanal.

O movimento está centrado no município de Garuva, onde há a maior concentração de famílias que vivem da extração do cipó da floresta, mas comunidades de municípios vizinhos, como as do interior da Baía Guaratuba (São Joãozinho, Riozinho, Descoberto e outras) também tiveram uma participação em reuniões e eventos do grupo. Contudo, mesmo sendo destacado o município de Guaratuba como área de influência do movimento (ANTUNES; SOUZA, 2014), conforme duas pesquisadoras que atuaram nas comunidades citadas da Baía de Guaratuba entrevistadas nesta pesquisa (Entrevistas nº 1 e 16), poucos moradores dessas vilas se identificaram com a atuação desse. Segundo as entrevistadas, nem toda população local das comunidades de Guaratuba se enquadrava como categoria de cipozeiros, pois a característica dessas vilas é a própria diversidade de práticas, e não a identificação com uma única causa. Em algumas conversas informais com moradores da região, esses mencionaram que foram em encontros em Garuva, mas que a direção do movimento ficou centrada no município de Santa Catarina. Já Antunes & Souza (2014) apontam uma posição diferenciada a esta, destacando as comunidades locais como cipozeiras, e a importância de chamar esses povos como tais, principalmente no sentido de fortalecimento do MICI.

Independente do real sentido dessa discussão, não se tira o mérito da ação de organização social proposta, mesmo não tendo uma ampla unicidade representativa de base no litoral paranaense. Sustenta-se a importância do papel do movimento para os pescadores locais em uma fala de uma das pesquisadoras com atuação na área entrevistada, “(...) *eles já tão perdendo tanto, de território, de prática, de culturas, de repente é uma forma de resistência.*” (Entrevista nº 1).

No caso do Superagüi, as comunidades pesqueiras conseguiram resistir frente às ações desterritorializadoras das atividades agrícolas. (VIVEKANANDA, 2001; BAZZO, 2011). Diferente do ocorrido no caso do Superagüi, em Guaratuba as empresas permaneceram no cenário local modificando a paisagem e o modo de vida das populações locais. As comunidades sofreram com a perda de territórios importantes e até com a modificação da sua cultura vinculada aos trabalhos da terra. (FERREIRA, 2010). Assim, nesse caso há um eminente processo de desterritorialização das comunidades pesqueiras locais devido a essa forma de produção do espaço. (FERREIRA, 2010; SANT’ANA, 2012; MELLINGER, 2013; ANTUNES; SOUZA, 2014). O que mostra que os resultados das resistências variam de caso

para caso, dependendo das condições do cenário, dos atores envolvidos e demais fatores importantes para a realidade vivenciada.

Em ambas as situações, das vilas da Baía de Guaratuba e o conflito com as madeiras, assim como no caso da empresa Agropastoril na década de 1970 na Ilha do Superagüi, a injustiça ambiental está pautada na desconsideração da existência das populações tradicionais e de seus territórios. As empresas se instalaram na região, sobre o território das comunidades, e as pressionaram para se desvincular desses espaços historicamente ocupados. Para legitimar essa pressão no uso da base de recursos e do espaço, as empresas utilizam de artifícios de coerção social, como intimidação, ameaças e até execuções, como destacam Antunes & Souza (2014) para a região interna da Baía de Guaratuba. Alvar & Alvar (1979) já destacavam essa realidade para o município de Guaraqueçaba na década de 1970. Os autores citam em sua obra uma manchete de um jornal local de 12 de julho de 1974, intitulada “*Uma nova região, onde grileiros e jagunços tentam impor a lei do mais forte: Guaraqueçaba, litoral norte*”. Acredita-se que essa também tenha sido a “regra” para todo o litoral, que carece do reconhecimento fundiário dos territórios tradicionais das populações que historicamente ocupavam esse espaço.

4.2. O Espaço Local para o Uso Balneário e Turístico

4.2.1. *O Histórico e os Aspectos Gerais da Ocupação do Litoral para o Uso Balneário e Turístico*

Uma das principais formas de ocupação das regiões costeiras é para o uso balneário. (MORAES, 2007). Um balneário é composto pelo conjunto de praias de um determinado espaço litorâneo utilizado para fins recreativos (“banhos de sol”, esportes, caminhadas e demais práticas de lazer). Esse tipo de ocupação é constituído principalmente pela urbanização do espaço a partir de segundas residências de pessoas de outras localidades. Esse modelo de ocupação traz consigo duas características essenciais: o interesse pelo estabelecimento mais próximo às praias do balneário; e a sazonalidade na presença dos usuários, o que está ligada à concentração em determinadas épocas do ano, como finais de semana, feriados prolongados e principalmente nos períodos de veraneio, tendo o local, nas demais épocas do ano, pouca densidade demográfica. (SAMPAIO, 2006).

Diretamente ligado ao uso balneário está a realização da atividade turística. O turismo pode ser definido como o conjunto de atividades que pessoas realizam durante a viagem e a permanência em locais diferentes da sua moradia, por um período inferior a um ano consecutivo, com objetivo de lazer, negócios, fins religiosos e outros. (UNWTO, 2017).

O uso balneário e turístico se constitui como uma das principais formas de ocupação do espaço no litoral paranaense, se concentrando principalmente nos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, localizados ao sul do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP). Em 2010, o percentual de segundas residências voltadas para o uso balneário frente ao total de domicílios nesses municípios era de 50,8%, 64,9% e 64,7%, respectivamente. (POLIDORO; DESCHAMPS, 2013).

Também se considera nesta categoria de uso a Ilha do Mel, pertencente ao município de Paranaguá, que mesmo não tendo acesso por carro, apresenta características bem semelhantes de aumento do número de construções e desconfigurações da paisagem local devido à atividade turística. (GONZAGA; DENKEWICZ; PRADO, 2014). Algumas comunidades de Guaraqueçaba, como Vila da Barra do Superagüi e Vila das Peças, também vêm sendo polo dessa forma de uso do espaço. (BETTI, 2014). Importante mencionar que nessas comunidades, incluindo as da Ilha do Mel, os efeitos são devido à intensificação do uso turístico, e não devido à constituição de balneários.

A maioria da população fixa nas cidades balneárias e turísticas é economicamente dependente desse modelo, sendo subordinada principalmente aos períodos de maior circulação populacional nos municípios (feriados e períodos de veraneio), épocas de maior movimentação financeira e oportunidades de trabalho. Nas demais épocas do ano, a população local em sua maioria, fica à mercê de trabalhos pontuais e informais, em muitos casos ainda ligados ao modelo de ocupação principal do espaço, como por exemplo, na manutenção de casas de veranistas e na construção civil. (SAMPAIO, 2006). Assim, essa dinâmica socioeconômica imposta pelo uso balneário ao cenário local, se apresenta como resultado dessa forma de produção socioespacial, e pode ser caracterizada aqui como um fluxo importante de consolidação da presente configuração espacial do litoral.

Conforme Sampaio (2006), essa forma de ocupação no litoral do Paraná se inicia na década de 1920, com a abertura da Estrada do Mar, atual PR – 407. Segundo o autor, os primeiros loteamentos ocorreram entre 1920 e 1930 em Guaratuba, no local conhecido como Matinho (hoje município de Matinhos), na Vila Balneária do Morro de Cayobá (hoje balneário Caiobá, Matinhos), e na Vila Balneário Praia de Leste (hoje balneário Praia de Leste, em Pontal do Paraná).

Contudo, é na década de 1950, período de grande crescimento econômico no estado do Paraná, alavancado principalmente pela expansão agrícola no interior, e incentivada pelo próprio governo estadual da época, que se intensifica a ocupação para o uso balneário da orla sul paranaense, iniciada nesse período com o loteamento da Cidade Balneária Pontal do Sul, hoje município de Pontal do Paraná (SAMPAIO, 2006), dando assim um impulso a cultura de aproveitamento da zona costeira para uso recreativo no estado. Esse processo se iniciou a partir Lei nº 249, de 12 de setembro de 1949, que autoriza o Poder Executivo a ceder gratuitamente ao município de Paranaguá terras devolutas em Pontal do Sul²⁶. Na sequência o poder público municipal autorizou a ocupação da área por agentes privados, o que depois veio a se tornar a Empresa Balneária Pontal do Sul S/A²⁷. Como apontam Zhouri & Laschefski (2010) essa lógica de operação entre Estado e capital privado é comum de ser observada em outras regiões do Brasil, sendo comumente justificada pelo crescimento econômico e geração de emprego de uma região, contudo, os efeitos de desenvolvimento nem sempre se apresentam na realidade como nas promessas anteriores à ocupação. Para o caso destacado, segundo a Lei nº 249, a área cedida do litoral deveria ser aproveitada para quatro usos: *incentivar a pesca*²⁸; construção de uma estrada ligando Paranaguá ao Pontal do Sul; formação de lotes para granjas destinadas ao plantio de lavouras próprias do litoral; e formação de pequeno balneário. Nesse processo de ocupação, o poder público estimulou desigualmente os usos propostos na lei, principalmente deixando livre para o capital privado o último tipo de uso, e negligenciando o primeiro, ligado à pesca. Operação tida como de praxe em outras realidades que envolvem populações tradicionais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

O que se sucedeu na sequência foi um processo intenso de loteamento nos municípios ao sul de Paranaguá, formando em três décadas o que vem sendo chamado por alguns autores como a “*ocupação contínua litorânea do Paraná*”. (MOURA; WERNECK, 2000). Importante destacar que os loteamentos na região sempre foram produto de especulação da iniciativa privada, principalmente estimulando setores de grande movimentação de capital, como o imobiliário e o da construção civil. (PIERRI, 2003; SAMPAIO, 2006). Também vale o destaque para o fato do processo de constituição dos loteamentos para uso balneário, realizados à época, terem sido fruto de uma expropriação de

²⁶ Na década de 1950 a área de Pontal Sul ainda fazia parte do município de Paranaguá, se emancipando de Paranaguá, como município de Pontal do Paraná, somente em 1997.

²⁷ O histórico detalhado do processo de concessão das terras de Pontal do Sul ao município de Paranaguá e posteriormente aos especuladores pode ser recuperado no “Relatório Final da CPI de Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná”.

²⁸ Destaque no texto feito pelo autor para o presente trabalho.

bens públicos e de uso comum, que em grande parte eram antes utilizadas somente pelas comunidades locais de pescadores artesanais, principalmente áreas mais próximas à orla marítima.

O processo de loteamento e ocupação da região também foi marcado pela falta de planejamento balizador de ordenamento territorial, sendo que muitos loteamentos eram colocados à venda sem nenhuma infraestrutura; assim como foram desconsideradas a variabilidade das dinâmicas naturais costeiras, os riscos ligados à ocupação de determinadas áreas (e.g. manguezais, margens de córregos d'água e faixas de restinga defronte ao mar) e os possíveis impactos gerados pela intensa modificação do sistema geofísico local, o que gerou graves problemas socioambientais, apontados por diversos autores. (ANGULO, 1993; 2000; DESCHAMPS; KLEINKE, 2000; MOURA; WERNECK, 2000; SAMPAIO, 2006). Segundo Bessa Junior (2003, p. 16)

Na década de 60 e 70, além de pouca restrição e fiscalização para construções na área da orla marítima, eram escassos os estudos sobre a dinâmica natural das praias. Assim sempre que ocorriam grandes avanços da linha de costa, o mercado imobiliário se encarregava de lotear áreas de praias que passavam a ficar emersas. O ciclo posterior, com recuo da linha de costa, obrigou os proprietários e o serviço público a intervir para a contenção do mar, gerando o conflito de uso do solo, e consequentemente o impacto ambiental.

Angulo (2000) destaca diversas áreas acrescidas do litoral a partir da década de 1950 que foram ocupados. Alguns exemplos são da Prainha de Caiobá; Pontal do Sul, onde ocorreu a ocupação de uma área com mais de uma quadra acrescida após 1953; e na Barra do Saí, região de alta instabilidade geodinâmica, onde também foram identificadas ocupações em áreas acrescidas.

Já no fim dos anos 1970 são detectados vários problemas na região sul da costa paranaense derivados dessa intensa ocupação, como por exemplo: os processos erosivos em áreas urbanizadas defrontes ao mar, gerados pela ocupação indevida de áreas de influência de maré; a ocupação e destruição pela urbanização de ecossistemas como praias arenosas, restingas, manguezais e de áreas de Mata Atlântica preservadas; e a contaminação dos corpos d'água por efluentes domésticos e o comprometimento da balneabilidade das águas costeiras. (ANGULO, 1984; 1993; LANA et al., 2001; PIERRI et al., 2006; SAMPAIO, 2006). Assim, a busca por um ambiente íntegro para realização de atividades recreativas próximas a uma natureza ainda conservada, um dos principais motivos do uso balneário, passa também a ser comprometido no litoral do Paraná, já que a qualidade ambiental da região começava a apresentar debilidades. (SAMPALIO, 2006). Processo este que, mesmo não mensurado, pode-

se afirmar que compromete os pescadores artesanais locais, dependentes diretamente da qualidade ambiental para manutenção de sua atividade básica, e que acabam arcando com os prejuízos de um dano gerado por terceiros, sobretudo pelas atividades ligadas à especulação imobiliária.

Em 1980 o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)²⁹ elaborou um estudo para orientar a ocupação da região. O trabalho intitulado *“Padrões e normas técnicas para a ocupação e uso do solo no litoral paranaense”* (IPARDES, 1980) norteia a criação da Lei Estadual nº 7389 de 1980 e posteriormente o Decreto nº 2722 de 14 de março de 1984, responsáveis pelo ordenamento do processo de uso e ocupação do solo no litoral do Paraná. Assim, o mesmo Estado, com todo arcabouço político-institucional, que num primeiro momento fomenta a intensa ocupação do espaço litorâneo, num segundo momento se apresenta tentando conter os impactos gerados. Contudo, conforme Sampaio (2006, p. 178) o estudo descrito se limitou “a estabelecer os limites e exigências para edificação dos lotes existentes”, mas sem mudar ou orientar a lógica de ocupação desenvolvida até então. Esses fatos mostram a debilidade no planejamento do uso do espaço local e da falta de comprometimento com desenvolvimento da região, sendo considerados apenas os interesses de setores capitalizados envolvidos no processo de especulação e ocupação.

A partir dos anos 1990 o que se observa nos municípios do litoral paranaense voltados para o uso balneário é um aumento gradativo da população local (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000) (TABELA 3), e consequentemente da urbanização e modificação do espaço local. Os efeitos visuais desse processo na paisagem, consolidando a ocupação contínua litorânea do Paraná (MOURA; WERNECK, 2000), podem ser observados na FIGURA 6. Isso estaria atrelado a um processo migratório conduzido por pessoas de classe média e alta, principalmente de Curitiba e sua região metropolitana e do interior do estado, que buscam no litoral uma melhor qualidade de vida, e também por famílias de baixa renda, que veem na migração para o litoral uma oportunidade para melhores empregos, ligados ao uso balneário e ao sistema portuário, este último em Paranaguá. (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000; PIERRI, 2003). A vinda de parcelas mais pobres da população para a região, conforme Deschamps & Kleinke (2000), começa a dar origem à bolsões de pobreza espalhados pela parte sul do litoral paranaense, estando esses localizados em setores menos valorizados pelo mercado imobiliário

²⁹ O IPARDES é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) do estado do Paraná. A função do IPARDES é estudar a realidade econômica e social do estado do Paraná para subsidiar políticas públicas que visem o desenvolvimento regional. Fundado em 1973, o IPARDES surge no contexto de criação do Sistema Nacional de Planejamento (IPARDES, 2015).

local. Para Sampaio (2006) essas características mostram uma alteração no padrão de ocupação dos municípios balneários paranaenses, que antes eram eminentemente voltados para fins recreativos ligados às praias locais, e que agora passam a ser foco de concentração de parcelas pobres da população que buscam alternativas no litoral a sua situação de vulnerabilidade.

TABELA 3 – CRESCIMENTO POPULACIONAL E DE DOMICÍLIOS DE 1980 A 2010 NOS MUNICÍPIOS VOLTADOS PARA O USO BALNEÁRIO E TURÍSTICO NO LITORAL DO PARANÁ.

	CENSO 1980		CENSO 2010	
	População total	Nº domicílios	População total	Nº domicílios
Paranaguá	81.971	17.940	140.469	40.492
Pontal do Paraná ³⁰	x	x	20.920	7.075
Matinhos	5.676	1.275	29.428	9.685
Guaratuba	12.178	2.511	32.095	9.995

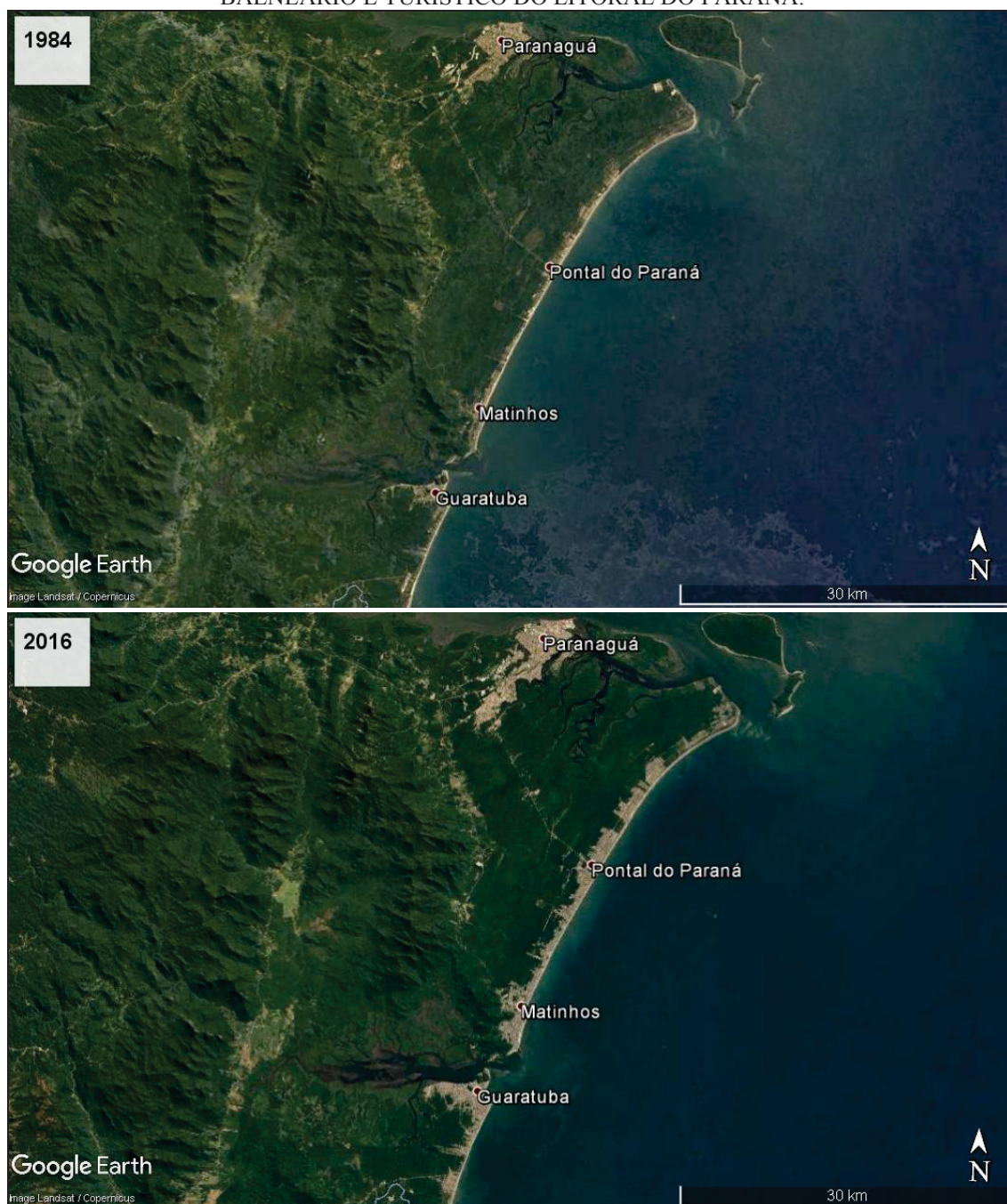
FONTE: IBGE (2010).

Outra questão é que os setores ocupados por essas parcelas mais pobres da população estão associados às áreas mais insalubres e de risco ambiental (MOURA; WERNECK, 2000), como os manguezais e encostas, o que só tende a aumentar a vulnerabilização desses grupos sociais. Além disso, conforme análise de dados censitários de 1990 a 2010 de Polidoro & Deschamps (2013), esses bolsões de pobreza, ocupados majoritariamente por uma população permanente, passam a ser negligenciados pelo poder público em questão de prestação de serviços básicos (e.g. abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo), em detrimento de um melhor atendimento dos setores onde a ocupação é predominante das segundas residências voltadas para o uso balneário e de ocupação sazonal. Dessa maneira, conforme Polidoro & Deschamps (2013), a disponibilidade desses serviços não obedece às demandas sociais da vida urbana no litoral, mas aos interesses dos agentes imobiliários.

Assim, o uso balneário-turístico se torna no litoral do Paraná uma das principais formas de produção socioespacial da região, já que modificou por completo a paisagem, a estrutura e relação fundiária local e as relações socioeconômicas da população. Essa forma de uso configura todo o cenário da porção sul do litoral como o conhecemos atualmente (FIGURA 6).

³⁰ Em 1980 o município hoje de Pontal do Paraná pertencia à Paranaguá, sendo emancipado em 1995.

FIGURA 6 – IMAGENS DE 1984 E 2016, COM EFEITO COMPARATIVO DO AUMENTO DA URBANIZAÇÃO E MODIFICAÇÃO ESPACIAL, DOS MUNICÍPIOS VOLTADOS PARA O USO BALNEÁRIO E TURÍSTICO DO LITORAL DO PARANÁ.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

Por fim, vale destacar a situação de ocupação da Ilha do Mel para fins turísticos, que se diferencia dos demais casos do litoral pelo fato da ocupação ser voltada para a construção de pousadas e demais estabelecimentos turísticos, sendo menor a construção de segundas residências. A primeira onda de uso turístico da ilha se dá na década de 1930, quando houve a aquisição de terrenos e construções de casas por famílias de classe alta de Curitiba, contudo, essa fase não foi de grandes proporções e não gerou conflitos significativos. (PIERRI et al.,

2006). A partir da década de 1980 a pressão turística começou a aumentar e tomar proporções de modificação da realidade local, principalmente da cultura pesqueira existente na região. São diversas as pesquisas que apontam a pressão fundiária e econômica exercida pelo turismo e o avanço dos empreendimentos turísticos sobre o território pesqueiro local, reduzindo a existência dessa atividade na ilha. (ATHAYDE; TOMAZ, 1995; PIERRI et al. 2006; FUZETTI, 2007; SOUZA, 2010; GONZAGA; DENKEWICZ; PRADO, 2014).

Dessa forma, desde o começo da ocupação balneária na década de 1920, mas principalmente na década de 1950 com a intensificação desse processo de constituição dos balneários, até os dias atuais, se percebe uma negligência com as populações mais pobres e vulneráveis do litoral do Paraná, favorecendo nos distintos momentos as parcelas mais capitalizadas, seja os próprios empresários do mercado de terras ou os veranistas de maior poder aquisitivo. A constatação da injustiça se dá em primeiro momento na implantação dos balneários, se traduzindo na ocupação de espaços públicos e de uso comum utilizados historicamente pelas comunidades agro-pesqueiras locais. Já num segundo momento, o processo se apresenta pela ausência de investimentos do poder público em desenvolvimento e qualidade de vida das parcelas mais pobres da população litorânea paranaense, segmentando ações de benfeitoria, que deveriam ser universais, para o estímulo de um mercado imobiliário local. Bachstein (2016) aponta como os serviços de saneamento são direcionados a áreas de composição de grupos de melhor poder aquisitivo, negligenciando setores ocupados por populações mais vulneráveis. Aponta-se dessa maneira relações que condicionam a uma série de injustiças ambientais à determinados grupos sociais, e dentre eles estão alguns grupos de pescadores artesanais da região.

4.2.2. *Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e as Ações e Vias de Resistências dos Pescadores Artesanais*

Considerando que a ocupação da orla costeira paranaense antes da década de 1950 se dava em sua grande maioria por pequenas comunidades agro-pesqueiras, que utilizavam desse espaço comum para sua reprodução social (POLINARI, 1998; ANDRIGUETTO-FILHO, 1999), e que a transformação dessas áreas em balneários turísticos se deu por uma apropriação das áreas comuns desses grupos pelo Estado, no papel do município, que posteriormente cedeu as áreas para o loteamento por empresários, define-se que o processo de ocupação do litoral do Paraná para uso balneário se deu como a acumulação primitiva do cenário local e,

em grande parte, uma acumulação espoliativa (HARVEY, 2004a), já que privatizou áreas antes utilizadas pelas populações pesqueiras locais. Esse processo, limitando algumas práticas e acessos das comunidades pesqueiras, comprometeu em parte a cultura dessas populações, modificando a ligação desses grupos com o seu entorno. (POLINARI, 1998; MOURA; WERNECK, 2000). Comunidades rurais em 20 anos se tornaram urbanas.

Por outro lado, a intensificação do uso balneário auxiliou na consolidação de mercados mais contínuos para uma parcela dos pescadores locais, ou ainda ter sido fonte de capitalização para algumas famílias que venderam parcelas de terra na região. Fernandes (1947), em levantamento realizado em Praia de Leste, já registrava a intensificação da mercantilização dos pescadores locais, que a partir daquele momento passaram a ter mais opções de negociação de seus pescados.

Mesmo com acesso à novos mercados, a análise segue pela interpretação de que o uso balneário e turístico do litoral paranaense vem sendo uma fonte de diversas situações conflituosas para as populações pesqueiras locais, o que condiciona à algumas injustiças para esses grupos. Efeitos dessa forma de ocupação da região são sentidos pelos pescadores de Guaratuba, nas regiões da Barra do Saí, Brejatuba, Caieiras, Mirim, Piçarras (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000; PIERRI et al., 2006; SAMPAIO, 2006) e algumas comunidades menores do interior da Baía de Guaratuba (SANT'ANA, 2012); Matinhos; Pontal do Paraná, principalmente nas regiões da orla e da desembocadura do estuário (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000; PIERRI et al., 2006; SAMPAIO, 2006); na Ilha do Mel, nas comunidades de Nova Brasília e Encantadas (ATHAYDE; TOMAZ, 1995; PIERRI et al. 2006; FUZETTI, 2007; SOUZA, 2010; GONZAGA; DENKEWICZ; PRADO, 2014); e na Vila das Peças, em Guaraqueçaba (SERAVAL, 2006). Com exceção das vilas da Ilha do Mel, Vila das Peças e comunidades do interior da Baía de Guaratuba, que tem características rurais, todos os outros núcleos de concentração de pescadores podem ser considerados urbanos.

Os efeitos desse conjunto de usos – balneário e turístico – sobre a realidade das regiões costeiras e suas populações locais são diversos. Mota (2007, p. 174) destaca os seguintes processos desencadeados por esse tipo de uso em uma comunidade pesqueira:

- desestruturação das atividades tradicionais e sua substituição por atividades ligadas ao turismo, tanto efetivamente como no plano simbólico, relacionando-se com a crise da pesca e com expectativas superdimensionadas em relação ao turismo;
- segregação espacial dos nativos, que perdem espaço da praia e da comunidade para equipamentos turísticos e para os turistas, sendo deslocados (...);
- reestratificação da população com uma nova diferenciação interna em razão do aumento da pobreza (...) e chegada de empresários externos;
- degradação ambiental pelo uso ilimitado dos recursos [espaço e recursos naturais renováveis];

-mudança de costumes, formas de convivência e relacionamentos do lugar, introduzindo até condições de criminalidade na região.

Boa parte desses problemas é observada no litoral do Paraná, sendo os principais resultados da expansão imobiliária para construção de segundas residências para pessoas externas e/ou para estabelecimentos turísticos, como pousadas, comércios voltados para os turistas, marinas, dentre outros negócios, que acabam utilizando de áreas privilegiadas, gerando uma segregação entre os nativos e as ocupações turísticas e veranistas, geralmente promovendo um processo de desterritorialização das populações nativas. As ocupações dos espaços para esses usos são geralmente desenvolvidas por uma especulação imobiliária que se apropriou – em muitos casos com anuência do Estado, como fica claro no Relatório Final da CPI da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná – de áreas utilizadas pelos pescadores, para moradias, ranchos de pesca ou demais construções, ou de áreas comuns que compõem os territórios tradicionais da pesca artesanal. Além de ocupar áreas de uso, muitas dessas construções também podem restringir o acesso à praia, aos canais de navegação ou às demais áreas utilizadas pelos pescadores, como descrito por Silva (2006) para algumas comunidades de Pontal do Paraná.

A ocupação de áreas de maior interesse turístico, como nas orlas marítimas, fez com que os pescadores migrassem para áreas distantes praia, ou por que foram forçados a isso, ou porque negociaram suas terras próximas ao mar com o capital imobiliário, geralmente aceitando preços abaixo do que realmente valiam as ocupações, gerando um processo claro de desterritorialização, que em muitas situações repercute numa reterritorialização comprometedora da cultura pesqueira e dos laços comunitários. A servidora da Emater de Morretes, entrevistada para a pesquisa, relata esse processo ocorrido na década de 1970 para município de Guaratuba, quando a mesma trabalhava com os pescadores deste local.

Tinha a comunidade de Brejatuba [localização próxima à orla marítima], ali na época [década de 1970] tinha no mínimo umas 40 famílias de pescadores (...) ali era uma casa ao lado da outra. Era o pai, o filho (...) aí começo a especulação. Aí foi oferecido para eles, lá no Carvoeiro [bairro aproximadamente 5 km da localização citada anteriormente sentido continente]. Alguns resistiram ali, poucos (...)

Pesquisador – Mas eles foram expulsos ou eles venderam os terrenos?

Aí é um jogo de manobra, né?! Deram para eles lá um terreno, com valor bem inferior. Por que ali tinha um valor imobiliário bem alto (...) deram pra eles um terreno, eles se mudaram pra lá, mas aí você imagina a logística disso. Daí os barcos né (...) ficava lá, e eles tinha de trazer (...) Foi ruim, porque alguns abandonaram a atividade da pesca (...) não tinham formação nenhuma, e eu acredito que até hoje, Guaratuba está com problema muito sério de violência, de roubo. Deve até que isso aí contribuído para isso, sabe?! Porque geralmente

quando eles estavam junto à família, que morava o pai e a mãe, daí o filho agregava uma casinha, um cômodo, e morava junto. Eles estavam juntos. Iam pescar juntos. Ai desestruturou totalmente a família, porque jogaram pra uma comunidade longe da praia, do habitat da onde eles moravam e faziam sua atividade. Eu acredito que contribuiu muito pra dispersa. Estrangulou a família. (Entrevista n° 25).

Mesmo não sendo possível correlacionar no momento os efeitos de segregação da vida do pescador artesanal em Guaratuba com a criminalidade do município³¹, é possível fazer um paralelo, do depoimento da servidora da Emater, com os apontamentos feitos por Mota (2007) sobre os efeitos das ações turísticas sobre a vida de comunidades pesqueiras artesanais. O rompimento dos laços de reciprocidade presentes nas comunidades pesqueiras, por diversos fatores, dentre eles a ocupação do espaço para o uso balneário e turístico, é apontado por diversos autores como um ponto de fragmentação cultural da pesca artesanal. (DIEGUES, 1988; 1995; 2004; SILVA, 1993).

Andriguetto-Filho (1999) relatou a especulação imobiliária para segunda residência nos anos de 1960 e 1970, e a consequente pressão fundiária urbana voltada para o turismo, como um dos principais problemas que comprometeram a reprodução da pesca artesanal nas regiões citadas anteriormente. A desagregação física das vilas gera efeitos no desenvolvimento da pesca como atividade principal, além de conduzir a uma descaracterização da cultura local. (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; SILVA, 2006).

Na Ilha do Mel, por exemplo, o que se constata é que as atividades pesqueiras passaram a ser secundárias frente às demais atividades serviços do turismo. (GONZAGA; DENKEWICZ; PRADO, 2014). Conforme estimativa levantada por Athayde & Tomaz (1995), no ano de publicação do trabalho apenas 5,7% dos nativos das comunidades de Nova Brasília e Encantadas tinham a pesca como primeira atividade, enquanto 45,7% dos nativos entrevistados já eram proprietários estabelecimentos comerciais direcionados para a atividade turística, como campings, pousadas, frotas de barcos, etc. Já Kim (2004) apresenta que grande parte dos empreendimentos turísticos se encontra com pessoas de fora da ilha que migraram para o local ou que ainda moram em outra localidade (TABELA 4). Fatos que demonstram uma desconfiguração da realidade pesqueira local, voltando o espaço para pessoas com condições de investir num turismo mais capitalizado.

³¹ Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) apontam que Guaratuba apresentou em 2017 uma média de crimes de assassinato três vezes maior do que a do estado do Paraná. No total foram 24 homicídios para uma população de aproximadamente 35 mil habitantes.

TABELA 4 – PROCEDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS E ARRENDATÁRIOS DIVIDIDAS ENTRE OS TIPOS DE COMÉRCIOS DA ILHA DO MEL EM 2004.

TIPO DE COMÉRCIO	NATIVO	IMIGRANTE	NÃO RESIDENTE	TOTAL
Pousada	13 20%	38 58%	14 22%	65 100%
Camping	15 43%	18 51%	2 6%	35 100%
Bar/restaurante	6 15%	24 62%	9 23%	39 100%
Outro	1 6%	12 71%	4 23%	17 100%

FONTE: Kim (2004, p. 74).

Já em algumas vilas menores, como Vila das Peças e nas comunidades do interior da Baía de Guaratuba, mesmo sendo um ambiente rural, a entrada do turismo vem sendo pela compra de casas de nativos por veranistas de outras localidades, não ocorrendo o uso balneário. Na Vila das Peças, Seraval (2006) identificou na vila 73 casas de turistas e 98 casas de moradores. Já Mafra (2012) registrou, para a mesma vila, 81 casas de turistas e 59 de moradores. Esse comparativo aponta para uma expansão da atividade da ocupação por pessoas de fora na Vila das Peças, situação também descrita por Seraval (2006 p. 50),

(...) devido à ausência de regularização fundiária e controle efetivo dos lotes no decorrer da crescente visibilidade turística da região, encontra-se em estágio avançado o processo de apropriação do espaço por especuladores e veranistas locais, sobretudo vindos de Paranaguá e Curitiba.

Nessas situações, aqueles que não conseguem se sustentar com a pesca ou os serviços relacionados ao turismo, acabam vendendo suas casas para veranistas. Após essa negociação costumam migrar para outras regiões, muitas vezes para espaços urbanos, como a periferia de Paranaguá e demais cidades próximas, rompendo assim o vínculo com seu território, se desterritorializando, e se reterritorializando em um ambiente urbano, com outras dinâmicas socioeconômicas distintas das vivenciadas na vila. Processo semelhante de chegada dos turistas às pequenas comunidades pesqueiras é descrito por Sant'Ana (2012) para comunidades do interior da Baía de Guaratuba. Para essas situações a desterritorialização é quase como absoluta (HAESBAERT, 2004), processo que no futuro pode modificar a relação técnica com a natureza predominante no cenário local, saindo a pesca e restando apenas as atividades turísticas, semelhante ao cenário da Ilha do Mel.

Um exemplo categorizado como de resistência ao uso balneário e turístico foi levantado para a vila da Barra do Superagüi, onde a Associação de Moradores da Vila do Superagüi realiza um papel importante de controle da liberação de construção de novas casas

para nativos da comunidade. Esse trabalho garante um bloqueio da vila à especulação imobiliária, tanto por pessoas de fora, que queiram construir casas de veraneio, como por moradores locais de maior poder aquisitivo, que queiram construir outras casas para revender a pessoas de fora da vila. Nesse sentido, a resistência se apresenta mais na união dos moradores para ter a condição de construir suas casas em uma área limítrofe a uma unidade de conservação, e diminuir os riscos da entrada do mercado imobiliário. É o papel de organização social realizado pela associação local e que vem dando suporte ao controle do território da comunidade.

Conforme a percepção de alguns gestores ambientais locais, em casos como esse das vilas da Barra do Superagüi e das Peças, quando há consolidação da comunidade no controle de ocupação de novas áreas apenas para nativos, como no Superagüi, a comunidade tende a permanecer no seu território, já quando não há o controle da ocupação na comunidade por pessoas externas, como ocorreu na Vila das Peças, a tendência é a comunidade promover a venda das suas áreas para turistas, desconfigurando a comunidade tradicional. Esse processo nas vilas mencionadas pode ser observado na fala do ex-chefe do PARNA do Superagüi:

A especulação imobiliária com certeza seria o primeiro, segundo ameaça mais importante (...) Não tem local que não exista. Dentro do parque. Canudal tem casos. Praia Deserta tem casos. Então sabe, a pessoa que pega uma moto e quer ter uma casinha lá no meio da Praia Deserta, isso é fato. Então não tem local desprotegido da especulação imobiliária. O pessoal vai aonde tem chance de querer se infiltrar. E sempre com aquele discurso, “não, to ajudando (...) vou lá ajudar o morador”. Depois vai lá e a ideia é abrir um super restaurante. Cria conflitos com a comunidade. Então um problema bem sério, e descaracteriza completamente a comunidade. A gente vê que Peças sofreu isso. E é um exemplo do que pode acontecer (...) Ilha do Mel mais do que tudo. Todo o litoral sofreu isso. (...) Até porque a nossa ideia é deixar muito desse trabalho que se faz hoje de ordenamento de território [em regiões limítrofes às UCs de proteção integral federais], digo mais a questão de moradias mesmo (...) teria que estar sendo assumido pela associação. Eles criarem normas internas, passarem pra gente. A gente encaminha para o Ministério Público. Já tem essa demanda pra Peças e Superagüi, inicialmente. A gente quer expandir pra outras comunidades. Guapicum por conta própria já fez umas normas e pediu pra gente respalda. E nós vamos claro respaldar, mas quem tem que respalda é o Ministério Público. E o Ministério Público respaldando a gente já fica mais subsidiado também. (Entrevista nº 18).

Em alguns locais específicos, principalmente em ambientes estuarinos protegidos, o que condiciona melhores condições para acesso de embarcações de turistas, o uso balneário e turístico se manifesta no conflito com a construção e ampliação de marinas para atracação das embarcações. Isso é cada vez mais comum nas vilas do Mirim e Piçarras, em Guaratuba, e em Pontal do Sul, Pontal II e Ponta do Poço, em Pontal do Paraná. Segundo conversas com moradores de Pontal do Sul e com o presidente da Colônia de Guaratuba, o número de

marinas vem aumentando significativamente nos últimos cinco anos nessas duas regiões. Em Guaratuba, nos bairros do Mirim e de Piçarras, conforme relato do presidente da Colônia de Guaratuba, já houve várias disputas para o não fechamento dos portos abertos, sendo que a maioria foi perdida. Conforme o entrevistado, hoje restam apenas quatro portos públicos para atracação das embarcações pesqueiras artesanais. Isso é destacado na fala do presidente da Colônia de Pescadores de Guaratuba:

Nós tivemos várias briga de porto fechado [marinas que fecham o acesso do pescador ao mar] (...) 80% perdeu (...) hoje nós temo pouca área pro mar (...) o Resto já fecharam tudo, marina (...) já lutemo várias briga para não fechar. (Entrevista nº 19).

Pierri et al. (2006) registraram, há mais de dez anos atrás, 19 marinas em Pontal do Paraná, sendo 18 em Pontal do Sul, nos canais DNOS e do Rio Perequê, e uma na Ponta do Poço. As marinas além de ocupar áreas comuns antes utilizadas pelos pescadores, restringem os espaços de acesso ao mar, fazendo com que alguns pescadores tenham que se locomover por distâncias terrestres maiores para chegar aos portos de acesso ao mar restantes a eles. No litoral do Paraná, o aumento desse tipo de empreendimento “coincidem com as áreas de ocupação das populações tradicionais de pescadores, gerando conflitos” (PIERRI et al., 2006, p. 161).

A ampliação do número de marinas está logicamente correlacionada ao aumento do número de embarcações de turistas na região litorânea. Em alguns locais, há o registro de conflitos ligados ao uso do espaço marinho para a navegação turística contra a navegação dos pescadores por suas rotas cotidianas de pesca ou de locomoção, o que também é um conflito territorial. Em Pontal do Sul, o fluxo intenso de embarcações turísticas e de embarcações comerciais para a Ilha do Mel é um ponto destacado como conflituoso pelos pescadores locais. (CALDEIRA, 2009).

A relação conflituosa do turismo náutico com a pesca artesanal simboliza claramente a relação dos elementos transitórios do uso balneário (fluxos) sobre os pescadores artesanais e suas práticas (fixos). Como afirma Santos (2006) os fluxos atravessam os fixos, modificando a sua significação e o seu valor com o espaço.

Na região da Baía de Guaratuba, segundo conversas informais com pesquisadores atuantes na região, também é comum a reclamação de pescadores que utilizam desses espaços como área de pesca, sobre o fluxo intenso das embarcações externas, seja para passeio, esportes aquáticos ou de uso da pesca amadora. Em conversas informais com pesquisadores

que atuaram na região há o relato de casos onde redes de pescadores, colocadas em áreas próximas ao Iate Clube de Caiobá, foram cortadas por turistas, pois atrapalhavam a livre navegação das embarcações dos visitantes. Cabral (2015) detalha a situação conflituosa entre a náutica turística e a pesca artesanal na Baía de Guaratuba. Segundo a autora, diversos pescadores reclamam que nos períodos de maior circulação de embarcações turísticas – feriados e férias de verão – diminui a quantidade de peixes na baía, pois são espantados pelas embarcações, o que inviabiliza a prática pesqueira profissional na região nesses períodos. Alguns outros problemas apontados pela autora são

a destruição dos manguezais causada pelas ondas e por construção de marinas e segundas residências; a tensão causada em decorrência da construção de obras nas margens da Baía, que gera, sobretudo, mudança nos modos com que os pescadores têm acesso ao estuário; tensões geradas pelas condutas de desrespeito à pesca artesanal e ao pescador, pelo barulho das embarcações; criminalização do pescador ao não poder frequentar os locais que os turistas costumam frequentar, e em decorrência da lei para controle da pesca artesanal, que também gera conflitos. (CABRAL, 2015, p. 94).

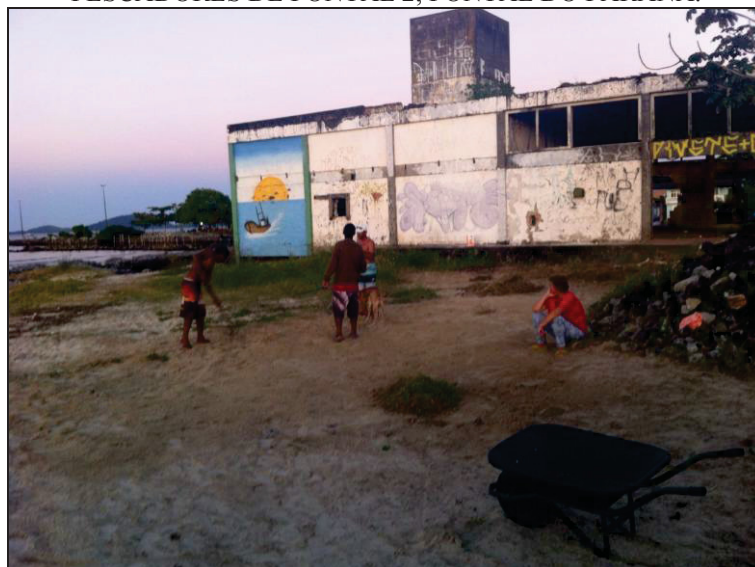
No sentido de resolver o conflito em Guaratuba, pelo menos para o lado do turista, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) estabeleceu a Portaria nº 115, de 02 de julho de 2007, na qual proíbe o exercício da pesca com redes de qualquer tipo na Baía de Guaratuba, liberando apenas o emprego das redes nos meses de junho e julho, exceto finais de semana, para a pesca da tainha. Fica claro que essa medida visa unicamente o benefício de pescadores amadores e a facilitação da circulação de embarcações turísticas na baía, desconsiderando a presença de grupos pesqueiros locais que dependem diretamente desse ambiente para sua manutenção econômica e sobrevivência. Cabral (2015) relata a insatisfação dos pescadores pela existência de normas que visam apenas o benefício dos pescadores amadores e de atividades náuticas, em detrimento da pesca artesanal.

Já em relação às ações e vias de resistência, para as comunidades do interior da baía de Guaratuba, uma das pesquisadoras conhecedora da realidade (Entrevista nº 1), mencionou uma ação realizada por moradores da vila de Parati contra as embarcações de turismo náutico, principalmente *jet-skis*, que navegam em alta velocidade nos canais próximos à comunidade, fato que pode comprometer o uso do espaço para atividades aquícolas, espantar os peixes pescados pelos pescadores, além de gerar uma poluição sonora quase inexistente na região. Para controlar essa prática na comunidade, alguns moradores colocaram estacas nos canais, o que faz com que as embarcações tenham de desviar, tendo conseqüentemente que diminuir

sua velocidade. Esse ato marca o controle do território pelos pescadores, utilizando vias cotidianas que lhes são de acesso.

Já no balneário de Pontal 2, município de Pontal do Paraná, um grupo de pescadores artesanais vem se mobilizando para ocupação de uma área estratégica para pesca artesanal local e para articulação na luta por seus direitos. A comunidade vem sendo pressionada principalmente por duas frentes de desenvolvimentistas do litoral. Uma delas a expansão para a construção de marinas destinadas a embarcações turísticas e por outro lado uma eminente ampliação das atividades portuário-industriais, principalmente com a criação do Porto Pontal e demais empresas que venham na sequência deste empreendimento, o que comprometeria sua própria permanência de moradia no território. Frente a essas pressões o que resta aos pescadores é a sua própria organização e luta pelas suas áreas de uso. Orientados por um pesquisador da UFPR, doutorando do programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento, colaborador da presente pesquisa, que apresentou os riscos presentes para os pescadores, o grupo começou a se articular e a se posicionar frente aos seus direitos. Primeiro, os pescadores realizaram mutirões para limpeza e estruturação de uma antiga construção pertencente à COOPESPAR, localizada na saída do Canal DNOS (FIGURA 7). Essa área se apresenta como fundamental para os pescadores locais, já que pode vir a ser uma das únicas áreas públicas de atracação das embarcações da comunidade. Por enquanto ele é um imóvel inutilizado da União que, conforme informações do pesquisador atuante no caso, vem sendo oferecido a outros atores locais presentes em Pontal do Paraná, como o Centro de Estudos do Mar (CEM) da UFPR. Adiantando-se a esse processo os pescadores resolveram ocupar o espaço realizando mutirões no local e colocando faixas destacando o local como território da pesca artesanal (FIGURA 8). Além disso, o espaço que já conta com infraestrutura básica, pode se tornar um polo de centralização de comercialização dos recursos capturados ou uma área de convivência utilizada por turistas e explorada pelos pescadores locais, sendo assim um instrumento chave para a territorialização desse grupo. Esse processo fez com que os pescadores visualisassem esse espaço como seu território, garantindo já uma pertença simbólica daquele ambiente (FIGURA 8). A segunda etapa de organização do grupo foi a regularização da associação local, a Associação Comunitária de Pescadores e Aquicultores de Pontal do Sul (APAPSUL), reativando assim um papel simbólico de atuação em grupo desse coletivo de pescadores artesanais.

FIGURA 7 – MUTIRÃO DE LIMPEZA DA ÁREA DA COOPESPAR REALIZADO EM 2017 PELOS PESCADORES DE PONTAL 2, PONTAL DO PARANÁ.



FONTE: Guilherme Caldeira (2017).

FIGURA 8 – FAIXA SIMBOLIZANDO O CONTROLE DO ESPAÇO COLOCADA PELOS PESCADORES DE PONTAL 2 NA CONSTRUÇÃO DA ANTIGA COOPESPAR.



FONTE: Guilherme Caldeira (2017).

Nos bairros do Mirim e Piçarras também foi observado ações de ocupação de espaços determinantes para a pesca artesanal. A principal pressão local está ligada a ocupação dos terrenos das áreas costeiras do estuário por marinas e casas de alto padrão, fechando os acessos de embarque/desembarque dos pescadores. Aparentemente não foi observada ações de resistência tão organizadas como dos pescadores de Pontal 2 frente a essa pressão. Contudo, conforme o presidente da Colônia de Pescadores de Guaratuba, hoje a colônia controla três espaços de atracação de embarcações. Um deles é uma das áreas abandonadas da antiga COOPESPAR, que é tido como um dos principais trapiches públicos do bairro de

Piçarras. Na região vem sendo construído um minimercado para atender pescadores de comunidades do interior da Baía de Guaratuba na etapa de comercialização dos seus produtos. O projeto é parceria da prefeitura de Guaratuba e da colônia local (FIGURA 9). Um pescador antigo do bairro Mirim reclamou que a ação desenvolvida era “esmola para o pescador”, pois o espaço era muito pequeno. Por outro lado, acredita-se que uma pequena oportunidade dada a um grupo pode se reverter na consolidação da área como um espaço importante para a pesca artesanal, principalmente para os pescadores menos capitalizados que tem dificuldade de comercialização.

FIGURA 9 – PLACA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA FEIRA DA PESCA ARTESANAL NO BAIRRO DE PIÇARRAS, EM GUARATUBA.



FONTE: O autor (2018).

O fato é que a ocupação do espaço pelo mercado fortalece ainda mais o controle dessas áreas pelos pescadores frente às ocupações das marinas, mesmo sendo este controle feito através da colônia. Segundo o presidente da colônia, em algumas situações houve intervenção do ministério público e da polícia federal contra o fechamento de áreas públicas de acesso ao mar realizado por donos de marinas e das mansões locais. O relato da situação conflituosa e das resistências é realçado na fala do entrevistado:

[na área da antiga cooperativa] vai ser feito o mercadinho do produtor. Já era uma luta nossa, que agora a prefeitura ta ajudando até. Na verdade, agora que to ganhando ajuda da prefeitura, todos esses anos aqui desde 2000 (...) tem esses morador do sítio (...) antigamente tinha aquele mercado lá embaixo. Antigamente lá era o mercado do lavrador, do pescador (...) então a turma do sítio vinha, tinha canoa, não tem estrada (...) tem muito sítio que não tem estrada. Então trazia sua banana, sua farinha, vendia ali.
(...)

Hoje tem três da colônia [portos públicos], tem esse aqui perto da igreja, tem o da cooperativa, tem o trapiche e tem o do Mirim. Tem uma saída no Mirim, só (...) o resto já fecharam tudo, viro marina (...) já lutemo, várias briga para não deixar. Fomo no Ministério Público, no patrimônio (...) inclusive a Polícia Federal derrubou um perto da colônia (...) tem que procura os direitos, se não vamos fica sem acesso pro mar. (Entrevista nº 19).

Por fim, vale destacar o caso mais antigo de resistência dos pescadores contra o uso balneário e turístico da região, travado pela comunidade de Barrancos contra a Empresa Balneário Pontal do Sul S/A, que queria lotear a área de ocupação da vila. Nessa situação, além dos embates pessoais contra os agentes vinculados à empresa, a comunidade teve de entrar pela via judicial com uma ação de usucapião de sua área, sendo vitoriosa ao final. Esse caso será relatado nas seções seguintes deste trabalho, enfatizando a relação das resistências da pesca artesanal com a tríade TDR presente na história desse grupo.

4.3. O Espaço Local para o Uso Portuário-Industrial

4.3.1. *O Histórico e os Aspectos Gerais do Uso Portuário-Industrial do Litoral do Paraná*

A atividade portuária tem sido desde o século XVIII a atividade econômica de maior geração de divisas dos municípios de Antonina e Paranaguá. Por volta de 1920, devido aos ciclos da madeira, do café e da erva-mate, Antonina chegou a ser o quarto porto exportador brasileiro, contando até a década de 1960 com um complexo industrial forte, mas que entrou em declínio nos anos de 1970 devido a mudança de transporte das principais cargas para o porto de Paranaguá. (PIERRI, 2003). No final da década de 1990, a atividade ganhou força com a instalação dos Terminais Portuários da Ponta do Félix (TPPF). Entretanto, atualmente este terminal privado sofre dificuldades de operação principalmente devido a inadequação da estrada de acesso, que passa dentro dos limites urbanos de Morretes e Antonina, as baixas profundidades da região para atracação de navios, o que demanda constantes dragagens dos canais, e a longa distância que os navios tem de entrar para dentro do estuário, totalizando aproximadamente 40 km, o dobro da distância percorrida da desembocadura ao Terminal Portuário de Paranaguá.

Em Paranaguá a atividade portuária já era realizada desde o século XVI, quando o porto ainda era localizado no Rio Itiberê, auxiliando desde esse período no escoamento dos ciclos produtivos do ouro, da erva-mate e da madeira. O atual porto, o D. Pedro II, foi inaugurado oficialmente em 1935 onde atualmente está situado (FIGURA 11). Após a inauguração o porto passou por distintas fases, servindo para o escoamento dos ciclos produtivos do café (nas décadas de 1950 e 1960), da soja (décadas de 1970 e 1980), e chegando a fase da diversificação (a partir dos anos 1990), abrangendo atualmente diversos tipos de carga. (SOARES, 2009). Entre 1952 e 1996, a área antropizada de Paranaguá foi de

2.269 ha e a população aumentou em aproximadamente 100 mil habitantes, ação intensa de urbanização conduzida do centro da cidade em direção ao porto e nas margens dos rios, processo este decorrente das migrações impulsionadas pelos ciclos econômicos da cidade. (CANEPARO, 2000). Assim, a atividade portuária é um fator determinante para a produção socioespacial no município de Paranaguá, isso pela modificação induzida pela própria área portuária, como pelo processo de urbanização intenso devido a essa forma de produção do espaço.

No contexto da economia paranaense, o Porto de Paranaguá cumpre papel estratégico, mantendo suas operações fortemente atreladas às atividades produtivas do estado, refletindo os ciclos econômicos vigentes. Com a implantação do corredor de exportação, operado inicialmente com embarques de milho, o segmento de granéis sólidos ganhou representatividade, vindo a consolidar-se com a inserção do cultivo de soja no interior do estado. No final dos anos de 1960 e início da década 1970, o plantio da soja e a subsequente instalação das indústrias processadoras tornaram os embarques de soja em grãos e de farelo a principal atividade do porto. (SUZUKI-JUNIOR; WOSCH, 2000). Essa especialização ampliou a área de influência do porto, servindo de saída da exportação para outros estados, o que mostra a relação local com atividades econômicas externas ao cenário local. Atualmente, o município de Paranaguá também abriga um terminal petrolífero e alguns terminais privados (contêineres, fertilizantes e granéis líquidos) (NOERNBERG et al., 2008), além de uma série de empresas e um setor industrial fortemente ligado às atividades portuárias. Um espaço transformado pelos fluxos de capitais externos.

Outro município que historicamente apresenta o uso portuário e industrial é Pontal do Paraná – mais especificamente na região da Ponta do Poço – mesmo que ainda em menor escala que nos outros dois municípios. As características físicas e hidrográficas da região propiciaram a instalação de empresas de grande porte, inclusive multinacionais, especializadas na produção de componentes para plataformas petroleiras marinhas. Esse tipo de atividade ocorreu no município em diferentes períodos, sendo primeiramente entre 1978 e 1996 e, depois de interrompida por mais de uma década, voltou a funcionar durante 2005 e 2006. (DESCHAMPS; PIERRI, 2008). Em 2012, a atividade foi retomada, permanecendo até o presente momento. A região vive nos últimos anos a expectativa da implantação de um novo terminal portuário privado, o Porto Pontal (ANGULO; BRANDINI; PIERRI, 2008), que em 2015 conseguiu a licença de instalação junto ao IBAMA. Essa iniciativa do setor privado visa à construção inicial de um terminal de contêineres, obra que tem previsão para a construção de um cais de atracação de 1000 m de comprimento, com três berços de atracação

de 36 metros de largura cada, e a necessidade de dragagem ao longo do cais em 16 metros. (GÓES, 2014). Esta obra sujeita a atração de outras grandes empresas para se implantar ou aumentar suas atividades na região, além da implantação de grandes obras de infraestrutura pública (p.e. estradas, ferrovias, etc.), expondo o ambiente a uma forte tendência de modificação da geografia local. Ações que podem levar a uma mudança completa na paisagem e intensificar o processo de urbanização e cobertura do solo, assim como vem ocorrendo desde a década de 1950 no município de Paranaguá.

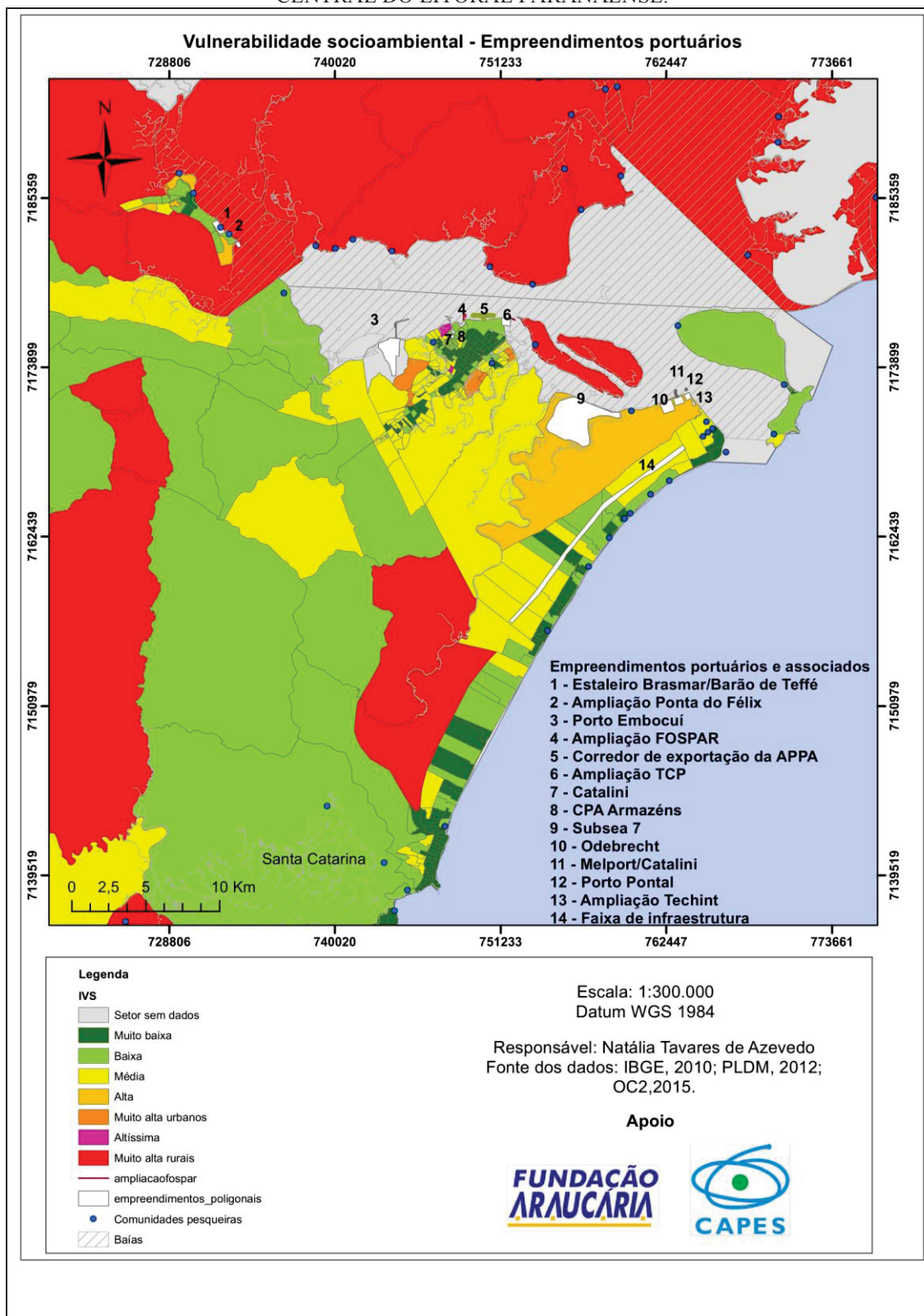
Ao todo são 14 empreendimentos ligados ao setor portuário que tem perspectiva de instalação ou ampliação na região litorânea. Azevedo (2016b) mapeia esses futuros empreendimentos cruzando seus pontos de instalação com o grau de vulnerabilidade socioambiental de cada setor censitário do litoral, além de apresentar as comunidades pesqueiras de cada região (FIGURA 10).

Outro fato relevante atualmente para a atividade portuária, e para a realidade do cenário local, é a modificação da lei que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias. A entrada em vigor da Lei nº 12.815 de 5 de junho de 2013, Nova Lei dos Portos, substituindo a Lei nº 8.630 de 25 de fevereiro de 1993, a Lei de Modernização dos Portos, que tem como intuito flexibilizar as normas atribuídas às empresas do setor, abrindo mais condições a exploração dos ambientes portuários pelas empresas privadas. A lei tende a limitar o controle do Estado sobre os processos de operação portuária, deixando as atividades a mercê dos investidores. Sinal disso foi a mudança da Poligonal³² do Porto de Paranaguá pelo Decreto de 11 de fevereiro de 2016, diminuindo assim a influência do órgão gestor local da atividade, a APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina)³³, passando o controle das áreas de operações portuárias para as empresas do setor privado e para os investidores. Na atual configuração da poligonal do Porto de Paranaguá, as áreas de Pontal do Sul e Ponta do Poço ficarão de fora, o que aparenta ser uma manobra para facilitar para os investidores a implantação e operação do Porto Pontal. Isso só realça um arranjo político-institucional que visa atender aos interesses das empresas vinculadas ao setor.

³² As poligonais portuárias são “áreas dos portos organizados as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e acesso ao porto. As poligonais são uma representação em mapa, carta ou planta dos limites físicos da área do porto organizado, espaço geográfico onde a autoridade portuária detém o poder de administração do porto público”. (SNP, 2017).

³³ Desde 1947 quem administra os portos de Paranaguá e Antonina é a APPA. Está entidade é uma empresa pública do estado Paraná, responsável pela gestão dos portos e das áreas de influência desses. Sua relação no contexto analisado se dá como subsidiária de demais empresas do ramo portuário que queiram se instalar na área sob sua administração.

FIGURA 10 – FUTUROS EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO SETOR PORTUÁRIO E O NÍVEL DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DOS SETORES CENSITÁRIOS NA PORÇÃO CENTRAL DO LITORAL PARANAENSE.



FONTE: Azevedo (2016b).

Por fim, vale destacar a influência de agentes externos sobre esse tipo de uso do espaço local. Observou-se que grande parte dos usos hegemônicos do espaço local estejam atrelados a agentes de fora da região, contudo, no caso do uso portuário-industrial isso é muito mais significativo. Essas atividades estão totalmente ligadas a movimentação de carga global, e se articulam em relações mais voltadas para o ambiente externo do que para a própria região litorânea. Fluxos que se instalam nos espaços (fixos) e recriam as condições ambientais e sociais do lugar (SANTOS, 2006), condicionando diversos conflitos e injustiças ambientais, já que em grande parte desconsideram a presença de culturas e populações locais.

4.3.2. Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e as Ações e Vias de Resistências dos Pescadores Artesanais

Verificou-se que as atividades portuárias e industriais no litoral do Paraná consistem em um importante vetor que condiciona as populações tradicionais a diversas situações conflituosas, culminando muitas vezes as populações locais à cenários de injustiças ambientais. Uma das expressões mais significativas dessa dinâmica, assim como em outros tipos de uso, é a apropriação privada de áreas comuns antes utilizadas pela população local, resultando na degradação de habitats e na subtração desses espaços, como também a retirada de alguns grupos das suas áreas ocupadas, seja por pressão ou negociação. Godoy (2002) já apontava a atividade portuária local como um gerador de problemas socioambientais, inclusive da intensificação da polarização social local.

Na literatura há alguns registros que trazem indicativos das injustiças geradas pelo uso portuário-industrial em algumas das comunidades pesqueiras do litoral paranaense. Assume-se que as comunidades mais afetadas por este tipo de uso do espaço são as do entorno das áreas portuárias, isso pela perda dos espaços de ocupação e por estarem mais condicionadas a outros efeitos deletérios da atividade (p.e. vazamentos de óleo, expulsão dos cardumes de peixes devido à locomoção dos navios, dentre outros), sendo as principais: os bairros urbanos de Paranaguá, como a Vila Guarani, Vila Portuária, Vila Becker (TUMELERO, 2015) e Ilha do Valadares, regiões onde mais se concentram os pescadores parnanguaras que vivem no perímetro urbano; Amparo, Piassagüera, Vila São Miguel e Ponta Oeste, também de Paranaguá, mas localizadas em ambiente rural, as três primeiras defronte à área portuária do município, na outra margem do estuário (FIGUEIRA, 2013), e a última na Ilha do Mel (HARDER, 2014), defronte para o Canal da Galheta, no qual navegam as

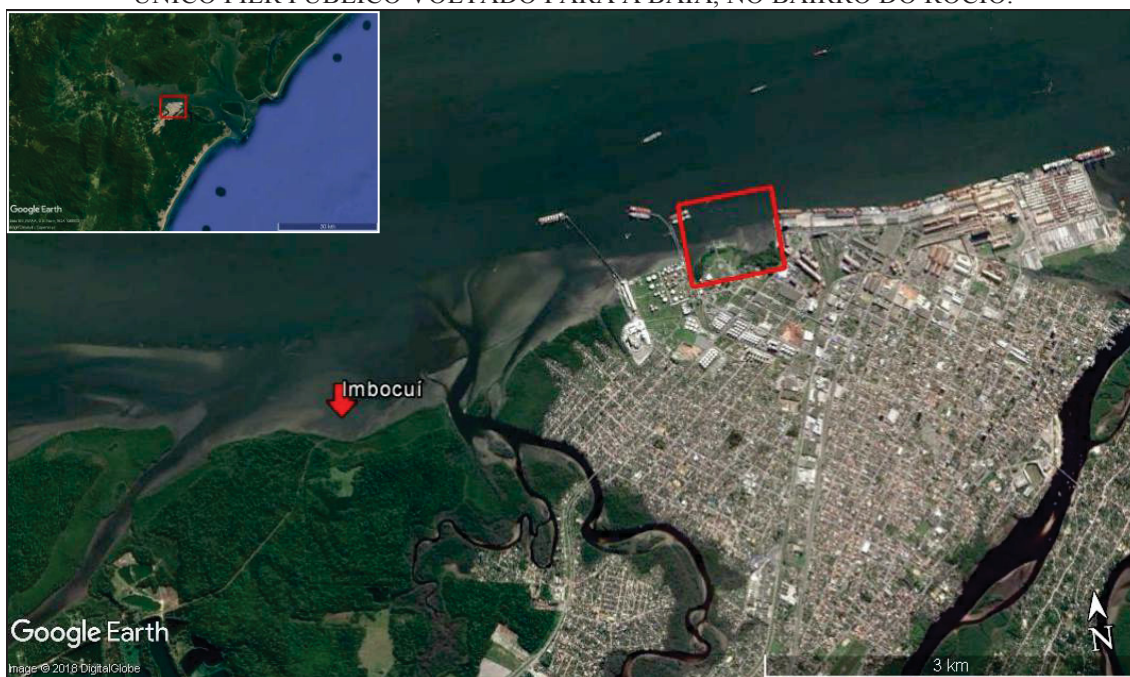
embarcações que trafegam na região portuária; bairros urbanos de Antonina, como o Tucunduva, o Portinho, a Praia dos Polacos e a Ponta da Pita, locais de concentração dos pescadores do município (XAVIER, 2013); e as vilas de Pontal do Paraná localizadas mais próximas ao balneário de Pontal do Sul, sendo elas o Maciel, o Pontal II e a Ponta do Poço. (SILVA, 2006; TANNO, 2009; SILVA, 2016). Essas comunidades são afetadas diretamente pela ocupação das empresas portuárias nos territórios pesqueiros, sofrendo interferências ligadas à perda de áreas de manguezal e de demais ecossistemas importantes para a pesca; ao assoreamento de canais e áreas de pesca; os efeitos das dragagens na fauna local e na dinâmica físico-natural local; a limitação de pesqueiros, já que a pesca é proibida nas áreas próximas ao porto; e os impactos oriundos da operação portuário-industrial, como o fluxo de navios, que gera a dispersão dos recursos móveis. Efeitos claros que podem gerar uma desterritorialização das famílias de pescadores das comunidades mencionadas, sendo essas as que estão em maior risco para abandonar, em definitivo, seus territórios tradicionalmente ocupados pelo processo de implantação das atividades portuárias. No geral, os principais indicativos de injustiças ambientais nas comunidades citadas, retirados das bibliografias, seriam a desconsideração da presença dessas populações no ato de instalação dos empreendimentos, em alguns casos negligenciando as comunidades e seus usos nas análises pretéritas de instalação, e nos consequentes problemas gerados pelas respectivas atividades portuárias no setor pesqueiro, como já mencionado.

Vale o destaque também para o fato da atividade portuária e industrial transferir grande parte dos custos negativos da atividade para a sociedade por meio da degradação ambiental. Essa lógica impacta tanto populações – podendo ser essas famílias de pescadores – que vivem no entorno dos empreendimentos, que são afetadas diretamente pela instalação dos empreendimentos, o que pode mudar a sua relação com o ambiente de ocupação e seu modo de vida, e pelo comprometimento da saúde ambiental, como as comunidades que moram mais distante da área de instalação, que podem sofrer com consequências indiretas dos grandes impactos. Dentre essas pode-se citar a poluição crônica e aguda dos ambientes marinhos com hidrocarbonetos e metais pesados; contaminação das águas estuarinas por efluentes urbanos, ocupação potencializada pela atividade portuária, no caso principalmente de Paranaguá; introdução de espécies exóticas pelo lançamento irregular de água de lastro dos navios, o que pode acarretar em situações de bioinvasão; a proliferação ou *blooms* de microalgas ou demais organismos, que em grande quantidade atingem níveis de toxicidade; e o desmate de áreas de manguezais e demais ecossistemas importantes para reprodução de espécies economicamente relevantes para os pescadores. (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000; LANA et al., 2001; LANA,

2004; SABORIDO, 2005; PROCOPIAK; FERNANDES; MOREIRA-FILHO, 2006; NOERNBERG et al., 2008; PROCOPIAK, 2009).

De acordo com a análise histórica da ocupação espacial de Paranaguá, realizada por Soares (2009), a expansão da área portuária às margens da baía foi contínua, tanto para leste quanto para oeste, através de aterramentos. Em 1980, o porto possuía quatorze berços de atracação e um setor específico para petroquímicos, localizado na porção oeste do complexo (empresas Petrobras e Cattalini). Já no período da pesquisa toda a margem norte da cidade de Paranaguá voltada para a baía foi ocupada por estruturas ligadas à atividade portuária, que assumiu a forma de uma moldura para a cidade, isolando-a do estuário, exceto na região do Bairro Rocio onde existe um píer público municipal (FIGURA 11).

FIGURA 11 – ÁREA DO PORTO DE PARANAGUÁ COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA O ÚNICO PÍER PÚBLICO VOLTADO PARA A BAÍA, NO BAIRRO DO ROCIO.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

Dados relativos ao crescimento do porto mostram que a área portuária em 1953 era de 77.251,22 m², passando a 507.693,56 m² em 2005. (SOARES, 2009). A consequência disso é a perda de 294 hectares de manguezais em 44 anos, áreas substituídas por armazéns ligados aos ciclos de mercadorias do porto ou à ocupação de moradias para populações de baixa renda oriundas de outras localidades atraídas para a região em busca de melhores colocações de trabalho. (CANEPARO, 2001). E ainda há perspectiva de ampliação da área portuária para partes mais internas do estuário, principalmente na região do Imbocuí

(FIGURA 11), isso está previsto nos planos de expansão da área portuária local como no interesse de empresas estrangeiras. (APPA, 2017; NASCIMENTO, 2018).

Em Pontal do Paraná, para a Ponta do Poço, Pierri et al. (2006) apontaram o incremento de riscos, impactos e conflitos para a região devido a expansão da atividade portuária. Moradores da Ponta do Poço, comunidade com aproximadamente 30 famílias, em suma pescadores artesanais, já passaram por três relocações devido ao interesse de especuladores nas áreas tradicionalmente ocupadas pela pesca. (SILVA, 2006). No Pontal II também já foram observados problemas por essa forma de uso, sendo destacados a restrição de acesso à praia e ocupação de áreas comuns dos pescadores. (SILVA, 2006). A autora citada também registrou em 2006 a possibilidade de translocação da comunidade pesqueira do Pontal II, localizada próxima à empresa Techint, para a região de saída do Canal DNOS³⁴, fato este que se concretizou nos anos seguintes, para um local 3 km distante do anterior em ambiente muito mais urbanizado (FIGURA 12). Na atual localização da comunidade cada família recebeu uma casa, o lugar possui uma área pública de acesso ao canal, o que ainda possibilita um fácil processo de atracação das embarcações. Entretanto, importante destacar que o Canal DNOS é uma das áreas de preferência no município de Pontal do Paraná para a construção de novas marinas, fato que pode levar essas famílias a novas situações conflituosas nos próximos anos. Segundo informações três marinas já tentaram se instalar na área, não tendo sucesso até o momento. Esse fato foi destacado em conversas informais com pesquisadores envolvidos com o tema de conflitos ambientais no município de Pontal do Paraná.

Ainda em Pontal do Paraná, há registro de diversos autores sobre a pressão sofrida pelos moradores da Vila de Maciel – em grande parte pescadores artesanais – para desocupar seu território tradicional, sendo esta fortemente condicionada por investidores que tem interesse na área para a construção novos terminais portuários e industriais na região. (SILVA, 2006; LIMA, 2006; TANNO, 2009; SILVA, 2016). Segundo os autores, as famílias dessa vila vêm sofrendo com ameaças e intimidações dos especuladores.

As pressões para realocação e retirada de comunidades pesqueiras de áreas de interesse da expansão portuária são conduzidas pela lógica da divisão territorial do trabalho (SANTOS, 2006), que condiciona áreas com maior potencial natural para atividades de maior rentabilidade econômica aos agentes do capital. Segundo Santos (2006) esse processo cria

³⁴ Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) tinha como atribuição executar obras de drenagem, irrigação e defesa contra enchentes em cooperação com governos estaduais, governos municipais, do Distrito Federal e de Território e pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado.

uma hierarquia de lugares com níveis distintos de uso e transformação do espaço, o que define também a forma de agir das pessoas e das relações socioeconômicas. Isso é percebido até mesmo nos pescadores artesanais. Aparentemente pescadores de áreas ainda não urbanizadas parecem apresentar um vínculo maior de união e solidariedade coletiva, diferente de comunidades pesqueiras urbanas, que acredita-se já estarem mais envolvidas nas lógicas do mercado, como na negociação de terras e envolvimento em outras práticas laborais.

FIGURA 12 – REGIÃO DA PONTA DO POÇO E PONTAL II, EM PONTAL DO PARANÁ, COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA A ÁREA ANTIGA E ATUAL DE REALOCAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA LOCAL.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

Santos (2006) também aponta que há uma contradição nessas situações. O autor destaca que um aumento de investimento público em uma região (p.e. a construção de estrada Faixa de Infraestrutura para atender o Porto Pontal) poderá gerar um aumento do fluxo de mais-valia que atenderá alguns poucos grupos ou pessoas, enquanto a sociedade geral se descapitaliza e a vulnerabilidade ambiental cresce.

Já para as comunidades pesqueiras de Antonina, conforme Franco (2004) e Xavier (2013), os efeitos da atividade portuária se dão principalmente pela dragagem e pelo assoreamento de áreas estuarinas importantes para os pescadores. Conforme entrevista e conversas informais com integrantes da Colônia de Antonina, com a criação do Terminal da Ponta do Félix pontos de pesca deixaram de ser acessados pelos pescadores, alguns pela própria ausência do recurso no local e outros pelas restrições de acesso à antigos pesqueiros.

Por outro lado, importante destacar que em se tratando de atividades desse porte, todas as comunidades pesqueiras do litoral podem sofrer interferências na livre manutenção de seus territórios pesqueiros. A própria dragagem gera efeitos deletérios para toda atividade local, já que compromete a qualidade ambiental e os recursos que estão disponíveis para todos os pescadores. (CASTRO; ALMEIDA, 2012). Isso também pode ser verificado no relato de professor da UFPR Litoral com atuação na vila de Ponta Oeste, na Ilha do Mel, quando se referindo sobre os impactos do porto na vida das famílias locais:

o porto é uma ameaça (...) o Canal da Galheta mudou o regime de pesca deles, e nunca houve uma compensação dos pescadores (...) A Ponta Oeste relatou (...) o dia seguinte da dragagem (...) um monte de peixes de resto boiando (...) eles chamam de peixe foi decaptado (...) a gente foi busca o Ministério Público para relatar o impacto da dragagem a situação. (Entrevista n° 7).

Outro exemplo de problemas gerados pela atividade portuária-industrial são os efeitos de impactos agudos, como em grandes vazamentos de óleo, situações que são de risco constante para as atividades portuárias. Apenas neste início do século XXI três grandes acidentes ocorreram no litoral. Em 16 de fevereiro de 2001, devido fortes chuvas ocorridas na região litorânea, ocorreu o rompimento do oleoduto “Poliduto Olapa”, da Petrobrás, gerando um vazamento de 48,5 mil litros de óleo nas baías de Antonina e Paranaguá. Já 18 de outubro de 2001, o navio Norma, também da Petrobrás, bateu em uma pedra na entrada da baía de Paranaguá, provocando o vazamento de 392 mil litros de nafta, um produto altamente inflamável derivado do petróleo. E em 15 de novembro de 2004, o navio chileno Vicuña, que estava atracado para transporte de carga na Cattalini Terminais Marítimos Ltda., explodiu, matou dois tripulantes e despejou 291 mil litros de metanol, óleo diesel e óleo lubrificante na Baía de Paranaguá, que posteriormente se espalharam para outras regiões do litoral, impedindo a pesca em boa parte do litoral do Paraná por dois meses³⁵. As zonas do Complexo Estuarino de Paranaguá afetadas pelas manchas de óleo derivados da explosão do navio Vicuña podem ser observadas na FIGURA 13. Desastres como esses podem gerar implicações diretas sobre a territorialização dos pescadores, podendo provocar efeitos danosos na qualidade ambiental e consequentemente no declínio das capturas.

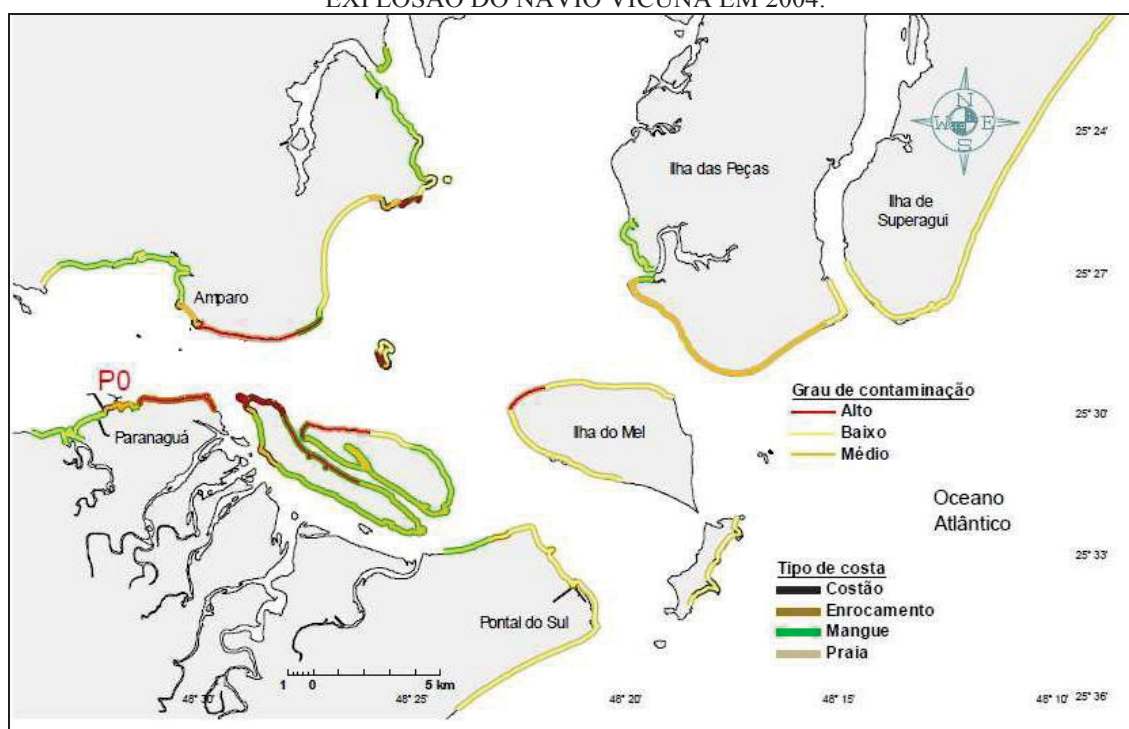
No caso dos impactos por contaminação ambiental, os impactos agudos e extremos são tidos como fatores mais claros de desterritorialização, contudo os impactos contínuos e de longo curso, difíceis de mensuração e estabelecimento de relação causa/efeito, também podem implicar na vulnerabilização de grupos mais dependentes do seu território e dos recursos. Os

³⁵ As informações sobre os desastres ambientais foram retiradas da reportagem da Gazeta do Povo (2014).

impactos crônicos e contínuos da atividade portuária, como o fluxo de navios, a eliminação sequencial de pequenas quantidades de poluentes na coluna d'água, a perda gradativa dos ambientes naturais, ou mesmo efeitos socioeconômicos da atividade, como o aumento da especulação imobiliária ou atração de empreendimentos paralelos para áreas distantes dos complexos portuários, podem prejudicar toda a atividade pesqueira local.

Assim, em resumo, os efeitos da atividade portuária-industrial sobre a pesca artesanal local podem ser diferenciados em duas linhas. Primeiro os efeitos diretos para os casos específicos mais próximos das instalações portuárias, e segundo os efeitos indiretos e/ou difusos, mais genéricos para grande parte da pesca do litoral.

FIGURA 13 – ZONAS DO CEP AFETADAS PELA CONTAMINAÇÃO DE ÓLEO NO CASO DE EXPLOÇÃO DO NAVIO VICUÑA EM 2004.

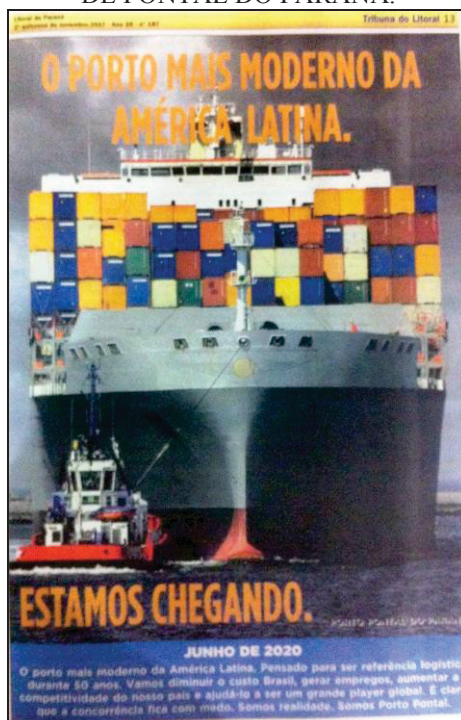


FONTE: Relatório Inicial do Navio Vicuña apud Azevedo (2016b).

Importante destacar que o processo de expansão das atividades portuárias e industriais no litoral do Paraná vem vinculado fortemente ao princípio ideológico-cultural do progresso como crescimento econômico, que vislumbra as populações locais pela esperança de melhores condições de vida por conta dos empregos gerados pelos empreendimentos, mas mascara os danos atribuídos a tal expansão. Isso é vinculado em diversas reportagens da mídia local (GAZETA DO POVO, 2015 a,b,c,d,e), onde é apresentada a expansão da atividade como um ponto unicamente positivo, sem se destacar o seu ônus. Essa constatação também é observada em diversos folhetos, folders e demais propagandas em jornais de baixa circulação

de empresas ou de grupos que representam os investidores nos municípios do litoral (FIGURA 14), apresentando a expansão portuária-industrial como a única solução para a falta de alternativas de renda no cenário local e para o desinteresse do Estado no desenvolvimento da região.

FIGURA 14 – EXEMPLO DE PROPAGANDA DA CHEGADA DO NOVO PORTO EM JORNAL LOCAL DE PONTAL DO PARANÁ.



FONTE: Tribuna do Litoral (s/n).

Essa atitude faz com que a população local seja levada a “comprar” a ideia dos empreendimentos, se tornando em grande maioria contrária a posições críticas desse modelo desenvolvimentista gerador de injustiças. Esse posicionamento acaba sendo adotado até por pescadores artesanais, que são levados a pensar dessa maneira por uma relação estratégica da chantagem locacional dos grandes empreendimentos, frente a um cenário de precarização e falta de emprego dos municípios litorâneos. Conversas informais com pesquisadores com atuação no município de Pontal do Paraná apontaram nesse sentido. Isso também foi observado em entrevista com liderança da pesca de Matinhos, onde o entrevistado reclamava da perda de território relacionado à criação de uma unidade de conservação de proteção integral, mas não demonstrou a percepção do alto risco para pesca na implantação de uma unidade produtiva intensa para a atividade portuária-industrial, no caso o Porto Ponta, “*Por mais que seja em Pontal (...) ajuda né!* [falando da geração de emprego e renda para pescadores de Matinhos]” (Entrevista nº 6).

Quanto às resistências, foi observada uma ação civil pública, organizada principalmente pela Associação Caiçara de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná³⁶ e por demais grupos de representação da pesca artesanal desvinculados das colônias locais, que solicita medidas reparadoras, devido os impactos gerados pela dragagem de manutenção e aprofundamento do canal de acesso aos Portos de Paranaguá e Antonina. O grupo alega que não foram adotadas medidas efetivas de mitigação e compensação dos danos ambientais decorrentes da atividade. A ação é contra a APPA e demais órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental da dragagem do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Segundo reportagem da Folha de Pontal do Paraná (2013), o processo conta com a assinatura de aproximadamente 3 mil pescadores de Paranaguá, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná.

Ligada aos problemas da dragagem para a pesca artesanal de Paranaguá, foi levantada a realização de manifestação por pescadores da Vila da Valadares e da Vila Guarani. Conforme informações de líderes da pesca de Paranaguá, vinculados às associações locais, diversas embarcações pesqueiras foram até a região dragada e paralisaram os motores, impedindo a operação das dragas. A manifestação descrita pelos entrevistados ocorreu no ano de 2016, e serviu para reforçar a ação civil pública mencionada. Conforme verificado em reportagem do site do governo do estado do Paraná, a manifestação de 2016 não foi a primeira realizada pelos pescadores locais. Em abril de 2013 foi identificada uma reportagem, com uma nota do Porto de Paranaguá, sobre uma possível manifestação dos pescadores reclamando dos efeitos danosos da dragagem. (SEIL, 2013). A reportagem não apresenta quais foram as ações desenvolvidas pelos pescadores, mas deixa claro que a mobilização frente ao conflito deflagrado já tinha ocorrido em outros momentos. Da mesma maneira, essa não deve ser a última manifestação com essas características. Lideranças locais falaram do interesse em fazer outras mobilizações enfatizando reclamações e reivindicações frente aos problemas ambientais gerados pelas atividades portuárias na região.

Também foi levantada a ocorrência de diversas manifestações ligadas com a insatisfação dos pescadores frente aos grandes desastres ambientais ocorridos em Paranaguá, e ligados à atividade portuária, desde 2001³⁷. As manifestações são pela demora no julgamento e indicativos de casos de corrupção no desvio das verbas indenizatórias que deveriam ser dos pescadores afetados, mas também pela insatisfação com o dano ambiental e

³⁶ A referida associação foi fundada em 2009 por pescadores residentes da Ilha do Valadares, bairro de Paranaguá, e por um integrante de Curitiba, ligado a causas da área ambiental

³⁷ Apenas algumas poucas dessas ações foram analisadas individualmente, mais no sentido de entender a lógica do processo. Para caracterizar melhor as ações por danos ambientais geradas pelos grandes desastres ocorridos no litoral foram buscadas informações em reportagens, nas entrevistas e demais fontes de dados.

social causado aos pescadores artesanais. Mobilizações com essa característica, e em períodos similares, foram mencionadas pelo presidente da Colônia de Pesca de Paranaguá e por lideranças das associações locais descritas, o que aponta para atuação de diferentes atores vinculados à pesca artesanal em interesses similares, mas desarticulados entre si.

Em relação aos desastres também foi mencionado a realização de uma reunião pública, com os pescadores artesanais e autoridades públicas. Conforme os entrevistados, a audiência foi realizada em 2016 também no intuito de cobrar esclarecimentos sobre as indenizações, e sobre os casos de corrupção nessas situações. A reunião contou com presença de promotores de justiça, do deputado estadual Tadeu Veneri, lideranças da pesca e demais pescadores afetados.

Tanto as manifestações e as reuniões públicas, como as próprias ações judiciais são vistas aqui como formas de resistência da pesca artesanal na luta pelo seu território, já que reivindicam a aplicação de justiça frente as suas perdas. Pela via judicial a resistência se dá em milhares de ações individuais de pescadores, conduzidas por diferentes escritórios de advocacia, que vem cobrando indenizações frente aos danos ambientais. Por volta do ano de 2010, algumas indenizações foram fixadas em torno de R\$ 30.000,00 por pescador. O que se observou da convivência com determinadas comunidades de pesca, principalmente do litoral norte, é que o dinheiro ganho com as indenizações vem sendo revertido na reforma das casas, dando melhor condição de moradia para as famílias, e na aquisição de melhores embarcações e de apetrechos de pesca mais eficientes. Esses fatores podem ser considerados como determinantes para a permanência das famílias de pescadores em suas áreas tradicionalmente ocupadas, além de ser mais do que justo o pagamento pelas perdas geradas pelos impactos ambientais dos desastres descritos. Por outro lado, esses processos renderam entre os pescadores várias especulações de desvios de dinheiro por parte dos advogados, membros das colônias, que eram em grande parte articuladores dos pescadores com os advogados, e demais servidores públicos. Algumas dessas especulações de desvios das indenizações foram constatadas por uma operação do MPE-PR, que investigou irregularidades no pagamento dos pescadores afetados pelos desastres. (MPE-PR, 2014). Essa situação destaca a falta de uma articulação mais robusta dos pescadores, possibilitando a entrada de aproveitadores no caso, que vem com intuito de subtrair o direito de pessoas muitas vezes sem formação e de maior vulnerabilidade social. Essa situação legitima a proposta das associações de pescadores descritas anteriormente que estão sendo criadas e/ou regularizadas em Paranaguá.

O MPF e MPE-PR também atuaram numa ação que vai no sentido de apoio à manutenção dos territórios da pesca artesanal. Em 2011, uma ação civil pública desses órgãos

suspendeu a instalação da empresa Subsea 7, envolvida com serviços de apoio e construção de peças à indústria petrolífera, em uma região de manguezal de Pontal do Paraná. A ação contra a empresa se apresenta como importante para a garantia do território pesqueiro pelo fato de resguardar uma área de 45 hectares de manguezais próxima ao Rio Boguaçu, que seriam desmatados para a construção das instalações. A ação barrou a entrada da empresa, que até então não havia proposto a ocupação de outra região no litoral.

Por fim, a própria criação de organizações coletivas, como a Associação Caiçara, é vista como uma forma de resistência frente às injustiças ambientais e a melhora na representação da classe. Por exemplo, um dos objetivos mais claros da associação mencionada, além de se apresentar como entidade representativa das populações tradicionais caiçaras do litoral, é trabalhar em prol de medidas indenizatórias de comunidades pesqueiras afetadas por desastres ambientais. Dentro da mesma linha de atuação da Associação Caiçara, propondo ser uma entidade de representação dos pescadores artesanais do litoral e trabalhar em prol das comunidades pesqueiras afetadas por desastres ambientais, vem sendo criada a Associação de Pescadores do Litoral do Paraná, basicamente articulada por outra liderança da pesca de Paranaguá. Segundo essa liderança, a proposta da associação também é organizar o pescador do litoral para fugir das práticas das colônias que, segundo ele, em grande parte não representam os pescadores. A ideia do grupo é ter uma estrutura organizacional mais articulada para dar mais agilidade em possíveis processos futuros contra danos ambientais e/ou demais ações que necessitem de um posicionamento de um coletivo da pesca artesanal. A Associação de Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Bacia de Paranaguá (ANIME), fundada em agosto de 2016, também apresentou ação organizativa frente alguns problemas gerados pelo uso portuário do espaço local, principalmente os efeitos da dragagem. O grupo realizou algumas reuniões em 2017 para discutir os efeitos da dragagem na realidade local e tentar traçar ações reivindicativas. Outra atuação no mesmo sentido observada é a de interesse de retomada das atividades da Associação de Moradores da Vila Becker, vila afetada diretamente pelos efeitos da atividade portuária. Conforme entrevista feita com uma de suas lideranças, o interesse na retomada das atividades é ter mais condição no enfrentamento das injustiças e resolução dos conflitos. O caso dessa última associação e localidade será apresentado em detalhes nas seções seguintes deste trabalho.

4.4. O Uso do Espaço Local para a Construção de Obras de Infraestrutura Pública: o Histórico das Obras Analisadas, os Conflitos e Injustiças Ambientais Envolvendo a Pesca Artesanal e as Resistências dos Pescadores Artesanais

As obras de infraestrutura não constituem, em si mesmas, um setor econômico fim, mas está associado aos demais processos de produção espacial, particularmente nas áreas urbanas ou em função delas. Essas seguem as ondas de desenvolvimento ligadas aos usos descritos anteriormente, podendo principalmente ser consequência da atividade portuária/industrial ou do uso balneário e turístico. Porém, essas obras, em geral mediadas pelo poder público, costumam resultar em impactos substantivos sobre o meio e sobre as comunidades. Por isso são aqui destacadas, em si, como uma das formas de produção do espaço.

Para descrever os efeitos dessa forma de produção do espaço foram escolhidas algumas obras em que há possíveis efeitos diretos sobre a pesca artesanal, sendo elas: a Usina Hidroelétrica Parigot de Souza, em Antonina; uma captação de água no Rio Saí-Guaçu, em Guaratuba; e a construção da rodovia estadual ligando Paranaguá à Pontal Sul, obra que vem sendo conhecida como “Faixa de Infraestrutura de Pontal do Paraná”, e que se encontra em fase de licenciamento, sendo aprovada pelo COLIT³⁸ (Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense) em novembro de 2017.

Nessa seção, tanto na apresentação histórica como na descrição dos conflitos e injustiças, serão abordadas apenas as obras de infraestrutura pública onde se observou relações conflituosas diretas com a pesca artesanal. Acredita-se que uma descrição mais densa e extensa de toda a constituição e evolução das obras de infraestrutura pública do litoral seria desnecessária, e demasiadamente inviável, para este trabalho. Porém, aceita-se que toda obra de infraestrutura pode gerar efeitos sobre a realidade local, positivos e negativos, incluindo aí a pesca artesanal. Como por exemplo, a finalização da construção em 1968 do trecho de Curitiba para Paranaguá da BR-277, e subsequentemente sua duplicação 20 anos depois, o que facilitou e possibilitou o aumento de fluxos de carros de passeio e de caminhões, dando mais suporte para a potencialização do sistema portuário, e para a vinda de mais turistas e veranistas para a região. Mas, por outro lado, relativizando o papel das obras de infraestrutura públicas, consequentemente possibilitou um aumento na condição de comercialização de

³⁸ COLIT, órgão normativo de deliberação coletiva instituído pelo Decreto nº 4.605, de 26 de dezembro de 1984, e tem por objetivo a orientação da política referente às questões econômicas, sociais e ambientais, além da orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo na região do Litoral Paranaense. (COLIT, 2017).

pescados pelos pescadores, que melhoraram as condições de seus mercados de venda devido a maior circulação de potenciais clientes.

Em relação aos casos examinados, a Usina Hidroelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, da Copel (Companhia Paranaense de Energia), foi inaugurada na década de 1970, com potência de 260 MW, em Antonina, enquanto o reservatório está localizado no município de Campina Grande do Sul, região metropolitana de Curitiba. Para a construção da usina foram represadas por barragem as águas do Rio Capivari, localizado no primeiro planalto do estado do Paraná, a 830 metros acima do nível do mar. Da barragem as águas são desviadas para o Rio Cachoeira, no litoral. (COPEL, 2016). O fato é que, conforme integrante da Colônia de Antonina entrevistado para a pesquisa e de pescadores entrevistados em trabalhos anteriores (FRANCO, 2004; XAVIER, 2013), a usina vem aumentando o aporte de sedimentos no estuário, gerando assim o assoreamento de várias áreas da Baía de Antonina. O caso é destacado na fala do entrevistado:

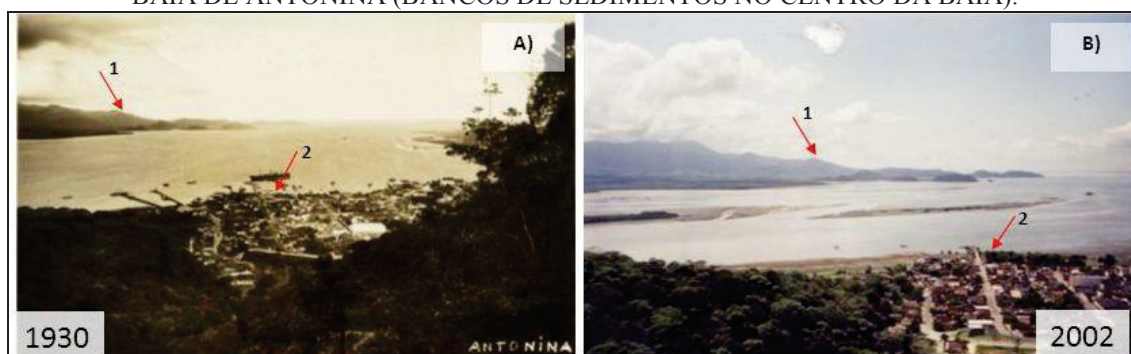
Assoreamento já é um problema de vários anos. É um problema que vai já perdura mais de 40 anos. E nunca a empresa que explora a usina, nunca fez uma medida para diminuir isso (...) e muito menos uma medida compensatória. Talvez ela achou que não tem culpa, mas tem. É claro que ela alega que não a única causadora, ela vai alega culpas naturais. Mas a gente conseguiu ter acesso a um trabalho, o próprio Lactec fez, contratado pelo Copel, que explora a usina (...) e o trabalho mostrou a parcela de culpa dela. O impacto na pesca foi bastante grande. (Entrevista n° 9).

Odreski et al. (2003) afirmam que a Baía de Antonina naturalmente apresenta tendência de assoreamento, mas a influência antrópica gerada pela construção da hidroelétrica citada anteriormente, somado ao intenso desmatamento entre as décadas de 1960 e 1980 nas regiões da cabeceira dos rios que deságuam no estuário, e as seguidas atividades de dragagem dos canais de navegação dos navios cargueiros e despejo dos sedimentos em áreas adjacentes, possivelmente aumentou o processo de assoreamento da baía. Paula (2010) também aponta que o assoreamento da Baía de Antonina está intensificando devido às ações antrópicas nas bacias hidrográficas, principalmente pelas alterações no uso da terra e pela operação da Usina Parigot de Souza. O autor destaca que o aumento percentual da deposição de sedimento na baía, devido às modificações de uso do solo, é da ordem de 77,9%; somando a esse valor a influência da usina, o percentual de deposição aumenta para 122,3%, mais do que o dobro da deposição natural de sedimentos no ambiente natural. Os efeitos de visuais de mudança na paisagem na Baía de Antonina, devido o excessivo assoreamento, podem ser observados na FIGURA 15. Entre as duas imagens, a letra A de 1930, e a letra B de 2002, se observa a

deposição de sedimentos no centro do estuário na imagem mais recente, formando até ilhas antes inexistentes.

Frente a essa situação, e após diversas tentativas de articulação da Colônia de Pesca de Antonina com a Copel, o órgão de representação da pesca artesanal citado resolveu entrar em 2010 com uma ação civil pública. A ação foi sugerida pelo escritório de advocacia Bahr, Neves & Mello, de Curitiba, que já tinha vínculo com a colônia por conta dos diversos processos de pescadores do município devido os grandes desastres ambientais ligados ao setor portuário ocorridos na região nos anos 2000. Conforme informação do integrante da colônia de Antonina, a Copel sempre negou a correlação do problema com a presença da Usina, por esse motivo foi entrado como uma ação judicial para reivindicar uma indenização aos pescadores pelos danos sofridos pelo assoreamento da Baía de Antonina e rios próximos, principais áreas de pesca dos pescadores da região.

FIGURA 15 – FOTOGRAFIAS DE 1930 (A) E 2002 (B) ILUSTRANDO O ASSOREAMENTO DA BAÍA DE ANTONINA (BANCOS DE SEDIMENTOS NO CENTRO DA BAÍA).



FONTE: ADEMADAM apud Paula (2010, p. 6).

Já em Guaratuba, especificamente no bairro da Barra do Saí, há uma situação *sui generis* ligada aos efeitos de assoreamento da desembocadura do Rio Saí-Guaçu, processo que dificulta a saída das embarcações para mar aberto, onde são desenvolvidas boa parte das práticas pesqueiras dos pescadores artesanais dessa região. Segundo conversas com uma liderança da pesca do local, tal assoreamento se intensificou em meados dos anos 2000, após a implantação da central de captação de água da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) na cabeceira do Rio Saí-Guaçu, o que tem modificado o aporte de água na microbacia. Além disso, segundo o pescador essa ação também tem gerado grandes mortandades de peixes devido lançamento de produtos para o tratamento da água. Conforme o pescador, a Sanepar nega a correlação dos fatos.

Contudo, diferente da situação de Antonina, onde há pesquisas para corroborar os danos, no caso de Guaratuba não foram encontradas investigações científicas sobre o caso.

Sabe-se que essas afirmações ligadas ao assoreamento gerado pela captação de água da Sanepar são meramente especulativas e que seriam necessários estudos detalhados para fortalecer essas possíveis correlações. Angulo (2000, p. 99) descreve a região da Barra do Saí como uma “área totalmente instável, onde a dinâmica litorânea e fluvial muda constantemente sua configuração”. Por outro lado, releva-se aqui a percepção da relação dos fatos destacados pelos pescadores como um fator a ser considerado na geração de impactos por uma determinada forma de uso do espaço local.

Assim como em Antonina, o órgão estatal foi procurado várias vezes pelos pescadores para esclarecimentos sobre os acontecimentos. Porém, este também negou correlação de fatos ligada aos impactos descritos, e em alguns momentos nem sequer abriram a possibilidade de articulação com os pescadores afetados ou a possibilidade de averiguação dos fatos.

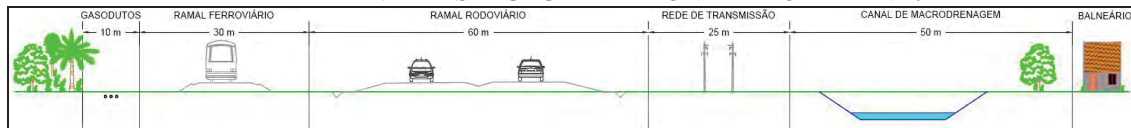
Até o momento a estratégia de resistência dos pescadores locais da Barra do Saí e, principalmente das lideranças locais, foi o início de uma articulação para estruturar uma associação. Esta vem sendo criada com intuito de garantir direitos da comunidade local, incluindo aí questões de ordem territorial. Conforme a liderança que encabeça o processo de criação, a ideia principal é ter uma associação constituída para poder cobrar melhoras nos serviços públicos básicos ofertados pelo poder público, como saúde, educação e segurança, assim como no enfrentamento do problema de assoreamento do canal sofrido pela comunidade.

O último caso analisado é a chamada Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná. A obra compreende uma rodovia, que fará a ligação Praia de Leste à Pontal do Sul, um canal de macrodrenagem, uma rede de transmissão elétrica, uma ferrovia, um gasoduto, uma tubulação de água e uma tubulação de esgoto. Juntos todos os ramais totalizam uma obra com mais de 175 m de largura (FIGURA 16), e 23,3 km de extensão. A localização do empreendimento é apontada no número 14 da FIGURA 10. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento (ENGEMIM, 2016), a obra será feita em duas etapas. Primeiro, será construída a rodovia e o canal de macrodrenagem, e num segundo momento os demais ramais.

A obra tem como propósito atender a ligação ao futuro Porto de Pontal e dar suporte para todo um possível complexo portuário e industrial na região da Ponta do Poço (ENGEMIM, 2016), que tende a atrair outros empreendimentos de grande porte e alto poder impactante para o cenário local. Os possíveis impactos dessa obra para a pesca artesanal estão relacionados aos efeitos sinérgicos na região, principalmente os impactos ligados às demais

instalações portuárias futuras. Essa obra é crucial para tornar a região da Ponta do Poço um verdadeiro complexo portuário, o que pode ocasionar danos irreversíveis para a manutenção dos territórios pesqueiros, principalmente de algumas comunidades de Pontal do Paraná, principalmente as vilas de Maciel e Pontal II.

FIGURA 16 – VISÃO PERIFÉRICA DE DISPOSIÇÃO DE CADA UM DOS RAMAIS DA OBRA FAIXA DE INFRAESTRUTURA EM PONTAL DO PARANÁ.



FONTE: ENGEMIM (2016).

Nesses casos as injustiças ambientais para com os pescadores artesanais estão na desconsideração da presença dessas populações nas fases de planejamento, execução e operação das obras, e na desproporção dos danos direcionados aos grupos pesqueiros. Essa situação vem sendo constada por Caldeira (*em pessoal*)³⁹, que vem avaliando a negligência com as comunidades pesqueiras artesanais nos estudos ambientais prévios de Pontal do Paraná, sendo um desses o EIA da Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná. O mesmo autor, em papel de morador do município de Pontal do Paraná, protocolou em janeiro de 2017 questionamentos ao EIA da Faixa de Infraestrutura. Alguns apontamentos feitos pelo autor destacam a desconsideração de possíveis impactos com a pesca artesanal local, e a falta de embasamento dos estudos que subsidiaram a análise dos impactos para a vida dos pescadores artesanais do município. Nesse caso, segundo Caldeira (*em pessoal*) a desconsideração também se apresenta por parte do poder público, no caso o município, que estrategicamente obscurece a existência de comunidades pesqueiras artesanais do Plano Diretor Municipal, visando facilitar a liberação da obra e a entrada das empresas portuárias.

Frente a essa situação, em 2016, o MPF e MPE-PR ajuizaram uma ação civil pública contra o município de Pontal do Paraná, o estado do Paraná e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná, solicitando a suspensão do Plano Diretor de Pontal do Paraná para a sua revisão, assim como sejam suspensos os decretos que legitimam a aprovação do plano. Uma das alegações dos procuradores é que sejam consideradas no Plano Diretor áreas ocupadas pela pesca artesanal do município, principalmente a comunidade de Maciel. Essa ação é considerada como uma ação pró territorialização da pesca artesanal frente

³⁹ O autor citado vem desenvolvendo a tese intitulada “Justiça ambiental, estratégias de resistência e desenvolvimento endógeno das comunidades pesqueiras de Pontal do Paraná”, no mesmo programa que está sendo realizado o presente trabalho. Ambas as pesquisas estão sendo feitas em parceria.

à construção da Faixa de Infraestrutura de Pontal do Paraná e ao futuro complexo portuário da região, já que o zoneamento que inviabiliza as comunidades pesqueiras locais, proposto pelo plano diretor do município, é visto aqui uma estratégia para facilitar a ocupação das empresas portuárias onde hoje existem pescadores artesanais. A ação foi ajuizada após uma recomendação Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos (CAOPJDH) sobre a violação dos direitos dos grupos de pescadores descritos.

Fato semelhante foi observado em Guaratuba, onde o MPE, através do CAOPJDH, identificou inconsistências na revisão do Plano Diretor do município, no que consta o reconhecimento de comunidades pesqueiras do interior da Baía de Guaratuba. O grupo emitiu recomendações onde apresenta a necessidade de um diagnóstico detalhado das comunidades tradicionais de Guaratuba, e que seja feita uma revisão do plano, propondo zonas especiais para essas comunidades, demarcando assim seus territórios. (MPE-PR, 2017).

Isso só destaca o grau de sistematização na desconsideração da presença das comunidades pesqueiras na região, e principalmente dos impactos que essa obra pode gerar na vida desses grupos, reforçando o cenário de fortes injustiças ambientais. Aceita-se que esse panorama deve ser semelhante para as outras obras analisadas.

Por fim, vale o destaque para a aceitação das benfeitorias dos empreendimentos aqui apresentados, que inclusive podem beneficiar – e já beneficiam no caso do fornecimento de energia e água tratada – os pescadores artesanais locais. Entretanto, o que se alega é que a disposição do ônus dessas obras não pode ser direcionada exclusivamente aos grupos dos pescadores artesanais e demais comunidades locais, como se descreve nos casos. Esses ônus têm de ser remediados e compensados pelas empresas, sendo elas privadas ou públicas, pois se trata de um prejuízo direcionado a um determinado segmento da sociedade que depende diretamente do ambiente natural para sua sobrevivência. Além disso, as obras visam atender em grande parte uma população e agentes externos, que não são fixos na região, sejam eles veranistas que se beneficiam do abastecimento de água, ou as empresas portuárias que se favoreceram com a construção da estrada em Pontal do Paraná. Assim, essas se fixam atuando como subsídio para os fluxos que modificam a realidade do lugar, mudando também a sua significação com o meio. (SANTOS, 2006).

4.5. A Pesca Industrial e a Competição Desigual pelos Recursos

4.5.1. *O Histórico e os Aspectos Gerais da Pesca Industrial Realizada no Litoral do Paraná*

A pesca industrial realizada no litoral do Paraná se dá tanto por unidades produtivas do próprio estado, concentradas principalmente no município de Guaratuba, e com algumas unidades em Paranaguá e Pontal do Paraná (ANDRIGUETTO-FILHO et al. 2006; CALDEIRA, 2009), como por unidades produtivas de outros estados, sobretudo de São Paulo e Santa Catarina, que vem pescar nas águas da plataforma costeira do litoral paranaense.

Segundo Andriguetto-Filho, Krul & Feitosa (2014), em relação aos estados vizinhos, a modernização e capitalização da pesca no litoral do Paraná ocorreu tardiamente, começando no final da década de 1970 e início da década de 1980. Para os autores, dois fatores foram cruciais para esse processo: a migração de pescadores de Santa Catarina para a região; e uma política extensionista, de cunho desenvolvimentista, implantada pelo órgão de extensão do estado (Emater⁴⁰), que segmentou a implantação de créditos em algumas regiões do litoral. Em 1979 a então Secretaria de Estado de Agricultura (SEAG) do Paraná lança o “Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca 1980/1985”. A Emater aparece como executora de grande maioria das ações. Em geral, as ações estão ligadas à tecnificação da pesca artesanal e ao associativismo e cooperativismo dos pescadores através de procedimentos já estabelecidos em outras instâncias. Ao longo de todo o texto do plano mencionado a pesca do litoral do Paraná – até então estritamente artesanal – é tratada como atrasada e ineficiente, e que ações desenvolvimentistas seriam necessárias para tecnificá-la e torná-la mais produtiva.

A estratégia de tecnificação da pesca artesanal brasileira já era de períodos anteriores, em 1974 a SUDEPE⁴¹ (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) já

⁴⁰ A EMATER foi criada em 1977, derivada de uma organização de utilidade pública denominada ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), que desenvolvia extensão rural no estado desde a década de 1950. A missão do órgão é “promover o desenvolvimento rural sustentável, coordenando, articulando e executando assistência técnica e extensão rural”, sendo suas principais ações institucionais operacionalizar políticas públicas estaduais, orientar os agricultores, aquicultores e pescadores em seus sistemas de produção, e articular e coordenar o Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER). (EMATER, 2017).

⁴¹ A SUDEPE era uma autarquia federal, criada em 1962, subordinada ao Ministério da Agricultura. O órgão tinha como incumbência: elaborar o PNDP e promover a sua execução; prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos de pesca; realizar estudos, em caráter, permanente, que visem à atualização das leis aplicáveis à pesca ou aos recursos pesqueiros, propondo as providências convenientes; aplicar no que couber, o Código de Pesca e a legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros; pronunciar-se sobre pedidos de financiamentos destinados à pesca formulados a entidade oficiais de crédito; coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira; e assistir aos pescadores na solução de seus problemas econômico-sociais.

implantava o seu III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP). (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014). Isso mostra que a tecnificação do setor se apresentou nesse período como uma ação estratégica dos governos federais e estaduais, que visavam o avanço desenvolvimentista do setor pesqueiro.

Assim, já em 1982 começam a aparecer no litoral do Paraná os primeiros barcos tangoneiros, com motores de aproximadamente 100 HP, custeados pelo programa de financiamento Propesca. Esse fato fez surgir os primeiros empresários da pesca do estado, inclusive a entrada na atividade de não pescadores que viram a possibilidade de um negócio de altos rendimentos. (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014). Em tom de exemplificação do nível de capitalização de uma unidade produtiva industrial, cita-se Caldeira & Pierri (2014), que em estudo no município de Pontal do Paraná, descrevem em detalhes a única unidade produtiva pesqueira industrial do município. Segundo os autores, em 2007, o empreendimento possuía um capital superior a R\$ 1.500.000,00, possuindo três embarcações arrasteiras de grande porte e uma peixaria com ampla infraestrutura (câmara fria, caminhão frigorífico, bancadas, etc.), onde comercializava sua produção e realizava a intermediação na venda de pescados.

Nas décadas de 1970 e 1980, a tecnificação pesqueira do litoral do estado gerou o aumento da produtividade, reduzindo o valor de mercado dos pescados e diminuindo a competitividade das unidades produtivas locais, majoritariamente da pesca artesanal⁴². Isso inicialmente comprometeu os rendimentos econômicos, desencadeou respostas de intensificação do esforço e busca de aumento da produtividade empreendida pelos pescadores artesanais da região. Além das mudanças nos equipamentos, como maiores e mais potentes embarcações, aumento na quantidade e nas dimensões das redes e o uso de guinchos para o arrasto de fundo, a busca por maior produtividade estimulou práticas potencialmente destrutivas, como a pesca intensiva em locais que costumam proporcionar maior rendimento, mas que possuem um papel chave para o funcionamento dos ecossistemas e renovação dos recursos, como regiões próximas à costa e proximidades de canais, ilhas, parceiros e costões. (CALDEIRA; PIERRI, 2014).

As políticas de fomento visando à modernização e à industrialização da atividade pesqueira no Brasil, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980, foram fundamentais para a

⁴² Esse processo ganhou força com a crescente oferta de produtos importados e com o crescimento da aquicultura nacional. Atualmente, entre os principais concorrentes dos produtos dos pescadores do litoral do Paraná estão aqueles oriundos da frota industrial de estados vizinhos (principalmente Santa Catarina e São Paulo), da carcinicultura do Nordeste e até mesmo de outros países, como o salmão chileno e o peixe-panga asiático. (CALDEIRA; PIERRI, 2014).

intensificação do esforço e a elevação da capacidade de subtração dos recursos pela pesca de grande escala, contribuindo para a sobreexploração dos recursos e para o acirramento da competição e dos conflitos com a pesca artesanal. (MARRUL-FILHO, 2003; HAIMOVICI et al., 2014). Além disso, essa lógica da tecnificação da pesca nacional também trazia com si um tom pejorativo sobre a pesca artesanal. Silva (1989) já destacava que o pescador artesanal era conceituado na literatura desenvolvimentista, com bases em teorias da modernização, como atrasados e ignorantes, e responsáveis pelo atraso do desenvolvimento da pesca no Brasil em relação a outros países e a outros setores da produção.

As políticas desenvolvimentistas da pesca desconsideraram um desenvolvimento endógeno da atividade, que possibilitasse melhores condições de vida para as famílias que vivem desta atividade. Como afirma Callou (2010, p. 45):

(...) foi de costas para essas culturas tradicionais que as políticas públicas foram elaboradas, historicamente, para desenvolver o setor pesqueiro brasileiro. A base de sustentação dessas políticas é a exploração econômica dos recursos naturais, a partir da modernização das atividades da pesca.

Essa realidade não foi diferente para o litoral do Paraná. Por não contemplarem a preocupação com a sustentabilidade ecológica e com a legalidade das práticas, ações promoveram padrões de uso ilegais e potencialmente destrutivos, contribuindo para que a pesca no litoral paranaense se transformasse em mais um elemento de degradação da base de recursos (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014; CALDEIRA; PIERRI, 2014) e de geração de conflitos e injustiças ambientais para as populações pesqueiras tradicionais frente as poucas unidades produtivas industriais do estado, e principalmente de estados vizinhos, que em muitos casos exploram os mesmos estoques pesqueiros utilizados pelas comunidades locais.

Dessa maneira, a pesca industrial realizada no litoral paranaense opera como um importante agente conflituoso para com a pesca artesanal local, já que compete diretamente pelos recursos móveis que são a base de sustentação da atividade artesanal. Por outro lado, diferente das outras formas hegemônicas de produção do espaço, como o uso portuário ou balneário, ela pouco interfere na diferenciação socioespacial, pois ainda é pouco representativa nos municípios do litoral. Os reflexos da atividade industrial sobre a pesca artesanal estarão mais ligados na relação que esta última tem com suas técnicas e com meio. Isso é visto pelo fato da pesca artesanal ter modificado suas práticas de captura, geralmente as intensificando ou modificando as áreas de pesca, devido à modificação e à intensificação na exploração dos estoques, que em muitos casos também são explorados pela pesca industrial.

4.5.2. *Os Conflitos e as Injustiças Ambientais e as Resistências dos Pescadores Artesanais*

Os conflitos entre a pesca artesanal e industrial se caracterizam por serem de duas ordens. Primeiramente um conflito distributivo, por haver uma apropriação desigual da base de recursos por parte da pesca de grande escala, e em segundo, um conflito territorial, pois há a disputa por acesso à espaços marinhos de pesca utilizados historicamente pelos pescadores artesanais locais, e que são tidos como áreas mais produtivas pelo setor. No caso das injustiças ambientais, geradas pela pesca industrial para com a pesca artesanal, podem ser vistas pelo comprometimento da base de recursos naturais, principalmente gerado pela captura excessiva do primeiro setor, potencializando ainda mais a escassez de recursos que afeta diretamente os grupos de pescadores artesanais; pela disputa desproporcional pelos recursos e pelo território; e por pressão política que condiciona em vantagens para atividade industrial na exploração da base natural e desconsideração pelo desenvolvimento dos pescadores artesanais.

A diminuição dos rendimentos obtidos com a atividade – o que pode ser potencializado pela atividade industrial – pode fazer com que pescadores abandonem a pesca. Isso tem sido relatado no litoral do Paraná para períodos específicos do ano quando há uma baixa nas capturas gerais (CALDEIRA; PIERRI, 2014), mas também pode ser considerado como fator determinante para o abandono permanente da atividade e até da mudança para outras regiões visando à busca por melhores condições de trabalho. Situação clara de desterritorialização.

Os efeitos deletérios da pesca industrial, oriundos da sobreexploração dos estoques pesqueiros, podem afetar todas as comunidades pesqueiras do litoral. Conforme Caldeira, Mafra & Malheiros (2016) para os pescadores locais a diminuição da disponibilidade de recursos e a degradação dos ecossistemas é causada por grandes embarcações dos estados vizinhos, principalmente Santa Catarina, estando esse processo entre as principais causas do declínio nos rendimentos da pesca artesanal na região. Muitos dos recursos capturados acima da capacidade de suporte na plataforma costeira podem ter interação direta com o ambiente estuarino, como por exemplo, espécies que utilizam do estuário para reprodução ou desova. Um recurso com essas características, capturado em excesso em mar aberto, tende a gerar consequências para todo o ecossistema local, inclusive para a disponibilidade do próprio recurso para a pesca nos ambientes estuarinos.

Contudo, as comunidades pesqueiras artesanais que mais vivenciam os conflitos com a pesca industrial na região são as que se encontram na costa litorânea e que desenvolvem sua

atividade na plataforma costeira rasa do estado. Andriguetto-Filho (1999) já relatava conflitos pela disputa dos recursos e espaço entre a pesca artesanal local com a pesca industrial. O autor faz menções desse problema para as comunidades de Brejatuba e Caieiras, em Guaratuba, no município de Matinhos, na comunidade de Barrancos, em Pontal do Paraná, Barra do Superagüi e Vila das Peças, em Guaraqueçaba.

Historicamente é comum haver relatos de pescadores dessas comunidades sobre momentos de intensificação desse conflito com a pesca industrial, havendo ameaças por parte dos pescadores das embarcações de grande porte, ou enfrentamento dos pescadores artesanais locais, fato que pode ser evidenciado em alguns trabalhos sobre a pesca artesanal dessas localidades. (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014; GUSSO et al., 2014; CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2016). Essa era uma das reclamações mais constantes dos pescadores artesanais locais que desenvolvem sua atividade na plataforma costeira. Entretanto, nos últimos anos, devido o sistema de fiscalização por satélite das embarcações industriais (PREPS – Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite), esse conflito parece ter diminuído, sendo ele um importante passo para o controle do uso das áreas da plataforma rasa aos pescadores artesanais. (MALHEIROS et al., 2009). Contudo, segundo informações de um analista ambiental do IBAMA com histórico de atuação no litoral do Paraná, o sistema vem sendo facilmente burlado pelos pescadores industriais, que conseguem pescar em áreas proibidas para suas embarcações, o que nos faz pensar que esta atividade continua sendo uma fonte de conflitos com a pesca artesanal local, não só pela disputa dos recursos, mas dos próprios espaços de uso.

Há também o relato de uma pesca mais tecnificada dentro da região estuarina de Paranaguá. Uma liderança da pesca do município entrevistada para a pesquisa, envolvido com grupos de pescadores artesanais estuarinos, relatou a existência de um conflito com a pesca de sardinha na região interna do estuário, prática proibida na região desde a década de 1970. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Segundo o entrevistado, essa atividade é desenvolvida com o uso de redes com mais de 250 braças, com malhas abaixo do permitido pela legislação e com uso de anilhas, em geral por pessoas mais capitalizadas que tem nessa atividade uma condição maior de capitalização. Conforme o entrevistado algumas unidades produtivas do Valadares, São Miguel e Amparo realizam a atividade. A possibilidade da existência desse tipo de pesca na região foi confirmada em uma conversada informal por um analista do IBAMA. A liderança da pesca de Paranaguá entrevistada destaca o conflito da seguinte maneira:

Tem essa sardinheira, é uma rede, que vai onde o cardume tá. Eles rodeiam. É uma rede com 12 braça de alto. Malhinha de sardinha, menor que a malhinha pra nós malhar. Ai eles cercam e vão puxando, tirando tudo (...) E sabe quem que é. Não é pescador. Estivador, arrumador, que é dono (...). (Entrevista nº 5).

Importante ressaltar que a competição com a pesca industrial, assim como os efeitos da sobrepesca dos recursos pesqueiros sobre a atividade artesanal, são aqui considerados como fatores cruciais para a desterritorialização de populações tradicionais ligadas à pesca. A condição de tecnificação da pesca industrial coloca o pescador artesanal em desvantagem, tanto pelo menor poder de captura, como pelas condições de preço de venda do pescado, que tendem a ser menores para os produtos da pesca industrial, já que suas capturas são maiores, comprometendo assim a comercialização realizada pela pesca artesanal. (MELLO, 1989).

Por outro lado, importante ressaltar que há também conflitos internos do setor, entre as distintas escalas da pesca artesanal. Um dos casos mais notórios é em relação à pesca de arrasto dentro dos estuários. Andriguetto-Filho et al. (2006) mencionam o caso onde houve negociação dos pescadores e órgãos de gestão da pesca artesanal, e em que os pescadores conseguiram as mudanças desejadas. O caso ocorreu no final da década de 1970, quando pescadores artesanais do ambiente estuarino reivindicaram, junto à SUDEPE, a proibição da pesca de arrasto nas baías do estado, prática que estava em fase de expansão local e ainda não tinha regulação definida pelo Estado. (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014). Essa ação contou com mobilizações das comunidades afetadas e com a participação das lideranças junto aos órgãos tomadores de decisão. A liderança da pesca do bairro do Valadares, que residiu grande parte da sua vida na vila de Almeida, em Guaraqueçaba, forneceu um depoimento sobre essa ação histórica:

(...) movimento para proibir pesca de arrasto na baía (...) o pessoal fez o movimento, foi encima da SUDEPE. E depois veio a lei que proibiu (...) antigamente tinha uma pessoa da comunidade que ele falava, “ta preso tua tarrafa” [falava para os pescadores locais que praticavam atos julgados como errados pela comunidade, como um fiscal local da comunidade reconhecido pelo próprio grupo local] (...) senhor mais velho, com autoridade (...) cada comunidade tinha a sua. Foi essas pessoas! (Entrevista nº 12).

Este fato da proibição da pesca de arrasto dentro dos estuários é também um caso claro da existência de conflitos internos na própria pesca artesanal, já que arrasteiros eram de comunidades vizinhas, principalmente Vila das Peças e Barra do Superagüi, que começaram a desenvolver a atividade a partir da década de 1970. (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014). Situação que destaca as clivagens internas do setor pesqueiro artesanal, e as insatisfações de cada um desses subsegmentos, semelhante ao o que apontam Andriguetto-

Filho, Krul & Feitosa (2014). Mas é também um relato da existência de ações de resistência frente às práticas mais tecnificadas do setor pesqueiro, o que também pode ser refletido com a pesca industrial.

Outra situação considerada como resistência da pesca artesanal frente à setores pesqueiros mais tecnificados é um caso do começo dos anos 2000, quando pescadores da orla se mobilizaram pela mudança da milhagem de proibição da pesca de arrasto para embarcações maiores de 10 TAB, restringindo a área de uso dessas embarcações para além da 1,5 milha náutica. (ANDRIGUETTO-FILHO et al. 2006).

Mais recentemente também vem sendo desenvolvido pela EMATER e pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) um possível registro da pesca de arrastão de praia de Pontal do Paraná como Patrimônio Imaterial do município e do estado do Paraná. Essa ação pode trazer mais valorização para atividade artesanal, lhe garantindo melhores condições frente à pesca industrial.

Além dessas, foram levantados em conversas informais apenas alguns enfrentamentos verbais frente à pesca industrial propriamente dita, isso quando essas embarcações passavam da área liberada. Não foi identificada nenhuma outra ação de resistência, como de enfrentamento mais direto, ou por via judicial, que limitou o acesso da pesca industrial às áreas usadas pela pesca artesanal. Entende-se que isso ocorra pelo fato do estado não possuir uma frota pesqueira industrial muito grande, como a de Santa Catarina. Assim, mesmo os pescadores desse estado vizinho tendo liberdade para vir pescar no mar territorial do Paraná, eles não operam como agentes fixos da realidade local, sendo visto apenas como fluxos que deixam suas consequências no ambiente local para a pesca artesanal do litoral.

4.6. A Conservação dos Recursos e dos Ecossistemas

4.6.1. *O Histórico e os Aspectos Gerais da Implantação da Ideologia Conservacionista no Litoral Paranaense*

Considera-se que as estratégias visando à proteção ou à conservação ambiental no litoral do Paraná se iniciam nos anos 1980. (RAYNAUT; ZANONI; LANA, 2002). As estratégias de conservação são implantadas por três vias: a restrição ao uso de espaços específicos através da criação de áreas protegidas ou unidades de conservação (UCs),

podendo ser essas mais ou menos restritivas; a sanção de leis ambientais de cunho preservacionista, nos níveis federal e estadual, que visam exclusivamente a manutenção dos recursos naturais em geral; e a criação de leis pesqueiras que, em sua maioria, regem normas restritivas em relação ao uso dos recursos e do espaço para a atividade pesqueira artesanal, sendo essas estruturadas por órgãos federais, com implicações em todo o território nacional ou exclusivamente no estado paranaense, e por órgãos estaduais, podendo ter implicação em todo o litoral do Paraná ou em áreas específicas do litoral.

Quatro órgãos ambientais estatais apresentaram papel importante na questão territorial que envolve a pesca artesanal no litoral paranaense: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde. Os três primeiros são instituições que atuam tanto a gestão como na fiscalização, já o último atua exclusivamente na fiscalização ambiental.

O IBAMA foi criado em 1989, e esteve mais presente no contexto da questão territorial da pesca até o ano de 2007, quando ainda era o responsável pela gestão das UCs federais. Em agosto de 2007, com a criação do ICMBio, o órgão ficou responsável por outras partes da gestão ambiental, como licenciamento ambiental, e legislação e fiscalização ambiental fora de UCs. Em relação à pesca, o órgão ainda possui atribuições de apoio à normatização de controle de uso dos recursos e do espaço, realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e demais ministérios responsáveis pelo quesito de desenvolvimento da atividade pesqueira (Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA ou Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), além do auxílio a demais instituições no processo de gestão da pesca. (IBAMA, 2017). O que se percebe no litoral, é que o IBAMA não é hoje um ator tão significativo nas esferas locais de debate que envolvem a pesca artesanal. Conforme informações de um servidor do órgão, em uma conversa informal realizada ao longo da pesquisa, a atuação do escritório de Paranaguá vem sendo mais nos processos de licenciamento ambiental de grandes obras no cenário local. Em relação à pesca a atuação fica a cargo do processo de fiscalização, principalmente pelo sistema PREPS, que fiscaliza grandes embarcações por satélite. Esses papéis ainda lhe dão uma posição crucial na questão territorial da pesca artesanal, seja na regulação da pesca de maior escala, ou na condução do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos que podem gerar impactos significativos para a atividade pesqueira artesanal.

Já o ICMBio apresenta um vínculo central com o tema do território pesqueiro, devido ser a atual instituição gestora das UCs federais, que na realidade do litoral paranaense são fonte de inúmeros conflitos com a pesca artesanal pela sobreposição aos territórios pesqueiros. O ICMBio apresenta missão de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental, considerando dentro disso o desenvolvimento das comunidades tradicionais vinculadas às UCs de uso sustentável. (ICMBIO, 2015).

Quanto ao IAP, o órgão é responsável pela gestão das UCs estaduais, se apresentando com um papel central na Ilha do Mel, principalmente no caso conflituoso da Ponta Oeste, e na Baía de Guaratuba, isso pela existência de algumas portaria pesqueiras restritivas exclusivas para esse ambiente. Conforme relato do professor da UFPR Litoral que desenvolve pesquisa na vila, o IAP se apresenta com uma postura de negação da existência e ancestralidade da vila. Segundo o entrevistado, conforme informações de alguns servidores do IAP, os moradores da Ponta Oeste seriam invasores daquele espaço. A postura do órgão ambiental do estado do Paraná é de falta de abertura para o diálogo com a comunidade local, assumindo um papel claro de agente de desterritorialização desta comunidade pesqueira. Posições parecidas ligadas ao órgão também foram observadas na criação de algumas normas de regulação da pesca, principalmente na Baía de Guaratuba. Conforme o presidente da Colônia de Pesca de Guaratuba, as medidas de regulação da atividade pesqueira na Baía de Guaratuba, por parte do IAP, vêm sendo ao longo dos últimos anos condicionadas para atender outras formas de uso dos recursos, como pesca esportiva e o turismo náutico, e não a manutenção dos recursos para a pesca artesanal. Outra função do IAP no cenário local é o de licenciamento ambiental para obras em que essa função não é de responsabilidade do IBAMA. Nesse contexto, da mesma forma que o órgão federal, o IAP pode funcionar como um ator que atua contra as ações de territorialização da pesca artesanal, já que pode permitir a instalação de empresas e demais empreendimentos que gerem conflito com a pesca local.

Algumas ONGs também desenvolveram atuação bem próxima da pesca artesanal ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000. Jardewski (2011) destaca o perfil de algumas dessas instituições que atuaram no cenário local, a grande maioria com perfil conservacionista. Dentre as analisadas pelo ator, a Mater Natura, a Associação Mar Brasil, a SPVS (Sociedade de Proteção à Vida Selvagem) e o IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas) apresentaram atuações junto à pesca artesanal. As atuações desses grupos regionalmente estão ligadas à projetos de geração de alternativas de renda para comunidades pesqueiras locais (como o incentivo à aquicultura no litoral norte, desenvolvido pelo IPÊ em 2002, ou o incentivo ao turismo de base comunitária e à meliponicultura, realizadas pela SPVS, desde

2007 e 2004, respectivamente, no litoral norte), monitoramento pesqueiro (realizado pelo IPÊ entre 2002 e 2009 no litoral norte e pela Mater Natura em 2010 e 2011 em todo o litoral) e demais contribuições pontuais para o processo de gestão da pesca (como os desenvolvidos no Projeto REBIMAR, da Mar Brasil). (JARDEWESKI, 2011; ARTEN, 2012). Contudo, paralelamente a essas ações, e levados como carro-chefe de atuação, todas as ONGs citadas desenvolveram projetos de cunho estritamente conservacionistas, seguindo seu perfil original, como destaca Jardeweski (2011). Esse fato gerou conflitos com parte dos pescadores artesanais do litoral pelas ações e características dessas instituições, que aparentemente foram interpretadas por determinados grupos de pescadores apenas pelas suas ações de conservação ambiental.

Em relação às unidades de conservação, em 2006, cerca de 82% do litoral paranaense estava dentro de alguma UC. (PIERRI et al., 2006). Atualmente são 38 unidades de conservação na região (QUADRO 10 e FIGURA 17). Fator crucial para constituição da paisagem local e para a diferenciação socioespacial da região litorânea paranaense.

As UCs são divididas em dois grandes grupos conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). (BRASIL, 2000). Elas podem ser unidades de Uso Sustentável, aquelas que permitem determinados tipos usos menos impactantes nas suas áreas de abrangência, como por exemplo, a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Guaraqueçaba e a APA Estadual de Guaratuba, ou de Proteção Integral, aquelas voltadas apenas para a preservação dos recursos e ecossistemas, que permitem apenas um uso indireto humano, como o turismo ou pesquisas, e que dentre as categorias presentes no litoral tem os Parques e as Estações Ecológicas (ESEC). A distribuição das unidades de uso sustentável e de proteção integral ao longo da região litorânea paranaense é apresentada na FIGURA 17.

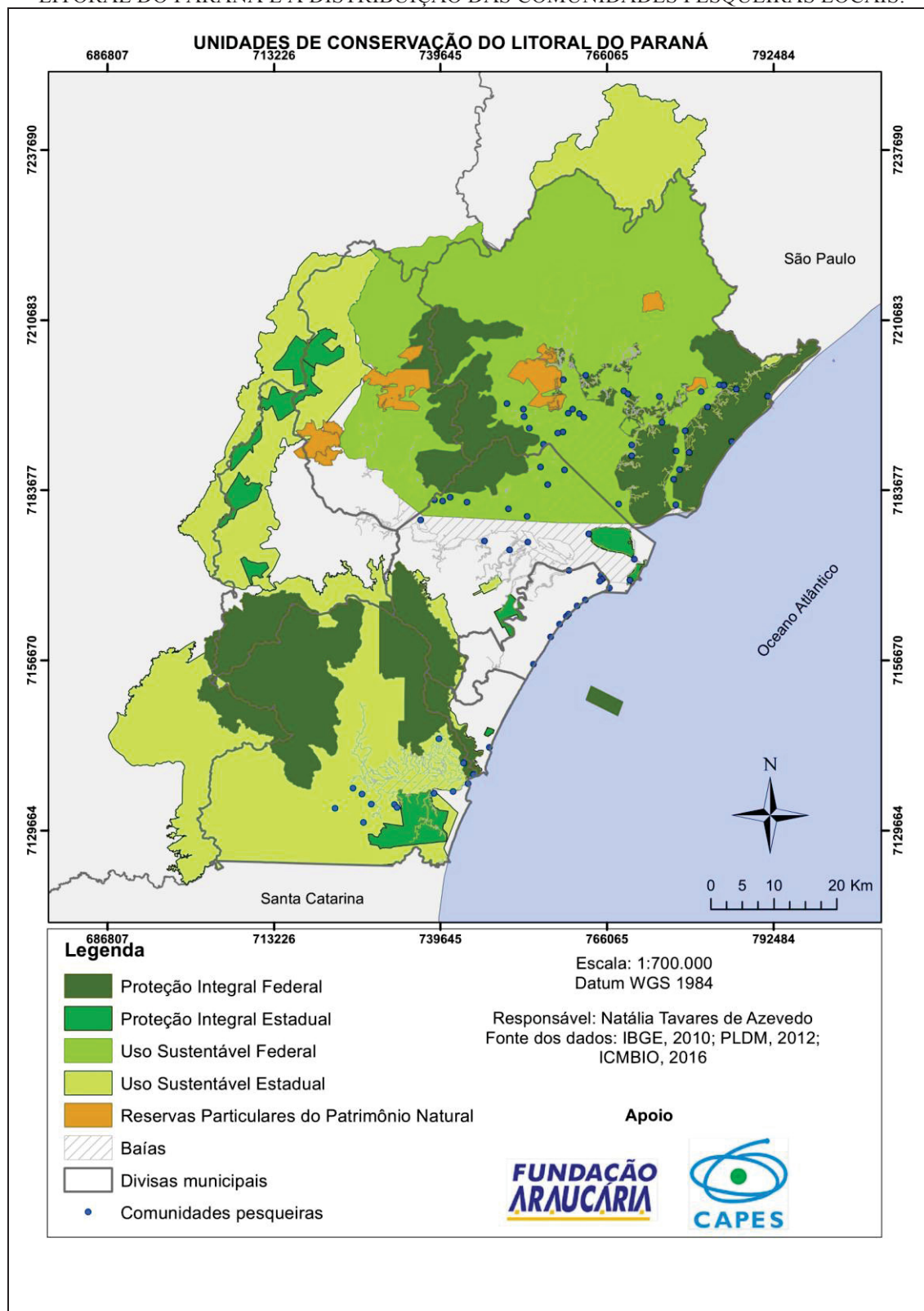
As comunidades pesqueiras, e demais comunidades tradicionais, presentes dentro das UCs de uso sustentável, ou que utilizam de algum recurso ou espaço de dentro da UC, tem o direito de realização das suas atividades básicas garantido pelo próprio SNUC, desde que respeitando as demais normas ambientais e pesqueiras. Por outro lado, a categoria de UCs de Proteção Integral, que são aquelas restritivas para o uso de recursos e para algumas práticas produtivas humanas que necessitam do uso do espaço, vem gerando inúmeros conflitos com comunidades pesqueiras locais.

QUADRO 10 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE, SUAS RESPECTIVAS CATEGORIAS, DATAS DE CRIAÇÃO E ÁREA.

	CATEGORIA E NOME DA UC	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (hectare)
UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	Estação Ecológica da Ilha do Mel	1982	23.253
	Estação Ecológica de Guaraqueçaba	1982	4.370,15
	Parque Nacional do Superagui	1989	33.988
	Parque Estadual da Graciosa	1990	1.147,6
	Parque Estadual Pico do Marumbi	1990	2.387,7
	Estação Ecológica do Guaraguaçu	1992	6.510
	Parque Estadual Roberto Ribas Lange	1994	2.801,9
	Parque Estadual do Pau Oco	1994	880,7
	Parque Natural Municipal do Rio Perequê	2001	24,86
	Parque Natural Municipal da Restinga	2001	407,51
	Parque Nacional Saint Hillaire/Lange	2001	25.126,4
	Parque Estadual do Boguaçu	2002	6.660,6
	Parque Estadual Pico do Paraná	2002	4.332,9
	Parque Estadual da Ilha do Mel	2002	395,2
	Reserva Biológica Bom Jesus	2012	34.179,74
	Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais	2013	1.359,70
	Parque Nacional Guaricana	2014	49.286,87
	Parque Natural da Lagoa do Parado	???	???
	Floresta Estadual do Palmito	2017	1.780
UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	Parque Florestal do Rio da Onça	1981	130,7
	Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi	1984	6.709,1
	APA Federal de Guaraqueçaba	1992	282.444
	APA Estadual de Guaratuba	1992	199.446,9
	RPPN Salto Morato	1994	819,18
	RPPN Reserva Ecológica de Sebuí	2000	400,78
	RPPN Sítio do Bananal	2002	28,84
	RPPN Reserva Natural Morro da Mina	2003	1.336,19
	RPPN Águas Belas	2004	508,20
	RPPN Reserva Natural Águas Belas	2004	508,20
	RPPN Vô Borges	2007	21,50
	RPPN Reserva Natural Rio Cachoeira	2007	4.292,88
	RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui	2007	3.526,87
	RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui 1	2007	392,37
	RPPN Perna do Pirata	2010	18,55
	RPPN Reserva da Pousada Graciosa	2011	17,33
	RPPN Reserva Natural Fazenda Santa Maria	2011	400,27
	RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II	2011	984,93
	RPPN Encantadas	2016	18,33

FONTE: Adaptado de Góes (2014).

FIGURA 17 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO POR CATEGORIA NO LITORAL DO PARANÁ E A DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS LOCAIS.



FONTE: Azevedo (2016b).

Importante destacar, que a gestão das unidades federais se dá na forma de conselhos gestores consultivos, que deliberam demandas de gestão ao ICMBio. Historicamente pode se

menção à atuação dos conselhos gestores das unidades de conservação do litoral norte do litoral do Paraná que, principalmente na década de 2000, tiveram atuação em resolução de conflitos e atendimento de algumas demandas dos pescadores da região. (MAYA et al., 2014).

Além da expansão na criação das UCs, a partir da década de 1980 se intensifica em nível nacional um arcabouço legal ambientalista⁴³ (JUNG, 2011) que, da mesma forma, direta ou indiretamente, restringe diversas práticas historicamente desenvolvidas pelas populações pesqueiras locais. A partir do mesmo período também são criados órgãos voltados exclusivamente para a função de fiscalização ambiental. Em nível federal o mais importante é o IBAMA. Importante frisar que esse padrão de conservação não se correlaciona a uma visão socioambientalista, que considera a presença de populações humanas no espaço conservado, e seus aspectos de desenvolvimento endógeno e inclusão social, mas mira seus esforços apenas na manutenção dos biomas, ecossistemas e recursos. (IRVING, 2010).

Paralelamente às demais estratégias de conservação já apresentadas, também se intensifica no final dos anos 1980 no Brasil uma política pesqueira também conservacionista e desbalanceada para com as escalas produtivas pesqueiras, que passou a visar exclusivamente à manutenção dos recursos explorados pela pesca artesanal via normas de controle. Conforme Dias-Neto (2010), após um período (de 1962 a 1989) de grandes investimentos em tecnificação do setor pesqueiro brasileiro, principalmente suplantado por políticas da SUDEPE, se deu um período de gestão ambiental do setor, quando a atividade passou para a jurisdição do IBAMA. Nessa fase o IBAMA definiu várias medidas de gestão favorecendo a recuperação de diversos estoques pesqueiros (DIAS-NETO, 2010). No litoral do Paraná é registrado um nítido aumento das normas de controle e da fiscalização da atividade pesqueira a partir da década de 1980. (ANDRIGUETTO-FILHO; KRUL; FEITOSA, 2014).

Nas fases seguintes (final da década de 1990 e ao longo do século XXI) da gestão pesqueira brasileira o que se viu foram constantes mudanças nas instâncias de gestão. Essas fases tiveram como característica principal uma divisão marcada nas competências ligadas ao setor, colocando de um lado os órgãos com propósitos desenvolvimentistas (primeiramente

⁴³ Dentre esse arcabouço legal ambientalista pode-se citar a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981); algumas regras já existentes, como as presentes no Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) – hoje substituído pelo Novo Código Florestal – que começam a ser de responsabilidade dos órgãos ambientais criados nesse período; a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998); a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006); a Portaria das Espécies Ameaçadas de Extinção (Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014), que engloba algumas espécies aquáticas capturadas pela pesca artesanal; e a própria Constituição Federal Brasileira de 1988, que incorpora a questão ambiental, colocando como direito fundamental de todos os cidadãos a proteção e qualidade ambiental na estrutura legal brasileira (art. 225, caput). Essas são apresentadas apenas como exemplificação, já que o arcabouço legal ambiental brasileiro é muito maior.

numa secretaria do MAPA, posteriormente criando o MPA, e por último dissolvendo o MPA e levando a atividade para uma secretaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MIDC) e, de outro lado, os órgãos de visão ambientalista-conservacionista (MMA e IBAMA). (DIAS-NETO, 2010; AZEVEDO; PIERRI, 2014). No meio desse debate está o pescador artesanal que, apesar de ter passado por diversas melhoras no período exposto, essas não foram suficientes para fortalecê-los e reverter o quadro de vulnerabilidade socioambiental em que vivem boa parte das comunidades, já que as ações realizadas pela gestão visavam o fortalecimento do setor pesqueiro e aquícola de grande escala e/ou a conservação dos recursos. (AZEVEDO; PIERRI, 2014).

No litoral do Paraná, um dos reflexos dessa conturbada gestão é a construção de um quadro normativo complexo, diverso em instituições demandantes (existem normas IBAMA, do IAP, do MMA e da SUDEPE), pouco difundido entre os pescadores artesanais e muitas vezes com uma linguagem pouco acessível aos usuários dos recursos. (CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2016). Segundo os autores citados, em 2009 eram 71 normas de restrição para a pesca artesanal (QUADRO 11), apresentadas em 30 instrumentos legais de nível federal e estadual, com abrangência nacional, estadual ou local à determinados pontos do litoral paranaense⁴⁴.

Dos 71 instrumentos levantados por Caldeira, Mafra & Malheiros (2016), 26 apresentam limites espaciais à pesca artesanal (QUADRO 11), e diretamente impõe restrições ao uso do seu território de pesca. Na FIGURA 18, FIGURA 19 e FIGURA 20 são apresentadas a espacialização das normas pesqueiras mapeadas por Malheiros et al. (2009). A FIGURA 18 apresenta os limites espaciais para a pesca de arrasto no litoral do Paraná, instituídos pela Instrução Normativa do MMA nº29, de 6 dezembro de 2004. A IN determina três proibições: proíbe a pesca de parelhas e a pesca de cerco (práticas desenvolvidas pela pesca industrial) a menos de 5 milhas da costa; proíbe a pesca de arrasto com portas por embarcações maiores de 10 TAB⁴⁵ a menos de 1,5 milha da costa; e proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto a menos de 1 milha da costa, o que inclui os pescadores artesanais que desenvolvem essa prática, como boa parte dos pescadores que vivem na faixa próxima à linha de costa do litoral.

⁴⁴ Aqui vale um adendo para justificar que se acredita que toda norma pesqueira gera limitações aos usuários dos recursos, podendo todas gerar efeitos significativos no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do pescador artesanal. Entretanto, nesta pesquisa, como uma opção de recorte para a análise, quando tratado as consequências da legislação pesqueira sobre o território da pesca artesanal, será considerado apenas as normas de pesca com efeito de limitação espacial. Eventualmente, pode ser citado outros casos mais notórios onde se observou estratégias de resistência significativas para realidade.

⁴⁵ Tonelagem de arqueação bruta.

QUADRO 11 – QUANTIDADE DE NORMAS DE PESCA VIGENTES PARA O LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2009, DE ACORDO COM O TIPO DE RESTRIÇÃO.

TIPO DE RESTRIÇÃO	QUANTIDADE
Defesos	9
Proibição de captura de determinadas espécies	7
Tamanhos mínimos e máximos de sp. Capturada	10
Limites espaciais	26
Apetrechos e procedimentos de pesca	19
Total	71

FONTE: Caldeira, Mafra & Malheiros (2016).

O que consta na bibliografia local é que para o estabelecimento da normativa de criação das milhas houve participação de grupos de pescadores locais que apoiam a normativa no sentido de afastar a pesca industrial da costa local. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). A liderança da pesca de Ipanema apontou essa posição na entrevista feita:

Existia a preservação de uma faixa na costa, mas não era fiscalizado. É uma milha para não poder arrastar (...) Eu concordo, plenamente. Eu sempre fui um defensor. Cacei encrenca com parceiros. Encrenca no bom sentido. Contrariando (...). (Entrevista n° 27).

Entretanto, é comum escutar ao longo de toda região costeira reclamações dos pescadores sobre a limitação de uma milha para a pesca de arrasto artesanal. A justificativa é a de que o camarão-sete-barbas, principal alvo de captura da pesca de arrasto, se encontra próximo à costa, nas zonas mais rasas da plataforma continental, sendo quase inexistente além da primeira milha. Essa questão é exposta na fala do presidente da Colônia de Matinhos.

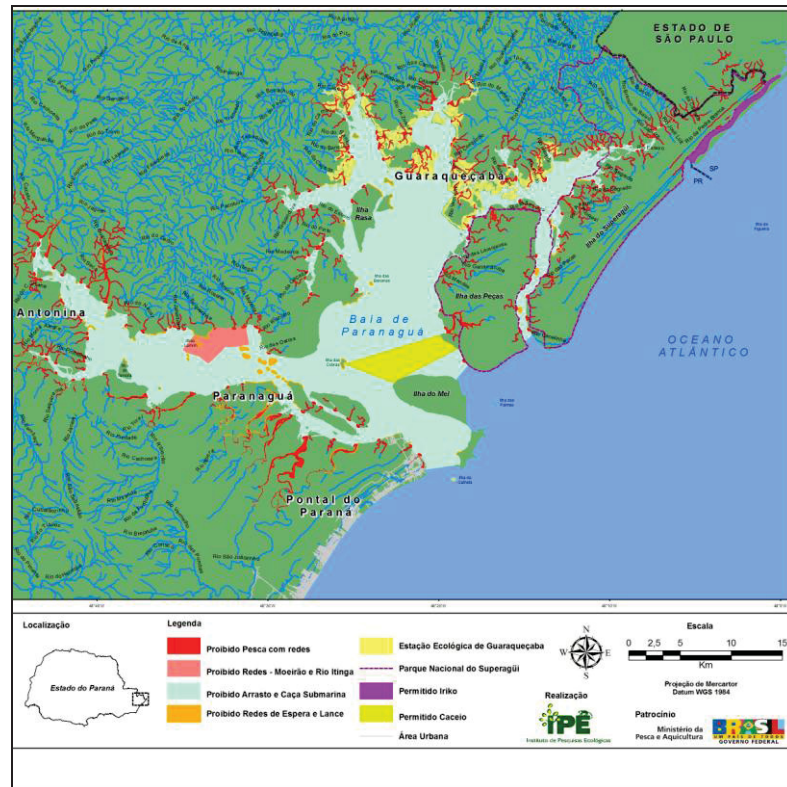
Tem a questão da milha, das milhagem do camarão. Houve uma proibição nessa questão das milhas, e não se há estudo e não se há retorno de que isso deu resultado. E nós continuamos a ter essa a proibição onde não tem camarão. Nós só podemos arrastar o camarão depois de uma milha, e depois de uma milha não tem. Não tem como produzi. O camarão tá pra dentro. Tinha que ter outro estudo para tentar reduzir isso, pra meia milha. (Entrevista n° 6).

FIGURA 18 – NORMAS DE PESCA EM MAR ABERTO E DESEMBOLCADURAS DE BAÍA COM RESTRIÇÃO ESPACIAL NO LITORAL DO PARANÁ.



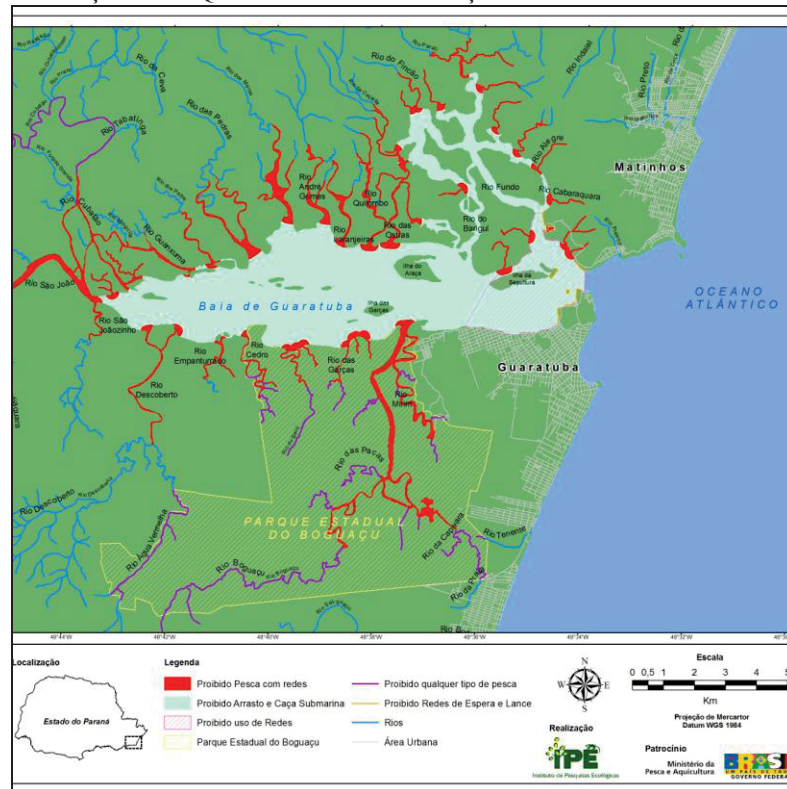
FONTE: Malheiros et al. (2009).

FIGURA 19 – LEGISLAÇÃO PESQUEIRA COM RESTRIÇÃO ESPACIAL DO COMPLEXO ESTUARINO DE PARANAGUÁ.



FONTE: Malheiros et al. (2009).

FIGURA 20 – LEGISLAÇÃO PESQUEIRA COM RESTRIÇÃO ESPACIAL DA BAÍA DE GUARATUBA.



FONTE: Malheiros et al. (2009).

O que se apresenta nesse caso é uma divergência de opiniões de diferentes grupos da pesca artesanal do litoral paranaense. Andriguetto-Filho, Krul & Feitosa (2014) abordam esse conflito interno da pesca artesanal local. Segundo os autores, o conflito ocorre entre os pescadores que desenvolvem a pesca de arrasto motorizada de camarão e pescadores que desenvolvem a pesca de emalhe por fundeio, pois a prática do arrasto compromete as redes fundeadas. A maioria dos pescadores se sente prejudicada, mas entende a necessidade de proteção das zonas rasas da plataforma costeira para os estoques pesqueiros. Contudo, as embarcações menores tendem a desrespeitar a norma da milhagem pela falta de alternativa, já que além da primeira milha os rendimentos de captura são insatisfatórios. Segundo ainda Andriguetto-Filho, Krul & Feitosa (2014) nos anos 1960 os capatazes de pesca zelavam pelo respeito da 1,5 milhas, e os pescadores defendiam esse espaço em benefício próprio contra as grandes embarcações. Entretanto, entende-se que o aumento da exploração de camarão-sete-barbas a partir da década de 1970 intensifica o uso da primeira milha, fazendo com esses tenham de explorar esse espaço onde se encontra o recurso alvo em questão. Caldeira & Pierri (2014) apontam também a diminuição dos rendimentos nas capturas e na comercialização, devido a alta competição no setor, como um fator condicionante da exploração de áreas importantes para a recomposição biológica, como as áreas rasas costeiras.

A clivagem de posicionamento interno da pesca artesanal local destaca dois pontos importantes para a presente análise. Primeiro a existência de divergências internas da pesca artesanal, devido à diferença de práticas antagônicas, o que pode comprometer ações de organização coletiva e de resistência. E segundo, é que mesmo a normativa limitando espacialmente o acesso das grandes embarcações industriais à costa local, esta ainda gera insatisfação por parte dos pescadores locais. A falta histórica de estudos e de monitoramento da atividade, principalmente sobre os efeitos da pesca artesanal no ambiente e nos estoques pesqueiros, e a correlação de impactos proporcional à pesca industrial, provavelmente potencializam essas insatisfações. Percebe-se aí a mão do Estado na gestão ambiental, privilegiando o princípio da precaução⁴⁶ nas políticas de conservação, enquanto negligencia uma política participativa da gestão da pesca.

Já nas FIGURA 19 e FIGURA 20 são apresentadas as demais normas de limites espaciais para as regiões estuarinas. Observando as figuras visualiza-se a diversidade de restrições espaciais a que são condicionados os pescadores artesanais que usam desses

⁴⁶ Princípio que reconhece “a necessidade e a legitimidade de não ter de esperar a certeza científica, para implementar ações de prevenção contra as ameaças ao meio ambiente” (BORSZTYN & BORSZTYN, 2012, p.192).

ambientes. Importante destacar que essas normas, assim como as existentes para o mar aberto, não são delimitadas espacialmente ao longo da paisagem, o que dificulta a visualização e localização do pescador durante a realização da sua prática. (CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2016).

Todo esse cenário com inúmeras unidades de conservação, sendo umas mais restritivas que outras, um quadro legal de ordem prioritariamente conservacionista da legislação ambiental e da legislação pesqueira, cria uma confusão na compreensão dos pescadores. É comum, conforme conversas informais com gestores ambientais locais, a ligação de todas as restrições ambientais existentes a mesma fonte. Nas regiões em que há UCs de proteção integral, como na Ilha do Superagüi, é atribuída todas as restrições ao parque nacional. Essa realidade também gera um conflito intenso, traduzido em constantes reclamações dos pescadores locais, para com as principais instâncias fiscalizadoras pesqueiras e ambientais da região, no caso o Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde (BPamb-FV), uma unidade especializada da Polícia Militar do Paraná, o IBAMA e o ICMBio.

Contudo, historicamente o que se apresenta é que a proteção natural supera o objetivo do desenvolvimento dos povos tradicionais nas ações do Estado localmente, constatações feitas principalmente pelas características das UCs locais existentes, em grande parte de Proteção Integral, incluindo aí as instituídas após a criação do ICMBio em 2007 (REBIO Bom Jesus, Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e Parque Nacional Guaricana). Isso pode ser observado também pela formação do quadro efetivo do ICMBio no litoral, formado em 2017 apenas por profissionais das ciências naturais (TABELA 5), grupo de profissionais da instituição que, conforme Menezes & Siena (2010), tende a se alinhar com correntes mais preservacionistas do ambientalismo. Mesmo alguns dos analistas tendo formação complementar em áreas acadêmicas mais interdisciplinares, a ausência de profissionais das ciências humanas e sociais, formados com fundamentos de base para entender e lidar com as relações humanas e conflitos sociais, com certeza gera um déficit na articulação do órgão com as comunidades tradicionais.

Além disso, o ICMBio carrega o peso de anos de medidas conservacionistas irrestritas na região desenvolvidas por outros órgãos ambientais, como o IBAMA e o IAP. Considera-se também que o histórico do ICMBio local, com origens no IBAMA, órgão de características estritamente ambiental, lhe dá uma posição ainda de viés preservacionista. Menezes & Siena (2010) apontam essa constatação da herança ideológica preservacionista do IBAMA ao ICMBio em análise na Amazônia Legal.

TABELA 5 – FORMAÇÃO DOS ANALISTAS AMBIENTAIS DO ICMBIO LOTADOS NO LITORAL DO PARANÁ NO ANO DE 2017.

FORMAÇÃO DOS ANALISTAS DO ICMBIO	Nº
Biologia	7
Engenharia Florestal	2
Engenharia Agrônômica	2
Química	1
Oceanografia	1
Geologia	1
TOTAL	14

FONTE: O autor (2018).

Dessa maneira, o órgão assume o papel de principal ator na representação da forma de uso do espaço local voltado para a conservação na região, por ser o órgão ambiental mais participante das esferas de gestão local que envolvem a pesca artesanal, e por estar envolvido em casos determinantes para estes grupos, como o do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e de toda a realidade do litoral norte paranaense. Nesta última região, o ICMBio ocupa um papel claro de principal “oponente” de embate de grupos de pescadores artesanais locais.

Por outro lado, conforme o ex-chefe do Parque Nacional do Superagüi, pela ausência das demais instâncias do Estado em determinadas regiões do litoral, como na porção norte, o ICMBio acaba assumindo demandas de outras instâncias, assumindo também a insatisfação da população local na ausência do Estado. Isso pode ser verificado na fala do entrevistado:

Uma coisa que tem de ser evidenciada é muito a ausência de todas instâncias de governo na área. Então o ICMBio acaba assumindo demandas de prefeitura, de Patrimônio da União, de governo do estado, de saúde, educação. Mais da metade da pauta dos conselhos [das UCs] locais sempre foram sociais, mais do que ambientais. E 25% socioambientais. 25% que são ambientais. Em cima de um trabalho que foi de pesquisa sobre a pauta dos conselhos. (Entrevista nº 18).

4.6.2. Os Conflitos e as Injustiças Ambientais Envolvendo a Pesca Artesanal e a Conservação Ambiental

A partir da exposição da seção anterior, assume-se que o arcabouço legal voltado para a conservação ambiental é uma das principais formas hegemônicas de produção do espaço com interferência no território pesqueiro, isso devido suas propostas preservacionistas, que muitas vezes desconsideram a existência de populações tradicionais que vivem em dependência direta do meio natural. Pode-se afirmar que as políticas de conservação implementadas no espaço local, caracterizadas pela sua diversidade de representações

práticas, exerce influência sobre todos os pescadores do litoral, gerando efeitos nas práticas e modos de vida de todas as comunidades pesqueiras da região. Contudo, algumas especificidades podem ser apontadas para determinados grupos de vilas e regiões, principalmente para casos mais notórios e conhecidos na literatura.

Os conflitos entre UCs e comunidades pesqueiras do litoral paranaense são bastante destacados na literatura. Um dos mais descritos está na região norte, principalmente relacionados ao Parque Nacional do Superagüi, à Estação Ecológica de Guaraqueçaba e à Estação Ecológica da Ilha do Mel. (VIVEKANANDA, 2001; BAZZO, 2010; 2011; BETTI, 2014; HARDER, 2014; MOURA, 2016). As duas últimas estão entre as primeiras UCs criadas na década de 1980 no litoral (QUADRO 10). Uma das situações mais estudadas é a do Parque Nacional do Superagüi, UC de proteção integral criada em 1989, ampliada em 1997, e que compreende a Ilha do Superagüi, Ilha das Peças, Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho, parte do Canal do Varadouro e uma parte continental do Vale do Rio dos Patos, no extremo norte do litoral, na região de divisa entre os estados do Paraná e São Paulo. A área é historicamente território da pesca artesanal – pelo menos desde a formação das comunidades pesqueiras locais em meados do século XIX, como aponta Miguel (1997). Nos atos de criação e ampliação do parque algumas comunidades ficaram dentro dos limites da unidade, dentre elas a Barra da Ararapira, Barbados, Canudal e Vila Fátima, e outras ficaram a margem da UC, mas tendo áreas de uso inseridas na unidade de proteção integral, sendo as principais a Vila da Barra do Superagüi, Vila das Peças, Guapicum, Tibicanga e Bertioga. Essa sobreposição da unidade sobre as áreas de uso e ocupação dos pescadores gerou um conflito histórico entre os órgãos ambientais e as populações locais.

Outro conflito bem registrado entre unidade de conservação de proteção integral e pescadores artesanais se dá na Ilha do Mel, mais especificamente na comunidade da Ponta Oeste, que teve a Estação Ecológica da Ilha do Mel criada sobre seu território em 1982. Na década de 1980 a Ponta Oeste tinha 211 moradores, era a vila mais populosa da Ilha do Mel, sendo um terço da população da ilha naquele período, possuía 43 edificações, sendo uma escola e 2 igrejas. (PARANÁ, 2012; MOURA, 2016). Nos dias de hoje a coletividade da Ponta Oeste é constituída por aproximadamente 20 pessoas, cuja faixa etária média no ano de 2011 era em torno dos 60 anos. (HARDER, 2014). Os dados mostram uma população que está envelhecendo, e não se renovando, tendenciando assim um possível fim da comunidade num futuro próximo. As pressões sofridas pela comunidade da Ponta Oeste desde a criação da UC são enormes. As restrições a que foram submetidos os seus membros, dentre elas as ameaças dos gestores e fiscais, as autuações, o fechamento da escola e da zona eleitoral

existente no local, e a própria pressão estabelecida pela existência de uma área ambiental super restritiva em seu território, fez com que boa parte da população forçosamente migrasse para outras vilas da Ilha do Mel ou para a região central de Paranaguá. (PARANÁ, 2012; HARDER, 2014). Segundo Athayde & Tomaz (1995) e Harder (2014) na época de criação da estação ecológica, as pessoas que residiam na comunidade já haviam sido orientadas por parte do órgão estadual responsável pela unidade na época (ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas) para a mudança de algumas residências que se localizavam dentro da área compreendida pela Estação Ecológica. Segundo Harder (2014), em 1986 o ITCF elaborou uma “Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel”, e curiosamente não é relatada a presença da Ponta Oeste como uma vila de moradores. Esses fatos indicam uma estratégia de ocultamento e invisibilização e o planejamento de exclusão da vila de seu território tradicional por parte do Estado, fato que somado às dificuldades cotidianas da vida dos pescadores potencializa o interesse dos moradores locais em abandonar seu território tradicional.

Conforme Harder (2014) a criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel ocorreu às pressas, sem estudos sobre sua pertinência e viabilidade, e sem realizar consulta prévia aos moradores da Ponta Oeste. Isso ocorreu em outras situações de criação de UCs em áreas de uso de pescadores artesanais na região. Esse tipo de reclamação por parte das populações pesqueiras locais é cotidiana nos casos em que há sobreposição de UCs em territórios da pesca artesanal. Nas comunidades próximas ao Parque Nacional do Superagüi essas reclamações são muito comuns por parte dos pescadores (BAZZO, 2010; 2011; BETTI, 2014).

A partir do ano 2000, com a promulgação do SNUC, ficou definida a necessidade da realização de consultas públicas prévias para a criação de unidades de conservação. Entretanto, em algumas situações isso continua não sendo concretizado. Conforme o presidente da Colônia de Matinhos entrevistado para a pesquisa, a criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, em 2013, não passou por um processo legítimo de consulta pública, e estabeleceu um espaço de restrição em uma área de pesca da orla oceânica. Costa (2016) descreve o processo de implantação de UC e os problemas que se transcorreram durante a efetivação dessa unidade, dentre eles a ausência de participação dos atores locais nas etapas iniciais de criação do parque.

Sem sombra de dúvidas, as Ilhas dos Currais, inseridas dentro da unidade, são um importante espaço para a conservação da biodiversidade local, fator crucial para a pesca em geral que depende da renovação e qualidade dos recursos. Entretanto, a falta de diálogo para a

criação das ações conservacionistas e as regulamentações desproporcionais entre a pesca artesanal e a pesca industrial, geram uma revolta dos pescadores artesanais frente às estratégias de conservação, lhes colocando longe dessa forma de uso do espaço local tão importante para a manutenção da prática pesqueira.

São também diversas as situações conflituosas de normas pesqueiras que limitam o uso do espaço. O QUADRO 12 apresenta alguns exemplos. Além do excesso de restrições, um ponto importante a se destacar é a falta de participação na criação das normas. Até há o registro de participação dos pescadores na criação de algumas, como no caso dos limites espaciais para a pesca de parelhas e para o cerco em mar aberto (IN do MMA n. 29, de 6 de dezembro de 2004), ou no caso do defeso da pesca de camarões nas baías (Portaria do IBAMA n. 133-N, de 8 de dezembro de 1994 – válida para o Estado do Paraná). (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Contudo, isso é uma exceção para a realidade local, que muitas vezes não consegue compreender a opinião da maioria dos usuários dos recursos. Em grande parte dos casos a participação é condicionada à colônia, e como em alguns municípios essas não são tidas como agentes de representação legítimos por muitos pescadores locais – conforme observado em conversas com vários pescadores e pesquisadores da região – acaba não ocorrendo uma participação legítima e efetiva da maioria dos usuários nas discussões. Assim, em geral as normas e ações preservacionistas são impostas aos pescadores artesanais.

QUADRO 12 – ALGUMAS NORMAS PESQUEIRAS COM DELIMITAÇÃO ESPACIAL E OS CONFLITOS DESENCADEADOS PARA A PESCA ARTESANAL DEVIDO OS ATOS RESTRITIVOS.

Legislação pesqueira	Comunidades afetadas	Restrições geradoras do conflito	Descrição do conflito
IN do MMA n. 29, de 6 de dezembro de 2004	Todas as comunidades da orla oceânica (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) que realizam a pesca de arrasto.	- Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto com portas a menos de uma milha náutica da costa.	- Os pescadores falam que é impossível realizar a pesca de arrasto artesanal além de uma milha, pois o camarão-sete-barbas se concentra nesse espaço.
Portaria do IAP n. 85, de junho de 2009	Todas as comunidades da orla oceânica e estuarina que realizam a pesca de emalhe por prática de fundeio.	- Proíbe a colocação de redes de espera partindo da praia sentido oceano e estabelece o limite mínimo de meia milha náutica a partir da praia, para a colocação de redes de pesca.	- A norma limita o uso de redes do tipo feiteira nas regiões entre-marés de praias estuarinas e oceânicas, prática importante para a renda e subsistência de muitos pescadores desprovidos de embarcação.
Portaria Interministerial do MPA e MMA do n. 4, de 14 maio de 2015	- Pescadores que pescam em regiões de desembocadura (Pontal do Sul, Matinhos e algumas vilas de Guaraqueçaba).	- Proíbe de 15 de março a 15 de setembro todas as práticas de pesca realizadas nas desembocaduras estuarinas-lagunares das regiões Sul/Sudeste.	- A norma proíbe a prática da pesca de arrastão de praia, tradicionalmente realizada para a captura da tainha durante a sua safra (PINHEIRO <i>et al.</i> , 2009; 2010), além de colocar em risco a segurança econômica e alimentar de várias famílias, a norma pode comprometer um patrimônio cultural da região.
Portaria IAP n° 115, de 02 de julho de 2007	- Pescadores que pescam na Baía de Guaratuba	- Proíbe a pesca com redes de quaisquer tipos em uma área da desembocadura da Baía de Guaratuba (FIGURA 20).	- Limita a prática pesqueira em uma área extensa e de desembocadura da Baía de Guaratuba.
Portaria IBAMA n° 102-N de 24 de setembro de 1992	- Vilas do interior da Baía de Paranaguá (Ilha do Teixeira, Europinha, Nácar, Eufrazina, Amparo e São Miguel)	- Proíbe redes de pesca entre as regiões do Moirão e o Rio Itinga (FIGURA 19).	- Limita a pesca em áreas importantes para algumas comunidades.
Portaria do IBAMA n.12, de 20 de março de 2003	- Todo o litoral do Paraná	- Proíbe a pesca num raio de 200 m das zonas de confluência dos rios com os estuários. - Limita diversas práticas realizadas pelos pescadores no litoral do Paraná, dentre elas a pesca de cerco ⁴⁷ e a de iriko, práticas tradicionais de algumas comunidades do CEP.	- A pesca restringe a captura em uma região importante para alguns grupos de pescadores, como os de Antonina, que dependem da pesca nos rios que deságuam no estuário, e além de proibir práticas historicamente realizadas, como as descritas.

Fonte: Baseado em Caldeira, Mafra & Malheiros (2016) e na pesquisa de campo.

⁴⁷ A portaria não proíbe expressa e taxativamente a pesca tradicional de cerco-fixo, mas de forma implícita, e segundo a Defensoria Pública do estado, de forma inconstitucional a prática. A norma não diz que é proibida a prática, mas fala que as práticas não descritas na norma estão proibidas.

A falta de articulação entre os órgãos ambientais, assim como o próprio histórico de sobreposição de funções e de normas reguladoras, também se apresenta como barreira na consolidação dos territórios pesqueiros. Essa questão fica clara no caso da Portaria do IBAMA nº12, de 20 de março de 2003, que regula boa parte das práticas de pesca estuarinas no litoral do Paraná (QUADRO 12). O fato é que a portaria opera de maneira contrária à regulação normativa, ao invés de proibir determinadas práticas, ela libera algumas e proíbe as demais. Este ato, segundo defensor público estadual entrevistado, se apresenta como inconstitucional. O principal conflito de interesses em relação à norma regulatória está na proibição da pesca de cerco-fixo, prática historicamente desenvolvida por pescadores da região estuarina de Guaraqueçaba. Segundo informantes ligados à pesca da região, após a proibição a pesca começou a ser fiscalizada e coibida pelos agentes de fiscalização. A desarticulação entre os órgãos se apresenta na condição de responsabilização atual pela norma e na perspectiva de melhorá-la a partir de um diálogo. O ICMBio diz que a portaria não é do órgão e não é responsável pela pesca. Já o IBAMA relata que a norma é do órgão, mas que foi criada ainda quando ele assumia o papel de gestão das UCs federais e era responsável pelas áreas correlatas, sendo necessário uma posição do ICMBio sobre o caso, atual gestor das áreas de influência para o caso. Ou seja, um claro sinal da desconsideração do Estado com a estrutura da gestão pesqueira ambiental local, e com as populações tradicionais e suas práticas tradicionalmente desenvolvidas. O relato da situação é expresso na fala do defensor público entrevistado:

(...) a questão do cerco tem a Portaria 12, que lista algumas práticas. Ai o IBAMA entende que o cerco não é mencionado, o cerco então é proibido. A portaria é do IBAMA (...) ai a gente falou com o ICMBio, que entende que não é proibido, mas ai o ICMBio dentro da sua área não tem a coragem de editar uma portaria regulamentando (...) Nós tivemos vários órgãos ambientais (...) foram mudando (...) antes era só IBAMA, depois passou para o Chico Mendes e órgãos estaduais (...) então várias portarias foram editadas quando o órgão tinha competência (...) depois criou o novo órgão (...) aí nós temos portaria do IBAMA, mas a época só tinha IBAMA (...) ai passou ao ICMBio, mas o ICMBio fala a portaria não é minha (...) ai consulta o IBAMA, o IBAMA fala a portaria tá em vigor, mas tem que consultar quem administra a área (...) nessas reformas políticas a pesca vai de um lado para o outro, a cada governo se altera a estrutura, aí se cria as portarias, mas ninguém responde. Mas o problema é que se é uma área de proteção ambiental, a cargo do ICMBio, ele tem que ser responsável, mesmo sendo de pesca. Mas eles não entendem assim (...) tem uma sobreposição de competências, que ai ninguém assume sua competência, mas na hora de fazer uma legislação proibicionista do ponto de vista ambientalista, eles fazem. Para restringir todo mundo tem atribuição, agora para ampliar não tem atribuição. (Entrevista nº 17).

Essas leis interferem na relação que os pescadores artesanais têm com seu território, antes tido como de acesso comum aos grupos locais, e agora visto com restrições de uso.

Outro ponto importante a se destacar é a pequena quantidade de informações que balizam a produção das normas pesqueiras. A falta de um monitoramento de desembarques e de uma estatística pesqueira eficiente, contínua e com uma série histórica é um problema para a região⁴⁸. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). Dessa maneira os esforços de proteção ambiental tendem a seguir o princípio da precaução, pelo menos nas normas direcionadas à regulação da pesca artesanal.

Apesar de apresentar um quadro restritivo em relação às práticas da pesca artesanal da região, o arcabouço legal tem se mostrado inoperante no sentido de regular as atitudes dos usuários e promover a conservação dos recursos e ecossistemas (CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2016), o Estado regula de maneira equivocada, sem uma participação concreta para uma gestão adequada, e não possui condições adequadas de fiscalização para atender toda a demanda existente. Conforme os autores citados, a atuação ineficiente e contraditória do Estado só aumenta a condição de vulnerabilidade dos pescadores artesanais da região, não apenas pela competição desigual com setores economicamente mais rentáveis e pela degradação dos recursos pesqueiros, mas também pela ilegalidade a que foram submetidas muitas de suas práticas.

Já em relação às normas ambientais em geral observa-se que não há um conhecimento muito claro dos pescadores sobre as reais limitações geradas por elas às suas práticas. Entretanto, é nítido que as legislações interferem no modo de vida das populações pesqueiras locais. Dentre elas podemos destacar: a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006), que impõe regras para o corte e supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica; e a nova Lei Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que impõe limitações no uso de ecossistemas importantes dos pescadores, como manguezais e restingas. Ambas as legislações apresentam restrições ao corte de vegetação para uso ou ocupação do espaço, hábito ainda encontrado nos dias de hoje em muitas comunidades pesqueiras do litoral, principalmente aquelas que vivem em ambiente rural, como as do litoral norte e as do interior da Baía de Guaratuba, ou das que dependem do ambiente de restinga para construção de instalações para guardar os equipamentos de pesca. As legislações destacadas apresentam condições diferenciadas para o uso dos recursos por parte das populações tradicionais, mas

⁴⁸ O monitoramento pesqueiro no litoral do Paraná vem sendo desenvolvido desde 2005 por algumas ONGs ambientalistas. Contudo, esse monitoramento ocorreu de maneira muito pulverizada, sendo apenas em algumas vilas em determinados momentos, e de uma forma não contínua, pois estava sendo atrelado aos projetos financiados desses grupos. Desde 2016 o monitoramento vem sendo realizado de uma maneira mais sistematizada pelo Instituto de Pesca de São Paulo, como parte do processo de licenciamento ambiental das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural no polo pré-sal da Bacia de Santos. (PMAP-PR, 2018).

ainda sim se estabelece critérios e normas para comprovar a tradicionalidade, o que de certa maneira também é uma regulação de um modo de vida.

Frente a esse quadro normativo é quase impossível cumprir a lei à risca, o que faz com que muitas vezes os pescadores optem por realizar a infração, tanto pesqueira, como de uso de recursos da mata ou de ocupação de áreas proibidas na legislação ambiental. O fato é que quando autuados, uma situação como essa pode condicionar uma condenação prévia, principalmente no caso dos mais vulneráveis, pois a pessoa fica sem o petrecho ou embarcação, basicamente seus únicos instrumentos de trabalho, e assim sem a capacidade de capturar o recurso necessário para a sua manutenção de vida, e muitas vezes sem um justo julgamento.

Como se pode ver o cenário gerado pela criação de normas de conservação no litoral paranaense, e sua correlação com a pesca artesanal, é conflituoso e de alta complexidade. Por outro lado, não se pode negar que a estratégia voltada para a proteção ambiental, com áreas protegidas e legislações diversas, vem sendo uma importante ferramenta no controle da expansão desenvolvimentista, sendo essas no caso as atividades portuárias-industriais, a ocupação intensa para uso balneário e turística, a pesca industrial e as atividades agrosilvipastoris de grande intensidade. Essa perspectiva é mencionada na literatura para o caso de criação de UCs de proteção integral como estratégia de proteger áreas naturais relevantes do litoral de atividades agropastoris. Bazzo (2010; 2011) cita que o Parque Nacional do Superagüi foi criado com o objetivo de proteger aquela área dos riscos da especulação, principalmente da ocupação que vinha sendo desenvolvida até os anos 1980 do uso da região para criação de búfalos, aparentemente com o objetivo de garantir o acesso à terra para futuros investimentos rentáveis na região. Outro exemplo importante é a da IN do MMA n. 29, de 6 de dezembro de 2004, que limita a pesca de arrasto por pares e a pesca de cerco – pesca tipicamente do setor industrial – para além de 5 milhas náuticas da costa do estado do Paraná (CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2016), reservando a costa do estado principalmente para a pesca artesanal local.

Vale mencionar que se considera as normas de uso e proteção ambiental essenciais no caso da extração e captura de recursos naturais renováveis, principalmente quando se considera a manutenção de longo prazo desses recursos. Contudo, entende-se que essas deveriam ser construídas junto aos usuários dos recursos, considerando a diversidade de práticas existentes e não sendo um instrumento hierárquico de imposição do Estado, principalmente aos menos favorecidos como os pescadores artesanais. Além disso, não se pode compensar danos ambientais gerados por usos mais intensos do espaço, como a

urbanização, a implantação de portos, indústrias e toda a infraestrutura que acompanha esse pacote desenvolvimentista, e a própria pesca industrial, com ações conservacionistas rígidas que afetam os usos menos intensos do espaço, como o da pesca artesanal. Dessa maneira, os pescadores artesanais ficam no meio de pacotes restritivos de uso e controle de seu território tradicional. De um lado um desenvolvimentismo desterritorializador de sua própria fixação no local historicamente habitado e, do outro, a conservação ambiental restritiva, que tentando mitigar danos ambientais mais intensos, restringe a realização de práticas laborais e uso de determinados recursos pelas populações tradicionais mais vulneráveis. Dessa maneira, as estratégias de conservação locais, que poderiam ter como aliadas as populações pesqueiras da região, são em grande parte alvo de repulsa por parte dos pescadores artesanais.

Por outro lado, os benefícios da conservação para região não eximem o erro histórico sobre como vem sendo colocada em prática a estratégia conservacionista, sem participação dos afetados e com viés estritamente preservacionista, limitando muitas vezes a própria reprodução social da população pesqueira local. Segundo Zanoni (1998), em reflexão feita sobre o litoral norte do Paraná, mas que pode facilmente ser estendida para toda a realidade da região, a proteção priorizou a conservação ambiental em um espaço caracterizado por sérios problemas econômicos e sociais, e insatisfatoriamente atingido por políticas e programas de desenvolvimento, tornando-se mais um obstáculo para a maior parte da sociedade local, na medida em que restringiu o uso dos recursos naturais necessários à produção e complementação de suas atividades produtivas. Esse cenário também denota a carência local de estratégias de conservação de cunho socioambientalista, principalmente que considere no centro das ações as populações tradicionais, focando prioritariamente nos mais vulneráveis que ainda dependem diretamente da exploração dos recursos e da natureza para a sua sobrevivência.

4.6.3. *Ações e Vias de Resistência dos Pescadores Artesanais Frente às Estratégias de Conservação Ambiental*

Segundo levantamento feito, o cenário da conservação ambiental descrito para o litoral do Paraná leva a um amplo leque de ações, categorizadas como de resistência na luta pelo território, desenvolvida pelos pescadores artesanais. Foram observadas diversas formas de resistência de comunidades e grupos pesqueiros locais frente às estratégias de conservação ambiental implantadas regionalmente. Essas foram as mais diversas possíveis, desde

processos judiciais, ferramentas para o autorreconhecimento, manifestações, estratégias de valoração da cultura e organizações de coletivos ou de movimentos sociais.

A principal delas é a estruturação de um movimento social por um coletivo de pescadores de comunidades da Ilha do Superagüi e redondezas, o MOPEAR – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná. O MOPEAR é considerado aqui como o primeiro movimento social pesqueiro legitimamente do litoral do Paraná. Sua principal luta é pela retomada do controle do seu território pesqueiro, que basicamente é na região do litoral norte do Paraná, frente à forma hegemônica de produção do espaço voltada para a conservação ambiental. Um dos papéis cruciais do MOPEAR na sua realidade vem sendo o resgate simbólico, dos pescadores ligados ao movimento, sobre a condição de protagonistas no seu território. As estratégias de resistência desse movimento, suas principais ações, a relação com demais atores do cenário local, assim como as ferramentas de resgate simbólico do grupo serão apresentadas nas seções seguintes, quando abordada a relação TDR pelas quais vem passando historicamente os grupos de pescadores ligados ao movimento.

Uma proposta semelhante de registro de saberes locais, de levantamento das demandas da comunidade e de educação popular, em uma situação de conflito entre UCs de proteção integral e pescadores artesanais, se deu na Ponta Oeste, na Ilha do Mel, através de um projeto de extensão da UFPR Litoral, coordenado por um pesquisador da instituição entrevistado para a presente pesquisa. O primeiro contato do professor da universidade com a comunidade se deu em 2007, com um trabalho intitulado “Oficina de Direitos Humanos”. A partir disso, o grupo atuou na realização de oficinas que visavam o autorreconhecimento da comunidade como grupo tradicional e do papel do seu território. A etapa posterior é destacada da tese de doutorado do pesquisador entrevistado:

(...) [na sequência] ocorreu a oficina “A UFPR Litoral na Comunidade da Ponta Oeste, Ilha do Mel”, a qual visava, de modo geral, reconhecer e exercitar os principais conceitos e instrumentos de ação presentes no discurso dos direitos humanos, conjugados a uma perspectiva de reconhecimento do espaço geográfico com suas paisagens, territorialidades, técnicas de pesca artesanal, plantio de roças, etc. Tratava-se de uma dupla via pedagógica, pois a proposição de participação local ativa visava a propiciar meios para que a própria coletividade da Ponta Oeste pudesse, ao final dos encontros, assumir de forma autônoma a superação da condição de violência a que estava submetida.

A conclusão dos trabalhos da oficina de direitos humanos resultou na publicação de um relatório e na realização de uma audiência pública convocada pela Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste, Ilha do Mel para a tarde do dia 28 de novembro de 2007, na sede da própria associação comunitária. Além disso, um legado material constitui acervo do Laboratório de Interculturalidade e Diversidade (LAID) da Universidade Federal do Paraná, em que constam os registros originais das gravações de entrevistas, fotografias, mapas mentais, documentos oficiais, entre outros. Uma parcela desse acervo já foi classificada e catalogada durante os trabalhos de doutorado. (HARDER, 2014, p. 7).

A audiência pública mencionada no texto contou com a participação dos moradores locais, pesquisadores, ministério público, IAP e demais instâncias governamentais importantes para o caso. Segundo o pesquisador da UFPR Litoral entrevistado, esse momento foi um salto no que tange o reconhecimento da população na sua causa e na firmeza em lutar pelo seu território. Posteriormente, o pesquisador e sua equipe realizaram uma série de ações na vila até o ano de 2014. Importante destacar que a luta da comunidade perante tal injustiça ambiental já se dava antes do contato com o agente da UFPR Litoral. Conforme Harder (2014) a criação da Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste, fundada em junho de 1998, já possibilitou um reposicionamento entre as relações do estado do Paraná e a coletividade da Ponta Oeste.

Todo esse processo, iniciado com identificação de demandas da comunidade, fez com que essa, através de sua associação, solicitasse em 2012 à Secretaria de Estado da Cultura estudos sobre a história da comunidade e de seu processo de territorialização. Essa solicitação resultou num parecer técnico da secretaria que recomenda alguns pontos: primeiro, a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no território da comunidade; segundo, que se reconheça a comunidade nas distintas instâncias; e terceiro, que se instale a infraestrutura básica (energia elétrica, rede de água, instalações sanitárias, etc.) na vila. Contudo, mesmo com toda ascensão do debate proporcionado pelos moradores da Ponta Oeste, segundo o pesquisador entrevistado, esta ainda continua sendo descartada das esferas de gestão local, como das discussões dos planos de uso do espaço e de planejamento estratégico da Ilha do Mel, além de ainda continuar sofrendo pressões dos órgãos ambientais locais.

Outra ação de resistência frente às estratégias conservacionistas observada no litoral do Paraná foram as manifestações. Quando alguma legislação pesqueira ou ambiental não se apresenta favorável aos pescadores artesanais, o caminho inicial de reivindicação mais rápida aparenta ser esse tipo de ação.

Uma das manifestações levantadas a partir de reportagem de meios de comunicação de nível estadual é a de fechamento do ferry-boat de Guaratuba pelos pescadores do município. Foram encontradas duas reportagens relatando esse tipo de ação, uma de agosto de 2015 e outra de abril de 2006. As ações ocorrem principalmente no início dos finais de semana ou feriados prolongados, períodos em que aumenta a circulação de embarcações da travessia, devido o maior fluxo de carros de turistas que vem para o litoral nesses períodos. A manifestação de 2015 foi uma ação desenvolvida pelos armadores de pesca locais, que estavam insatisfeitos pelo aumento de autuações do IBAMA para com as embarcações

industriais. (TRIBUNA, 2015). Já a ação de 2006, aparentemente, foi realizada pelos pescadores artesanais. A reportagem levantada não destaca isso, mas a participação de 500 pescadores na ação e que o motivo também estava ligado às autuações do IBAMA. (GAZETA DO POVO, 2006). Essa configuração dos atos encontrados, e a participação de pescadores artesanais nesses, é corroborada pela entrevista do presidente da Colônia de Pesca de Guaratuba. Segundo ele, a maior parte das ações recentes de fechamento do Ferry-Boat foi da pesca industrial de Guaratuba, mas tiveram ações mais antigas organizadas pela colônia e com participação de pescadores artesanais. Aparentemente isso não significa que os pescadores artesanais de Guaratuba e suas lideranças estejam descartando tal ação nos últimos anos. O uso dessa estratégia parece ser uma constante nas ações de resistência organizadas pelas lideranças locais, como pode ser observado pela fala do presidente da colônia:

[falando sobre legislação que estabelece uma linha imaginária de delimitação proibitiva da pesca dentro da Baía de Guaratuba] *se eles não querem dar o direito de pesca (...) vamos fechar esses caras. Vamo fecha a marina, o IAP (...) a portaria é igual para todo o litoral, porque para Guaratuba é diferente? Porque tem uns rico querendo mandar na baía? (...) mas já to preparando, se não vier uma portaria do estado até esse mês nós vamo fecha alguma coisa, até o estado mesmo. (Entrevista nº 19).*

Andriguetto-Filho et al. (2006) destacam uma reportagem do jornal Folha de Guaratuba, onde é apresentada uma ação de fechamento do ferry-boat realizada em 2001 pelos pescadores. Essa ação tinha como foco questionar a proibição da pesca de arrasto por embarcações maiores de 10 TAB nas áreas mais próximas da costa, fato que foi consumado em 2004 pela IN do MMA nº 29. Situação que também caracteriza essa ação como recorrente para o caso dos pescadores de Guaratuba. O fato é que a interdição do ferry-boat é uma ação utilizada tanto pelos pescadores artesanais como pelos industriais, o que pode confundir a luta desses dois segmentos da atividade pesqueira, impossibilitando ganhos mais efetivos da primeira.

Em Antonina também foi observada ação semelhante. O integrante da Colônia de Pesca de Antonina, entrevistado para a pesquisa, mencionou uma manifestação feita em conjunto pelas colônias de Antonina e Paranaguá. A ação teve como foco o fechamento da BR-277, próximo ao km 10, e o objetivo do ato foi a reivindicação contra uma portaria ambiental que restringia a captura de determinadas espécies⁴⁹. Contudo, há uma dificuldade de se levantar informações mais concretas sobre tais atos. Nesse caso o informante não soube

⁴⁹ Acredita-se que a legislação contestada seja alguma Portaria do MMA sobre reconhecimento de espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção constantes na “Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos”.

dizer o ano exato que ocorreu o ato – falou apenas que foi depois de 2015 –, qual foi a legislação que levou a tal ação, número de pessoas participantes e o resultado da ação. Também não foram encontradas informações em jornais locais.

Por outro lado, também foram levantados casos onde a negociação com o órgão ambiental foi a principal via de conquista de direitos no uso do território e dos recursos. Um caso mencionado por Andriguetto-Filho et al. (2006) é do começo dos anos 2000, quando pescadores da orla se mobilizaram pela mudança da milhagem de proibição da pesca de arrasto para embarcações maiores de 10 TAB, restringindo a área de uso dessas embarcações para além da 1,5 milha náutica. Este caso esteve associado a uma mobilização dos pescadores de Guaratuba, que fecharam a passagem do ferry-boat, o que também indica que, em grande parte, as ações de resistência são aplicadas de maneira associada.

Outro exemplo emblemático, onde a opção pelo diálogo por parte dos pescadores foi o caminho escolhido pela conquista dos direitos territoriais da pesca artesanal, é o do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e dos pescadores de Matinhos e Pontal do Paraná. Após a criação do parque em 2013, pescadores começaram a ser fiscalizados pelo exercício de algumas práticas pesqueiras nas áreas de lâmina d'água abrangidas pela UC, se instaurando o conflito específico sobre essa situação. Insatisfeitos com a limitação espacial imposta, inviabilizando as práticas pesqueiras na área, os pescadores, através das suas respectivas colônias, buscaram os atores e sujeitos importantes no processo de criação do parque. A primeira medida foi a convocação de uma audiência pública com a participação do ex-deputado federal Luciano Pizzato, autor do projeto de lei que deu origem à unidade. A audiência foi convocada no sentido de cobrar esclarecimentos sobre o propósito de criação do parque e sobre quais medidas seriam tomadas para compensar o pescador artesanal. A segunda medida foi a procura pelo ICMBio, órgão gestor da unidade, para negociar o exercício de algumas práticas pesqueiras realizadas na região. A principal reivindicação dos pescadores era em relação à prática de emalhe por rede alta, feita principalmente nos meses de inverno na região da UC, visando à captura de tainha (*Mugil Liza*), cavala (*Scomberomorus cavala* e *Scomberomorus brasiliensis*) e salteira (*Oligoplites* spp.). No ano de 2015 ocorreu a primeira negociação para o exercício da prática citada. Contudo, não houve tempo hábil para um acordo formal, sendo estabelecido mais um trato informal entre as partes. Já em 2016, para o acordo houve uma mediação do MPF, que estabeleceu um protocolo formal. Entretanto, o protocolo foi estabelecido apenas para a tainha, gerando a insatisfação por parte de alguns pescadores. Em 2017, as partes envolvidas já haviam amadurecido a relação e aprendido com os erros anteriores, o que fez com que o acordo estabelecido fosse mais

organizado e amplo. Assim, se firmou um Termo de Compromisso (TC) entre o ICMBio e as colônias de pesca de Matinhos e Pontal do Paraná, estabelecendo a captura das três espécies alvo na área do parque, com data estabelecida (15 de maio a 31 de agosto de 2017), com os pescadores locais usuários da prática cadastrados e com a necessidade destes colaborarem com o monitoramento e pesquisas feitas sobre a atividade. Claramente há um aumento da burocratização no processo de uso do território do pescador, mas pode ser considerada uma saída viável momentaneamente para a manutenção das práticas desenvolvidas por estes e de remediação momentânea do conflito no contexto atual. Além disso, conforme o analista do ICMBio vinculado ao parque, o acordo desse ano pode viabilizar um acordo de longo prazo, isso caso sejam atendidas as demandas do órgão gestor da UC e outras demandas legais.

Outros dois acordos envolvendo grupos de pescadores artesanais e o ICMBio estavam em andamento em Guaraqueçaba na fase de pesquisa. Um deles envolve o caso de coleta de cataia na vila de Barra da Ararapira pela Associação das Mulheres Produtoras de Cataia⁵⁰ e o outro é do corte de caxeta para a confecção de instrumentos musicais, ambas extrações realizadas dentro dos limites das UCs federais. Os acordos já existiam de maneira informal com os usuários, e estudos estavam sendo realizados pelo Serviço Florestal Brasileiro e demais grupos de pesquisa para efetivá-los definitivamente na forma de termos de compromisso de longo prazo com o órgão gestor ambiental.

Segundo extensionistas da EMATER entrevistados, casos de associações que deram certo no litoral do Paraná são onde as mulheres tomaram frente do trabalho, como por exemplo, a associação das catadoras de cataia, e de algumas cozinhas comunitárias em vilas do litoral norte, sendo a mais conhecida a da Vila das Peças. A presença desse tipo de associativismo numa comunidade pode servir para fazer com que as famílias tenham uma renda extra periódica, fortalecendo a permanência dos pescadores artesanais nos seus locais de origem.

Em relação à valorização da cultura caiçara na região, Betti (2014) destaca que grupos de fandangos da vila da Barra do Superagüi programam seus shows na vila conforme a presença dos turistas. O atrativo turístico pode gerar uma renda extra para as comunidades locais, seja na venda dos pescados ou na exploração de novos ramos, como pousadas e campings. O fator de geração de renda é crucial para permanência dos grupos pesqueiros em seus territórios, e pode ser alcançado com a exploração do potencial da cultura local, o que se

⁵⁰ A associação é composta por onze mulheres da comunidade da Barra do Ararapira, em Guaraqueçaba, e foi criada em 2007 com o objetivo de desenvolver a produção de cataia de forma organizada na vila. A cataia é utilizada para curtir cachaça que é vendida como uma bebida típica local. A associação comercializa desde as folhas soltas, até a cachaça curtida. (CATENACCI, 2010).

caracteriza como o turismo de base comunitária. Betti (2014) descreve oito grupos, a maioria associações locais que realizam alguma ação de atração turística de base comunitária na APA de Guaraqueçaba, em grande maioria apoiadas pela EMATER e ONGs ambientalistas que tiveram atuação local ao longo da década de 2000.

Por fim, também foram identificadas ações de resistência cotidiana em relação ao descumprimento de normas ambientais e pesqueiras que limitam algumas práticas dos pescadores artesanais, deixando como única escolha para o pescador o ato de burlar as normas. É claro que podem existir em todas as situações presença de sujeitos não dispostos a colaborar com normas elaboradas e discutidas na coletividade ou que beneficiem a pesca artesanal, os chamados *free-riders*⁵¹. Porém, em maior parte dos casos não há os elementos básicos da gestão pesqueira que poderiam ordenar a atividade para sua maior durabilidade e resolução de conflitos existentes: as normas em grande parte ainda não são construídas com a coletividade (CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2016), e envolvendo os diferentes atores de interesse; não há monitoramento pesqueiro e ambiental com histórico de amostragem para demonstrar resultados mais claros da dinâmica natural local; não há estatísticas pesqueiras de longo prazo, que possibilitem identificação dos efeitos das práticas pesqueiras sobre os estoques, e que possibilitem predições futuras para as espécies alvo (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006); ou seja, não há investigação do poder público para subsidiar a gestão atividade. Por outro lado, há diversas normas restritivas que aplicam o princípio da precaução para o pescador artesanal, mas que muitas vezes não é aplicado nas mesmas proporções para grandes empresas pesqueiras e para outras formas de uso do espaço mais degradantes para a realidade local. Frente a essas indagações, muitas vezes só resta ao pescador o descumprimento das normas, burlando um defeso, pescando em locais proibidos, utilizando técnicas ou apetrechos proibidos, dentre outras práticas. Silva (2016) também traça a mesma análise para o caso do litoral do Paraná.

Também foi observado como reação dos pescadores para o caso de discordância das legislações ambientais e pesqueiras mudanças nas rotinas de pesca, como por exemplo, ao invés de desenvolver a prática restringida de dia, o pescador passa a pescar de noite. Essas são ações cotidianas desenvolvidas pelos pescadores, mas que demonstram a sua insatisfação contra um Estado que não atende suas demandas.

⁵¹ “Free-rider é aquele que desfruta do bem coletivo sem ter pago nenhum custo ou despendido algum esforço para a obtenção dele. Isso é possível quando a relação custo/benefício desestimula um indivíduo a agir em prol da coletividade e permite que vise aos seus interesses pessoais, ou então por ser impossível excluir do grupo dos beneficiários o indivíduo que não contribuiu”. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 150).

5. REFLEXÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL LOCAL

5.1. Uma Síntese das Formas Hegemônicas de Produção do Espaço ou de Apropriação dos Recursos Locais e Seus Reflexos para a Pesca Artesanal

Mesmo tendo o segundo menor litoral do Brasil, em extensão de costa (aproximadamente 88 km), considera-se como muito vasta a gama de situações que podem desterritorializar a pesca artesanal na região litorânea do estado do Paraná. Ao todo foram categorizadas seis grandes formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos locais atuantes atualmente nesta realidade, que geram efeitos tanto para o meio natural quanto ao social (QUADRO 13). Dicotomicamente, o cenário de produção do espaço e apropriação dos recursos se resume em duas grandes frentes. Primeiro um desenvolvimentismo intenso que negligencia a presença humana e a qualidade ambiental, pautado em critérios apenas econômicos vistos como a única alternativa para o desenvolvimento. (PORTO; MILANEZ, 2009). E do outro lado um conservacionismo extremo, que controla o avanço desenvolvimentista, mas desconsidera usos menos impactantes do meio, como o realizado por inúmeros grupos de pescadores artesanais e demais populações tradicionais, e que teria o papel – por ser uma ação do Estado – de dialogar com a sociedade, identificando soluções frente aos problemas socioambientais detectados, assim como apontado no SNUC.

QUADRO 13 – FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO OU DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NO LITORAL DO PARANÁ: CONSEQUÊNCIAS E REFLEXOS PARA A PESCA ARTESANAL.

USOS	CATEGORIAS DENTRO DOS USOS	REGIÕES E/OU VILAS MAIS AFETADAS	ATORES HEGEMÔNICOS	TIPO DE CONFLITO	EFEITOS DANOSOS PARA O AMBIENTE	EFEITOS DANOSOS OBSERVADOS PARA A PESCA ARTESANAL (INJUSTIÇAS)
Uso balneário e turístico	1) Loteamentos (segunda residência). 2) Marinas. 3) Embarcações turísticas. 4) Demais estabelecimentos turísticos.	1) Orla marítima de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. 2) Áreas de desembocaduras e estuários de Guaratuba e Pontal do Paraná. 3) Ambientes estuarinos, principalmente em Guaratuba 4) Ilha do Mel (Nova Brasília e Encantadas).	Agentes especulação imobiliária; empresários ligados às marinas; donos de embarcações turísticas; demais empresários do setor turístico.	Conflito territorial	Aumento da contaminação orgânica devido à alta ocupação urbana.	Apropriação de áreas de uso dos pescadores. Os efeitos são: - Desagregação das vilas pesqueiras - Segregação das ocupações dos pescadores e das benfeitorias públicas entre os setores ocupados por distintas classes sociais. - Restrições de acesso aos pescadores. - Normas feitas para atender a pesca amadora e que negligenciam a artesanal.
Uso portuário e industrial	1) Instalações portuárias e indústrias ligadas ao setor 2) Dragagem 3) Movimentação de modais em água e terra	1) Bairros urbanos de Paranaguá, Antonina e Pontal do Sul. 2) Ambientes estuarinos em Paranaguá e Antonina 3) Ponta Oeste e todos que circulam pelas Baías de Paranaguá e Antonina.	Empresas do ramo; APPA (governo estadual)	Conflito territorial e espacial.	Perda de áreas de manguezal e de demais ecossistemas; assoreamento de canais e áreas usadas para a pesca; efeitos das dragagens na fauna local e na dinâmica físico-natural; impactos oriundos da operação portuário-industrial, como o fluxo de navios, que gera a dispersão dos recursos móveis; contaminação.	- Maior consequência das contaminações. - Apropriação de áreas comuns (mangues). - Restrição de acesso ao mar. - Desconsideração da presença das populações pesqueiras no ato de instalação dos empreendimentos. - Limitação de pesqueiros, já que a pesca é proibida nas áreas próximas ao porto.
Conservação ambiental	1) UCs. 2) Leis ambientais preservacionistas. 3) Leis pesqueiras restritivas.	1) Todo o litoral norte; pescadores que usam Currais. 2 e 3) todas as comunidades.	- Órgãos de fiscalização e de gestão ambiental	Conflito territorial e distributivo	- (Efeito ambientalmente positivo) Ambientes preservados, sem ação humana de alta ou baixa intensidade.	- Negligência a presença das populações na implantação das políticas. - Fiscalizações persuasivas. - Multas inviáveis para as populações mais vulneráveis. - Proibições de práticas históricas em espaços específicos (p.e. roça dentro das UCs de proteção integral e práticas pesqueiras, como o cerco-fixo).
Atividades agropastoris	1) Plantação de Pinus. 2) Criação de Búfalos (uso passado).	1) Interior da Baía de Guaratuba. 2) Litoral norte → conflito estabilizado	Empresas agrícolas (Comfloresta, Empresa Agropastoril, etc.)	Conflito territorial	Desmatamento; modificação do solo e da paisagem; impactos dos agrotóxicos utilizados.	Disputa de território historicamente utilizado pelas comunidades pesqueiras. Os efeitos são: - expulsão das famílias das suas áreas; - limitação de acesso à áreas de uso.
Obras de infraest. pública	1) Geração de energia. 2) Abastecimento de água. 3) Vias de rodagem.	1) Baía de Antonina 2) Barra do Sai 3) Pontal do Paraná	Empresas que se beneficiam da obra; empresas públicas.	Conflito espacial	- Assoreamento de áreas de pesca e navegação dos pescadores. - Mudanças espaciais pela obra.	- Descaso com os impactos das obras públicas sobre os pescadores
Pesca industrial	-	- Diretamente as comunidades da orla oceânica - Indiret. todas, pelo compromet. da base de recursos	Embarcações pesqueiras industriais	Conflito distributivo e territorial	- Diminuição de estoques e aumento das espécies ameaçadas de extinção.	- Competição desigual pelo mercado e pela captura dos recursos. - Competição desigual por áreas de pesca. - Condição desigual na influência das políticas pesqueiras.

FONTE: O autor (2018).

Das formas hegemônicas identificadas três se mostraram mais representativas para a produção socioespacial e, conseqüentemente, para a relação com a pesca artesanal local, sendo eles: o uso balneário e turístico, responsável por um intenso adensamento urbano em três municípios da região (Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba); o uso portuário e industrial, pela intensa modificação da paisagem e cobertura do solo, principalmente em Paranaguá, responsável pelo aumento da população da cidade para aproximadamente 150 mil habitantes em menos de 50 anos, e sendo fonte de vários impactos no sistema local; e a conservação ambiental, por cobrir mais de 80% do litoral com UCs e ainda limitar as práticas tradicionais pelas demais legislações existentes.

Nesse contexto vale frisar o papel da conservação ambiental como um freio para o livre avanço do desenvolvimentismo capitalista na região, o que se não existisse poderia comprometer ainda mais a pesca artesanal local. As restrições no avanço do capital se dão mais na ordem territorial, principalmente pelo bloqueio realizado por unidades de conservação em determinadas regiões, como por exemplo, no caso do litoral norte do estado. Nesse ponto, a conservação ambiental local apresenta benefícios para a pesca artesanal, sendo um elemento relevante para a diferenciação socioespacial na região e para a permanência dos pescadores artesanais nesse cenário, já que outras formas de produção do espaço poderiam exercer conflitos mais intensos e expulsar as comunidades locais.

Por outro lado, essas mesmas limitações de uso do espaço, de boa parte das UCs locais, também são atribuídas aos pescadores artesanais, o que condiciona o conflito e descredibiliza os benefícios da conservação à pesca. Além disso, visivelmente há uma forte interpretação dos pescadores artesanais de que a fiscalização ambiental sobrecarrega sobre os usos menos impactantes dos recursos e do espaço, como os da pesca artesanal. Isso não deixa de ser verdade, já que enquanto usos intensos de transformação do espaço e degradação ambiental, como o uso portuário ou a intensa urbanização do uso balneário, são permitidos, práticas pesqueiras artesanais acabam sendo coibidas por um amplo arcabouço legal pesqueiro. Assim, a lógica preservacionista irrestrita vem funcionando até certa parte como bloqueio para ampliação dos grandes empreendimentos em parcelas do espaço regional, principalmente na porção norte e na Serra do Mar, mas também como restrição de parte das práticas tradicionais dessas populações com seus territórios, se tornando outra fonte conflituosa para os grupos pesqueiros locais. Isso faz com que esses dois usos distintos (conservação ambiental x ações desenvolvimentistas) coexistam nesta mesma porção territorial, deixando no meio dessa disputa de forças as populações locais menos favorecidas que tem ocupado há muito tempo tais localidades.

Além disso, o princípio da precaução que é aplicado à pesca artesanal, aparentemente não se aplica às demais formas hegemônicas de uso do espaço. Para nenhuma das formas de uso do espaço, hegemônicas ou não, há uma base científica suficiente para legitimar proibições ou liberações de uso dos espaços e recursos, muito menos da pesca artesanal. Como por exemplo, a falta de um monitoramento com uma série histórica e efetiva para a atividade pesqueira do litoral do Paraná. (ANDRIGUETTO et al., 2006; CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2016). O que também acarreta na geração de insatisfação dos grupos pesqueiros, que vê tantas normas de regulação da sua atividade, mas poucas restrições para outras formas de uso do espaço e dos recursos. Isso acarreta na potencialização dos conflitos com as esferas de conservação ambiental. Essa percepção foi observada em conversas informais com diversos pescadores, que fazem constantemente comparações sobre os danos gerados pela pesca artesanal e outros tipos de impacto, como o desmatamento de manguezais para construção de cais portuários ou marinas, poluições de origem domiciliar devido a adensamento populacional, assoreamento de canais, dentre outros impactos gerados pelas formas hegemônicas.

O fato é que isso poderia ser diferente, caso o Estado adotasse uma forma de conservação que permitisse uma inclusão social dessas populações tradicionais. (IRVING, 2010). Isso seria possível se a conservação ambiental fosse implantada pela vertente de uma lógica socioambientalista, mas que não só envolvesse superficialmente os pescadores artesanais no processo de gestão, como já ocorre em algumas esferas de gestão locais, mas que os tornassem protagonistas desse processo, descolonizando-os dessa estrutura historicamente imposta. (SVAMPA, 2016). Possíveis ferramentas para implantação dessa lógica seriam a criação de unidades de conservação de uso sustentável, como RESEX e RDS, onde as comunidades tradicionais tem maior poder de decisão na gestão territorial; ou mesmo na efetivação de um instrumento legal de regularização do território pesqueiro, como solicita o MPP em sua campanha nacional; ou por outras formas de participação mais ativas na gestão dos recursos e do espaço. Acredita-se que através desses instrumentos a gestão ambiental e pesqueira tende a ser incorporada pelos pescadores artesanais, fazendo com que esses se tornem agentes de fiscalização e apoio do controle das normas, como apontam alguns autores ligados ao estudo da gestão de recursos comuns. (BERKES; FARVAR, 1989; OSTROM, 2000; BERKES et al., 2006). Entretanto, essa posição socioambientalista ou de justiça ambiental ainda não conseguiu estabelecer uma aliança com a visão mais conservacionista do ambientalismo, conforme aponta Martínez-Alier (2007) para algumas realidades.

Já as formas hegemônicas de produção do espaço e de apropriação dos recursos se traduzem na realidade numa diversidade de categorias internas de cada uso (QUADRO 13), condicionados por empresários e demais agentes do capital, em grande parte sustentadas pelo Estado, e que condicionam inúmeros conflitos ambientais com a pesca artesanal, cada um com sua particularidade, mas que na grande maioria dos casos, levam estes últimos à diversas injustiças ambientais. Algumas relações das formas hegemônicas com os pescadores artesanais observadas atuam sob a ótica da acumulação primitiva (MARX, 1996), já que geram a separação do produtor e meio de produção. Isso é observado em vários exemplos, desde a constituição da pesca artesanal devido à apropriação dos seus territórios por latifundiários (MIGUEL, 1997), até o loteamento de áreas costeiras ocupadas pelas populações pesqueiras para o uso balneário da região.

Em muitas situações, uma mesma localidade ou grupo pesqueiro sofre as pressões de mais de um tipo de uso hegemônico do espaço ou dos recursos (QUADRO 13), ficando no meio de disputas espaciais e políticas nas quais eles possuem pouca capacidade de intervenção política e de mudança da realidade. Essas observações levam à constatação de que a diferenciação socioespacial do litoral do Paraná foi produzida com base numa estrutura conflituosa, e repleta de injustiças ambientais para com a pesca artesanal.

Os conflitos ambientais foram aqui categorizados conforme a classificação de Zhouri & Laschefski (2010), que classifica esses conflitos em espaciais, distributivos e territoriais, que em algumas situações podem se apresentar simultaneamente. As formas de uso do espaço voltadas para obras de infraestrutura pública e uso portuário e industrial apresentaram a geração de conflitos de ordem espacial. Esses foram categorizados assim, pois as situações conflituosas derivadas dessas formas de produção do espaço ultrapassam os limites dos territórios usados pelos atores envolvidos, no caso as empresas ou órgãos estatais atuantes na realidade e os pescadores artesanais. Isso fica claro nos casos dos desastres ambientais derivados do sistema portuário, ocorridos nos anos 2000 na região de Paranaguá, ou dos danos gerados pelo assoreamento de canais devido à usina hidrelétrica em Antonina. Em ambos os casos esses conflitos ambientais derivaram em injustiças ambientais para a pesca artesanal, havendo prejuízo para este último grupo em relação à perda de áreas de uso e na limitação de recursos disponíveis para a pesca.

Já os conflitos de ordem distributiva, aqueles onde há desigualdade no acesso ou uso dos recursos naturais, foram observados em relação à pesca industrial e à conservação ambiental. Em relação à pesca industrial, há uma exploração desigual dos recursos, que em grande parte são de livre acesso, ficando a livre captura dos que tem condição de fazê-lo,

intensificando a pesca industrial que possui equipamentos maiores, mais tecnificados e com maior poder de pesca. Já em relação à conservação ambiental, o conflito de ordem distributiva ocorre devido legislações ambientais ou pesqueiras que visam à proibição da captura de determinadas espécies, coibindo qualquer tipo de exploração do recurso. Nesses casos o Estado, ao invés de investir em modelos de gestão, de controle de estoque e de monitoramento da pesca, principalmente visando atender a manutenção da atividade pesqueira daqueles menos capitalizados, como as populações tradicionais, que dificilmente conseguem optar pelos recursos que vão explorar, proíbe qualquer tipo de exploração de determinados recursos, inclusive para estes grupos. O fato é que muitas vezes a base dessas espécies já foi comprometida pela própria exploração excessiva da pesca industrial, comprometendo assim duplamente os grupos menos capitalizados.

Contudo, se baseando na classificação de Zhouri & Laschefski (2010), os conflitos ambientais observados para o litoral do Paraná são em grande parte de ordem territorial (QUADRO 13). Esses conflitos são aqueles ligados à apropriação capitalista de uma parcela ou de toda base territorial de um determinado povo ou grupo social. Das seis formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos locais em apenas uma, no caso as obras de infraestrutura pública analisadas, não se observou conflito territorial nítido com a pesca artesanal local. Entretanto, essas obras de infraestrutura pública condicionam outras formas de produção do espaço que se ligam diretamente à geração de conflitos territoriais, como o uso portuário e industrial no caso da obra chamada de Faixa de Infraestrutura, em Pontal do Paraná. Isso também não quer dizer que obras futuras dessa categoria não venham a gerar conflitos de ordem territorial, podendo ter claramente esses efeitos sobre as populações locais. O grande número de conflitos territoriais corrobora com a afirmação de Souza, S. T. (2009, s/p) de que “o território emerge como categoria analítica fundamental, posto que expressa a materialidade do conflito”.

Em relação à remediação dos conflitos, não existem receitas prontas para a resolução desses, cada um tem seus atores específicos, relações de poder intrínsecas, cenários próprios da situação e demais particularidades. (LITTLE, 2001). Contudo, os de ordem espacial e distributivo apresentam condições mais claras de solução, seja através dos meios técnicos de controle de poluição, no caso dos primeiros, e de modificação dos modos de produção, comercialização e consumo, no caso dos segundos. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Soluções que ainda recaem sobre a distinção entre diferentes modelos de desenvolvimento, os cenários políticos, o interesse de grupos hegemônicos e a pressão das classes subalternas, mas que ainda sim, tem maiores possibilidades de mudança.

Por outro lado, os conflitos ambientais territoriais tendem a ser mais difíceis no estabelecimento de compromissos ou consensos entre as partes envolvidas, já que realçam as diferentes de ideologias e de racionalidades envolvidas sobre o uso do espaço e seus recursos. Segundo Zhouri & Laschefski (2010, p. 32) “tais conflitos revelam, em geral, modos diferenciados de existência que colocam em questão o próprio conceito de desenvolvimento, assim como expressam a luta pela autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade urbano-industrial e as instituições reguladoras do Estado moderno”.

Como apontam Porto & Milanez (2009), esse leque de conflitos ambientais tende a ser extremada para situações de injustiça ambiental, de maneira que a maior carga dos danos ambientais é direcionada às populações mais vulneráveis. Fato que também foi observado nos casos envolvendo a pesca artesanal do litoral do Paraná. Um território tão pequeno em área, relativamente preservado, de imensa riqueza natural, mas de grande desigualdade e injustiças sociais (PIERRI, 2003), e também de inúmeros conflitos ambientais e injustiças derivados desses processos para com as populações locais mais vulneráveis, onde se encaixam boa parte dos pescadores artesanais do litoral paranaense.

Quando comparado com o quadro de injustiças e conflitos ambientais em nível nacional (PORTO; MILANEZ, 2009), algumas situações locais ligadas à pesca artesanal destoam da realidade do país. Algumas das principais formas hegemônicas de uso do espaço geradoras de conflitos e injustiças ambientais, em nível nacional, não foram observadas no litoral do Paraná, como a “mineração e a produção industrial, em especial indústrias químicas e petroquímicas, e aos ciclos de produção do aço e do alumínio”. Também em nível nacional um dos principais tipos de injustiça ambiental resulta de conflitos pautados no “uso da terra na produção agrícola e animal”, já no litoral do Paraná essa forma hegemônica de produção do espaço se mostra secundária. Isso se dá por um processo histórico de produção socioespacial no estado do Paraná, enquanto o interior se volta para a produtividade agrícola, o litoral é direcionado para a preservação das áreas naturais. (RAYNAUT; ZANONI; LANA, 2002). Porém, no passado, principalmente do início do século XX até meados da década de 1960, essa forma de uso foi chave para estruturação das atuais comunidades pesqueiras estuarinas, que expulsas das áreas onde praticavam agricultura e exploração de recursos florestais, tiveram de migrar para as áreas próximas às baías e costas. (MIGUEL, 1997).

Em compensação, algumas das bases de conflitos ambientais em nível nacional também são observadas de maneira intensa no litoral do Paraná. Na classificação de Porto & Milanez (2009), pode-se afirmar que a categoria “produção de energia e grandes obras de infraestrutura” engloba duas categorias de formas hegemônicas de produção do espaço

existentes no litoral do Paraná, as obras de infraestrutura pública, no caso, uma estrada de rodagem, uma hidrelétrica e uma captação de água, e o uso portuário e industrial. Segundo Porto & Milanez (2009) essas formas de uso do espaço estão ligadas à inserção do Brasil no mercado global de produção de *commodities*, no caso local, pelos portos, que são voltados para o transporte dessas cargas, e as demais obras de infraestrutura que subsidiam esses usos do espaço local. No caso do litoral do Paraná, essa relação é observada com a obra que vem sendo chamada de Faixa de Infraestrutura, em Pontal do Paraná. Já hidrelétrica de Antonina e a captação de água de Guaratuba, visam atender uma urbanização cada vez mais intensa, que em se tratando do litoral está condicionada ao uso balneário e turístico da região. Os “conflitos urbanos associados à moradia e infraestrutura das cidades”, que também são apontados por Porto & Milanez (2009) como um dos quatro grandes grupos geradores de injustiças ambientais no Brasil, se destacam na área de estudo da pesquisa na forma da urbanização para o uso balneário.

Assim, dos quatro principais grupos de conflitos e injustiças ambientais categorizados para o Brasil, três estão presentes no litoral do Paraná afetando grupos de pescadores artesanais, dois aparentemente de maneira mais intensa (uso portuário e uso balneário e turístico). Assim, mesmo com suas particularidades, e diversidade e riqueza natural (LANA et al., 2001; PIERRI, 2003), o litoral do Paraná vem sendo palco de uma reprodução semelhante das demais localidades do Brasil no que tange a produção socioespacial, ou seja, atendendo à mercados externos a sua realidade, ou seja, sendo palco para a viabilização dos fluxos, que se mostram cada vez mais diversos, amplos, numerosos e rápidos. (SANTOS, 2006). Na base desse processo esta uma política de Estado inadequada, que prioriza o investimento em atividades rentáveis e centralizadoras de renda, negando o desenvolvimento endógeno das populações tradicionais. (ALMEIDA; MARIN, 2012).

A preservação ambiental, principalmente a implantação de áreas protegidas, também é apontada por Porto & Milanez (2009) como uma atividade geradora de injustiça ambiental. De 2002 a 2008 dos 3953 casos de injustiças ambientais catalogados pelos autores no Brasil, 67 estavam relacionados a conflitos envolvendo a presença de áreas protegidas. Isso também é uma constante para o litoral do Paraná.

Importante destacar que todos esses conflitos e injustiças ambientais podem resultar em ações desterritorializadoras para as populações afetadas. Processos de desterritorialização, seja pela expulsão de grupos pesqueiros de áreas tradicionalmente ocupadas ou a perda de áreas de uso históricas, foram observadas em cinco das formas hegemônicas de produção do espaço. Exceto na relação com a pesca industrial não foi observada tal condição.

Outro destaque que vale ser feito é que quando as práticas simbólicas são proibidas também há uma forma de desterritorialização, simbólica, na medida em que fere a autonomia das comunidades e automaticamente sua reprodução social.

Dentro dessa diversidade de fatos, conflitos e injustiças ambientais envolvendo a pesca artesanal, acredita-se que os pescadores artesanais do litoral do Paraná estão fadados a essas condições impostas pelos conflitos ambientais, acima de tudo os de ordem territorial. Conflitos esses que só tendem a se intensificar num futuro próximo. Frente à falta de interesse do Estado por livre espontânea vontade garantir os direitos territoriais dessas populações, o que lhes resta é a luta contra essas injustiças ambientais desterritorializadoras.

5.2. Perspectivas Futuras dos Processos de Produção Socioespacial e a Relação com os Pescadores Artesanais do Litoral Paranaense

O panorama para os próximos anos se apresenta como de expansão das atividades portuárias e industriais na região litorânea do Paraná, que já tem o município de Paranaguá como polo desses setores. A FIGURA 10 das seções anteriores apresenta o prognóstico de instalação das empresas. Até o final do ano de 2015 haviam sido levantados 51 processos de licenciamento ambiental (TABELA 6), correlacionados ao uso portuário e industrial ou de demais obras de grande impacto em andamento⁵². (IAP, 2015; IBAMA, 2015). Com base em experiências já relatadas em outros trabalhos (MARTINEZ-ALIER, 2007; PORTO; MILANEZ, 2009), há fortes indícios de que essas obras gerem mudanças no cenário local, trazendo grandes impactos para o contexto apresentado e consequências para as comunidades locais. Além disso, se baseando em indicativos passados, provavelmente muitos desses impactos serão pouco considerados nos processos de licenciamento em andamento, fazendo assim que poucos dos problemas socioambientais gerados pelas obras sejam remediados ou mitigados.

A crescente demanda pelos serviços portuários também tem levado ao cenário de ampliação da atividade para as regiões onde ainda não há a presença tão consolidada desse

⁵² Para essa análise foram considerados apenas os processos de licenciamento correlacionados ao sistema portuário, industrial e demais obras de grande impacto na região, como rodovias e ferrovias. Processos de licenciamentos como o ligado ao lançamento de Recifes Artificiais no litoral do Paraná não foram considerados na análise apresentada. Também se optou em levantar apenas os processos de licenciamento de obras que ainda estão para ser instaladas ou que estão em fase de instalação, compreendendo dessa maneira apenas obras que estão em fase inicial de licenciamento ou que já conseguiram a Licença Prévia (LP) ou a Licença de Instalação (LI). Essa estratégia foi adotada no sentido de verificar o cenário futuro de expansão de grandes obras na região litorânea do estado.

setor. Nessa perspectiva, o município de Pontal do Paraná vem sendo considerado propício para a instalação de um novo porto, passando a entrar no foco da expansão do setor no estado. (SOARES, 2009).

TABELA 6 - NÚMERO DE OBRAS POR CADA CATEGORIA, COM LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ANDAMENTO PELO IBAMA E IAP NO ANO DE 2015.

CATEGORIA DA OBRA	Nº DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO IBAMA	Nº DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO IAP
Portuária	6	-
Dragagem	2	-
Dutos	2	1
Galpões de armazenamento	-	5
Rodoviária	2	-
Ferrovário	2	-
Fabricação de fertilizantes e agroquímicos	-	3
Outros empreendimentos*	-	28
TOTAL	14	37

FONTE: Sites do IBAMA e IAP.

* A categoria “Outros empreendimentos” é apresentada no site do IAP sendo composta em grande maioria por obras ligadas às empresas atreladas ao sistema portuário e industrial local.

Porém, mesmo com o avanço para novas áreas, grande parte dos processos de licenciamento em andamento vinculados ao sistema portuário ainda se concentra em Paranaguá (TABELA 7), o que também apresenta um indicativo de expansão dessa atividade para os próximos anos neste município. (IAP, 2015; IBAMA, 2015). Uma das áreas mais propensas a isso é a da região do Imbocuí (FIGURA 11), a oeste do Porto D. Pedro II. (APPA, 2017).

TABELA 7 - NÚMERO DE OBRAS EM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ANO DE 2015, POR ÓRGÃO RESPONSÁVEL, QUE IRÃO AFETAR CADA MUNICÍPIO DO LITORAL DO PARANÁ

MUNICÍPIO	Nº PROCESSOS DE LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO IBAMA*	Nº PROCESSOS DE LICENCIAMENTO EM ANDAMENTO IAP
Guaraqueçaba	-	-
Antonina	2	2
Morretes	1	-
Paranaguá	9	35
Pontal do Paraná	3	-
Matinhos	1	-
Guaratuba	1	-

FONTE: Sites do IBAMA e IAP.

* Algumas obras apresentam impacto sobre mais de um município, totalizando um número maior que o real número de processos de licenciamento em andamento.

Independente da localidade de concentração dos investimentos, a perspectiva é para o desenvolvimento de obras de grande escala na região litorânea paranaense, fato constantemente destacado pela grande mídia do estado, como pode ser observado em diversas reportagens do jornal Gazeta do Povo (2015 a,b,c,d,e). Consequentemente, há a expectativa de intensificação na cobertura do solo e urbanização, modificação da paisagem, e aumento dos impactos negativos, mesmo esses não sendo tão mencionados pelos meios de comunicação.

Para o uso balneário, outra forma historicamente importante da produção socioespacial local (POLIDORO; DESCHAMPS, 2013), acredita-se que o cenário futuro também sinaliza para uma expansão, principalmente para uma verticalização das áreas urbanas já ocupadas, e para onde é possível tal estratégia, e para o avanço de áreas ainda pouco habitadas.

O aumento das atividades balneárias, assim como a chegada de novos empreendimentos portuários e industriais ao litoral, pode fazer com que se aumente dos bolsões de pobreza pelas populações atraídas para a região em busca de trabalho gerado por esses segmentos, assim como veio ocorrendo até o período atual. (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000; PIERRI, 2003; SAMPAIO, 2006).

Já para a pesca, considerando a atual tendência em termos de políticas públicas para o setor, desde meados da década de 2000, observa-se nova conjuntura de forte atuação governamental para impulsionar o crescimento do setor em âmbito nacional sem a devida consideração das consequências socioambientais, sendo a pesca industrial e a aquicultura de grande escala os agentes escolhidos para viabilizar esse crescimento. (AZEVEDO; PIERRI, 2013; 2014). As perspectivas futuras da atividade pesqueira apontam nesse sentido, mesmo com toda a mudança em curso na gestão federal da pesca brasileira. (AZEVEDO, 2015).

A aquicultura, mesmo ainda sendo de pequena escala no litoral paranaense, e incerta em seu crescimento futuro na região, também pode se transformar em outro vetor de geração de conflitos e injustiças para com a pesca artesanal. Há áreas propícias para o desenvolvimento da atividade, o que faltam são investidores que queiram potencializar a produção dentro desse ramo. Mas considerando que a possibilidade dos pescadores artesanais se transformarem em aquicultores é muito baixa, seja por motivos econômicos, técnicos ou culturais, o processo de expropriação dos territórios (aquáticos) das comunidades pesqueiras pode se tornar uma realidade caso se viabilize uma produção aquícola de grande escala na região. (SILVA, 2014).

Outra possibilidade futura para a realidade local é o aumento das áreas protegidas a partir da criação de mais unidades de conservação de proteção integral. Entre 2012 e 2014 foram criadas três UCs de categorias restritivas no litoral do Paraná: o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, Parque Nacional Guaricana e a Reserva Biológica Bom Jesus. (ICMBIO, 2015). Juntas as três unidades acrescentam mais de 85 mil hectares de áreas restritas à região, algumas delas áreas de uso comum de comunidades tradicionais locais. Em nível estadual, duas unidades de conservação foram modificadas em 2017, a Floresta do Palmito, recategorizada para Parque Estadual do Palmito, e a Estação Ecológica do Guaraguaçu, que teve seus limites ampliados. Juntas elas passaram de 1,86 mil para 6,51 mil hectares de áreas de proteção integral. (AEN, 2017). Para os próximos anos o cenário é propício para criação de novas UCs restritivas na região, principalmente utilizando da estratégia para mitigar ou “justificar” indiretamente certos danos gerados por grandes obras de cunho desenvolvimentista, como as portuárias e grandes obras de infraestrutura pública. Assim, a criação de UCs restritivas é vista como uma moeda de troca do Estado frente aos impactos do desenvolvimento desenfreado gerado pelas atividades portuárias e industriais, deixando no meio dessa disputa populações tradicionais que ainda dependem do uso do espaço e dos recursos para a manutenção dos seus modos de vida. Além disso, essa discussão também traz à tona a forma como as unidades são implantadas, em alguns casos ainda sem a consulta da população local afetada e por deliberações realizadas de “cima para baixo”.

Ainda em relação às UCs, outra realidade preocupante para o futuro do cenário local é a questão de privatização de unidades para fins de exploração turística, de exploração madeireira “sustentável” e/ou garantia de espaços estratégicos pela iniciativa privada. Esse ainda não é um fato eminente no litoral paranaense, mas pode se tornar frente às posições políticas-ideológicas e interesses de futuros governos, principalmente de linhas neoliberais. No estado de São Paulo, por exemplo, foi aprovado a Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016, que autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de unidades de conservação estaduais ao setor privado. Dentre as UCs contidas na lei está o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, unidade de conservação que fica limítrofe ao estado Paraná na região litorânea, fazendo divisa com o Parque Nacional do Superagüi⁵³. Entende-se que um cenário como esse tende a piorar ainda mais a situação de vida das comunidades tradicionais que vivem envoltas por relações conflituosas com a gestão pública

⁵³ Essas duas unidades e outras contidas no litoral do estado paranaense e litoral sul paulista compõem o Mosaico de Unidades de Conservação Lagamar (Portaria MMA nº 150, de 8 de maio de 2006), que é um conjunto de 34 UCs, federais, estaduais e municipais, que integram uma das áreas mais conservadas de Mata Atlântica no ambiente litorâneo no Brasil (<http://www.icmbio.gov.br>).

de unidades de conservação, como aponta o pesquisador da área Antonio Carlos Diegues em entrevista concedida em 2017 (INSTITUTO INTERSABER, 2017). No caso da privatização das UCs, a situação pode condicionar a anulação completa de qualquer condição de diálogo ou reivindicação por direitos à permanência e ao uso dos recursos pelas comunidades em seus territórios tradicionais. Em 2015, no estado do Paraná, foi cogitada a privatização de quatro parques estaduais, dentre eles o Parque Estadual da Ilha do Mel (GAZETA DO POVO, 2015f). A proposta não avançou na época, o que não gerou sua concretização. Contudo, não se sabe o dia de amanhã e os ideais dos futuros governantes.

Outra possibilidade também para o cenário local do litoral é a inserção de outros tipos de uso quase que inexistentes na região. Como por exemplo, práticas de extração de recursos minerais. A mineração é desenvolvida no litoral na forma de pedreiras. Contudo, estudos sobre o potencial da exploração mineral no litoral foram desenvolvidos pelo IPARDES no final da década de 1970. Uma exploração intensa em si nunca foi colocada em prática, mas interesses econômicos podem sempre viabilizar essas ações em cenários futuros. Outra possibilidade futura é a intensificação das explorações de petróleo offshore. Ambas atividades de mineração podem ser consideradas como de alta geração de impactos e passíveis de conflitos ambientais. (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; PORTO; MILANEZ, 2009).

Assim, a perspectiva futura é para que o litoral do Paraná continue sendo palco para operação de fluxos ligados à rentabilidade econômica, isso à custa da modificação da realidade (fixos), seja da paisagem e das próprias relações sociais das populações locais. Por outro lado, conforme afirmam diversos autores (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; PORTO; MILANEZ, 2009; ACSELRAD, 2010), situações como as expostas anteriormente, de intensificação de uso do espaço, tendem a aumentar ou aflorar os conflitos socioambientais muitas vezes já existentes, mas por outro lado podem apresentar possibilidades de criação de espaços públicos de discussão e demais formas de resistência. Dessa forma, ao mesmo tempo em que esse sistema é injusto e desterritorializador, pode possibilitar modelos alternativos de desenvolvimento e estruturas de resistência ao modelo homogeneizador hegemônico instaurado.

Localmente alguns grupos de pescadores já vêm desenvolvendo ações coletivas de resistência frente aos processos geradores de injustiças ambientais. Na verdade, dentro do contexto socioambiental do litoral paranaense se vê uma grande diversidade de ações coletivas e instituições com implicações diretas em práticas de resistência e luta no espaço local. Dessa maneira, acredita-se que para a região, assim como para outras realidades (MARTINEZ-ALIER, 2004; 2007; ACSERLAD; MELLO; BEZERRA 2009; ACSERLAD et

al., 2012), é cada vez mais notório que o tratamento das injustiças ambientais se torna efetivo quando feito por meio de ações consistentes na esfera política por parte dos sujeitos interessados, principalmente ações de resistência frente aos problemas presentes no contexto local. Isso foi apresentado ao longo dos capítulos anteriores quando descrita as diversas ações de resistência frente às formas hegemônicas de produção do espaço. Ações que vem construindo diferentes relações do processo de territorialização da pesca artesanal, e serão melhor apresentadas e sistematizadas nas seções seguintes deste trabalho.

Esse contexto realça a necessidade das ações de resistência da pesca artesanal, principalmente as de cunho coletivo em forma de movimentos sociais e demais organizações. Nesses casos conflituosos, o controle do território pesqueiro pelos pescadores artesanais e a sua territorialização devem obrigatoriamente passar pelas diversas ações e vias de resistência, sendo esse o caminho pela busca de direitos. Assim, nas seções seguintes serão apresentados alguns casos que destacam as pressões sofridas pelos pescadores artesanais, e as suas ações de resistência frente às ações desterritorializadoras, mostrando como esse processo resultou na territorialização dos grupos pesqueiros. É destacada nos casos a relação da tríade TDR de grupos de pescadores artesanais do litoral do Paraná. Em alguns desses casos as ações de resistência auxiliaram numa melhor reterritorialização dos grupos envolvidos ou no próprio combate à desterritorialização dos pescadores. Em outras situações, as resistências observadas não foram suficientes para garantir os interesses dos pescadores envolvidos.

PARTE III – CASOS DA DINÂMICA TDR ENVOLVENDO A PESCA ARTESANAL NO LITORAL DO PARANÁ E OS EFEITOS DAS RESISTÊNCIAS DOS PESCADORES NESSES PROCESSOS

Nessa parte do trabalho são apresentados alguns casos da dinâmica TDR que envolvem a pesca artesanal local, assim como os efeitos das ações de resistência na luta pelo território pesqueiro das comunidades envolvidas, e as consequências destas ações na produção socioespacial de cada parcela do litoral paranaense descrita. Os casos apresentam como a luta pelo território é um processo de estratégias variadas, que dependem das circunstâncias de cada caso, dos atores envolvidos e das possibilidades de busca por direitos das comunidades.

Para isso foram escolhidos quatro estudos de caso que representam a diversidade de dinâmicas TDR envolvendo a pesca artesanal existente na região. Os casos analisados são ligados às três principais formas hegemônicas de produção do espaço identificadas para a realidade estudada. Dois casos são ligados ao uso balneário e turístico, o caso da comunidade de Barrancos e o da comunidade de Guapê, ambos no município de Pontal do Paraná; um caso ligado ao uso portuário e industrial, o da Vila Becker, mais especificamente o dos pescadores do Canal da Anhaia, em Paranaguá; e o caso do surgimento dos movimentos sociais da pesca artesanal no litoral norte do Paraná frente às restrições que lhes são impostas pelo do Estado através das estratégias de conservação ambiental, principalmente a criação de unidades de conservação de proteção integral.

6. OS CASOS DE TDR ANALISADOS NO LITORAL DO PARANÁ

6.1. O Caso da Comunidade de Barrancos e a sua Luta Contra a Especulação Imobiliária para o Uso Balneário

O caso da comunidade de Barrancos é considerado aqui como uma das primeiras lutas de um coletivo de pescadores artesanais contra uma das formas hegemônicas de produção do espaço presentes no litoral do Paraná. A comunidade de Barrancos está localizada no município de Pontal do Paraná, e em 2006 possuía 64 casas, ocupadas por aproximadamente 160 pessoas. (SILVA, 2006). No caso, a comunidade enfrentou desde meados da década de 1950 pressões de agentes ligados à especulação imobiliária para uso

balneário e turístico da região, o que ao longo dos anos veio a ser centralizado pela Empresa Balneária Pontal do Sul S/A. A empresa e demais agentes do mercado de terras sempre alegaram estar sob sua tutela a área ocupada pela comunidade, isso devido a cessão de uso para loteamento feita pelo estado do Paraná e posteriormente município de Paranaguá. Essa cessão se deu através da Lei nº 249, de 1949, pelo qual o estado do Paraná repassa ao município de Paranaguá terras devolutas em Pontal do Sul, o qual na sequência cedeu a exploração da área pelo capital privado a partir do loteamento das glebas de terra, se respeitando as posses e os direitos dos grupos que já ocupavam a região. Entretanto, isso não ocorreu dessa maneira, já que há em várias menções de expulsão de territórios e supressão de direitos humanos na região. Essa relação mostra a lógica da maioria das atuações do Estado em relação ao controle e mercantilização de terras, servindo como um agente de expropriação de áreas comuns pelo capital privado, realidade muito comum em diversas regiões do Brasil. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Conforme liderança da comunidade de Barrancos, as estratégias da empresa para retirada da comunidade eram as mais diversas possíveis. Primeiro tentavam pelo poder da chantagem, oferecendo terrenos escriturados em outras localidades do litoral, geralmente próximas à localização da vila, mas mais limitados que o território da comunidade. Com o aumento da resistência da comunidade para permanecer no local, principalmente de suas lideranças, as pressões começaram a ser em forma de ameaças verbais e monitoramento de áreas adjacentes as da comunidade por capangas contratados pela empresa. Essas passagens podem ser recuperadas na fala da principal liderança de Barrancos a defender a comunidade nesse caso:

(...) ai eles chegavam nos pescadores, davam um terreno documentado e loteavam (...)
(...) ai eles começaram a medir, e se você quisesse discutir colocavam um policia na frente. Ai eles foram tomando (...) o povo não tinha saída. Era um tostão contra um milhão!
(...)
Eles traziam capanga deles mesmo. Eles intimidavam! Mas a gente tava preparado mesmo.
(...)
Eles falavam, “qualquer dia vamos traze o Jair no pau, que nem um porco”.
(Entrevista nº 4).

Frente às pressões sofridas, em meados da década de 1970 as lideranças locais resolveram ingressar com um processo judicial solicitando o usucapião de suas terras. O processo foi conduzido por diferentes escritórios de advocacia, estando hoje com um escritório de Curitiba. O autor principal da causa é o patriarca da família local e sua esposa,

hoje já falecidos. A decisão judicial final do processo saiu no ano de 1995, dando ganho de causa para a comunidade, que ao fim conseguiu a propriedade de uma área com aproximadamente de 769.048 m². A faixa ocupada pela comunidade se dá nas áreas mais próximas à orla marítima, enquanto as regiões para dentro de continente ainda não são ocupadas (FIGURA 21). Conforme a liderança local, a comunidade possui duas escrituras do seu terreno (território), que são basicamente os dois polígonos apresentados na FIGURA 21.

A conquista da área pela comunidade aparentemente gerou interferências no processo de constituição de balneários da região. Entre os balneários de Shangri-lá e Atami, parte de propriedade da comunidade Barrancos, se observa uma área isenta de loteamentos (FIGURA 21). Essa ação mostra a o papel da resistência dos pescadores artesanais na diferenciação socioespacial nessa região do litoral, o que trouxe para o grupo de Barrancos uma garantia de permanência no seu lugar de origem, sendo agente significativo para a produção do espaço nessa realidade. Importante destacar que as áreas a norte do terreno da comunidade pertencem a um advogado que atuou na causa descrita e a demais sujeitos que eram ligados à realidade local na década de 1970, áreas essas que também não foram loteadas.

FIGURA 21 – ÁREA CONQUISTADA ATRAVÉS DE PROCESSO JUDICIAL DE USUCAPIÃO PELA COMUNIDADE DE BARRANCOS, EM PONTAL DO PARANÁ, DESTACADA PELO POLÍGONO EM VERMELHO QUE APRESENTA O PERÍMETRO APROXIMADO DO ESPAÇO.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

Segundo o entrevistado, a área da praia já tinha sido vendida pela empresa responsável pelo loteamento. Porém, quando estava para ser julgada a causa, e o ganho

parecia eminente a favor da comunidade, a empresa passou para o nome do patriarca do grupo a área mais próxima da praia, conforme o entrevistado, com a intenção de que a comunidade suspendesse a ação judicial. Posteriormente a comunidade ganhou na justiça a área mais para dentro de continente (FIGURA 21). Atualmente a área ganha por usucapião se encontra em fase de divisão entre os sete herdeiros do patriarca, e dos filhos e netos dos herdeiros principais.

Hoje em dia quem assumiu as negociações sobre a questão judicial da comunidade é um dos filhos do patriarca autor do processo. Este senhor, pescador aposentado de 79 anos, liderança local da comunidade, foi entrevistado para esta pesquisa. A liderança foi apontada por outros entrevistados da pesquisa que conhecem o caso de Barrancos em específico, como a vereadora de Pontal do Paraná (neta da liderança descrita) e um técnico da EMATER, como a principal figura responsável pelo ganho da causa da comunidade. Conforme a liderança, o senso de luta frente à situação foi herdado do pai que, desde a década de 1950, enfrentava os agentes que tentavam impor a retirada da comunidade.

A liderança de Barrancos apresentou na entrevista diversos momentos ao longo do processo onde houve enfrentamento com agentes atuantes a favor da Empresa Balneária Pontal do Sul, tanto os advogados no âmbito dos tribunais, como de “capangas” que intimidavam a comunidade, tentando os forçar a largar a causa e abandonar o seu território. Segundo o entrevistado, o fato da empresa ter vendido os terrenos onde se localiza a comunidade antes do julgamento da causa, realçou o interesse da empresa na disputa pela área. Esses fatos são salientados pela fala do entrevistado:

Ai saiu o usucapião. Ai eles começaram a bater de frente. Eles não queriam perder. Eles já tinham vendido (...) desse rio daqui (...) até aqui, com nós dentro. Eles já tinham vendido (...) com todo mundo dentro!

(...)

Se a gente não brigasse por isso aí, tava ferrado! (Entrevista nº 4).

A liderança apontou a EMATER, e os técnicos do órgão presentes na região desde o final da década de 1970, como os principais estimuladores da comunidade na busca por seus direitos. Conforme o entrevistado, os extensionistas traziam orientação e estímulo para se recorrer ao âmbito jurídico. A conquista da área é tida pela liderança local como crucial para permanência da comunidade no local, além de ter garantido a manutenção da atividade pesqueira para alguns dos moradores. Entretanto, o entrevistado afirma que com a divisão dos terrenos entre os herdeiros diretos e as demais gerações da família, é possível que alguns proprietários queiram vender suas partes, podendo especular frente às áreas ganhas, o que é

uma opção dos herdeiros, mas que é aqui aceito como uma ação que pode desarticular o grupo e comprometer a sua manutenção na atividade pesqueira, pelo menos daqueles que ainda são pescadores.

Importante destacar que quando a ação judicial se iniciou na década de 1970 o ambiente local ainda era pouco urbanizado, estando numa fase de transição de espaço rural para urbano, onde teoricamente imperam lógicas mais solidárias e de compadrio. Atualmente a comunidade já está inserida completamente numa lógica urbana, que é totalmente ligada ao mercado de lotes e na especulação desse mercado, e mais próximo de um individualismo característico da sociedade capitalista moderna. A escolha dos integrantes da comunidade pode pender futuramente para qualquer uma das lógicas, ou para a fixação no espaço e consequente permeação da pesca na estrutura urbana atual ou a venda e especulação dos parciais de terra destinados a cada família, o que pode levar a uma descaracterização da paisagem local, quem sabe integrando os loteamentos dos balneários de Shangri-la e Atami, desarticulando a comunidade local, e quem sabe para aquelas famílias que resolverem sair desse espaço, até o abandono da atividade pesqueira pela busca de outras posições laborais.

Para esse caso se ressalta a afirmação de Lefebvre (2006), que destaca a diferença de “apropriação” e “propriedade” do espaço, cada um com seu tempo, ritmo, símbolo e práticas atribuídas à realidade. Para o caso de Barrancos, atualmente o espaço esta mais próximo de ser funcionalizado à lógica do capital mercantilizado, pois é uma propriedade do grupo que será dividida entre seus membros, e teoricamente deixará de ser apropriada pela coletividade.

Atualmente a comunidade também vive a expectativa do pagamento de indenizações devido à construção de estradas que passam pelo terreno conquistado. Uma das estradas é a já implantada PR-412, que liga Matinhos à Pontal do Sul, e que segundo a liderança local, deve render uma indenização milionária à comunidade local. A outra estrada é a Faixa de Infraestrutura, que está na fase de projeto e licenciamento ambiental, mas que se construída deve cortar o terreno da comunidade.

Dentro disso se vê que o ganho do território pela comunidade através da sua resistência, principalmente com a entrada do processo judicial de usucapião, além de possibilitar a permanência da comunidade na região, pôde garantir uma capitalização dos herdeiros do patriarca autor do processo. Assim, a luta pela permanência em seu território também rendeu à comunidade perspectivas futuras de uma capitalização possivelmente oriunda do mercado de terras. Segundo a visão do entrevistado, caso não houvesse ocorrido a luta pelo território, a comunidade não estaria mais junta como é hoje. Isso pode ser retirada da fala do entrevistado:

Ah não! Aí acho que não tavam o pessoal. Não tavam. Porque, esse pessoal tariam tudo um pro lado, outro pro outro. Pra lá embaixo de rio. Porque, porra não tinha como. Aqui, por Deus do céu, Deus que avaliou isso na hora certa. A gente conseguiu essa terra pra todo mundo aí. (Entrevista nº 4).

Se destaca também nesse caso a importância do apoio externo em casos de injustiças ambientais. Mesmo que meramente de ordem de orientação, a EMATER foi apontada com um agente importante na condução do caso, já que reforçou com a comunidade os seus direitos sobre seu território. Essa ação fez com a comunidade resistisse, buscando seus direitos por meios judiciais.

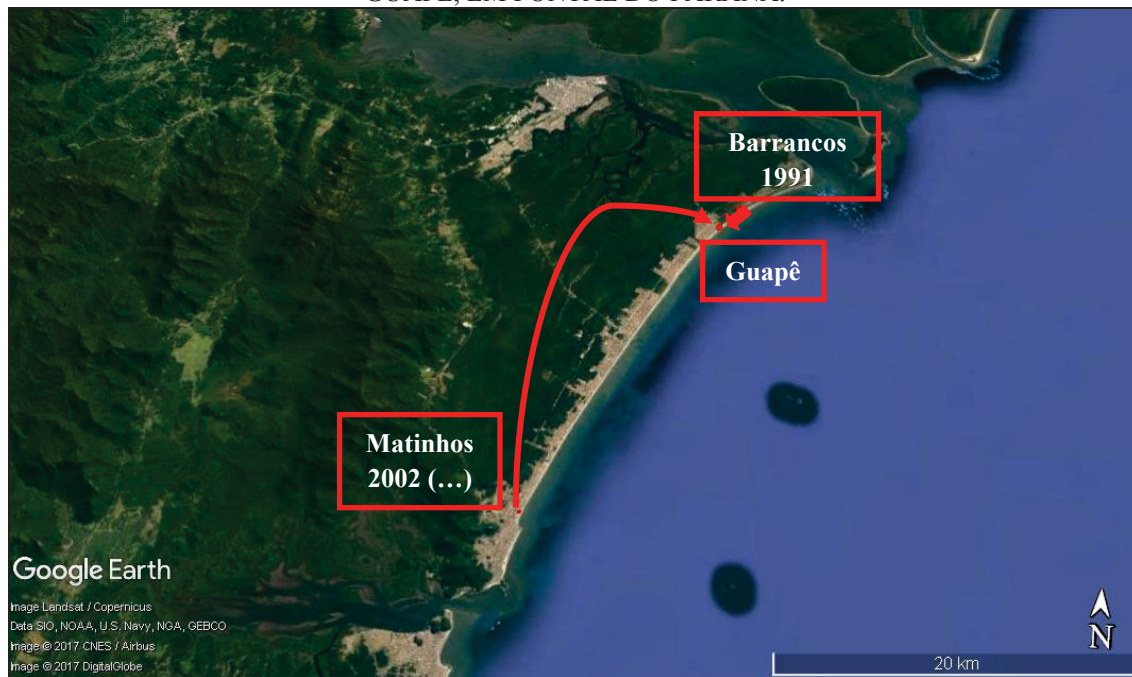
Por fim, também se destaca o papel da justiça na garantia pelos direitos territoriais da comunidade. Mesmo que ainda não havendo a presença dos novos atores do âmbito jurídico com atuação local, Defensorias e Ministérios Públicos, a comunidade buscou esse meio e teve ganho de causa, resistindo assim pela sua territorialização.

6.2. A Constituição da Comunidade de Guapê, em Pontal do Paraná: da Desterritorialização em Matinhos Até a Conquista da Nova Área de Ocupação pela Negociação com a SPU

A comunidade pesqueira de Guapê se localiza no perímetro urbano do município de Pontal do Paraná (FIGURA 22), sendo composta por um grupo relativamente pequeno. Em 2017 eram dez famílias de pescadores que possuíam origem diferenciada. Entretanto, o caso é exemplificador da dinâmica TDR que vem sendo imposta aos pescadores artesanais do litoral do Paraná a partir da década de 1950 devido as novas formas de produção do espaço local. Das famílias da vila cinco tem origem da vila de Barrancos, a aproximadamente 2 km da atual localidade do grupo. Em 1991 o patriarca dessas famílias resolveu mudar para o Guapê buscando melhores condições de infraestrutura urbana. Outras quatro famílias têm origem em Matinhos, a 24 km do Guapê. Essa parte da comunidade migrou para o Guapê em 2002 e em anos subsequentes, quando tiveram de sair de Matinhos por um caso de desocupação forçada da área em que moravam. Uma família do Guapê é de origem desconhecida. A constituição da vila de Guapê se dá na ramificação das famílias de origem, nas uniões entre membros dessas famílias e na vinda de alguns sujeitos externos a esses núcleos familiares. A origem das principais famílias da comunidade é apresentada na FIGURA 22. A história do processo de desocupação das famílias de Matinhos em 2002 e a posterior pulverização desse grupo de

pescadores artesanais, assim como a busca pela territorialização da comunidade de Guapê, principalmente pela resistência da comunidade em regularizar a sua situação, ao longo da década de 2010, é relatada na sequência do texto.

FIGURA 22 – ORIGEM E ANO DE MIGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE FORMAM A COMUNIDADE DE GUAPÊ, EM PONTAL DO PARANÁ.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

No caso de Matinhos, a comunidade era composta por aproximadamente 40 famílias, que ocupavam uma área entre a praia e a PR-412, que liga Matinhos à Pontal do Paraná, área considerada patrimônio da União (FIGURA 23). Conforme informações a partir de conversas informais com pescadores de Matinhos que viviam na região na época do acontecido, a ocupação inicial do local por pescadores artesanais data das décadas de 1950 e 1960, ou seja, uma territorialização com o espaço local que perdurou no mínimo 40 anos. No período da retirada da comunidade havia no local famílias que não eram de pescadores, entretanto, não se conseguiu contabilizar quantas eram. Mas conforme os informantes locais a maioria eram famílias de pescadores artesanais.

FIGURA 23 – IMAGENS DE 2001 E 2016 DE MATINHOS COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA A ÁREA OCUPADA PELA COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

No ano 2000 correu uma forte ressaca⁵⁴ no litoral paranaense, que acabou alagando grande parte das casas da comunidade em Matinhos, fazendo com que seus moradores saíssem às pressas do local. Depois desse evento, toda a comunidade começou a ser notificada pela SPU para sair da região. Nessa parte houve divergências em relação ao levantamento dos

⁵⁴ Evento meteorológico de fortes ventos, combinado a uma maré meteorológica intensa, caracterizado pelo avanço do mar em regiões onde normalmente não alcançadas pelas ondas marinhas. Quando muito intenso esse processo gera danos a propriedades, bens públicos e demais ocupações próximas à orla, provocando inundações nesses espaços.

dados. Alguns pescadores afirmaram que as notificações de despejo pela SPU já ocorriam antes do ano 2000, outros falaram que só começaram a ocorrer depois da ressaca. Entretanto, todos foram categóricos em afirmar que após a ressaca a pressão para a retirada das famílias aumentou. A alegação para a retirada das famílias, prioritariamente pela prefeitura de Matinhos que, segundo informantes, foi quem acionou a SPU para a realocação dos pescadores, era por motivo das residências estarem em condição de risco para a moradia. Porém, conforme a liderança do Guapê, entrevistada para a pesquisa, apenas cinco famílias que moravam no local perderam tudo, e precisariam de auxílio até para a reconstrução das casas, para as demais famílias as perdas poderiam ser superadas pelo núcleo familiar. Já alguns pescadores de Matinhos em conversas informais para a pesquisa, afirmaram que o prefeito da época pretendia fazer no local um centro de convivência e serviços ao turismo⁵⁵, e para isso precisava retirar os pescadores.

As ocupações dos pescadores também podem ser vistas de maneira negativa pelos turistas e demais agentes do turismo locais, que podem ter realizado uma pressão junto ao poder público local para a retirada dos pescadores. Essa percepção foi levantada pela liderança da pesca de Ipanema, em Pontal do Paraná, para a realidade desta comunidade, que apresenta características semelhantes ao caso de Matinhos, localizada na faixa de restinga e sofrendo as mesmas pressões, sendo aceita assim para uma análise de outras localidades semelhantes do litoral. Segundo o entrevistado, alguns veranistas/turistas e demais agentes ligados ao setor, exercem pressão sobre o poder público local, alegando comprometimento estético devido à presença das casas de pescadores na faixa de restinga:

Existe. Se a gente negar a gente tá tentando fechar os zóio pra alguma coisa natural que existe sim. Alguns deles que tem a descrição. Por duas razões e eu até concordo com ele, tá. Ele comprou de frente pro mar, paga o imposto duplo. Paga o IPTU, imposto predial, normal como qualquer lugar, mais uma taxa da marinha, laudêmio, que é uma taxa de ocupação da área da marinha. Que ele tá de frente pra ela, e tá usando os primeiros terrenos aqui. Paga uma taxa independente pro Patrimônio da União. E tem essa favela na frente que prejudica. Já há o deles que adora vir e ficar observando, vir fotografar, acompanhar. (Entrevista n° 27).

A descrição do processo e da constituição da vila de Guapê pode ser recuperado na fala da liderança da comunidade de Guapê, uma mulher de aproximadamente 30 anos, que tem grande parte da sua história ligada a esse processo de desterritorialização:

⁵⁵ Depois da retirada das famílias alguns projetos já foram planejados para o local, como a engorda de praia, que compreenderia um mole com espaço de convivência no local, e mais próximo de 2017 um novo mercado municipal do município, obra que até o final desta pesquisa se encontrava embargada pelo MP.

São duas partes na história, tem uma pessoal minha e tem a parte da comunidade ao todo, que na verdade não deixa de ser minha por ser de família. São duas famílias. A gente já tinha sofrido algo parecido em Matinhos. Minha mãe e meu pai moravam lá, e teve uma ação da prefeitura junto com a União. Na verdade mais uma ação da prefeitura, que retirou toda uma área. E nessa área tinha a minha família. (...) Depois da ressaca teve uma verificação da prefeitura que ali seria uma área de risco e tudo mais. Só que foi uma causa meio distorcida porque ainda existe pessoas lá. Só saíram poucas famílias. Então assim, dessas que saíram foi o meu pai. A prefeitura até deu uma localidade (...) só que 5 km longe, pra dentro do rio. Meu pai, como pescador nato, não aceitou de maneira alguma. Porque todo o pescador é muito visado em tá perto do mar, por causa da tradição dele. Tem que tá perto, tem que tá verificando a cada dez minutos o mar, pra poder dar continuidade no dia seguinte e tudo mais. E não conseguimos ficar lá. E daí a gente veio aqui pra Pontal na possibilidade de vir morar pra cá. Viemos morar novamente numa área de União. Chegamos ali, ficamos três anos, de início eu casei com um pescador também daqui. Da mesma localidade. E a família do meu marido tinha mais seis irmãs que morava ali, então tipo, essa é a comunidade ao todo. (Entrevista nº 11).

Conforme relatado na fala da liderança de Guapê, foi ofertado pela prefeitura de Matinhos um novo local para ocupação de residência aos pescadores. Segundo o presidente da Colônia de Matinhos, a colônia cedeu um terreno que tinha para a ocupação dos pescadores, e um programa do governo do estado do Paraná tinha a verba para a construção das casas para os pescadores. O fato é que a nova área de ocupação era a uma localidade 5 km distante da costa, impunha algumas restrições momentâneas na questão de venda e locação do imóvel, e segundo informações, no momento da mudança as casas ofertadas não possuíam toda a infraestrutura urbana básica (energia elétrica, água encanada e saneamento). Alguns pescadores, por não ter alternativa, e não querer enfrentar o poder público, aceitaram a oferta. Outros, como o pai da entrevistada, não aceitaram essa proposta inicial, permanecendo na sua ocupação original em frente ao mar. Em 2001 veio a liminar da justiça para a retirada de todas as famílias do local. Segundo a entrevistada, os agentes públicos falaram para alguns pescadores “*alugue uma casa para tirar as coisas*”. Segundo ela, algumas famílias, incluindo a dela, entraram com uma ação judicial contra a desocupação para ficar no lugar, mas a causa não avançou, e não foram encontradas informações sobre tal processo.

A retirada definitiva dos moradores que ainda ocupavam o lugar e a demolição de todas as casas ocorreu no dia 08 de julho de 2002. O relato dos fatos da retirada das famílias foi obtido pela entrevista com a liderança de Guapê e por um vídeo amador, de aproximadamente uma hora, fornecido pela liderança da comunidade que apresenta cenas do acontecido. A demolição das casas ocorreu durante um jogo do Brasil da Copa do Mundo de Futebol do Japão e Coréia do Sul, momento que poderia ser aproveitado na comunidade para interação entre seus membros, como ocorre em quase todo o país devido à tradição futebolística nacional, mas que teve suas atenções voltadas para essa experiência traumática

do ponto de vista dos direitos humanos. Ao longo das gravações, num paralelo ao clima de Copa do Mundo, são soltos foguetes e há gritos de fundo “*Aqui é o Brasil!*”, e outro grita “*Um a zero pro Brasil.*”, se referindo ao jogo da Copa do Mundo. E um terceiro exclama “*Se é que tem Brasil. Aqui não é Brasil*”. As falas das pessoas presentes na desocupação refletem a indignação da população frente ao acontecido, fazendo uma alusão à ausência do Estado brasileiro na garantia dos direitos das populações mais vulneráveis. Também se interpreta esse momento da desocupação como estratégico por parte dos agentes públicos, afinal por que a última ação de retirada das famílias e demolição das casas seria programada para o mesmo dia de um jogo do Brasil na Copa do Mundo, sabendo da tradição de tal evento para a população do país?

Ao longo da filmagem são vistos tratores, carros da polícia militar do Paraná, carros da Copel, para o desligamento da energia elétrica antes da demolição das casas, e agentes da polícia federal, todos atuando na retirada das famílias e demolição das casas (FIGURA 24). Também são vistos emissoras de televisão cobrindo o caso. Há mais de dez policiais que protegem as ações de demolição, os pescadores ficam fora da área de atuação das máquinas, impedidos pelos policiais e pela faixa de segurança. Conforme alguns pescadores que falam no vídeo, algumas casas foram derrubadas naquele dia sem liminar de despejo, sendo caracterizado abuso de autoridade, conforme o advogado dos pescadores, que fala na filmagem. Ações que aparentemente vão contra a lógica do direito de resistência de todo cidadão. (ARAÚJO, 2001). Ao longo do vídeo também são recolhidos depoimentos de alguns pescadores locais expressando outras situações de abuso de autoridade e de violação de direitos humanos por parte dos agentes públicos, como a entrada sem aviso nas residências, ofensas aos moradores e a demolição das casas sem a possibilidade de retirada dos bens móveis de algumas famílias.

No vídeo podem ser vistos pontos comerciais, como bares e peixarias, casas de dois andares e várias de casas de alvenaria que foram demolidas (FIGURA 25). Segundo a liderança de Guapê, a casa em que ela morava era avaliada em 45 mil reais. Mas as perdas para as famílias também foram de ordem social e afetiva. O pai e a mãe da entrevistada se separaram, pois segundo ela, após a expulsão o pai foi morar em um rancho de pesca no Guapê, mas mãe ainda trabalhava na prefeitura de Matinhos, havendo a necessidade de ela passar alguns dias no município. Em pouco tempo o casal se separou. Segundo a entrevistada “*todas famílias de lá ficaram desestruturadas (...) tem pessoas dispersas*” (Entrevista nº 11). Outro pescador de Matinhos também alegou em conversa informal que separou da esposa

após a realocação, pois ficou um tempo sem residência, morando de favor na casa dos parentes.

FIGURA 24 – IMAGENS DA AÇÃO DE DEMOLIÇÃO DAS CASAS DE PESCADORES ARTESANAIS DE MATINHOS, EM JUNHO DE 2002.



FONTE: Vídeo amador da demolição das casas de Matinhos (2002).

FIGURA 25 – ANTES E DEPOIS DE IMÓVEIS DE PESCADORES ARTESANAIS DEMOLIDOS EM MATINHOS, EM JULHO DE 2002.



FONTE: Vídeo amador da demolição das casas de Matinhos (2002).

O antes e depois da paisagem, do local de onde foram retiradas as famílias de pescadores em Matinhos, com imagens de 2001 e 2016, pode ser observado na FIGURA 23. O que se observa na imagem é que residências a sul e a norte do local de ocupação dos pescadores, que já existiam em 2001, continuaram presentes na composição da paisagem no ano de 2016. Como diz a entrevistada “foi uma causa meio distorcida porque ainda existe pessoas lá. Só saíram poucas famílias” (Entrevista nº 11). Essa constatação também pode ser identificada na FIGURA 26, onde em primeiro plano aparecem as casas dos pescadores demolidas, e ao fundo uma casa de veranista ainda em pé. Esse contexto remete para o papel do Estado, seja na forma da prefeitura ou da SPU, na diferenciação socioespacial do espaço urbano, segregando grupos sociais de baixa renda para áreas exclusas, e reservando espaços mais valorizados para os interesses individuais de grupos econômicos ou para ações de caráter eleitoral.

FIGURA 26 – IMAGEM DAS CASAS PESCADORES DEMOLIDAS EM MATINHOS NO ANO DE 2002, COM DESTAQUE PARA UMA CASA DE VERANISTA AO FUNDO QUE NÃO FOI DEMOLIDA.



FONTE: Vídeo amador da demolição das casas de Matinhos (2002).

Todo esse caso é caracterizado como um processo claro de desterritorialização das famílias de pescadores artesanais, encabeçado por agentes do Estado, segundo informações levantadas prioritariamente pela prefeitura, que demandaram a retirada da comunidade. Nesse caso a desterritorialização foi relativa para algumas famílias, que abandonaram o seu território, mas foi também absoluta para outras famílias, que perderam a condição simbólica de pescador artesanal, abandonando assim a atividade. (HAESBAERT, 2004).

A reterritorialização das famílias se deu de diferentes maneiras. Algumas famílias foram morar em Curitiba e deixaram de pescar. Outras foram morar na área de realocação estruturada pela prefeitura, mas não conseguiram ficar no local cedido. Segundo a entrevistada isso ocorreu por dois motivos. Primeiro pelo local ser muito longe da costa, o que dificultava a prática pesqueira. Conforme os relatos da entrevistada uma das famílias que aceitou a casa da realocação não conseguiu trabalhar, pois tinha que sair 3h da manhã para arrumar a embarcação para ir pescar. Em uma temporada de pesca foram para o Guapê e resolveram ficar, estando no grupo que conseguiu um terreno junto ao SPU. E o segundo motivo é que o local virou ponto de marginalidade, possivelmente se tornando uma área de fixação de famílias pobres que vem de outras regiões em busca trabalho e melhores oportunidades de vida no litoral, mas que não encontrando essas oportunidades acabam se voltando para ações criminais, como destacam Deschamps & Kleinke (2000). A realocação de uma comunidade tradicional também pode acarretar mudanças nos costumes, das formas de convivência e nos relacionamentos, humanos e com o lugar, sendo esses apontados para outras localidades como fatores que introduzem condições de criminalidade nos agrupamentos compostos por pescadores artesanais (MOTA, 2007).

A partir dessa primeira parte deste estudo de caso, aceita-se que parte da gênese da comunidade de Guapê é pautada em um processo de conflito ambiental de ordem territorial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), já que resultou em uma apropriação da base territorial da comunidade pesqueira de Matinhos por atores do Estado, aparentemente por pressões de outros agentes locais. Desse processo deriva uma clara injustiça ambiental à comunidade pesqueira, que foi expulsa do seu território, enquanto outros usuários do espaço, como turistas e demais comerciantes que não eram pescadores, permaneceram nas redondezas. O caso descrito também aponta para múltiplas sequências de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos pescadores artesanais. Conforme exposto, alguns pescadores expulsos da área a beira mar se reterritorializaram no terreno autorizado pela prefeitura, mas não se adaptaram a esse novo cenário pelos motivos já apresentados. Alguns migraram para o Guapê, tendo de se reterritorializar a uma nova realidade.

Assim, a territorialização dos pescadores artesanais oriundos de Matinhos na comunidade de Guapê ocorre em dois momentos. Primeiro os que foram direto após a expulsão da área à beira mar em Matinhos, no caso a família da liderança da comunidade entrevistada para esta pesquisa. E num segundo momento, o núcleo familiar que foi após uma tentativa de territorialização na área direcionada pela prefeitura em Matinhos, mas que preferiu se mudar do município para ficar mais próximo da praia, o que facilita a realização da sua prática laboral. Esses núcleos familiares com origem no município vizinho vão se instalar junto ao outro núcleo familiar de pescadores que já ocupava o Balneário Guapê, e que tinha migrado para aquele lugar em 1991. Todas as famílias passam a construir suas casas numa faixa de restinga, área compreendida como patrimônio da União (FIGURA 27).

Depois dessa migração em 2002 das famílias de pescadores, o balneário de Guapê, mais especificamente a faixa de restinga ocupada por esses núcleos familiares pesqueiros, começa a ser alvo de ocupação por famílias de baixa renda de não pescadores, aumentando assim a densificação populacional na área (FIGURA 27). Conforme informações da entrevistada, as famílias de não pescadores se encontravam em situação de maior vulnerabilidade social, e em alguns casos eram envolvidos com o tráfico de drogas e demais formas de criminalidade.

FIGURA 27 – SEQUÊNCIA DE IMAGENS DOS ANOS DE 2002, 2014 E 2016 DA COMUNIDADE DE GUAPÊ, EM PONTAL DO PARANÁ, DESTACANDO EM VERMELHO A ANTIGA ÁREA OCUPADA E EM VERDE A ÁREA DE OCUPAÇÃO CEDIDA PELA SPU.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

A partir do ano 2010, todas as famílias que ocupavam essa faixa de restinga começaram a receber mais intensamente notificações da SPU sobre a sua ocupação irregular em uma área considerada patrimônio da União. Outro problema do local eram ligações clandestinas de água e energia elétrica que eram feitas, pois as empresas de fornecimento dos serviços básicos não vinham mais fazendo as ligações nessas áreas. Além disso, novas construções ou reformas mais significativas no domicílio tinham de ser feitas de maneira

rápida e geralmente camufladas, pois caso fossem reconhecidas pelo poder público poderiam ser rapidamente embargadas. Os reflexos desse cenário são expressos na fala da entrevistada:

Então, assim, com tudo isso, já agravava o jeito da própria família. Dava aquelas confusões. Dá um desanimo da própria profissão de pesca. Porque a gente tava ali pra pesca e já não podia nem ter uma residência boa. Já dava aquele desanimo de ir pescar, de continuar com a pesca, e tudo mais. Várias vezes meu marido já queria deixar de ir pescar por causa disso. Mas a vida dele era pescar com o pai, com vó, e tudo. Então, a gente continuava nesse embargo mesmo. Aí quando veio a pressão da União a gente fico mais apreensível ainda. E a gente tentou de alguma forma tentar resolver. Apesar que muitos diziam “não, isso não vai dar certo. A União só quer saber de demolir, só quer saber de demolir”. Meu pai tinha muito esse pensamento por caso do caso de Matinhos. Então “com a União não tem conversa. Com a União não vai adiantar nada”. Então isso passava tempo. Um ano, dois ano. E isso ia rolando. (Entrevista nº 11).

A partir disso, principalmente pela insatisfação e mobilização da liderança da comunidade, que já havia passado pelo processo de desocupação em Matinhos, os pescadores artesanais do local se uniram e procuraram a SPU para averiguar de que maneira poderia ser regularizada a ocupação das famílias. O primeiro passo foi o autorreconhecimento dos pescadores artesanais com tal, usando isso como estratégia de diferenciação do grupo para as demais famílias de não pescadores que ocupavam a área. Para isso eles tiveram de fazer uma declaração de autorreconhecimento e apresentar o RGP (Registro Geral da Pesca) de pelo menos um membro da família. Segundo a liderança da comunidade, esse fato gerou uma coesão do grupo e uma facilidade de articulação com a SPU. Segundo ela, a SPU sempre reforçava que ação de realocação da comunidade tinha de ser conjunta, destacando a tradicionalidade do grupo como pescadores artesanais. O fato é que a comunidade não tinha essa ligação de autoidentificação de luta coletiva. Conforme a entrevistada, isso ela trouxe de encontros do MPP e do MOPEAR que participou. Depois dos encontros que começou a se mobilizar como um coletivo. Essa condição foi facilitada por estarem em família, segundo a entrevistada. O fato de dois vizinhos não serem da família, demorou uma condição unívoca do grupo, conforme a mesma. Com o apoio do MPP eles viram que não era uma ação individual contra a União que iria resolver o caso, mas uma ação conjunta. A partir disso a liderança foi reconhecida com tal pelos demais membros da sua comunidade. Toda essa passagem pode ser resgata pela fala da própria entrevistada:

E aí quando eu fui no MOPEAR com a Cleonice, vinha disponibiliza para eles, na hora eles “Não, então vamo atrás. Então vamo procurar saber o que. Se a gente tem a lei. Que a gente tem uma lei a nosso favor, um direito. Vamo procurar saber.” Aí nessa eles me disponibilizavam como líder, e passavam procurações. E eu ia até a União. Daí com a conversa com a União foi tranquila, assim. Eles então “vamos tentar achar um jeito”. Dr. Dinart sempre falava, “Vamos tentar achar um jeito”. E

daí ele falou assim “A União tem tanto a parte pública, que é do lado de lá, mas também tem a uma área externa que pode ser residida. Então vocês ali tem que ver”, eles colocavam nós pra trabalhar, sabe?! A gente tem de correr atrás dos nossos direitos. “Vocês tem que ver ali se existe uma possibilidade de um terreno, sendo da União, que a gente pode disponibilizar pra vocês”. Então daí era um trabalho nosso aqui. Nossa da comunidade. Sentava todo mundo, conversava. A gente via as possibilidades. E daí aqui como era uma área, é ainda uma área mais separadinha assim, não tem muito imóvel – agora tem mais – mas não tinha tanto há cinco, seis anos atrás. (...) Aí tinha três terrenos vagos. Só que como o Dr. Dinart sempre prezou, falou que tem de ser uma ação em comunidade. Ação em conjunto. A gente não pode dar o direito pra um indivíduo outro individualizado. A tradição de pesca é feita em comunidade. Então não adianta eu requerer um direito de tradição, sendo individual. (...) E isso a gente sempre trazia pro interno. Por apesar que a gente era pescador, mas eles não tinham essa visão de que é uma tradição, de que é uma comunidade, que tem essa força. Ninguém tinha. Nem eu mesmo tinha. Depois indo junto com a Cleonice nos congressos. E tem toda essa temática, que o pessoal tem de você se autoidentificar como sendo um povo tradicional, como sendo uma comunidade, eu ia. Até levava, tentava levar um pouco minhas cunhadas, uma hora outra ia. Meu pai uma hora outra ia. Puxando, pra eles ter essa visão. Então a partir desse momento que nós todos tivemos essa visão a gente começou a se mobilizar. Só que daí se mobilizava, a gente se reunia todos, mas sempre tirava uma titular. Tipo pra poder ta indo atrás disso. E eles me passavam porque sempre eu fui mais. Um por próprio porque eu sou assim mesmo, não consigo ficar na mesmice. E outro pelo meu trauma de Matinhos. Não, isso não pode acontecer de novo. Eu não quero. (...) E daí a gente começou a procurar esses meios legais. A gente veio atrás, olhamos visualmente os terrenos. Teria esse, teria um mais adiante que é na esquina e teria outro lá. Mas visando que todo mundo tinha de realocar junto, a gente tinha aquela preocupação se ia caber, se não ia caber. Aí tinha de ver na prefeitura qual era as leis de regulamentação de terreno. Aí tudo isso levava um certo tempo. Então a gente ficou uns quatro anos assim. (Entrevista nº 11).

Após a organização coletiva inicial, foram realizadas diversas reuniões entre a comunidade, reuniões entre as lideranças do grupo e a SPU, e o levantamento de vários documentos junto à prefeitura e demais instâncias governamentais e jurídicas. Até que em dezembro de 2014 a comunidade conseguiu a liberação junto à SPU de um terreno próximo da área em que ocupavam (FIGURA 27). Nesta fase o processo de ocupação dos novos terrenos foi agilizado por uma tragédia na vida da liderança da comunidade. O marido da entrevistada foi assassinado dentro da casa dela, confundido com um vizinho que era traficante. A partir desse fato a comunidade fez pressão para agilizar a ocupação da nova área, que foi liberada pela SPU na sequência. A liderança da comunidade foi a primeira a construir a sua casa, se mudando para ela em março de 2015. As casas foram construídas com dinheiro dos próprios pescadores. A prefeitura cedeu aterro da área. Ao longo de 2015 e 2016 as demais famílias de pescadores se mudaram para o novo espaço, que fica a alguns metros da antiga área ocupada na restinga (FIGURA 27). No comparativo de imagens por satélite da comunidade feitos na FIGURA 27, a imagem do ano 2016, apresenta aparentemente o mesmo número de casas na restinga. Contudo, o que ela exhibe são os escombros das casas dos

pescadores, que foram demolidas após a saída desses, e as casas dos não pescadores, que continuam ocupando a área.

Os terrenos atuais das famílias de pescadores têm 9,80 m de frente, por 35 m de comprimento. Cada família de pescadores envolvida no caso possui uma certidão SPU regularizando a posse do terreno. A autorização é individual, e pode ser passada para os herdeiros. Eles não possuem o registro dos imóveis regularizado no cartório, o que foi difícil explicar para os envolvidos, conforme a entrevistada. Dessa maneira os imóveis não podem ser vendidos legalmente. Ela falou que teve um caso que houve venda, e a SPU entrou com processo judicial para bloquear a venda.

Segundo a vereadora de Pontal do Paraná, liderança do MPP no litoral do estado, o caso do Guapê vem sendo utilizado como modelo de comparação na resolução de conflito para situações semelhantes no litoral. Segundo a liderança da comunidade de Guapê, ela já foi convidada para fazer explanações em outras comunidades de pescadores de Pontal do Paraná que enfrentam problema semelhante ao deles, como nos balneários de Ipanema e Carmery, onde a grande parte dos pescadores locais ainda ocupa a faixa de restinga a beira mar. A ideia das explanações era mostrar qual caminho foi seguido pela comunidade para conseguir a conquista da área de ocupação residencial para a comunidade junto à SPU. Por outro lado, a situação se apresenta muito mais complexa nesses outros casos. Em Ipanema, por exemplo, são muito mais famílias, aproximadamente 50, sendo que muitas dessas não são pescadoras.

A mobilização da comunidade de Guapê aparentemente vem motivando outras lutas do grupo. Segundo a liderança local, o próximo desafio era a conquista de uma liberação definitiva para a construção de ranchos de pesca na faixa de restinga. Isso vinha sendo articulado junto à SPU e ao IAP.

O caso do Guapê também traz algumas reflexões sobre a questão de resistência da pesca artesanal na luta pelo território pesqueiro. Primeiro, a importância da identidade de resistência criada pelo apoio externo de movimentos sociais, no caso o MPP e o MOPEAR, que deram apoio, orientação jurídica e capacitação para a liderança local. Além disso, ocorreram visitas de integrantes da direção nacional do MPP à comunidade de Guapê, o que serviu para dar mais força a sua causa dos pescadores locais.

O segundo ponto é a estratégia adotada pelo grupo dos pescadores, classificada aqui na pesquisa como defensiva. A estratégia fez com que houvesse uma aproximação com o órgão governamental responsável pela articulação na territorialização do grupo, no caso a SPU. As notificações deste órgão, à pescadores da comunidade, por estar ocupando uma área da União localizada na faixa de preamar foram emitidas desde o final da década de 1990. Foram

cinco anos de articulação, desde a primeira visita à SPU em 2010, até a realocação da primeira família em 2015. Outra estratégia de ordem mais ofensiva, neste caso, poderia gerar uma repulsa do órgão governamental, podendo fechar qualquer negociação com a comunidade local, quem sabe talvez, levando a um processo de despejo semelhante ao de Matinhos. O processo de articulação é salientado pela liderança local responsável pela organização da comunidade:

Nós sempre teve, nós aqui do Guapê, sempre teve a paciência. Nunca teve assim, vamo invadi a rua, vamos fazê protesto. Não, a gente sempre foi de senta e conversa (...) O Dr. Dinart sempre soube disso (...). (Entrevista nº 11).

O terceiro ponto é em relação ao papel dos órgãos do Estado. Quanto a SPU, em muitos casos de conflitos territoriais ao longo do Brasil, envolvendo a pesca artesanal, a SPU é apresentada como um ator de facilitação no processo de regularização do território pesqueiro. (CPP, 2016). A SPU, na figura de seu ex-superintendente no litoral do Paraná, foi apontada por alguns entrevistados com um facilitador no processo de territorialização de grupos pesqueiros artesanais no litoral do Paraná. Isso foi observado no caso de Guapê, mas também na fala da liderança de Ipanema e da vereadora de Pontal do Paraná, entrevistados para a pesquisa. Conforme a vereadora, a SPU vem tendo papel fundamental na regularização dos ranchos de pesca⁵⁶, feitos temporariamente na safra da tainha (período de inverno), na faixa de restinga do município de Pontal do Paraná. Segundo esta, a liberação da construção dos ranchos vinha sendo feita de maneira fácil e corriqueira com ex-superintendente local, porém, no ano de 2016 houve uma mudança na chefia do escritório estadual, assumindo o cargo um servidor vindo de Brasília que, conforme a vereadora, estava solicitando mais documentações e burocratizando o processo de regularização dos ranchos de pesca. O que se constata disso é que nas instâncias governamentais, na falta de uma identidade clara de ação do órgão, que não possui uma conduta clara instituída para as populações pesqueiras locais, este fica a mercê da compreensão e da posição ideológica do servidor que está no cargo de responsável no momento de tomada de decisão. Essa constatação também pode ser feita com base no caso de Matinhos. Segundo conversas informais realizadas com pescadores de Matinhos, a mesma SPU esteve diretamente ligada a um caso de despejo e realocação forçada de cerca de 40 famílias de pescadores artesanais do município citado no ano de 2002. No caso de Matinhos, a presença da prefeitura local aparentemente é marcada como de um agente

⁵⁶ Os ranchos são utilizados como abrigo para os pescadores que realizam a prática de arrastão de praia e como local para guardar os apetrechos durante a safra do recurso, após esse período eles são desmanchados. Sem tal liberação, os pescadores estão sujeitos a serem enquadrados pela fiscalização como praticantes de um crime ambiental pela ocupação de um área de APP, no caso a restinga.

determinante na situação conflituosa. Segundo conversas informais realizadas com pescadores envolvidos no caso de Matinhos e vídeos gravados no processo de realocação da comunidade pesqueira no ano de 2002, as pessoas apontam o prefeito da época como principal responsável pela retirada das famílias.

Aparentemente, a atuação de algumas prefeituras do litoral não vem sendo a favor da territorialização dos pescadores artesanais locais. Em Guaratuba e Pontal do Paraná foram observadas inconsistências na revisão dos Planos Diretores locais no que consta o reconhecimento de comunidades pesqueiras artesanais, conforme apontado por análises do CAOPJDH, e posteriores recomendações do MPE. (MPE-PR, 2017). Em Pontal do Paraná e Matinhos também foi observado o caso de um projeto de habitação social, que reflete bem a perspectiva de atuação de parte das prefeituras do litoral para com a pesca artesanal. Segundo o atual presidente da Colônia de Pesca de Matinhos, nos anos de 2009 e 2010 o mesmo atuou como Agente de Desenvolvimento Regional num projeto de promoção de habitação de interesse social para comunidades pesqueiras do sul do Brasil, desenvolvido por parceria entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF)⁵⁷. O projeto visava à construção de 90 unidades habitacionais por cada estado da região sul. A cooperativa entrava com a parte técnica, para subsídio dos projetos de arquitetura e engenharia, auxiliava na busca por recursos federais para o financiamento das residências, e viabilizava o apoio das prefeituras, que deveriam encontrar possíveis áreas para implantação dos empreendimentos e dar a infraestrutura básica para a ocupação. Contudo, os entraves no desenvolvimento do trabalho, principalmente nas gestões municipais, dificultaram a implantação do mesmo. Tal situação pode ser identificada na fala do entrevistado:

Eu trabalhei na cooperativa de habitação, um ano e meio (...) tinha um projeto do ministério da pesca de fazer casa para pescador (...) Matinhos tinha umas casas, fizemos cadastro. Ipanema, conseguimos área da União, tudo. Mas aí que eu falo pra você cara, cadê a boa vontade do poder público? Nós esbarramos nisso! Nós chegávamos nas prefeituras (...) tinha prefeitura que se quer o secretário de ações fundiárias e habitação recebia nós. Por que não tinha interesse nenhum de fazer casa para pescador! Foi poucas prefeituras que abriu as portas pra nós. Então foi difícil! Matinhos foi um que não abriu as portas. Ipanema, Pontal também não! A gente conseguiu a área, o Patrimônio da União foi lá e disse “oh essa área pode ser usada”. Aí o prefeito e mais o secretário lá falou que aquilo não era área para pescador morar, que era uma área nobre. Aí a Caixa Econômica só financiava as casas que tivesse título de terra. Que pescador que tem título de terra, pô? (...) Conclusão da história, o programa teve que ser cancelado porque nós não ia conseguir fazer casa em lugar nenhum! (Entrevista nº 6).

⁵⁷ Cooperativa de projetos de habitação com sede em Chapecó-SC.

A única ação de uma prefeitura local identificada em favor da pesca artesanal se deu em Guaratuba, no caso da construção do Mercado do Produtor no bairro de Piçarras. Contudo, conforme apresentado anteriormente, nem todos os pescadores aprovaram a intervenção, alegando que é muito pouco perto do que esta realmente deveria fazer e dos benefícios concedidos para os outros tipos de uso do espaço, como no caso para a instalação de marinas.

As situações apresentadas constataam a negligência das prefeituras mencionadas em considerar um desenvolvimento endógeno para as populações pesqueiras presentes em seus municípios. Assim, verifica-se que essas instâncias governamentais, que poderiam ser o canal de acesso mais direto das populações pesqueiras na busca por seus direitos, muitas vezes acabam sendo um agente contrário à manutenção dos seus territórios, prevalecendo o favorecimento às grandes obras de interesse do capital.

O quarto ponto de reflexão extraído do caso de Guapê é sobre a condição de territorialização dos pescadores nesse caso. A conquista do território pesqueiro para eles é a conquista de um terreno urbano, de 9,80 m x 35 m, para a constituição da sua moradia. É a conquista do básico para sua manutenção de vida. Ao longo da entrevista questionou-se se eles não tinham se mobilizado contra a criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, que também afeta a comunidade, mas a liderança local foi categórica em dizer que a luta deles sempre foi pela conquista de um espaço para moradia, onde eles não tivessem o risco de ter suas casas demolidas, como aconteceu em Matinhos. Interpreta-se que nesse quesito a condição urbana, que apresenta limitações ao livre território sem fronteiras das populações tradicionais, pela própria expansão territorial da cidade, basicamente condicionada ao uso balneário e turístico no caso, levam esses grupos aceitar o modelo urbano, onde o ideal é ter sua casa delimitada, em um terreno definido e cercado.

A conquista do território da comunidade de Guapê interfere na produção socioespacial da região no sentido de transformar áreas na beira mar, altamente disputadas para ocupação balneária, em uma faixa de ocupação de casas de famílias de baixa renda. Contudo, por ser tratar de um pequeno grupo de pescadores, a mudança na paisagem é quase nula, como se observa na FIGURA 27, isso sob uma percepção analítica, mas acredita-se também que isso seja aos olhos de pessoas externas, como veranistas/turistas, já que a antiga área ocupada pelos pescadores continuou com as casas dos não pescadores, o que possivelmente para pessoas de fora não faça diferença. Por outro lado, o simbolismo da conquista para comunidade de Guapê é inegável, fator que valora seu espírito de resistência.

Importante também destacar que a conquista dos terrenos para ocupação se dá com limitações impostas a eles, por exemplo, em relação ao uso da restinga, corriqueiramente

utilizada para construção de ranchos de pesca, e que dentro do acordo firmado com a SPU não estava liberada para ocupação. Até foi observado uma situação de um integrante da comunidade que construiu um rancho de pesca na faixa de restinga, e na sequência foi notificado para desmanchar sob pena de multa. Assim do ponto de vista da territorialidade como autonomia sobre o território, eles ainda continuam com limitações as suas práticas.

O quinto ponto de reflexão é em como o processo TDR é contínuo, e como esse ciclo deixa marcas nas populações afetadas. A continuidade é apresentada pelo caso dos pescadores que foram realocados dos terrenos na beira mar em Matinhos, seguiram para área distante da costa no mesmo município e não se adaptaram ao local, e migraram novamente para uma nova territorialização no balneário de Guapê. Em relação às marcas, são tanto de medo, como também de luta. Isso é demonstrado pelo sentimento da liderança local em não querer vivenciar o mesmo processo novamente, e em buscar os direitos do grupo como uma população tradicional. Além disso, também fica evidente como uma situação conflituosa, de risco eminente de perda do território, consolida uma identidade simbólica em torno da categoria de pescador artesanal. Para o caso do Guapê essa identidade coletiva teve de ser reconstruída, devido necessidade de posse coletiva imposta pela SPU para a regularização da nova área ocupada.

Por fim, também vale a reflexão sobre a determinação imposta pela SPU, no caso o próprio Estado, para a regularização de espaços ocupados por comunidades tradicionais em áreas da União. O fato é que a regularização só pode ser feita de maneira coletiva, em nome de uma comunidade. Esse processo leva a pensar que o mesmo Estado que em grande parte não garante um direito territorial coletivo para os pescadores artesanais, forçando-os muitas vezes esses grupos a uma desterritorialização, essas em grande maioria condicionadas por agentes do capital subsidiados pelo próprio Estado, quando acena para uma possibilidade de territorialização desses grupos tradicionais, exige a sua condição de coletividade e de regularização do território coletivo. Assim, o Estado apresenta um lado que dismantela a coletividade, mas por outro exige a sua presença quando há abertura de diálogo. Isso demonstra claramente a necessidade de organização coletiva dos pescadores artesanais, seja em um movimento social ou outra forma de associação grupal, fortalecendo-os como categoria social, e garantindo mais força em uma situação conflituosa como a descrita, para assim, estar articulado frente às pressões adversas do Estado ou agentes do capital.

6.3. O Nascimento dos Primeiros Movimentos Sociais Ligados à Pesca Artesanal do Litoral do Paraná: as Estratégias de Enfrentamento de uma Reterritorialização Simbólica no Território Pesqueiro

6.3.1. *O Histórico da Conflitualidade do Litoral Norte do Paraná e as Bases de Criação do MOPEAR e da Rede Puxirão*

A recuperação histórica da constituição dos movimentos sociais ligados à pesca artesanal no litoral norte do Paraná, assim como suas ações de luta pelo seu território, tem de ser feita a partir da implantação da estratégia de conservação na região, principalmente a partir da criação de UCs de proteção integral, as principais federais sendo esse o principal foco da geração de conflitos ambientais da região. A primeira UC criada para a localidade é a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, implantada em 1982 e ampliada 1986, e que atualmente possui 4.370,15 ha. A unidade basicamente compreende áreas de manguezal próximas ao centro do município de Guaraqueçaba e adjacências, além da Ilha da Banana e a Ilha da Galheta. A segunda UC de proteção integral criada na região, e teoricamente a que mais gera reflexos para o caso analisado, é o Parque Nacional do Superagüi. Criado em 1989 e ampliado 1997, o parque conta atualmente com uma área de 33.988 ha, compreendendo a Ilha das Peças, a Ilha do Superagüi e parte do vale do Rio dos Patos. Por fim, vale também o destaque para a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, unidade de uso sustentável federal, criada em 1992, que cobre quase todo o município de Guaraqueçaba, incluindo a lâmina d'água dos estuários locais, totalizando uma área de 282.444 ha. Somado a essas UCs há também um quadro legal de restrições ambientais e pesqueiras que apresentam limitações de uso do espaço e dos recursos para os pescadores artesanais locais.

Esse arcabouço legal ambiental, apresentado detalhadamente em seções anteriores deste trabalho, vem gerando enorme conflito com as populações tradicionais locais, principalmente pescadores artesanais, que ocupam a região no mínimo desde o século XIX. Esse conflito se intensifica principalmente a partir da década de 1990 quando o arcabouço legal e a concepção ideológica da conservação são colocados em prática por diversos atores, tanto no âmbito da fiscalização e gestão implantada pelo Estado, como na efetivação de projetos e programas ambientais, muitos de ordem estritamente preservacionistas, por grupos do terceiro setor. Importante destacar que ações de gestão ambiental que inserem as populações locais na discussão, ou projetos de cunho socioambientalista, que trabalhem o

desenvolvimento endógeno dessas populações, podem ser considerados a exceção na realidade local.

Assim, de um lado se encontram órgãos do Estado vinculados à questão ambiental, o IBAMA, a Força Verde, a partir de 2007 o ICMBio, e demais ONGs ambientalistas com projetos na região. E, do outro lado, as populações de pescadores artesanais, que ainda conservavam na memória uma autonomia territorial ligada ao ambiente marinho e terrestre dessa região datado da sua infância de décadas anteriores, ou da memória dos seus ancestrais desde séculos passados. Essa relação em grande parte não gera a expulsão das comunidades pesqueiras da região, que em sua grande maioria permanecem ocupando seu território, mas leva a limitações no uso do território pesqueiro historicamente usado pelas comunidades. Dessa maneira, a implantação da lógica conservacionista na região é vista aqui como um processo que gera uma força de desterritorialização às populações locais, mesmo que restritivamente ou simbolicamente dos usos e costumes dessas. Aceita-se que essa percepção também seja recorrente para boa parte da população local, que se vê pressionada pela lógica apresentada, isso pela proibição de práticas laborais históricas como o roçado e a extração de recursos florestais nas áreas interna do parque, ou a restrição de práticas pesqueira em diversos setores da localidade.

Para melhor compreensão do caso, vale aqui um adendo para três aspectos importantes dessa realidade. Primeiro, é que esse arcabouço legal ambientalista pode ser justificado como controle e remediação por danos ambientais dos quais as populações locais não foram responsáveis. Por exemplo, a criação das UCs de proteção integral no litoral do Paraná na década de 1980 pode ser justificada pela expansão da agricultura no interior do estado no mesmo período, ou pelos danos de outras frentes desenvolvimentistas no mesmo período da região litorânea, como o uso portuário e expansão urbana para uso balneário e turístico. A própria criação do Parque Nacional do Superagüi é apontada em algumas referências bibliográficas como intencional para a contenção dos interesses da Companhia Agropastoril, que implantou a criação de búfalos ao longo das décadas de 1970 e 1980 na Ilha do Superagüi, e aparentemente tinha pretensões de especulação ligadas ao mercado de terras (VIVEKANANDA, 2001; BAZZO, 2010; DUARTE, 2013)⁵⁸. Ou mesmo, no caso das leis pesqueiras, a justificativa pode ser pela contenção de diminuição de estoques pesqueiros e

⁵⁸ A justificativa de criação do conjunto de UCs locais também pode ser alinhada à “falta de importância econômica” da região, que permitiu a manutenção da natureza e a reprodução da vida dessas comunidades, não ligada totalmente ao modelo de produção capitalista, mas a um modo específico de reproduzir a vida. (GUSSO et al., 2014, p. 55 – 56). Nesse caso, a criação das UCs poderia justificar a expansão intensa de uso do solo em outras regiões.

extinção de espécies, mas que em grande parte são também explorados pela pesca industrial, que possui maior poder de captura e de dano. Nessa lógica, os grupos de pescadores artesanais locais, além de arcar com os próprios danos gerados por esses outros setores econômicos, também arcam com as restrições das legislações ambientais impostas para compensar parcelas do meio ambiente local.

O segundo aspecto a se relevar é que mesmo havendo uma significativa maior liberdade no uso do território por parte dos pescadores em períodos pretéritos à implantação do modelo conservacionista, esses grupos são fruto de tensões internas e de conflitos fundiários datados dos séculos anteriores, o que também gerou influências no seu modo de ser e se constituir como sociedade, como bem apresenta Miguel (1997). Assim, conflitos de ordem territorial já existiam na região antes da chegada das UCs. Importante destacar que esse argumento não pode e não deve ser utilizado para justificar as injustiças do cenário atual, principalmente as ligadas às restrições do território pesqueiro imposto pelo arcabouço legal ambientalista. Mas esse contexto faz parte da história dessas populações, e deve ser recuperado em qualquer avaliação do cenário atual.

Já o terceiro aspecto a ser considerado é a importância desse arcabouço legal ambientalista para a permanência dessas populações no cenário local. Acredita-se que se esse amplo espaço territorial não tivesse sido respaldado juridicamente por essa gama instrumentos legais de abordagem conservacionista, provavelmente outras formas de uso e produção do espaço, como grandes complexos portuários e industriais, polos de mineração ou grandes resorts turísticos, geralmente esses com instrumentos de territorialização muito mais violentos para as populações locais, poderiam estar ocupando esse espaço atualmente. Essa constatação pode ser feita por duas vias. Primeiramente na visualização da própria paisagem do litoral do Paraná, onde pode ser visto em imagens de satélite e mapas (FIGURA 3 e FIGURA 10) que a frente desenvolvimentista de grandes usos (principalmente atividades portuárias e a ocupação urbana correlacionada as diferentes formas de produção do espaço) avança até o município de Paranaguá, não seguindo adiante à norte, ao longo de Guaraqueçaba. Isso provavelmente pela existência das unidades de conservação. A segunda via de constatação é a comparação com realidades ecológicas e naturais semelhantes, que não tiveram a mesma proporção conservacionista à realidade local. Um exemplo que pode ser utilizado nesse contexto é da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Faustino & Furtado (2013) apresentam como os pescadores artesanais do local vem sendo coagidos por formas intensas de produção do espaço, principalmente as ligadas às atividades petroquímicas, como a construção da COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. O cenário conflituoso na região

também é associado à presença do crime organizado, ligado ao tráfico de drogas e às milícias. Os relatos apontam para restrições de acesso ao território historicamente usado pelos pescadores artesanais, expulsões forçadas das áreas ocupadas e até para execuções de lideranças ligadas à pesca. Entende-se que a presença de usos mais intensos do espaço, geralmente vinculados aos agentes do capital privado, condiciona a ações mais violentas de controle do território por parte desses agentes, fato que poderia ser o cenário do litoral norte do Paraná caso não houvesse as UCs locais. Por outro lado, também se conjectura que os pescadores artesanais locais poderiam lutar pelo seu território nesse possível cenário, assim com vêm reagindo os pescadores artesanais da Baía de Guanabara. (FAUSTINO; FURTADO, 2013). Contudo, esse segundo cenário descrito é muito mais danoso para posições contrárias a das formas hegemônicas de produção do espaço do que a presença do arcabouço legal ambientalista. Contudo, vale novamente frisar que esse argumento não pode e não deve ser utilizado para justificar as injustiças do cenário atual, principalmente as ligadas às restrições do território pesqueiro imposto por tal arcabouço legal ambientalista. Todos esses apontamentos ajudam a refletir melhor sobre o cenário exposto.

Assim, até o final da década de 2000, não haviam ações coletivas mais sistematizadas dos pescadores artesanais contra as restrições ambientalistas locais. Corriqueiramente eram feitas reclamações de insatisfações dos pescadores perante o cenário restritivo. Isso é apontado em diversas bibliografias que tratam da realidade local. (VIVEKANANDA, 2001; BAZZO, 2010; 2011; BETTI, 2014). Há também registros de ações de resistência cotidiana dos pescadores na década de 1970 e 1980, ao matarem búfalos da Companhia Agropastoril, que atormentavam as comunidades da Ilha do Superagüi.

Contudo, no final da década de 2000, um grupo de pescadores da Vila do Superagüi inicia um processo de formação de um coletivo para revindicar seus direitos frente às sanções penais de cunho ambientalista e pesqueiras. Desse coletivo seria formado o MOPEAR – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná, primeiro movimento social ligado à pesca artesanal que tem origem no próprio litoral do Paraná.

Há divergências na literatura sobre a data exata de criação do MOPEAR. Oliveira & Ribeiro Junior (2010) atribuem como data de criação do movimento o ano de 2007, sendo ele estruturado para a participação no 1º Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais, que deu origem para a Rede Puxirão. Arten (2012) referencia a criação do movimento ao ano de 2008, após o encontro, sendo este um resultado do evento. Já Wideg (2015) e Siqueira (2017) destacam que o movimento foi criado em novembro de 2010, a partir do I Encontro de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, evento organizado em

Guaraqueçaba, e que contou com a presença de 155 lideranças da pesca artesanal dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A divergência em relação a data de criação também é somada por reportagens do respectivo evento divulgadas no blog da Rede Puxirão. Segundo as reportagens, o MOPEAR seria o idealizador do evento organizado em Guaraqueçaba, fato que faz presumir a já existência do movimento antes do encontro. Em outra reportagem do blog da rede, datada de 18 de agosto de 2010, e intitulada “*Lançamento da cartografia dos pescadores de Superagui e pré-encontro dos pescadores artesanais do município de Guaraqueçaba*”, é destacada a apresentação do MOPEAR para os participantes, assim como as suas ações até aquele momento. A reportagem também destaca que no evento de divulgação foram feitas indicações de pessoas para assumir a coordenação do movimento.

Assim, dentro dessa sucessão de fatos, percebe-se que há uma forte correlação análoga do surgimento do MOPEAR com a criação da Rede Puxirão. A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais⁵⁹ foi criada em maio 2008, após o 1º Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Guarapuava – PR, evento que reuniu diversos grupos classificados como povos tradicionais do estado do Paraná, sendo eles: faxinalenses, quilombolas, ilhéus, detentores de ofícios tradicionais, comunidades de terreiro, indígenas, cipozeiros e pescadores artesanais (esses últimos do litoral paranaense, mais especificamente da Vila da Barra do Superagui). (WEDIG, 2015; SIQUEIRA, 2017). O símbolo da Rede Puxirão é apresentado na FIGURA 28.

FIGURA 28 – SÍMBOLO DA REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



FONTE: Blog da Rede Puxirão (2017).

Três segmentos, que já estavam organizados em associações locais/regionais específicas e que participavam de reuniões prévias com uma equipe técnica, tiveram maior atuação inicial para a estruturação do encontro e formação da rede: os faxinalenses (da

⁵⁹ Um histórico mais detalhado da criação da rede, com fatos históricos pretéritos ao destacado nessa seção, podem ser recuperados em Vandresen, Buti & Souza (2014).

Articulação Puxirão dos Faxinalenses), os quilombolas (da Coordenação Geral da Comunidade Invernada Paiol de Telha) e os ilhéus (da Associação dos Atingidos pelo Parque Nacional da Ilha Grande). (WEDIG, 2015). A partir desses três grupos foram se identificando outras identidades de povos e comunidades tradicionais no Paraná, no sentido de se organizar o encontro e iniciar um movimento regional de povos e comunidades tradicionais. A Rede Puxirão é criada um ano após a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2007, pelo Decreto Federal 6.040. (VANDRESEN; BUTI; SOUZA, 2014). A criação desta política nacional é um marco importante para atuação de vários agentes que tentaram impulsionar o autorreconhecimento das populações tradicionais em diversos locais do país, incluindo então o estado do Paraná, com a Rede Puxirão, e até o litoral do estado com o MOPEAR.

Wedig (2015) apresenta, em fala de uma das lideranças dos grupos envolvidos inicialmente na formação da rede, a forte atuação de um agente externo aos movimentos, hoje professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), em Paranaguá, e atuante junto do MOPEAR. Conforme a fala da liderança exposta em Wedig (2015), esse sujeito foi o responsável por procurar e reunir os demais povos tradicionais para o primeiro encontro. O objetivo da formação da rede era o fortalecimento dos povos tradicionais paranaenses. Dentre os pontos de luta estava a exigência junto ao estado do Paraná da instituição da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BUCO; ZADRA; VANDRESEN, 2013), fato que ainda não havia ocorrido até o ano de 2017. Segundo Wedig (2015) o campo ideológico de atuação da Rede Puxirão está pautado nos ideais da Teologia da Libertação, principalmente pelo envolvimento no ato de criação da rede de agricultores do interior do Paraná, que tinham histórico de atuação com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT)⁶⁰. Conforme Vandresen, Buti & Souza (2014) três organizações deram suporte formal à Rede Puxirão: a Cempo (Centro de Apoio ao Campesinato Antônio Tavares, com sede em Guarapuava – PR) e o IEEP (Instituto Equipe de Educadores Populares, com sede em Irati – PR); e a ONG Terra de Direitos (com sede em Curitiba), que presta a assessoria jurídica à Rede.

Segundo Vandresen, Buti & Souza (2014) e Siqueira (2017), fato importante da atuação da rede foi a parceria com os idealizadores do Projeto Nova Cartografia Social

⁶⁰ A CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. (CPT, 2010).

(PNCS), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O projeto no estado do Paraná permitiu capacitações de lideranças dos movimentos ligados à rede sobre a realização de cartografias sociais, e a realização de diversas cartografias dos grupos envolvidos. (PNCS, 2007; 2010).

Após a formação a rede começou a realizar reuniões bimestrais com as lideranças instituídas de cada segmento. (WEDIG, 2015). A criação do movimento motivou, no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), o lançamento em novembro de 2008 da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais, grupo coordenado na época pelo deputado estadual Péricles de Mello, do PT – Partido dos Trabalhadores. Em julho de 2011 a rede organizou em Curitiba o seu segundo encontro regional, o II Encontro de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais. Antes do evento, mais especificamente em setembro de 2010, a rede mobilizou em Curitiba o 1º Acampamento dos Povos Tradicionais do Paraná, também objetivando a cobrança da política de povos tradicionais do Paraná (FIGURA 29). Em 2012 a rede esteve bem envolvida através de suas lideranças na criação do Conselho dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná (CPICT/PR), grupo que só veio a ser implantado em 2015. Essas instâncias de discussão e diálogo se tornaram um instrumento político para processos de identificação, denúncia e negociação dos povos tradicionais e agentes do Estado. (SIQUEIRA, 2017).

Além do MOPEAR, a rede teve forte relação com a criação de outros movimentos de povos e comunidades tradicionais a partir dos anos 2000, tendo como ponto central as reivindicações pelo reconhecimento territorial e dos modos de vida de grupos. (WEDIG, 2015). Aparentemente a rede teve uma atuação mais ativa até 2014, já que após esse período não se encontraram informações da sua atuação, pelo menos no blog do grupo, principal meio de comunicação com o público em geral. (REDE PUXIRÃO, 2014). Segundo professor do IFPR de Paranaguá, um dos agentes de mobilização da Rede Puxirão, a situação da rede em 2017 era de estagnação, os encontros ainda continuavam ocorrendo, mas sem a mesma intensidade de antes. Segundo o entrevistado essa situação se destaca por dois fatores, a atuação dos sujeitos dentro dos movimentos integrantes da rede e na drenagem da Rede Puxirão para uma pauta do governo. Isso pode ser observado na entrevista do professor:

Esse ano [2017] teve dois encontros da Rede Puxirão. Mas ela não ta conseguindo se encontrar porque as lutas... é um pouco paradoxal isso, porque quando as lutas se ampliam na base a Rede Puxirão vai perdendo força. Então tem acontecido (...) porque ela é um espaço de intercâmbio, de formação, articulação. Então a Rede Puxirão ele perde força, sim. E aí isso tudo envolve recursos, e projeto para bancar o deslocamento das pessoas pra lá. Esse ano ainda teve duas reuniões (...)

Pesquisador – E também tinha a questão da Lei de Povos Tradicionais do Paraná (...)

É o que aconteceu assim, até uma crítica que eu fiz à Rede Puxirão. Eu sempre disse assim pra eles. Porque todos os movimentos digo assim (...) “olha, vocês apostem naquilo que é do governo vocês apostem cinco por cento. Na luta de vocês apostem 95%” (...) Então não adianta apostar em políticas de governo aqui acolá. Nas instituições também. Vocês têm é que fortalecer o trabalho de vocês. E aí na questão da política estadual, da lei estadual, o que aconteceu é que a rede foi drenada para essa ação. Você via liderança direta só nesses espaços. Aí não tinha tempo de fazer basicamente um trabalho de articulação da própria Rede. Então, se reunia, tinha todo um esforço de se reunir lá em Gurapuava, era o local que geralmente se reunia. E aí chegava lá em Guarapuava a pauta era o que? Era o conselho, conselho (...) Gente, e as estratégias dos movimentos? Como é que fica? Me parece que houve assim um processo (...) que a rede foi drenada para dentro de pauta do governo. Desmobilizatório mesmo. Bastante desmobilizatório. E aí a energia ela é gasta naquilo. Agora não acabou assim, se reúnem lá. E aí tão fazendo a lei. Eu acho que teve um ganho em fazer o conselho. Teve um ganho sim. Vai ter um ganho com a lei, agora (...) Mas aí as lideranças também, enfim tem estratégias também que eu desconheço, porque que estão fazendo isso. (Entrevista nº 21).

FIGURA 29 – PASSEATA DE INTEGRANTES DE GRUPOS PARTICIPANTES DO 1º ACAMPAMENTO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARANÁ, EM CURITIBA (2010).



FONTE: Blog da Rede Puxirão (2017).

Por outro lado, se até 2005 e 2006 o único movimento social de reivindicação por terra e visibilidade étnica no Paraná eram os camponeses ligados ao MST, os indígenas e os atingidos por barragens, com essa mobilização da rede os demais povos tradicionais do estado começaram a ter mais visibilidade, inclusive os pescadores através do MOPEAR. (VANDRESEN; BUTI; SOUZA, 2014). O fato é que como apontam os mesmos autores:

Esta mobilização, uma vez que galga visibilidade, tenciona o Estado ao reconhecimento. Uma vez que o Estado a reconheça, abre-se a necessidade do diálogo. E uma vez que o diálogo se torna possível há participação ativa na elaboração e proposição de políticas públicas que garantam os direitos demandados. A questão é saber até que ponto este diálogo entre Estado e Rede Puxirão tem

realmente possibilitado a efetivação de políticas públicas para as comunidades tradicionais. (VANDRESEN; BUTI; SOUZA, 2014, p. 29-30).

A partir da mobilização realizada para participação do encontro de formação da Rede Puxirão em 2008, os pescadores envolvidos no processo começaram a se apresentar como um ator político do cenário local, fato que se consolidou em 2010 com a apresentação do MOPEAR para o público local e regional, durante o evento de lançamento da cartografia social e do encontro dos pescadores da região sul do Brasil. Um dos atores externos envolvidos nesse processo, hoje professor do IFPR campus Paranaguá, destaca essa ideia em entrevista concedida a essa pesquisa:

A Rede Puxirão, ela se efetiva juntamente com o próprio MOPEAR. 2008, a gente tava já apoiando várias novos movimentos sociais. Dentre eles um grupo de quilombolas, o Paiol de Telha, ali da região de Palmas, os próprios faxinalenses, as benzedadeiras, estavam se constituindo objetivamente como movimentos sociais. E nós já tínhamos algum contato aqui, desde início de 2007 com os pescadores. Um contato assim pessoal. A gente sabia de alguns acontecimentos aqui, relacionados principalmente com a repressão da Força Verde, né?! Que naquele momento assim era bastante intenso (...) E já com um pouco de experiência de escutar os conflitos que haviam com outros movimentos, a gente sugeriu a eles (...) “o pessoal tá se organizando, faxinalenses, quilombolas, ilhéus do Rio Paraná, benzedadeiras, e assim vai. E vocês podiam fazer parte do encontro que vai tá lá em 2008”. Isso era maio de 2008. Tudo isso que to te falando foi portanto 2007 pra 2008. Nós convidamos eles então, pra participar e eles foram. Pra nossa surpresa foram, se não me engano, em 15 pescadores. Mas foram não quanto uma organização. Eles não representavam naquele momento nem associação, nem grupo qualquer ali (...) era um grupo que tava iniciando uma mobilização pra saber como é que eles iriam fazer a defesa contra multas. Naquele momento era uma preocupação muito mais de, “bom isso tá vindo, né!? Essas multas, repressão. A gente quer saber como a gente juridicamente consegue se defender. Porque a gente não sabe por onde ir” (...) naquele momento a gente tinha uma assessoria jurídica na Rede Puxirão. E essa pessoa nos ajudou (...) a gente elaborou uma defesa pra eles. Levamos no Ministério Público Federal e disso resultou alguns ganhos. No sentido de que o Ministério Público compreendeu a condição social deles. São povos tradicionais. São pescadores artesanais. E aí iniciou um processo de defesa. Nesse momento eles se encorajaram. “Pô, esse negócio aí tá dando certo. Então vamo participar desse encontro da Rede Puxirão”. Que foi em maio de 2008. Então eles foram pra lá. Foi nossa surpresa. E lá eles começaram a perceber o formato que alguns grupos tavam constituindo. Já não era mais um grupo de faxinalense que ia individualmente se representar lá. Eles falavam em movimento. Eles falavam em nome de movimento. Os outros grupos, das outras organizações, começaram a sugerir uma forma de organização, que também funciona. E isso é uma coisa que a gente nem tinha controle, assim. A gente só queria que isso acontecesse, fiquem juntos e vão trocando conversas. E então daí, algumas lideranças dessas começaram a refletir (...) E o que acontece aí nesse momento é que a gente propõem para eles também elaborar uma cartografia social (...) sobretudo Superagüi, né?! Esse é o foco. O movimento nasce no Superagüi. (Entrevista nº 21).

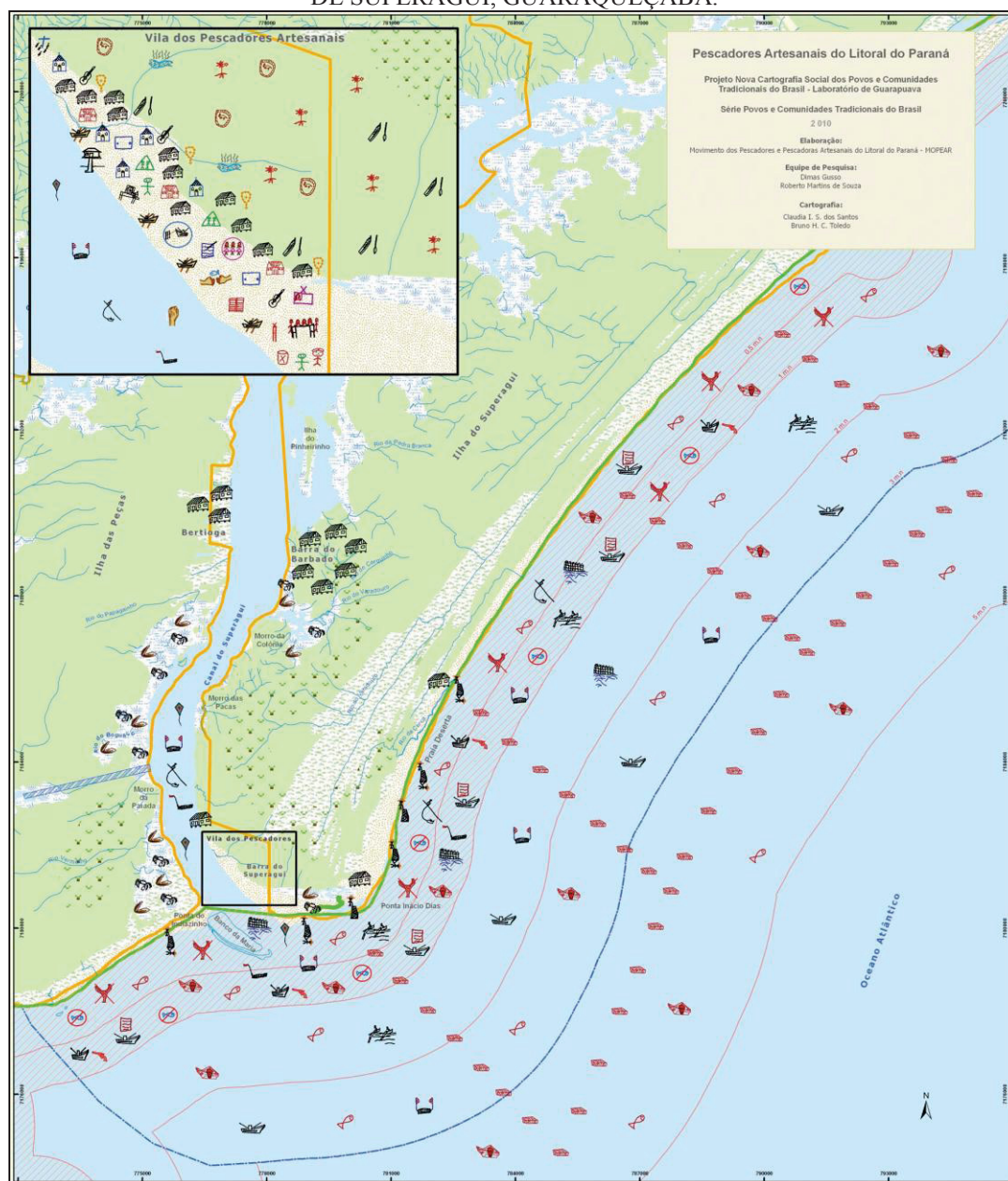
A cartografia mencionada na fala do entrevistado foi realizada em oficinas ao longo do ano de 2009. A publicação do material ocorreu em agosto de 2010 (PNCS, 2010). Conforme o pesquisador do IFPR, e que participou como suporte técnico da realização da

cartografia e da formação da Rede Puxirão, após a oferta de realização da cartografia, e aceite da proposta por parte dos pescadores, o pesquisador e mais uma liderança faxinalense intermediaram tecnicamente as oficinas. Segundo o entrevistado, esse foi um processo fundamental para a consolidação da luta dos pescadores participantes pelo seu território. Conforme menciona, “*foi o momento onde eles retomaram seu território de maneira imaterial.*” (Entrevista nº 21). A cartografia social é considerada um elemento chave na constituição do MOPEAR (OLIVEIRA; RIBEIRO-JUNIOR, 2010). A cartografia destaca as áreas ocupadas pela comunidade pesqueira e as práticas desenvolvidas em cada região, sendo cada um dos usos destacados pelos pescadores, marcados com símbolos escolhidos pelos próprios participantes da dinâmica (FIGURA 30). Após a publicação da cartografia da Barra do Superagüi, outros mapeamentos foram realizados pelo movimento, aparentemente para dar mais visibilidade das suas causas ao MPE-PR.

Outra ação essencial para consolidação do movimento, levantada pelo integrante da ONG Terra de Direitos, foi a suspensão do lançamento dos recifes artificiais na costa de Guaraqueçaba. Essa proposta era vinculada ao Programa REBIMAR – Recuperação da Biodiversidade Marinha⁶¹, patrocinado pela Petrobrás, e conduzido pela ONG ambientalista MarBrasil, do município de Pontal do Paraná. Entre os anos de 2008 e 2010 as lideranças da pesca de Guaraqueçaba, principalmente das comunidades de entorno do Superagüi, que iniciaram o movimento, se articularam com o Ministério Público do Estado do Paraná e o Ministério Público Federal (MPE-PR e MPF), para rever o lançamento das estruturas recifais na costa do estado. Segundo Arten (2012), o ponto inicial desse processo se deu em novembro de 2008, quando a Rede Puxirão organizou na Vila da Barra do Superagüi uma reunião, que contou com a participação de um analista do MPF. A principal reivindicação dos pescadores a partir dessa reunião era a de que houvesse uma rediscussão sobre a necessidade de colocação dos recifes artificiais, pois segundo alguns pescadores essa ação iria beneficiar somente a pesca industrial e amadora, já que esses possuíam equipamentos eletrônicos que possibilitavam a identificação das estruturas recifais no fundo do mar, enquanto a pesca artesanal não possuía.

⁶¹ O programa se trata de um conjunto de ações no campo ambiental que têm como base a utilização de recifes artificiais para servir na recuperação da biodiversidade marinha – o que pode auxiliar a atividade pesqueira em geral – assim como na implantação de estruturas limitantes para a pesca de arrasto (ARTEN, 2012; MARBRASIL, 2017). Arten (2012) também aponta as falhas de articulação e comunicação do grupo de execução do projeto com os pescadores, o que é destacado pelo autor como um dos pontos determinantes que inviabilizou a implantação do mesmo em diversos momentos. Já o detalhamento das etapas iniciais, descrevendo as oficinas com a participação dos pescadores do litoral para escolha das áreas de liberação dos recifes, pode ser observado em Andriguetto-Filho & Pierri (2012).

FIGURA 30 – MAPA DA CARTOGRAFIA SOCIAL REALIZADA POR PESCADORES DA VILA DE SUPERAGÜI, GUARAQUEÇABA.



FONTE: PNCS (2010).

*Para entender a representação dos símbolos do mapa, ver a publicação no documento original.

Na sequência das ações ocorreram diversas reuniões envolvendo coordenadores do projeto, lideranças do MOPEAR, integrantes do MPE-PR e do MPF, além de vários outros atores importantes para a pesca do litoral do estado. As reuniões se deram em todos os municípios do litoral incluídos no projeto. Arten (2012) descreve em detalhes o processo ocorrido, destacando as diferentes opiniões (favoráveis e contrárias) sobre a implantação dos recifes na costa paranaense, incluindo as próprias diferenças presentes na própria comunidade da Barra do Superagüi, berço do MOPEAR. Toda essa discussão culminou em março de 2010 na recomendação de suspensão pelo MPF do lançamento dos recifes na costa de

Guaraqueçaba. A recomendação do Ministério Público foi para a paralisação do projeto e realização de novas reuniões públicas para instalação das estruturas recifais. Independente das diversas questões que envolvem essa situação, e que são descritas em detalhes por Artén (2012), é nítido que a decisão de suspensão foi um marco inicial para o MOPEAR, pois lhes deu uma garantia de que sua voz poderia ser ouvida. Esse último detalhe é ponto chave para a presente pesquisa, já que consolida a estratégia de luta do movimento.

6.3.2. *A Consolidação das Resistências Através de Movimentos Sociais no Litoral Norte do Paraná*

Após a constituição inicial do MOPEAR, na vila da Barra do Superagüi, há um indicativo de ampliação do movimento para outras regiões do litoral, vinculando a participação de pescadores de outros municípios, como de uma vereadora do município de Pontal do Paraná, liderança local da pesca e engajada em movimentos sociais nacionais da pesca artesanal, como o MPP. Atualmente – ano de 2017 – o movimento se encontra concentrado no litoral norte Paraná, município de Guaraqueçaba, principalmente tendo suas lideranças presentes em comunidades do entorno ou que tiveram sua área de ocupação cobertos pelo Parque Nacional do Superagüi, região da Baía de Pinheiros do Complexo Estuarino de Paranaguá (TABELA 8). Conforme o levantamento geral dos dados, e a partir das várias conversas informais com diversos sujeitos ligados ao MOPEAR, em meados de 2017 eram aproximadamente 13 lideranças, distribuídas entre 8 comunidades pesqueiras da região (TABELA 8).

TABELA 8 – NÚMERO DE LIDERANÇAS DO MOPEAR POR COMUNIDADE IDENTIFICADOS DURANTE A PESQUISA.

COMUNIDADE	Nº DE INTEGRANTES (LIDERANÇAS)
Barra do Superagüi	3
Barbados	3
Barra da Arapira	2
Tibicanga	1
Sebui	1
Bertioga	1
Vila Fátima	1
Varadouro	1
Total	13

FONTE: O autor (2018).

Esse corpo de lideranças também apresenta uma variação desde a criação do MOPEAR, se ampliando para outras comunidades, e mudando alguns dos sujeitos envolvidos. Dessas lideranças se ramificam uma base de apoiadores, que podem variar conforme a ação realizada, que são a massa que realmente mobilizam as grandes mudanças e geração de benefícios em situações específicas. O atual grau de representação do movimento ainda é incerto, pois exigiria uma pesquisa mais detalhada em todas as vilas da região. Contudo, há indícios de comunidades que não se sentem representadas pelo grupo, como o contrário, comunidades que se sentem amplamente representadas. Independente do grau de representação isso não tira a legitimidade das causas defendidas pelo movimento, assim como os reflexos das suas ações para luta pelos territórios pesqueiros no litoral norte paranaense. Esses pontos são destacados pelo professor do IFPR, apoiador do movimento:

De 2013 pra cá [2017] o MOPEAR começa a fazer uma investida para dentro da baía. E aí o movimento ele vai compensa essa abrangência dele, que antes era muito centrada, ele vai distribuí. E dá uma certa compensação ali Guaraqueçaba. Então tu vai ver nas ilhas lá, o movimento já conta assim os números. Fala assim “a gente tá em 9 comunidades. A gente tá em 10. Às vezes 11, até”. Dependendo da ação se agrega mais, inclusive.

(...)

Que é movimento. Não é um cadastro de pessoas. Não são sócios, não são filiados (...) Então como qualquer movimento, a simpatia pelo grupo, a adesão ao grupo, ela é voluntária e depende das ações que ele tá trazendo. O MOPEAR colocou na comunidade de Sebuí em 2015, 300 pessoas numa reunião pra discutir a energia elétrica. Então se perguntasse assim “quem é que tá puxando? É o MOPEAR”. Talvez perguntasse para alguém “isso é bom? Isso é bom. Isso é bom o que o MOPEAR tá fazendo”. E talvez algum desavisado perguntasse “você é do MOPEAR? Eu não sou, mas eu to apoiando aqui”. Então, ele como outro movimento qualquer, movimento social que tem uma dinâmica de atuação, você vai ter uma coordenação (...) aí ele tem nessa coordenação ele vai ter os apoiadores da base. E aí o povo mesmo (...) é o povo que vai fazer toda a diferença numa ação. (Entrevista nº 21).

Hoje o movimento está dividido em setores que se reúnem mensalmente, sendo eles: Educação; Território; Políticas Públicas (Energia Elétrica); e Finanças. Cada coordenação é ocupada por aproximadamente quatro ou cinco pessoas, todas do litoral norte paranaense. Já as reuniões de todo o movimento são de dois em dois meses. A atuação do MOPEAR, focada no litoral norte do Paraná, é destacada pela própria vereadora de Pontal do Paraná em entrevista realizada para essa pesquisa:

O Mopear veio para ser uma coisa do litoral do Paraná, mas hoje ele tá muito forte na questão do norte Paraná. Região de Guaraqueçaba o Mopear tá muito forte. Eles tem tido várias conquistas de resistência pelo território (...) Por que é um movimento novo, mas ele tá forte. Por que eles têm muita formação de base. O MOPEAR tem muita formação de base com apoio de um professor que é do instituto federal (...) Agora assim a atuação do MOPEAR aqui na nossa região não tem tido.

Teve assim, agora recentemente [dezembro de 2016] a gente fez um encontro da região sul. Foi do MOPEAR, com parceria com o MPP. Porque veio vários estados. Estavam em sete estados. Mas o carro chefe foi o MOPEAR. (Entrevista nº 3).

Após essa conquista inicial, o MOPEAR inicia uma série de ações de resistência visando uma retomada do seu território. Em 2013 o MOPEAR teve um projeto aprovado junto ao Fundo Brasil de Direitos Humanos⁶² (FBDH, 2017). O objetivo principal do projeto era *“reclamar o acesso ao território de 230 pescadores artesanais do Parque Nacional do Superagui, por meio da participação na implantação do plano de manejo desta Unidade de Conservação e através da reivindicação do estabelecimento de uma Reserva Extrativista (RESEX) Marinha”*. (FBDH, 2017). Os objetivos do projeto destacam as principais reivindicações do MOPEAR. Aparentemente o projeto deu suporte financeiro para a ampliação do movimento para as comunidades de dentro do estuário, fomentando reuniões, encontros e demais ações do grupo. As atividades desenvolvidas ao longo do projeto foram as seguintes:

- Mapear as comunidades do entorno do Parque Nacional do Superagui envolvidas na proposta de criação de uma RESEX Marinha;
- Promover oficinas de operadores de direitos que instrumentalizem os pescadores artesanais no processo de criação dessa unidade de conservação e na participação na construção do plano de manejo;
- Realizar cursos de formação que promovam espaços de diálogo na comunidade e facilitem a compreensão das temáticas;
- Produzir materiais audiovisuais, como mapas, cartilhas e vídeos que serão disponibilizados na internet;
- E reivindicar a formalização de uma RESEX Marinha que será acompanhada de dados coletados nas comunidades.

A partir das metas do projeto se observa que uma das principais intenções do MOPEAR é a criação de uma RESEX na região do Superagui. Aparentemente, ainda não há muita clareza em relação à criação da RESEX, principalmente sobre seu formato, se seria uma nova UC em uma área ainda não coberta por uma unidade, ou se a proposta será de

⁶² O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social (FBDH, 2017).

recategorização ou redimensionamento das unidades restritivas existentes no litoral norte, principalmente o Parque do Superagüi. O fato é que o grupo vem se mobilizando e se politizando para isso, estando ciente da necessidade de suas intervenções políticas para essa luta. A reflexão sobre esses pontos é extraída da fala do professor do IFPR, apoiador do movimento:

Eu lembro de ter participado de discussões em que a campanha do território pesqueiro era o ponto principal. Colher assinaturas. O que diferencia um pouco é que a lógica que o MOPEAR tá construindo há muito tempo, não somente a lógica da campanha do território, que seria uma lei. Que eu acho que é uma ideia sensacional mesmo. Acho que é como os quilombolas fizeram, indígenas fizeram. Território pesqueiro. Mas é a lógica da RESEX. E por mais que isso não é uma solução assim, devidamente adequada. RESEX vai ser, é uma área ainda sob controle do ICMBio. Mas a avaliação que o MOPEAR tem é que na atual conjuntura essa lei não vai ser aprovada [no sentido de ser aprovada logo]. Desde 2012, 2013, vem avaliando que “vamo apostar, mas não vamo ficar esperando essa lei ser aprovada. Vamo correr pelo caminho da RESEX. Vamo continuar botando ficha aí. Mas se for aprovada, então?!” Existe essa consonância. Tipo as lutas do MPP que elas refletem aqui na base. Só que o movimento faz uma leitura mais específica (...)

Pesquisador - A busca ainda é a RESEX, então?

É. Eu digo pra ti que é a RESEX, mas é ainda a RESEX a longo prazo. Eles tem clareza disso. Porque a estratégia do MOPEAR na verdade é não vai ficar esperando um dia chegar a RESEX. Vai buscando pequenas vitórias. Como a questão do cerco-fixo. Vai se terretorializando ali na região. (...) Tem vários formatos assim [formatos do tipo de RESEX]. Até difícil de falar pelo seguinte. Como já são áreas afetadas, então, o MOPEAR tem claro que uma estratégia sim de que onde estão todas as comunidades, né. Faze um perímetro que envolva aquelas comunidades ali que fazem parte do movimento e tão construindo seus processos autodemarcatórios. E eles aprenderam técnicas de GPS. Então eles estão tentando fazer essas demarcações. O que acontece é que como elas são áreas já afetadas por diferentes unidades de conservação, eles tão compreendendo que alguns lados desse perímetro vai ser mais fácil. Inclusive a parte da lâmina d'água. Mas onde a área que tem uma unidade de conservação hierarquicamente mais forte aí vai ser mais complicado. Então, aí tem o jogo (...) É difícil explicar porque tem muitas variáveis, assim. Você pode avançar em determinada área que é parque no momento da revisão dos limites. A cada dez anos teoricamente é pra ter revisão dos limites. Então se pode pressionar pra que se revise o limite e ponha a comunidade pra fora [fora dos limites da UC]. Ou pode ser que seja uma unidade, uma RESEX fixa, consolidada mesmo. “Aqui nós queremos, não importa se é parque, RESEX, APA. Nós queremos um bloco só.” Só que isso não funciona desse jeito. Isso vai se condicionar por negociação. É com cada uma das unidades. Vai ter que ceder em alguns momentos. As vezes eles não vão conseguir todo o território almejado. Mas eles vão conseguir uma boa parte pra continuar se reproduzindo socialmente. E a liberdade deles poder pescar, fazer roça. E eles não tem muita alternativa. (...) Eles tem clareza disso. “Ou a gente consegue isso, ou a nossa vida vai ser um inferno. Mas a vida deles também vai ser um inferno.” Porque a consciência política já tá aqui. “Não vai tirar da minha cabeça que eu não vou parar de fazer isso. Vou continuar fazendo.” (Entrevista nº 21).

Em agosto de 2013, outro fato importante marca as estratégias do movimento, a criação da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), na comarca de Paranaguá, que atende também os municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Morretes. Em 2017, principal período de levantamento de dados desta pesquisa, a defensoria, no papel do defensor que ocupava o cargo da 2ª Defensoria Pública Itinerante do Litoral, responsável por casos de violações de direitos humanos, do ponto de vista do direito coletivo, era um dos principais atores vinculados à luta do movimento. Tamanha a importância da defensoria na luta do movimento, que em junho de 2017, com a notificação de que o escritório da DPE de Paranaguá seria fechado, sendo suas atribuições realocadas para Curitiba, houve uma mobilização por parte das lideranças do grupo. Esse fato gerou incertezas de futuro para o movimento por parte, pois agora estavam vendo ganhos e avanços em suas reivindicações.

Um dos auxílios da defensoria foi a emissão de recomendações à órgãos públicos visando a garantia das populações pesqueiras da região. Isso é observado através da recomendação emitida ao ICMBio em fevereiro de 2017. Nessa recomendação a DPE solicita ao órgão ambiental a abertura de um processo para oficialização da liberação da pesca de cerco-fixo na região do CEP. Esta prática é historicamente realizada pelos pescadores, e teoricamente foi proibida sem medida normativa clara desse efeito, já que a legislação que proíbe a prática (Portaria do IBAMA nº12 de 2003) não destaca claramente a prática proibida, dando margem à interpretação. O caso foi levado pelo MOPEAR à DPE, que deu os encaminhamentos de consulta às instituições envolvidas. Até o término desse trabalho esse assunto estava em processo de discussão entre os atores envolvidos (MOPEAR, DPE, ICMBio e demais órgãos ambientais). Outra recomendação de 2017 da DPE ao ICMBio, era a solicitação da suspensão da pesquisa sobre a prática do “lacinho” para captura de caranguejo, pois segundo o MOPEAR nem todas as comunidades interessadas haviam sido consultadas. Ao que tudo indica, há posicionamentos contrários a essa medida, inclusive de grupos de pescadores do litoral norte do Paraná que não se sentem representados pelo MOPEAR. Essa pesquisa vinha sendo desenvolvida em parceria pelo ICMBio e a UFPR, mais especificamente o laboratório Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (NESPAMP), do Centro de Estudos do Mar (CEM), em Pontal do Sul.

Também foram observadas atuações do DPE, sob solicitação do MOPEAR, em recomendações junto ao Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, exigindo melhores condições de ensino aos alunos das comunidades de pescadores de Guaraqueçaba e Paranaguá. Além disso, foi recomendado que o núcleo inserisse essas comunidades na gestão

escolar, para que assim houvesse um maior vínculo do ensino desenvolvido e das práticas tradicionais dessas populações no conteúdo programático da escola.

Aparentemente a relação entre esses dois atores se inicia após a Audiência Pública feita na Vila da Barra do Superagüi no dia 06 de dezembro de 2013, quando o MOPEAR denuncia o ICMBio contra injustiças praticadas contra os povos tradicionais, em especial as comunidade pesqueiras atingidas pelo PARNA do Superagüi. (AZEVEDO, 2013). A audiência foi articulada frente ao momento de realização do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagüi, que vinha apresentando pontos discordantes às comunidades pesqueiras. Um resumo dos principais fatos ocorridos na audiência pode ser visualizado no documentário curta-metragem “*Na Terra e no Mar, Nós Vamos Lutar!*”⁶³, disponível no site Youtube, onde também pode se observar a estratégia ofensiva de reconquista do seu território adotada pelo MOPEAR. O evento contou com a presença de lideranças do MOPEAR, demais lideranças pesqueiras vinculadas às colônias, de Guaraqueçaba e de outros municípios do litoral, gestores do ICMBio (servidores locais e chefes regionais), pesquisadores e os deputados estaduais Tadeu Veneri e Péricles de Mello, ambos do PT. No evento foram apontadas, por um grupo de técnicos e acadêmicos parceiros do movimento, falhas do Plano de Manejo do PARNA do Superagüi, principalmente ligadas a pontos que não representavam de maneira correta a realidade atual das comunidades relacionadas ao documento. O instrumento chave para sustentar a posição do MOPEAR é intitulado “*Parecer técnico sobre os estudos preliminares encomendados para elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagüi – Guaraqueçaba/PR*”. Segundo os pesquisadores, é importante destacar que intenção do movimento e demais moradores da região não é se opor a conservação ambiental ou mesmo ao Plano de Manejo, mas querer entender melhor o processo de regularização da UC e participar efetivamente deste processo.

Ao longo do documentário da audiência pública, constantemente são observados gritos de reivindicação dos pescadores, levantando faixas que demonstravam sua insatisfação com o órgão gestor ambiental (FIGURA 31). A audiência também foi destacada por alguns entrevistados da presente pesquisa, gestores e apoiadores ligados ao MOPEAR, como um dos ápices do posicionamento de enfrentamento do movimento para com o ICMBio.

Esse evento foi um dos pontos iniciais para a consolidação da ação civil pública de 2015, de autoria da DPU, que suspendeu os estudos de base para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagüi. A ação partiu de denúncias de várias instâncias apoiadoras do

⁶³ O título do filme é dado em referência ao principal grito de guerra do movimento.

MOPEAR que participaram da audiência pública, como o grupo de pesquisa do IFPR, a ouvidoria da DPE e a Assembleia Legislativa do Paraná, representada pela sua Comissão de Direitos Humanos, no caso sob a figura dos dois deputados que estavam na audiência.

FIGURA 31 – FAIXA EXPOSTA PELOS PESCADORES DE TIBICANGA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2013 NA VILA DA BARRA DO SUPERAGUI.



FONTE: Correio do Litoral (2017).

Ligada a esse processo, outro evento marcante na história do grupo foi a manifestação realizada em 28 de agosto de 2015, data da Audiência de Reconciliação entre lideranças da pesca artesanal de Guaraqueçaba e o ICMBio, devido a judicialização do plano de manejo do parque. Na presente pesquisa a manifestação foi avaliada por uma reportagem e pelo trabalho de Silva (2016), que acompanhou o evento para a sua pesquisa. A mobilização ocorreu em frente à Justiça Federal de Paranaguá (FIGURA 32). A mobilização se deu com uma passeata dos pescadores do prédio da Defensoria Pública do Estado até o prédio da Justiça Federal. O relato do evento é destacado por Silva (2016, p. 120):

Ao longo da reunião com a Defensoria Pública do Estado, muitos moradores de algumas vilas das Ilhas afetadas pelo PARNA de Superagui foram se agrupando em frente ao prédio da Defensoria com cartazes, microfones, camisetas e diversas faixas com dizeres acerca do conflito com o PARNA. Algumas lideranças de outras ilhas que não são afetadas por esse conflito estavam presentes como a Ponta Oeste e Barrancos no sentido de solidariedade. Ao término da reunião com a Defensoria, houve uma concentração onde muitas palavras de ordem foram proclamadas a fim de organizar a passeata. Durante a passeata estivemos acompanhadas da Cleonice [vereadora de Pontal do Paraná entrevistada para esta pesquisa] (MPP) que observou alguns fatores que lhe chamaram a atenção, sobre eles segue alguns relatos dela: “*eu nunca vi isso no litoral, essa mobilização toda (...) você percebe como tem bandeiras de vários movimentos juntas? Tem do MPP, do MOPEAR e do PEART, é assim mesmo que tem que ser, tá muito bonito*”. Chegando em frente ao prédio onde

ocorreria a Audiência de Reconciliação, começa uma grande concentração com palavras de ordem. Neste momento eu converso com uma das agentes políticas articulatórias (acadêmica) sobre o acontecimento e ela nota que além das palavras de ordem dos diferentes movimentos dos pescadores e pescadoras há também palavras de ordem de outros movimentos como o dos faxinalenses. Cabe ressaltar aqui que a base de articulação do MOPEAR foi construída com outros movimentos sociais e grupos coletivos. (SILVA, 2016, p. 120).

FIGURA 32 – MANIFESTAÇÃO ORGANIZADA PELO MOPEAR NO DIA 28/08/2015 EM FRENTE AO PRÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PARANAGUÁ.



FONTE: Blog Edye Fernandes (2015).

Alguns dos cartazes e das ações descritas pela autora citada podem ser vistos na sequência de imagens coletadas no Blog de Edye Fernandes, mecanismo de comunicação local de Paranaguá (FIGURA 33).

Essas ações, a judicialização do processo de suspensão do plano de manejo e a manifestação durante a reunião de conciliação, e consequente andamento da ação judicial, são tidas como vitórias para os pescadores artesanais vinculados ao movimento, o que potencializou a confiança na sua luta. O principal evento da ação até o presente momento é a suspensão dos estudos do plano de manejo do parque, solicitando a garantia de participação efetiva da direção do MOPEAR e das comunidades afetadas na produção do plano; e que se observe as diretrizes da Convenção nº169 da OIT, no que diz respeito a consulta às populações tradicionais na execução de estudos técnicos. Em 2017, a ação judicial se encontrava em espera de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

FIGURA 33 – SEQUÊNCIAS DE IMAGENS DESTACANDO AS FAIXAS, CARTAZES E BANDEIRAS UTILIZADAS NA MOBILIZAÇÃO DE 28/08/2015 ORGANIZADA PELO MOPEAR.



FONTE: Blog Edye Fernandes (2015).

Após a audiência pública realizada em 2013 na Vila Barra do Superagüi se intensifica uma estratégia importante do MOPEAR, os cursos de formação do grupo, em grande parte solicitados pelo movimento, e ofertados pelos pesquisadores parceiros. Formação de base que dá suporte às ações do MOPEAR é destacado por agentes externos a ele, como a vereadora de Pontal do Paraná, como um ponto chave do fortalecimento do

movimento. Esse ponto também é apresentado como crucial pelo professor do IFPR, sendo destacado como uma estratégia endógena chave da articulação do MOPEAR:

Uma estratégia fundamental do grupo, fundamental do grupo assim. Isso tu pergunta pra eles, eles vão te dizer assim, de dez, dez vão dizer a mesma coisa. São os cursos de formação. Isso sim, isso é o que vai garantir que determinado tema seja estudado, seja refletido, seja posto em prática. Então os cursos de formação eu acho que é a principal estratégia assim que vai alimentando esse processo político no grupo. E eles são praticamente desde 2013 (...) Depois da cartografia, que foi um processo formativo também, pra ambos os lados, pesquisadores e a comunidade, o grupo do Superagüi. Mas os cursos de formação recomeçam em 2013 e eles são praticamente mensais (...) E tem um aprendizado na própria preparação dele. Porque o curso não é assim, não chego lá diz “ó gente, to ofertando o curso aqui, o que vocês acham?” Não, a demanda vem deles. Então todos os cursos que eles pediram eu tenho cartas deles pedindo curso, assinado pelas comunidades querendo o curso. Eu nunca fui lá ofertar um curso pra eles. “Ah cês querem fazer? Gente tem que fazer.” Eles sabem que tão demandando, escreve um cartinha a mão mesmo, e me enviam assinada. E aí a gente começa um processo de discussão do curso. “O que cês querem então? Quem que vai participar? Como é que vai ser?” (...) Esse organiza o curso aí já tem um aprendizado forte pra eles. Que o curso é deles, eles entendem isso. Eu não preciso ficar fazendo discurso pra eles lá, “é gente não pode faltar!” (...) Não falo nada. Eles é que ficam se cobrando “ah você que não veio. Foi no jogo de futebol. Ou cê que não veio que foi para Iguape.” (...) Eles que ficam me cobrando, “professor, quando vai ser o curso de novo?” (...) Então, essa instrumentalização que você pergunta vem daí. (Entrevista nº 21).

O IFPR, representado pelos integrantes do “Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória”, principalmente o professor do quadro do IFPR de Paranaguá, entrevistado para a pesquisa, são tidos como um dos principais apoiadores do MOPEAR. O professor, líder do grupo de pesquisa descrito, foi apontado em conversas informais pelas lideranças do movimento e com demais entrevistados para a pesquisa, como o principal apoiador em relação às estratégias de ação do grupo. A relação entre o IFPR e o MOPEAR demonstra a importância da inserção de grupos de pesquisas junto aos movimentos sociais, sendo um caminho de fortalecimento desses. No caso do MOPEAR isso fica nítido pelos cursos de formação solicitados pelo movimento, sendo esses um dos principais instrumentos da construção política do grupo. A relação do MOPEAR com atores de apoio e não apoiadores é apresentada no QUADRO 14.

A relação do MOPEAR com outros movimentos sociais também é um ponto a ser destacado. Algumas de suas lideranças participaram até o ano de 2017 ativamente das reuniões nacionais do MPP, fazendo uma articulação entre o movimento nacional e o local. No litoral do Paraná, a atuação do MPP está condicionada principalmente à participação de uma liderança local que esteve envolvida no processo de criação do movimento em 2009. Essa pessoa é vereadora do município de Pontal do Paraná, liderança da pesca do município, principalmente da comunidade de Barrancos. A atuação dessa agente no cenário local tem

sido importante em alguns casos que envolvem conflitos territoriais da pesca artesanal, inclusive no apoio inicial do MOPEAR.

QUADRO 14 – PRINCIPAIS ATORES LIGADOS AO MOPEAR E AS PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DESSES ATORES PARA O MOVIMENTO NAS QUESTÕES TERRITORIAIS.

RELAÇÃO COM O MOPEAR	ATORES	PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES LIGADAS AO MOPEAR
Atores Parceiros	DPE	O órgão vem dando apoio jurídico ao movimento; conduzindo a intermediação da relação com o ICMBio.
	Grupo de pesquisa ligado ao IFPR	O grupo dá apoio técnico e orientação no campo de organização do movimento social como tal.
	MPP	Vínculo no âmbito nacional e apoio através da coordenadora local
	PEART	Movimento criado dentro do MOPEAR, pelas mulheres. Ainda apoia o MOPEAR, e não é considerado uma dissidência.
Atores Contrários	ICMBio	O órgão é o gestor das UCs que são sobrepostas ao território pesqueiro das comunidades defendidas pelo movimento; vem sendo o principal órgão estatal a receber as reivindicações por parte do movimento.
	Algumas colônias (Paranaguá e Antonina)	As colônias não concordam com a forma de luta dos movimentos, alegando que eles vão contra as leis. Já os movimentos justificam que as colônias historicamente não representam os pescadores nas suas lutas reais, servindo apenas para os processos burocráticos.

FONTE: O autor (2018).

Em 2016 o MOPEAR foi responsável pela organização do 1º Encontro de Articulação Sudeste-Sul do Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil, realizado em Paranaguá. Fato que demonstra um fortalecimento do movimento em se vincular às lutas de escala maior. O professor do IFPR entrevistado chama esses processos de “intercâmbios de tecnologia social”, sendo essa uma estratégia de reprodução e fortalecimento dos movimentos sociais, como pode ser observado na sua fala para o caso do MOPEAR:

(...) esses intercâmbios que eu comento, assim. Intercâmbios de tecnologia sociais, eu digo até. De resistência, de luta, de enfrentamento, organização. Ai muitas dessas lideranças [do MOPEAR] começam a ocupar espaços, ser convidados para reuniões do MPP nacional (...) [uma liderança] vai ocupar o manguezal [fórum nacional de gestão de manguezais]. Tem liderança que vão pro encontro do CONFREM [Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas]. Então, eles começam também conhecer e incorporar outras linguagens de luta. (Entrevista nº 21).

Contudo, uma das parcerias mais interessantes com outro movimento social se dá com o PEART – Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento, o que na verdade é mais que uma parceria. O movimento é derivado do MOPEAR, surgindo de dentro

deste e continuando com vínculo ao grupo de origem. Acredita-se que o grupo tenha sido criado entre 2014 e 2015. Silva (2016) já destacava a participação de lideranças do PEART na manifestação contra o Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagüi, em agosto de 2015. Assim, o PEART é o segundo movimento social ligado à pesca artesanal legitimamente do litoral do Paraná.

O PEART é um movimento prioritariamente feminino, criado como uma demanda das mulheres pescadoras, principalmente companheiras e parentes das lideranças masculinas do MOPEAR, que sentem em certo momento a necessidade de articular num movimento social específico para o universo feminino. Aparentemente, a criação do grupo está fortemente pautada numa discussão de gênero, tanto de dentro do MOPEAR, que estabelece um estímulo inicial aos seus apoiadores para dar luz a esse debate, tentando inserir as mulheres ligadas ao movimento. Essas questões são representadas na fala de uma pesquisadora, entrevistada para a presente investigação, e que é uma das principais apoiadoras do movimento em questão:

O PEART ele é um grupo que ele surge de dentro do movimento mesmo. Ele tá vinculado, tá ali. Ele é uma parte do movimento, do MOPEAR eu digo. Ele surgiu sobretudo da demanda das mulheres ali da região de Guaraqueçaba. Que foi assim uma via de mão dupla, assim. Foram vários fatores que acarretaram na criação do grupo. Teve esse fator da mobilização assim, da demanda das mulheres por participar mais das discussões, dos debates assim sobre a vida na comunidade. Elas sempre participaram né?! Mas enquanto um grupo organizado, enquanto um movimento assim, é inegável que os homens tomaram a frente desse processo, quanto MOPEAR, né?! O fato de sair de casa, ir pra outras cidades, ir debater nas reuniões, isso culturalmente ali dentro dos grupos que estão nessa região, a gente percebe meio que isso nunca foi uma função muito das mulheres. Exceto assim nos casos de lideranças mais específicas, como as professoras das escolas, as merendeiras, algumas pescadoras que tem algumas funções chave dentro das comunidades, aquelas que são as artesãs que mais se destacam ou que tem assim um trabalho mais relacionado a cura natural ali, né?! Mas enfim esse foi um dos motivos. O outro foi que teve um crescimento muito forte do movimento (...) de todo esse processo que eles tavam tendo com outras instituições, órgãos, com universidade. Eles tavam muito tempo com uma consciência assim. Com uma necessidade de discutir mais detalhadamente essa questão do gênero, e de trazer as mulheres num espaço de maior destaque dentro do movimento, né?! Apesar de que elas sempre tiveram ali junto, né?! Muitas vezes assim elas tavam acompanhando mais de dentro das cozinhas. Permitindo que os encontros, que os cursos, que as reuniões acontecessem, cozinhando para esses momentos. Mas quando chegava na hora de debater de fato elas não tavam, e isso gerava um prejuízo nas discussões. Afinal de contas diversos assuntos assim relacionados a educação, a energia elétrica, a diversas práticas tradicionais que as mulheres tem um papel mais preponderante assim, né?! Então, gerava essa necessidade de tê-las assim numa posição mais igual mesmo, ocupando os mesmos espaços que os homens, que as lideranças estavam tendo. Então, as mulheres das comunidades começaram a pedir para estar mais presentes nos espaços. O MOPEAR também começou a tentar articular essas mulheres, a trazer pra dentro dos cursos, mas em princípio era uma coisa assim muito pequena. Eram questão de duas ou três mulheres que estavam participando das discussões, e o MOPEAR queria ampliar esse grupo. E foi aí que ele decidiu fazer. Pediu apoio do Instituto Federal, da Universidade Federal do

Paraná, pra criar um curso assim (...) um primeiro passo de articula as mulheres. Aí a gente se propôs a tá lá, mas quem organizaria tudo, articularia, chamaria as mulheres, pensaria no conteúdo desses cursos, esse papel era muito mais voltado ao movimento. E foi isso que eles fizeram, de uma maneira exemplar. (...). (Entrevista nº 22).

Os pontos de reivindicação do grupo são muito semelhantes aos do MOPEAR. O grupo luta pela defesa do direito de pescadores e pescadoras artesanais ameaçados pelo surgimento de unidades de conservação sobre seus territórios tradicionais, e por assegurar a diversidade sociocultural e econômica da pesca artesanal local. Assim como MOPEAR, o movimento vem se articulando com instâncias de mobilização da pesca artesanal de nível nacional, no caso o MPP, principalmente para se estruturar em reivindicações ligadas a perda de direitos adquiridos devido a mudança nas legislações pesqueira. Essas situações foram expostas pela pesquisadora apoiadora do movimento:

Aquele vídeo que você assistiu foi em relação aquele decreto que tava querendo considera-las só como apoio à pesca. Então houve um debate por parte delas muito grande sobre a característica da pesca artesanal ali na região delas. De que elas não poderiam ser consideradas um apoio, né?! E foram colocando, das características de como ali, o padrão dessa pesca artesanal, ele tem essa complementariedade. De quem são os agentes, os atores que estão ali envolvidos na atividade. Não tem essa de que porque o homem sai para pescar, ele é o pescador e a mulher não é. Até porque muitas mulheres saem pra pesca tanto quanto homens. Mas que há um outro lado da pesca artesanal que acaba ficando meio invisível. Que é esse trabalho que as mulheres fazem. Do preparo dos instrumentos pra pesca. Do preparo pro homem poder sair pra pescar, muitas vezes quando elas não vão. De como elas recebem os pescados, como elas beneficiam, como elas limpam, preparam pra venda. Às vezes auxiliam no transporte ali. Enfim, e de outras dinâmicas que vão muito além da pesca. Até nas atividades ali que são mais correlatas ao uso da terra. Mas enfim, elas então nesse grupo por exemplo, elas discutiram muito fortemente esse decreto o quanto ele viria prejudicar, e aí fizeram essa articulação com o movimento nacional (...) elas mandaram o vídeo para o MPP e as mulheres do MPP responderam pra elas sobre os questionamentos sobre o decreto e tudo mais. Foi aí uma articulação que elas fizeram, né?! (Entrevista nº 22).

Em outubro de 2017 lideranças do PEART participaram da reunião da Articulação Nacional das Pescadoras – ANP⁶⁴, em São Luiz (MA). A inserção neste evento aponta para a relação do grupo com agentes de luta externo, apontando para um certo engajamento com causas de nível nacional ligadas à pesca artesanal, que também afetam os grupos locais. Outra conquista do movimento foi promover a primeira coordenadora mulher do MOPEAR, e subsequentemente destacar outras mulheres para participar da coordenação deste movimento.

⁶⁴ Movimento social de âmbito nacional, fundado em 2005, que visa discutir questões da inserção da mulher nas discussões sobre o universo pesqueiro.

Fato que é visto como uma grande conquista para esse grupo, e para o posicionamento das mulheres nas questões ligadas à pesca artesanal.

Importante destacar a realização da técnica *Arpillera*, que vem sendo uma prática em destaque na página do grupo na rede social Faceboock. A técnica de *arpillera* vem sendo uma fonte de representação cultural e simbólica do grupo pelo seu território, acredita-se que com um resultado semelhante ao da cartografia social realizado pelo MOPEAR. No sentido de dar visibilidade ao trabalho realizado pelas pescadoras e apresentar as representações da sua realidade, assim como o resultado da técnica, alguns dos trabalhos feitos pelas integrantes do PEART são apresentados na FIGURA 34. Nas imagens podem ser observadas práticas de pesca, roçado, navegação e demais manifestações culturais desenvolvidas pelas comunidades locais.

A relação do MOPEAR e PEART também destaca para um fato importante que é a multiplicação dos movimentos sociais e de suas lutas. Isso aponta para um claro crescimento das ações de resistência, tanto para o surgimento de outros movimentos sociais ligados à pesca artesanal, como até para ampliação das lutas desses grupos para outras localidades.

Por outro lado, algumas lideranças locais da pesca artesanal do litoral, principalmente ligada a algumas colônias, principalmente as de Paranaguá e de Antonina, se mostraram contra as ações do MOPEAR e do MPP, o que pode dificultar uma ampliação dos movimentos para outras regiões do litoral do Paraná. A justificativa dos representantes das colônias para a não concordância com as ações desses seria que os movimentos tendem a enfraquecer as ações das colônias e não teriam a mesma filosofia destes órgãos de classe. Isso pode ser observado na fala de um presidente de colônia entrevistado:

Não temos essa ligação com eles. Porque o movimento deles às vezes é bem diferente do nosso. Porque a gente faz o movimento aqui respeitando as leis. Sabe? Respeitando as leis do município, do estado, das portarias. E o movimento deles a gente não concorda muitas vezes. Porque tem muita discussão sem fundamento. Então é preferível nem criticar (...) Não fazemos parte. E também não fazemos questão de fazer parte (...) Porque a discussão deles não é igual a nossa. (Entrevista n° 13).

FIGURA 34 – IMAGENS DA TÉCNICA DE ARPILLERA FEITAS PELAS PESCADORAS INTEGRANTES DO PEART.



FONTE: Página do Facebook do PEART (2017).

A estratégia adotada pelo MOPEAR desde seu começo é a de uma imposição aos demais atores locais sobre a questão do controle do território, mais especificamente ao ICMBio. Essa escolha do movimento é entendida aqui como uma estratégia de resistência ofensiva de retomada do seu território, mesmo que essa retomada seja até o momento de uma maneira simbólica. Essa escolha estratégica do grupo fica clara em diversas atuações do MOPEAR em relação ao ICMBio. Uma delas ocorreu em agosto de 2017, quando MOPEAR e ICMBio vinham articulando a padronização de um Protocolo de Consulta das comunidades locais, para ser utilizado em caso de pesquisas, necessidades de gestão dos órgãos ambientais e demandas das comunidades (ANEXOS 1 e 2). Enquanto o MOPEAR declara no seu modelo de protocolo (ANEXO 2) que as primeiras demandas devem ser tomadas pelos grupos pesqueiros, o ICMBio interpõe no seu modelo de protocolo de consulta (ANEXO 1) que o controle do processo deve ser do ICMBio. Dentro disso interpreta-se que a política adotada pelo MOPEAR é a de que se o movimento aceita fazer acordo com o ICMBio, respaldando as

suas regras, eles estariam afirmando que quem manda no território é o ICMBio, e dessa maneira estaria cedendo simbolicamente a garantia de controle do espaço. Essa estratégia do MOPEAR pode ser considerada como um reflexo de anos de invisibilidade dos pescadores artesanais da região, tanto pelos órgãos ambientais, que conduziram a criação de diversas normas conservacionistas contra os interesses dos pescadores artesanais e sem a devida participação desses no processo de criação; assim como a ausência de todo o Estado e todo o seu aparato, que negligencia a presença dessas comunidades tradicionais locais, principalmente as da região norte do litoral, não oferecendo as condições básicas de vida (saúde, educação e demais serviços básicos) e não tendo estratégias locais de desenvolvimento. Esse conflito de entendimentos e concepções ideológicas dos atores pode ser acompanhada na fala de um dos gestores do ICMBio, que retrata claramente o cenário atual do litoral norte do Paraná:

A grande dificuldade de trabalhar com o MOPEAR, é que eles entendem isso também, só que eles tem a questão da autoafirmação. Eles querem ser o protagonista de um processo de autogestão. Eles não querem a gestão de um ente externo, ICMBio, “que vem aqui conduzi um processo pra me dizer o que eu tenho que fazer”.

Pesquisador - Mas dentro dessa lógica deles, você acha que não tem uma maneira de articular com o ICMBio?

Acho difícil. É bem difícil. Eles não têm. Não tem porque eles interpretam a norma de um jeito e quer que o ICMBio interprete a norma da forma que eles. É a história da bíblia, né?! Ai eu interpreto de um jeito, o meu jeito é o certo. Mas vai uma outra religião lê o mesmo texto, interpreta de outro jeito e diz que o outro jeito que é o certo. Então, a discussão entre ICMBio e MOPEAR se tornou uma coisa assim meio que ideológica. Existe uma ideologia por trás. O ICMBio, assim a ideologia do ICMBio ela é muito pautada pela cultura institucional do órgão. O ICMBio tem a sua cultura institucional. Essa cultura acabou sendo transformada em normativas. Normativas legalistas, muitas das vezes essas normativas são muito legalistas. E isso molda a nossa forma de trabalho, o nosso modus operandi. A forma como o Estado trata esse assunto é desse jeito. Isso foi construído, sei lá, desde a época do IBAMA. É a nossa ideologia, entre aspas, digamos. Já o MOPEAR ele parte de uma outra ideologia. De um outro ideal. De um outro ponto vista. Eles enxergam a mesma coisa de outro prisma. Com uma outra visão. E essas visões mesmo que a gente esteja falando do mesmo assunto elas colidem. E pequenas diferenças na interpretação de uma norma acaba gerando um impasse. Por que ninguém arreda o pé. “Não! O ICMBio faz assim. Ah não. O MOPEAR acha que é assado.” Ai não anda, entendeu?! Então, eu acho assim bem difícil o ICMBio conseguir avançar. Assim pode ser que eu esteja errado. Mas eu acho bem difícil no curto prazo a gente conseguir avançar na construção de algum entendimento comum, assim com eles. Porque tem essa questão da ideologia, do ideológico, né?! E eu percebi isso, ficou bem claro isso pra mim, quando a gente foi discuti com o MOPEAR (...) a questão da OIT 169. A OIT ela, o que que diz a OIT. Ela diz lá que sempre que o governo for adotar alguma medida legal ou administrativa capaz de afetar o grupo, o governo tem que utilizar procedimentos apropriados pra consultar esse grupo. Então esses procedimentos apropriados se convencionou chamar de Protocolo de Consulta. Na visão do ICMBio, do governo, como é que isso funciona. Eu, governo, utilizo procedimentos apropriados, chamo isso de protocolo e consulto aquele

grupo específico. Faço lá contato com liderança. Reunião pública. Reunião informativa. Do o tempo para que eles formem opinião. Vou lá de novo. Ou seja, um processo de construção de entendimentos comuns. Isso são procedimentos apropriados (...) eu não vou usar esse mesmo procedimento pra negociar com uma ONG, por exemplo. Não vou fazer esse mesmo, é diferente. Já o MOPEAR (...) entendem diferente. Eles entendem que quem faz o protocolo, não é o governo, é o grupo. E eles entendem que protocolo é. Nós, enquanto grupo, temos nosso protocolo. A gente se autoconsulta. Constrói as regras e essas regras são, devem ser reconhecidas e legitimadas pelo governo. Então isso é uma diferença de interpretação que dificilmente vai avançar. (Entrevista n° 24).

A fala do gestor aponta para a forma de atuação do MOPEAR, de recuperação do seu território frente ao Estado, que desde a implantação da lógica conservacionista na região vem impondo as regras no território historicamente utilizado pelos pescadores artesanais do litoral norte do Paraná. Assim, aceita-se que o processo implantação das estratégias de conservação no litoral norte que serviram como uma ação desterritorializadora para os pescadores artesanais, vem sendo superados na visão do MOPEAR e de seus integrantes por ações de enfrentamento a essa condição, o que atualmente vem condicionando a uma reterritorialização desse grupo dentro do que eles acreditam como um processo justo.

Em algumas situações as esferas de diálogo podem ser estabelecidas pelas populações pesqueiras artesanais, como vem ocorrendo nos anos mais próximos de 2017 com o MOPEAR e o ICMBio. O movimento vem propondo reuniões para dialogar sobre suas demandas, muitas vezes estabelecendo as regras das reuniões e as pautas a serem debatidas, diferente de outras realidades onde os pescadores são apenas convocados para debater um determinado tema pré-estabelecido ou são condicionados às regras do órgão estatal. Uma visão simbólica dessa relação pode ser observada na FIGURA 35, onde quem ocupa a mesa de reunião, e aparentemente parece conduzir a mesma, são as lideranças do MOPEAR, enquanto os analistas ambientais permanecem sentados nas cadeiras fora da mesa.

Atualmente o movimento também vem traçando uma atitude diferenciada em relação às pesquisas desenvolvidas na região. Através de contratos verbais, baseados no Protocolo OIT 169, o movimento vem se articulando com grupos de pesquisa que desejam realizar trabalhos na região. Conforme pesquisadora atuante junto ao movimento, eles querem saber como as comunidades locais podem se beneficiar da pesquisa. Essa atitude é reflexo de pesquisas realizadas anteriormente e que eventualmente podem resultar em restrições para práticas corriqueiramente realizadas pelos pescadores. Essas informações são recuperadas da fala da pesquisadora atuante junto ao movimento:

De uma maneira de romper como uma postura de pesquisador que eles estavam acostumados a lidar (...) que eles tem muitas reclamações, é recorrente ouvir no

discurso deles. Que eles se sentem de fato usados por diversas pesquisa, se sentem passados para trás.

(...)

Tava acontecendo um problema. De diversas agentes e técnicos de órgãos diferentes tavam entrando nas comunidades sem avisar ninguém. Tavam entrando na mata. Levando pessoas de fora. E ninguém sabe pra que. E teve comunidade que sem avisar eles tavam fazendo um estudo sobre borboletas. Acho que foi em Bertioiga isso. (...) e acabaram abrindo trilhas, sem autorização da comunidade. Então a comunidade ficou revoltada, porque, poxa ninguém pode abrir uma trilha, fazer nada (...). E começa a organizar reunião na comunidade sem autorização da associação de moradores. (Entrevista nº 22).

FIGURA 35 – REUNIÃO REALIZADA PELO MOPEAR NAS COMUNIDADES DE GUARAQUEÇABA, AO FUNDO AS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO E DE COSTAS DOIS ANALISTAS DO ICMBIO.



FONTE: Página do Facebook do MOPEAR (2017).

Esses pontos destacam a incorporação do Protocolo OIT 169 por parte do MOPEAR, principalmente a questão do seu autorreconhecimento como população tradicional e da autodeterminação do seu território. Assim, posturas como as apresentadas em relação aos pesquisadores, e em relação à situação do Protocolo de Consulta com o ICMBio, visam a implementação por conta própria da OIT 169.

Vale destacar também o papel dos simbolismos presentes no movimento. O grupo possui gritos de ordem e luta, que são apresentados sempre em momentos de reunião. Um dos gritos mais reconhecidos, por diversos entrevistados envolvidos ao movimento, é o “*Na terra e no mar, nós vamos lutar!*”, título dado ao documentário mencionado anteriormente. O movimento também possui uma bandeira de identidade, que é apresentada na FIGURA 36. Conforme relatos, em todas as reuniões que o grupo participa é exposta a bandeira do grupo (FIGURA 35) e feitos os gritos de ordem. Na FIGURA 35 também é perceptível a

visualização da bandeira do MPP. O movimento nacional aparece na realidade local como um apoiador do MOPEAR, sendo um agente importante na vinculação dos sujeitos do movimento local com causas nacionais, além de servir como ponto de intercâmbio e formação das lideranças.

FIGURA 36 – BANDEIRA DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO PARANÁ (MOPEAR).

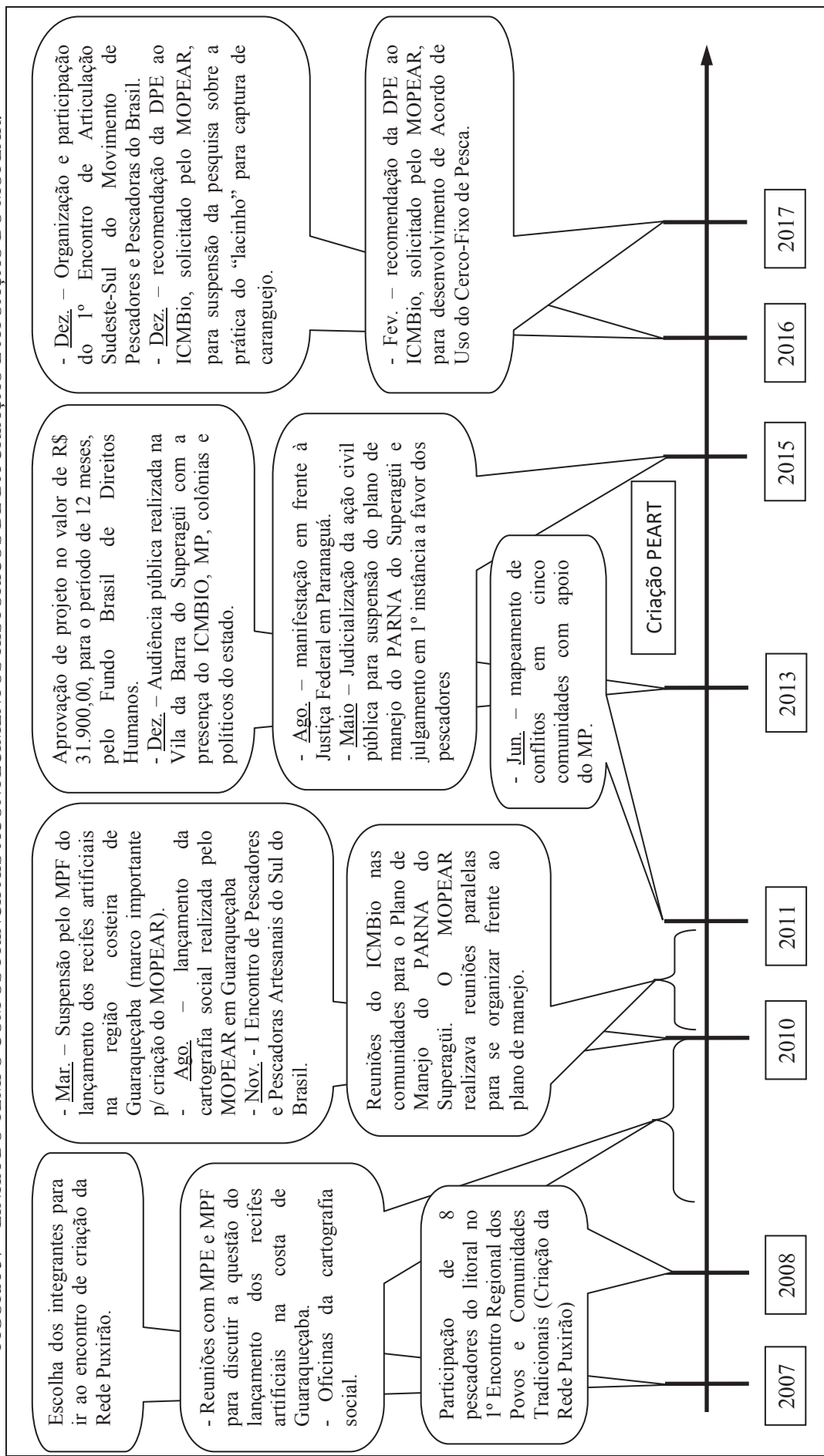


FONTE: Maria Fernanda Cherem (2016).

Boa parte das ações realizadas nessa breve história do MOPEAR são apresentadas na FIGURA 37. Em resumo, a lógica da luta do MOPEAR no litoral norte do Paraná é o da busca pela visibilidade das comunidades tradicionais historicamente injustiçadas perante aos outros autores locais, assim como reconhecimento de seus direitos básicos junto ao Estado. Esses pontos são frisados por Vandresen, Buti & Souza (2014):

Podemos dizer que a via para a efetivação desses direitos passa pela visibilidade das comunidades diante do Estado e do mundo que as cerca. Esse primeiro passo, o de mostrar as marcas, as trajetórias, as histórias, as demandas, as vozes, as bandeiras, está sendo dado. (...) Um segundo passo também está sendo dado: o de, a partir da visibilidade, fazer com que o Estado reconheça esses modos culturais específicos e defina um compromisso de amparo e proteção jurídica. (VANDRESEN; BUTI; SOUZA, 2014, p. 51).

FIGURA 37 – LINHA DO TEMPO COM OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DE DA CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOPEAR.



FONTE: O autor (2018).

Para isso, se vê a necessidade e a importância, principalmente dos movimentos sociais, de se ter mais apoiadores locais atuantes para articular as lutas nacionais a realidade vivenciada. Para isso se necessita de uma maior participação dos pescadores nos movimentos, de uma melhor articulação da academia para apoiar o movimento localmente, e de uma formação contínua de lideranças para atuar na realidade do litoral do Paraná. Ambos os movimentos sociais com atuação local vêm construindo um histórico de luta em prol dos direitos do território pesqueiro, e vem demonstrando que a luta a partir desse tipo de organização social pode ser um caminho viável para a consolidação dos territórios pesqueiros dos pescadores artesanais do litoral do Paraná.

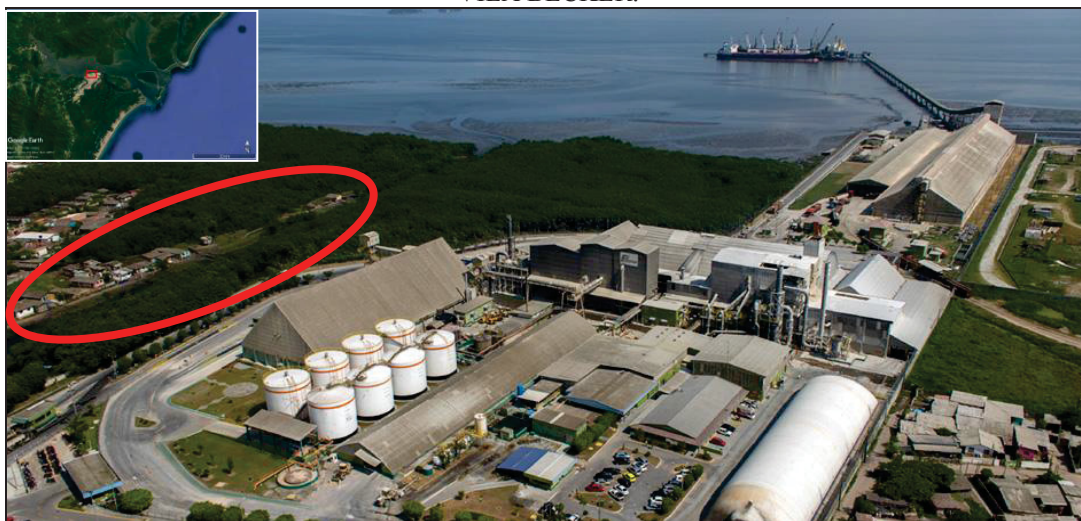
6.4. O Retorno às Origens de Pescadores do Canal da Anhaia, em Paranaguá

O Canal da Anhaia está localizado na Vila Becker em Paranaguá, ao lado da empresa Fospar S. A.⁶⁵ (FIGURA 38). Nessa localidade foi averiguado um caso peculiar da tríade TDR vinculada à forma hegemônica de produção do espaço portuária-industrial e aos reflexos do processo de urbanização. Em meados da década de 2010 essa localidade foi categorizada como local de risco pela prefeitura e demais órgãos responsáveis, sendo na sequência proposta a realocação da comunidade para o bairro Porto Seguro, a aproximadamente 10 km de distância do seu ponto de ocupação (FIGURA 39).

Historicamente essa região é ocupada por famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social. (TUMELERO, 2015). A ocupação da área, conforme Tumelero (2015), data da década de 1950, estimulada pela intensificação da atividade portuária em Paranaguá no mesmo período. Já no século XX, dentre os moradores existiam famílias de pescadores artesanais, que não eram predominantes na região, mas compunham a localidade. Alguns desses pescadores eram oriundos de vilas do Complexo Estuarino de Paranaguá, mais especificamente da Ilha Rasa que, assim como muitas famílias de Guaraqueçaba e vilas rurais estuarinas de Paranaguá, optam por ir morar no perímetro urbano de Paranaguá almejando melhores posições de emprego e de geração de renda. (SERAVAL, 2006; MAFRA, 2012).

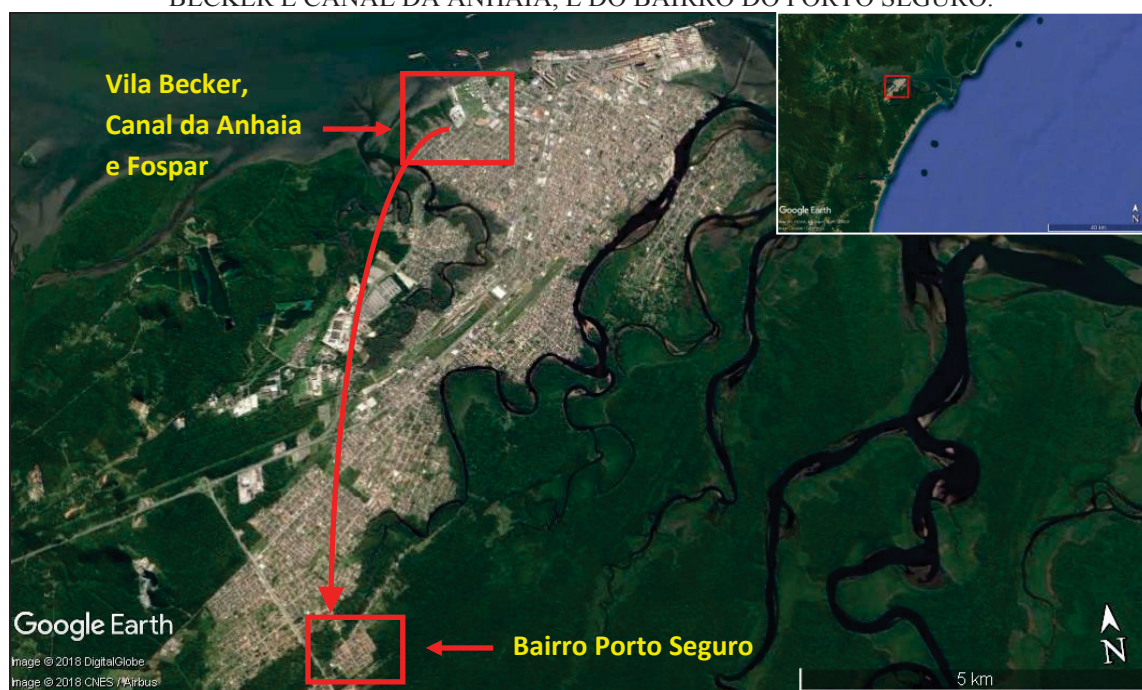
⁶⁵ Única fábrica de superfosfato simples do estado do Paraná, a Fospar responde por cerca de 8% da produção nacional deste importante insumo para agricultura. A fábrica opera desde 1974, mas o terminal portuário iniciou suas operações em 2001. (FERTIPAR, 2016).

FIGURA 38 – VISTA AÉREA DA EMPRESA FOSPAR S.A., LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, COM DESTAQUE EM VERMELHO PARA O CANAL DA ANHAIA, NA VILA BECKER.



FONTE: FERTIPAR (2016).

FIGURA 39 – IMAGEM AÉREA DE PARANAGUÁ, COM DESTAQUE PARA AS REGIÕES DA VILA BECKER E CANAL DA ANHAIA, E DO BAIRRO DO PORTO SEGURO.



FONTE: O autor (2018). Base de dados do Google Earth.

Já o terminal portuário da Fospar foi implantado em 2001 na localidade, sendo ampliada sua capacidade de armazenamento e operação ao longo na primeira década do século XXI. (FERTIPAR, 2016). Além de realizar a operação portuária de transporte do fertilizante, o terminal também opera como uma fábrica de superfosfatado simples, correspondendo a 8% da produção nacional. Devido essa produção, os moradores da

vizinhança reclamam da má qualidade ambiental gerada pela empresa, principalmente pela eliminação de resíduos atmosféricos continuamente ao longo do dia (FIGURA 40).

A situação da péssima qualidade ambiental local da Vila Becker também é exposta pelo ex-presidente da Associação de Moradores da vila:

O nosso assunto aqui é grave. A área do pescador, que os pertence ao nosso direito, infelizmente que nós não somos respeitado. Em Paranaguá é grave essa parte! (...)

Onde eu moro, nós tamo na boca da fornalha. Sabe que a Fospar ela funciona vinte e quatro horas por dia. E as leis, as autoridades, elas tudo encostada com ela. Isso pode falar de peito aberto que é verdade. Nós tivemos reunião passada com a Petrobrás e a Fospar, só falo gente grande, tudo a favor dela. Nós ficamos ali. Recebemo aquele negócio na cara todo dia [falando da poluição eliminada pela empresa]. Aquele negócio que arde teu nariz. Não temo pra quem grita. Se for pra Força Verde, não resolve nada. Se for para policia, não resolve nada. Se for no Ministério Público, não resolve nada. (Entrevista nº 5b).

FIGURA 40 – CHAMINÉ DA FÁBRICA DA FOSPAR S.A. EM PARANAGUÁ E A ELIMINAÇÃO CONTÍNUA DE RESÍDUOS ATMOSFÉRICOS.



FONTE: O autor (2018).

Em 2005 e 2006, com suporte das análises feitas para o Plano Diretor de Paranaguá, a localidade do Canal da Anhaia foi categorizada como de risco, pela precariedade das condições sanitárias e das residências, que em boa parte eram palafitas. Além disso, as casas ocupavam uma área de preservação permanente (matas ciliares), e no mesmo período ocorreu um surto de cólera na região, fatos que intensificaram na prefeitura Paranaguá o processo de mobilização para a realocação das famílias do local. (TUMELERO, 2015). Assim, foi ofertada a realocação para os moradores da vila, que seriam instalados no bairro Porto Seguro (FIGURA 39), sendo doado através de programas sociais o terreno e as casas já construídas.

Conforme conversa com o ex-presidente da Associação de Moradores da Vila Becker, pescador artesanal de profissão, na época os moradores realocados totalizavam mais de 40 famílias, sendo que seis eram de pescadores. Os informantes consultados sobre esse caso relataram que as famílias que não eram pescadoras, facilmente aceitaram a realocação, principalmente por medo das pressões e pela garantia de ganho da casa e terreno, mesmo que num bairro mais distante do centro e do ponto de ocupação atual naquele momento. Já as famílias de pescadores relutaram pela mudança, pois segundo os informantes, essas possuíam residências de melhor qualidade e tinham a facilidade de acesso ao estuário pelo Canal da Anhaia. Contudo, de seis famílias de pescadores, cinco aceitaram a realocação para o bairro do Porto Seguro e uma família permaneceu no Canal da Anhaia, resistindo à má qualidade ambiental proporcionada pela atividade da empresa e solicitando melhores condições para realocação e indenização para a saída do local. Importante destacar que essa última família não aceitou a proposta, pois a casa ofertada pela prefeitura era de pior qualidade que a sua no Canal da Anhaia, e porque eles não seriam indenizados. A negação à mudança dessa família se dá pelo fato de alguns vizinhos da Vila Becker terem sido realocados e terem recebido indenizações, o que não aconteceu no caso deles. Segundo informações de uma Assistente Social da Prefeitura de Paranaguá, isso ocorreu porque a realocação das famílias vizinhas indenizadas se deu por ação da própria Fospar, que adquiriu os terrenos das famílias, dando uma casa e terreno, e um adicional em dinheiro. Já a realocação das famílias do Canal da Anhaia foi por uma ação social da prefeitura, que quis retirar as famílias de uma área de risco, localizada sobre uma área de preservação permanente e ao lado de um terminal e fábrica de fertilizantes.

Nesse processo de realocação das comunidades vulneráveis e não das grandes empresas portuárias o Estado opera na configuração da diferenciação territorial, criando assim uma hierarquia entre os lugares (SANTOS, 2006), segundo a fonte laboral e a classe social de cada grupo.

Em relação às famílias de pescadores que se mudaram para o Porto Seguro, as reações foram diversas, principalmente no momento seguinte após a realocação. Todas tiveram de sair do bairro para continuar com a atividade pesqueira. Quatro famílias voltaram para as comunidades pesqueiras de Guaraqueçaba, conforme as informações retornando para a vila de Almeida, na Ilha Rasa, de onde eram originárias. Já a quinta família de pescadores que foi para o bairro do Porto Seguro posteriormente acabou voltando para a Vila Becker, em uma casa mais distante do Canal da Anhaia. O motivo da mudança das famílias foi a dificuldade para acessar os portos de embarque pesqueiros, que são distantes ao bairro Vila

Nova. O fator de moradia próxima aos portos de saída de pesca é considerado crucial para os pescadores, sendo relato em várias conversas, e observado em outros casos estudados, como o da comunidade de Guapê.

Segundo os informantes, outro motivo que fez com que as famílias de pescadores não permanecessem no bairro Porto Seguro foi má qualidade das casas ofertadas. Conforme informações, a estrutura das casas era feita de madeiras de péssima qualidade, sendo que quando as famílias se mudaram para o local já havia ripas dos telhados podres. Além disso, conforme os informantes, a área ocupada é um local de enchentes, sendo que as casas alagaram em períodos logo após a mudança das famílias. Essas condições fizeram com que as famílias optassem por voltar aos seus lugares de origem, no caso a Vila de Almeida e a própria Vila Becker, que lhes proporcionava melhor qualidade de vida.

Esse caso traz algumas reflexões sobre a dinâmica TDR da pesca artesanal do litoral do Paraná. O primeiro ponto é a migração de pescadores das comunidades rurais pesqueiras do CEP para áreas centrais de Paranaguá. Pescadores locais comumente relatam a ocorrência desse fato para toda a região, sendo mais intenso e registrado em algumas comunidades, como na Ilha das Peças. (SERAVAL, 2006; MAFRA, 2012). Acredita-se que essas famílias migrantes, em geral, vão em busca de melhores condições de vida na cidade, fugindo das dificuldades vinculadas à atividade pesqueira artesanal em sua região, como a lógica preservacionista e a perda de rendimentos devido à crise pesqueira geral. O fato é que a dinâmica da vida nos perímetros urbanos é completamente diferente do que a realidade nas vilas pesqueiras rurais. Os custos de vida são maiores, o que pode lhes acarretar uma perda na capacidade de compra e na qualidade de vida em geral, os vínculos sociais não são os mesmos, e os laços de solidariedade e apoio mútuo entre os núcleos familiares teoricamente são menores. Assim como demais migrantes que chegam à região em busca de melhores posições de emprego e vão morar em áreas de favelização e/ou de risco, como destacado por Deschamps & Kleinke (2000), para os pescadores com origem nas vilas pesqueiras das proximidades a lógica é a mesma, já que no geral são famílias de baixa renda. Mas no caso do pescador artesanal, mesmo mudando para o perímetro urbano de Paranaguá, dependendo do local onde ele vai se fixar, ele poderá continuar exercendo a atividade pesqueira até conseguir um emprego que julgue melhor. Para o caso do município em questão esses lugares podem ser as imediações da Vila Becker e Vila Guarani ou o Valadares, pontos de maior concentração de pescadores artesanais no município. Para o caso dos pescadores do Canal do Anhaia, acredita-se que essa situação tenha ocorrido, e eles tenham optado por continuar exercendo a pesca. Contudo, com a realocação para um bairro distante no acesso ao estuário, esses

acabaram optando por retornar a sua vila de origem em Guaraqueçaba, se reterritorializando sob aquelas condições das quais haviam “fugido” quando vieram para Paranaguá.

Atualmente a liderança entrevistada, assim como outros integrantes da comunidade, vêm planejando a retomada das funções da Associação de Moradores da Vila Becker, a qual inclui os moradores do Canal da Anhaia. Segundo o ex-presidente da associação entrevistado, com a inatividade da associação, a comunidade passou a ser desconsiderada ainda mais frente aos demais agentes locais, principalmente pela prefeitura e empresas da região. A ideia seria restabelecer o trabalho associativo dos moradores para poder ter mais poder de enfrentamento contra as injustiças sofridas.

Essa história aponta para uma reflexão sobre alguns pontos ligados à territorialização da pesca artesanal. Primeiro, para as escolhas do poder público, no caso representado pela prefeitura, que prefere investir na realocação da comunidade do que na melhora dos serviços no local atual de ocupação. Outra justificativa para a realocação da comunidade é a ocupação de uma área de APP, na beira do Canal da Anhaia, sendo essa uma ocupação indevida. Por outro lado, o vasto desmatamento de áreas de manguezais, também categorizados pelo Código Florestal como APP, para a expansão de terminais portuários são permitidos pelo poder público. Assim como nos outros casos descritos anteriormente essa informação aponta para a maneira como o Estado, em suas distintas esferas, atua em relação a territorialização de grandes empresas favoráveis ao capital financeiro, e em relação a territorialização de comunidades tradicionais e demais populações vulneráveis. Benefícios e flexibilização das normas ambientais para os primeiros, e condicionantes e restrições ambientais para os segundos. Territórios fixos e rigidamente demarcados para comunidades tradicionais e demais grupos vulneráveis, fronteiras porosas e permeáveis para o capital. (BORON, 2004, p. 200).

O segundo ponto que merece destaque é as múltiplas pressões pelas quais passam os pescadores artesanais do litoral do Paraná, sendo necessário em determinados momentos escolher o cenário mais favorável para a manutenção da sua família, reprodução social como pescador e de territorialização. No caso, num primeiro momento os pescadores optaram pela mudança para um grande centro urbano, visando à busca por melhores condições de trabalho e renda. Mas com as pressões advindas desse espaço, no caso oriundas das atividades portuárias-industriais, e os benefícios que o poder público dá a essa forma de produção socioespacial, esses optaram pelo retorno às suas localidades de origem nas vilas pesqueiras rurais, mais condicionadas aos efeitos restritivos da conservação ambiental. Essa questão aponta o impacto das distintas formas hegemônicas de produção do espaço presentes no litoral, e os reflexos dessas na vida do pescador. No caso desses pescadores, eles averiguaram

que as pressões das UCs de proteção integral e de um arcabouço legal ambientalista, eram menores do que as pressões exercidas pelas dificuldades oriundas de um grande centro urbano, como a distância para as áreas de pesca e as barreiras impostas pela lógica urbana da cidade.

Por fim, também vale destacar a importância de um fator de ordem técnica da pesca, o fato da territorialização da pesca artesanal se dar próxima às áreas de pesqueiros e demais áreas de uso do pescador. O caso apresentado aponta para necessidade do pescador artesanal residir próximo a esses espaços. No caso dos pescadores do Canal da Anhaia, quando esses foram realocados para o bairro do Porto Seguro, e passaram a residir longe de qualquer saída para suas áreas de atuação na baía, se viram em dificuldades, escolhendo em última instância a reterritorialização na Vila de Almeida. Essa situação aponta para a dificuldade atual de territorialização e conquista do território pesqueiro por parte da pesca artesanal no litoral do Paraná, em qualquer que seja o cenário. Contudo, permanecer junto a sua comunidade tradicional, mantendo laços de solidariedade e reciprocidade, e dispondo do mínimo de recurso livre e espaço para a sua sobrevivência, parece ser a melhor opção.

**PARTE IV – SÍNTESES E APRENDIZADOS SOBRE A RELAÇÃO DA PESCA
ARTESANAL E AS FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E
APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS, SUAS AÇÕES E VIAS DE RESISTÊNCIA, E A
LÓGICA TDR OBSERVADA PARA ESSA POPULAÇÃO TRADICIONAL**

**7. CATEGORIZAÇÃO DOS TIPOS DAS AÇÕES E DE VIAS DE RESISTÊNCIA
DOS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ NA LUTA
PELO SEU TERRITÓRIO**

Além dos casos relatados na seção anterior, o levantamento de informações revelou diversas outras formas de resistência adotadas pelos pescadores artesanais frente às formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos locais existentes para a realidade estudada. Nesta seção essas são categorizadas em tipos de ações e vias de resistências adotadas pelos pescadores artesanais do litoral na luta pelo seu território. Muitas dessas são estratégias conjuntas de atores envolvidos na realidade local, tanto de grupos de representação dos pescadores, como agentes apoiadores. Em alguns casos, as estratégias de resistências adotadas são as melhores opções de enfrentamento, mas em outras são a única opção frente aos atores que atuam contra a fixação dos pescadores artesanais em seu território.

Importante destacar que nem toda prática de resistência dos pescadores artesanais tem como objetivo máximo a regularização do território pesqueiro propriamente dito, como a campanha nacional desenvolvida pelo MPP. Muitas se caracterizam numa resistência de luta por direitos sociais ou direitos humanos básicos, com reflexos de garantia quanto ao uso e manutenção do seu território, e que indiretamente reflete numa resistência pelo controle territorial da pesca artesanal.

Outro fato a se mencionar é que nem sempre os pescadores resistem a essas formas hegemônicas, pois nem sempre essas os impactam, podendo em algumas circunstâncias até apresentar benefícios. Só quando a situação chega numa posição conflituosa é que vão adotar uma estratégia de resistência. O que também pode ocorrer pela formação de uma consciência política, mas isso ainda é pouco observado na realidade. É mais provável também que essa consciência surja a partir de uma pressão sofrida, como no caso do MOPEAR e da APAPSUL.

Essas resistências apontam para o papel de interferência dos pescadores no sistema político, o que os apresenta não como sujeitos inertes no cenário local. Além disso, também

destaca a presença deles na realidade, interferindo nesse leque de relações sociais apresentadas, e se fazendo parte da paisagem.

Nesse contexto as vias e ações de resistência são classificadas neste trabalho em alguns grandes agrupamentos, sendo eles: Articulação das ações coletivas em movimentos sociais e demais organizações; Ações judicializadas, recomendações dos atores da justiça e acesso às demais instâncias judiciais; Reconhecimento do território por meio de cartografias sociais, mapeamentos participativos e demais formas de levantamento de informações relevantes dos usos e costumes locais; Ocupação de espaços públicos e de áreas comuns de uso ou apenas permanecer no seu território; Manifestações ou demais formas de mobilizações públicas; Acordos para uso do espaço e dos recursos e demais formas de articulação para melhoras nas condições dos pescadores; Outras ações cotidianas de resistência e enfrentamento; e a Manutenção, valorização e adaptação da tradição cultural como forma de resistência. Muitas dessas ações e vias podem aparecer de maneira simultânea nos distintos casos, sendo a estratégia do grupo um conjunto de ações alinhadas. Contudo, a categorização facilita a compreensão dos tipos de estratégias existentes, facilitando a visualização das estratégias adotadas pelos pescadores artesanais na luta pelo seu território em cada uma das situações de pressão identificada.

7.1. Movimentos Sociais e Demais Organizações Coletivas

A estruturação das ações coletivas dos pescadores artesanais na forma de movimentos sociais é vista aqui como uma via de resistência, assim como aponta Gohn (2002). A formação de um movimento social ou a incorporação de um determinado grupo a um movimento para uma luta local é vista como uma escolha de determinados sujeitos, sendo considerada aqui como uma estratégia na luta pelos territórios pesqueiros e pelos direitos de uso desses territórios. Da mesma forma também se considera a organização coletiva em associações locais vinculadas à pesca artesanal ou a regiões onde haja predominância de pescadores artesanais. Após formados esses agrupamentos se tornam atores atuantes no cenário local, podendo incorporar nas suas lutas outras ações e vias de resistência, como uma manifestação, uma ação judicial, dentre outras ações, como será descrito nas seções seguintes.

Em relação aos movimentos sociais, o MOPEAR é o primeiro legitimamente do litoral do Paraná. Segundo Vandresen, Buti & Souza (2014, p. 44), antes do MOPEAR, já

“existiram representações mobilizadas⁶⁶ [da pesca artesanal] no litoral paranaense, porém, nunca na forma de um movimento social e, sim, de grupos atomizados em função de demandas contingenciais.” Nos últimos anos, principalmente a partir do final da primeira década do século XXI, começaram a surgir na região alguns movimentos sociais de representação, direta ou indireta, da pesca artesanal do litoral paranaense, e que apresentam atuação na luta pelo território pesqueiro das comunidades locais. Além do MOPEAR, os demais grupos com essas características são a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, o Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros (MICI), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e as Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento (PEART).

O MOPEAR e o PEART apresentaram atuação mais direta sobre a territorialização de determinados grupos de pescadores artesanais do litoral. A lógica de atuação desses dois movimentos vem sendo de enfrentamento do Estado, lutando pela imposição de uma nova forma de gestão ambiental e dos bens comuns, semelhante ao o que descreve Martínez-Alier (2007) sobre os movimentos dos seringueiros e a concepção das “reservas extrativistas” na década de 1980. Segundo o autor, os seringueiros a partir da sua luta de reivindicação junto ao Estado inseriram na estrutura legal conservacionista brasileira o modelo de RESEX, criando assim as unidades de conservação que consideram a existência de povos tradicionais e suas relações de uso do meio natural. O MOPEAR e o PEART vêm travando lutas semelhantes, mas agora por reconhecimento de um arcabouço legal já existente de direito das populações tradicionais. Ambos os movimentos vêm sendo lugares de resistência onde estão construindo uma proposta para um projeto autônomo de desenvolvimento e gestão ambiental das comunidades pesqueiras compreendidas no grupo, semelhante a definição de movimento social proposta por Sader (1988), propondo dessa maneira um viés descolonizador ao controle territorial imposto pelo Estado. (SVAMPA, 2016).

Esses grupos são o que Fernandes (2005) chama de movimentos socioterritoriais, pois atuam em prol da permanência das comunidades locais na região com condições boas de qualidade de vida, dessa maneira produzindo espaço pela sua presença, e lutando para que essas comunidades tenham voz ativa na gestão e controle do espaço, reconstituindo assim seus territórios.

⁶⁶ Nesse caso Vandresen, Buti & Souza (2014) se referem a luta dos pescadores do litoral norte pela sua territorialização, primeiramente contra a ações de empresas agrícolas, que ocupavam seus territórios para a criação de búfalo, e num segundo momento contra ações de conservação ambiental.

Um fato observado é a articulação entre os movimentos, e a maneira como esses movimentos vem subsidiando lutas subsequentes. A Rede Puxirão teve papel significativo na gênese do MOPEAR. O PEART surge de dentro do MOPEAR, como uma ação das mulheres vinculadas a este último. Algumas integrantes do PEART começam a frequentar reuniões nacionais da Articulação Nacional de Pescadoras. O MPP funciona como suporte de capacitação e de intercâmbio das lideranças do MOPEAR. Segundo Castilho (2012), esse diálogo entre movimentos sociais é suportado por ações de dialeticidade e solidariedade entre os grupos, que realizam suas práticas de luta no espaço.

Esses processos de troca de experiências e de consolidação de outros movimentos na região apontam para uma solidificação dessa estratégia de ação coletiva no litoral. Esse fato também pode ser observado na evolução de atuação do MOPEAR, que iniciou suas ações na Vila da Barra do Superagüi, mas hoje já se encontra com lideranças em mais de dez comunidades, e pelo cenário de pressões e das reivindicações dos pescadores do norte do Paraná, apresentando a possibilidade de expansão para outras comunidades da região num curto prazo de tempo. Vandresen, Buti & Souza (2014, p. 50) já destacavam alguns pontos importantes para o futuro dos movimentos sociais locais, como “estimular trabalhos de formação de base, fortalecer as coordenações dos movimentos, abrir canais de negociação permanentes dos órgãos públicos com os movimentos e suas demandas.”

Contudo, as resistências via movimentos sociais da pesca no litoral do Paraná ainda se encontram restritas ao litoral norte do estado, e às atuações da liderança do MPP que é vereadora em Pontal do Paraná. Por outro lado, diversas associações comunitárias ou de pescadores apresentaram ações correlacionadas à luta pelo território. Apesar dessas ações e a articulação das associações serem em grande maioria pontuais, e tendo características diferentes das realizadas pelos movimentos sociais, como por exemplo, sendo feitas de uma maneira mais defensiva, essas podem ser um caminho para controle do território, podendo até estimular suas lideranças a uma articulação maior em forma de um movimento social. Importante frisar que não se acredita que a organização coletiva em forma de um movimento social liquide com outras formas de organização, como as associações comunitárias. Existem convergências na atuação dessas lutas, mas existem também divergências nos seus papéis. Observa-se que a maioria das associações espalhadas pelo litoral está envolta em causas locais, ligadas ao ordenamento da sua comunidade e a reivindicações cotidianas juntas ao poder público. Como por exemplo, a organização de infraestrutura básica de uma comunidade é função de uma associação, e não de um movimento social ou de um coletivo maior. Articulações de ordem maior, para discutir propostas como de ordenamento pesqueiro ou da

regularização dos territórios pesqueiros, ainda tendem a ser desenvolvidas pelos movimentos sociais e colônias. Essa relação entre associações comunitárias em comunidades pesqueiras e os movimentos sociais é destacada pelo professor do IFPR, para o caso do litoral norte:

(...) historicamente essas comunidades foram jogadas umas contra as outras. Internamente assim, os órgãos sempre geraram essas diferenças. Favorecendo mais um que o outro. Esses compadrios (...) E quando essas comunidades emergem desse cenário, e vai desfigurando. Isso na década de 80. Acho que vai desfigurando aquelas formas tradicionais de organização que existiam, que eram mais patriarcais. Elas vão formando associações, década de 80, 90, enfim. E vai verticalizando, né?! Então a forma de tomar decisões acaba sendo hipercentralizada em alguém que é um gancho de referência pra EMATER, na época, pra Prefeitura, pra ICMBio, IBAMA, tudo mais. Então essa referência ela perdeu completamente a força. O MOPEAR vai disputar essa força com as associações. Mas não negando a associação. Interessante porque as lideranças do MOPEAR são presidentes de associação também. E seria diferente se elas não fossem. Seria pior se elas não fossem. Porque a referência da associação ainda é uma referência, uma representação para a comunidade de maneira geral. Quem é que fala em nome da comunidade?! Quem é que tem de correr atrás?! Organiza?! Então o MOPEAR empresta das associações essa representação. Mas ele vive um território de disputa, mas não é com as associações nesse caso. A “briga” do MOPEAR não é com elas (...) não é um conflito que quer que elas acabem, não é isso! Mas é que se muda o método de gestão das associações. E aí o movimento propõe uma nova forma de organização. Vai dizer assim, olha, por exemplo, “aqui não tem presidente, aqui tem organização. Aqui a decisão é coletiva.” Aí as associações algumas começam a fazer parecido com isso. Então de certo modo assim, emprestam um modo de organização. (Entrevista nº 21).

O que se observa é um número expressivo de associações ligadas à pesca artesanal existentes na realidade estudada, e conforme relatos existem ainda mais grupos com atuação local em causas de âmbito territorial envolvendo pescadores que não foram categorizados. No presente trabalho foram identificados dez grupos com ações ligadas direta ou indiretamente à garantia e ao acesso aos territórios pesqueiro (QUADRO 15). É reconhecida na literatura a existência de associações de moradores com grande participação dos pescadores locais. Andriguetto-Filho et al. (2006) destacam isso para vilas e bairros dos municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba. Também como destacam os autores citados, a criação dessas organizações sociais continua sendo estimulada pela EMATER (QUADRO 15). Essa constatação foi observada para associações vinculadas a grupos pesqueiros de Paranaguá e Guaratuba.

QUADRO 15 – ASSOCIAÇÕES DO LITORAL DO PARANÁ LIGADAS À PESCA ARTESANAL E QUE DESENVOLVEM ALGUMA AÇÃO CORRELACIONADA À GARANTIA DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS TRADICIONAIS.

ASSOCIAÇÕES	MUNICÍPIO	PRINCIPAL SUPORTE PARA O GRUPO	AÇÃO DE RESISTÊNCIA
Associação de Moradores da Vila do Superagüi	Guaraqueçaba	ICMBio	- Liberação das novas construções realizadas pelos moradores.
Cozinha Comunitária da Vila das Peças	Guaraqueçaba	EMATER	- Geração de emprego e renda para as mulheres ligadas à pesca.
Associação das Mulheres Produtoras de Cataia	Guaraqueçaba	EMATER, ICMBio	- Organização coletiva para busca de direitos frente os danos gerados pela empresa Fospar.
Associação de Moradores da Vila Becker	Paranaguá	???	- Reivindicação de uso do seu território frente a ocupação do espaço pela Estação Ecológica da Ilha do Mel, gerenciada pelo IAP.
Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste	Paranaguá	EMATER, UFPR Litoral	- Reuniões para discutir os problemas ligados à dragagem do Canal da Galheta.
Associação de Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Bacia de Paranaguá (ANIME)	Paranaguá	???	- Representar populações tradicionais pesqueiras e caiçaras do litoral.
Associação Caiçara de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná	Paranaguá	EMATER	- Trabalhar em prol de medidas indenizatórias de comunidades afetadas por desastres ambientais.
Associação de Pescadores do Litoral do Paraná	Paranaguá	EMATER	- Lutar por direitos sociais da comunidade e por ações mitigadoras ligadas ao assoreamento da barra do rio.
Associação de Pescadores da Barra do Saí	Guaratuba	EMATER	- Lutar pelo controle de uma área importante para os pescadores locais.
Associação Comunitária de Pescadores e Aquicultores de Pontal do Sul (APAPSUL)	Pontal do Paraná	Pesquisador da UFPR	

FONTE: O autor (2018).

Outra constituição desse tipo de ação coletiva destacada por algumas associações é frente à representação das colônias de pesca. O que aparentemente se apresenta nesse caso é que em alguns municípios parece haver uma maior unicidade e percepção dos pescadores pela colônia como órgão de representação e luta, como por exemplo, na colônia de Matinhos. Por outro lado, em alguns locais parece haver uma forte ruptura de grande parte de pescadores do município com a sua colônia. Na área de estudo isso é bem claro em Paranaguá, onde há a iniciativa de criação de algumas associações paralelas que visam suprir uma teórica ausência da Colônia em certas áreas. Andriguetto-Filho et al. (2006) já destacavam que no geral as colônias locais não assumem um papel claro na gestão pesqueira, nem de representação da categoria no litoral do Paraná. O que se observou a partir de conversas informais com pesquisadores e gestores da região, é que aparentemente o grau de aceitação do trabalho das colônias por parte dos pescadores locais ainda não é uma unanimidade, variando bastante para cada realidade e gestão. Essa situação ocorre principalmente por más atuações de gestões das colônias, desvios de verbas por parte de diretores, emissão de carteiras de pesca para pessoas que não são pescadores artesanais, atuação em prol de causas de interesse particular ou de pequenos grupos, geralmente das elites da pesca artesanal, negociações com órgãos que atuam contra os interesses dos pescadores artesanais, dentre outros fatores ligados aos representantes de órgão de classe. A constituição de associações observadas, com objetivo de fortalecer a pesca artesanal frente à falta de liderança das colônias, pode ser comparada ao cenário descrito por Callou & Lima (2014) para o litoral de Pernambuco na década de 1970, quando pescadores artesanais de alguns municípios do estado se mobilizaram para assumir a direção das colônias através de um processo democrático de eleição. Contudo, nesse momento no litoral do Paraná, a formação de novos coletivos demonstra a divisão entre grupos distintos da pesca artesanal, sendo aqueles que estão no controle da Colônia e os demais que se apresentam insatisfeitos com as atuais gestões.

O histórico de gênese das colônias de pesca, nascidas de uma ação de controle imposta pelo Estado, implantada pela marinha nacional, pode ser um fator que contribua para essas características atuais desses órgãos na realidade local. As colônias nascem no intuito da marinha querer nacionalizar a pesca artesanal para o controle da região costeira do país. Esse processo foi justificado por fatores econômicos, de necessidade de fortalecimento da pesca nacional, e por duas questões nacionalistas, retirar o controle de pescadores estrangeiros e garantir proteção militar da costa durante a I Guerra Mundial. Argumentos que compuseram o discurso da marinha e que ganharam simpatizantes nas esferas governamentais. Assim, os pescadores passaram a ser reserva militar da marinha no período da primeira grande guerra

mundial. A partir disso se formam as colônias de pesca como órgão aglutinador dos pescadores, sendo que os pescadores que não se filiassem a alguma colônia seriam impedidos de pescar. (RAMALHO, 2014a). Assim, as colônias são instituições que não nascem da base da pesca artesanal, como um movimento social, elas foram impostas de cima para baixo. Até a década de 1980 elas eram geridas por integrantes designados pela marinha. E mesmo com sua apropriação pelos pescadores artesanais durante os anos 1980 (CALLOU; LIMA, 2014), muitas ainda não conseguiram instituir um processo democrático de representação dos pescadores artesanais.

Mesmo assim, em todas as colônias analisadas foi observado ações caracterizadas como de resistência na luta pelo território pesqueiro (QUADRO 16). Esses fatos demonstram que mesmo havendo um histórico de impopularidade nas colônias, isso pelos reflexos da sua gênese ou das ações de ingestão dos seus diretores, elas ainda desenvolvem ações de resistências no cenário local, podendo ser atores importantes em determinadas lutas pelo território pesqueiro. Além disso, há um histórico de cultura clientelista na relação entre os pescadores artesanais locais e colônias. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). O que se observa é a necessidade dos pescadores assumirem mais esses espaços de deliberação da categoria. Mas para isso se vê como muito importante o apoio de agentes externos num trabalho de base, subsidiando lideranças locais na apropriação desses espaços, legitimando assim a luta do pescador artesanal e mudando esse paradigma histórico.

As colônias de Matinhos e Pontal do Paraná apresentaram um vínculo maior com os movimentos sociais da pesca atuantes localmente. No caso de Matinhos, o presidente mencionou a participação em eventos do MPP e do MOPEAR. As diretorias das colônias de Paranaguá e Antonina se mostraram claramente contra os dois movimentos sociais mencionados. Importante destacar que as colônias de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba e a Federação de Pescadores do Paraná são vinculadas à Força Sindical, sindicato que tradicionalmente apoia as empresas empregadoras (sindicato “pelego”) e que historicamente apoiou governos de ideais claramente neoliberais. (TRÓPIA, 2004). Por sinal, em Paranaguá, duas associações de pescadores artesanais vêm sendo formadas e reestruturadas para confrontar a atuação da colônia local.

A desarticulação entre alguns atores coletivos atuantes na pesca artesanal local, como algumas colônias e associações de pescadores, e mesmo os movimentos sociais, faz com que ocorram mobilizações paralelas, cada grupo juntando sua base. Isso por um lado pode enfraquecer uma luta conjunta de toda a pesca artesanal do litoral, como por exemplo, de uma possível regularização dos territórios pesqueiros. Por outro lado, isso pode ser visto como uma

derivação da insatisfação de parcelas menos favorecidas da pesca artesanal local, o que salienta as rupturas existentes dentro do setor. (CALDEIRA; MAFRA; MALHEIROS, 2014). O risco é essas ações terem caráter meramente oportunista frente a falta de representatividade das colônias, não se tratando efetivamente de uma busca pelos direitos dos pescadores artesanais.

QUADRO 16 – AÇÕES DE RESISTÊNCIA ORGANIZADAS PELAS COLÔNIAS ENTREVISTADAS PARA A PESQUISA E SEUS PARCEIROS DE LUTA.

COLÔNIA	AÇÃO DE RESISTÊNCIA	PARCEIROS
Antonina	- Ação civil pública contra a Copel. - Atuação junto aos proprietários para o não fechamento de áreas defronte para a baía. - Manifestações.	- Colônia de Paranaguá e Federação dos Pescadores
Paranaguá	- Manifestações para cobrar soluções e indenizações contra danos ambientais.	- Colônia de Antonina e Federação dos Pescadores ¹
Matinhos	- Reuniões com políticos e demais autoridades sobre a criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. - Articulação para formulação do Termo de Compromisso para liberação da pesca no parque.	- Colônia de Pontal do Paraná, MPP e MOPEAR.
Guaratuba	- Acesso ao MP para interveniência em situações de fechamento de áreas de embarque. - Manifestações contra leis ambientais (fechar o ferry-boat).	- MP

FONTE: O autor (2018).

¹ O presidente da Federação dos Pescadores do Paraná é também presidente da Colônia de Pescadores de Paranaguá.

Por fim, quanto à articulação das ações coletivas em grupos estruturados, avalia-se que a consolidação de uma ação coletiva em nome de um grupo, com um simbolismo (seja uma bandeira, hino, camiseta ou apenas o nome), com uma causa comum, seja na forma de um movimento social ou uma associação formalizada, é uma estratégia importante e funcional na luta pelos direitos territoriais dos pescadores artesanais, podendo ser essa uma ação potencial para outros grupos da região. Entretanto, a grande maioria das lideranças da pesca artesanal entrevistadas destacou a dificuldade de mobilizar os demais pescadores de suas regiões. Esse fato demonstra o baixo envolvimento da população pesqueira em geral nas ações políticas, sobrando muitas vezes esse tipo de trabalho para poucas pessoas que apresentam um maior engajamento. Somado a isso se apresentam inerentes conflitos internos das comunidades pesqueiras artesanais locais que, como destacado anteriormente, sem um devido trabalho de remediação e intermediação, pode dificultar a organização coletiva.

7.2. Reconhecimento do Território por Meio de Cartografias Sociais, Mapeamentos Participativos e Demais Formas de Levantamento de Informações Relevantes dos Usos e Costumes Locais

Os trabalhos de cartografia social, mapeamento participativo e demais ferramentas de autorreconhecimento e levantamento de informações relevantes das comunidades, que envolvam os integrantes dessas, e lhes gerem uma percepção sobre seu espaço utilizado, são importantes ferramentas para gerar ou fortalecer o sentido do pertencimento do território pelas populações que os ocupam. Essas metodologias buscam dar “voz” e visibilidade às populações locais geralmente excluídas das ações políticas, e das estratégias de desenvolvimento, como se refere Gorayeb (2014) para o caso específico da cartografia social.

No litoral do Paraná foram identificadas duas experiências de realização de cartografias sociais, uma ligada ao MOPEAR e outra ao MICI, essa segunda com uma participação indireta de alguns integrantes de comunidades do interior da Baía de Guaratuba. Já no caso do primeiro, a cartografia é tida como ferramenta propulsora do movimento. Essa por sinal resultou na realização de outras cartografias em comunidades próximas à Vila da Barra do Superagüi, contudo, essas não foram lançadas à público como a vinculada ao MOPEAR.

Outra experiência de resgate simbólico da relação com território identificada para as comunidades do litoral norte é a técnica de *arpillera*, desenvolvido pelas lideranças do PEART. A técnica vem sendo desenvolvida com o apoio de uma pesquisadora integrante do grupo de pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos territoriais e Educação Emancipatória, do IFPR.

Na Ponta Oeste também foi observada ações de autoafirmação da comunidade local com o apoio da UPFR Litoral. No caso, foram realizadas oficinas de levantamento dos costumes, histórias, práticas produtivas, dentre outros resgates da relação da população com seu território.

Também foram identificados outros levantamentos históricos de usos e costumes das populações locais, como o trabalho “*Recursos Naturais na Vida Caiçara*”, realizado pelo Projeto Cultimar, do Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais (GIA), da UFPR, e demais projetos que realizaram mapeamentos participativos das zonas de pesca de determinados grupos pesqueiros. Contudo, esses outros levantamentos que apresentam com metodologia semelhante a da cartografia social, aparentemente não há uma apropriação clara da questão conflituosa por parte dos afetados. O papel da cartografia social é estimular a

mobilização dos afetados contra as situações injustas que estes são impostos. Dessa forma a cartografia é vista como uma ação de resistência. (ACSELRAD, 2008).

O autorreconhecimento e autoidentificação do território por uma comunidade é uma etapa fundamental e primária no processo de consolidação de uma luta pelo território, assim como em qualquer regulamentação legal de um território tradicional. O autorreconhecimento é um ponto chave destacado na Convenção 169 da OIT. Entretanto, as forças que movem cada processo de autorreconhecimento dos usos e costumes, assim como os atores envolvidos tanto a favor como contra essa ação de resistência de luta pelo território das populações tradicionais, são diferentes em cada realidade. Fatos que resultam em consequências diferenciadas para cada caso. Essa diferenciação pode ser observada nas situações apresentadas. As experiências da cartografia social e da *arpillera*, do MOPEAR e PEART respectivamente, claramente vêm consolidando suas lutas. Já a experiência realizada na Ponta Oeste, mesmo sendo representativa para a população, se apresenta numa realidade diferente, pelas próprias características internas da população da vila, que é pequena, composta por pessoas de mais idade, e que não tem substitutos num futuro próximo para manter uma resistência mais efetiva, contínua e de longo prazo.

7.3. Ocupação de Espaços Públicos e de Áreas Comuns de Uso ou Apenas Permanecer no seu Território

Em alguns casos a única opção para os pescadores artesanais é a ocupação de áreas historicamente utilizadas por esses, ou mesmo a permanência no lugar onde eles já são fixados. Esse tipo de ação pode ser considerada como ativa em todas as comunidades pesqueiras, já que devido às inúmeras pressões sofridas e às próprias dificuldades da atividade pesqueira, permanecer exercendo a sua prática produtiva, mediante à configuração de enormes frentes desterritorializadoras, já pode ser considerada uma ação de resistência. Entretanto, em alguns casos esse tipo de estratégia é muito mais evidente. Os principais exemplos observados na pesquisa foram em Pontal 2, com as ações da associação APAPSUL; nos bairros de Piçarras e Mirim, em Guaratuba, com a criação do mercado do pescador; e em Barbados, comunidade abrangida pelo Parque Nacional do Superagüi.

No caso da APAPSUL, a reivindicação vem sendo pela apropriação pelo grupo de uma área abandonada, uma das sedes da antiga cooperativa de pesca local COOPESPAR. O grupo vem revitalizando o espaço e se fazendo presente na área com intuito de se

territorializar posteriormente através de um instrumento legal. Como descrito anteriormente, as ações do grupo vêm sendo apoiadas por um pesquisador ligado à UFPR, parceiro da presente pesquisa.

O outro caso descrito dentro deste agrupamento é o da vila de Barbados, em Guaraqueçaba. Há alguns anos atrás a vila tinha uma placa na entrada da comunidade falando que era proibida a entrada do IBAMA, do ICMBio e da Força Verde. Tal ação, assim como as demais, se apresentam como um claro posicionamento de posse do espaço, historicamente ocupado pelas famílias de pescadores.

As ocupações são estratégias de resistência comumente destacadas na literatura da área, principalmente nas que envolvem o campesinato e a luta pela terra. Nesse caso as ocupações se dão tanto de prédios das estruturas públicas responsáveis pelo setor, como de terras particulares improdutivas e inutilizadas, mantidas inativas por grandes latifundiários que visam à especulação frente a um mercado de terras altamente capitalizado. (RAMOS-FILHO, 2013). Para a realidade da pesca artesanal do litoral paranaense, o caso de ocupação mais próximo à realidade descrita pelo autor é o de Pontal do Paraná e a da APAPSUL, que vem ocupando um imóvel público inutilizado e de suma importância para sua manutenção na pesca.

Essas ações, mesmo não condicionando o reconhecimento legal da posse pelos pescadores, fortalece a convicção na sua luta e na capacidade de conquista, fatores essenciais para perpetuação das ações de resistência no longo prazo.

7.4. Ações Judicializadas, Recomendações dos Atores da Justiça e Acesso às Demais Instâncias Judiciais

Foram observadas na realidade local algumas ações judiciais, com características coletivas, que operam a favor da territorialização dos pescadores do litoral do Paraná. Algumas não partiram de iniciativa dos pescadores, mas de atores que vem contribuindo para garantia dos direitos de parcelas da população em maior grau de vulnerabilidade. Mesmo assim essas foram aqui destacadas como ações de resistências.

Ao todo foram levantados seis processos judiciais ligados à questão territorial da pesca artesanal, sendo um processo de usucapião⁶⁷, vinculado à comunidade de Barrancos, em

⁶⁷ Importante mencionar que foram destacados por informantes ligados ao balneário de Pontal do Sul, dentre eles a liderança de Barrancos, a existência de outras ações individuais de usucapião de pescadores do município de

Pontal do Paraná, cinco ações civis públicas, além de um conjunto de diversos processos individuais dos pescadores devido os grandes desastres ambientais ocorridos ao longo da primeira década do século XXI (QUADRO 17). Todos os processos analisados, mesmo a maioria não apresentando ganhos diretos e permanentes para os pescadores locais, podem ser considerados como vitórias para os grupos envolvidos, isso se considerarmos os ganhos frente a um sistema judiciário complexo, moroso e muitas vezes tendencioso para as parcelas vinculadas ao empresariado e aos negócios de especulação da terra. Isso fica claro na ação civil pública que suspendeu o Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagüi, fato considerado uma vitória por alguns pescadores artesanais da região. A ação basicamente cobra do órgão ambiental uma consulta efetiva das comunidades locais na elaboração do referido plano de manejo. No Brasil há diversos casos onde os tribunais reconheceram o direito de consulta e participação à grupos de povos tradicionais. (GARZÓN; YAMADA; OLIVEIRA, 2016).

Dois dos processos averiguados, dentre eles as ações civis públicas da Colônia de Antonina contra a Copel e a da Associação Caiçara sobre os efeitos da dragagem, assim como o conjunto de ações judiciais ligadas aos danos ambientais originados dos grandes desastres ocorridos no início do século XXI, requerem indenizações pelos danos gerados aos pescadores. As indenizações individuais derivadas dos danos ambientais vêm sendo utilizadas por alguns pescadores no investimento em instrumentos de pesca e benfeitorias nas residências, ações que garantam a sua territorialização no espaço ocupado. Importante ressaltar que, embora seja de direito dos pescadores os valores indenizatórios e que as mobilizações ligadas a essas ações judiciais sejam relevantes, elas não surgem de uma identificação coletiva da pesca artesanal como classe titular de direitos, não havendo assim um processo de autonomia e emancipação decorrente dessa organização para requerer indenizações.

Já nas ações civis públicas, ainda não foi observado o ganho de causa a favor dos pescadores. Contudo, caso isso venha a ocorrer, se questiona no que vai ser investido e sob custódia de quem ficariam os valores pagos pelos danos ambientais gerados. Se bem gerenciadas as indenizações poderiam subsidiar ações em prol do desenvolvimento dos pescadores locais, dando mais condições a esses garantirem os direitos territoriais. Por fim, duas das ações civis públicas identificadas, as ajuizadas pelo Ministério Público (MP) e

Pontal do Paraná, algumas em andamento e outras já julgadas. Bezerra da Silva (2016) menciona uma dessas ações usucapião para a vila do Maciel. Entretanto, não foi foco da presente pesquisa sistematizar tais processos individuais.

Defensorias Públicas⁶⁸, solicitam a consideração das populações tradicionais nos estudos realizados, o que é um direito básico das populações locais, que muitas vezes são obscurecidas dos planos de desenvolvimento local e ordenamento espacial.

As ações civis públicas são todas a partir de 2010 (QUADRO 17). Duas ações civis são de autoria de grupos de representação da pesca artesanal, no caso a colônia de Antonina e a Associação Caiçara. As três outras ações civis públicas estão a cargo dos MPs e das DPs (QUADRO 17). Essas instituições ligadas à justiça vêm sendo atores importantes para a garantia da territorialização dos pescadores do litoral do Paraná.

Os MPs e as DPs são instituições independentes, mas integrantes do sistema de Justiça do Brasil e primordiais para a concretização do acesso aos direitos. Ambas fazem parte das funções essenciais à Justiça, mas possuem missões e características próprias e independentes dos tribunais (CNJ, 2017). Essas instituições vêm tendo uma atuação mais próxima com questões ligadas à busca dos direitos dos pescadores artesanais do litoral nos últimos anos, mais especificamente a partir dos anos 2000. Conforme professor da UFPR Litoral entrevistado, doutor na área de Direito, “*a discussão da territorialização das comunidades [tradicionais locais] conta com novos atores*” (Entrevista n° 7), no caso as instituições mencionadas. Segundo ele, a atuação das defensorias é ainda mais recente, se efetivando a partir dos concursos que se iniciaram em 2013. Conforme o entrevistado os MPs já participavam do cenário local, mas eram sobrecarregados devido o baixo número de promotores. Com implantação do escritório da Defensoria Pública Estadual (DPE) em Paranaguá houve uma divisão dos casos ligados às populações tradicionais.

⁶⁸ As Defensorias são pensadas a partir da Constituição de 1988, como uma instituição que atendesse aos vulneráveis, podendo ser esses os vulneráveis econômicos, aqueles que ganham abaixo de três salários mínimos, ou os vulneráveis organizacionais, os mais frágeis frente à disputa com atores mais fortes nas relações sociais, como boa parte dos pescadores artesanais do litoral do Paraná.

QUADRO 17 – PRINCIPAIS PROCESSOS JUDICIALIZADOS ENVOLVENDO QUESTÕES TERRITORIAIS PERTINENTES À PESCA ARTESANAL NO LITORAL DO PARANÁ.

COMUNIDADES INFLUENCIADAS	AGENTES DE APOIO (INICIATIVA)	AUTOR	RÉU	ANO DE COMEÇO E FIM	INF. IMPORTANTES DO PROCESSO
Barrancos (Pontal do Paraná)	EMATER	Deodoro Crispim da Silva e Josefa Maria Crisanto (patriarcas da comunidade de Barrancos)	Empresa Balneário Pontal do Sul S/A.	1975 – 1995	Ação de usucapião (nº 562/75) em nome do patriarca (já falecido) da família
Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Pontal do Paraná	Escritórios de advocacia	Pescadores do litoral	Petrobrás, Cattalini Terminais Marítimos Ltda. e Sociedad Navieras Ultragas	2001 – (muitas ações já foram julgadas)	Processos individuais por danos ambientais (casos dos navios Vicuña, Norma e vazamento de óleo na serra do mar)
Antonina	Escritório Bahr, Neves & Mello Advogados Associados e Colônia de Pescadores de Antonina	Colônia de Pescadores Z-8 de Antonina	COPEL	2010 –	Ação Civil Pública (7255872 PR 725587-2 08/2012)
Maciel (Pontal do Paraná) e Paranaguá	???	MPF e MPE-PR	Subsea 7 do Brasil Serviços Ltda., IAP e Prefeitura de Pontal do Paraná	2011 –	Ação Civil Pública, com pedido de antecipação liminar
Comunidades próximas ao CEP (Paranaguá)	???	Associação Caiçara de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná e outros.	APPA, IAP, IBAMA e União	2013 –	Ação Civil Pública (nº 5019927-10.2013.4.04.7000/PR)
Comunidades do PARNA do Superagui (Guaraqueçaba)	MOPEAR, IFPR, Ouvidoria da Defensoria e Assembleia Legislativa do Paraná	Defensoria Pública da União	ICMBio	2015 –	Ação Civil Pública (nº 5000742-88.2015.4.04.7008/PR) com pedido de liminar
Pontal do Paraná	???	MPF e MPE-PR	Município de Pontal do Paraná, estado do Paraná e Assoc. Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná	2016 –	Ação Civil Pública (nº 5054725-89.2016.4.04.7000)

FONTE: O autor (2018).

Conforme o defensor entrevistado, por ser uma instituição nova localmente, a DPE ainda não possui a visibilidade almejada, o que segundo ele faz com que em alguns momentos não haja um respeito pelo seu papel. Porém, no litoral, sua atuação tem sido significativa em determinadas situações correlacionadas à luta por direitos territoriais da pesca artesanal. A DPE, representada pelo defensor atuante na Segunda Defensoria Pública Itinerante do Litoral, fixado no escritório de Paranaguá, vem sendo um ator importante de apoio de alguns grupos de pescadores artesanais, principalmente da região de Guaraqueçaba e Paranaguá, como o MOPEAR.

O MPF e o MPE-PR também têm tido um papel importante em ações de violações dos direitos territoriais das populações pesqueiras locais. Segundo professor da UFPR Litoral entrevistado, a entrada da promotora de Meio Ambiente do MPE-PR, vinculada ao cargo de Coordenadora Regional da Bacia Litorânea, foi fundamental para consolidação das ações dessas instituições. A promotora vem tendo uma atenção na entrada de novos empreendimentos na região, como o novo sistema portuário que pretende se instalar no balneário de Pontal do Sul. Nesse caso, a atuação da promotora está sendo crucial para efetivação das audiências públicas, para a realização de reuniões nas comunidades afetadas e no cumprimento das ações estipuladas nas Avaliações de Impacto Ambiental. Os Ministérios Públicos vêm sendo apontados em diversos casos apresentados na literatura da área como agentes de apoio das populações tradicionais. (ALMEIDA; MARIN, 2012; CPP, 2016).

Vinculado ao MPE-PR há o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos (CAOPJDH), que é um órgão auxiliar do MP, responsável por orientar tecnicamente e juridicamente as promotorias locais nos casos envolvendo violações de direitos humanos, especialmente de alguns segmentos, estando dentre eles os povos tradicionais. No litoral foi identificada a atuação do grupo na produção de pareceres de recomendação em relação aos planos diretores de Guaratuba e Pontal do Paraná (QUADRO 18), alegando que ambos não consideravam a presença de grupos de pescadores artesanais em seus zoneamentos. No caso do primeiro município a recomendação culminou numa ação judicial organizada pelo MPE, que solicita a suspensão do Plano Diretor de Pontal do Paraná. As recomendações dos atores ligados às instâncias judiciais ligadas à territorialização da pesca artesanal levantadas para esta pesquisa podem ser vistas no QUADRO 18.

QUADRO 18 – RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS JUDICIAIS PARA A CONSIDERAÇÃO DE DIREITOS DE COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ.

LOCALIDADE	ANO	ORGAOS RESPONSÁVEIS	ATORES DIRECIONADOS	CONFLITO	RESUMO	
Ponta Oeste (Ilha do Mel)	2012	MPE-PR e MPF	IAP e SPU	<ul style="list-style-type: none">- Pressões do IAP desde a criação da ESEC em 1982.- Redução da área de ocupação da comunidade de 31 hectares para apenas 1,6 hectares com o Plano de Uso da Ilha do Mel, aprovado pela Lei Estadual nº 16.037/2009.	<ul style="list-style-type: none">- Recomenda-se o reconhecimento a legitimidade da ocupação e do território da comunidade; que o IAP se abstenha de aplicar sanções ou impedir o manejo dos recursos naturais ou a realização de benfeitorias pelos moradores locais; e que os órgãos adotem medidas para auxiliar a comunidade no efetivo acesso às políticas públicas.	
Comunidades do litoral norte	2015	DPE-PR e DPU	<ul style="list-style-type: none">- IBAMA, ICMBio, IAP e Força Verde	<ul style="list-style-type: none">- Limitações devido a existência das UCs de proteção integral nos territórios tradicionais	<ul style="list-style-type: none">- Reconhecimento dessas pelo Estado como comunidades tradicionais; cumprimento d Política Nacional de Povos Tradicionais; e aplicação de diretrizes da resolução da OIT 169.	
	2015	DPE-PR	<ul style="list-style-type: none">- Núcleo Regional de Educação de Paranaguá e Secretaria Estadual de Educação	<ul style="list-style-type: none">- Desconsideração dos pescadores artesanais no processo de gestão escolar	<ul style="list-style-type: none">- Incentivar a participação dos pescadores na gestão das escolas locais; plano de ação para as escolas locais; melhoras na estrutura física das escolas; e estimular a formação continuada dos professores.	
	2016		<ul style="list-style-type: none">- ICMBio	<ul style="list-style-type: none">- Ameaça de fechamento de escolas nas comunidades do CEP.	<ul style="list-style-type: none">- É solicitada a suspensão temporária do experimento; e consulta das demais comunidades da região no sentido de se verificar o interesse das mesmas no trabalho.	
				<ul style="list-style-type: none">- IBAMA e Força Verde	<ul style="list-style-type: none">- Liberação de um experimento para verificar a viabilização de se liberar a captura de caranguejo pela prática de lacinho na região. O MOPEAR apresentou isso como uma estratégia perigosa para os recursos locais.- Proibição da pesca na área compreendida pelo PARNA Marinho das Ilhas dos Currais	<ul style="list-style-type: none">- Libera a pesca do período de 1 de julho a 31 de julho de 2016 na parte aquática da UC.
Matinhos e Pontal do Paraná	2017	MPF	<ul style="list-style-type: none">- Prefeitura de Pontal do Paraná- Prefeitura de Guaratuba	<ul style="list-style-type: none">- Não reconhecimento de comunidades pesqueiras na revisão do Plano Diretor do município.	<ul style="list-style-type: none">- O CAOP recomenda ao MPE o ajuizamento do Plano Diretor de Pontal pela não consideração de algumas comunidades tradicionais pesqueiras do município.- Identificação e elaborar diagnóstico das comunidades tradicionais locais; propor zonas de uso reservadas para essas; e que realize consulta as mesmas.	
Maciel (Pontal do Paraná)			CAOPJDH; MPE-PR			
Comunidades do interior da Baía de Guaratuba						
Comunidades do litoral norte		DPE-PR	<ul style="list-style-type: none">- ICMBio	<ul style="list-style-type: none">- Proibição do cerco-fixo no Estado do Paraná.	<ul style="list-style-type: none">- Solicita ao ICMBio agilidade no processo de construção de um Acordo Tradicional do Uso dos Cercos de Pesca.	

FONTE: O autor (2018).

Conforme o defensor público estadual entrevistado, muitas recomendações feitas pela DPE visando garantia de direitos dos pescadores artesanais vêm sendo atendidas ou estão em processo de alinhamento das ações entre o órgão e as comunidades. Contudo, caso essas não sejam atendidas, o encaminhamento pode ser o ajuizamento de uma ação judicial buscando o direito dos grupos pesqueiros.

Assim, diante da ineficácia da resolução dos conflitos e problemas sociais pelas instâncias de poder executivo e legislativo, o poder judiciário aparece como última alternativa para a superação de certas injustiças e manutenção dos direitos territoriais das populações pesqueiras locais.

Contudo, em resumo, somente um dos processos e recomendações coletivas analisadas representou até 2017 ganhos territoriais efetivos para a população pesqueira do litoral paranaense, no caso a ação de usucapião de Barrancos. Contudo, esse panorama, com atuação dos novos atores ligados à justiça (MPs e DPs), principalmente as defensorias, podem estimular outros grupos vinculados à pesca artesanal a buscar o mesmo caminho de apoio judicial na luta pelo seu território no futuro. Entretanto, vale destacar que essa via ainda circunda por um sistema judicial que faz parte de um Estado colonizado e oligarquizado por uma postura eurocentrista (GROSFOGUEL, 2009), que apoia ações desenvolvimentistas no uso e produção do espaço. Vale ressaltar ainda a prevalência de um sistema jurídico ambiental técnico-regulado, engessado pela dogmática jurídica e centrado na análise de conflitos intersubjetivos de caráter individualista e patrimonialista e que, portanto, se mostra limitado para lidar com fatores socioeconômicos, culturais, informacionais e políticos envolvidos nos conflitos e injustiças ambientais que envolvem as populações tradicionais. (CAVEDON; VIEIRA, 2007; 2011). Esses são desafios que os pescadores artesanais locais e seus apoiadores do âmbito judicial devem enfrentar para a territorialização desses grupos tradicionais.

7.5. Manifestações ou Demais Formas de Mobilizações Públicas

As mobilizações ou manifestações públicas foram destacadas por alguns entrevistados como uma ação de resistência na luta dos pescadores. Na maioria dos casos as ações são realizadas como reivindicação de questões mais extremas e de ápice dos conflitos, como no momento seguinte a criação de leis pesqueiras e ambientais que não satisfazem os pescadores, discordância de atuações de cunho ambiental, pelos problemas apresentados no

pagamento das indenizações ambientais ou pelos próprios danos ambientais. Martínez-Alier (2007) aponta a prática de protesto social como uma importante estratégia de resistência em movimentos contra injustiças ambientais.

Os atores mobilizadores dessas ações foram as colônias, algumas associações ligadas aos pescadores e aos próprios movimentos sociais. As mobilizações identificadas foram em grande parte mencionadas pelos entrevistados ou identificadas em reportagens de sites vinculados aos pescadores, isso para o caso dos movimentos sociais. Contudo, as informações sobre essas ações são escassas, já que em geral elas são pouco registradas e divulgadas, tanto por parte dos meios de comunicação como pelos próprios participantes. Os próprios envolvidos muitas vezes não se lembram das datas, da estimativa de número de pessoas envolvidas e principalmente dos resultados alcançados com tais ações.

No geral, não se percebeu uma atenção da mídia para com as manifestações dos pescadores do litoral, já que não se encontrou registros desses eventos nos meios digitais dos grandes meios de comunicação locais. Fato que também pode ser uma falha dos atores atuantes na organização das manifestações, que poderiam promover mais as ações nesses mecanismos de comunicação, trazendo mais visibilidade para as causas da pesca artesanal. Os atores de liderança dos pescadores (movimentos, colônias e associações) também devem investir mais na comunicação com a sua base, assim como, com os registros das ações importantes dos grupos, para que esses não acabem caindo no esquecimento dos próprios envolvidos, como foi observado no caso de algumas ações.

Outro problema identificado nesse tipo de ação de resistência é que quando questionados sobre as pautas de reivindicação os entrevistados se referem a diversos motivos. Como por exemplo, em relação a algumas mobilizações realizadas por associações de pescadores de Paranaguá. Esses atribuíam as mobilizações às indenizações por danos ambientais, aos prejuízos gerados pelas dragagens, as leis ambientais proibitivas e até mesmo a constante redução nas capturas da pesca artesanal. Essa dificuldade em estipular uma pauta clara em uma manifestação reflete duas situações. Primeiro, a insatisfação histórica dos pescadores artesanais com as inúmeras situações de descaso e de danos gerados a sua prática profissional. E segundo, a dificuldade de mobilização da pesca artesanal local, que vem a pouco tempo se organizando em pequenos grupos e lutando por seus direitos, mas que ainda precisa aprender a estabelecer claramente sua pauta e atuar nas arenas de tomada de decisão, tendo mais força para conquistar as vitórias almejadas.

Por outro lado, as ações de mobilização são o momento de a categoria ser vista, de marcar presença e gerar pressão sobre os demais atores, o momento de se posicionar. Mesmo

tendo dificuldade em se organizar politicamente e traçar ações políticas mais estruturadas, quando se apresenta a necessidade de presença da base, para marcar o posicionamento ideológico de uma luta, ela ocorre, como observado em diversos casos observados. Essa situação fica clara numa manifestação realizada pelo MOPEAR de agosto de 2015, em data da audiência de reconciliação sobre o processo de suspensão do plano de manejo do Parque Nacional do Superagüi.

Outra questão observada é na confusão das ações desenvolvidas pela pesca artesanal e pela pesca industrial. Isso foi observado em Guaratuba em relação às diversas manifestações de fechamento do ferry boat. Muitas foram realizadas por insatisfações da pesca industrial local, contudo, algumas ações foram de autoria da pesca artesanal do município. Essa necessidade de fortalecimento da identidade da categoria envolvida pode comprometer os ganhos dos grupos artesanais, podendo ser até utilizado como estratégia pelos atores contrários a esses grupos.

Em resumo, pode-se afirmar que as manifestações são eventos pontuais, muitas vezes com muitas demandas envolvidas, mas que se apresentam mais efetivamente em situações de ápice do conflito, em que se necessita de um posicionamento e/ou de uma resolução mais imediata frente a uma determinada situação.

7.6. Outras Ações Cotidianas de Resistência e Enfrentamento

O levantamento de dados realizado também possibilitou a identificação de algumas resistências cotidianas, conforme descreve Scott (1986; 2011), realizadas por alguns grupos de pescadores artesanais na região estudada. O caso mais simbólico desse tipo de resistência, existente na região, é o do enfrentamento das comunidades da Barra do Superagüi e da Barra da Ararapira para com a empresa Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná, que tentou introduzir entre as décadas de 1960 e 1980 uma criação de búfalos na Ilha do Superagüi, ao que tudo indica com intuito de ocupar a área para uma futura especulação do território dos pescadores para investimentos imobiliários. (IPARDES, 1989b).

Situação semelhante foi observada para algumas comunidades internas da Baía de Guaratuba, ao enfrentar o conflito contra empresas de plantio de pinus. Conforme pesquisadora com atuação no local entrevistada (Entrevista nº 16) houve ações pontuais de enfrentamento às madeireiras, principalmente em relação ao corte de cercas para o acesso às áreas historicamente utilizadas. Sant'Ana (2012) registra existência de roçados feitos

“*clandestinamente*” pelos locais nas áreas de plantio de pinus, ação categorizada pela autora como uma resistência cotidiana.

Para as comunidades do interior da baía de Guaratuba, uma das pesquisadoras conhecedora da realidade entrevistada (Entrevista nº 1), também mencionou uma ação realizada por moradores da vila de Parati contra as embarcações de turismo náutico, principalmente *jet-skis*, que navegam em alta velocidade nos canais próximos à comunidade, fato que pode comprometer o uso do espaço para atividades aquícolas, espantar os peixes, além de gerar uma poluição sonora quase inexistente na região. Para controlar essa prática na comunidade, alguns moradores colocaram estacas nos canais, o que faz com que as embarcações tenham de desviar, tendo conseqüentemente que diminuir sua velocidade. Esse ato marca o controle do território pelos pescadores, utilizando das ferramentas que lhes são de acesso, mas também representa uma ação de resistência cotidiana dos moradores locais.

Ações de resistência cotidiana também foram observadas em relação ao descumprimento de normas ambientais e pesqueiras que limitam algumas práticas dos pescadores artesanais, deixando como única escolha para o pescador o ato de burlá-las. Também foi observado como reação dos pescadores para o caso de discordância das legislações ambientais e pesqueiras mudanças nas rotinas de pesca, como por exemplo, ao invés de desenvolver a prática restringida de dia, o pescador passa a pescar de noite, quando há menor possibilidade de fiscalização, ficando assim ocultada a culpa e dificultando sanções legais, como afirma Scott (2011). Essas são ações cotidianas desenvolvidas pelos pescadores, mas que demonstram a sua insatisfação contra um Estado que não atende suas demandas.

Essas ações foram assim caracterizadas, pois são estratégias geralmente individuais ou de pequenos grupos, que não se expõem frente aos adversários e ameaças contrárias a sua territorialização. Acredita-se que haja mais ações de resistência cotidiana no litoral do Paraná. Contudo, pelo fato de serem obscuras no processo de registro histórico, e até mesmo na memória dos sujeitos, para identificação de outras ações com essas características seria necessário um trabalho de cunho antropológico e de vivência, que diagnosticasse no dia-dia as resistências e ganhos das lutas, fato que não foi compreendido pelo processo metodológico desta pesquisa.

7.7. Acordos para Uso do Espaço e dos Recursos e Demais Formas de Negociação para Melhoras nas Condições dos Pescadores Artesanais

Outra via de resistência adotada pelos pescadores artesanais locais é a articulação em forma de acordos com demais atores ligados às formas hegemônicas de produção do espaço ou de apropriação dos recursos, visando o alcance de ganhos que possibilitem sua territorialização. Essas articulações se dão prioritariamente com órgãos do governo, como o ICMBio e a SPU. Essas situações são aqui consideradas como resistências pelo fato de partirem da demanda dos pescadores pelo processo democrático de articulação.

Mesmo se em alguns casos de diálogo aparenta-se haver uma submissão dos pescadores artesanais ao mesmo ator gerador da pressão territorial, aparentemente em algumas situações os pescadores podem usufruir dessa estratégia gerando benefícios para si. Os casos de articulação com o ICMBio são exemplos nesse sentido, que podem legitimar institucionalmente as práticas negociadas pelos pescadores artesanais, mas também podem garantir o auxílio do órgão governamental na proteção do território e dos recursos de outras formas de uso mais impactantes, como a pesca industrial e a expansão desenvolvimentista em áreas naturalmente ainda íntegras.

Os casos identificados como havendo situações de reuniões, negociações e acordos envolvendo o uso dos recursos e do território da pesca artesanal são destacados no QUADRO 19. Os casos destacam as duas faces do Estado, que por um lado limita a territorialização das comunidades pesqueiras artesanais, sendo um dos primeiros agentes desterritorializadores, como afirma Haesbaert (2004), mas, por outro, constitucionaliza os direitos humanos universais, garantindo de certa maneira os direitos dos povos tradicionais através de um arcabouço legal ligado a esses grupos.

As articulações observadas, por se tratar de acordos com os atores contrários presentes nos conflitos, não vão se dar na forma de uma garantia livre e plena de uso do território, mas na forma de uma negociação com prerrogativas das partes, e dessa maneira tende a apresentar limites para comunidades pesqueiras procurando atender aos interesses dos órgãos envolvidos. Em compensação, em alguns casos, a possibilidade de negociação com os entes vinculados ao Estado pode ser a única saída momentânea para a garantia dos direitos básicos de uso do território por parte das populações pesqueiras, evitando assim uma desterritorialização absoluta desse grupo.

QUADRO 19 – REUNIÕES, AUDIÊNCIAS E RELATOS DE ACORDOS FEITOS COM ATORES COM ATUAÇÃO LOCAL BUSCANDO OS DIREITOS AO USO DO TERRITÓRIO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

LOCAL	ANO	ATORES DE APOIO	ATORES DEMANDADOS	TIPO DA AÇÃO	PRODUTOS E RESULTADOS
Comunidades estuarinas	Final da dec. de 1970	- SUDEPE - Associações e lideranças das comunidades	- Pesca de arrasto do estado	- Reuniões para reivindicação dos pescadores estuarinos sobre a proibição do arrasto nas baías.	- Proibição da pesca de arrasto nas baías.
Comunidades da orla que praticam arrasto de portas	Começo dos anos 2000	- IBAMA - Colônias e lideranças das comunidades	- IBAMA	- Reuniões para reivindicação dos pescadores da orla sobre modificação da norma de milhagem.	- Revogação da Portaria N-62, de 26 de dezembro de 1984 (que proíbe o arrasto de embarcações de até 10 TAB antes de 3 milhas) para a IN do MMA n° 29, de 6 de dezembro de 2004 (que libera pesca de arrasto de embarcações até 10 TAB a partir de 1 milha).
Ponta Oeste, Ilha do Mel (Paranaguá)	2007 - 2012	- COPED (Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná) - UFPR Litoral - EMATER - Associação de Moradores da Ponta Oeste	- IAP - Força Verde - SPU - O Estado	- Audiência pública com os atores envolvidos. - Reuniões com órgãos governamentais. - Diversas reuniões do projeto da UFPR Litoral.	- 2 relatórios do projeto de extensão da UFPR Litoral. - Solicitação da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). - Parecer técnico da SEEC reconhecendo a tradicionalidade da comunidade. - Recomendação Conjunta n° 1/2012 do MPE-PR e MPF, solicitando o reconhecimento da comunidade.
Guapê	2010 - 2015	- SPU	- SPU	- Visitas ao escritório da SPU. - Reuniões internas da comunidade para atingir os termos para a realocação.	- Realocação da comunidade (10 famílias de pescadores) para uma área próxima.
Matinhos e comunidades da orla de Pontal do Paraná	2016 e 2017	- Colônias de Pesca de Matinhos e Pontal do Paraná - Laboratório NESPAMP do CEM/UFPR - MPF - ICMBio	- ICMBio	- Audiência pública em Matinhos com o ex-deputado federal Luciano Pizzato, idealizador do projeto de lei para criação do PARNA Marinho das Ilhas dos Currais. - Reuniões com as lideranças da pesca, analistas do ICMBio e pesquisadores. - Reuniões públicas com pescadores e os agentes já mencionados.	- Termo de Compromisso (acordo de pesca)/Procedimento Administrativo 1.25.007.000230/2014-98 do MPF, de 2016, que autoriza a pesca de tainha n PARNA de Currais. - Termo de Compromisso 01/2017 entre ICMBio e colônias envolvidas, liberando pesca com especificações no PARNA de Currais.
Paranaguá	2016	- Associação Caiçara e demais associações parceiras	- Instâncias judiciais	- Audiência pública realizada no estádio de futebol de Paranaguá para cobrar esclarecimento sobre as indenizações, por desastres ambientais, e sobre os casos de corrupção nessas situações	- Presença de promotores de justiça, do deputado estadual Tadeu Veneri e lideranças da pesca.
Barra da Arapirã e comunidades do interior do estuário		- Associação das Catadoras de Cataia - ICMBio - Lideranças de outras comunidades,	- ICMBio	- Reuniões entre os analistas do ICMBio e moradores das vilas envolvidas.	- Autorização informal de retirada de cataia no PARNA do Superagui às mulheres da Barra da Arapirã. - Pesquisas sendo desenvolvidas para legitimar a exploração de outros recursos.

FONTE: O autor (2018).

No caso das audiências públicas, principalmente as ligadas aos casos das UCs, essas resultaram em algumas ações efetivas de encaminhamentos. No caso da Ponta Oeste foram gerados relatórios e uma recomendação dos MPs afirmando a tradicionalidade da comunidade. Já para o Superagüi a audiência resultou na posterior suspensão das pesquisas ligadas ao plano de manejo do parque, por meio de um processo judicial ajuizado pela DPU. Dessa forma, as audiências públicas com participação de autoridades judiciais e autoridades políticas, servem para dar visibilidade para as situações de injustiças sofridas pelos pescadores, além de aumentar a confiança desses nas suas causas.

Para Leff (2009, p. 332) essas instâncias de articulação ligadas à questão ambiental vão definindo o conceito de democracia direta, podendo ser esta uma via de base de apropriação dos recursos produtivos e manejo coletivo dos bens comuns. Contudo, na realidade o que se observou é que esses acordos e articulações se dão em distintos níveis de participação no processo democrático, sendo em alguns níveis maior a condição de participação e em outros menor. Usando como exemplo a relação das comunidades pesqueiras e os órgãos ambientais federais (IBAMA e ICMBio) podem se destacar esses cenários. Um primeiro nível de participação seria a criação de regras de regulação da atividade pesqueira pelo CEPSUL (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul)⁶⁹, que realiza a consulta aos pescadores artesanais via colônia. Entretanto, como já falado anteriormente, nem sempre as colônias são vistas como atores de representação dos pescadores, podendo assim não ser ouvidos todos os interessados pela criação das normas que lhes afetarão. Um segundo nível seria o de consulta das comunidades afetadas pelos escritórios locais do ICMBio, como aconteceu no caso de efetivação do Termo de Compromisso firmado entre ICMBio e colônias de Pontal do Paraná e Matinhos para a pesca na área do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. Já o terceiro nível de participação seria um controle pleno do território por parte das comunidades locais, que estabeleceriam as normas comuns ao grupo e repassariam ao ICMBio para uma legitimação burocrática formal, como na situação na proposta de liberação da pesca de cerco-fixo na região de Guaraqueçaba por parte do MOPEAR, assim como demais ações propostas por este movimento.

Por outro lado, em algumas situações a opção pela ausência do diálogo foi observada. Essa estratégia soa como uma negação dos demais atores, principalmente os entes

⁶⁹ O CEPSUL foi criado em 1984 pela extinta SUDEPE, com a missão de coordenar e executar as atividades de pesquisa pesqueira nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Atualmente o órgão é vinculado ao ICMBio e é responsável pelo subsídio técnico das principais portarias de regulação da atividade pesqueira na região.

representantes do Estado, assumindo que as decisões no território são – ou deveriam ser – controladas pelos pescadores artesanais historicamente detentores do espaço. Essa estratégia foi observada em algumas ações iniciais do MOPEAR na região do Superagüi, quando o grupo se negava enviar um plano de ação sobre a realização do roçado na região ao órgão gestor, ação aparentemente realizada no sentido de não legitimar a tutela do ICMBio sobre a área. Posição semelhante também foi observada para a região do interior da Baía de Guaratuba. As poucas esferas que se apresentam para articulação, como alguns conselhos gestores de UCS, não são de interesse de participação ou não são tidos como esferas de transformação da realidade por parte dos grupos de pescadores. Segundo pesquisadora atuante na região, alguns pescadores locais se recusam a participar dos conselhos gestores das UCs pela baixa efetividade do mesmo, mas também por se negar a reconhecer os órgãos do Estado como gestores do espaço. Essa percepção é evidenciada na fala da pesquisadora atuante na região:

Tem a questão dos Conselhos gestores das UCs. Tem o discurso que eles não participam, que é difícil ser um conselheiro. Mas com uma outra visão, eles não participam para não legitimar o modelo (...) e muitas vezes os anseios básicos não são atendidos (...) então, o não participar desses espaços públicos, colocados pelo governos é uma forma de resistência! (Entrevista n°1).

7.8. Manutenção, Valoração e Adaptação da Tradição Cultural como Forma de Resistência

A própria manutenção da cultura caiçara e da pesca artesanal é vista aqui como uma prática de resistência. Algumas ações realizadas no litoral do Paraná foram classificadas como dessa categoria. Um dos pontos observados é o trabalho com o Fandango, expressão musical e de dança típica da cultura caiçara, base da pesca artesanal do litoral paranaense. A partir de meados do ano 2000 alguns grupos e eventos começaram a ser desenvolvidos sobre a temática. Em 2017 a Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá já se encontrava em sua oitava edição (FIGURA 41), sendo este evento um polo de discussão da cultura, vida e realidade atual caiçara.

Alguns grupos locais vêm mantendo ou retomando a tradição do fandango. Conforme reportagem da Gazeta do Povo, em 2012 eram quatro grupos em Paranaguá, dois em Guaraqueçaba e um em Morretes. Dentre eles pode-se destacar o Grupo Mandicuera, vinculado à Associação de Cultura Popular Mandicuera, que vem desenvolvendo desde 2003

a recuperação dessa prática cultural local, fazendo bailes periódicos no litoral, principalmente Paranaguá, divulgando a prática em regiões externas do litoral e retomando a tradição cultural da Bandeira do Divino Espírito Santo⁷⁰ nas comunidades rurais pesqueiras de Paranaguá e Guaraqueçaba onde ainda há presença do catolicismo (FIGURA 42).

FIGURA 41 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA VIII FESTA DO FANDANGO CAIÇARA DE PARANAGUÁ, REALIZADA EM 2017.



FONTE: Blog Edye Fernandes (2017).

FIGURA 42 – FESTA DO DIVINO PROMOVIDA PELO GRUPO MANDICUERA NA VILA DA BARRA DO SUPERAGÜI.



FONTE: TarobaNews (2017), foto de Ivan Ivanovick.

O IPHAN também vem sendo um agente de apoio a esta prática cultural. O órgão vem desenvolvendo o projeto “Ô de Casa: Mobilização, Articulação e Salvaguarda do Fandango Caiçara”, que a mobilização e articulação de grupos fandangueiros e demais agentes da sociedade civil e poder público, fomentando a cooperação entre esses atores, para assim fortalecer a difusão e a divulgação do fandango caiçara. O projeto visa desenvolver ao

⁷⁰ Para recuperar em mais detalhes a tradição da Bandeira do Divino Espírito Santo realizado em comunidades do litoral norte do Paraná, pelo Grupo Mandicuera, ver o documentário “O divino, o popular e o erudito” (<https://www.youtube.com/watch?v=G115Kaenzhs>).

longo de 2017 e 2018 encontros com instituições e demais atores ligados ao tema nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, visando o fortalecimento do Comitê Nacional de Salvaguarda do Fandango Caiçara. (IPHAN, 2017).

Segundo Diegues (2004) vem ocorrendo ao longo do século XXI um renascer dos grupos de fandango e dança caiçara nos litorais de influência dessa cultura (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), e esse processo pode atuar em prol do autorreconhecimento dos grupos caiçaras. Essas atividades podem servir como um resgate da tradição desses povos, sendo um pilar de apoio para a sustentação desses em seus territórios. Bazzo (2010) aponta para uma profissionalização dos grupos de fandango da região, em que grupos são criados e passam a desenvolver apresentações públicas coreografadas, bem como gravar discos do seu trabalho. A autora aponta para dois reflexos antagônicos desse processo. Primeiro para a valorização da cultura local, e segundo para uma profissionalização dos grupos, que estariam condicionados apenas às questões de mercado fonográfico, se distanciando das populações base da cultura. A valorização e o resgate cultural, assim como é feito com o fandango, podem servir como atrativo turístico para as localidades do litoral, assim como aponta Corazza (2008) para o litoral norte do Paraná. Betti (2014) destaca isso para a Vila da Barra do Superagüi.

O turismo de base comunitária retoma a discussão da estética da pesca artesanal, como destacado por Ramalho (2010). O contexto de belo da pesca artesanal implícito nos pescadores artesanais, como um lance certo, a técnica correta de uso de um apetrecho ou a captura um indivíduo de uma espécie desejada, pode ser um potencial utilizado pelo turismo local, se enquadrando também como uma forma de resistência da pesca artesanal. Esse potencial é levantado pela liderança da pesca da comunidade de Ipanema, em Pontal do Paraná:

(...) há deles que adora vim fica observando. Vim fotografar, acompanhar, ver de que jeito que produz. Tanto que o pessoal da Universidade, de Curitiba, do CEM, vinham aqui fazer trabalho de campo (...) eles pediam, “precisamo de um trabalho assim, assim. Tu junto o material pra nós? Ou posso trazer a equipe aqui pra ver? Pra gente dividi essa experiência de como é que faz, que tipo de equipamento que pegou, como é manuseado os produtos”. Eu sempre aceitei. (Entrevista nº 27).

Admite-se que com a diminuição cada vez maior dos estoques pesqueiros, alternativas que potencializem o lado turístico e de valorização cultura da atividade podem se tornar opções econômicas frente à limitação produtiva da atividade pesqueira causada pela crise do setor. Além disso, essas alternativas podem auxiliar na geração de elementos de territorialização para a pesca artesanal, não fazendo com que os pescadores migrem para outras regiões ou abandonem definitivamente sua prática e território. A valorização cultural

também pode fomentar a recuperação de tradições laborais antigas através de mecanismos de articulação com os demais atores presentes no cenário, podendo ser essa outra variável de consolidação frente aos fatores desterritorializadores. Isso principalmente em relação ao roçado em áreas onde ainda há a disponibilidade de terra para tal prática, como a porção norte do litoral.

No sentido de dar mais valor aos grupos artesanais, a EMATER de Pontal do Paraná, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vem trabalhando pelo registro da pesca artesanal do arrastão de praia como patrimônio imaterial do município. Nesse sentido, há a possibilidade do referido registro ser realizado nos níveis municipal e estadual, legitimado pela Câmara de Vereadores do município e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Essa titulação pode aumentar a condição das populações que desenvolvem essa prática serem devidamente considerados no âmbito das políticas públicas locais, como de ordenamento pelo Plano Diretor, ou até mesmo ser usado como um atrativo turístico para região, podendo ser potencializado um turismo em prol dos pescadores artesanais, com roteiros dos pontos de pesca, propagandas sobre a qualidade do pescado, indicações dos pontos de venda tradicionais, passeios de barco, eventos ligados à pesca artesanal fora da temporada turística, etc. Fatos que podem ser estimulados pelo poder público local, mas que também podem ser apropriados e implantados pelos pescadores artesanais locais.

Por fim, considera-se que quando toda pressão vai contra a prática pesqueira de pequena escala, mesmo que esta seja locada em um perímetro urbano e de uma maneira mais tecnificada, o fato delas existirem e a vontade de continuar existindo, e desenvolvendo a atividade dos seus antepassados, podem ser vistos como forma de resistência, que vão contra as formas hegemônicas presentes.

A exposição das comunidades pesqueiras aos valores das sociedades modernas capitalistas é um fato concreto, sendo a própria televisão e todo o aparato midiático o principal meio que permeia boa parte das residências, inclusive dessas comunidades tradicionais. Sendo assim, não se pode esperar que os territórios pesqueiros fiquem intocados ao longo dos séculos. Eles necessariamente interagem com as forças culturais e de produção do espaço externas. O caminho é o fortalecimento das comunidades, principalmente das próximas gerações, através de uma educação emancipadora que abra as portas para o mundo externo globalizado, mas valorando a sua cultura e os fazendo sentir parte desse cenário, como ocorre hoje em algumas comunidades camponesas. Como aponta Souza, M. L. (2009, p. 70) “autonomia não é sinônimo de autarquia econômica ou de isolamento cultural, isto é, de

auto-suficiência ou insulamento; nenhum indivíduo é uma ‘mônada’ isolada, e tampouco o são as coletividades organizadas que os indivíduos formam.” Dessa maneira as culturas tradicionais não podem ser vistas e tratadas como oposto do que se considera “moderno”, mas para isso elas também precisam resistir e se posicionar nesse cenário.

Dentro disso, as práticas de valoração cultural são um elemento fundamental para viabilizar o reconhecimento da identidade coletiva. Na sociedade midiaticizada atual, uma das grandes disputas é ideológica. Nesse sentido, reconhecer a diversidade de práticas e valorizá-las se coloca como fator essencial das disputas territoriais.

8. RELAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ NA LUTA PELO SEU TERRITÓRIO E COM AS FORMAS HEGEMÔNICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO OU DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS

Para todas as formas hegemônicas de produção do espaço e apropriação dos recursos foram observadas pelo menos uma resposta em forma de resistência dos pescadores artesanais afetados, ou de atores de apoio desses pescadores (QUADRO 20). Contudo, algumas formas hegemônicas de uso dos espaços e recursos se mostraram muito mais afetadas pelas resistências dos pescadores. A conservação ambiental é o caso mais claro, destoando de todas outras formas hegemônicas observadas. Para esta foram observadas 23 ações de resistência, enquanto para o uso portuário e industrial foram observadas oito. Alguns fatores podem explicar essa relação. Primeiro, pelo amplo arcabouço preservacionista existente na região, composto por unidades de conservação de proteção integral e demais normas ambientais e pesqueiras restritivas. Segundo, considera-se que pelo embate ser contra o próprio Estado, a luta pode ser travada de maneira mais franca, e as possibilidades de acordo são mais concretas. A grande maioria dos acordos envolvendo pescadores artesanais foi observada quando o outro ator era um órgão ambiental (QUADRO 20). Em terceiro, essa pressão sobre as estratégias de conservação ocorrem pelo fato da própria conservação ser um setor negligenciado dentro da própria estrutura estatal. Acredita-se que se tais reivindicações fossem frente à outra forma de uso vinculado à setores privados, como por exemplo, uma obra de infraestrutura pública, como uma usina hidrelétrica ou exploração de minérios, tal situação poderia ser diferente, talvez com mais ações violentas, de negação de diálogo ou de acordos bem menos vantajosos para os pescadores.

QUADRO 20 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DE VIAS E AÇÕES DE RESISTÊNCIAS POR CADA FORMA HEGEMÔNICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS OBSERVADAS NO LITORAL DO PARANÁ.

	Movimentos sociais e demais orgs.	Cartografias sociais e estratégias semelhantes	Ocupações de áreas comuns	Ações e recomendações judiciais	Manifestações	Outras ações cotidianas	Acordos e negociações	Valoração da cultura local	
Atividades Agropastoris	--	Cartografia social MICI (2007)	--	--	--	- Spgüi e Ararapira (Agropastoril) (dec. 1970) - Comunid. Baía de Guaratuba (plantação de Pinus) (dec. 2000)	--	--	3
Uso Balneário-Turístico	APAPSUL (2017)	--	- COOPESPAR (APAPSUL) (2017) - Mercado do Pescador (Guaratub) (2017)	Barrancos x Empresa Balneária Pontal do Sul (1975) - Associações Pgua x dragagem (2013) - MP x Subsea 7 (2011) - pescadores x desastres dos anos 2000 (ações individuais) - MP x PD Pontal (2016)	--	- Estacas contra os jetskis (Baía de Guaratuba) (dec. 2010)	--	--	5
Uso Portuário-Industrial	- APAPSUL (2017) - Ass. Caiçara (2009) - Ass. Pescadores (Pgua) (2017)	--	- COOPESPAR (APAPSUL) (2017)	- Associação Pgua x dragagem (2013) - MP x Subsea 7 (2011) - pescadores x desastres dos anos 2000 (ações individuais) - MP x PD Pontal (2016)	- Série de manifest. contra desastres anos 2000. - Embarcações parando a draga (2016)	--	--	--	10
Obras de Infr. Pública	- APAPSUL (2017) - Ass. Barra do Saí (2017)	--	--	Colônia de Antonina x Copel (2010)	--	--	--	--	3
Pesca Industrial	--	--	--	--	--	--	- Pesca de arrasto no estuário (dec. 1970) - Lei de milha (2000)	Tomb. da pesca de arrastão de praia (Pontal) (2017)	3
Conservação Ambiental	- MOPEAR (2008-10) - PEART (2014-15) - Ass. Mora. Spgüi (De. 1990) - Ass. das Mulh. da Ararapira (cataia) (dec. 2000) - Ass. Ponta Oeste (1998)	- Cartografia da Barra do Spgüi (2010) - <i>Arpillaria</i> (PEART) (2017) - Oficinas de autorreconhecimento e de cartografia social de comunidades de Guaraqueçaba (2013-)	- Placa da Vila de Barbados (2013-)	- Suspensão do Plano de Manejo PARNA Spgüi (2015) - Rec. Ponta Oeste x ESEC Ilha do Mel (2012) - Rec. comunidades tradicionais x UCs proteção integral litoral norte (2015) - Rec. experimento de lacinho p/ caranguejo (2016); - pesca no PARNA de Currais (2015 e 16).	- Colônias de Antonina e Paranaguá (leis de pesca) (2000 e 2015) - Colônia de Guaratuba (leis de pesca) (2006) - Audiência Plano de Manejo Spgüi (MOPEAR e outros) (2015)	- Descumprir as normas pesqueiras e ambientais (2000 -)	- Guapê e SPU (2010-15) - Colônias e ICMBio Currais (2015-17) - Acordo para exp. cataia (dec. 2000)	- Turismo de base comunitária a (CEP) (2007) - Festa do Divino e Fandangos (CEP) (2003)	23
	9	4	3	11	6	4	5	3	

FONTE: O autor (2018).

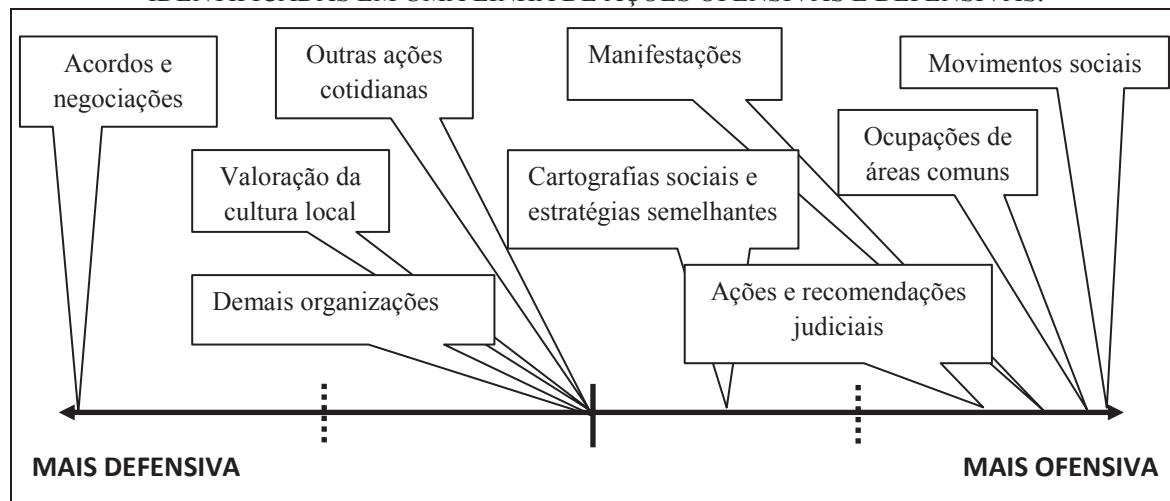
E o último argumento se pauta na relação do ambiente rural e urbano. Fernandes (2009) destaca que as resistências ligadas ao desapossamento dos territórios emergem muito mais no campo que na cidade, já que as disputas territoriais geralmente são diferentes. No ambiente urbano as reivindicações territoriais são em grande parte por moradias. (FERNANDES, 2009). Nesses espaços há mais alternativas laborais, como atividades fora da pesca, o que somado a outros fatores acaba enfraquecendo os vínculos culturais históricos das populações tradicionais, e muitas vezes tornando as comunidades menores pela pulverização na malha urbana. O processo de urbanização também expõe de forma mais contundente os pescadores aos valores ligados ao progresso, ao individualismo, ao consumo, e demais lógicas da vida moderna da cidade. A expectativa de inserção no jogo econômico, as possibilidades de ganhos imediatos, influenciam nas respostas das comunidades pesqueiras. Dessa maneira, ocorre uma diferenciação maior entre os pescadores, sendo que os mais vulnerabilizados apresentam maiores dificuldades de se articular coletivamente, mesmo entre as próprias instâncias de representação dos pescadores, como as colônias. Fatos que vão influenciar nas estratégias de resistência adotadas dos grupos pesqueiros. Já no ambiente rural há uma disputa por espaços de trabalho e ocupação. (FERNANDES, 2009). Além disso, nas comunidades rurais não há divisão de lotes como no ambiente urbano, se mantendo uma outra relação com o seu lugar, de laços solitários mais concretos. Assim, se supõe que não é por qualquer motivo que o MOPEAR e o PEART estão concentrados no litoral norte, lá o componente cultural é maior, já que as comunidades são rurais e as formas hegemônicas de produção do espaço, no caso a conservação ambiental, ainda permite a existência das comunidades com restrições.

Contudo, no caso da pesca artesanal alguns casos se apresentam como exceção a essa regra. Em Pontal do Paraná, por exemplo, foi observado o caso da APAPSUL que vem desempenhando uma disputa por uma área estrutural para a pesca local, não apenas uma luta por moradia.

As categorias de estratégias observadas foram classificadas entre mais ofensivas ou mais defensivas. O primeiro ocorre quando há uma intenção de afrontar o adversário, já na segunda estratégia há uma forma mais branda de se posicionar ou até de negociar com agentes contrários. (RIBEIRO, 1999). A escolha dessa posição vai depender das variáveis de cada caso, não havendo um padrão observado. Muitas vezes disputas envolvendo os mesmos atores contrários, vão resultar em estratégias distintas dos pescadores. Como os casos envolvendo o ICMBio. As colônias de Matinhos e Pontal do Paraná negociaram com órgão para conseguir o TC para pesca no Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, por outro lado, o MOPEAR vem se negando a qualquer articulação com órgão ambiental que ceda alguma posição que

não seja de seu interesse. Na FIGURA 43 é apresentada uma linha horizontal com a classificação das categorias de ações e vias de resistências observadas na realidade estudada em ações ofensivas ou defensivas.

FIGURA 43 – CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DE VIAS E AÇÕES DE RESISTÊNCIAS IDENTIFICADAS EM UMA LINHA DE AÇÕES OFENSIVAS E DEFENSIVAS.



FONTE: O autor (2018) baseado na análise de Ribeiro (1999).

Mais de 70% das ações levantadas (QUADRO 20) foram de estratégias aqui categorizadas como ofensivas. A estruturação de movimentos sociais, ocupações de áreas comuns, ações e recomendações judiciais e manifestações são estratégias adotadas quando já não há mais condição de articulação com o lado oposto. Little (2001) denomina essas como ações confrontação. Por um lado, elas tornam o conflito explícito por diferentes maneiras, forçando a busca por uma resolução do mesmo. Por outro lado, ela diminui possibilidades de diálogo e pode aumentar o nível de violência. (LITTLE, 2001). Assim, a grande maioria das ações resistências dos pescadores artesanais locais, pelos direitos de uso do seu território, vem sendo feitas através de estratégias ofensivas de confrontos diretos com os agentes ligados às formas hegemônicas locais. Sinal de que as esferas de negociação não são tão amplas e que não manifestam os interesses dos pescadores artesanais. Reclamação que corriqueiramente é ouvida dos pescadores sobre os conselhos gestores de unidades de conservação e outras instâncias de gestão participativa existentes regionalmente.

Contudo, algumas ações de negociação também vêm sendo empregadas na busca pelos direitos territoriais da pesca artesanal. Em relação às negociações, os exemplos mais concretos se deram com os órgãos ambientais, principalmente o IBAMA e ICMBio. Esses acordos permitiram a manutenção de práticas importantes para determinados grupos pesqueiros. Little (2001) aponta que essas ações geralmente ocorrem depois de outras

medidas, feitas por grupos externos que servem como articuladores. Nos casos locais as articulações se deram pelos próprios analistas ambientais dos órgãos envolvidos, pelo Ministério Público ou por grupos de pesquisa. Como por exemplo, no caso da negociação das Colônias de Pesca de Matinhos e Pontal do Paraná com o ICMBio para a liberação da pesca no Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, onde estiveram envolvidas as lideranças da pesca, integrantes do laboratório NESPAMP do CEM/UFPR e integrantes do MP. O ponto positivo dessas ações de negociação é a criação de espaços de articulação entre os distintos atores, e o negativo é com existência de diferenças de poder essas negociações podem ser uma maneira de legitimar as posições das formas hegemônicas. (LITTLE, 2001).

Já algumas ações foram categorizadas como neutras nessa tipificação de ofensiva e defensiva, já que hora podem pender para os dois lados dependendo da ação empregada. As ações cotidianas, por exemplo, por serem um conjunto de ações individuais ou de pequenos grupos, feitas geralmente de maneira escondida, podem ser tanto mais agressivas, como o abate dos búfalos na década de 1970 pelos pescadores das vilas de Barra do Superagüi e Barra da Ararapira, ou de uma maneira menos ofensiva, como o descumprimento das ações pesqueiras. Da mesma forma também foram classificadas as demais formas de organizações coletivas, como associações e colônias de pesca, que foram desvinculadas dos movimentos sociais nessa categorização de ação. Isso porque esses podem adotar os dois tipos de posição, de embate ou de articulação com as forças contrárias. As práticas de valoração da cultura local também foram classificadas como neutras, pois não apresentam um confronto direto com as demais formas hegemônicas, mas fortalecem os pontos positivos da cultura dessas populações tradicionais.

No geral, avaliando a partir da interpretação de Galvão (2012), as ações de resistência observadas são em grande maioria por demandas pontuais ao Estado, requisitando subsídios momentâneos para subsistência imediata dos grupos envolvidos. Contudo, em algumas estratégias de resistência se observou uma postura de luta antissistêmica, onde se questiona fundamentos básicos da sociedade capitalista e se propõe formas de emancipação social dos grupos envolvidos, mesmo que os projetos políticos desses não estejam ainda claramente definidos. (GALVÃO, 2012). Situações como essa foram mais claras na constituição do MOPEAR e do PEART e a sua luta contra o controle do Estado através das unidades de conservação no seu território. Contudo, todas as ações observadas são formas de articulação de grupos vinculados à pesca artesanal, constantemente oprimidos pelas formas hegemônicas de produção do espaço e apropriação dos recursos locais. Assim, observa-se que as estratégias visam à superação dos antagonismos implantados por classes opressoras (no

caso os agentes ligados às formas hegemônicas) sob essa classe oprimida. (MARX; ENGELS, 2007).

Vale o destaque para a legitimidade das ações de resistência observadas, que são de busca por direitos pontuais ou de maior escala, a partir de resoluções impostas pela Convenção nº 169 Sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT e pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 2007). As ações estão pautadas na busca pelo objetivo de restabelecimento da ordem constitucional violada – no caso a superação das injustiças ambientais – o que as configura na lógica dos direitos de resistência. (ARAÚJO, 2001). Importante também destacar que algumas das ações de resistência servem para tirar o conflito da situação velada, tencionando assim as relações que são segmentadas e pouco isonômicas. Isso é muito claro no caso que envolve o MOPEAR e a comunidade de Barrancos, descrito amplamente nas seções anteriores.

Dentro dessa construção histórica espacial do litoral do Paraná, a velocidade de transformação do cenário local é outro fator que chama a atenção. Todas as formas hegemônicas apresentadas começam a intensificar o uso e a transformação do espaço na região a partir da década de 1950, período relativamente curto até os dias atuais para inúmeras transformações espaciais, o que reflete também nas ações de resistência, que parecem começar a acontecer em períodos mais recentes. O professor da UFPR Litoral entrevistado para a presente pesquisa apresenta uma visão síntese do processo de constituição desse cenário, e sobre a velocidade com que esses processos se consolidam:

(...) É muito comum a fala, “antigamente tinha liberdade”, “antigamente nós éramos livres”. É muito comum. E a noção de liberdade é um conceito, é uma categoria filosófica. Se a gente olhar um pouco, parece que a modernidade veio num bloco só. A presença do Estado, os grandes empreendimentos, os projetos, os loteamentos, o desenvolvimentismo, nos anos 70. Aí nos anos 80, ela não tem mediação lenta assim. Tanto é que no caso da Ponta Oeste, em algumas vezes nas conversas, eles [os moradores locais, em grande parte pescadores artesanais] traziam inconscientemente um paralelo com a Segunda Guerra Mundial, os mais velhos (...) as restrições da segunda guerra (...) Se vê como eles vão fazer esse salto. O que me dá a impressão, que essa modernidade, o Estado, com seus aparatos, com sua racionalidade territorial, em que momento é que isso se dá? A própria questão dos terrenos de marinha, a presença do SPU, essa lógica da divisão e da regulamentação (...) ela vem e vem mesmo. Me parece que (...) não está preparado para tudo isso, e não consegue fazer a leitura também. Porque ela é complexa, tudo isso que está acontecendo. São uma série de novidades (...) E ainda tem todas as novas tecnologias, que não são nem boas nem ruins [se refere à análise da questão], mas elas mudam a vida dos habitantes, sim. Tanto na pesca. Digamos anos 70 o motor que vai entrar (...) a energia quando há (...) tudo isso acontece num universo que de certa forma era calcado em relações de reciprocidade e solidariedade (...) Aqui a gente viveu algo mais rápido, de curta temporalidade. (Entrevista nº 7).

Temporalmente se observa que as ações de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná na luta pelo seu território se intensificaram a partir do início do século XXI (TABELA 9). As primeiras respostas de resistência começaram a ocorrer na década de 1970, quase duas décadas depois que inicia o processo de ocupação mais intenso do litoral pelo uso balneário. Isso ocorre pelos próprios efeitos desse processo só começarem a ser sentidos pela população em geral na década de 1970 (SAMPAIO, 2006), fato que possivelmente também foi sentido pelos pescadores locais que manifestaram a primeira ação de resistência contra essa forma de produção do espaço a partir do caso da comunidade de Barrancos, que entrou com uma ação judicial de usucapião para regularizar suas ocupações. Contudo, nenhuma outra ação coletiva de outros grupos de pescadores artesanais locais foi observada. Uma comparação semelhante pode ser feita com o estado de Pernambuco, que na mesma década de 1950 passou por um processo semelhante de constituição de balneários e rentabilização do mercado de terras na faixa costeira. (CALLOU; LIMA, 2014). Porém, diferente da realidade paranaense, os pescadores pernambucanos constituíram um cenário de resistências aparentemente mais forte. Ao longo das décadas de 1970 e 1980 diversos grupos de pescadores de vários municípios pernambucanos empregaram ações de resistência na luta pelo seu território. Segundo Callou & Lima (2014), esse foi um período de forte atuação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)⁷¹ na região, o que pode ter condicionado apoio às resistências.

Acredita-se também que o histórico de lutas dos grupos de pescadores de Pernambuco, como apontam também Callou & Lima (2014), tenha já capacitado os pescadores artesanais daquele estado para um processo de luta mais consolidada pelo seu território já na década de 1970. No litoral do Paraná, esse processo de resistência pelo território de grupos pesqueiros se inicia na década de 1970, e vem se consolidando ao longo do século XXI. Além disso, só nos anos mais próximos de 2000 foi identificada a atuação de grupos de apoio diretos ao desenvolvimento da pesca artesanal no litoral do Paraná, no caso grupos de pesquisas vinculados à academia, sendo esses ausentes ao longo das décadas do século XX. O próprio CPP, tão representativo em tantos casos de luta da pesca artesanal pelo seu território ao longo do Brasil (CPP, 2016), não foi identificada com atuação no litoral paranaense. No site do CPP a regional sul aparece sem representante oficial. (CPP, 2017).

⁷¹ O CPP é uma pastoral social que está ligada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. (CPP, 2016). Este grupo vem sendo desde o final da década de 1960 um importante mediador sociopolítico para a pesca artesanal, tendo ampla atuação no nordeste brasileiro. (RAMALHO, 2014b).

Em relação às conquistas através das resistências se observou que elas ainda são poucas, mas já podem ser vistas três características dessas. Primeiro a conquista de demandas pontuais que condicionam uma consolidação na territorialização da pesca artesanal, como a mudança de uma legislação favorável aos pescadores artesanais, sendo um exemplo, a implantação na lei de milhagem que exclui a atuação da pesca industrial na costa do estado do Paraná, e que teve ampla participação da categoria artesanal local. (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006). O segundo tipo de conquista é a de espaço territorial da comunidade. Nesse caso existem dois exemplos, o da comunidade Barrancos, que conquistou um amplo espaço (mais de 800 mil m²), podendo esse ser utilizado para distintos fins no futuro, e o da comunidade de Guapê, que conquistou junto à SPU terrenos para a constituição das casas das famílias envolvidas. E, por fim, o terceiro exemplo de conquista, de ordem mais simbólica, que é a de organização de um coletivo e prol de uma causa comum. Isso pode ser observado nas organizações coletivas, como as várias associações descritas ao longo do trabalho. Mas é muito mais evidente na atuação da APAPSUL e a ocupação da área da COOPESPAR, em Pontal do Paraná, mas mais ainda nas ações do MOPEAR, que se reapropriou simbolicamente do seu território, encaminhando sua luta no sentido da autonomia territorial por parte das comunidades, em face dos órgãos ambientais.

Entretanto, vale aqui uma observação em relação ao futuro dessas ações e conquistas. Segundo Leff (2009, p. 335)

(...) a generalização e os efeitos transformadores destes movimentos sociais [e considera-se de todas as ações de resistências] no meio rural não podem ser garantidos de antemão só em função do seu potencial renovador, ou inclusive da incapacidade do sistema dissolver o conflito social que surge da marginalização, opressão e injustiça que ele próprio gera. A realização de suas utopias depende do grau de consciência dos próprios movimentos sociais [e demais organizações coletivas] e de suas estratégias de poder (nas esferas do econômico, político e simbólico) para subverter e transformar a ordem social estabelecida.

Outro fato a se destacar é que a partir dos anos 2000, quando se intensificam as estratégias de resistências dos pescadores artesanais locais (TABELA 9), essas já não se focam tanto na disputa com a especulação imobiliária e com as atividades portuárias, mas sim frente à conservação ambiental. Como já afirmado, essa forma de uso do espaço é representada pelo Estado e suas instâncias ambientais, o que facilita o acesso e as cobranças dos pescadores artesanais aos órgãos envolvidos. Por outro lado, essa forma hegemônica de produção do espaço e apropriação dos recursos está ligada diretamente às proibições das práticas pesqueiras e demais formas laborais dos pescadores artesanais, como a proibição do

roçado e da extração de recursos florestais. Afinal, como aponta Antunes (2012, p. 179), “uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho”. Diferente de outras formas de produção do espaço, como o uso balneário-turístico e portuário-industrial, que limitam áreas de acesso e de ocupação dos pescadores, com certeza dificultando o seu trabalho, mas ainda não proibindo em vastas áreas de terra e, principalmente de água, as práticas produtivas dos pescadores. Frente a essas formas de produção do espaço, os pescadores têm a opção de realocação, que muitas vezes não é uma ação justa e sob as mesmas condições de habitação, como no caso descrito dos pescadores do Canal da Anhaia que voltaram para a Vila do Almeida. Já frente à conservação ambiental, principalmente aquelas ações que proíbem ou limitam suas práticas laborais, os pescadores não têm como fugir, lhes restando apenas resistir.

TABELA 9 – NÚMERO DE AÇÕES DE RESISTÊNCIA POR CATEGORIA E POR FORMA HEGEMÔNICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS DESDE A DÉCADA DE 1970 NO LITORAL DO PARANÁ.

Atividades Agropastoris	1			2	
Uso Balneário-Turístico	1				4
Uso Portuário e Industrial				2	6
Obras de Infraestrutura Pública					3
Pesca Industrial	1				1
Conservação Ambiental			2	9	13
	1970	1980	1990	2000	2010
Movimentos sociais e demais orgs.			2	3	4
Ações e recomendações judiciais	1			1	9
Cartografias sociais e demais formas de levant. de dados comunitários				1	3
Ocupações de áreas comuns					3
Manifestações				2	2
Acordos e negociações	1			2	2
Outras ações cotidianas	1			2	1
Valoração da cultura local				2	1

FONTE: O autor (2018).

Nos conflitos entre conservação ambiental e comunidades tradicionais, o histórico de conservação irrestrita no cenário local dificulta qualquer condição de negociação na forma de considerar regras próprias dos pescadores, como propriamente uma gestão de recursos comuns pautadas no conhecimento tradicional desses grupos, como ocorre em diversas

realidades ao redor do mundo. (OSTROM, 2000). Nesse caso ou se aceita um acordo a partir da lógica instituída de conservação, garantindo ganhos momentâneos, ou se nega por completo essa lógica de produção do espaço, enfrentando seus agentes com estratégias classificadas aqui como mais ofensivas e visando possíveis ganhos em longo prazo.

Dessa maneira, se destaca a conservação ambiental como um item central na discussão de territorialização da pesca artesanal. Contudo, seu viés ideológico de execução pode fazer com que ela penda para ambos os lados, favorável ou não aos pescadores artesanais. Então é importante que nas discussões de luta e regularização do território dos povos tradicionais também se debata a concepção ambiental adotada. No litoral do Paraná o que vem se apresentando é um arcabouço legal e institucional conservacionista que pende para posições ideológicas classificadas entre um ecologismo-preservacionista e um ambientalismo moderado. (PIERRI, 2005). Porém, não se observa ações efetivas de cunho socioambientalista, de justiça ambiental ou do denominado por Martínez-Alier (2007) o ecologismo dos pobres. Fato que acaba pendendo a conservação ambiental existente localmente para o mesmo lado do desenvolvimentismo mais extremo, já que também desterritorializa as culturas tidas como tradicionais, limitando-as o uso do seu território, sendo essas, dessa maneira, a mesma face da moeda (reprodução econômica e conservação). Rafestin (2009, p. 25) destaca que o interesse de preservação de zonas naturais não é atual, ele já data do século XIX. Entretanto, há uma coincidência, principalmente no plano simbólico, como aponta o autor, entre o grande projeto global das áreas naturais preservadas – e considera-se aqui também da implantação de todo um arcabouço legal ambientalista – e o início do estado de natureza sintética ou cibernética. Isso leva à interpretação de uma correlação subsidiária da conservação natureza, sob a ótica preservacionista, com o desenvolvimentismo capitalista extremo. Ou seja, enquanto há um comprometimento generalizado da qualidade ambiental devido às diversas formas hegemônicas de produção do espaço e apropriação dos recursos operacionalizadas pelo sistema capitalista, algumas pequenas áreas de menor interesse do capital são voltadas para uma conservação irrestrita, numa clara manobra de justificar a compensação aos danos gerados pelas diversas formas hegemônicas de produção do espaço. Isso é destacado por Martínez-Alier (2007, p. 246) como “uma aliança possível”. Nesse caso não se preza pela qualidade real dos ecossistemas utilizados, na forma de realizar uma gestão justa entre as distintas formas de uso do espaço. Muito menos se preza a presença de diversos grupos e populações no meio dessas duas grandes frentes. Entende-se que esse cenário seja a realidade para o contexto da produção socioespacial do litoral do Paraná e para os grupos de pescadores artesanais existentes aqui.

Essa reflexão aponta para a necessidade dos movimentos sociais locais, e demais organizações e grupos ligados à pesca artesanal do litoral do estado, se apropriarem do discurso socioambientalista, se tornando ações propriamente concretas de justiça ambiental, tendo dessa maneira mais suporte teórico para reverter o cenário da conservação ambiental a seu favor. Nesse ponto Martínez-Alier (2007, p. 64) chama a atenção para a necessidade de uma “‘orquestração das ciências’, que reconhece e procura reconciliar as contradições que surgem entre as diferentes disciplinas que tratam dos diversos aspectos da sustentabilidade ecológica.”

O caso do Canal de Anhaia também aponta para outra reflexão, a fraqueza dos pescadores frente agentes do Estado e privados ligados a grandes complexos industriais ou de mercados capitalizados, como o imobiliário. Frente a essas formas de uso do espaço acredita-se que a principal estratégia de resistência são as vias judiciais, assim como ocorreu no caso de Barrancos, e em diversos processos judiciais observados contra empresas portuárias e demais ações ligadas ao setor (QUADRO 20).

Em relação a essas formas hegemônicas de produção do espaço, as mais representativas da frente desenvolvimentista, importante destacar também que essas são em grande parte regularizadas por instrumentos de gestão ambiental e/ou territorial que legitimam sua territorialização nas esferas legais, sendo instrumentos que levam aos conflitos ambientais. Alguns exemplos desses instrumentos são os Planos Diretores Municipais, para o caso da orientação de uso do espaço de cada um dos municípios, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), no caso do litoral, ou os inúmeros EIA/RIMAs, que validam o licenciamento ambiental de muitas das empresas e obras que geram as injustiças ambientais para as populações locais. Caldeira (*em pessoal*)⁷² vem analisando o reflexo de alguns desses documentos citados no município de Pontal do Paraná. O autor vem observando que realmente esses são feitos para meramente cumprir os processos burocráticos vinculados ao Estado e direcionam o uso do espaço para as formas hegemônicas. No caso dos EIA/RIMAs estudados pelo autor, muitos negligenciavam impactos importantes à sociedade local. Já em relação aos documentos de ordenamento territorial, como o Plano Diretor de Pontal do Paraná ou ZEE do litoral paranaense, esses invisibilizam comunidades pesqueiras artesanais inteiras, principalmente aquelas próximas de áreas de maior interesse comercial e de instalação para as empresas. Essa condição imposta pelos instrumentos de ordenamento territorial, às comunidades de pescadores artesanais, foi observada através de recomendações do Centro de

⁷² O autor citado vem desenvolvendo a tese intitulada “Justiça ambiental, estratégias de resistência e desenvolvimento endógeno das comunidades pesqueiras de Pontal do Paraná”.

Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos (CAOPJDH) sobre os Planos Diretores de Guaratuba e Pontal do Paraná. Contudo, muitas outras situações devem ter sido invisibilizadas no passado, principalmente quando não se haviam muitos atores para zelar pelos direitos humanos das populações locais.

Zhouri & Laschefski (2010) apontam que os instrumentos da política ambiental brasileira, como os licenciamentos ambientais, os ZEEs, os planos de mitigação e de compensação ambiental, dentre outros, vêm sendo tratados como “entraves” ao desenvolvimento. Contudo, o que se vê na realidade local é que esses instrumentos são manipulados pelos interesses dos agentes hegemônicos de ocupação do espaço, sendo considerados mais uma etapa no processo burocrático de fixação dessas formas de produção do espaço no lugar de interesse.

Também vale o destaque aqui para as resistências empregadas frente à pesca industrial, uma forma hegemônica de apropriação dos recursos que tanto compromete a pesca artesanal pelos efeitos da sobrepesca. (FAO, 2014). Processo que pode liquidar num futuro breve com as atividades de exploração de recursos pesqueiros do ambiente marinho (VITOUSEK et al., 1997; ROCKSTRÖM et al., 2009), fazendo assim com que muitos pescadores larguem a pesca pelos baixos rendimentos conseguidos, fato que já é observado para o litoral do Paraná. (CALDEIRA, PIERRI, 2014). Em relação à pesca industrial se observou apenas três casos de resistência (TABELA 9), número considerado relativamente baixo perante a gravidade do problema apresentado pela pesca industrial, e ao número de ações desenvolvidas frente às demais formas hegemônicas. Um dos possíveis fatos pela ausência de estratégias de resistências nesses casos seja pelo fato da pesca industrial com origem no litoral do Paraná ser quase ausente, sendo presente apenas com algumas unidades produtivas em Guaratuba e Pontal do Paraná (ANDRIGUETTO-FILHO et al. 2006; CALDEIRA, 2009), fato que não a torna propriamente uma atividade produtora do espaço na região, mas apenas de apropriação dos recursos. Além disso, uma das ações de resistência observadas na pesquisa apresenta mais as rupturas existentes entre o setor artesanal do que propriamente frente à pesca industrial. O caso se deu na década de 1970, quando pescadores do ambiente estuarino se mobilizaram pela proibição da prática de arrasto dentro do estuário, se voltando contra pescadores da costa que já vinham desenvolvendo essa prática naquele período.

O que se vê na realidade é uma multiplicidade de pressões e fatores que condicionam a territorialização das comunidades. Dentro disso, as comunidades escolhem as causas prioritárias para ativar as resistências. Isso é claro no caso da comunidade de Guapê. Eles

sabiam da criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, sob o qual houve uma articulação coletiva de negociação feita pelas colônias de Matinhos e Pontal do Paraná, mas a comunidade estava tão focada na questão específica deles que não se envolveram no processo de contra a UC de proteção integral.

Por fim, observa-se que a pesca artesanal do litoral do Paraná vem fortalecendo suas ações de resistência de luta pelo território a partir dos anos 2000, não podendo ser mais considerada como passiva frente às pressões existentes. Isso vem sendo feito com apoio de atores externos, sejam eles ligados ao ambiente judicial, como as MPs e DPs, ou ao ambiente acadêmico, como com o apoio de educação popular de determinados grupos de pesquisa. Contudo, ainda não se visualiza os grupos pesqueiros artesanais locais cientes de todo o processo e dos vetores que podem lhe afetar. Isso fica claro nas várias rupturas observadas entre colônias, associações e movimentos sociais, e sobre a própria percepção de alguns entrevistados, que se veem ameaçados por ações conservacionistas, mas acham positiva a chegada de empreendimentos portuários-industriais na região, considerando uma perspectiva de geração de emprego e renda para suas famílias. A unificação de uma estratégia comum entre os grupos envolvidos de um mesmo setor, pertencentes às classes populares – como a pesqueira artesanal, no caso do litoral do Paraná –, mesmo que haja heterogeneidades entre grupos dessa classe, é um fator fundamental para sucesso das ações coletivas de resistência. (GALVÃO, 2012). A luta pelo território da pesca artesanal no litoral do Paraná carece dessa estratégia comum entre a o setor pesqueiro artesanal local, mesmo que seja apenas para uma causa única de benefício coletivo.

Esse fato nos faz crer que ainda falta uma mudança de percepção geral da realidade para os pescadores artesanais do Paraná, algo que lhes faça ver os reflexos danosos a sua própria territorialização condicionado pelo conjunto das formas hegemônicas de produção do espaço e apropriação dos recursos. Fato semelhante ao apresentado por Carneiro da Cunha & Almeida (2009, p. 277)⁷³ apud Fleury & Almeida (2013) para o caso da “mudança de rumo ideológico” das populações tradicionais da Amazônia e os conflitos envolvendo estes grupos desde a década de 1980 com as usinas hidrelétricas, principalmente a Usina de Belo Monte. Nesse caso, as populações locais se encontraram em Altamira, em 1989, no Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, criando a partir disso a Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, dando assim uma guinada rumo a uma crítica socioambientalista das ações desenvolvidas naquele cenário. (FLEURY; ALMEIDA, 2013). O litoral do Paraná

⁷³ CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. IN: CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, p. 277 – 299. 2009.

ainda necessita de tentativas semelhantes a essa descrita, que deem impulso a uma nova forma das comunidades pesqueiras artesanais lidarem com os conflitos ambientais no qual estão envolvidas.

9. ATORES LIGADOS AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E ÀS AÇÕES DE RESISTÊNCIA DA PESCA ARTESANAL NO LITORAL PARANAENSE

Alguns atores, que não os pescadores, são fundamentais para a insurgência de práticas de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná na luta pelo seu território. Eles podem apresentar um papel de apoio às resistências, como ser agentes contrários que subsidiam os processos de desterritorialização. Esses atores com atuação local ligada à territorialização da pesca artesanal podem ser divididos em instâncias de representação da pesca artesanal, instituições de ensino, pesquisa e extensão, demais órgãos ligados ao Estado, atores ligados ao sistema judicial e agentes ligados ao capital privado. Em grande maioria esses conjuntos de atores apresentam papéis duplos em relação à garantia do direito de uso dos territórios da pesca artesanal, tendo ações positivas para esse processo ao desempenhar papéis que viabilizam ações desterritorializadoras. Isso foi claramente observado nas instituições ligadas ao aparato estatal.

Um conjunto de atores com destaque nas ações de resistência da pesca artesanal na luta pela sua territorialização são as instâncias judiciais, principalmente as Defensorias e Ministérios Públicos. Esses são aqui considerados como “novos atores” da realidade local, e que vem dando suporte a causas dos povos subalternos locais. Esses atores começaram a atuar na região mais próximo dos anos 2000, tornando o acesso à justiça uma possível via de busca por direitos das populações pesqueiras locais. A partir do período de 2010 o número de ações judiciais aumenta significativamente (TABELA 9), assim como a participação desses órgãos nas ações.

Entretanto, as vias judiciais e legais ainda são poucas perto do número de injustiças impostas à pesca artesanal local. Isso se deve a própria falta de instrumentos legais que garantam os direitos dos pescadores artesanais, dentre eles os direitos territoriais. Um exemplo disso é ausência de um instrumento para a regularização e reconhecimento específico para os territórios pesqueiros, como ocorre para indígenas e quilombolas. Luta essa que o MPP vem levando em nível nacional como bandeira principal. Considera-se que o legislativo e o judiciário brasileiro seguem um modelo repressor penal de um Estado

oligarquizado, conectado “às estruturas, às instituições e à cultura da modernidade.” (ANDRADE, 2006, p. 13). A justiça também é colonizada, já que possui poucos instrumentos jurídicos que dão suporte pleno à territorialização e demais demandas dos povos tradicionais, sendo fruto de todo um sistema político e social colonizado por uma estrutura norte-americana/eurocêntrica desenvolvimentista que negligencia essas formas distintas de desenvolvimento. (GROSFOGUEL, 2009). E, além disso, os instrumentos legais de direitos sociais e territoriais existentes dessas populações tradicionais não são colocados em prática, como exemplo, as normas ligadas à Convenção OIT 169 e ao Decreto nº 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. (BRASIL, 2007).

Outras instituições também apresentam um papel duplo em relação à territorialização da pesca artesanal. A EMATER foi outra instituição com destaque no apoio às ações da pesca artesanal, principalmente no que diz respeito ao suporte para constituição de associações – que direta ou indiretamente podem apresentar alguma luta pelo território pesqueiro – e em orientações jurídicas. Por outro lado, o órgão é apontado por Andriguetto-Filho, Krul & Feitosa (2014) por ter uma atuação determinante ao longo da década de 1970 na constituição dos sistemas produção pesqueiros, determinando e privilegiando certos grupos de pescadores locais com créditos para a tecnificação da pesca, o que transformou a realidade local.

Dessa maneira a atuação da EMATER com a pesca do litoral do Paraná se dá em duas faces distintas. Por um lado estimulando o associativismo de grupos de pescadores artesanais, trabalhando pela organização coletiva dos grupos pesqueiros. Aparentemente não seguindo modelo estratégico de fortalecimento do desenvolvimento local através do processo extensionista, como destacam Callou & Santos (2014), mas mais como uma educação colonizadora. Já a segunda face seria a atuação na tecnificação produtiva. Ao que tudo indica a segunda atuação historicamente se sobrepôs à primeira, tendo resultados mais significativos para realidade de alguns fatores ligados à produção socioespacial local, já que aumentou a distinção socioeconômica entre grupos de pescadores artesanais do litoral, como destacam Andriguetto-Filho, Krul & Feitosa (2014). Assim, a EMATER apresenta um papel fundamental na constituição da paisagem do cenário estudado, principalmente no que tange a presença de cada tipo de sistema técnico pesqueiro por determinado setor do litoral do Paraná. Em resumo, a diferenciação técnica da pesca no do litoral é segmentada por fatores biogeográficos, como os pescadores da parte interna do estuário ou os mais próximos à costa, que vão adaptar suas práticas perante aos recursos disponíveis no ambiente (MAFRA, 2012), mas também por fatores econômicos e políticos, como o histórico de financiamentos e

créditos à tecnificação pesqueira, que dividiram grandes arrasteiros no município de Guaratuba e pequenos arrasteiros em Guaraqueçaba. Dessa maneira a paisagem local é composta de baixa tecnificação, como os estuários, e setores espaciais de grande tecnificação, como grandes embarcações arrasteiras de Guaratuba. Através disso a EMATER condicionou na pesca local a uma divisão territorial, que afeta de certa maneira a constituição da paisagem local pela presença das distintas técnicas em setores diferentes, compondo a cada região um sistema técnico de pesca, que possuem diferentes condições de interferir na produção socioespacial.

Também é importante se destacar o papel das instituições de pesquisa para a discussão territorial da pesca artesanal. Grupos de pesquisa ligados a algumas universidades com atuação local apresentaram papel importante no fortalecimento de ações resistência vinculadas à questão territorial da pesca artesanal. A UFPR apresentou atuação na questão territorial da pesca por grupos de pesquisa de mais de um campus. No campus Centro de Estudos do Mar (CEM), localizado no município de Pontal do Paraná, dois grupos de pesquisa apresentam atuação junto às comunidades pesqueiras do litoral. O Laboratório de Estudos Socioambientais, do qual os integrantes desta pesquisa fazem parte, historicamente vem contribuindo no fortalecimento das ações de luta pelo território das comunidades pesqueiras locais. Sua coordenadora, integrante do comitê orientador desta pesquisa, tem atuado junto à articulação nacional de movimentos sociais da pesca, principalmente o MPP, fazendo o vínculo das ações propostas pelos movimentos nacionais no cenário local do litoral. Outro integrante do laboratório vem sendo na atualidade um agente importante de mobilização de pescadores da região da Pontal 2 e Ponta do Poço, em Pontal do Paraná. Já o outro grupo é o Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (NESPAMP), criado em 2012. O coordenador do grupo foi citado por pescadores e gestores ambientais como um articulador entre algumas comunidades pesqueiras e o ICMBio, principalmente nos casos da criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais e das comunidades do interior do CEP, que exploram o caranguejo na região de Guaraqueçaba. Outro setor da UFPR com forte atuação nas ações de resistência e de territorialização da pesca artesanal da região é a UFPR Litoral, localizada em Matinhos. Na presente pesquisa foram observadas duas atuações do setor diretamente ligadas ao fortalecimento das estratégias de resistências de comunidades pesqueiras artesanais na questão territorial, na Ponta Oeste, na Ilha do Mel (HARDER, 2014), e nas comunidades do interior da Baía de Guaratuba. (FERREIRA, 2010).

Outro grupo de pesquisa importante para a realidade local é o Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos territoriais e Educação Emancipatória, grupo coordenado por um professor do IFPR, campus Paranaguá. O grupo vem sendo um dos principais apoiadores do MOPEAR nas suas ações e estratégias, e está intimamente ligado à sua criação, assim como na criação do movimento dos cipozeiros.

Por outro lado, vale destacar a existência de diversas pesquisas que apontam a região litorânea como potencial para outras formas de uso. Como diversas pesquisas de cunho preservacionista, que destacam o potencial biológico da região, como apontado em levantamento por Kasseboehmer & Silva (2009) para a região de Guaraqueçaba. E também pesquisas de potencial desenvolvimentista para a região, como as realizadas IPARDES, para a implantação de exploração mineral e demais estudos de cunho técnico-desenvolvimentista que visa apenas a capitalização de mercados rentáveis para a região. (IPARDES, 1976; 1981). Milton Santos (1988, p.7) destaca essa percepção sobre “quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade.” Dessa maneira, a ciência e seus polos produtores, como as universidades, acabam tendo um papel duplo para a territorialização do pescador artesanal, de um lado uma massa de pesquisas que subsidiam tipos hegemônicos de produção do espaço local, tanto os usos desenvolvimentistas como de conservação, e do lado oposto a essas formas de pensar pequenos grupos, que vão resistindo dentro da própria universidade, e trabalhando em prol do combate às injustiças, por melhores condições de vida de populações subalternas e da qualidade ambiental.

O papel dos órgãos ambientais, principalmente o do ICMBio, também é de destaque dentro da realidade local. Em alguns casos a instituição mostrou abertura para articulação com comunidades pesqueiras artesanais, possibilitando a realização de práticas consideradas positivas para a fixação dos pescadores em seu território. Contudo, de maneira geral o órgão é visto como um agente unicamente fomentador das políticas conservacionistas do Estado, fortemente relacionadas a processos de injustiça ambiental e de desterritorialização dos pescadores artesanais locais. Alguns fatores aparentemente pesam para isso. Primeiramente, pela pouca ausência de ações socioambientalistas ligadas ao órgão no Estado, o que se soma a um histórico de atuação restritivo do IBAMA, além da própria herança ideológica preservacionista do órgão (MENEZES; SIENA, 2010). Segundo, como já exposto, a limitação ou proibição que boa parte das normas ambientais geram para a realização de práticas laborais dos pescadores, como uma agricultura de baixa intensidade ou diversas práticas pesqueiras. E

em terceiro, o que se constata nessa realidade é que frente a ineficiência do Estado, salientado pelos déficits em educação, saúde, regularização fundiária e infraestrutura em geral na região litorânea, principalmente na parte norte do litoral, o ICMBio aparece como a principal representação do Estado e acaba sendo alvo de toda a insatisfação das populações locais frente a inoperância dos demais entes estatais.

O que se observou em alguns órgãos estatais é a prevalência da visão individual de servidores do órgão. Como por exemplo, na SPU. Um ex-superintendente é apontado como um facilitador nos casos de Guapê e na instalação dos ranchos de pesca provisórios na faixa de restinga durante a safra da tainha, pelo fato de facilitar os processos burocráticos e temporalmente dispendiosos da administração pública. Já o superintendente do órgão atuante em 2017 foi apontado por duas entrevistadas como um sujeito não tão disposto a facilitar os processos burocráticos para os pescadores. Na mesma forma podem ocorrer clivagens nas outras instituições, como por exemplo, a dimensão extensionista da EMATER e seu posicionamento em direção a uma visão mais desenvolvimentista ou de fortalecimento associativo-cooperativo. Ou o analista do ICMBio ser mais conservacionista ou socioambientalista. Isso mostra a fragilidade das instituições vinculadas ao Estado, que na falta de uma identidade clara para com as populações tradicionais e para a consolidação dessas identidades, acaba prevalecendo a visão dos sujeitos. Ou seja, acredita-se que na falta de uma estrutura institucional para dar conta da missão do órgão, acaba se sobressaindo na administração pública a posição ideológica individual dos servidores.

Galvão (2012) destaca que a concepção ideológica de todos atores – e diria a partir do exposto dos sujeitos – envolvidos nas lutas de classe vai ser um ponto fundamental na relação imposta em cada cenário. Galvão (2012) destaca que

(...) a constituição dos movimentos [e demais ações coletivas] é possibilitada ou dificultada pelos diferentes projetos políticos e concepções ideológicas das organizações que medeiam a ação das classes dominadas; por suas deficiências organizativas; pelo regime político em vigor; pela reação dos dominantes (que vai da cooptação à repressão); e pela eventual divisão dos dominantes, que pode fortalecer politicamente os dominados. (GALVÃO, 2012, p. 254).

Assim, destaque-se a necessidade de mais grupos de apoio à territorialização da pesca artesanal na realidade local, fortalecendo assim a condição de existência dessa classe, fortalecendo assim uma política de territorialização da pesca artesanal local. As ONGs, instituições e demais movimentos ambientalistas poderiam ser um elo nesse sentido, dando uma nuance mais social para o debate ambientalista. (LEFF, 2009). A ausência de grupos mais articulados e de atuação mais contínua no apoio aos movimentos sociais locais e de nível

nacional no litoral paranaense também soma para a dificuldade de expansão da resistência da pesca artesanal na região. Dessa maneira, é cada vez mais necessário o engajamento de instituições que contribuam na luta pela qualidade ambiental e justiça social (ONGs, comunidade científica, setores do governo, comunidades locais, etc.) em processos de ação coletiva e demais formas de resistência da pesca artesanal, aumentando a capacidade dos grupos locais em influenciar os processos políticos fortemente direcionados por relações assimétricas de poder. Na maior parte das vezes, as ações dos pescadores de forma mais coletiva dependem de processo de apoio e/ou educativos para que se reconheçam como titulares de direitos coletivos. A construção da identidade na política (MIGNOLO, 2008) como estratégia de luta depende de um processo de politização das identidades que, em grande medida, necessita de coalizações entre os grupos tradicionais e seus apoiadores.

Importante destacar que se aceita a relevância do papel de alguns agentes externos à realidade local no processo de territorialização da pesca artesanal. Steinberger (2006) aponta que a divisão territorial do trabalho é resultado de um processo que é divisão internacional entre macroeconomias e corporações. Fatores como algumas políticas públicas federais ou interesses de grandes agentes econômicos na região, como na ampliação das atividades portuárias locais, podem ser determinantes para o aumento de pressão sobre os pescadores artesanais. Esses atores externos acabam tendo seus representantes regionais que legitimam seus processos de uso do espaço, muitas vezes os governos locais, que acabam direcionando as atuações em prol da atração de grandes obras e empreendimentos para o cenário local, ou agentes do capital e empresários com atuação direta na região. Determinadas ações políticas na esfera nacional, como a mudança da pesca nos ministérios, incerteza sobre as políticas para o setor, cancelamento na liberação de RGP, legislações generalistas de proibição de captura de determinadas espécies ou mesmo políticas econômicas nacionais e até pacotes internacionais, podem gerar enormes consequências para a realidade local e para territorialização de uma comunidade ou grupo de pescadores, afetando seus modos de vida e consequentemente sua capacidade de se manter ativo em seu território tradicional. (AZEVEDO; PIERRI, 2014).

Por outro lado, também existem agentes externos que atuam em prol das comunidades tradicionais, e que podem ser apoiadores das ações de resistência dos grupos pesqueiros locais. Um exemplo é a vinda de lideranças nacionais do MPP, na década de 2010, para visitar a comunidade de Guapê, dando força ao grupo na sua luta. Ou mesmo a articulação do PEART em encontros nacionais da ANP.

10. A TERRITORIALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DO LITORAL DO PARANÁ E OS EFEITOS DAS RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL LOCAL

Como já aferido anteriormente, a produção socioespacial no litoral paranaense é basicamente condicionada pelas formas hegemônicas de produção do espaço e apropriação dos recursos, sendo três usos mais significativos, o uso balneário e turístico, o uso portuário e industrial, e a conservação ambiental. Fazendo uma correlação da realidade local pela interpretação de Carlos (2007), se percebe que o litoral do Paraná pode ser dividido em dois grandes extremos de ocupação que se traduzem num desenvolvimento geograficamente desigual. A parte central e sul do litoral, urbanizada e em alguns pontos com atividades altamente tecnificadas e industrializadas (Paranaguá), e um litoral norte ainda bem conservado. No meio desses dois grandes padrões de uso está a pesca artesanal, que é pressionada e dessa maneira vem perdendo território, mas ainda assim deixam “rugosidades” no espaço produzido pelas formas hegemônicas.

Contudo, mesmo com as inúmeras pressões e situações conflituosas envolvendo a pesca artesanal no litoral paranaense, esta vem conseguindo se estabelecer e continuando ativa no cenário local, em alguns casos com mais perdas, e em outros com menos. Essa constatação é explícita no número de pescadores existentes na região, que aumentou nos registros oficiais de 2006 até 2015 (TABELA 2) e parece estar estabilizado. Isso também pode ser constatado na análise da paisagem local, fortemente marcada pela presença da pesca artesanal. Esse componente representa cenários simbólicos, tanto para os próprios grupos pesqueiros, muitas vezes ilhas de agrupamentos humanos em ambientes ainda “naturalizados”, como para grupos externos, que tem nessa paisagem com a presença da pesca artesanal um “cartão postal” da realidade local (FIGURA 44).

Por outro lado, é inegável que o cenário é representado por fortes injustiças ambientais e sociais para com os grupos pesqueiros artesanais, causadas pelas formas hegemônicas descritas anteriormente. Essas últimas também geram a configuração socioespacial principal do litoral do Paraná, restando à pesca artesanal a permeação por essa paisagem fortemente modificada e artificializada pela intensidade dos usos, sejam eles desenvolvimentistas ou conservacionistas, esse último basicamente de tom compensatório ao primeiro padrão. Dessa maneira, se atribui ao cenário local a máxima de que a paisagem gerada a partir da lógica do sistema capitalista é vista como lugar de contradição e da tensão, onde são representados os conflitos de classe. (HARVEY, 2005, p. 55). Nesse contexto,

seguindo a visão de Santos (2006), se observa na realidade uma hierarquia das técnicas e lugares, o que se traduz basicamente em um cenário de suplantação dos direitos básicos de grupos menos capitalizados detentores de técnicas mais “rudimentares” que tecnologias industriais, como a pesca artesanal, o que leva a existência de conflitos entre os agentes envolvidos nesses setores.

FIGURA 44 – IMAGENS DA PRESENÇA DA PESCA ARTESANAL NA PAISAGEM DO LITORAL PARANAENSE (A – GUARATUBA; B – PONTAL O PARANÁ; C/D – GUARAQUEÇABA).



FONTE: Tiago Mafra (2007); Blog Edye Fernandes (2017).

Não se observa o interesse por parte dos agentes ligados a algumas formas hegemônicas de que as populações pesqueiras permaneçam ativas no território, principalmente daqueles setores prioritários ao capital, seja para interesse industrial-portuário ou para especulação imobiliária. Esse processo pode ser intencional, no sentido de retirar as comunidades da paisagem, ou como um efeito adverso do desenvolvimento. Isso pode até acontecer com suas ocupações, sendo transferidos para as margens do cenário vivenciado, ou inserido-os ao contexto urbano, os tornando mais um no emparelhamento da cidade. Essa constatação efetiva a lógica apresentada por Lefebvre (2006, p. 7) de que o “espaço da ‘modernidade’ tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização.” Contudo, no caso da pesca artesanal local, e provavelmente para o caso de outros povos tradicionais, mesmo com a constituição do espaço da modernidade, seus instrumentos de

trabalho (embarcações, redes, ranchos, etc.) e a lógica laboral de interação com a natureza ainda os farão parte da paisagem. Assim, a pesca artesanal permanece pela sua resistência, mas na maior parte das vezes, isso ocorre à custa da sua precarização, e da diminuição dos seus territórios, bem como da subordinação desses às formas de lei e controle estatais. A exceção a isso são as desterritorializações absolutas, que desculturalizam esses grupos pesqueiros artesanais, instaurando-os numa “terra cinturada, englobada, sobrecodificada, conjugada como objeto de uma organização mortuária e suicida que a rodeia por toda parte”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 238).

Em relação à efetivação dos territórios da pesca artesanal, vale a reflexão de Haesbaert (2005, p. 6791), que afirma que “pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas.” A lógica da desterritorialização e todo o processo TDR imposto atualmente na sociedade deve ser compreendido no interior da multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2004). Mesmo essa discussão sendo construída pelo autor para uma esfera global, vale a reflexão para os múltiplos territórios de uma escala menor. A compressão da existência de múltiplos territórios simultâneos deveria ser a base de atuação de todos os agentes envolvidos, tanto para os ligados ao Estado que deveriam garantir os direitos dos povos tradicionais frente às formas hegemônicas de produção do espaço, controlando, por exemplo, a expansão do capital privado no território pesqueiro; mas também para as estratégias de resistência das populações tradicionais, que tem de saber lidar com a existência dessas outras formas “modernas” de uso do espaço. As populações tradicionais devem lutar pela autonomia dos seus territórios, mas essas terão necessariamente de interagir com as forças externas de mudança.

Contudo, a realidade é que na lógica globalizadora o Estado não funcionará como balizador de garantia social plena dessas populações tradicionais, mesmo em certos momentos cedendo as pressões populares. O Estado para criar um ambiente propício aos grandes investimentos rentáveis para uma minoria, reprimindo movimentos sociais e trabalhistas, e cortando benefícios sociais. (HARVEY, 2005). O fato é que enquanto uma elite global tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe cabem, populações de baixa renda e mais socioambientalmente vulneráveis quase não têm a opção do “primeiro” território, aquele como abrigo e de reprodução socioeconômica. (HAESBAERT, 2004, p. 360). Nesse contexto o Estado apresenta um papel fundamental de contribuição para os processos espoliativos, dando condições para essa apropriação desigual do espaço. Na área de estudo da pesquisa isso pode ser observado pela oferta de terras ao setor privado para fins de loteamento (caso da

comunidade de Barrancos e da constituição do uso balneário no litoral); aprovando EIA/RIMAs que não descrevem a realidade e, muitas vezes, desconsideram as populações locais (CALDEIRA, *no prelo*)⁷⁴; aprovando Planos Diretores Municipais que não destacam a presença das comunidades na realidade local (casos de Pontal do Paraná e Guaratuba); elaborando leis ambientais e criando UCs que restringem ao máximo as práticas laborais das comunidades pesqueiras; dentre outras atuações de negação da plena territorialização dos povos tradicionais locais. Essa constatação vai ao encontro da contribuição de Harvey (2004b)⁷⁵ apud Carlos (2007) quando este afirma que a diferenciação geográfica do espaço é muito mais do que apenas um legado histórico-geográfico, ela é constantemente reproduzida por processos político-econômicos e socioecológicos.

Dentro disso as resistências, ora mais articuladas com esse modelo, ora mais ofensivas à realidade imposta, operam como único caminho para territorialização dos grupos sociais mais vulneráveis. Mesmo assim não se deve deixar de discutir a questão da justiça nos processos de produção do espaço e de múltiplos territórios, imposta pela lógica de atuação segmentada do Estado. A partir dessa lógica de atuação, as classes subalternizadas através das resistências e pressão social vão conseguindo adentrar nas esferas estatais, galgando pequenas vitórias para melhoras na sua vida cotidiana. Dentro desse contexto, considera-se que o critério de poder é essencial para identificação do perfil do território, sendo essa então categoria acima de tudo política. (SOUZA, S. T. 2009). Isso nos leva a crer que a territorialização das comunidades tradicionais, e a regulamentação dos territórios tradicionais, passa pela atuação desses atores na esfera política, sendo essenciais as resistências dos grupos envolvidos para ampliar essa condição de influência política. O sentimento de pertença que um grupo social tem em relação a uma determinada porção espacial, a chamada identidade territorial, é determinante para consolidação do poder na disputa política pelo território. (CHELOTTI, 2010). Isso foi observado diretamente no caso do MOPEAR e sua luta contra o arcabouço legal conservacionista. Mas também pode ser visto quando o pescador não aceita uma realocação para áreas distantes do mar, como no caso de Guapê ou do Canal da Anhaia, sendo isso a expressão de uma identidade territorial. A vida do pescador é defronte para o mar, e isso faz parte da sua constituição como sujeito.

⁷⁴ Trabalho de doutoramento intitulado “Justiça ambiental, estratégias de resistência e desenvolvimento endógeno das comunidades pesqueiras de Pontal do Paraná”, desenvolvido no mesmo programa que está sendo realizado o presente trabalho.

⁷⁵ HARVEY, D. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004b.

Conforme Fernandes (2009, p. 207) “a resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado multiterritorialidades, promovendo também a desterritorialização das transnacionais.” Essa constatação nos leva a crer que as resistências podem ser efetivas no processo de territorialização dos povos tradicionais, cabe examinar as estratégias a serem usadas e as brechas para se articular as lutas territoriais. Nesse contexto Harvey (2005) coloca a seguinte proposição:

A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis. O caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca. É tarefa das análises histórica e teórica identificar esses pontos de menor resistência, de maior fragilidade. Certa vez, Lenin aconselhou todos os movimentos revolucionários a procurar o elo mais frágil no capitalismo. Ironicamente, o capitalismo consegue, por tentativa e erro, além da pressão constante, descobrir os elos mais frágeis das forças contrárias à acumulação ininterrupta, e se aproveita desses elos para abrir campo novo para a burguesia cumprir sua missão histórica: a acumulação do capital. (HARVEY, 2005, p. 71).

O fato é que frente a essas pressões contrárias de resistência o capital se torna móvel fugindo da luta de classes num tempo e espaço específico (HARVEY, 2005), já que é fluxo e pode facilmente abandonar seus lastros com o espaço. As chantagens locais operam nesse sentido, o capital migra para onde há mais facilidades, mais benefícios do poder público e menor organização social. (ACSELRAD, 2010). Historicamente o litoral do Paraná vem servindo de atrativo para parcelas rentáveis do capital, isso pela própria condição biogeográfica, que potencializa certos tipos de uso do espaço (portos, por exemplo), mas pela facilidade imposta pela estrutura estatal local, como o exemplo já comentado dos planos diretores locais. O cenário local se apresenta como uma reprodução do contexto nacional brasileiro, que serve como plataforma territorial-econômica marcada por um processo desigual de desenvolvimento entre as regiões e espaços urbanos. (BRANDÃO, 2010).

Entretanto, essas resistências da pesca artesanal, e se diria até de outras ações da sociedade civil organizada⁷⁶, que se potencializaram a partir dos anos 2000, e que aparentemente constituem cada vez mais o cenário “fixo” local, podem começar a atuar na realidade como entraves para certas ações de cunho hegemônico capitalista. A força dessas ações de resistência ao longo do tempo é determinante para essa disputa. E isso só o tempo dirá.

⁷⁶ Dentre essas pode-se citar a campanha Salve a Ilha do Mel (<http://www.salvailhadomel.com.br/>), iniciada no começo de 2018 e organizada por um grupo de ambientalistas do estado do Paraná. A campanha visa apresentar uma posição contrária as obras desenvolvimentistas programadas para a região, em principal o Porto Pontal.

Um fato é claro, agentes do Estado e do capital responsáveis pela hegemonia dos territórios-zona estatais modernos, se veem obrigados a se relacionar e a “conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades”. (HAESBAERT, 2005, p. 6780). É o caso da reapropriação simbólica feita pelo MOPEAR no litoral norte do Paraná, e que vem condicionando o Estado, na figura do ICMBio, a estabelecer novas relações de gestão do espaço na realidade local. Essa realidade ainda parece muito tencionada para ambos os lados, mas o fato é que situações como essa tiram o conflito territorial da situação velada, colocando à público a multiplicidade territorial e de concepções existentes em um determinado espaço.

Importante também destacar que a condição de territorialização da pesca artesanal local não é única ao longo de todo o cenário estudado, isso fica claro tanto pelas próprias pressões que cada grupo sofre, como pelas próprias clivagens internas da categoria. Como por exemplo, os conflitos internos devido as práticas empregadas por cada grupo (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006), como arrasteiros e pescadores de caceio, ou os pescadores de dentro do estuário e da costa, relações conflituosas que podem condicionar os grupos à distintos processos de territorialização. Outro fato é a relação exploratória de trabalho entre quinhoeiros e donos de embarcação, como destaca Caldeira & Pierri (2014), o que pode distinguir condições de territorialização entre famílias de pescadores artesanais de uma mesma comunidade que tem renda distinta.

Quanto à lógica TDR, observou-se, assim como afirma Chelotti (2010), que ela se dá de uma forma dinâmica. Os casos observados se apresentam como a multiplicidade de relações que circundam esse tríptico processo que envolve a questão territorial da pesca artesanal do litoral do Paraná. Basicamente ciclos contínuos de reconfiguração do território. Os casos analisados apresentam um recorte temporal mais contemporâneo da realidade dessa população tradicional, mas que são suportados de ciclos anteriores, com origem desde as primeiras ocupações da região ainda em séculos passados, como aponta Miguel (1997). Além disso, se corrobora com Souza, M. L. (2009, p. 8) que afirma que “a luta de classes, se constitui como eixo central na compreensão do território, cujas expressões no tempo e no espaço, em qualquer instância, vão expressar os conflitos de classes, nos processos de apropriação/expropriação/segregação/territorialização.” Isso é observado claramente na ocupação dos espaços para a constituição de zonas portuárias, para exploração no mercado de terras visando o loteamento para segunda residência em balneários, nas monoculturas madeireiras, e na competição desigual com a pesca industrial.

Considerando a visão de Raffestin (2009, p. 26), o território pesqueiro é algo concreto e existente na realidade local, já que há uma apropriação concreta e abstrata de espaços, que são territorializados pelos pescadores artesanais locais. Só lhes falta a legitimação jurídico-legal, o que vem sendo reivindicado através de ações judiciais, manifestações, ocupações, e das demais formas e vias de resistência.

Altvater (2010, p. 275) destaca que “só por meio de um processo revolucionário uma sociedade pode superar as formas sociais definidoras do capitalismo”, as geradoras das mazelas sociais. Segundo o autor esse processo revolucionário poderá surgir de uma combinação temporal entre a maturidade das ações coletivas sociais e as condições econômicas e políticas momentâneas. Enquanto esse momento não chega, as ações de resistência na luta pelo território servem como condições de enfrentamento contra-hegemônicas ao sistema, experiências essas que podem ser a base para conquistas sociais futuras maiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, se verificou que o litoral do Paraná é palco para inúmeros conflitos ambientais envolvendo de um lado agentes ligados as formas hegemônicas de uso do espaço e dos recursos existentes localmente e, de outro, grupos de pescadores artesanais. Os conflitos apresentados são em grande parte de ordem territorial, quando há a apropriação ou disputa por uma base territorial de grupos sociais. Em muitos casos esses conflitos resultam em situações de injustiças ambientais, que podem estar ligadas à processos de desterritorialização de grupos pesqueiros locais.

As transformações espaciais geradas pelas formas hegemônicas de produção do espaço existentes localmente, em certa parte, até podem apresentar benefícios para as comunidades tradicionais locais, mas em grande maioria geram impactos negativos para esses grupos. Isso principalmente por não considerar essas formas alternativas de relação com o território. Esses impactos e injustiças são negligenciados pelo poder público e sociedade civil em geral, que passam a ver apenas os benefícios – em alguns casos voltados apenas para pequenas parcelas da população – dessas formas hegemônicas de produção do espaço e apropriação dos recursos.

Por outro lado, a pesca artesanal local apresentou uma série de ações de resistência frente a essas condições que lhes são impostas. Essas resistências se intensificaram dos anos 2000 para frente, sendo as mais diversas possíveis. Aos poucos a reprodução social dos pescadores artesanais locais também vem sendo constituída por uma lógica de resistência, fato que está cada vez mais forte e vem compondo sua vida e imaginário.

O trabalho apresentou um agrupamento de oito categorias de tipos resistências empregadas pelos pescadores locais. Mais de 70% das práticas de resistências observadas foram caracterizadas como ofensivas, o que aponta para a falta de campos de diálogo para a pesca artesanal e pelas insatisfações dessas populações com o cenário existente. Contudo, propõem-se que, se houver abertura para o diálogo, principalmente dos agentes governamentais ligados à conservação ambiental, a pesca artesanal e seus movimentos sociais devem se aproveitar dessa possibilidade e gozar dos benefícios que isso venha lhes trazer, mesmo que esses sejam momentâneos. Resultados positivos num curto prazo para a pesca artesanal, logrados por tal estratégia defensiva, foram observados na realidade estudada, e aqui compreendidos como positivos.

Entretanto, lutas de cunho transformadora da realidade, pautadas numa organização coletiva mais estruturada, como a empregada pelo MOPEAR, são cada vez mais necessárias

na realidade local. Assim, se vê como positivo e necessário a ampliação da atuação dos movimentos sociais em âmbito local para demais áreas do litoral paranaense, ou mesmo a criação de outros movimentos e demais organizações sociais para lutar contra os processos desterritorializadores. Nesse sentido, os movimentos sociais já atuantes poderiam agir como pontes de organização de demais grupos de pescadores. A atuação da academia e órgãos de extensão também se mostra importante nesse sentido, fato que já pode ser observado até o momento com a atuação da EMATER no auxílio para a constituição de associações, e alguns pesquisadores de instituições federais de ensino do litoral na atuação junto à algumas organizações coletivas de pescadores.

As resistências dos pescadores artesanais observadas foram em maior parte focadas na conservação ambiental. Considera-se que isso esteja ligado ao fato dessas ações terem se dado principalmente com órgãos ambientais do Estado, o que facilita a condição de enfrentamento dos pescadores, já que a própria área ambiental é negligenciada no aparato estatal. Mas também porque as limitações impostas pelo arcabouço legal ambientalista incidem diretamente sobre as práticas laborais dos pescadores tradicionais, o que simbolicamente leva a uma repulsa desses pelo modelo de conservação ambiental imposto. Mesmo assim a conservação ambiental ainda é vista aqui como fundamental para territorialização da pesca artesanal. Seja por apresentar essa correlação de enfrentamento, mas também por servir como bloqueio para outros usos mais intensos em questão de transformação do espaço. A chave da questão é o modelo ambientalista implantado, que carece de uma lógica mais socioambiental.

O papel do Estado foi levantado como chave na discussão sobre o território pesqueiro. Isso tanto pela instalação da conservação, como pelo apoio ao capital financeiro que viabiliza grandes obras e investimentos, e pela execução de obras públicas que consideram os diferentes usos do espaço. Por outro lado, muitas vezes a pesca depende e negocia com o Estado para se territorializar. O exemplo é a articulação feita por pescadores com o ICMBio, que pode trazer frutos pontuais, como alguns casos de Guaraqueçaba e na liberação da pesca no Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. Oportunidades de enfrentamento e negociação com o Estado devem ser materializadas pelos pescadores, já que por essa via se dá sua melhor entrada na busca por direitos.

Em relação às conquistas territoriais concretas da pesca artesanal, elas ainda são poucas perto das inúmeras pressões que sofrem os pescadores locais e do número de práticas de resistência já existentes. No cenário investigado foram identificados três tipos de conquistas. A conquista legal de uma área territorial ampla, como no caso de Barrancos. A

conquista de terrenos de perímetro urbano, que se inserem na lógica da cidade, como no caso do Guapê. E por fim, um reapropriação do território de ordem simbólica, como no caso das comunidades do litoral norte do estado e do MOPEAR, que através de sua luta voltaram a se ver como donos do seu espaço tradicionalmente ocupado.

Esses exemplos nos levam a crer que os pescadores artesanais locais não devem perder o foco na conquista do seu território, podendo ainda ter esperanças sobre esse fim, mas é claro, sabendo que existem outros usos locais atuantes na realidade. Dessa maneira, sua luta tem de ser por uma conquista territorial e contra a injustiça, mas considerando a existência das formas hegemônicas, pelo menos enquanto essas predominam sobre o território.

Quanto à interferência da pesca artesanal na produção socioespacial local, essa se dá mais na composição da paisagem, já que os efeitos da atividade na produção do espaço são inferiores quando comparados com os efeitos do uso balneário e turístico ou do uso portuário e industrial. A pesca produz espaço dentro desses grandes padrões hegemônicos. Se observa que o pescador artesanal continua presente no cenário local, preenchendo as praias e estuários com suas embarcações, e navegando nos mares locais a procura de seu sustento.

O trabalho realizado dá gancho para outras pesquisas mais focadas nos casos apresentados, alguns já bem investigados, outros ainda pouco conhecidos pelo âmbito acadêmico e pela sociedade em geral. Há muitos casos no litoral do Paraná que podem ser investidos por uma pesquisa atuante, pesquisa ação ou que desenvolva as práticas de resistência com os pescadores artesanais, como o caso da APAPSUL em Pontal II e Pontal do Sul, que vem recebendo suporte de um pesquisador colaborador desta pesquisa.

Este trabalho é um estímulo ao desenvolvimento de pesquisas cidadãs e de uma ciência mais participativa no litoral do Paraná, já que propõem a geração de conhecimento na análise de problemas cotidianos de uma classe social mais vulnerabilizada pelo sistema, e significativamente representativa para a realidade estudada. Por fim, o trabalho também serve como suporte estratégico para a própria pesca artesanal local, que pode reconhecer mais nitidamente seu cenário de atuação, e as práticas de resistências empregadas por seus pares. Sua conclusão pode ser que muito já se perdeu, mas que muito ainda pode ser ganho através da sua resistência, que muito já se levou, mas que sua esperança por dias melhores não será levada.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, P. R.; SUMAILA, U. R. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. **Marine Policy**. v. 31, p. 444 – 450, 2007.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, p. 13 – 35, 2004.
- _____. Introdução. In: ACSELRAD, H. (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p. 9 – 11. 2008.
- _____. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. V. 24, n. 68, p.103 – 119. 2010.
- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 168 p. 2008.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 43 nº 1, 2000.
- AEN – AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Richa cria Parque Estadual do Palmito e amplia Estação Ecológica Guaraguaçu**. In: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=94129>. Acessado em: 25/07/2017.
- ALANO, E. R. C. **Espaço rural e suas possibilidades empreendedoras: o Assentamento Nhundiaquara no litoral paranaense**. 110 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 6, n. 1, p. 9 – 32. 2004.
- _____. Prefácio. In: VIEGAS, D. P.; BURIOL, F. **Resistência das comunidades através da tradição**. Manaus: UEA Edições, PNCSA, 11-15 p. 2014.
- ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. Apresentação. In: MARIN, R. E. A. et al. **Quilombolas: Reivindicações e Judicialização dos Conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, vol. 01, n. 03. 172 p. 2012.
- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical ao capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 363 p. 2010.

ALVAR, J.; ALVAR J. **Guaraqueçaba**: mar e mato. Vol. 1. Universidade Federal do Paraná, 1979.

ANDRADE, V. R. P. de. A colonização da justiça pela justiça penal: potencialidades e limites do Judiciário na era da globalização neoliberal. **Katálisis**, v. 9, n. 1, p. 11 – 14. 2006.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 242 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

_____. A mudança técnica e o processo de diferenciação dos sistemas de produção pesqueira do Litoral do Paraná, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 8, p. 43 – 58, 2003.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; CHAVES, P. T.; SANTOS, C.; LIBERATI, S. A. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Paraná . In: ISAAC, V. J.; MARTINS, A. S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. (eds). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, p. 117–140. 2006.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; KRUL, R.; FEITOSA, S. Contradições históricas entre gestão e fomento e a evolução da pesca de arrasto de camarão na plataforma interna do Paraná. In: HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; SUNYE, P. S. (ed.). **A pesca marinha e estuarina no Brasil**: estudos de caso multidisciplinares. Editora da FURG, p. 87 – 99. 2014.

ANGULO, R. J. As Praias do Paraná – Problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Análise Conjuntural** – IPARDES. Curitiba, v. 6, n.1, p. 1 – 4, 1984.

_____. A ocupação urbana no litoral paranaense e as variações da linha de costa. **Boletim Paranaense de Geociências**, n. 41, p. 73 – 81, 1993.

_____. As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 99, p. 97 – 103, 2000.

ANGULO, R. J.; BRANDINI, F.; PIERRI, N. (Coords.). **Estudo de Impacto Ambiental Porto Pontal Paraná**. AMB Planejamento Ambiental, 2008.

ANTUNES, R. As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século 21. In: GALVÃO, A.; AMORIM, E.; SOUZA, J. G.; GALASTRI, L (orgs.). **Capitalismo**: Crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, 508 p. 2012.

ANTUNES, D. L.; SOUZA, R. M. de. Tempo, território e conflitos sociais: práticas tradicionais e desterritorialização de cipozeiros. In: SOUZA, R. M. de et al. **Identidade coletiva e conflitos territoriais no Sul do Brasil**. Manaus, AM: UEA Edições, p. 121 – 146. 2014.

ARAÚJO, C. de R. M. de. **O direito fundamental de resistência na Constituição Federal de 1988**. 135 p. Dissertação (Mestrado em Direito Público), Universidade Federal de Pernambuco, Brasília. 2001.

ARPILLERAS DA RESISTÊNCIA POLÍTICA CHILENA. **Arpilleras da resistência**. 2012. In: <https://arpillerasdaresistencia.wordpress.com/arpilleras-da-resistencia/>. Acessado em: 12/12/2017.

ARTEN, A. R. **Processo de implantação de recifes artificiais no litoral do Paraná: significado para a gestão dos recursos pesqueiros e costeiros**. 226 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2012.

ATHAYDE, S. F. de; TOMAZ, L. M. Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel – PR – Brasil. **Nerítica**. Editora da UFPR. Vol. 9 (1-2), p. 49 – 91. 1995.

AZEVEDO, N. T. O ajuste fiscal e a pesca artesanal. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Nº 100, Novembro de 2015.

_____. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Guaju**, v. 2, p. 89 – 120, 2016a.

_____. **Relatório Projeto Vulnerabilidade socioambiental na zona costeira do Paraná com foco na pesca: estado atual e processos determinantes**. Relatório Técnico das Atividades Desenvolvidas. Fundação Araucária. 2016b.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. The government of Brazil is backing increased production through promoting industrial fisheries and aquaculture to the detriment of small-scale fisheries. **Samudra Report**. V. 64, p. 34 – 41, 2013. Disponível em: <http://www.icsf.net/en/samudra/article/EN/64>. Acesso em 28/08/2015.

_____. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. V. 32, p. 61 – 80, 2014.

BACHSTEIN, G. S. **Análise do esgotamento sanitário no litoral do Paraná na perspectiva da (in) justiça socioambiental: estudo de caso do município de Pontal do Paraná – PR**. 195 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BAZZO, J. **Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná)**. 291 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____. Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná). **Cadernos de Campo**. N. 20, p. 65 – 85. 2011.

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, Nepam/Unicamp, NUPAUB/USP, FAPESP, 2004.

BERKES, F.; FARVAR, M. T. Introduction and overview. In: BERKES, F. (ed.). **Common property resources: Ecology and community-based sustainable development**. London: Belhaven Press, 1989.

BERKES, F.; MAHON, R.; McCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. KALINOSKI, D.C. (org.). Rio Grande, Ed. da FURG, 360 p. 2006.

BESSA JUNIOR, O. Interferência entre a ocupação urbana e a dinâmica natural no Litoral Sul do Paraná. **Análise Conjuntural**. V. 25, n. 11-12, p. 13 – 17. 2003.

BETTI, P. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, Guaraqueçaba - Paraná**. 199 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BIGARELLA, J. J.; KLEIN, R. M.; LANGE, R. B.; LOYOLA e SILVA, J.; LARACH, J. O. I.; RAUEN, M. J. **A Serra do Mar e a porção oriental do estado do Paraná: um problema de segurança ambiental e nacional**. Secretaria de Estado do Planejamento – ADEA (Associação de Defesa e Educação Ambiental). Curitiba: 248 p. 1978.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: Homem e Terra - Reminiscências**. 2. ed. Matinhos, PR: Prefeitura Municipal de Matinhos; Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999.

BLOG EDYE FERNANDES. **Pescadores de várias comunidades pesqueiras da baía de Guaraqueçaba realizaram manifestação em frente a Justiça Federal em Paranaguá**. 2015. Disponível em: <http://edyefernandes.blogspot.com.br/2015/08/pescadores-de-varias-comunidades.html>. Acessado em: 29/08/2017.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 39 – 69. 2010.

BRANDÃO, C. R.; LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar resistir. **Revista da ANPEGE**, v.8, n.9, jan-jul., p. 73 – 91, 2012.

BRANDINI, F. P.; SILVA, A. S.; SILVA, E. T.; KOLM, H. E. Sources of nutrients and seasonal dynamics of chlorophyll in the inner shelf of Paraná State - South Brazil Bight. **Journal of Coastal Research**. EUA, v. 23, p. 200 – 226, 2006.

BRANDINI, F. P.; SILVA, A. S.; POCA, G. T.; REBULI, K.; VEIGA, F. A.; DALALLANA, R. M. Bases conceituais e logísticas de cultivo de moluscos em mar aberto: a experiência do Estado do Paraná. In: BARROSO, G. F.; POERSCH, L. H. da S.; CAVALLI, R. O.; GALVEZ, O. A. (Org.). **Sistemas de cultivos aquícolas na zona costeira do Brasil: recursos, tecnologias, aspectos ambientais e sócio-econômicos**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 189 – 197. 2007

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 97.688 de 25 de abril de 1989. **Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências**. DOU: 26/04/1989.

_____. Lei nº 8.630 de 25 de fevereiro de 1993. **Lei de Modernização dos Portos**. DOU: 26/02/1993.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. DOU: 19/07/2000.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. Instrução Normativa do MMA nº29, de 6 de dezembro de 2004. DOU: 07/12/2004.

_____. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. **Lei da Mata Atlântica**. DOU: 26/12/2006.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. DOU 08/02/2007.

_____. Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. **Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores**. DOU: 16/06/2008.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Novo Código Florestal**. DOU: 28/05/2012.

_____. Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013. **Nova Lei dos Portos**. DOU: 05/06/2013.

_____. Decreto de 11 de fevereiro de 2016. **Altera o traçado das poligonais dos portos de Paranaguá e Antonina**. DOU: 12/02/2016.

BRASIL; MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; CCR – CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral**: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais. Coord.: GRABNER, M. L. Brasília: MPF, 117 p. 2014.

BRIGEL, B.; TEIXEIRA, M. A. Repertório de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. H. H. (ORG.) **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Ed. UFSC, p. 43 – 76, 2015.

BORSATTO, R. S.; OTTMANN, M. M. A.; FONTE, N. N. da; CIDADE JR, H. A.; ALANO, E. do R. C.; CAVALLET, V. J. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. **Scientia Agrária**. Curitiba, v 8. n. 4, p. 421 – 430, 2007.

BORON, A. A. Duas fábulas perversas: a aldeia global e a livre mobilidade do trabalho. In: BRANDÃO, M. A. (org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, p. 189 – 201. 2004.

BUCO, T. F.; ZADRA, M.; VANDRESEN, J. C. Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais: na construção da visibilidade social e na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**. Vol. 11 n.3, 2013.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 612 p. 2012.

CABRAL, B. L. F. **Entre marés: pesca artesanal e náutica na Baía de Guaratuba**. Curitiba (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, 145 p. 2015.

CALDEIRA, G. A. **Diagnóstico socioecológico da pesca no município de Pontal do Paraná (PR): Subsídios para a gestão compartilhada da atividade**. 279 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos), Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2009.

CALDEIRA, G. A.; PIERRI, N. As relações econômicas e a gestão compartilhada de recursos comuns: o caso da pesca marinha em Pontal do Paraná, Sul do Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 32, p. 119 – 137, 2014.

CALDEIRA, G. A.; MAFRA, T. V.; MALHEIROS, H. Z. Limites e possibilidades para a gestão participativa da pesca no litoral do Paraná, sul do Brasil: experiências do Projeto “Nas Malhas da Inclusão”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, p. 331 – 353, 2016.

CALLOU, A. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 62, p. 45 – 48, 2010.

_____. (org.). **Movimentos sociais na pesca**. Recife: FASA, 285 p. 2014.

CALLOU, A. B. F.; LIMA, M. J. A. Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco 1920-1983. In: CALLOU, A. B. F. (org.). **Movimentos sociais na pesca**. Recife: FASA, p. 15 – 113. 2014.

CALLOU, A. B. F.; SANTOS, M. S. T. (org.) **Extensão rural – extensão pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento**. Recife, FASA, 693 p. 2014.

CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 328 p. 2011.

CANEPARO, S. C. Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), através do uso de sistema de informações geográficas. **RA'EGA**, n. 4, p. 111 – 130. 2000.

_____. Análise da dinâmica espacial e dos impactos ambientais causados pela ocupação antrópica em áreas de manguezais de Paranaguá – Paraná, através de técnicas de geoprocessamento. **Anais X SBSR**, p. 561 – 566. 2001

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45 – 60, 2007.

_____. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. Carlos, A. F. A. (Org.); SOUZA, M. L. de (Org.); SPOSITO, M. E. (Org.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, v. 1. 234 p. 2011.

CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. 1ed. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 564 p. 2010.

CARVALHO, N.; EDWARDS-JONES G.; ISIDRO, E. Defining scale in fisheries: small versus large-scale fishing operations in the Azores. **Fisheries Research**. V.109, p. 360 – 369, 2011.

CASTELLO, B. F. L. **Avaliação dos teores de As, Cu, Cd, Ni e Zn em ostras, *Crassostrea rhizophorae* (Guilding, 1828), nas baías de Paranaguá e Guaratuba, Paraná**. 67 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos). Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2010.

CASTILHO, C. J. M. Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 1, n. 1, p. 99 – 129. 2012.

CASTRO, S. M. de; ALMEIDA, J. R. de. Dragagem e conflitos ambientais em portos clássicos e modernos: uma revisão. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24 n. 3, p. 519 – 534, set/dez. 2012.

CATENACCI, F. S. **Dinâmica de exploração e apropriação da cataia – *Pimenta pseudocayophyllus* (Gomes) Ladrurn (myrtaceae) – na Barra do Ararapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná): uma perspectiva histórica**. 91 p. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CAVEDON, F. S.; VIEIRA, R. S. Socioambientalismo e justiça ambiental como paradigma para o sistema jurídico-ambiental: estratégia de proteção da sociobiodiversidade no tratamento dos conflitos jurídico-ambientais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, s/i, n. 40, s/p, 2007.

_____. Conexões entre desastres ecológicos, vulnerabilidade ambiental e direitos humanos: novas perspectivas. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 179-206, jan./jun. 2011.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**. Vol. 22, n. 1, p. 165-180. 2010.

CIMOS – COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS; MPMG – MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. CIMOS/MPMG, 52 p. 2012. In: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 24/10/2016.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Defensoria pública e Ministério Público – o que faz cada um?** 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/77307-defensoria-publica-e-ministerio-publico-o-que-faz-cada-um>. Acessado em: 10/08/2017.

COLIT – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. **Competência do COLIT**. 2017. Disponível em: www.colit.pr.gov.br. Acessado em: 23/11/2017.

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. **Usina Parigot de Souza**. 2016. Disponível em: <http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F08013ddc621f4eed03257412005ed73b>. Acessado em: 12/12/16.

CORAZZA, A. P. **Percepção da paisagem e do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. 106 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CORREIO DO LITORAL. **Cartografia ajuda comunidade contra Parque do Superagüi**. 2017. In: <https://www.correiodolitoral.com/20722/cartografia-ajuda-comunidade-contra-parque-do-superagui-2>. Acessado em 11/12/2017.

COSTA, A. C. G. **A pesquisa participante no contexto dos conflitos ambientais na comunidade de pesca de Matinhos, Paraná**. 130 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável). Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

CPP – CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. Org.: TOMÁZ, A. de F.; SANTOS, G. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Brasília: CPP, 104 p. 2016.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Histórico**. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. 2010. Acessado em: 26/07/2017.

CUNHA, L. H. de O.; ROUGEULLE, M. D.; BEHR, M. F. V. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos**. O caso de Guaraqueçaba, Paraná. São Paulo: NUPAUB, 2004.

CUNHA, L. H. de O. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. N. 20, p. 59 – 67, 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 5. 2ª edição. São Paulo, Ed. 34. 264 p. 2012.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. de L. U. Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 99, p. 45 – 59, 2000.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. de L. U.; MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? **Anais do XII Encontro Nacional da Abep**, Caxambu, 2000.

DESCHAMPS, M. V.; PIERRI, N. Diagnóstico meio sócio-econômico. Atividades produtivas. In: ANGULO, R.; BRANDINI, F.; PIERRI, N. (Coords.). **Estudo de Impacto Ambiental Porto Pontal Paraná**, AMB Planejamento ambiental, 2008.

DIAS-NETO, J. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais - um registro para o futuro. **Revista CEPISUL - Biodiversidade e Conservação Marinha**. N. 1, vol. 1, p. 66 – 80, 2010.

DIEGUES, A C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **Povos e mares: leituras em socioantropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª edição. São Paulo, Ed. Hucitec, 169 p. 2001.

_____. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. DIEGUES, A C. S. **A enciclopédia caiçara**. Volume 1: O olhar do pesquisador. São Paulo, NUPAUB/CEC, 382 p. 2004.

DOLFUS, O. **O espaço geográfico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 121 p. 1991.

DUARTE, L. A. **Argonautas do Superagüi: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro**. 211 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

EMATER – INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Missão, visão e papéis**. In: <http://www.emater.pr.gov.br/>. Acessado em: 03/08/2017.

ENGEMIM. **Estudo de Impacto Ambiental da implantação da Faixa de Infraestrutura em Pontal do Paraná**. Secretaria do Estado de Infraestrutura e Logística, Departamento de Estradas de Rodagem. 2016.

EJOLT – ENVIRONMENTAL JUSTICE ORGANIZATIONS, LIABILITIES AND TRADE. **Environmental Justice Atlas**. 2015. Disponível em: <http://ejatlas.org/>. Acessado em 22/07/2015.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Indicators for sustainable development of marine capture fisheries**. FAO. Technical Guidelines for Responsible

Fisheries. Nº 8. Rome, FAO. 68 p. 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/DOCREP/004/X3307E/X3307E00.HTM>. Acesso 22/11/2015.

_____. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Roma, 274 p. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/>. Acesso em 16/02/2015.

FARIAS, H. **Qualidade higiênico-sanitária na cadeia produtiva de ostras, *Crassostrea sp.*, cultivadas na baía de Guaratuba, PR, Brasil**. 94 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. **Indústria do Petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj**. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro: DHEsca Brasil, 85 p. 2013. Disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/PlatDHESCA_O_caso_do_comperj.pdf. Acesso em 20/11/2015.

FERNANDES, J. L. Contribuição à geografia da Praia de Leste. **Arquivos do Museu Paranaense**. Vol. VI. Curitiba, Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, p. 3 – 35. 1947.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan-jun. 2005.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 197 – 216. 2009.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, p. 161 – 198, 2010.

FERREIRA, A. R. **Caracterização química e espectroscópica de ácidos húmicos e sedimentos retirados da baía de Guaratuba-PR e avaliação do nível de poluição ambiental**. 114 p. Dissertação (Mestrado em Química), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FERREIRA, L. da C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, nº 7, vol. 1, p. 47-68, 2004.

_____. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**. Nº 7, p. 105 – 118. 2005.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. 222 p. Tese (Doutorado em Agronomia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERTIPAR. **Fospar S.A. Fertilizantes Fosfatados do Paraná**. 2016. Disponível em: <http://www.fertipar.com.br/fospar/>. Acessado em: 23/01/2018.

FIGUEIRA, P. O. **Isso aqui pra mim é vida: memória e pesca na comunidade de Amparo (1970-2013)**. 82 p. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2006.

FLEURY, L. C. ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVI, n. 4, p. 141-158. 2013.

FOLADORI, G. O comportamento humano em relação a seu ambiente, à luz das teorias biológicas da evolução. **Acta Scientiarum**. V. 22, n.2, p. 327 – 335, 2000.

_____. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FOLADORI, G.; MELAZZI, G. **Economía de la sociedad capitalista y sus crisis recurrentes**. Montevideo: CSEAM - Universidad de la República, 2009.

FOLHA DE PONTAL DO PARANÁ. **Vereadora Cleonice mobiliza pescadores na luta pelo reconhecimento de território da pesca**. 2013. Disponível em: <https://folhapontaldoparana.wordpress.com/2013/02/22/12357/>. Acessado em: 23/08/2017.

FOX, V. del P. P.; CALLOU, A. B. F. O Movimento Nacional dos Pescadores e suas estratégias de comunicação entre 1990 e 2009. In: CALLOU, A. B. F. (org.). **Movimentos sociais na pesca**. Recife: FASA, 285 p. 2014.

FRANCO, A. C. N. P. **Caracterização da comunidade pesqueira de Antonina, Paraná**. Pontal do Paraná. Monografia (Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná. 110 p. 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FBDH – Fundo Brasil de Direitos Humanos. **Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná – Mopear**. 2017. Disponível em: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br>. Acessado em: 27/07/2017.

FUZETTI, L. **A pesca na Ilha do Mel (Paraná-Brasil): pescadores, atividades e recursos pesqueiros**. 120 p. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Biológicas/ Zoologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GABRIEL, O.; LANGE, K.; DAHM, E.; WENDT, T. **Fish Catching Methods of the World**. Ed. Blackwell Publishing, Inglaterra, 2005.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. In: GALVÃO, A.; AMORIM, E.; SOUZA, J. G.; GALASTRI, L (orgs.). **Capitalismo: Crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 508 p. 2012.

GARZÓN, B. R.; YAMADA, E. M.; OLIVEIRA, R. **Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**. São Paulo: Rede Cooperação da Amazônica. Washington-DC: Due Processo of Law Foundation. 2016

GAZETA DO POVO. **Pescadores bloqueiam travessia de ferryboat em Guaratuba**. 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pescadores-bloqueiam-travessia-de-ferryboat-em-guaratuba-9z8lghqtg73g71fx98r4kxvta>. Acessado em: 29/03/2016.

_____. **Tradição caiçara agora é patrimônio brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tradicao-caicara-agora-e-patrimonio-brasileiro-1yiyqghvj9vlat43rw7zatla>. Acessado em: 27/12/2017.

_____. **Após mais de uma década de espera, pescadores seguem sem indenização**. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apos-mais-de-uma-decada-de-espera-pescadores-seguem-sem-indenizacao-8vzoe4mlkkt6iva8r3w8kg5e6>. Acessado em: 23/08/2017.

_____. **Conheça os portos privados que pretendem se instalar no litoral do Paraná**. 2015a. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conheca-os-portos-privados-que-pretendem-se-instalar-no-litoral-do-parana-2cckpxebo5igoulro2qa9uxw0>. Acesso em 20/10/2015.

_____. **Governo assina contrato para instalação de terminal privado no Porto de Paranaguá**. 2015b. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/governo-assina-contrato-para-instalacao-de-terminal-privado-no-porto-de-paranagua-b59y51c17ur666h982qi5ud8l>. Acesso em 20/10/2015.

_____. **Leilões portuários são os primeiros a caminhar dentro do plano federal**. 2015c. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/conta/cadastre-se/?referrer=http://www.gazetadopovo.com.br/economia/leiloes-portuarios-sao-os-primeiros-a-caminhar-dentro-do-plano-federal-6donyndkedfibgxizbemij79>. Acesso em 20/10/2015.

_____. **Governo prioriza áreas livres para novos terminais no Porto de Paranaguá**. 2015d. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/governo-prioriza-areas-livres-para-novos-terminais-no-porto-de-paranagua-ahfxfj3dfy2qb4btpkesdkix1>. Acesso em 20/10/2015.

_____. **Revisão na poligonal enfrenta resistência no Litoral**. 2015e. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/conta/cadastre-se/?referrer=http://www.gazetadopovo.com.br/economia/revisao-na-poligonal-enfrenta-resistencia-no-litoral-69h42nmxxqjcswpuy969r9ma8>. Acesso em 20/10/2015.

_____. **Paraná vai “privatizar” quatro parques**. 2015f. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-vai-privatizar-quatro-parques-6bves5o0nth1skvsupe3rmbu2>. Acesso em 27/06/2017.

GODOY, A. M. G. Os impactos sócio-econômicos das transformações no sistema portuário. In: RAYNAUT, C. et al. (Eds.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente - em busca da interdisciplinaridade**. Curitiba: Ed. UFPR, cap 2, p. 43 – 62. 2002.

GÓES, L. M. **Conservação e grandes empreendimentos de infraestrutura no litoral do Paraná: a Ferrovia Lapa-Paranaguá**. 122 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**, 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**. Vol. 46, n. 1, p. 10 – 17, 2010a.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Ed. Vozes. 189 p. 2010b.

GONZAGA, C. A. M.; DENKEWICZ, P.; PRADO, K. C. P. Unidades de Conservação, ecoturismo e conflitos socioambientais na Ilha do Mel, PR, Brasil. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, n. 1, vol. 7, p. 61 – 67. 2014.

GORAYEB, A. **Cartografia social e populações vulneráveis: oficina do eixo erradicação da miséria**. Fundo Banco do Brasil, 18 p. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>. Acessado em: 25/08/2017.

GROSGOUEL, R. Izquierdas e izquierdas otras: entre el proyecto de la izquierda eurocéntrica y el proyecto transmoderno de la nuevas izquierdas descoloniales. **Tabula Rasa**, n. 11, p. 9 – 29. 2009.

GUIMARÃES, M. C. R.; GUERRA, E. C. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Revista Katálisis**. Vol. 16, n. 1, p. 63 – 71, 2013.

GUSSO, D.; DREHMER, M.; OLIVEIRA, M. E. A. de; SOLÁ PÉREZ, M. Comunidade de Pescadoras e Pescadores Artesanais Organizados – Processos de R-existência na Vila do Superagüi-PR. In: SOUZA, R. M. et al. **Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. Manaus, AM: UEA Edições, p. 53 – 68. 2014

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 400 p. 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. 2005.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro; Costa, Benhur; Pires, Cláudia e Ueda, Vanda. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. 1ed. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, p. 19-36. 2008.

HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; SUNYE, P. S.; MARTINS, A. S. Padrões das dinâmicas de transformação em pescarias marinhas e estuarinas do Brasil (1960-2010). In: HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; SUNYE, P. S. **A pesca marinha e estuarina no Brasil: estudos de caso multidisciplinares**. Rio Grande: Ed. da FURG. p. 181 – 191. 2014.

HARDER, E. **A constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial**. 183 p. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

HARVEY, D. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. Socialist Register. 2004a.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume. 252 p. 2005.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Portaria nº 115, de 02 de julho de 2007.

_____. **Consulta a Licenças Ambientais**. 2015. Disponível em: http://celepar7.pr.gov.br/sia/licenciamento/consulta/con_licenca.asp. Acessado em 28/10/2015.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal**. 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acessado em 28/10/2015.

_____. **Atribuições do Ibama**. 2017. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/atribuicoes-do-ibama>. Acessado em: 11/08/2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo – Séries Históricas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 13/06/2017.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Instrução Normativa nº 29, de 5 de setembro de 2012**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/IN_29_de_05092012.pdf. Acessado em: 09 set. 2017.

_____. **Quem somos**. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>. Acessado em 19/11/2015.

_____. **Mosaico Lagamar**. Disponível: <http://www.icmbio.gov.br/portal/mosaicosecorredoresecologicos/mosaicos-reconhecidos-oficialmente/1870-mosaico-de-unidades-de-conservacao-donlitoral-sul-de-sao-paulo-e-do-litoral-do-parana-lagamar>. Acessado em 27/06/2017.

INSTITUTO INTERSABER. **Entrevista com Antônio Carlos Diegues**. Disponível em: <http://www.intersaber.org/entrevista-diegues>. Acessado em: 27/06/ 2017.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Projeto de ativação da pesquisa e exploração mineral**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento/IPARDES, 106 p. 1976. In: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/proj_explor_mineral_13_76_v6.pdf. Acessado em 17/02/2018.

_____. **Padrões e normas técnicas para a ocupação e uso do solo no litoral paranaense**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento/IPARDES, 98 p. 1980.

_____. **Viabilidade de aumento no volume de exportação de carga geral pelo Porto de Paranaguá**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento/Secretaria de Estado de Administração/IPARDES, 97 p. 1981. In: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/viabil_export_paranagua_13_81.pdf. Acessado em 17/02/2018.

_____. **Zoneamento do Litoral Paranaense**. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: Fundação Édson Vieira, 175 p. 1989a.

_____. **APA de Guaraqueçaba**: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: Fundação Édson Vieira, 87 p. 1989b.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba: IPARDES, 47 p. 2003.

_____. **Sobre o IPARDES**. 2015. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=32. Acessado em 22/11/2015.

_____. **Base de Dados do Estado - BDEweb**. 2018. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acessado em 22/02/2018.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Projeto do Iphan celebra e discute a salvaguarda do Fandango Caicara**. 2017. In: portal.iphan.gov.br/sp/noticias/detalhes/4393/projeto-do-iphan-celebra-e-discute-a-salvaguarda-do-fandango-caicara. Acessado em 17/02/2018.

IRVING, M. de A. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**. Vol. 4, n. 12, p. 122 – 147. 2010.

ISAAC, V. J.; MARTINS, A. S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. (Orgs.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**: Recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. 1. ed. Belém: Editora Universitária da UFPA, v. 1, 2006.

JARDEWESKI, C. L. F. **Análise das ONGs ambientalistas atuantes no litoral do Paraná, sob a ótica da gestão costeira**. 264 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceânicos), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2011.

JUNG, T. I. A evolução da legislação ambiental no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9169. Acessado em: 26/06/2017.

KARAM, K. F.; TOLEDO, V. **Caracterização sócio-econômica-cultural da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 103 p. 1996.

KASSEBOEHMER, A. L.; SILVA, I. C. O olhar de pesquisador sobre Guaraqueçaba, Paraná: diagnóstico e análise crítica da produção científica relacionada ao município. **Floresta**, v. 39, n. 3, p. 643 – 658. 2009.

KIM, M. K. **Avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na Ilha do Mel – PR**. 146 p. Monografia (Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2004.

LANA, P. C.; MARONE E.; LOPES R. M.; MACHADO E. C. Subtropical Estuarine Complex of Paraguá bay, Brazil. In: U. SEELIGER, U.; KJERFVE, B. (eds.) **Coastal Marine Ecosystems of Latin America**. Berlin: Springer-Verlag, p. 131 – 145. 2001.

LANA, P. da C. Novas formas de gestão dos manguezais brasileiros: a Baía de Paranaguá como estudo de caso. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 169 – 174. 2004.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Primeira versão: 2006. In: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acessado em: 08 set. 2017.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes. 439 p. 2009.

LIMA, L. S. de. **“Diz que é bom...”**: as plantas na vida das comunidades de Barrancos e Maciel (Pontal do Paraná – Paraná). 94 p. Monografia (Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2006.

LIMA, M. C. Posse da terra e regularização fundiária na zona costeira cearense. In: SALES, C. DE M. V.; C. C. G. DO; ESMERALDO, G. G. S. L.; PAULO BARQUETE, P. R. F. **Terra, Sujeitos e Condição Agrária**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 220 p. 2007.

LINDOSO, L. de C.; PARENTE, T. G. Termo de compromisso e participação social: possibilidades para a inovação institucional na conservação da biodiversidade. **Biodiversidade Brasileira**. Vol. 4, n. 1, p. 111-129. 2014.

LIS/ICICT/FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br>. Acessado em 22/07/2015.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Ed.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Ed. Garamond, p. 107 – 122. 2001.

LÖWY, M. Eric Hobsbawm, sociólogo do milenarismo campesino. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 105 – 118. 2010.

MACHIORO, N. **A sustentabilidade dos sistemas agrários no litoral do Paraná: o caso de Morretes**. 168 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MAFRA, T. V. **Estratégias técnicas e econômicas dos sistemas de produção pesqueiros da região de Guaraqueçaba, litoral do Paraná**. 232 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MALHEIROS, H. Z. ; CALDEIRA, G. A.; MAFRA, T. V.; GRUNTOWSKI, A.; TAVARES, D.; VIEIRA, M. E.; MEDEIROS, C. L.; DOMIT, L. ; SAUPE, A. C.; RODRIGUES, L. F.; CASTELLA, P. R.; SABORIDO, N. C. ; RAMOS, M. ; RAMOS, M.; FONSECA, A. **Cartilha da Gestão Participativa da Pesca no Litoral do Paraná**. Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, 2009. Disponível em: <http://www.ipe.org.br/artigos-cientificos/293-cartilha-da-gestao-participativa-da-pesca-no-litoral-do-parana>. Acessado em 20/02/2016.

MARBRASIL. **Rebimar**. 2017. Disponível em: <http://www.marbrasil.org/rebimar/sobre/>. Acessado em: 27/07/2017.

MARRUL-FILHO, S. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: IBAMA, 147 p. 2003.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Los conflictos ecologico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**. Vol. 1, p. 21 – 30, 2004.

_____. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto. 379 p. 2007.

MARX, K. **O capital**. Livro 1. Tomo 2. São Paulo: Ciclo do Livro. 1996.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Ed. Escala, 91 p. 2007.

MAYA, C.; MELLINGER, L. L.; SILVA, M. D.; LIMONT, M.; PADILHA, R. G.; PEREIRA, L. A. Os Conselhos de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Região da APA de Guaraqueçaba: relações, sobreposições e perspectivas. **Biodiversidade Brasileira**. Vol. 4, n.1, p. 29-46, 2014.

MEDEIROS, L. S. de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. 1ed. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, p. 113 – 136. 2010.

MELLINGER, L. L. **Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades**. 201 p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MELLINGER L; FLORIANI, D. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no litoral sul do Paraná. **Ambiente & Sociedade**. Vol. XVIII, n. 2, p. 1 – 22. 2015.

MELLO, A. B. F. de. Contribuições para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil: partindo do "caso amazônico". In: DIEGUES, A. C. S. **Pesca artesanal: tradição e modernidade**. São Paulo: Coletâneas de trabalhos apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar. 332 p. 1989.

MENEZES, D. S.; SIENA, O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na Amazônia Legal. **Organizações & Sociedade**, vol. 17, n. 54, p. 479 – 498. 2010.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287 – 324, 2008.

MIGUEL, L. A. **Formation, évolution et transformation d'un système agrarie dans le sud du Brésil (littoral nord de l'État du Paraná)**. Une paysannerie face à une politique de protection de l'environnement: "Cronique d'une mort annoncée?". 313 p. These de Doctorat, Institut National Agronomique Paris-Grignon, 1997.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Instrução Normativa MMA nº 29**, de 6 de dezembro de 2004. DOU: 07/12/2004.

_____. Portaria do MMA nº 150, de 8 de maio de 2006. **Criar o Mosaico de Unidades de Conservação**. DOU: 9/05/2006.

MPEPR – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Promotoria denuncia 19 pessoas investigadas na Operação Tarrafa**. 2014. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=4737>. Acessado em: 23/08/2017.

_____. **Plano diretor de Guaratuba é analisado pelo núcleo PCTs do CAOPJDH**. 2017. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=791&tit=Plano-diretor-de-Guaratuba-e-analisado-pelo-nucleo-PCTs-do-CAOPJDH>. Acessado em: 16/08/2017.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MP-PR e MPF propõem ação para impedir instalação de empresa em Pontal do Paraná**. 2011. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/news/19-09-2011-mp-pr-e-mpf-propoem-acao-para-impedir-instalacao-de-empresa-em-pontal-do-parana>. Acessado em 15/11/2015.

_____. **TRF4 derruba liminar e autoriza permanência de comunidade indígena na Reserva Biológica Bom Jesus, em Guaraqueçaba**. 2014. Disponível em: <http://www.prpr.mpf.mp.br/news/trf4-derruba-liminar-e-autoriza-permanencia-de-comunidade-indigena-na-reserva-biologica-bom-jesus-em-guaraquecaba>. Acessado em 15/11/2015.

MPP – MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. **Site oficial Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**. 2017. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>. Acessado em 27/10/2015.

_____. **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro.** Pernambuco: MPP. 28 p. s/n.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Números de estabelecimentos e empregos por atividade econômica.** 2015. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em 10/11/2015.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Annablume. Segunda edição ampliada, 2007.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Ocupação contínua litorânea do Paraná: uma leitura do espaço. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 99, p. 61 – 82, 2000.

MOURA, E. A. de **A Coroa da Ilha do Mel:** territorialidade de uma comunidade tradicional de pescadores(as) artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá – PR. 141 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável), Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

NASCIMENTO, C. Chineses vão construir porto gigante no Paraná. **Blog Contraponto.** 2018. In: <https://contraponto.jor.br/chineses-vao-construir-porto-gigante-no-parana/>. Acesso em: 25/02/2018.

NOERNBERG, M. A.; ANGELOTTI, R.; CALDEIRA, G. A.; SOUSA, A. F. R. Determinação da sensibilidade do litoral paranaense à contaminação por óleo. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 12, p. 49 – 59, 2008.

NOERNBERG, M. A.; LAUTERT, L. F. C. ; ARAÚJO, A. D. ; MARONE, E. ; ANGELOTTI, R.; NETTO JR, J. P. B. ; KRUG, L. A. . Remote Sensing and GIS Integration for Modeling the Paranaguá Estuarine Complex - Brazil. **Journal of Coastal Research**, v. SI39, n. 39, p. 1627 – 1631, 2006.

NUNES, E. M.; GARCIA, L. G. Sociedade e natureza: conflito territorial de poluição industrial da bacia do Rio Gramame-Mumbaba – PB. **Sociedade e Natureza**, vol. 24 no.2, p. 255 – 266, 2012.

ODRESKI, L. L. R.; SOARES, C. R.; ANGULO, R. J.; ZEM, R. C. Taxas de assoreamento e a influência antrópica no controle da sedimentação da Baía de Antonina – Paraná. **Boletim Paranaense de Geociências**. Editora UFPR, n. 53, p. 7 – 12, 2003.

O GLOBO. **Brasil é o terceiro país do mundo com mais conflitos ecológicos.** 2014. Endereço: <http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/brasil-o-terceiro-pais-do-mundo-com-mais-conflitos-ecologicos-12121947#ixzz3geHPVdxY>. Acessado em 22/07/2015.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** Brasília: OIT, 2011. In: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT .pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf). Acessado em: 11/11/2017.

OLIVEIRA, M. E. A. de; RIBEIRO JUNIOR, R. A. R. Novos movimentos sociais no sul do Brasil: a afirmação territorial dos povos e comunidades tradicionais a partir da cartografia social. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina. Londrina: UEL, 2010. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/7_marinaarmstrong.pdf. Acessado em 20/10/2015.

OSTROM, E. **El Gobierno de los Bienes Comunes**: La evolución de las instituciones de acción colectiva. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica de México. 2000.

PÁDUA, J. A. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. M. MILANO L. TAKAHASHI, M. N. (ed.) **Unidades de Conservação**: Atualidades e Tendências. Curitiba: Fundação O Boticário, 2004.

PARANÁ. Lei Estadual Nº 249 de 12 de setembro de 1949. **Autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Paranaguá, gratuitamente, terras devolutas em Pontal do Sul, no mesmo município**. Curitiba, 1949. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=19859&indice=1&totalRegistros=11>. Acessado em: 13/11/2017.

_____. Lei Estadual Nº 7.389 de 12 de novembro de 1980. **Ordenamento do processo de uso e ocupação do solo no litoral do Paraná**. Curitiba, 1980. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=276>. Acessado em 20/10/2015.

_____. Decreto Estadual nº 2.722 de 14 de março de 1984. **Ordenamento do processo de uso e ocupação do solo no litoral do Paraná**. Curitiba. 1984. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=276>. Acessado em 20/10/2015.

_____. SEEC – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, CPC – COORDENADORA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Parecer técnico: Ponta Oeste, Ilha do Mel, Paranaguá, PR**. Interessado: Associação dos Nativos e Pescadores da Ponta Oeste, Ilha do Mel, PR, para elaboração de estudos sobre a história da comunidade. Relator: PONTES FILHO, A. 2012. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/parecer_ponta_oeste.pdf. Acessado em 27/06/2017.

PAULA, E. V. **Análise da produção de sedimentos na área de drenagem da Baía de Antonina/PR**: uma abordagem geopedológica. 219 p. (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PAULY, D., WATSON, R. & ALDER, J. Global trends in world fisheries: impacts on marine ecosystems and food security. **Philosophical Transactions of the Royal Society**. V. 360, p. 5 – 12, 2005.

PIERRI, N. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 8, p. 25 – 41, 2003.

_____. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (coord.) **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas. Cap. 2, p. 27 – 81. 2005.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 13, p. 137 – 167, 2006.

PIERRI, N.; AZEVEDO, N. T.; MESQUITA, B. Staking Claims: Artisanal fishworkers of Brazil mobilize. **Samudra Report**, v. 1, p. 8 – 12, 2012.

PINHEIRO, L.; LANA, P. C.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; HANAZAKI, N. A pesca do arrastão de praia no litoral do Paraná: reflexões sobre o método etnoecológico. In: ARAÚJO, T. A. de S.; ALBUQUERQUE, U. P. de. (Org.). **Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**: os desafios do trabalho em campo. Recife: NUPPEA, p. 145-163, 2009.

PINHEIRO, L.; LANA, P. C.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; HANAZAKI, N. Pesca de pequena escala e a gestão patrimonial: o caso da pesca da tainha no litoral paranaense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 21, p. 143-155, 2010.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2008.

PMAP-PR – PROJETO DE MONITORAMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO DO PARANÁ. **Apresentação**. 2018. In: <http://pescapr.fundep.br:83/>. Acessado em 12/02/2018.

PNCS – PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Fascículo 9: Cipozeiros de Garuva, Santa Catarina**. Florianópolis, Caça 8 Editoração. 2007. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/>. Acessado em: 20/11/2015.

_____. **Fascículo 16: Pescadores artesanais da Vila do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná**. Guaraqueçaba, UEA Edições. 2010. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/>. Acessado em: 20/11/2015.

_____. **Site da Nova Cartografia Social**. 2015. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/>. Acessado em: 20/11/2015.

POLIDORO, M.; DESCHAMPS, M. V. Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. N. 34, p. 213 – 235, 2013.

POLINARI, M. “Pescadores Artesanais”, “caiçaras” e outros conceitos utilizados inadequadamente. In: LIMA, R. E. de; NEGRELLE, R. R. B. **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná**: Diagnóstico. Brasília: Editora UFPR-NIMAD/CNPq, p. 117 – 136, 1998.

PORTO, M. F. de S.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**. Vol. 14, n.6, p. 1983 – 1994. 2009.

PORTO, M. F. de S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 31 – 58. 2011.

PROCOPIAK, L. K.; FERNANDES, L. F. ; MOREIRA FILHO, H. . Diatomáceas (Bacillariophyta) marinhas e estuarinas do Paraná, Sul do Brasil: lista de espécies com ênfase em espécies nocivas. **Biota Neotropica** (Edição em Português. Online), v. 6, p. 1 – 28, 2006.

PROCOPIAK, L. K. **O conhecimento dos comandantes de navios sobre bioinvasão por água de lastro de navios nos portos do Estado do Paraná e a importância da Educação Ambiental**. 172 p. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 860 p. 2014.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 17 – 36. 2009.

RAMALHO, C. W. N. Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar. **Ambiente & Sociedade**. Vol. XIII, n. 1, p. 95 – 110, 2010.

_____. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola. **RURIS**, Vol. 8, n. 1, p. 31 – 62. 2014a.

_____. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP): a força de um mediador sociopolítico. In: CALLOU, A. B. F. (org.). **Movimentos sociais na pesca**. Recife: FASA, 285 p. 2014b.

RAMOS-FILHO, E. da S. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e combate à pobreza rural**. Os caos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa. São Paulo, Buenos Aires: Outras expressões/CLACSO, 280 p. 2013.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P. C. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? In: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P. C.; FLORIANI, D.; FERREIRA, A. D.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M. (org.). **Desenvolvimento e meio ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Curitiba: Ed. da UFPR, p. 235 – 248. 2002.

RBJA – REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Manifesto de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. 2001. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/destaques/item/8077-manifesto-de-lancamento-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental>. Acesso em 22/07/2015.

RBJA – REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL; GRUPO DE TRABALHO DE COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL. **Orientações e informações para a defesa dos povos, de seus territórios e liberdade**. Fortaleza: Instituto Terramar. 2011. In: <https://pt.scribd.com/document/66585845/Em-defesa-da-Posse-e-dos-Territorios-1>. Acessado em 22/02/2018.

REBORATTI, C. E. Una cuestión de escala: sociedad, ambiente, tiempo y territorio. **Sociologias**. Porta Alegre, nº5, p. 80-93, 2001.

REDE PUXIRÃO – REDE PUXIRÃO DE POVOS TRADICIONAIS. **Histórico da Rede Puxirão**. In: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/>. Acessado em: 26/07/2014.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, H. P. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 240 p. 1999.

RIBEIRO, W. C. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. **Estudos Avançados**, vol. 31, n. 89, p. 147 – 165, 2017.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, Å.; CHAPIN III, F. S.; LAMBIN, E. F.; LENTON, T. M.; SCHEFFER, M.; FOLKE, C.; SCHELLNHUBER, H. J.; NYKVIST, B.; WIT, C. A.; HUGHES, T.; VAN DER LEEUW, S.; RODHE, H.; SÖRLIN, S.; SNYDER, P.K.; COSTANZA, R.; SVEDIN, U.; FALKENMARK, M.; KARLBERG, L.; CORELL, R.W.; FABRY, V. J.; HANSEN, J.; WALKER, B.H.; LIVERMAN, D.; RICHARDSON, K.; CRUTZEN, P.; FOLEY, J. A. A safe operating space for humanity. **Nature**. Vol. 461, p. 472 – 475, 2009.

SABORIDO, N. C. **Movimentação de navios e água de lastro nos Portos de Paranaguá e Antonina e implicações para a sua gestão ambiental**. Monografia (Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2005.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed. 1988. Disponível: <https://pt.scribd.com/document/37831042/Movimentos-Sociais-IN-Eder-Sader-Quando-novos-personagens-entram-em-cena-Experiencias-Falas-e-lutas-dos-trabalhadores-da-Grande-Sao-Paulo-1970-198>. Acessado em: 10 set. 2017.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, vol. 2, n. 18, p. 24 – 42. 2008.

SAMPAIO, C. P. da S. **Estratégias de reprodução da agricultura familiar na Área de Proteção Ambiental Guaraqueçaba – Litoral Norte do Paraná**. Tese (Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. N. 13, p. 169 – 186, 2006.

SANT'ANA, D. **Transformações em uma comunidade camponesa do litoral sul do Paraná**: territorialidade, estratégias de resistência, práticas materiais e parentesco. 200 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SANTOS, G. S. **Biomonitoramento das baías de Guaratuba e Paranaguá através de biomarcadores de contaminação ambiental**. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 392 p., 2008.

SÃO PAULO. Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016. **Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica**. DOE: 30/06/17.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. V. 21, p. 109 – 130, 2006.

SCHERER-WARREN, I.; LUCHMANN, L. H. H. (ORG.) **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Ed. UFSC, 287 p. 2015.

SCOTT, J. C. Everyday forms of peasant resistance. **The Journal of peasant studies**. Vol. 13, n.2. 1986.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 217-243, 2011.

SEIL – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. **Porto emite nota sobre manifestação de pescadores**. 2013. Disponível em: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1869>. Acessado em: 29/08/2017.

SERAVAL, T. A. **O papel das mulheres na reprodução econômica e social de uma comunidade de pescadores**. O caso da Vila das Peças (Guaraqueçaba, Paraná). 150 p. Monografia (Graduação em Oceanografia), Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2006.

SILVA, L. G. S. da. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: CEMAR/USP, 145 p. 1993.

_____. Por uma etnografia histórica do mundo caiçara. DIEGUES, A C. S. **A enciclopédia caiçara**. Volume 1: O olhar do pesquisador. São Paulo, NUPAUB/CEC, 382 p. 2004.

SILVA, J. O. **Efeitos dos avanços urbano-turísticos e portuário em comunidades pesqueiras de Pontal do Paraná – PR**. 121 p. Monografia (Curso de Oceanografia) Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2006.

SILVA, C. N. da. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Vol. 2, n. 3, p. 25 – 32, 2007.

SILVA, H. J. H. da. **O desenvolvimento recente da maricultura no Paraná: políticas públicas e perspectivas de sustentabilidade**. 242 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, M. F. C. C. B. da. **Conflitos socioambientais e formas de resistência dos pescadores artesanais do litoral do Paraná**. 144 p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SIQUEIRA, R. B. de. **Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais**: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007/2015. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SNP – SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS. **Poligonais**. Disponível em: http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/gestao/copy_of_respostas-e-esclarecimento. Acessado em: 13/11/2017.

SOARES, C. R. **Os portos de Paranaguá (PR) e Itajaí (SC)**: análise comparativa das suas relações com as cidades de inserção, da estrutura operacional atual e das condições sócio-ambientais das regiões de entorno. 182 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SOJA, E. The city and spatial justice. **Spatial justice**. N.1, p.1 – 5. 2009. Disponível em: <<http://www.jssj.org/article/la-ville-et-la-justice-spatiale/>>. Acessado em: 05/09/2017.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 57 – 72. 2009.

SOUZA, S. T. **Luta de classes no campo e a construção do território camponês**. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária; V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Jornada Orlando Valverde, 2009, Niterói/RJ. Anais (Simpósio Nacional de Geografia Agrária ... Simpósio Internacional de Geografia Agrária. CD-Rom). Niterói: UFF, 2009. v. Único.

SOUZA, T. B. **Pescadores da Ilha do Mel: passado, presente e perspectivas**. Monografia (Graduação em Oceanografia), Universidade Federal do Paraná. Pontal do Paraná. 167 p. 2010.

SPU – SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. **Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010**. DOU: 16/04/2010.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 408 p. 2006.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA-FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo, Ed. Elefante. 2016.

SUZUKI JUNIOR, J. T.; WOSCH, L. F. O. As transformações da infra-estrutura de transportes e o Porto de Paranaguá. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 27-43. 2000.

TANNO, N. S. **Reprodução socio-econômica da comunidade de pescadores de pequena escala da vila do Maciel (Baía de Paranaguá-Paraná, Brasil)**. 119 p. Monografia (Graduação em Oceanografia), Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2009.

TOMMASINO, H. **Insustentabilidade ou sustentabilidade "ponte": análise da produção animal no município (APA) de Guaraqueçaba**. 257 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

TRIBUNA. **Protesto de pescadores tumultua ferry boat em Guaratuba**. 2015. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/protesto-de-pescadores-tumultua-ferry-boat-em-guaratuba/>. Acessado em: 29/08/2017.

TRÓPIA, P. V. **O Impacto da ideologia neoliberal no meio operário – um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 282 p. 2004.

TUMELERO, S. M. **Estado, produção do espaço e intersectorialidade: crítica e criação na implementação de políticas públicas**. 395 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VANDRESEN, J. C.; BUTI, R. P.; SOUZA, R. M. de. Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidade Tradicionais. In: SOUZA, R. M. de et al. **Identidade coletiva e conflitos territoriais no Sul do Brasil**. Manaus, AM: UEA Edições, p. 21 – 51. 2014.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.C.; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. L. **Nas malhas da pesca artesanal**. Brasília: IBAMA, p. 02 – 70. 2007.

VIEGAS, D. P.; BURIOL, F. **Resistência das comunidades através da tradição**. Manaus: UEA Edições, PNCSA, 140 p. 2014.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis, Secco/APED, 416 p. 2005.

VITOUSEK, P. M., MOONEY, H. A.; LUBCHENCO, J.; MELILLO, J. M. Human domination of Earth's ecosystems. **Science**. N. 277, p. 494 – 499. 1997.

VIVEKANANDA, G. **Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos de conservação**. 130 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

UNWTO – UNION NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Concepts and definitions**. Disponível em: <http://www2.unwto.org/>. Acessado em: 20/11/2017.

XAVIER, J. M. **Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira do município de Antonina, Paraná**. 93 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Geografia), Instituto Superior do Litoral do Paraná, Paranaguá, 2013.

ZANONI, M. M. Impactos socioeconômicos de uma política de proteção ambiental sobre os agricultores familiares e produtores rurais do litoral norte do estado do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, p. 179-191, 1998.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, v. 1, p. 11-33, 2010.

WEDIG, J. C. **Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná: luta pelo território e pela diferença**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 172 p. 2015.

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevista utilizado com as lideranças da pesca, presidentes de colônias e demais sujeitos vinculados à atividade pesqueira:

- Principais pressões que ameaçam o território⁷⁷ da pesca local.
- Histórico dos casos de pressões.
- Casos de resistência/luta dos pescadores para garantir o seu território.
- Ganhos observados com os casos de resistência.
- Quem se envolveu e como foi o envolvimento da comunidade nos casos de resistência e luta pelo território.
- Apoios de atores externos na luta pelo território.
- Vínculo com os movimentos sociais da pesca locais (MOPEAR e MPP).

Roteiro de entrevista utilizado com gestores ambientais locais:

- Histórico de conflitos da unidade de conservação com outros tipos de uso do espaço (principalmente a pesca artesanal).
- Relação com as populações pesqueiras internas ou de entorno das unidades de conservação.
- Vínculo com os movimentos sociais da pesca locais (MOPEAR e MPP).
- Identificação de propostas benéficas aos pescadores artesanais ligadas ao órgão ambiental (acordos de pesca, termos de compromisso, criação de UCs de usos sustentável, etc.) e do andamento de tais propostas.

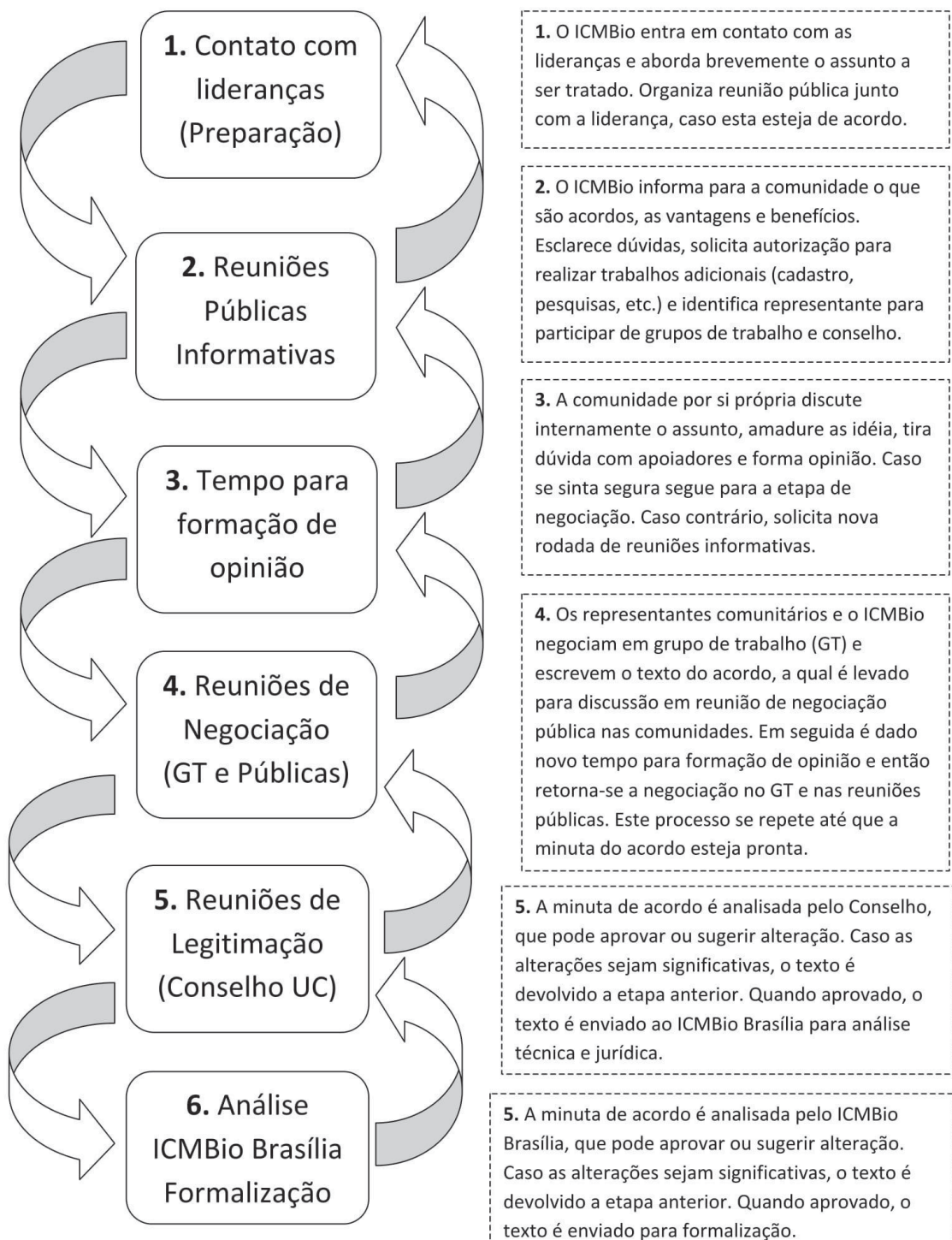
Roteiro de entrevista utilizado com pesquisadores e demais atores de apoio ligados aos pescadores artesanais:

- Histórico de atuação da instituição com a pesca artesanal do litoral.
- Origem da relação de apoio aos pescadores.
- Quem se envolveu e como foi o envolvimento da comunidade nos casos de resistência e luta pelo território.
- Ganhos observados com os casos de resistência.
- Vínculo com os movimentos sociais da pesca locais (MOPEAR e MPP).

⁷⁷ Sempre que utilizado o termo território era salientado que a para pesca artesanal esse representava espaços tanto em terra como em água de uso dos pescadores.

ANEXO 1

**PROTOCOLO DE TRABALHO PARA CONSTRUÇÃO DE ACORDOS
CONDUZIDOS PELO ICMBIO GUARAQUEÇABA**



ANEXO 2

PROPOSTA DE PROTOCOLO DE CONSULTA (Declaração de Intenções MOPEAR)

Primeira fase: vamos fazer reuniões com o ICMBio (ESEC, APA e PNS) para chegar num consenso sobre um plano de consulta. Nesse momento as lideranças das comunidades e do MOPEAR se reúnem com os gestores do ICMBio para firmar como será o trabalho até chegarmos na decisão final de assinar ou não o termo.

Segunda fase: vamos fazer reuniões informativas e de negociação. Nessas reuniões o ICMBio vai dialogar com os pescadores e propor como o acordo do cerco-fixo seria transformado em termo de compromisso, mostrando se as regras que, definimos coletivamente serão alteradas. Vamos negociar quais alterações nós concordamos ou não e tentar chegar a um consenso. Depois de chegarmos a uma proposta ideal, envolveremos os "cerqueiros" e os demais interessados das comunidades de pescadores artesanais e caiçara em reuniões informativas e consultivas coordenadas pelo MOPEAR, para só então chegarmos a proposta mais adequada. Essas reuniões informativas serão realizadas até que todos entendam a proposta e não tenham mais dúvidas.

Terceira fase: faremos reuniões internas. Vamos fazer nossas próprias reuniões entre pescadores artesanais e caiçaras e se necessário, com nossos apoiadores para que não reste nenhuma dúvida sobre o termo de compromisso para o acordo do cerco-fixo.

Quarta fase: reuniões para firmar a decisão. Nesse momento faremos reuniões, com o ICMBio e demais parceiros/apoiadores para divulgar nossa decisão e, caso o termo de compromisso se adeque as nossas necessidades e a todo o processo de construção que tivemos no acordo do cerco-fixo aceitaremos o termo de compromisso. Essa é a forma como entendemos ser uma consulta adequada aos nossos interesses, conforme asseguram as leis, mencionadas. Sendo assim, a assinatura dessa declaração mostra a intenção em acolher e respeitar esse Protocolo de Consulta amparado pela OIT 169, que ainda deverá ser transformado em um Plano de Consultas para o Acordo do Cerco-Fixo.